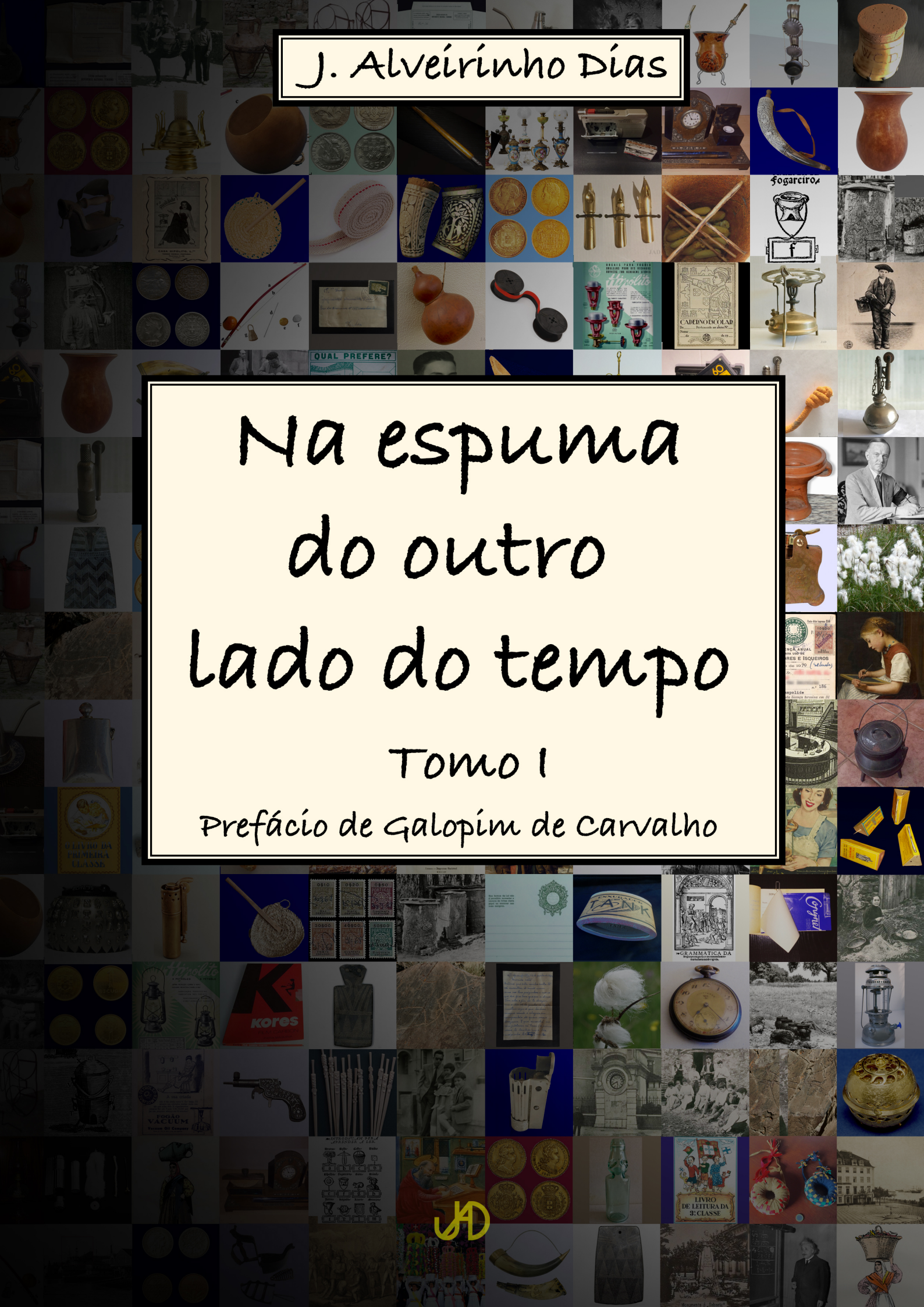
J. Alveirinho Dias

Na espuma do outro lado do tempo

Tomo I

Prefácio de Galopim de Carvalho



Algumas outras obras do autor:

Quando a Europa se cobriu de nevoeiro e de balões: o *annus mirabilis* de 1783/84 visto de Lisboa

O annus mirabilis de 1666: peste, guerra e fogo

Repositório do Conheciumento Inútil

De cá para lá e de lá para cá. Diferenças lexicais (e outras) entre Português do Brasil e Português de Portugal

Malpica Seiscentista: demografia histórica e temas correlatos

"Todo o mundo é composto de mudança". Considerações sobre o clima e a sua história. I - O Sistema Climático Terrestre

"Todo o mundo é composto de mudança". Considerações sobre o clima e a sua história. II - Factores Astronómicos

E o Azul se fez Homem. Parte I - A Génese do Ambiente

Mundividências projectadas: o início das representações do espaço geográfico. I - O reconhecimento espacial e as suas representações

Mundividências projectadas: o início das representações do espaço geográfico. II - Representações do espaço na Pré-História

Venturas e Desventuras do Litoral no País dos Portugueses

A Conquista do Planeta Azul: o início do reconhecimento do oceano e do mundo

A Análise Sedimentar e o Conhecimentos dos Sistemas Marinhos: uma introdução à Oceanografia Geológica

Portugal e o Mar: Importância da Oceanografia para Portugal

Estudo Sintético de Diagnóstico da Geomorfologia e da Dinâmica Sedimentar dos Troços Costeiros entre Espinho e Nazaré
(com Ó. Ferreira e A. Ramos Pereira)

Verso da capa

J. Alveirinho Dias

Na espuma do outro lado do tempo

Tomo I

JAD

Título: Na espuma do outro lado do tempo
Autor: João M. Alveirinho Dias (jdias@ualg.pt)

Editor: edição do autor / CIMA

Copyright: 2025

ISBN: 978-989-53821-3-2

CIMA (Centro de Investigação Marinha e Ambiental) Universidade do Algarve (UAlg)
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Edifício 7
Campus Universitário de Gambelas 8005-139 Faro
Portugal

É autorizada a cópia e compartilha de partes deste trabalho, desde que a obra original seja devidamente referenciada

Publicado como e-book em Março de 2025

Para a Catarina

Para o Pedro

Para o João

Para o Afonso

Página intencionalmente em branco

Índice

Nota prévia ..... **V**

Prefácio ..... **VII**

Proémio ..... **IX**

I. Acendedor de pederneira **1**
- Intróito. 1
- Isca, acendedores e isqueiros nos dicionários. 3
- Isqueiros na literatura. 6

II. Aerograma militar **11**
- Intróito. 11
- Aerogramas na literatura. 13

III. Almotolia **17**
- Intróito. 17
- Almotolia nos dicionários. 19
- Almotolias na medicina popular. 20
- Almotolias na literatura. 21

IV. Angarelas (cangalhas) **25**
- Intróito. 25
- Angarelas nos dicionários. 27
- Angarelas na literatura. 30

V. Cabaça **31**
- Intróito. 31
- Cabaças nos dicionários. 33
- Cabaças na *vox populi*. 35
- Cabaças na literatura. 37
- Cabaças, erva-mate e capoeira. 40

VI. Caderno de duas linhas **43**
- Intróito. 43
- Cadernos de duas linhas na literatura. 44

VII. Caixa de palitos **47**
- Intróito. 47
- Palitos, etiqueta e saúde dentária. 50
- O Mosteiro de Lorvão. 51
- Lorvão, capital dos palitos. 56
- Fabricação de Palitos. 58
- Palitos nos dicionários. 61
- Palitos na literatura. 65

VIII. Candeeiro a petróleo..... 69
• Intróito. 70
• Candeeiro nos dicionários. 71
• Candeeiros na literatura. 77

IX. Candeeiro de azeite de três bicos (candeeiro dos mortos) 81
• Intróito. 82
• Candeeiro de três bicos nos dicionários. 84
• Candeeiro de três bicos na literatura. 84

X. Candeia de azeite (de garavato). 87
• Intróito. 88
• O azeite da candeia e a reza do *acedente*. 89
• Candeias nos Livros Sagrados. 90
• Candeias nos dicionários. 91
• Candeias na *vox populi*. 95
• Candeias na literatura. 96

XI. Caneta de aparo (e a história das canetas). 101
• Intróito. 101
• Canetas (e outros) nos dicionários. 104
• Penas e canetas na *vox populi*. 108
• Evolução das canetas. 108
• Canetas de aparo na literatura. 118

XII. Carta tarjada 125
• Intróito. 125
• Cartas tarjadas nos dicionários e na literatura. 126

XIII. Cassete áudio 129
• Intróito. 129
• Sucessores das cassetes. 129

XIV. Cocho (ou *corcho* ou *cocharro*) 133
• Intróito. 133
• Cocho e análogos nos dicionários. 134
• Cochos e cocharros na literatura. 137

XV. Corna 139
• Intróito. 139
• Cornas nos dicionários. 140
• Cornas na literatura. 142

XVI. Coroa (50 centavos) (e a evolução da moeda portuguesa) 143
• Intróito. 143
• História das *coroas*. 144
- As coroas monárquicas. 144
- As *coroas* republicanas. 148
- As "cinco coroas". 150

XVII. Cortiço de abelhas. 157
• Intróito. 157
• Cortiço nos dicionários. 160
• Cortiços na literatura. 161

XVIII. Escritos. 167
• Intróito. 167
• *Escritos* na história de Lisboa. 168
• *Escritos* nos dicionários. 173
• *Escritos* na literatura. 174

XIX. Escudo (e a evolução da moeda portuguesa) 177
• Intróito. 177
• Evolução das moedas de escudo. 178
- Os *escudos* monárquicos. 178
- Os *escudos* da Primeira República. 179
- Evolução do escudo durante o Estado Novo 185
- Evolução do escudo durante a 3.ª República. 191

XX. Fogareiro a carvão (de barro) 199
• Intróito. 200
• Fogareiro nos dicionários. 202
• Fogareiros na literatura. 205

XXI. Fogareiro a petróleo 209
• Intróito. 209
• Breve história dos fogareiros a petróleo em Portugal. 210

XXII. Frasco (de corno) 217
• Intróito. 218
• Frasco de corno e semelhantes nos dicionários. 220
• Frascos de corno e semelhantes na literatura. 222

XXIII. Fumo preto (de luto); evolução das formas de luto. 225
• Intróito. 225
• A evolução do luto em Portugal. 228
- Transição de tempos tardi-medievos para tempos modernos. 228
- Idade Moderna. 234
- Século XIX 240
- Século XX. 242
• Subsídios para luto. 243
• Expressões de luto nos dicionários. 245
• Evolução do fumo. 256

XXIV. Gasómetros de acetileno. 261
• Intróito. 261
• Acetileno nos dicionários e na literatura. 264

XXV. Gatos. 269
• Intróito. 269
• Evolução da profissão de *deita-gatos*. 270
• *Deita-gatos* nos dicionários. 273
• Os *deita-gatos* na literatura. 275

XXVI. Isqueiro austríaco (da IMCO). 277
• Intróito. 277
• Um pouco da história dos isqueiros 308

XXVII. Lacre 283
• Intróito. 283
• Bulas, selos e lacre. 284
• O termo *lacre* nos dicionários. 286
• Como se produz o verdadeiro lacre. 289
• Os portugueses e o lacre asiático no século XVI. 291
• Lacre na literatura 295

XXVIII. Lampião a petróleo (lanterna de estábulo). 297
• Intróito 298
• Lampiões e lanternas nos dicionários. 301
• Lampiões e lanternas a petróleo na literatura. 304

Origem das figuras i

Índice dos principais autores e obras referidas vii

Índice remissivo xvii

Índice onomástico xxi

Referências bibliográficas xxiii

Nota Prévia

Por opção do autor, os textos que se seguem estão redigidoa em conformidade com as normas anteriores ao Acordo Ortográfico de 1990.

Com raras excepções, nas transcrições de obras portuguesas, impressas ou manuscritas, no sentido de tornar mais fácil a leitura, actualizámos a ortografia e, em geral, desdobrámos as abreviaturas, modernizámos a pontuação e corrigimos a acentuação, tentando manter a parte lexical e a construção fraseológica, bem como a utilização de maiúsculas. Sempre que possível, utilizámos edições *prínceps* (primeiras edições).

Nos excertos de textos redigidos em línguas estrangeiras, fizemos quase que apenas tradução literal do que consta do original.

Nos excertos de poemas em línguas que não a portuguesa, cônscios de que é muito difícil fazer boas traduções de poesia (e muito mais para quem não é da área das linguísticas), limitámo-nos a fazer quase que traduções literais, tentando apenas expressar o que dizem, sem qualquer preocupação com as métricas ou as rimas.

Como não somos especializados nas áreas abordadas, os textos que se seguem têm por certo vários erros, inexatidões e omissões. Assim, ficarei bastante agradecido se, quem detectar essas incorrecções, tiver a amabilidade disso me dar conhecimento.

Página intencionalmente em branco

Prefácio

Prefácio, do latim *praefatio*, significa o que se diz em primeiro lugar. É, neste caso, um texto introdutório a uma obra escrita, visando captar o interesse do leitor para a respectiva leitura. Pode expor, de forma sintética, o seu conteúdo, os motivos que lhe estão na origem, os seus propósitos, quando é caso disso, e os processos seguidos na sua concretização. Mas também pode e, em meu entender, deve apontar o que lhe parecer oportuno sobre a vida e a obra do seu autor.

"Na espuma do outro lado do tempo," expressão que Alveirinho Dias criou para título deste seu livro, é um bonito verso de um vasto, saboroso, colorido, perfumado e musical poema, saído do estudo cuidado e da delicada sensibilidade do autor, geólogo de profissão e etnólogo e historiador pelo coração. *Espuma* porque é o que ficou ao de cima, o que sobrenadou e persistiu do que se afundou no tempo da lembrança. Nunca o mundo mudou tanto e tão depressa como entre meados do século XX e começos do XXI, escreve o autor no início do que entendeu designar por proémio. Nestes cinquenta anos, João viveu o primeiro meio século da sua vida. Viu o relógio de bolso preso a uma corrente, no colete do avô, fez as primeiras letras e os primeiros algarismos numa ardósia com lápis da mesma pedra, aprendeu a escrever com caneta de aparo, molhado no tinteiro, em cadernos de duas linhas e a usar o papel mata-borrão. Viu gatear um alguidar que se partira e bebeu água do poço com um cocharro de cortiça. Viu a mãe cozinhar no elegante fogareiro a petróleo, da fábrica Hipólito, jantou à luz do candeeiro também de petróleo e viu, nas feiras, a forte iluminação do petromax, em contraste com a tremeluzente e mortiça luz da candeia de acetileno. Bebeu aí um pirolito que pagou com um escudo mais um ou dois tostões que trazia no bolso dos calções. Puseram-lhe um fumo preto no braço, em sinal de luto, aquando da morte desse avô. Era já um rapaz crescidinho, a frequentar o liceu, quando teve a primeira caneta de tinta permanente e, anos mais tarde, aprendeu a digitar na máquina de escrever. Fez-se fumador, usou isqueiro, mas não quis tirar a respectiva licença.

Frequentou a Mocidade Portuguesa, obrigatória, por imposição do Estado Novo e fez parte da geração contestatária dos anos 60. Licenciou-se em Geologia, em 1972, e doutorou-se, em 1987, um projecto inovador em ciências do mar, intitulado Dinâmica Sedimentar e Evolução Recente da Plataforma Continental Portuguesa, que tive o prazer de orientar, em colaboração com o professor António Ribeiro.

Nesse mesmo ano, Alveirinho Dias, então o primeiro e o único doutorado português em Geologia Marinha, propôs-me que, na qualidade de director do Museu Nacional de História Natural, subscrevesse, à então Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), hoje Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a candidatura de um projecto de investigação, concebido por ele, como desenvolvimento do tema da sua tese de doutoramento, acabada de defender. Tendo acompanhado todo o seu percurso como aluno e investigador científico, e tendo em conta a oportunidade, a qualidade e o interesse estratégico desse projecto, aceitei esta sua proposta o que implicou,

também, aceitar sediar no Museu Nacional de História Natural (MNHN), da Universidade de Lisboa, a equipa de dez alunos finalistas de Geologia que era necessário reunir e formar.

Com esta proposta, João Alveirinho Dias, apenas necessitava de uma instituição que os acolhesse e de uma assinatura que o avalizasse. Ponderada a situação, pus à disposição deste meu ex-aluno os nossos espaços, os nossos equipamentos e os nossos, então, muito escassos recursos em pessoal técnico, administrativo e auxiliar.

Na sequência de um primeiro projecto aprovado, seguiram-se vários outros, ao longo de mais de uma dezena de anos em que ele, ora comigo, ora com o Prof. António Ribeiro, desempenhou papel activo no acompanhamento e orientação científica dos referidos alunos finalistas, visando a sua formação como jovens investigadores e a criação de um corpo nacional de investigação no domínio da Geologia Marinha, interdisciplinar e internacionalizado, até então ausente das nossas universidades. Nos anos (1988-2003) em que estive envolvido neste grupo e entre os dez elementos citados mais os que, entretanto, se foram adicionando ao grupo, 28 concluíram o mestrado e 13, o doutoramento.

Com o passar do tempo, o DISEPLA evoluiu naturalmente para uma rede de investigação eficaz e informal, cujos elementos, dispersos, são agora os promotores e os responsáveis pelos seus próprios projectos, em que cada um procura as colaborações mais convenientes e nos moldes que entenda estabelecê-las. Este grupo deixou descendentes, ou seja, fez escola que continua a dar frutos. Com uma primeira geração de investigadores que, de juniores passaram a seniores, João Alveirinho viu partir a maior parte desses “filhos”, hoje independentes e a trilharem os seus próprios caminhos. Actualmente há “netos” que já nem conhecem o “avô”, mas que só existem porque ele teve a ousadia de iniciar esta viagem e de segurar o leme deste “navio”, nas primeiras milhas desta gratificante navegação que conduziu à introdução da Geologia Marinha nas nossas Universidades, onde os mestrados e os doutoramentos se sucedem.

Lisboa, Março de 2025

A. M. Galopim de Carvalho

Proémio

Propósito.

Nunca o mundo mudou tanto e tão rapidamente como no último meio século, isto é, *grosso modo*, desde meados do século XX até ao início deste milénio. De uma sociedade ainda muito marcada pelos tempos antecedentes, em que as comunicações eram difíceis, em que na transmissão de informações dominava o papel e em que viajar de avião era apenas uma miragem para a esmagadora maioria da população, passámos para um mundo profundamente digitalizado, de comunicações bastante facilitadas e muito rápidas, em que os aviões cruzam os céus do mundo inteiro transportando pessoas de todas as classes sociais. Viajar, em meados do século XX, era uma aventura: a grande maioria das pessoas não tinha carro, pelo que se deslocavam a pé, de autocarro ou de combóio e, quando era preciso ir para terras de além-mar, era ainda principalmente em navios que se fazia o trajecto. Os telefones não estavam ainda amplamente divulgados, pelo que, ao viajar, era através de telegramas, com um mínimo de palavras (pois que era caro), que se davam notícias à família, ou à hora marcada se ia a um local com telefone (vizinho afortunado ou posto dos correios) para comunicar algo importante. Os computadores existiam apenas no foro da imaginação (abstraindo de alguns, raros, enormes, que poucos países tinham). Para a escrita, escrevia-se à mão ou utilizavam-se máquinas de escrever. Para fazer cálculos, faziam-se à mão num papel ou usavam réguas de calcular e, nalguns casos, calculadoras mecânicas. Actualmente, tudo isso e muito mais é feito por qualquer computador pessoal ou mesmo no telemóvel. Eram tempos em que, na realidade, havia privacidade: abstraindo de olhares indiscretos, só se o quiséssemos é que as pessoas sabiam onde íamos e o que fazíamos; muito diferente do que acontece agora, em que se está constantemente vigiado pelas câmaras de vigilância, pelos sistemas de localização dos telemóveis, pelo GPS dos automóveis e por mais uns quantos sistemas digitais.

A mudança revestiu-se de tal magnitude e foi de tal forma rápida, que mesmo os que vivenciaram esses tempos têm por vezes dificuldade em recordar em plenitude como era a vida de então. Para as novas gerações, é difícil imaginar como se vivia nessa altura, sendo mesmo impossível conceber como era então o quotidiano no meio rural, em que muitas aldeias não tinham ainda água canalizada, electricidade ou esgotos, e em que vida decorria ao ritmo da natureza. Os objectos que na altura eram utilizados para proporcionar iluminação, como os candeeiros a petróleo, são, para a geração Z (como os sociólogos designam os que nasceram na viragem do século) e posteriores, simples peças decorativas, já para não falar das candeias de azeite. Habituados a, com um simples gesto, ligarem o interruptor e lançarem profusa iluminação no espaço os rodeia, é para eles inconcebível que antigamente as pessoas nos povoados rurais apenas pudessem quebrar o negrume da noite com tremeluzentes chamas que lançavam nas paredes sombras bruxuleantes. O mesmo se pode dizer de todos os outros aspectos da vida, como os relacionados com a água, essa comodidade que, para eles, é abundante e inesgotável: têm dificuldade em perceber que, em meados do século XX, em grande parte do território nacional, era preciso ir buscá-la à fonte ou ao poço, em bilhas de barro

assentes em rodilhas, equilibradas à cabeça, ou em cântaros de lata acomodados em angarelas e transportados por mulas.

Acontece o mesmo com muito do vasilhame que na altura era ainda comum no meio rural, como as aludidas bilhas de barro e cântaros, e, por exemplo, as cabaças, os recipientes que eram feitos de corno de boi e os cochos ou cocharros. É-lhes impossível conceber que, nesses tempos, na escola, se começava a aprender a desenhar as primeiras letras escrevendo com lápis de pedra em lousas ou ardósias, e que depois, numa segunda fase, se aperfeiçoava a caligrafia escrevendo num caderno de duas linhas com canetas de aparo, o qual se molhava repetidamente no tinteiro, tentando evitar que, inadvertidamente, caísse um borrão de tinta no papel, e que, para absorver o excesso de tinta, havia o papel mata-borrão. Também já não sabem o que era o papel-químico, com o qual se obtinham cópias, nem sequer o que era o papel selado, que se tinha de utilizar em praticamente todos os documentos oficiais. De igual modo, desconhecem como eram na altura as manifestações ritualizadas de luto, com o uso de fumo no braço e na lapela do casaco, escrevendo cartas em papel e envelopes tarjados, e por vezes ouvindo a telefonia em surdina (para *não parecer mal* aos vizinhos).

As diferenças entre os tempos de agora e os de *antigamente* (meados do século XX) são de tal modo profundos e diversificados, que fastidioso seria enumerá-los com algum pormenor. Referimos, por exemplo, a guerra, que poucos anos volvidos sobre o final do grande conflito bélico de 1939-1945, era obviamente efectuada ainda nos mesmo moldes, embora com progressos verificados nos meios aéreos e nalgum armamento, e com o espectro das bombas atómicas; muito diferente das guerras actuais, em que avultam os mísseis e os *drones*, e os bombardeamentos de precisão são efectuados com munições guiadas por laser ou por GPS. Todavia, hoje, como então, o flagelo das guerras permanece infelizmente como uma característica intrínseca à humanidade.

Sempre a título exemplificativo, referimos também a comunicação social, a qual, naqueles tempos, se restringia essencialmente à imprensa escrita (jornais, revistas, etc.) e à rádio, pois que a televisão em Portugal só viria a aparecer a meio do segundo lustre da década de 50, profundamente diferente do que se verifica actualmente, em que os jornais em papel estão em processo de desaparecimento, em que a rádio continua bem viva, mas em especial para quem se desloca de automóvel, em que a televisão assumiu especial protagonismo, e em que as informações jorram em catadupas difíceis de assimilar na *internet*, tanto em sítios (*sites*) especializados, como nas redes sociais, e mesmo nos telemóveis, sendo não raramente difícil distinguir o que corresponde à verdade factual, e o que são notícias falsas (*fake news*).

A *internet* constitui, porventura, a principal diferença relativamente aos tempos de antigamente. Através dela quase tudo se pode fazer! Em meados do século XX, o acesso a informações implicava repetidas idas a bibliotecas, onde se copiava para papel o que de relevante se encontrava, pois que as fotocópias só se divulgariam no país na década de 60, e a consulta a enciclopédias em casa só se tornaria viável para alguns nessa mesma década, altura em que começaram a ser vendidas porta-a-porta. Agora, tudo está ao alcance de um clique no computador ou no telemóvel, com a *wikipedia* e outros sítios informativos (embora não sempre essas informações disponibilizadas tenham sido devidamente aferidas, contendo por vezes erros evidentes). Mesmo as fontes primárias, quer impressas, quer manuscritas, cuja consulta exigia antigamente deslocações à *Torre do Tombo* ou a outras instituições, estão hoje disponibilizadas em quantidades crescentes nos sítios (*web sites*) dessas instituições, tanto portuguesas, como estrangeiras.

As novas gerações têm muita dificuldade em perceber que, nesses tempos, para se levantar dinheiro de uma conta bancária ou para resolver qualquer questão relacionada, as pessoas tinham de se deslocar a um banco no horário em que este estava aberto. Nem sequer se imaginava, como é óbvio, a comodidade das caixas multibanco! Como poderiam entender essas limitações, se os multibancos

estão agora disseminados por todos os lugares; para resolver questões bancárias têm, acessível a qualquer hora, o *home banking*; para fazer pagamentos, têm o *MBway* e outras formas análogas. De tal forma foi a evolução, que as novas gerações já não sabem sequer o que era um cheque bancário!

As condições de vida mudaram substancialmente, em geral para melhor, felizmente, embora nalguns casos para pior. De qualquer dos modos, para bem entender o presente, é preciso perceber como foi o passado; só assim será possível construir um futuro mais conexo e coerente. É por isso que os despretensiosos textos que se seguem são dedicados, em primeiro lugar, às novas gerações, e só depois aos mais velhos, que, de uma ou de outra forma, vivenciaram esses tempos, ainda muito marcados pela segunda guerra mundial e pela guerra fria que se lhe seguiu. Os primeiros, podem com eles aprender alguma coisa; os últimos poderão com eles rememorar tempos passados, quiçá já embotados nas brumas da memória.

Âmbito.

Os textos que se seguem não são sobre história, embora em muito abordem aspectos históricos; não são sobre progressos técnico-científicos, embora esses desenvolvimentos sejam com frequência contemplados; não são sobre dicionarística, embora a evolução de certos vocábulos seja neles considerada; não são sobre literatura, embora neles se façam muitas alusões a obras literárias. Embora me tenha atrevido a fazer incursões nesses domínios, falta-me a devida formação escolar e as necessárias competências para o fazer de forma coerente e consolidada.

Tendo adquirido formação universitária no domínio das ciências exactas e naturais, desde cedo que me abalancei a deixar a minha zona de conforto e a fazer incursões por campos alheios. Sobre tais incursões, com a devida vénia, relembro algumas passagens do que o físico austríaco Erwin Schrödinger (1887-1961) escreveu em 1944 no prefácio do seu livro "What is Life?"[*]: *É suposto que um cientista tenha conhecimento completo e exaustivo de alguns assuntos e, por isso, espera-se normalmente que não escreva sobre qualquer outro assunto em que ele não é mestre. Isso é considerado como uma questão de "noblesse oblige". No que se refere a este trabalho, peço para renunciar à "noblesse", se acaso a tenho, e para ser liberto das obrigações consequentes. A razão desta minha atitude é a seguinte: herdámos de nossos antepassados o profundo anseio de obter um conhecimento abrangente. O próprio nome dado às melhores instituições de ensino* [Universidades] *faz-nos recordar que, desde a antiguidade e ao longo de muitos séculos, o conhecimento universal tem sido o único a que tem sido dado todo o crédito. Porém, o alargamento, tanto em profundidade como transversalmente, dos múltiplos ramos do conhecimento durante a última centena de anos, coloca-nos num dilema invulgar. Sentimos claramente que só agora começamos a ter material confiável para tentar integrar o somatório de todos os conhecimentos num conjunto unificado; todavia, por outro lado, torna-se quase impossível para uma única mente apreender completamente mais do que uma pequena parte especializada desse conhecimento unificado. Não vejo outra solução para este dilema do que alguns de nós se aventurarem a fazer sínteses dos factos e das teorias, mesmo que o façam utilizando conhecimentos em segunda mão e, por vezes, incompletos, correndo o risco de fazer figura de tolo. Por isso o meu pedido de desculpas.*

De forma muito mais elegante do que eu o poderia fazer, o insigne cientista expressa bem a necessidade premente de se tentarem efectuar sínteses do conhecimento que atravessem transversalmen-

[*] Schrodinger, Erwin (1944) – *What is Life?* Cambridge University Press, Cambridge, U.K.

te várias disciplinas. Por várias vezes o tentei fazer no passado, afoitando-me a integrar numa mesma obra conhecimentos de geologia, de biologia, de física, de química, de climatologia, de antropologia, de história e mesmo de sociologia. Reconheço que, devido às múltiplas facetas que caracterizaram o meu percurso de vida, é-me frequentemente difícil ater-me ao aconchego da minha zona de conforto. Por um lado, considero que é um tanto exasperante estar constantemente a *fazer mais do mesmo*. Por outro, sinto um apelo persistente para mais bem tentar perceber as causas das coisas. Entendo que viver é estar atento ao que à nossa volta vai acontecendo e às razões porque ocorrem, muitas das quais radicam no passado. Portanto, para compreender o que, positiva ou negativamente, nos influencia e condiciona, é essencial ver para lá das coisas, perceber porque é que são como são, e, para tal, é imprescindível, obviamente, termos em consideração o que aconteceu em tempos pretéritos, o que sucedeu para que a evolução determinasse as actuais características do que nos rodeia e de nós próprios. Só com essa percepção de propensão holística poderemos dotar-nos de uma maior capacidade para interpretar as tendências evolutivas e conseguirmos ter vislumbres mais nítidos do que poderá ser o futuro. Na realidade, embora num contexto diferente, é a aplicação do conselho que já El-Rei D. Duarte (1391-1438) dava no *Livro do Conselhos*, magistralmente utilizado na epígrafe do *Ensaio sobre a Cegueira* de José Saramago: *Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara*. Olhar, ver e reparar, três acções distintas, mas complementares, que nos permitem melhor compreender o mundo, a humanidade e a nós próprios.

Assim, nos textos que se seguem, procurei integrar conhecimentos diversificados, embora complementares, sobre determinados objectos, culminando no epílogo, no qual tentei integrar as características vivenciais de meados do século XX.

Título.

Confesso que tive muitas dúvidas sobre o título a dar a este conjunto de textos. Durante muito tempo, ao longo da preparação deste trabalho, designei-o provisoriamente por *Objectos que as novas gerações já não conhecem*, embora cônscio de que tal não expressava o âmbito do que estava a preparar. Depois de muitas hesitações, acabei por reter um título relativamente inócuo, mas que me pareceu adequar-se: *Na espuma do outro lado do tempo*. Com efeito, os textos que preparei versam sobre um outro tempo, tempo que as novas gerações desconhecem e para as quais está do outro lado, do lado que já não é o deles. Todavia, as abordagens que efectuo são forçosamente restritas, limitadas, pois que perante a amplitude e a diversidade temática inerentes à vida e à sociedade de meados do século XX, quaisquer textos descritivos têm de ser parcelares, incompletos, ou seja, por mais aprofundados que sejam, acabam por reter apenas alguns aspectos, contemplando apenas alguns ramos: ficam-se, portanto, pela espuma da temática.

I

Acendedor de pederneira

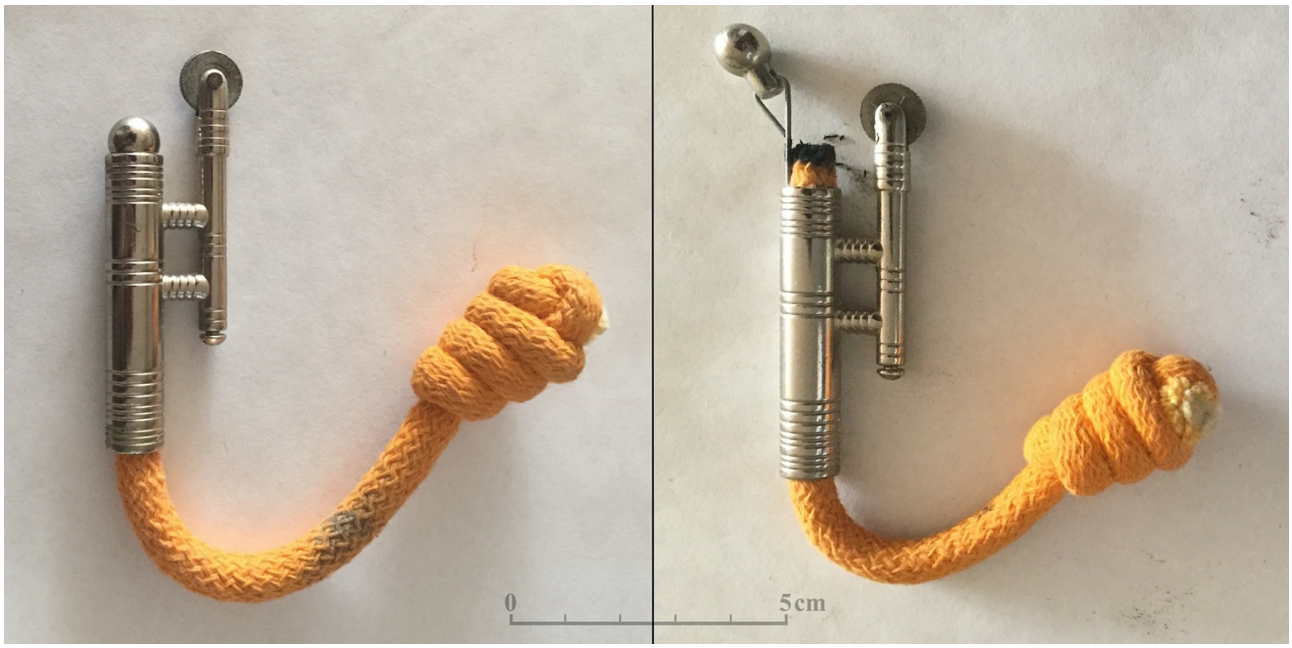


Figura 1 – Acendedor de pederneira, também designado por *isqueiro de pedra*, *isqueiro de mecha*, *isqueiro de torcida* ou, simplesmente, *espanhóis*.

• Intróito.

Confesso que já não sou do tempo em que se usavam rotineiramente os acendedores de pederneira, mas lembro-me de ver ainda algumas pessoas mais idosas usarem-nos, principalmente no campo e quase que apenas para acenderem o cigarrito. Eram também designados por *isqueiros de pedra*, *isqueiros de mecha*, *isqueiros de torcida* ou, simplesmente, *espanhóis* (pois que, na altura, em meados do século XX, provinham geralmente de Espanha).

O funcionamento era muito simples: a parte superior tinha uma pequena esfera à qual estava ligado um gancho preso na torcida ou mecha, que às vezes tinha quase meio metro. Puxando-a ligeiramente para cima, a torcida ficava ao nível de uma pequena roda metálica dentada (figura 1), a qual, sendo accionada com o polegar, friccionava a 'pedra', produzindo uma pequena faísca que provocava a incandescência de parte da superfície da mecha. Soprando um pouco, essa incandescência ia aumentando de dimensões. Depois de se acender o cigarro ou cumprir qualquer outra função, a torcida era novamente puxada para baixo, pela parte inferior, o que fazia com que a esfera, que se adaptava perfeitamente ao diâmetro do tubo por onde saía a mecha, o tapasse superiormente, fazendo com que esta se apagasse naturalmente por falta de oxigénio.

Esses isqueiros são os descendentes directos do velho método de fazer lume com pederneira, isto é, com sílex, que, percutido com outra pedra dura ou com metal, produz faíscas. Desde a remota antiguidade que os homens tinham aprendido a fazer fogo dessa forma. Produzindo, deste modo, faíscas junto de quaisquer pequenos pedaços de matéria vegetal seca, faziam com que estes entrassem em ignição lenta e, depois, soprando, acabavam por se desenvolver chamas. Também desde há muito que se descobrira que um material vegetal muito bom para iniciar este processo eram as fibras finas e branca de papilho do chamado *cardo bastardo*, *cardo de isca* ou *cardo isqueiro* (figura 2). Era a aglomeração dessas fibras que se designava por *isco*, termo depois também aplicado a outros materiais análogos que podiam desempenhar as mesmas funções.

Sendo, na altura, as ruas principais da minha aldeia calcetadas com calhaus rolados de quartzito (o que dava um piso bastante irregular), lembro-me bem de, quando criança, à noite, de modo algo inconsciente, atirarmos pedras ao longo da rua, ficando divertidos com as luzinhas dispersas que tal ia provocando. Recordo-me também, à noite, quando passavam burros e cavalos, de vermos por vezes surgirem essas pequenas luzinhas provocadas pelo impacto das ferraduras nos blocos de quartzito.

Vem-me também à memória a ocasião, em Agosto, em que eu, meu irmão e meus primos, ainda crianças, fomos com meu avô dormir a uma das propriedades, ao relento. De forma didáctica, como era seu costume, ensinou-nos a fazer uma "cama" para ficarmos abrigados, ou seja, uma pequena cova forrada com palha e coberta com uma manta. Estando já muito escuro, recordou-nos que precisávamos de um pouco de luz. Embora tivesse fósforos, disse-nos para apanharmos um pouco de restolho que colocámos numa pequena cova aberta num espaço que tinha sido limpo de vegetação. Depois, com duas pedras de quartzito, começou a bater com uma na outra, até que uma pequena faísca saltou para a palha seca, aí provocando um pequeno ponto incandescente. Soprando suavemente, essa pequena mancha foi-se alastrando até que começaram a aparecer pequenas chamas que se foram expandindo. De imediato colocámos alguns ramos secos e assim fizemos uma pequena fogueira, à luz da qual jantámos (na altura dizíamos *ceámos*).

Passados muitos anos, no Verão escaldante da Beira Baixa, meu irmão ia de carro por uma estrada de terra batida rodeada de campos com restolho, com destino a um terreno de meus pais. A certa altura, um dos pneus raspou numa pedra que, sujeita a essa pressão, foi projectada lateralmente. Nada de mais: é frequente tais coisas acontecerem. Meu sobrinho mais novo, que ia atrás, é que deu o alarme, dizendo que tinha começado um fogo. Voltaram de imediato e, a custo, conseguiram apagar esse início de incêndio. Muito provavelmente, a pedra projectada devido à passagem do pneu embateu noutro calhau de quartzito, e a faísca assim gerada pegou fogo ao restolho circundante. Quantos incêndios que ocorrem no nosso Verão caracterizado por grande secura não serão assim gerados? Os acendedores de pederneira (ou *isqueiros de torcida*, ou simplesmente *espanhóis*), sobre os quais estamos a explanar, funcionam exactamente da mesma forma, embora, como é óbvio, de modo mais sofisticado.

Quando surgiram as armas de fogo (que utilizavam pólvora como substância explosiva), era esta a forma de produzir a faísca que provocava a ignição do explosivo. É conveniente esclarecer que, na altura, *fuzil* (termo derivado da expressão em latim vulgar *petra focilis* = pedra de fogo, pederneira, tendo *focilis* como raiz *focus* = fogo e sendo *petra* = pedra), era a pequena roda metálica estriada que, ao ser friccionada na pederneira, produzia a faísca que caía no *isco*. O significado do vocábulo viria, mais tarde, a ampliar-se, abrangendo a generalidade das armas ligeiras de fogo.

• Isca, acendedores e isqueiros nos dicionários.

Logo em 1562, Jerónimo Cardoso (c.1508-1569), no *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum sermonem*, inseriu vários termos relacionados com o assunto, com os respectivos equivalentes em latim, entre os quais: *Isca para ferir fogo*. *Fomes*[202:f68], que em latim significava qualquer coisa como matéria inflamável, tudo o que serve para alimentar o fogo; *Fuzil de pederneira*. *Pirolabes*[202:f63v]; e *Pederneira*. *Silex*[202:f84].

Sobre o assunto, e para constatarmos como a terminologia associada evoluiu ao longo do tempo, é curioso ver qual a definição de algumas palavras que Rafael Bluteau (1638-1734) incluiu no seu *Vocabulário*, de início do século XIII, que geralmente é considerado como o primeiro dicionário de português:

> *Afuzilar*. *Fazer fuzilar. Fazer sair faíscas.* [...]. *A pederneira com que se Afuzila o fogo, sobre a escorva.* [...].[162:162]
>
> *Faísca. É aquela pequena porção, ou partícula de fogo, que se desata do corpo em que estava, como sucede ao ferir do lume com pederneira e fuzil.* [...].[165:f15]
>
> *Feridor.* [...]. *O fuzil com que se fere a pederneira.* [...].[165:f80]
>
> *Fuzil (Termo Náutico). Fazer fuzis ou fuzilar é dar fogo a uma pequena* [porção] de *pólvora para com a labareda que se levanta, se reconhecerem os navios da noite.* [...].[165:f243]
>
> *Fuzil* [...]. *Fuzil de ferir lume com pederneira.* [...].[165:f243]
>
> *Fuzilar*. *Lançar relâmpagos.* [...].[165:f243]
>
> *Isca.* [...]. *Isca de ferir fogo.* Ignis illicium. [...].[165:i206]
>
> *Pederneira*, *Pedra de ferir lume.* Pyrites [...]. *Arcabuz de pederneira.* [...].[167:346]
>
> *Petisco. A isca, a mecha e o fuzil com sua pederneira para ferir lume.* [...].[167:472]

Os acendedores de pederneira (ou *isqueiros de torcida*) tinham, portanto, o que antigamente se designava por *fuzil*, a pequena roda metálica estriada que, ao ser friccionada na pedra, produzia uma faísca que caía no *isco*, o qual, originalmente, como já referimos, correspondia a um entrançado (torcida) das fibras finas e branca do papilho do chamado *cardo de isca*. Os primeiros dicionários não são muito elucidativos sobre o significado deste vocábulo, nesta acepção, referindo apenas que *isca* serve para *ferir fogo*, ou, como no dicionário Morais Silva (1755-1824), de 1813, em que um dos sentidos é a de *matéria em que se recebem as faíscas feridas com fuzil da pederneira, para se acender lume*[380:183].

Em 1849, Eduardo de Faria (1823-*c.*1860) é um pouco mais elucidativo:

> *Isca.* [...]. *A matéria inflamável em que se recebem as faíscas da pederneira para acender lume; de ordinário é agárico* [um tipo de cogumelo] *seco, trapo ou papel enxofrado.* [...].[249:155]
>
> *Fuzil* [...]. *Peça de aço movediça das armas de fogo que fere fogo percutida da pederneira.* [...].[249:66]
>
> *Pederneira, pedra siliciosa de ferir lume; a pedra fixada no cão de espingardas, pistolas, e hoje nas peças de artilharia, com que se fere lume para dar fogo ou disparar a arma.* [...].[249:361]

Porém, no dicionário de Eduardo de Faria encontramos outro termo que parece estar ausente dos dicionários anteriores:

> *Eriophoro (bot.) cardo cabeludo;* [cardo] *bastardo; cardo isqueiro.*[249:407]

Trata-se de alusão às plantas do género *Eriophorum*, possivelmente de forma mais específica à espécie *E. angustifolium* (figura 2), gramínea de solos com abundância de água, comum em Portugal,

cujas sementes são cobertas com uma massa macia de filamentos, parecidos com algodão, que ajudam a que, com o vento, sejam dispersas, para posterior germinação. Eram esses filamentos que eram aproveitados para isca nos acendedores.

É de salientar que este termo aparecia já nalgumas obras lexicais anteriores, como na *Prosódia* de Bento Pereira (1605-1681), de meados do século XVII, onde consta, na parte latim-português:

> *Eriophoron, Casta de cebola.* [338:f93v]

Na sétima edição, de 1697, o verbete é um pouco mais completo:

> *Eriophorus. Cebolinho da praia; item, o que traz lã.* [343:237]

Embora seja difícil, a esta distância temporal, saber especificamente quais eram as plantas referidas pelo autor, a alusão à lã permite pensar que seria a aludida planta da isca. Entretanto, o botânico sueco Carl Linnæus (1707-1778) divulgou o sistema de nomenclatura binomial, e em 1818 o *Jornal de Coimbra* publicava um artigo em que eram apresentadas as *Plantas com o nome vulgar e o seu correspondente pelo Sistema de Lineu*, em que estão incluídos

> *Cardo de isca ou isqueiro - Cardus eriophorus.* [122:223]
> *Eriophoro bastardo - Cardus eriophorus.* [122:231]

Figura 2 – O *Eriophorum angustifolium*, uma das plantas da isca, sendo visível à esquerda um conjunto destes vegetais inflorescentes e à direita os filamentos que, secos, constituíam a isca.

Porém, neste tema, é em vários pontos mais elucidativo o *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, iniciado por Domingos Vieira (1775-1857), concluído por uma série de colaboradores e publicado postumamente, entre 1871 e 1874. Tem o verbete *isqueiro*, mas apenas remete para *Eriophoro*[423:1177]. Alguns termos retirados do *Thesouro* com relevância este tema:

> *Cardo,* [...].*Cardo da isca, ou isqueiro.* [...]. [422:109]
> *Eriophoro, (De 'erio', e 'phoros', que leva, tem, conduz, contém). Termo de Botânica. Que contém pêlos lanosos em grande abundância. — Cardo cabeludo — Cardo bastardo, o que produz isca, e que por isso toma o nome vulgar de cardo isqueiro.* [423:231]

Espingarda [...]. *Espingarda de fuzil; arma de fogo em cuja fecharia existe uma peça chamada cão, que no acto de disparar cai sobre o fuzil, ferindo lume numa pederneira que inflama a pólvora contida na caçoleta, e comunica o fogo à carga que está no cano, por meio de um orifício chamado ouvido.* [...].[423:348]

Fuzil (Do Francês fusil). *Peçazinha de aço com que se percute a pederneira para acender a isca.* [...]. *– Caixa em que se coloca o bocado de aço, a pedra, a isca e os fósforos. – Peça de aço que cobre a parte superior de uma arma de fogo e contra a qual fere a bateria*. [...]. *– Fuzil de percussão; fuzil cujo cão, feito em forma de martelo, fere sobre um grão de pólvora fulminante e que inflama a carga.* [...]. *– Fuzilar; matar a tiros de espingarda.* [...].[423:813]

Isca, (Do latim esca*).* [...]. *A matéria em que se recebem as faíscas feridas com fuzil da pederneira, para se acender lume.* [...].[423:1175]

Isqueiro. Vid. Eriophoro. [423:1177]

Curiosamente, no *Thesouro da Língua Portuguesa*, de Domingos Vieira há também o vocábulo *Acendedor*, mas com uma acepção muito diferente da que viria mais tarde a adquirir, como sinónimo de isqueiro:

Acendedor [...]. *O que acende; incendiário, inflamador. =* [...]. *Desde que existe o sistema de iluminação nas cidades, o termo acendedor tornou-se vulgar no sentido próprio, e é sinónimo de lampianista.* [...].[421:72]

Como é normal, com a passagem do tempo, o significado das palavras foi-se alterando, adquirindo, não raro, novas abrangências. Tal é evidente, como vimos, no Dicionário de Domingos Vieira, em que, por exemplo, no verbete *Fuzil*, nos diferentes significados, embora se continue a expressar a antiga acepção, isto é, *Peçazinha de aço, com que se percute a pederneira para acender a isca*, bem como o sentido tradicional de *O brilho que se faz nas nuvens, inflamando-se a matéria eléctrica; o relâmpago*, são dados "novos" conceitos, como o de *Caixa em que se coloca o bocado do aço, a pedra, a isca e os fósforos*. Convém referir que os fósforos eram, na altura, uma novidade, tendo a primeira fábrica de *palitos de lume*, como então eram designados, sido criada em Portugal em 1864 (assunto que aprofundaremos um pouco mais no capítulo *Licença de isqueiro*). No *Thesouro da Lingua Portugueza* é também introduzido o conceito do que hoje designamos por *arma de fogo* quando se diz:

ESPINGARDA. Arma de fogo grande, com cano, coronha e fechos. [...].[423:347]

— Espingarda de fuzil; arma de fogo, em cuja fecharia existe uma peça chamada cão, que no acto de disparar cai sobre o fuzil, ferindo lume numa pederneira, que inflama a pólvora contida na cassoleta, e comunica o fogo à carga que está no cano, por meio de um orifício chamado ouvido.[423:348]

FUZIL [...]. *Fuzil de munição; fuzil de grosso calibre, que é a arma ordinária de infantaria e ao qual se adapta uma baioneta.*[423:813]

— Por extensão, espingarda.[423:813]

Como já dissemos, a isca provinha principalmente de uma planta tipo cardo, e tal está também expresso nesta obra, mas havia outras espécies vegetais com que se podia produzir isca. Por exemplo, no *Thesouro* é também indicada a:

Coníza, Planta cujas folhas são como as da oliveira, com fibras pelo meio: é conhecida também por erva da isca *ou* alecrim das paredes. [...].[422:415]

No dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1899, aparecem os dois vocábulos (acendedor e isqueiro), mas com acepções bastante diferentes das que viriam depois a adquirir:

Acendedor, o que acende.[256:14]

Isqueiro, m. (bras.) pequena caixa feita de chifre onde os fumadores guardam a isca. [...].[256:780]

Curiosamente, o vocábulo *isqueiro*, com esta acepção, aparece com a indicação de que é termo brasileiro. Com efeito, no Brasil, tal significado aparecia já em 1860 num artigo enviado de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sobre o traje dos camponeses pobres daquela então província:

[...]. *Isqueiro, que é um pequeno tubo de metal, ou formado da ponta de um chifre, com tampa de porongo* [espécie de cabaça]*, onde trazem a isca resguardada da humidade, e a que pegam fogo, por meio da pederneira e fuzil, para acender o cigarro, de que usam desde a mais tenra idade: este é feito de tabaco picado e de palha de milho, em lugar de papel.* [...].[366]

Até às décadas iniciais do século XX, nos dicionários, *isqueiro* significava a pequena caixa onde os fumadores guardavam a isca. Com a acepção actual, este vocábulo, tal como *acendedor*, apareceram dicionarizados apenas em 1925, na segunda edição do dicionário de Caldas Aulete:

Acendedor [...], *o que acende: Os acendedores municipais. | Utensilio ou instrumento próprio para acender: O sacristão pegou no acendedor e caminhou para o altar.* [...].[143:25]

Acendedor automático, [...], *espécie de fosforeira que consta de um pequeno tubo ou caixinha, com um reservatório de gasolina, e que, por fricção com uma pequena pederneira, produz chama*.[143:25]

Isqueiro [...], *(Bras.) pequena caixa feita de chifre em que os fumadores guardam a isca. | Acendedor automático, acendalha.* [...].[144:103-4]

Segundo Rocha Peixoto (1866-1909), a utilização dos isqueiros vulgarizou-se principalmente com a divulgação do uso do tabaco. Porém, com a implantação da indústria fosforeira no país, verificou-se a adopção de medidas tendentes a restringir a utilização de acendedores, principalmente os automáticos (que na maior parte eram importados), assunto que pormenorizamos noutro capítulo. No entanto, os isqueiros continuaram a ser usados pelo povo, embora ocultamente. Tal aconteceu, também, durante muito tempo, com os isqueiros rudimentares, como os aludidos acendedores de pederneira e outros. No planalto barrosão e no Suajo usava-se o *cornipo,* chamado *galhipo* no Lindoso, que era um toro de chifre de bode vedado com discos de cortiça que tinha no interior farrapos de linho chamuscado ou medula de sabugo: com um fragmento de quartzo leitoso regional obtinham a faísca e, consequentemente, o lume necessário para acenderem o cigarro[334].

Portanto, foi da ancestral forma de fazer fogo percutindo determinadas pedras siliciosas sobre matéria vegetal seca que derivaram os mecanismos para fazer explodir a pólvora das espingardas, bem como, não se sabe quando, estes antigos acendedores de funcionamento muito simples. Porém, na primeira metade do século XX, a pederneira foi substituída por um sucedâneo industrializado, e a antiga isca produzida com matéria vegetal natural, de onde provém o nome destes utensílios, era também já uma *torcida* resultante do labor industrial.

• Isqueiros na literatura.

O termo isqueiro aparece com muita frequência na literatura lusófona, mas não são muitas as obras que referem os rudimentares *isqueiros de pederneira*. Tal método de fazer lume não estava, obviamente, confinado a Portugal e à Europa, sendo utilizado desde tempos ancestrais também nos outros continentes. Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900) dá-nos conta disso na sua narrativa *Como eu atravessei Àfrica*, entre 1877 e 1879, ao descrever os luchazes, um povo que vive no Leste e Sudeste do Planalto Central de Angola:

> [...]. *Estes luchazes trabalham em ferro e fazem todas as obras de que precisam. O ferro é encontrado no país.*
>
> *Uma cousa única que vi entre os povos bárbaros que visitei, é usarem os Luchazes de isqueiros para fazerem fogo, com fusil e pederneira* [figura 3]. *As pederneiras são trazidas pelos Quibôcos ou Quiôcos, que as vêm trocar a cera; e os fuzis fabricados por eles são de ferro forjado e temperados em água fria, onde os lançam estando o ferro rubro. A isca é preparada com algodão misturado com a amêndoa, pisada, contida no endocárpio de um fruto chamado Micha.* [...].[347:221]

Também na América do Sul, no vale do Amazonas, em 1873, Francisco Bernardino de Souza (1834-?), em *Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas,* escrevendo sobre uma árvore chamada Parinary, descrevia assim a utilização do *isqueiro*;

> *Parinary. É uma árvore acerca da qual escreveu o célebre naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira:*
>
> *«A formiga ajunta a página exterior desta árvore para fazer seus ninhos, e os índios a recolhem depois de ajuntada pela tal formiga. A isto chamam* Taracuá*, e lhes serve para isca sobre que fazem fogo.»*
>
> *Também dão à formiga o nome de* taracuá*, ou antes de* tracuá*. Encontram-se estes ninhos em maior quantidade, e quiçá de melhor qualidade, no* [rio] *Solimões. Tem muito consumo, porque os índios, tendo quase sempre necessidade de acender fogo ao ar livre, preferem o isqueiro ao fósforo, que nem sempre encontram. Preparam o isqueiro muitas vezes com algodão em rama, cordas, trapos etc.; mas, quando a podem conseguir, preferem a isca de* tracuá.[393:304]

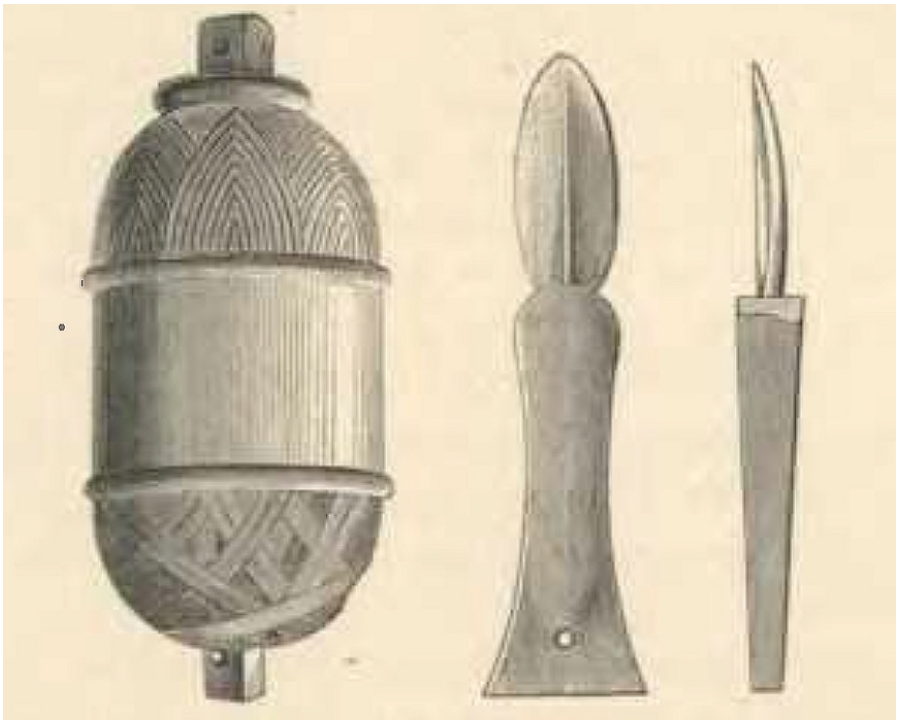


Figura 3 – Isqueiro dos luchazes, caixa de isca e fuzil. Extraído de Serpa Pinto (1881)[347].

Entretanto, apareceram os *palitos phosphoricos,* isto é, o que hoje designamos por fósforos, tendo a primeira fábrica portuguesa sido instalada em 1863 em Lisboa. Surgiram, também, os isqueiros mecânicos. A situação levou à criação de um monopólio fosforeiro e à adopção de medidas tenden-

tes a restringir a utilização de acendedores automáticos. Em 1892, um artigo do periódico *Occidente* caracterizava assim a situação:

> *É lógico que um produto após monopolizado suba de preço* [...]. *Outrora, uma dúzia de caixas de fósforos custava vinte e cinco a trinta réis, actualmente custa oitenta réis.* [...].
>
> *Mas, a indústria, com os seus progressos, não podia deixar que um objecto, aparentemente de valor tão baixo, subisse a elevado preço. Entre os variadíssimos processos tendentes a melhorar este facto, apareceram os* isqueiros mágicos*, os* fuzis americanos *e, mesmo, o clássico fuzil, pederneira e isca, tão arcaica como patriarcal*. [...].[295]

No início de *El-Rei Dinheiro,* de Arnaldo Gama (1828-1869), romance só publicado postumamente, em 1876, o autor descreve a utilização do fuzil e da isca:

> [...]. *Chegado ao caramanchão, sentou-se, arranjou-se e aconchegou-se comodamente numa pequena mesa que o veterano pôs diante dele, depois tirou da algibeira uma charuteira e colocou-a defronte de si. O veterano foi então sentar-se à distância, num banco de pedra, e o cão estendeu-se aos pés do amo, pôs o focinho entre as mãos e desandou a dormir.*
>
> *Passado alguns minutos de silêncio, o general tirou um charuto da charuteira.*
>
> *— Pederneira — disse em voz de comando.*
>
> *— General.*
>
> *— Lume para o charuto.*
>
> *O veterano tirou fuzil e isca da algibeira, petiscou lume, que ofereceu ao general, e entretanto que ele acendia o charuto, preparava um cigarro para si.*
>
> *— Raios e diabos! — gritou então Bernardo Tovar, arremessando furioso o charuto — Não se acende e fede que tresanda! ... Quebro-te a cabeça! ... Que charutos! Puh! ... que fétido! ... Isto é veneno para envenenar uma divisão inteira! Cem diabos! ...* [...].[269:11-2]

Também Camilo Castelo Branco (1825-1890), no início do segundo capítulo de *Eusébio Macário,* cuja acção se desenvolve em 1822, se refere ao sílex e ao fuzil:

> [...]. *Ele esperava remir-se do inferno pelos merecimentos do filho que fizera frade para ter santo na família que o protegesse. — O Frade é aquilo que vocês estão vendo, dizia com muito azedume, é um meliante pior que o diabo; até se embebeda; deu cabo da mãe, e eu não tardo.*
>
> *E sujava os olhos com o canhão da jaqueta de saragoça de varas, limpando duas lágrimas gelatinosas. Via-se só. Casara um filho em Basto e uma filha na Terra-quente. Andava aparvalhado pelos matos com a sachola ao ombro. O seu único alívio era petiscar lume com um fuzil num sílex, e acender na isca cigarros uns atrás dos outros; a tossir sempre uma expectoração dos bofes requeimados.* [...].[181:176]

Muito diferente é o célebre romance *Macunaíma,* do brasileiro Mário de Andrade (1893-1945), que narra a história do índio com esse nome desde o seu nascimento na selva, e que recupera os folclores linguísticos da época. Já perto do final, Macunaíma encontra *o monstro Oibê, o minhocão temível*, e depois de comer:

> [...]. *Então Oibê levou Macunaíma pro quarto-de-hóspedes deu boa-noite e fechou a porta por fora. Foi cear. Macunaíma botou a gaiola num canto, cobrindo o casal de galinhas com umas chitas. Assuntou o quarto bem. Tinha uma bulhinha sem parada vinha de todos os lados. Macunaíma bateu a pedra do isqueiro e viu que eram baratas. Trepou assim mesmo na rede não sem espiar mais uma vez si não faltava nada prós legornes. O casal estava até bem satisfeito comendo*

barata. Macunaíma se riu pra ele, arrotou e adormeceu. Daí a pouco estava coberto de baratas lambendo. [...].[115:237]

Outro exemplo da utilização de isqueiro, com esta acepção, foi retirado de *O Delfim,* de Cardoso Pires (1925-1998), publicado em 1968.

[...]. *Na clareira que os faróis cavam na névoa, surge um homem enrolado em fumos com um bando de garotos atrás. Vem do largo, carregando um molho de canas ao ombro, que são, tudo leva a crer, foguetes; foguetes de fio encerado e hastes aparadas.*

«São para hoje?», pergunto quando o grupo passa por nós.

Fogueteiro e companhia detêm-se. O homenzinho cheira a pólvora a meia légua de distância, e muito mais ainda no momento em que, encostado a mim, espreita para dentro do carro. É verdade, tresanda a pólvora e a esterco. Deve ser dos tais que trazem sempre no bolso do colete um desses isqueiros de cordão que nunca falham em matéria de acender rastilhos. Explica ele:

«Levo aqui, senhor padre, esta braçada de foguetes para deitar à meia-noite, com outros tantos que o Regedor ficou de me arranjar. Ainda não ceei, ainda tenho de preparar três morteiros para amanhã, e nem ao menos posso contar com a ajuda do meu rapaz que, pelos vistos, está a queimar a féria na Vila, devido ao adiantado da hora. Pois não quer ver o senhor padre que, com tanto transtorno, tenho de gramar esta canalha atrás de mim? Sarna das sarnas, que me têm feito a vida negra. Ide-vos, mocitos, ide às vossas mães. Daqui até à meia-noite não me doa a mim o juízo.» [...].[351]

Seleccionámos como último exemplo uma passagem do conto *A Velhice do Poeta,* de Teixeira de Pascoais (1877-1952), publicado postumamente, em 1973:

[...]. *A primeira vez que visitei o Jardim Escola do seu nome* [Guerra Junqueiro]*, comovi-me até às lágrimas, ao contemplar certos objectos pobrezinhos, que pertenceram ao nosso divino Mestre. Uma bengalinha de junco com o verniz todo estalado, e um misero isqueiro de pederneira com a mecha quase gasta. Mas emanavam uma auréola, o quer que era do seu possuidor, o mais vago duma aparição miraculosa, como a presença do Poeta, sensível mas não visível, que parecia encher de etérea comoção todo o ambiente... Quis ajoelhar, diante da bengalinha e do isqueiro ... e não me atrevi, dominado, ao mesmo tempo, por uma espécie de infame cobardia. O temor anti-quixotesco do ridículo? Assim nos anulamos, o que é ignóbil, em certos instantes da nossa vida!* [...].[332]

Página intencionalmente em branco

II

Aerograma militar

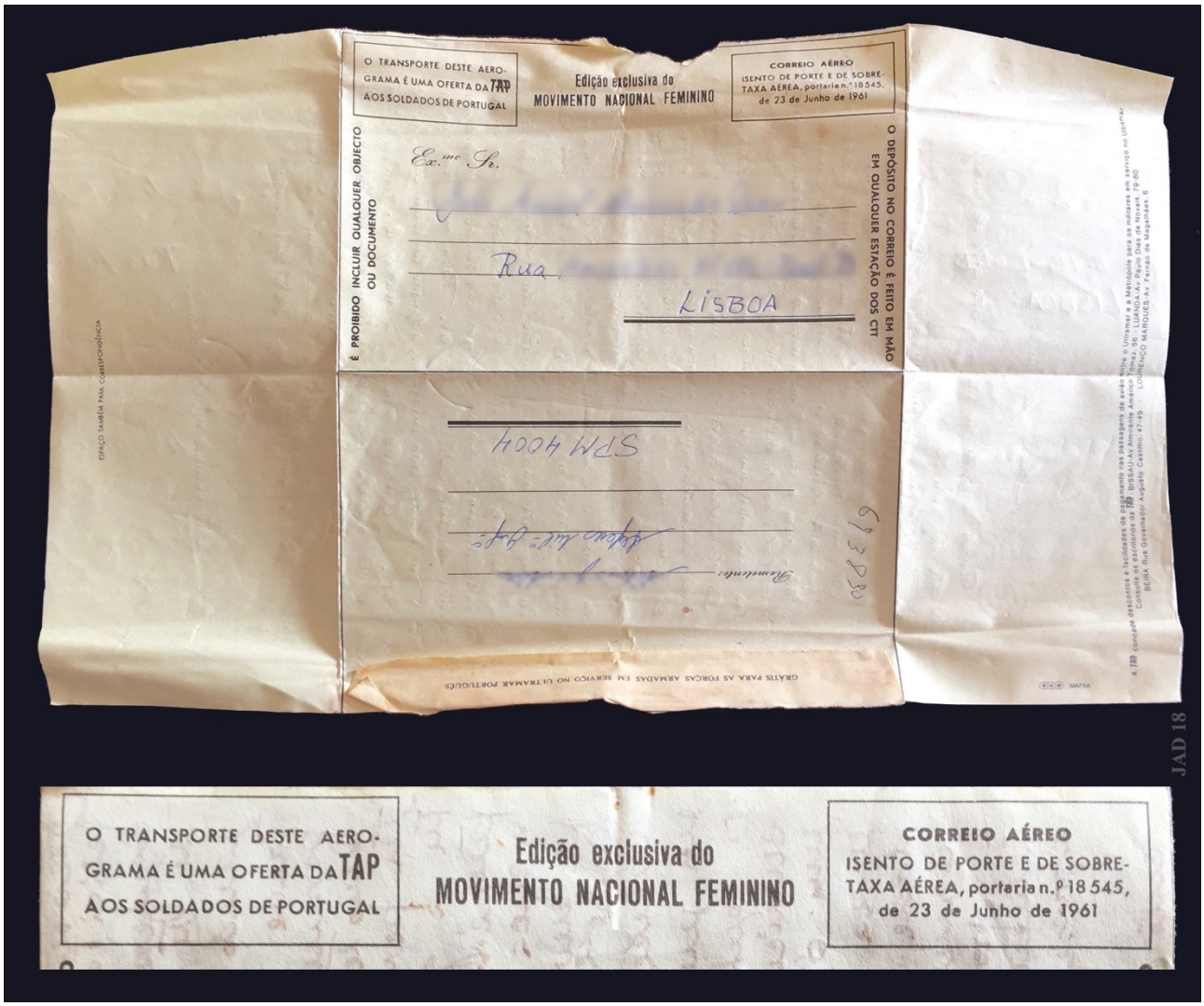


Figura 4 – Aerograma já utilizado.

• Intróito.

Os aerogramas eram folhas de papel devidamente timbradas que, dobradas, assumiam o formato de envelope e eram enviados pelo correio aéreo. Felizmente, as novas gerações não conhecem esses "objectos", mas as gerações que foram sujeitas à chamada Guerra do Ultramar (1961-1974) sabem bem o que eram. Com o deflagrar desta guerra em Angola, em Fevereiro de 1961, a qual rapidamente se alargou às outras então designadas *Províncias Ultramarinas*, era preciso dar algum apoio e conforto aos largos milhares de militares que eram mobilizados para irem aí combater,

nomeadamente no que se referia aos contactos com familiares e amigos. Para tal, recuperou-se um meio que tinha sido bastante utilizado durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945): o *aerograma*.

Foi por iniciativa do Movimento Nacional Feminino (MNF), criado por Cecília Maria Supico Pinto (1921-2011), instituição de suporte do Estado Novo que pretendia agremiar as mulheres em torno do apoio aos militares mobilizados para esta guerra que, logo em 1961, foram (re)criados os aerogramas militares. Foram oficialmente instituídos pela Portaria n.º 18 545, de 23 de Junho desse ano, dos Ministérios do Ultramar e das Comunicações, que estipulou:

> *1.º Que sejam isentos temporariamente do pagamento de porte e de sobretaxa aérea as cartas e bilhetes-postais com correspondência de índole familiar que forem expedidos para qualquer ponto do território português pelo pessoal dos três ramos das forças armadas ou corporações militarizadas, bem como os expedidos do continente e ilhas adjacentes para aquele pessoal pelos familiares e madrinhas de guerra* [...].[87]

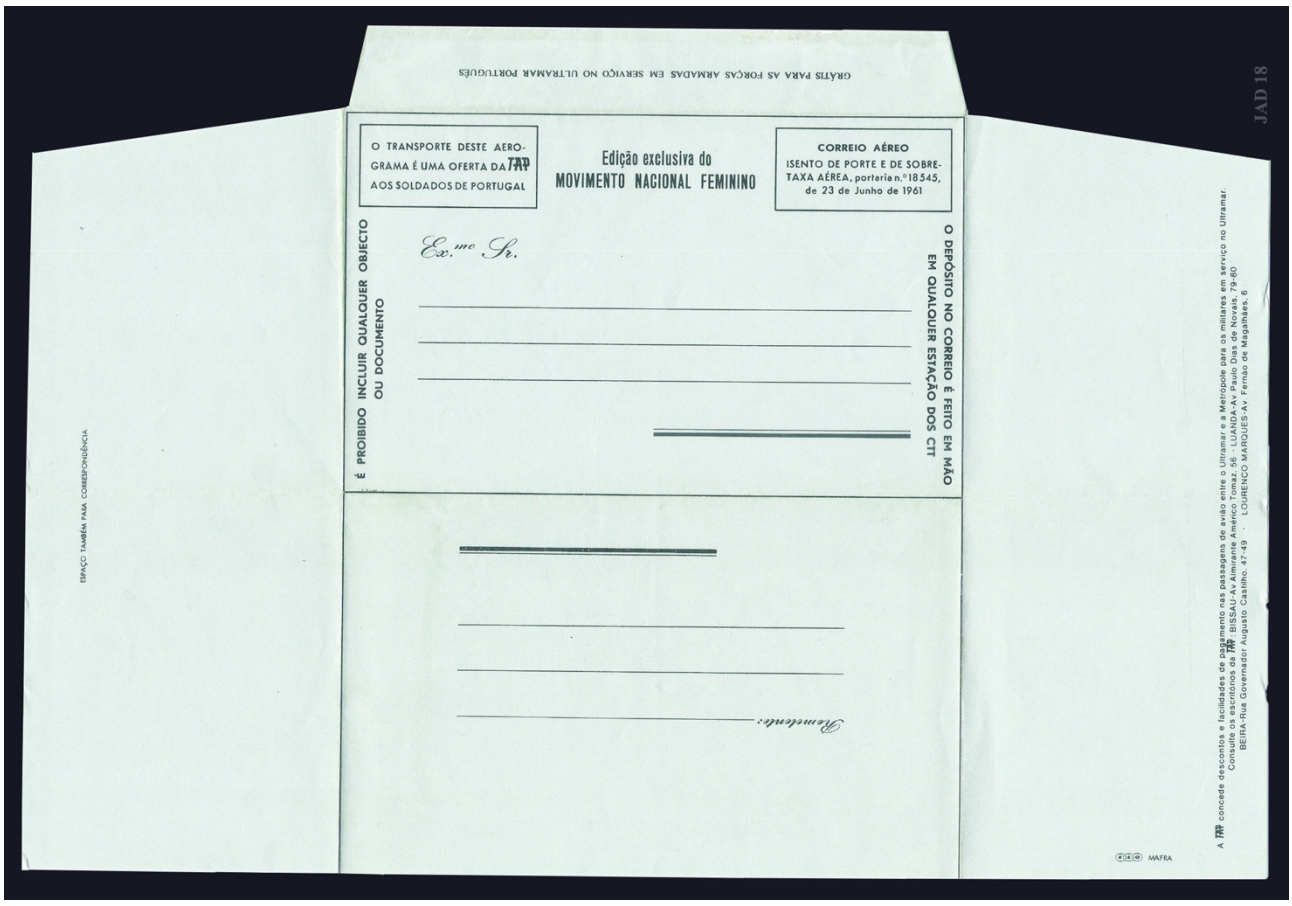


Figura 5 – Aerograma antes de ser utilizado.

É de referir que as *madrinhas de guerra* derivaram, também, de uma figura criada durante a 1.ª Guerra Mundial com a finalidade de apoiar moral, psicológica e emocionalmente os soldados em campanha. Essa figura chegou a Portugal em Abril de 1917, na sequência da proclamação do estado de guerra pelo país (em Março de 1916). No decurso da Guerra Colonial Portuguesa, as *madrinhas de guerra* foram reinventadas pelo *Movimento Nacional Feminino*[369]. É ainda de ressaltar que muitas *madrinhas de guerra* acabaram por se tornar noivas ou esposas dos afilhados combatentes.

Os aerogramas, com frequência designados coloquialmente como *bate-estradas*, foram intensivamente utilizados até ao fim do conflito armado, em 1974, até porque eram muito baratos ou mesmo

gratuitos, além de que estavam isentos de portes. Normalmente eram feitos de papel azulado ou amarelado, embora, com menos frequência, fossem também utilizadas outras cores. Em princípio, os aerogramas em papel amarelo eram destinados ao uso exclusivo no sentido Ultramar-Metrópole, enquanto que os que eram impressos em papel azul se destinavam a ser utilizados no sentido inverso. Era através dessas folhas de papel fino (280 x 172 mm e peso inferior a 3 gramas) que largos milhares de combatentes mitigavam saudades de familiares e amigos, e se correspondiam com as aludidas *madrinhas de guerra*.

Como estava bem expresso na parte frontal dos aerogramas (figura 4), eram *edição exclusiva do Movimento Nacional Feminino*, estavam isentos *de porte e de sobretaxa aérea* e o transporte era *oferta da TAP aos soldados de Portugal*. O endereço do militar não referia localidades ou regiões: apenas o nome, patente e o código SPM, que era o indicativo postal do *Serviço Postal Militar*, composto por 4 dígitos, dos quais o último era referente à província ultramarina. Por exemplo, o código SPM de Angola terminava em 6, o de Moçambique em 4 e o da Guiné em 8.

• Aerogramas na literatura.

Na realidade, para os muitos milhares dos (então) jovens que foram obrigados a passar o tormento da guerra em África, os aerogramas eram um conforto mínimo, um acalento transmitido por pessoas queridas, uma evasão ao duro e aterrorizante quotidiano em que estavam imersos. Na altura, praticamente todos os jovens tinham de fazer uma comissão de cerca de dois anos no ultramar (por vezes mais), tendo apenas como alternativa, se o conseguissem, fugir do país. Assim, muitos foram os escritores dessas gerações que foram sujeitos à experiência violenta e dolorosa da guerra, de alguma forma amenizada pelos aerogramas. Um deles foi António Lobo Antunes (1942- ...) que, por exemplo, em *Os Cús de Judas,* publicado em 1979, retrata, no seu estilo peculiar, o que era esse sofrimento e o conforto (se bem que insatisfatório) dos aerogramas:

> [...] *há onze meses que só vejo morte e angústia e sofrimento e coragem e medo*, *há onze meses que me masturbo todas as noites, como um puto, a tecer variações adolescentes em torno das mamas das fotografias do cubículo de transmissões, há onze meses que não sei o que é um corpo ao pé do meu corpo e o sossego de poder dormir sem ansiedade, tenho uma filha que não conheço, uma mulher que é grito de amor sufocado num aerograma, amigos cujas feições começo inevitavelmente a esquecer, uma casa mobilada sem dinheiro que não visitei nunca, tenho vinte e tal anos, estou a meio da minha vida e tudo me parece suspenso à minha volta* [...].
>
> [...] *o capitão chegou da mata com uma* kalachnikov *no sovaco e disse O tipo estava de costas a guardar a lavra não nos viu sequer aproximar-nos, vamos todos acordar bem dispostos amanhã e ganhar a guerra vivaportugal, que importa o nevoeiro do cacimbo até aos ossos se angolénossa e as senhoras do movimento nacional feminino se interessam desveladamente pela gente toma lá dez aerogramas e vai-te curar, compreende o que é querer fazer amor e não haver com quem,* [...].[130]

Também Manuel Alegre (1936- ...) foi sujeito à vivência da guerra, de igual modo em Angola. Entre outros, no conto *A Carta,* faz alusão aos aerogramas:

> [...]. *O pior é esta dor do lado direito, a dor, o sangue, a sensação de estar a escorregar para dentro de mim mesmo. É possível que a bala tenha atingido o pulmão. Começo a ter na boca um sabor a ferro, não tenho senão um aerograma, por acaso é o último, estou algures no mato encostado a um velho tronco, não há ninguém à minha volta, sou o último soldado de uma guerra esquecida, perdida no tempo. Não sei de onde veio o tiro* [...].[110]

Foi também em Angola que Fernando Assis Pacheco (1937-1995) fez a sua comissão militar, e foi daí, de Nambuangongo, que enviou para o seu editor o poema *Há um veneno em mim*, integrado em *A Musa Irregular*:

> *Há um veneno em mim que me envenena,*
> *um rio que não corre, um arrepio,*
> *há um silêncio aflito quando os ombros*
> *se cobrem de suor pesado e frio.*
>
> *Há um pavor colado na garganta,*
> *e tiros junto à noite, e o desafio*
> *(algures na escuridão) de alguma coisa*
> *calando o fraco apelo que eu envio.*
>
> *Há um papa que morre enquanto escrevo*
> *estas linhas de angústia e solidão*
> *há o fogo da Breda, os olhos gastos.*
>
> *Há a mulher que espera confiada*
> *um pálido vazio aerograma;*
> *e há meu coração posto de rastos.*[329:35]

Mais recentemente, Francisco Moita Flores (1953- ...), em *O Mensageiro do Rei,* de 2017, evocou a importância que os aerogramas tinham para os familiares directos de quem cumpria a comissão na guerra de África: Luís Filipão da Costa, realizador de um filme sobre o regicídio de D. Carlos I, está prestes a filmar uma cena que se passa numa estação dos correios, mas o actor, Segismundo, sente-se inseguro, e Filipão vai tentar enquadrá-lo:

> *— Vamos ver como corre. Não entendo esta coisa dos mensageiros e do Correio ...*
>
> *— Porque és da idade do email e do sms, pá! Não tens história de vida na cabeça. É tudo electrónico. Foi no que deu esta revolução cibernética.* [...].
>
> *— O meu problema é que acho uma estação dos Correios semelhante a uma mercearia. A gente entra, compra o que tem a comprar, selos, livros, envia cartas, recebe reformas, sei lá, e pronto!* [...]
>
> *Filipão encostou-se a uma secretária que servia de adereço e enfrentou-o com um ar sério.*
>
> *— Os Correios são o mais poderoso mundo de afectos, pá! Se tivesses vivido no tempo da Guerra Colonial, saberias a importância dos aerogramas. Sabes o que é um aerograma? Não sabes, pá! Tens cara de sms, como podes saber o que é um aerograma?* [...].
>
> *Filipão estava entusiasmado e já não falava para Segismundo. A equipa calara-se para ouvi-lo. A voz tremeu-lhe de emoção.*
>
> *— Eu era puto. O meu irmão estava na Guerra Colonial. Na Guiné. Todas as semanas a minha mãe ansiava pelo aerograma que ele escrevia. Era uma espécie de carta, uma folha, que se dobrava e dava para colocar o endereço. Todas as semanas os meus pais respondiam, falando das saudades, do desejo de vê-lo de regresso. Eu percebi como eram importantes os aerogramas e ia para a rua à espera que se aproximasse o carteiro.* [...]. *Ainda me lembro o nome dele. Chamava-se Serafim. «Traz notícias do meu irmão?», perguntava, ansioso, antecipando o alvoroço alegre da minha mãe e do meu pai. «Sim, diz à tua mãe que já vou entregar.»* [...] *e eu corria para casa aos gritos: «Mãe, mãe! O mano escreveu.»* [...]. *Era o Serafim que ligava a minha rua aos confins da Guiné, onde ele combatia não se sabe bem porquê, nem para quê. Os Correios eram a presença do alferes Gonçalo, na terrível ausência. A voz escrita. A emoção escrita.* [...].[262]

Por último, referimos o romance *Jesusalém,* do escritor moçambicano Mia Couto (1955-...), que conta a história de Silvestre Vitalício que, depois da morte da mulher, Dordalma, pegou nos dois filhos, Mwanito (o narrador) e Ntunzi, bem como no fiel empregado Zacaria Kalash (um antigo militar), *que tinham pele escura*, e fugiu da cidade em busca de um refúgio seguro, completamente afastado do mundo. Encontrou-o numa velha coutada de caça abandonada, onde se instalou, dando -lhe o nome de Jesusalém. Os aerogramas são referidos num interessante trecho:

> [...]. *Depois, Zacaria contou-me o que lhe tinha acontecido nos seus tempos da companhia de comandos coloniais.* [...].
>
> *Chegava o correio e ele era o único a quem nunca ninguém escrevia. Invariavelmente, Zacaria era excluído, sentindo-se que lhe pesava uma raça: não a da cor da pele, mas a dos que ficam sempre do lado de fora da alegria.*
>
> *— Nunca nenhuma mulher me escreveu. Para mim, Jesusalém começou mesmo antes de aqui chegar...*
>
> *Uma meia dúzia de soldados portugueses, incapazes de ler, elegera-o para ser o decifrador das cartas que chegavam de Portugal. Esse era o seu momento. Sentado no leito cimeiro dos beliches da camarata, os olhos ávidos dos brancos o contemplavam como a um poderoso profeta.*
>
> *Mas a efémera vaidade não se equiparava com o êxtase dos que recebiam cartas. A inveja de Zacaria não tinha dimensão. Do outro lado do mundo chegavam mulheres, amores, aconchegos. E até o nome dos postais lhe suscitava ciúmes: «aerograma». Para ele era quase nome de pássaro. Lhe ocorreu, então, fazer passar-se por um dos portugueses. E foi assim que Zacaria Kalash ganhou, por indevido cruzamento de identidade, uma madrinha de guerra.*
>
> *— É esta aqui, veja. Maria Eduarda, a Dadinha...*
>
> *E mostrou-me a fotografia de uma mulher de pele clara, cabelos puxados sobre os olhos, grandes brincos nas orelhas. Sorri para mim mesmo: a minha madrinha sem guerra, a minha Marta, era, sem dúvida, muito mais branca que aquela mulher de olhos tristes. Zacaria não notou como eu, por um instante, me distanciara. O militar guardou a fotografia no bolso enquanto me explicava que ele nunca se separava daquele talismã de papel.*
>
> *— É uma protecção contra as balas.*
>
> *Zacaria e a madrinha corresponderam-se durante meses. Até que, no final da guerra, o militar lhe confessou ter falsificado a sua verdadeira identidade. Ela respondeu, na volta: também ela tinha falseado nome, idade e lugar. Maria Eduarda não tinha os vinte e um anos requeridos para ser escrevedora de esperança para mancebos.*
>
> *— Cada um de nós foi uma mentira, mas nós os dois fomos verdade. Entende, Mwanito?* [...].
>
> *A verdade é triste quando é única. Mais triste quando a sua feiura não tem, como no caso dos aerogramas de Zacaria, o concerto da mentira. Naquele momento, em Jesusalém, a verdade era que nosso pai tinha enlouquecido. E não era a benta e salvadora loucura. Era o demónio transvazado nele.* [...].[231]

Página intencionalmente em branco

III

Almotolia

Figura 6a – Almotolia para o azeite.

• **Intróito.**

Em minha casa, desde sempre, o azeite para servir à mesa está numa *almotolia*. Mesmo na noite de Natal, na consoada, o tradicional bacalhau cozido com batatas e couves, temperado com um dente de alho migado miudinho, é abundantemente regado com o azeite da almotolia.

A almotolia tradicional, é uma vasilha de formato cónico (figura 6a), de cuja parte inferior sai um tubo, o bico, que termina numa posição elevada relativamente ao corpo do recipiente. Feito, geralmente, em folha de flandres (a vulgar *lata*), tem uma tampa do mesmo material, a qual, para não se perder, se encontra ligada à parte superior da asa, situada na zona oposta ao bico. Para a utilizar,

retira-se a tampa (para permitir a entrada de ar), que fica pendurada, e pegando na asa inclina-se até começar a sair, pelo bico, um fio de azeite.

Existem outras vasilhas, mais pequenas, também designadas por *almotolias*, mas cuja forma e função são diferentes. Também feitas de material metálico, têm forma hemisférica (figura 6b), com um gargalo, onde se enrosca um bico comprido, estreito e afunilado; destina-se ao uso de líquidos oleosos, incluindo azeite, e funcionam levemente inclinadas, fazendo-se pressão no fundo, que é maleável. Destina-se a lubrificar máquinas, nomeadamente as velhas máquinas de costura Singer e Oliva, que tantas roupas fizeram, designadamente no mundo rural, desde finais do século XIX e ao longo do século XX, mas que, para trabalharem bem, precisavam de estar convenientemente oleadas (lubrificadas). Devido à forma que tinham, quando estas almotolias se inclinavam, o óleo não escorria, pois que, como não havia entrada de ar, o líquido ao penetrar no bico criava, no interior, determinado nível de vácuo. Era por isso que, para saírem algumas gotas, era preciso pressionar o fundo. Actualmente, o termo almotolia é atribuído, neste sentido, também a vasilhas feitas de vários materiais e com formas diversas, mas com a mesma função: lubrificar maquinaria.

Figura 6b – Almotolia Singer de máquina de costura.

Se, em tempos mais recentes, as almotolias são, geralmente, de folha de flandres (lata), antigamente, antes da vulgarização dos metais nos objectos do quotidiano, eram de barro vidrado, e foi assim que se expandiram por toda a Península Ibérica. A designação era também atribuída a recipientes feitos de outros materiais, normalmente com a mesma função, nomeadamente os *frascos*, feitos de corno, a que fazemos alusão específica noutro capítulo.

Porém, para mim, o vocábulo *almotolia* está sempre associado àquele objecto de que nos servimos à mesa para temperar a comida com azeite, esse óleo vegetal produzido, consumido e reverenciado

desde a remota Antiguidade. O azeite, que era um produto com utilizações múltiplas, desde temperar os alimentos a untar as dobradiças das portas para não rangerem, desde iluminar a casa à noite a conservar os suculentos enchidos, desde tratar queimaduras ligeiras a restaurar o brilho da mobília, desde rezar o "acedente" (reza para tirar o *mau-olhado*) a produzir-se sabão para lavar a roupa na margem do ribeiro. A justo título, é dele que derivam os *Santos Óleos*, ou não decorresse a acção da Bíblia num espaço onde era abundante a cultura das oliveiras e, portanto, a produção de azeite. É com ele que os sacerdotes realizam, entre outros as unções do baptismo e do crisma.

Havendo, em Portugal, desde tempos imemoriais (pelo menos desde o 7.º milénio a.C., no Epipaleolítico), evidências de uma relação directa entre as sociedades humanas e a *Olea europaea* (oliveira), não admira que sucessivos povos tenham deixado na língua portuguesa registos desse relacionamento. Dos romanos ficou-nos o vocábulo *oliveira* e seus derivados (como *olival*), proveniente do latim *oliva*, com o mesmo significado e, também, o do próprio fruto, a *oliva* ou *azeitona*. Aliás, em português arcaico, o termo *oliva* era, com frequência, usado em substituição do de *azeitona*, o que, de certa forma, perdurou no português do Brasil (muito por influência castelhana), em que, apesar de, tal como em Portugal, falarem de azeitonas (como alimento), designam o óleo respectivo por *azeite de oliva* ou *óleo de oliva*.

Meu pai costumava dizer-me que *o português é filho do latim, neto do grego e sobrinho do árabe*. Com efeito, devido à ocupação muçulmana da Península Ibérica, a *oliva* do latim passou a designar-se *azeitona*, derivada do árabe hispânico *azzaytúna*, vinculado ao *zaytūnah* do árabe clássico, que tanto significava a árvore, como o fruto. Foi também dos muçulmanos que nos ficou o vocábulo *almotolia*, proveniente do árabe *al-mutlia*, que originalmente designava o nome de uma unidade de medida para líquidos, tendo depois passado a ser aplicado ao recipiente de barro vidrado para azeite, tendo transitado para o português com essa acepção. É interessante constatar que, devido ao processo histórico peninsular que deixou marcas linguísticas distintivas, vários destes termos derivados do árabe apenas existem nas línguas ibéricas. Curiosamente, nos dicionários de castelhano que consultámos, de diferentes épocas, não conseguimos encontrar o vocábulo *almotolia*, aparecendo apenas *aceitera* e *azeytera* (também existente em português, como azeiteira). Assim, o termo *almotolia* afigura-se como sendo bem português, honrando as influências árabes na nossa língua, sendo único nas línguas europeias.

• Almotolia nos dicionários.

O vocábulo *almotolia* (por vezes grafada como *almotelia, olmotolia, almoteria, amotelia, amentolia* e outras formas) entrou muito cedo no português (tal como outros termos, como azeitona), talvez ainda no século XIII, muito antes da língua estar padronizada, o que justifica as diferentes formas como a palavra aparece escrita na documentação coeva. Recorde-se que foi D. Dinis, em 1297, que adoptou a língua portuguesa como língua oficial do país, embora esta já fosse antes utilizada na comunicação quotidiana pela população. A variabilidade dialectal existente na voz popular regional era grande, tendo perdurado de forma vincada até ao século XX. Por exemplo, no início desse século, só no distrito de Vila Real, foram registadas, entre outras, as variantes *almotriga* (em Alijó, em Mesão Frio, na Régua e em Sabrosa), *amontaria* (em Boticas), *almatlia* (em Chaves), e *almontaria* (em Vila Pouca de Aguiar)[336]. Mas muitos outros existiam, como *almotaria, almutria* (em Melgaço), *almuntaria* (em Vieira, Roças), *almutriga* e *amotolia* (em versões da Beira Alta)[404]. Numa época em que as comunicações eram difíceis e morosas, era o povo a readaptar e a reinventar a língua.

O termo *almotolia* aparece, como referimos, escrita em vários documentos antigos. Por exemplo, num alvará de 1443, de D. Afonso V, refere-se que (*sic*):

> [...]. *O Monteiro Moor, e os moços do monte, e os Monteiros de cauallo, e os Escudeiros de El Rey, e os Moços da Camara do dito Senhor, que tevessem caães do dito Senhor, houvessem sempre dos Mouros de Lixboa esta louça, que se segue, a saber, hũu pote com hũu cobertor, e hũu púcaro, e hũu alguidar,* [...] *e hũa panella com seu testo, e hũa tijella com hũu cobertor, e hũa enfusa com hũa almotolia, e hũu candieiro, dado ao Moteiro Moor todo esto dobrado, e a cada hũu dos sobreditos singelo* [...].[234:442]

O vocábulo foi incluído logo nos primeiros dicionários publicados em Portugal (de português - latim), em que se tentava padronizar a língua, como é o caso do *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, de Jerónimo Cardoso (1508-1569), publicado em 1562, onde consta o verbete:

> *Almotolia. Lecithus,i, vasculum olearium.*[202:f12v]

Como seria de esperar, está também incluso no *Vocabulário* de Rafael Bluteau (1638-1734), geralmente considerado como sendo o primeiro dicionário da língua portuguesa, publicado em 1712, em que se pode ler (*sic*):

> *ALMOTOLIA. Almotolîa. Vaso, em que se mète o azeite, que se deita nas candeas.*[162:276]

O vocábulo persiste em praticamente todos os dicionários, como no de António de Morais Silva e Raphael Bluteau, de 1789 (cujo verbete é repetido no dicionário de Morais e Silva, de 1823[379:108]):

> *Almotolia. Vaso de bojo e garganta curta, que serve para azeite; é de barro, lata.*[172:64]

Descrição parecida é a que consta do *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, de 1849, de Eduardo de Faria:

> *Almotolia, certo vaso pequeno de boca estreita, bojo largo, para ter azeite para o serviço ordinário. Comumente é de barro vidrado ou de lata.*[247:102]

É também de relevar o *Thesouro da lingua portugueza*, de Domingos Vieira, de 1871, onde se lê:

> *Almotolia (do árabe* almotlia*; do verbo* talá*, untar, brunir). Galheta lata de fundo chato e de boca muito estreita de forma cónica, tendo às vezes um bico; serve para azeite e também para petróleo. O povo diz* Amotolia*, sincopando o «l».* [...].[421:328]

Mais completa é a descrição constante no dicionário de Caldas Aulete, publicado em 1881:

> *Almotolia, pequeno vaso de barro ou de metal, com a boca estreita e o bojo largo, para conservar azeite. [Actualmente usa-se de lata, em forma proximamente cónica, tendo a abertura na parte superior; outras vezes, além da boca, que então apenas serve para a introdução do azeite, há um tubozinho delgado e comprido, que se ergue junto da base e serve para dar saída ao azeite.*[141:69]*.*

• Almotolias na medicina popular.

Por vezes, a almotolia, para além da função básica de conter azeite, era também utilizada com outros propósitos, nomeadamente na medicina popular. Por exemplo, Afonso de Paço (1895-1968), num texto de 1928, faz alusão a uma prática que envolvia este utensílio.

> *Num parto difícil, para que a criança saia depressa, a parturiente agarra-se à cabeceira da cama e com toda a força dos pulmões sopra no bico duma almotolia (Algarve).*[330]*.*

Aliás, o recurso a almotolias na medicina popular vem de muito antes, pelo menos desde o século XVII. Por exemplo, a sua utilização é preconizada no *Compêndio de muitos e vários remédios de cirurgia,* de Gonçalo Rodrigues de Cabreira um manual que inclui trechos traduzidos de um tratado medieval de medicina popular, o *Thesaurum Pauperum,* de Pedro Hispano (1215-1277). Esse Compêndio, publicado originalmente em 1611, teve grande sucesso, pois que, até 1671, teve mais

cinco edições[156]. No capítulo VI, dedicado aos *Remédios para sarar as enfermidades dos olhos*, é referido o seguinte:

> [...]. *Outro remédio. Tomem o bafo, ou vapor de uma almotolia no ouvido, a qual haja tido azeite, tira a dor, e estes remédios se hão-de fazer muitas vezes, porque se de uma não aproveita, aproveitará de outra.*[191:19]

Outro exemplo da utilização de almotolias na medicina provém também de outro manual médico publicado em 1670, intitulado *Luz Verdadeyra*, de António Ferreira (1616-1679), que, segundo o frontispício da obra, era (*sic*) *Cirurgiam da Camara do dito Senhor* (D. Pedro II)*, sua Guarda, & Hospital Real, dos Carceres do S. Officio, & Familiar delle, & do Tribunal da Relaçam desta Corte* [...]. Foi também obra de sucesso, pois que, tendo sido originalmente publicada em 1670, teve, até 1757, mais três edições. Na parte dedicada às *dores de ouvido*, se estas forem provocadas por *ventosidade*, diz-se, num texto cuja terminologia não é fácil de compreender actualmente:

> [...]. *Em tal caso é de grande utilidade óleo de arruda, ou de louro, ou dendro, ou tanto como uma lentilha de castoreo desatado em óleo nardino, ou algalia desatada em óleo de amêndoas amargas, ou fel de boi, ou de bode, misturado com sumo de porros, ou tomar arruda cozida em água e vinagre, ou em azeite, e bem quente, se lance em uma almotolia, e se receba todo aquele bafo, e depois se ponha um pequeno de algodão de cheiro, ou a mesma arruda, ou hortelã machucada.*[253:136]

• Almotolias na literatura.

Na literatura, o termo almotolia tem sido recorrentemente utilizado quase desde que a imprensa chegou a Portugal, no século XV. Disso daremos apenas alguns exemplos. Começaremos com o primeiro grande dramaturgo português, Gil Vicente (*c.*1465-*c.*1536), recorrendo a uma peça porventura menos conhecida, a *Comédia de Rubena*, representada em 1521 perante o rei D. João III. A peça dramatiza a história de Cismena, filha de Rubena, a qual, ainda adolescente, tinha ficado grávida de um cónego. Como a criança era ilegítima, o parto deveria ser mantido secreto, pelo que quatro diabos a levaram para a montanha, onde nasceu Cismena, tendo a mãe morrido. A infância é passada em Creta, sendo finalmente adoptada por uma dama muito rica, que acaba por morrer, deixando-lhe grande fortuna. Cismena, resiste às propostas de três pretendentes (Felício, Dário Ledo e um velho rico). É nessa altura que existe o diálogo seguinte:

> *(Com prazer da fruta cantam as lavrandeiras)*
> *"Bien quiere el viejo,*
> *ay madre mia.*
> *Bien quiere el viejo*
> *a la niña."*
> *CISMENA.*
> *Dize-lhe tu, mano, lá*
> *que por usar cortesia*
> *fica cá esta iguaria,*
> *e porém o que a dá*
> *traz errada a fantasia.*
>
> *AFONSINHO*
> *E minha ama é judia*
> *tão pelada;*
> *se a visses em trosquia,*
> *parece demoninhada*
> *metida na almotolia. (Vai-se)*
> *CISMENA*
> *Felício, em toda maneira*
> *não cureis mais de mi nada,*
> *porque em vão tomais canseira.* [...].[417:f97]

A almotolia é também referida na *Comédia Eufrósina,* do dramaturgo Jorge Ferreira de Vasconcelos (*c.*1515-1585), originalmente publicada em 1555, que teve assinalável sucesso, pois que, até 1566, a obra teve três outras edições. A acção desta comédia em prosa localiza-se em Coimbra, e na segunda cena do quinto acto há o seguinte diálogo (*sic*) entre Pelónia (Pe.), Galindo (Ga.) e Cariófilo (Ca.):

[...]. *(Pe.) A razão mata a razão e o cajado mata a lebre.*

(Ca.) Pera que é ser tam esquiva com quem está ante vós um cordeiro?

(Pe.) Eu sou assi feita. E logo ele parece um inocente sem mal. Mas quem não tem que faça merque ũa pata.

(Ga.) A patinha de Mondego que eu mercaria sois vós se tevéreis preço.

(Pe.) Afogou-se n'almotolia de meio real de noite sem candea.

(Ga.) Digo-vos que não me atrevo entrar em jogo com esta senhora.

(Ca.) Pegai com estoutra que cá vem, per ventura será de melhor graça.

(Pe.) Ora pois ajude-o Deos, não caia no atoleiro. [...].[128:s/p]

Também Frei Luís dos Anjos (*c.*1570-1625) refere as almotolias em *Jardim de Portugal,* publicado em 1626 (um ano após a morte do autor), em que *dá notícia de algumas santas e outras mulheres ilustres em virtude* (como consta da página de rosto). A referência é feita no campo do miraculoso, ao falar da freira Isabel de Santo André, do Mosteiro de Santa Cruz de Vila Viçosa. A certa altura, diz-se no texto (*sic*):

[...]. *Folgaua de seruir as doentes com grande caridade, & sempre se lembraua dos pobres assi conhecidos em a terra, como dos estrangeiros que vinhaõ pedir esmola, & sendo porteira os favorecia muito, & naõ se atreuia a os mandar sem esmola: pera os remediar pidio algũa cousa da casa á Prioressa, que também era muy caricatiua, a qual disse, que naõ auia outra cousa que podessẽm partir com elles, saluo do azeite que tinhaõ, encheo hũa almotolia, & foy cousa do ceo que deo delle aos pobres, a que naõ abrangia a esmola ordinaria do Mosteiro, & nunca lhe faltou em todo tempo que foy porteira, & todas as vezes que hia buscar a almotolia pera dar esmola aos pobres, sempre a achaua chea como o primeiro dia que a trouxera: o que se soube pella outra Religiosa, que auia companheira no officio.* [...].[116:436-7]

Também o poeta Sebastião da Fonseca e Paiva (1625-1705) as menciona num longo poema intitulado *O Rocio à terça-feira*, publicado em 1668 no tomo segundo da *Academia dos Singulares de Lisboa* (um círculo literário que tinha sido criado em 1663):

[...] *Foi forçoso apartar-me,*
Pus os pés ao caminho,
E deles me apartei qual passarinho;
Logo ali junto andava
Grande azáfama à louça,
Tudo se despejava,
Os púcaros levava a dama bela,
Os rapazes também toda a panela,
Os barbeiros bacias,
As moças de servir almotolias
Pratos as mondongueiras,
Fogareiros também as frigideiras,
Os Sacristães galhetas,
Os azados as pretas
Quartas os aguadeiros
Infusas e pichéis os taverneiros
Para as festas de Baco,
O que a louça vendia era um caco,
Passemo-nos ao mais, que isto é charro,
Que pintar toda a feira não é barro. [...].[331].

Em *O Crime do Padre Amaro,* de Eça de Queirós (1845-1900), a certa altura, depois do jantar em casa do cónego, Amélia recebe a notícia de que a mãe não a pode vir buscar. Foi então acompanhada, por sugestão de Amaro, pela sua empregada Dionísia, indo com elas também o padre, até ao fim da rua, para ir a sua casa buscar um bilhete para Dionísia levar ao sr. chantre. Chegados a casa de Amaro, este sobe, mas não encontra os fósforos, e como sem luz não encontra o bilhete, manda Dionísia subir, dizendo a Amélia para entrar também, para não estar à chuva:

[...]. *Amélia não respondeu, hesitou; mas instintivamente, por uma vaga curiosidade, por um impulso irresistível, quase sem saber, foi subindo devagar* [...]*; e Amaro em cima, no patamar, todo trémulo, sentia-a subir, subir e o seu vestido de seda roçar vagarosamente a parede.*

— Vê? disse ele, é melhor estar aqui. Entre. É o meu quarto. É um instante. Em baixo está tudo molhado.

Amélia entrou no quarto do padre que estava às escuras, mas a Dionísia veio logo da cozinha com o candeeiro aceso.

— Parece-me que entornei a almotolia, vinha ela dizendo. Ora os meus pecados! Então não querem ver?

E pousando o candeeiro sobre a mesa, voltou à cozinha. Mas Amaro seguiu logo atrás dela e agarrando-a por um braço, trémulo, tonto, pálido, falando-lhe ao ouvido:

— Dionísia, minha Dionísia, disse ele, fiquei de confessar hoje aqui a Amélia; volte daqui a meia hora. Tome. — E meteu-lhe na mão uma libra. [...].[358:238-9]

A novela *O Comendador*, que Camilo Castelo Branco incluiu no segundo volume de *Novelas do Minho,* publicado em 1876, inicia-se assim:

Seis de Janeiro de 1832. Manhã chuvosa e frigidíssima. O zimbro rufava nas frestas envidraçadas da igreja de Santa Maria de Abade. [...]. *Ao arraiar do dia, a devota dos Três Reis Magros, a tia Bernabé, tecedeira, — viúva do operário Bernabé, que lhe deixara o nome e uma cabana com sua horta — ergueu-se, foi à residência paroquial pedir a chave da igreja, e sobraçando a vassoura de giesta para varrer o chão, e a almotolia para prover as lâmpadas, entrou no adro. Ao passar em frente da porta principal, ajoelhou, persignou se e orou.* [...].[182:21-2]

Adolfo Coelho (1847-1919), na sua recolha de *Contos Populares Portugueses,* de 1879, incluiu o termo quase no final do conto *A raposa e o Lobo*, onde se pode ler o seguinte:

[...]. *Depois a raposa juntou-se mais a garça para fazerem um caldo de farinha; a garça fez o caldo numa almotolia; meteu o bico e bebeu tudo, porque a raposa não podia bebê-lo pela almotolia.* [...].[218].

Também Brito Camacho (1862-1934), no conto *A comadre Antónia*, incluso no seu livro *Quadros Alentejanas,* publicado em 1925, a certa altura, descrevendo a cabana do Sr. Parroca, que ficava a meio da vinha e que, como era moradia quase permanente, era um pouco maior e tinha mais comodidades que as outras cabanas, diz:

[...]. *O trem de cozinha limitava-se a uma pequena caçarola de barro, com asa; uma pequena panela, também de barro; dois pratos vidrados, um chato e outro covo; uma pequena almotolia para o azeite; uma garrafinha para o vinagre; um saleiro, feito da parte mais grossa dum corno de vaca,* [...].[196:30]

Por último referimos, sempre a título meramente exemplificativo, Aquilino Ribeiro (1885-1963), que no conto *Voluptuoso Milagre* (de 1911), passado na Palestina, descreve a experiência de *uma velha muita velha, que fora noutros tempos a serva dum sacerdote*, a qual vivia num *sítio descampado onde não havia beira nem ramo de oliveira*, e que certo dia:

[...]. *Estava pois a velha acocorada na soleira da porta quando um mendigo se chegou a ela e lhe pediu dormida*. *Vinha arrimado a um bordão, a sua barba e os seus cabelos ruços eram de nazareno porque escorriam abandonadamente em fio.*

Repetiu o santo homem a cantilena e ela, vendo-o tão mesquinho de suam abatida e uma doce cabeça de jumento, lhe concedeu pousada não obstante estar a almotolia na última gota e na arca não haver mais que meia tigela de farinha. Depois de cearem e renderem graças ao Senhor o pobre alapardou-se ao borralho e adormeceu. [...].[367]

Página intencionalmente em branco

IV

Angarelas (cangalhas)

Figura 7 – Angarelas com cântaros num cavalo.

• **Intróito.**

Naqueles tempos, em meados do século passado, na minha aldeia, como em muitas outras por esse país fora, a água para consumo doméstico era um bem precioso. Sem água canalizada, para ter em

casa o imprescindível líquido, para beber e para preparar as refeições, eram as mulheres que o iam buscar à fonte, com a bilha de barro prodigiosamente equilibrada na cabeça, assente numa rodilha; para lá, o recipiente, vazio, ia deitado; no regresso, a bilha vinha obviamente cheia de água, de pé sobre a rodilha, sendo transportado sem grande esforço aparente da mulher que, por vezes, encontrava no caminho uma vizinha com quem se quedava durante largos minutos à conversa. Todavia, para os banhos e outras utilizações que demandavam maiores quantidades de água, era meu avô que se encarregava disso, pondo as angarelas e os cântaros na égua.

Figura 8 – Crianças pequenas sentadas numas angarelas de madeira.

Em tempo de férias, a ninhada de netos disputava entre si um lugar que lhe permitisse ir "ajudar" o avô, ou seja, quem iria, encavalitado sobre as angarelas e entre os cântaros, dar um passeio a cavalo até à fonte. De nossa casa até à fonte mais próxima era cerca de um quilómetro, distância suficiente para proporcionar uma viagem agradável e divertida. Ao chegar à fonte era preciso pormo-nos na bicha, uma fila informal de pessoas que aguardavam pela sua vez de colocar os recipientes sob o pequeno caudal da bica. Quem aguardava não estava, propriamente, enfileirada: todos sabiam quem tinha chegado primeiro e quem estava depois; questiúnculas sobre alguém passar à frente de outros eram extremamente raras, até porque era um ambiente familiar (todos se conheciam; todos, de uma ou de outra forma, eram aparentados). Os adultos passavam o tempo de espera conversando em grupelhos, comentando assuntos relacionados com a agricultura ou cavaqueando sobre os últimos boatos. Os quadrúpedes aproveitavam para se refrescar no bebedouro que era alimentado pela água não aproveitada que escorria da bica. Nós, as crianças, aproveitávamos para brincar com outras que ali estavam, correndo atrás de borboletas esvoaçantes, atormentando gafanhotos incautos que conseguíamos caçar, ou empenhando-nos em qualquer outra actividade que a imaginação do momento nos inspirasse.

As *angarelas* que conheci, com a acepção que aqui lhes damos, que nalgumas regiões eram designadas por *cangalhas*, eram constituídas por duas estruturas de ferro ou de madeira com formato adequado para receberem, cada uma delas, dois cântaros (figura 9). Se eram de ferro, estas estruturas eram ligadas entre si por correntes que assentavam na albarda. Para proteger esta do desgaste provocado pelas correntes, colocava-se de permeio uma serapilheira dobrada ou um cobertor velho. Se as angarelas eram de madeira, eram ligadas entre si por cordas ou correias que passavam por cima da albarda. Nalguns pontos do país eram designadas por variações lexicais do termo angarela, como, por exemplo, *ingarelas*, *engarelas*, *engrelas* e outras.

• **Angarelas nos dicionários.**

O vocábulo *angarelas* (no plural) deriva do termo *angarilha*, directamente importado do castelhano *angarilla*. Porém, em Espanha, esta palavra tem vários significados, sendo este um deles, embora o termo mais usado com esta acepção seja *aguadera*. Por exemplo, o *Diccionario de la Lengua Castellana,* da Real Academia Española, de 1852, tem os dois termos, *aguadera* e *angarillas* (*sic*):

> *Aguadera. Angarillas de madera, esparto ú otra materia con sus divisiones, que se ponen sobre las cabellarías para llevar en cántaros el agua y otras cosas.*[363:20]
>
> *Angarillas. Armazon compuesta de dos varas con un tabladillo en medio, en que se llevan á mano materiales para edificios y otras cosas.* […]. | *Armazon de cuatro palos clavados en cuadro, de los cuales penden unas como bolsas grandes de redes de esparto, cáñamo ú otra materia flexible, y sirven para trasportar en cabalgadoras cosas delicadas, como vidrios, loza etc.* […].[363:46]

Provavelmente, sendo a zona de Castelo Branco uma região raiana, o termo castelhano *angarillas*, no significado de *aguaderas*, foi aí retido e aportuguesado para *angarelas*, persistindo como regionalismo.

Figura 9 – Angarelas de ferro.

É vocábulo antigo, pois que, em 1611, o famoso lexicógrafo espanhol Sebastián de Covarrubias Orozco (1539-1613) incluía já o verbete *Angarillas* no *Tesoro de la Lengua Castellana*, dando-lhe vários significados, entre os quais (em castelhano da época):

> *Angarillas, son varas travadas unas con otras, con su assiento en medio, que se llevan entre dos, o quatro o seys, como son las de los Cãteros, en que llevan piedras, y otros materiales; y llaman tambien angarillas, las que los aguadores echan a los jumentos para llevar los cantaros, a manera de escalerillas, y ciertos palos travados unos con otros, que ponen sobre las alvardas de las cavalgaduras, para llevar mugeres, que no se caygan.* […].[217:f70v]

No verbete *Aguar*, que tem o significado de *echar agua al vino* e outras, Covarrubias acrescentou:

> […]. *Aguaderas, las arginas, o varas em que llevã los cantaros, para acarrear el agua*. [...].[217:f21v]

Na realidade, o termo *angarela*, bem como o correspondente espanhol *angarilla,* do qual deriva, tem vários significados, estando, em geral, ausente dos dicionários de português (pois que se trata de um regionalismo). O mesmo não acontece com o termo *cangalhas*, embora, na maior parte, seja apresentado com significado que não é bem o que aqui damos a *angarelas*.

Porém, o *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, de Bento Pereira, publicado em 1647, inclui *Cangalhas. Cratitia receptacula portando oneri*[337:f24]*,* ou seja, qualquer coisa como *contentores para transporte de cargas,* e no *Additamento* foi também inserto *Angarilha. Cratitium receptaculam portando vitro*[337:af1], isto é, *receptáculo de galhos entrelaçados para transporte de* [objectos] *de vidro*.

Figura 10 – Angarelas de ferro com cântaros de lata.

O termo *Angarilha* viria a ser incluído em vários dos dicionários de português, como no de Morais Silva, de 1813, com o significado de *forro de vimes que se põe aos vasos de barro ou vidro*[379:133] (para não se partirem facilmente), acepção essa que está basicamente repetida noutras obras lexicais, como, por exemplo, na de Domingos Vieira, de 1871[421:417], na de Caldas Aulete, de 1881[141:96] e na de Cândido de Figueiredo, de 1899[256:89]. *Angarilha* era, portanto, a cobertura vegetal entrançada com que, até há alguns anos, eram envolvidos os garrafões de vidro para se não partirem. Todavia,

como já referimos, em todos eles está ausente o vocábulo *Angarela*. Todavia, a segunda edição do dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1913, já inclui este termo, o qual é apresentado como provincianismo, com o significado de *Sebe ou conjunto dos fueiros, com que se ampara a carrada de feno*[259], ou seja, numa acepção completamente diferente da que aqui lhe damos.

O termo castelhano *angarilla* deixou em Portugal vários regionalismos com diferentes significados. Além dos já referidos, designadamente cobertura de protecção de recipientes de vidro, vários outros existem. Por exemplo, Leite de Vasconcelos recolheu em Vila Meã, em Trás-os-Montes, o termo *angarelas,* com o significado de *traves que servem para proteger o carro de bois*[406:138], e no Alandroal *angarilha* significando *espécie de alforge de esparto*[407:n/p]. Este filólogo recolheu em Foz Coa um significado semelhante ao que aqui lhe damos, embora com variação dialectal:

> *Ingarélas. Armação de madeira em que vêm as vasilhas com água sobre um burro; Fozcoa. Corresponde às* cangalhas *do Sul.*[407:n/p]

Parece ter sido principalmente na Beira Baixa que o vocábulo *angarelas* reteve o sentido que, na maior parte dos dicionários, é traduzido por *cangalhas*. Todavia, há indícios de que o termo *angarelas* era também aplicado, com esta mesma acepção, noutras regiões, nomeadamente na Beira Litoral, no Algarve e até na zona de Bragança.

Leite de Vasconcelos recolheu também, no Mogadouro, o termo *cangalhas*, significando *armação para os cântaros da água*[407:n/p], ou seja, com a mesma acepção que aqui damos a *angarelas*. Aliás, a palavra cangalhas cedo foi dicionarizada na língua portuguesa, aparecendo já, como acima referimos, no *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, de Bento Pereira, de 1647[337:f24]. O Vocabulário de Rafael Bluteau, de 1712, inclui o verbete:

> *Cangalhas. Armadilha de paus que formam como que uma grade larga, para sustentar as quartas, que os aguadeiros carregam nas bestas.* [...].[163:c102]

Designavam-se então por *quartas* os recipientes para conter água, ou, segundo Bluteau, os *vasos de barro em que se deita água*[168:19]*.* Curiosamente, no verbete *cangalhas*, indica-se também que em calão, ou seja, na gíria ou em linguagem popular (na altura dizia-se *linguagem chula*), significa *óculos*, o que se manteve até aos nossos dias.

O vocábulo *cangalhas* foi tendo presença persistente nos dicionários que foram sendo publicados, com informação mais ou menos completa, como no *Novo Diccionario Critico e Etymologico*, de 1836, de Francisco Solano Constâncio (1777-1846):

> *Cangalhas, armadilha de paus para sustentar as quartas com que os aguadeiros carregam as bestas de ambos os lados; dois canistreis ou ceirões que se suspendem de cada banda do seladouro ou costado da besta, para levar carga;* [...].[224:215]

ou o dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1899:

> *Cangalhas, armação, ordinariamente de madeira, em que se sustenta e equilibra carga de bestas, de um e outro lado delas;* [...].[256:242]

As *cangalhas*, com esta ou outras designações, eram usadas em todo o país no abastecimento de água aos domicílios, nomeadamente em Lisboa. Atente-se, por exemplo, no início do texto da *Consulta da câmara a el-rei em 1 de Julho de 1711*:

> *«Senhor — Perante o juiz da chancelaria da corte denunciou do meirinho da cidade, José da Fonseca, um criado de Francisco Galvão, por haver preso outro seu criado que encontrou a cavalo entre umas cangalhas, indo buscar água ao chafariz, por ser contra uma postura que proíbe poderem andar desta sorte, com a pena de cinco tostões,* [...].*»*[322:562]

• **Angarelas na literatura.**

Sendo *angarelas*, com esta acepção, um termo regional, é compreensível que as referências na literatura sejam raras. Mesmo assim, apresentamos o excerto de um pequeno conto de Adolfo Portela (1866-1923), intitulado *As andorinhas*, publicado em 1893 no jornal *O Campeão das Províncias*, de Aveiro:

> [...]. *Na Fontainha as aguadeiras em risota dizem coisas alegres, assoando-se aos aventais e lavando as pernas no tanque do chafariz,* [...].
>
> *O sr. boticário, de barriga panda de sedentário; alinha-se com as ombreiras do portado da botica, charuto em chaminé, a mão na corrente do relógio, assim num meio ar de enfastiado, a ver o que passa — os jericos à fonte carregados de angarelas e o doutor Alfredo a exibir pedantemente uma camélia na botoeira. E a menina Clarice entre vidros... e o doutor a puxar-se à fieira... e os olhares dos dois a darem nó cego no ar... A eterna maledicência do sr. boticário!* [...].[356]

Pelo contrário, o vocábulo *cangalhas* é relativamente mais frequente na literatura portuguesa. Apresentamos apenas dois exemplos. O primeiro é o extracto de um poema de António Serrão de Castro (*c.*1610-*c.*1684) sujeito ao mote *Acudi com água ao fogo* / *Olhos depressa chorando,* / *Que se está a alma abrasando*, que foi publicado em 1668 na *Academia dos Singulares de Lisboa:*

> [...]*Secai logo o Borratém,* / *toda água com desafogo,*
> *esgotai com grande brio* / *e vinde correndo logo,*
> *o chafariz do Rocio,* / *com cangalhas aguadeiros,*
> *se porventura agua tem;* / *e com pipas vós carreiros*
> *trazei de Alfama também* / *acudi com água ao fogo.* [...].[214]

As *cangalhas* são também referidas, embora de modo fantasioso, no conto popular *O Príncipe-Pombo,* recolhido no final do século XIX por Cecília Schmidt Branco (1854-1898):

> [...] [a velha] *tinha de descer uma ladeira muito íngreme, e vai caiu-lhe o pão e foi a rolar pela ladeira abaixo. Ela pega a correr atrás do pão, e quando chegou ao fundo da descida havia lá uma quinta muito bonita, e a velha disse assim: «Ora esta! Já agora vou ver o fim disto». Quando chegou lá mais adiante, estava uma fonte de água e vem um burrico com umas cangalhas de prata, e vai os barris saltaram das cangalhas abaixo e foram-se encher na bica sem ninguém lhe tocar. Depois de cheios tornaram a saltar para cima das cangalhas e o burrico foi-se andando. A velha estava toda embasbacada de ver um caso daqueles, mas como estava com muita sede, quis beber uma pinguinha de água. Mal ela se chegou à fonte, a água estremeceu e ouviram-se umas vozes que diziam assim: «Ai que me mexem! — Quem é? — É a velha? — Pancada nela!» E era pancada para cima da velha que eu sei cá, tudo sem ela ver ninguém.* [...].[183]

V

Cabaça

Figura 11 – Cabaça com, seguramente, mais de um século.

• Intróito.

Designam-se por cabaças principalmente os frutos da *Lagenaria*, um género de plantas da família *Cucurbitaceae,* conhecidos pela sua casca, do tipo abóbora, mas com forma de pêra grande e bastante resistente. Quando o fruto está maduro, é-lhe retirado o miolo através de um orifício aberto na extremidade mais fina, o pedúnculo, após o que são bem lavadas e deixadas a secar para que a casca endureça. Obtém-se, assim, um recipiente que, tapado com uma rolha, geralmente de cortiça, servia antigamente para transportar água ou vinho no decurso dos trabalhos rurais, ou para guardar substâncias pulverulentas ou granulares. Normalmente passava-se uma tira de couro ou um cordel pela zona do estrangulamento (figura 11), podendo assim ser transportada, suspensa do ombro ou

do braço. Muitas vezes, quando ainda estavam verdes, na árvore, traçavam-se com uma navalha as iniciais identificativas do dono, que permaneciam indeléveis depois do fruto secar.

Era um utensílio quase obrigatório em qualquer deslocação um pouco mais demorada, quer para desenvolver trabalhos rurais ou outros, quer para viajar: era aí que estava contida a água que permitia que as pessoas matassem a sede, embora por vezes o líquido aí contido fosse vinho. Fazia as vezes de cantil de barro, com a vantagem de ser mais leve, mais resistente aos impactos e, principalmente, mais barato. Antigamente tinha, também, presença recorrente nas habitações: eram recipientes não dispendiosos onde se guardavam líquidos, quaisquer que eles fossem, mas onde se podiam também acondicionar pequenas quantidades de farinhas ou de sementes e, mesmo, onde se colocava vinho passado para que se transformasse em vinagre.

A cabaça é um tipo de recipiente ancestral, perdendo-se na bruma dos tempos o início da sua utilização, tendo o seu uso sido adoptado em praticamente todo o mundo. Em Portugal, as alusões a estes recipientes remontam à documentação antiga. Por exemplo, na Colegiada de Guimarães existe uma escritura de sub-emprezamento, datada de 12 de Outubro de 1430, referente a:

> *Sub-emprezamento, em três vidas, do casal da Ansede, sito no Couto de Moreira, feito por Gil Lourenço, cavaleiro, alcaide de Miranda, e mulher, Joana Gonçalves, que o possuíam por prazo do cabido de Guimarães, a Gonçalo Lourenço e mulher Maria Pires, com a renda anual de 13 ½ teigas de pão meado, marrã, regueifas, cabaça de vinho, uma dúzia de colmo, 5 homens para cavar, 7 homens com bois, um par de galinhas.*
>
> *Escrito no dito Couto nas casas dos referidos enfiteutas, pelo tabelião de Guimarães João Vasques, vassalo de el-rei.*[275]

As cabaças eram utilizadas em todo o mundo. Na *Carta do Achamento do Brasil,* Pêro Vaz de Caminha (1450-1500) refere que:

> [...] *e assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo até terça-feira, oitava da Páscoa* [semana seguinte à Páscoa]*, que foram 21 de Abril, que topámos alguns sinais de terra,* [...] *e neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra, a saber: primeiramente de um grande monte mui alto e redondo* [...] *ao qual monte alto o Capitão pôs nome o Monte Pascoal, e à terra o de Vera Cruz.* [...]. *Fomos assim de frecha* [rapidamente] *direitos à praia; ali acudiram logo obra de duzentos homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos.* [...] *e então começaram a chegar muitos, e entravam pela beira do mar para os batéis até que mais não podiam, e traziam cabaços de água e tomavam alguns barris, que nós levávamos, enchiam-nos de água e os traziam aos batéis,* [...].[199]

Portanto, aqueles *homens pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas*, que nunca tinham visto europeus, utilizavam, também eles, cabaças para a água. O mesmo se verificou em muitos outros lugares, por esse mundo fora. Com efeito, sendo originária da África do Sul, onde teria sido primeiro cultivada, daí espalhou-se, desde cedo, por todos os continentes, sendo provavelmente transportada por correntes marítimas, mas, também, levadas por grupos humanos. De África passou à Europa e à Ásia, tendo daí sido levadas, por humanos que passaram o Estreito de Bering (na altura emerso) para as Américas, onde a sua presença está atestada há mais de 10 000 anos[283].

As cabaças eram também utilizadas em medicina. Por exemplo, no século XVII, em *Compendio de muitos, e varios remedios de Cirurgia, & outras cousas curiosas,* o cirurgião Gonçalo Rodrigues de Cabreira preconizava, como remédio contra a peste, fazer suar o paciente, e entre os métodos para tal aconselhava:

Tomem água de medronhos, e azedas, e papoulas indívia, [...]. *Ajuda também muito a provocar suor pôr duas bexigas de vaca, cheias de água quente, nas ilhargas, pondo de cada ilharga a sua, ou entre as pernas, e pôr um frasquinho de cevada bem quente nas solas dos pés, que também ajuda a provocar suor, e também é bom remédio tomar uma cabaça comprida e cheia de água bem quente, pola junto de si, também provoca suor.* [...].[192:203-4]

• Cabaças nos dicionários.

A maioria dos etimologistas aceita que o termo *cabaça* provém do árabe *kara bassasa* significando abóbora lustrosa. Com efeito, nalgumas zonas de Portugal, especialmente no Minho, o termo *cabaça* designa a abóbora comum. Todavia, a evolução da palavra não foi simples. Leite de Vasconcelos (1858-1941) diz-nos sobre o assunto:

Comparando cabaça *com o espanhol* calabaza*, esperaríamos* caabaça *em português arcaico, porém o que conheço é* cabaaza *nas* Inquisitione*s, p. 90 e 91. Se em português arcaico houvesse aquela forma, teríamos hoje na língua popular talvez ainda* càbaça*, e não temos, que eu saiba. Todavia o onomástico do sec. XIII apresenta* Calaabaza *e* Calabacinus*; mas como também apresenta* Cabaaza*,* Cabaazal *e* Cabaazos*, concluo que em épocas antigas se disse* calabaça*, de onde, por metátese se fez* cabalaça*, o que explica as formas* cabaaça > cabaça.[402]

Em Portugal, o termo está dicionarizado, pelo menos, desde 1562: no *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, Jerónimo Cardoso incluiu já o vocábulo *Cabaça*, dando como equivalente latino *concubita æ, cucurbitula*[202:f17v]. Em 1647, também Bento Pereira a incluiu no *Thesouro da Lingoa Portuguesa*: Cabaça. *Cucurbitula, æ*[337:f22]*.*

Como seria de esperar, o vocábulo está incluso no *Vocabulário* de Rafael Bluteau, geralmente considerado como o primeiro dicionário de português. No volume publicado em 1712, o termo é apresentado com vários significados:

CABAÇA, Cabâça. Espécie de abóbora de carneiro [nome porque era também conhecida a abóbora vulgar]; *para a parte do pé tem figura de pêra, e fazendo uma como garganta, se alarga em um bojo.* [...].

Cabaça rasteira, cucurbita plebeia, æ.

Cabaça. Vaso da casca do fruto que tem o mesmo nome [...].

Cousa que se parece com cabaça. [...].

Cabaça também se chama qualquer vaso de vidro ou de outra matéria de figura semelhante à de aquele fruto. [...];

Cabaça de brinco de orelhas. Duas pérolas enfiadas, das quais a maior, que fica na parte inferior, faz semelhança com o bojo, e a menor, ficando superior, representa o bocal da cabaça [...].[163:c3-c4] [é, de certo modo, a descrição do que, nalgumas regiões, se designa por *brincos cabaçudos*]

CABACINHA. Cabaça pequena [...].

Cabacinhas, Erva. São umas cabaças pequenas e bravas [...].[163:c4]

CABAÇO, Cabâço. Vaso de casca de abóbora de carneiro seca e sem miolo, em que os rústicos costumam guardar as sementes [...].[163:c3-c4]

CALABAÇA, Calabâça. Fruto. É Castelhano. Vid. Cabaça*. Usamos vulgarmente da dita palavra, quando aludimos ao vão da cabaça, dizemos, Qual calabaça.*[163:c43]

Posteriormente, todos os dicionários passaram a incluir um verbete dedicado a este vocábulo, por vezes de forma mais desenvolvida, outras vezes mais sintética. Por exemplo, em 1789, na reformu-

lação do vocabulário de Bluteau feita por António de Morais Silva, reitera-se muito do que estava expresso na obra anterior:

> *CABAÇA, espécie de abóbora, que tem a figura de pêra. § Vaso de vidro da feição da cabaça. § Pendente, ou pingente de brincos da mesma forma*.
>
> *CABACINHA, dim. de* cabaça*.*
>
> *CABAÇO, o casco da cabaça seco e curado para guardar farinhas, líquidos, etc. § Fruto Brasílico, espécie de abóbora de miolo amargo, o qual se separa e deixa um casco rijo de que se fazem as cuias*.[172:204]

É interessante a introdução da nova acepção referente às *cuias*, embora não exista qualquer verbete relativo a esse vocábulo, o qual, no Brasil, como veremos, é o recipiente de onde se bebe o chimarrão (figura 12), uma bebida feita pela infusão da erva-mate. No entanto, o dicionário de Morais Silva de 1813 já inclui *cuia* (na forma *cuya*), dizendo-se que o termo é da língua geral brasileira, *onde significa cabaço*, e explicando-se que *é o cabaço aberto pelo meio e limpo do miolo; e serve de prato em que se come, de vaso côvo para se beber por ele, etc.*[379:508].

Em tempos medievos, o termo *cabaça* tinha também conotação de unidade de medida, como nos informa Viterbo (1744-1822) no seu *Elucidário*, de 1798, onde se refere:

> *CABAÇA de vinho. Um cântaro de seis canadas, ou meio almude, a que ainda hoje chamam* cabaço *na Província do Minho.* [...].[427:218]
>
> *COLODRA. Cabaça grande para ter, ou medir vinho. Ainda hoje em algumas Terras de Portugal se chama* Colondra*, e a esta espécie de cabaços disseram* Colombros*. Parece que a* Colodra *levaria um cântaro ou seis canadas. Hoje na Província do Minho se chama* Cabaço *a um meio almude ou cântaro de seis canadas; porque dos ditos* Cabaços *ou* Colombros *se costumam formar e aferir estas medidas.* [...].[427:294]

Interessante, pelas considerações que faz, é a entrada relativa a *cabaça* no *Thesouro da Lingua Portugueza*, que Domingos Vieira publicou em 1873:

> *CABAÇA, (Esta palavra liga-se a cabaz, no francês* cabas*, no espanhol capazo, que designam cousas capazes de conterem sólidos, enquanto* cabaça *designa propriamente cousa capaz de conter líquido; mas a ideia fundamental das denominações é comum, ainda que difícil de conhecer no seu carácter original porque uma raiz que signifique* caber*, lhe convém quase tanto como uma que signifique* ser cavo*; a etimologia é, pois, incerta). Vaso feito da abóbora branca, de forma de pêra. Abóbora de que se faz esse vaso; espécie de abóbora de carneiro. — Vaso de barro, à feição do vaso feito de abóbora. — Pingente de brincos em forma de cabaça, afunilada num dos extremos. — Medida de vinho de meio almude, termo antigo e ainda hoje provincial.* [...]. *— Cabaça* rasteira*, a* cucurbita plebeia *dos botânicos.* [...].[422:3-4]
>
> *CABACEIRA, (Der. de cabaça por meio do sufixo «eira», que forma muitos nomes de plantas em português). A planta que dá as cabaças.* [...].[422:4]
>
> *CABACINHAS. Os frutos de uma planta brava, pequenos e à feição de cabaças.*[422:4]
>
> *CABAÇO, (Da mesma origem que cabaça). Vaso de casca de abóbora de carneiro, seca e sem miolo, em que se guardam sementes, farinhas, líquidos, etc. — Abóbora cabaça, o fruto da* cucurbita lagenaria *de Linneu. — Espécie de abóbora de miolo doce ou amargo do Brasil, de cujo casco se fazem as cuias. — Termo provincial. Marçano, praticante de balcão. — Termo do Brasil. A flor da virgindade.*[422:3-4]
>
> *CALABAÇA (Tratando-se da etimologia de* cabaça *demo-la por duvidosa, e julgámos hipoteticamente a palavra conexa com* cabaz*, etc., mas essa conexão não é admissível;* cabaça *vem de*

> *calabaça; mas calabaça de onde vem? O espanhol tem* calabaza*, o catalão* carabassa*, o siciliano* caravazza*, o francês* calebasse*. Diez propõe como etimologia o árabe* kerbah*, no plural* kerabut*, odre para água, o que leva a noção fundamental que nos fez pôr cabaça em conexão com* cabaz*, etc.; mas nem Dozy, nem Engelman, dizem uma única palavra acerca de tal etimologia, o que nos faz desconfiar de que o profundo fundador da filologia românica se tenha deixado dirigir por um mau guia no campo do árabe, como lhe sucedeu algumas vezes. A etimologia de cabaça e calabaça fica, pois, misteriosa). O mesmo que Cabaça. — Qual calabaça! Expressão vulgar em que se alude, segundo Bluteau, ao vão da cabaça, e que equivale a —* não sei para quê*, etc.* [...].[422:36]

Referimos ainda, pelas diferentes variedades que apresenta, o *Dicionário* dito de Caldas Aulete, publicado em 1881, designadamente os seguintes verbetes:

> *Cabaça, fruto de uma planta da família das cucurbitaceas, o qual tem aproximadamente a figura de uma pêra ou a de um 8, cujos dois bojos são mais ou menos desiguais e separados por um colo mais ou menos estreito.* | *A planta que dá as cabaças (*lagenaria vulgaris *ou* cucurbita lagenaria*; cabaceira. [Há muitas variedades deste género, sendo as mais comuns a cabaça de aguadoiro (*l. v. congourda*) e a cabaça do vinho (*l. v. gourda*]* | *Vaso formado pela casca inteira e seca deste fruto.* | *Qualquer vaso do feitio de uma cabaça.* | *A parte dos pingentes ou brincos, que às vezes é em forma de cabaça.*
>
> *Cabacinha, cabaça pequena.* | *Nome particular das plantas e frutos de dois géneros de cucurbitaceas, a* cabacinha *riscada (*ovifera*) e a* cabacinha *verrugosa (verrucosa).* [...].
>
> *Cabacinho, (bot.) planta brasileira da família das cucurbitaceas (*momordica bucha*), que em Pernambuco se chama* bucha dos caçadores. | *Cabacinho do Pará, planta cucurbitacea do Brasil (*colocysillus paraensis*).*
>
> *Cabaço, (bot.) o mesmo que cabaça.* | *Cabaço de colo ou cabaço marimba, espécie originária do Brasil (*cucurbita lencanthes *Dusch.)* | *Cabaço grogojó, nome dado em Alagoas e Pernambuco a uma espécie de cabaça (*cucurbita ovoide*).* | *Cabaço de pólvora, no Brasil, a* cucurbita pulvis*.* | *Cabaco de sertão, variedade brasileira que dá frutos enormes.* | *(Hort.) Regador grande, de cabo comprido.* | *(Zool.) Peixe da família dos triglídeos (*trigla-hirundo*), também denominado ruivo.*[141:252-3]
>
> *Calabaça, o mesmo que cabaça.* [...].[141:262]
>
> *Chocalho, campainha cilíndrica mais ou menos longa e de som baço, que se prende ao pescoço do gado e das bestas de carga.* | *Cabaça oca ou vaso com pedras dentro, que se agita para dar sons como o do chocalho.* [...].[141:325]

Diga-se ainda, por curiosidade, que *cabaço* (no masculino) é, na gíria, sinónimo de virgindade. Embora tal estivesse já registado nalguns dicionários, o lexicólogo Gonçalves Viana (1840-1914) para isso chamou a atenção nas suas *Apostilas aos Dicionários Portugueses*, em que diz:

> *Cabaço, no sentido de «virgindade», é o vocábulo quimbundo* cabásu*, diminutivo de* quibásu*, «pedaço, talhada, lasca», e é usado em Angola com a mesma significação, que de lá passou para português, na linguagem de indivíduos que ali o aprenderam:* (cu)basa *quer dizer «rachar».*[413:179]

• Cabaças na *vox populi*.

Sendo as cabaças utilitários muito comuns no meio rural, não surpreende que a voz popular as tenha desde cedo integrado em ditos e adágios, hoje totalmente perdidos perante o acentuado abandono da ruralidade, pelos intensos fenómenos migratórios para as cidades, pela crescente industrialização, e pelo desenvolvimento da sociedade de consumo e de desperdício conducente à intensiva utili-

zação dos plásticos. Hoje, grande parte da população, principalmente a das gerações mais novas, já não sabe, sequer, o que é uma cabaça.

Porém, antigamente, estes recipientes eram extremamente comuns, fazendo parte do quotidiano, em especial das populações mais dependentes da agricultura, pelo que foram integrados nos seus modos de falar. Já em 1655, Bento Pereira (1605-1681), fazendo alusão à prática que havia de transformar vinho em vinagre nestas vasilhas, incluía no *Florilégio dos modos de falar*) o adágio:

Ainda não está na cabaça, já é vinagre.[339:94]

No início do século XVIII, Rafael Bluteau (1638-1734), no seu *Vocabulário*, além desta locução, incluiu também:

Tanto anda a linhaça, até que vai á cabaça[163:c4] (que se baseia no costume que havia de guardar sementes nestes recipientes);

Tanto anda a linhaça, até que quebra a cabaça[169:43] (variante da anterior);

Nem no Inverno sem copos, nem no Verão sem cabaça[163:c4] (possivelmente derivado de, na estação invernal, fria e chuvosa, as pessoas estarem mais em casa, bebendo, portanto, a água e o vinho por copos, e de, no período estival, estarem mais ocupadas com actividades agrícolas no campo, tendo de levar esses líquidos em cabaças);

Nem no Inverno sem capa, nem no Verão sem cabaça[171:73] (variante da anterior, que faz também todo o sentido);

Qual Calabaça![163:c4] (em que, numa alusão ao vão da cabaça, equivale a: não sei para quê);

Queres bom cabaço, semeia-o em Março[170:166].

Várias destas locuções foram também elencadas, em 1780, nos *Adagios, proverbios, rifãos e anexins da lingua portugueza*[246], de Francisco Rolland (sob o pseudónimo de F.R.I.L.E.L.).

Em 1873, Domingos Vieira, no seu *Thesouro da Lingua Portugueza*, incluiu também grande parte destas locuções, acrescentando outras:

Chochinha das cabaças[422:4], (velho trôpego. magro, etc.);

Cara de cabaça[422:4], (cara larga e cheia);

Muito pode a velha com a sua cabaça[422:4];

Ora graças às cabaças![422:4];

Ter maus cascos ou cascos de cabaça[422:133], (ser cabeça de vento, não ter senso comum)

Como referimos, são provérbios e expressões que, actualmente, pouco ou nada nos dizem, mas que, num tempo em que estes recipientes eram de uso quotidiano, expressavam uma sabedoria popular que se perdeu em definitivo.

Como já referimos, Domingos Vieira informa-nos ainda que, como provincianismo, o vocábulo *cabaço* se referia a *Marçano, praticante do balcão*, e que no Brasil significava também *A flor da virgindade*[422:3-4]. Também como já dissemos, Gonçalves Viana, em 1906, atribuiu a etimologia do termo, nesta última acepção, ao vocábulo quimbundo *cabásu*. Aliás, vários dicionários incluíram *cabaço* com este sentido, como foi o caso, por exemplo, do de António Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), de 1889, onde se lê:

Cabaço. 1º fruto de várias cucurbitáceas [...]. | *2º fruto da* Crescentia cujete *L.* [...].| *3º vasilha formada da casca do fruto do cabaceiro despojado do miolo: muito leve, portátil e duradouro, para guardar líquidos e secos, usualíssimo no Brasil, já desde os indígenas, de quem dizia Simão de Vasconc. Que «o seu maior enxoval vem a ser uma rede, um patiguá* [cesto para guardar a

rede]*, um pote, um cabaço, uma cuia, um cão. Serve-lhe o cabaço para [guardar] suas farinhas, mantimento seu ordinário. | 4º fig., o hímen, virgindade, integridade dos genitais da mulher; analogia da inteireza do fruto antes de destampado para se lhe tirar o miolo. «Ter cabaço» frase plebeia equivalente a «ser virgem»; «perder o cabaço» perder a virgindade; «tirar o cabaço» deflorar.* [...].[389:118]

A voz popular expressa-se também por adivinhações, exercício de uma linguagem mítica em que há *uma personificação do objecto material proposto para enigma, e a relação de analogia mais ou menos imprevista*, que tem apresentação *geralmente métrica, como elemento indispensável para a transmissão oral*. Um desses exemplos foi recolhido por Teófilo Braga (1843-1924) em *O povo português nos seus costumes,* em que é contrastada a forma como cresce o fruto e o local onde é feita a abertura do recipiente:

Que é que é
Que na boca tem o pé? (A cabaça).[177:389]

Deixando a *vox populi*, referimos ainda, por curiosidade, que no dicionário dito de Caldas Aulete, de 1881, está incluso o termo *maracá*, em que um dos significados é *Cabaça grande, seca e limpa do miolo, em que os indígenas do Maranhão metem caroços de frutos ou pedras pequenas, e que usam nas guerras e nas suas festas, agitando-as e fazendo grande ruído*[142:1118], ou seja, um instrumento musical que depois viria a ser conhecido como *maracas*.

• Cabaças na literatura.

Sendo as cabaças recipientes utilizados desde a antiguidade, não surpreende que a palavra surja de forma recorrente na literatura antiga. Por exemplo, na *Crónica do Condestável*, de autor anónimo, redigida pouco tempo após a morte de Nuno Álvares Pereira, em 1431, diz-se a determinado passo:

[...] *um dia, saindo Nuno Álvares das missas, e tendo a mesa posta para comer, houve recado certo como os castelhanos eram entre Arraiolos e o Vimeiro e Évora-Monte. E como* [assim que] *isto soube, sem mais comer, mandou dar as trombetas e cavalgou.* [...] *e foram alojar*[-se] *uma légua de Évora, a uma quinta que chamam oliveira.* [...] *e buscaram-lhe alguma coisa de comer* [...] *e não acharam outra coisa se não um pão e ainda* [para mais] *encetado e um pequeno rabão, e um pouco de vinho que um pião levava numa cabacinha. E estas foram as iguarias que Nuno Álvares por aquele dia todo houve, e não outras*. [...].[117:f29v]

As cabaças são também referidas no *Cancioneiro Geral,* a primeira colectânea de poesia impressa em Portugal, a qual reúne poemas palacianos dos séculos XV e XVI compilados por Garcia de Resende (1470-1536). Em português da época:

Agulha pera coser,
sovela vos nam escape,
nem vos deve d'esquecer
algũa que às vezes rrape.
Sempre cõ vosco hũ gozinho
que ladre batendo aa porta,
cabaça sempre com vinho
porqu'ee cousa que conforta.[364:f35v]

Também Gil Vicente (1465-1536) a elas aludiu, por exemplo, na tragicomédia *Exortação da Guerra,* representada em Lisboa, em 1514, perante o rei D. Manuel I, por ocasião da partida do Duque de Bragança para Azamor. Na obra, que é um elogio e uma defesa da política real, bem como de incitamento à "Guerra Santa", critica-se também o clero e a nobreza por não financiarem tanto como

podiam os empreendimentos bélicos de África e, por vezes, recorrerem à magia e à feitiçaria. Um dos personagens centrais da peça é um clérigo afamado nas artes da necromancia, o qual invoca duas criaturas diabólicas, e, por sua influência, são também invocados do mundo dos mortos algumas figuras famosas relacionadas com a guerra, entre os quais Aquiles, que a certa altura diz:

> [...]. *Quando Roma a todas as velas*
> *conquistava toda a terra*
> *todas donas e donzelas*
> *davam suas jóias belas*
> *para manter os da guerra.*
> *Ó pastores da igreja*
> *moura a seita de mafoma*
> *ajudai a tal peleja*
> *que açoutados vos veja*
> *sem apelar para Roma.*
>
> *Deveis de vender as taças*
> *empenhar os breviários*
> *fazer vasos de <u>cabaças</u>*
> *e comer pão e rabaças*
> *por vender vossos contrários*. [...].[415]

Também João de Barros (*c.*1496-1570) refere as cabaças, por exemplo, na *Década Primeira,* originalmente publicada em 1552. Ao descrever uma viagem empreendida em meados do século XV ao Rio do Ouro, em que ia a bordo *um homem fidalgo de nome Balarte, mui curioso de cousas novas*, da *Corte del-Rei de Dinamarca*, para quem o Infante *mandou armar um navio, e para mais o honrar, mandou com ele um cavaleiro da Ordem de Cristo, a que chamavam Fernando Afonso*, diz que, ao chegarem a essa costa e ao terem contacto com a população:

> [...] *entre as cousas que se houveram dos negros foram uns dentes de elefante, que alvoraçaram tanto a Balarte, que tratou com os negros se poderia ver um elefante vivo,* [...]*, prometendo por isso grande prémio. Os negros, como lhe prometeram preço, disseram que logo lhe trariam um elefante a lugar onde o visse, e, tornados daí a três dias, vieram chamar Balarte,* [...]*. Balarte, entrado no batel do navio somente com os marinheiros que o remavam, chegou a terra; e, sobre tomar uma <u>cabaça</u> de vinho de palma que um negro dava a um marinheiro, debruçou-se tanto no bordo do batel, que caiu o marinheiro ao mar. E na pressa de recolher o marinheiro, descuidaram-se do batel, de maneira que deram as ondas com ele em terra, por o mar andar um pouco empolado. Os negros, vendo que os nossos não podiam ser socorridos do navio, deram sobre eles, dos quais não escapou mais que um que sabia nadar* [...].[152:64]

Também Garcia de Orta (1501-1568), no *Colóquio dos Simples* (como se designavam os materiais medicinais não compostos), publicado em Goa em 1563, e apresentado, como era gosto da época, sob forma de diálogo entre o próprio Orta e Ruano, um colega recém-chegado a Goa e ansioso por conhecer a matéria médica da Índia, refere numa passagem do *Colóquio duodécimo: de duas maneiras de cânfora e das carambolas* (*sic*):

> [...] *E foy me dito por pessoas dignas de fee, que vay colher esta camfora hum homem, e enche della hũa <u>cabaça</u>, e se outro ho vee primeiro cõ a <u>cabaça</u> chea, ho mata, e lhe toma a <u>cabaça</u>, sem por isso ser castigado, porque dizem q̃ a sua vẽtura lhe deu aquilo.*[325:f40v]

Diferente é a referência que Francisco Manuel de Melo (1608-1666) faz às cabaças na *Feira dos Anexins* (obra que só viria a ser publicada em 1875, muito tempo depois do seu falecimento). Neste

curioso livro, o autor imagina diálogos estabelecidos de forma metafórica entre diferentes partes do corpo, acções, objectos, animais e vegetais. Na terceira parte da obra, na *Fábula segunda*, intitulada *dos fructos*, o escritor faz intervir no diálogo diferentes frutos (romã, melão, azeitona, pêra, cereja, cebola, alho, alface, nabo, bolota, uva, e outros, como cabaças). Em determinada passagem pode lêr-se:

> [...] *mas também (replicou um* Limão*) com o nosso sumo se lava o das* uvas*. Agora lava! (intrometeu a* Cabaça*) Em outros apertos deixa muitas vezes o crédito, que se não* lima *tão facilmente. Ergueram-se neste tempo os* Pepinos*, jurando por S. Gregório, que fora esta a primeira vez que a* Cabaça *tivera* miolo*; mas que havia de haver distinção entre o demasiado e o lícito; porque se um corrompia a natureza, outro a aumentava, dando para a multiplicação* substância*.* [...].[309:196-7]

Continuando a exemplificar, referimos também o conto *Justiça de sua Majestade*, de Júlio Dinis (1839-1871), publicado em 1858, em folhetins, no jornal *Comércio do Porto* (que postumamente, em 1879, viria a ser integrado na terceira edição dos *Serões da Província.* Na parte inicial do capítulo V diz-se:

> [...]. *José Urbano montava uma égua corpulenta,* [...]*. Um chapéu de palha de amplíssimas abas, preso por uma fita por baixo da barba, um barrete preto subjacente que lhe defendia as orelhas de um leste em perspectiva, que a sua ciência meteorológica prognosticava iminente; óculos verdes, baluarte contra a invasão da poeira; guarda-sol minhoto, com honras de barraca, mas o único que tem razão de ser; um capote de camelão, verdadeiro epigrama ao Sol da Primavera; galochas capazes de arrostar com o dilúvio ao lado da arca; alforges repletos, uma cabaça ao tiracolo, diante de si uma trouxa e na garupa uma pequena mala; tal o conjunto de acessórios que concorriam para o efeito prodigiosamente cómico do recém-chegado.* [...].
>
> *— Eu iria jurar, meu caro José Urbano, — disse o major Samora — que partia para a Sibéria. — O aspecto respeitável do seu equipamento...*
>
> *— Permita-me que lhe diga, major, que essa observação desacredita um pouco a reputação de homem experiente e cauteloso que merecia. Fie-se em calores de Maio! Bom, bom. Olhe-me para aqueles riscos brancos do céu, aquilo é leste, o impertinente, o endemoninhado leste.* [...] *afianço-lhe que me não pode ser mais desagradável que o do vento leste. Não o há assim.*
>
> *— Nem o dos mosquitos? — perguntou um estudante.*
>
> *— Nem esse. Os mosquitos matam-se, o leste... mata-nos. Bem vejo que o capote lhes está causando sensação. O capote, meus amigos, é o mais útil artigo de vestuário que desde a folha de figueira tem inventado o engenho do homem. Conserva-me o calor no Inverno e a frescura no Verão. Os óculos livram-me os olhos da poeira e conservam-me a vista. O guarda-sol, que os espanta pela enormidade, abriga a minha pessoa e a bagagem dos ardores do Sol e das torrentes da chuva. A cabaça, meus amigos, contém o líquido que me sacia a sede, ou me dá o calor para arrostar com o frio...* [...].[241]

Entre as múltiplas alusões, na literatura, às cabaças, referimos ainda *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queiroz (1845-1900), publicado em 1900, de que extraímos duas passagens:

> [...]. *Quando, nessa tarde, o fidalgo da Torre, airoso no seu fato de montar, polainas de couro polido, luvas de camurça branca, parou a égua ao portão da 'Feitosa' — um velho todo esfarrapado, com longos cabelos caídos pelos ombros e imensas barbas espalhadas pelo peito, imediatamente se ergueu do banco de pedra onde comia rodelas de chouriço, bebendo de uma cabaça, para o avisar que o Sr. Sanches Lucena e a Sr.ª D. Ana andavam por fora, de carruagem. Gonçalo pediu ao velho que puxasse o ferro da sineta.* [...].[361:97]

> [...]. *Então todo o áspero ermo se animou com uma faina de arraial.* [...]. *Numa pressa esfaimada, saltando sobre as pedras, os peões corriam para a fila dos machos de carga, recebiam dos uchões e estafeiros a fatia de carne, a grossa metade de um pão escuro: e, espalhados pela sombra do arvoredo, comiam com silenciosa lentidão* [...]. *Na ribanceira, diante da lagoa, os cavaleiros, sentados sobre grossas mantas, comiam também, em roda dos alforges abertos, cortando com os punhais nacos de gordura nas grossas viandas de porco, empinando, em longos tragos, as bojudas cabaças de vinho.* [...].[361:481-2]

As cabaças eram receptáculos de múltiplos usos, servindo mesmo para conter leite. Disso nos dá notícia Raúl Brandão (1867-1930), que num trecho sobre a ilha do Corvo, constante de *As Ilhas Desconhecidas,* de 1927, diz a certa altura:

> *Os costumes mudaram muito pouco. Ainda hoje os corvinos preferem trocar a vender. Só a ilha produz mais; produz tudo que esta gente precisa. Vem o jantar para a mesa num grande alguidar, sopa com toucinho e batatas. Bebem o leite perfumado do cabaço que anda de mão em mão. O leite trabalha sempre, como eles dizem; bebem-no de manhã, ao fim da tarde com sopas, e* lá em cima *com queijo e pão*. [...].[186]

• Cabaças, erva-mate e capoeira.

Como já referimos, a designação de *cabaça* ou *cabaço* é dada não só aos recipientes feitos dos frutos das cabaceiras mas, por extensão, engloba também os de outras plantas da família *Cucurbitaceae*. Como também já se aludiu, têm utilizações diversificadas. Em Portugal e no Brasil, as *cabaças* propriamente ditas provêm principalmente da *Lagenaria siceraria*, dita *vulgaris*. No Brasil são também designadas por *porongo*, *poranga* e outros nomes.

Figura 12 – Cuia preparada (esquerda), árvore da erva-mate e erva triturada (ao centro) e o chimarrão pronto a beber.

No Sul do Brasil dá-se a denominação de *cuia* aos frutos da cuieira (*Crescentia cujete*), da família *Bignoniaceae*, que são do tipo cabaça, e que, entre outras utilizações, são usados para a confecção de recipientes, também eles designados por *cuias*. É nestas que se prepara o *chimarrão*, uma infusão da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em água quente, que é sorvida através de uma *bomba* me-

tálica, espécie de palhinha ou canudinho com um filtro do tamanho de uma moeda na extremidade inferior e um bocal na superior (figura 12). Uma variante é o *tereré*, também preparado nas cuias, mas em que a infusão de erva-mate é em água fria ou gelada.

Também no Brasil, as cabaças são utilizadas como caixa de ressonância dos *berimbaus*, instrumentos musicais levados pelos escravos angolanos para o Brasil, que são utilizados para acompanhar uma mistura de dança e de luta acrobática chamada *capoeira*, desenvolvida a partir de uma cerimónia de iniciação dos jovens à vida adulta que existia em Angola (onde o instrumento se chama *n'golo*). É o berimbau que dá ritmo à capoeira, classificada como Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2014. É constituído por uma vara de madeira ou verga, com 1,5 a 1,7 m de comprimento, nas extremidades da qual está preso um arame, tendo amarrada na base uma cabaça ou uma cuia, a qual serve de caixa de ressonância (figura 13).

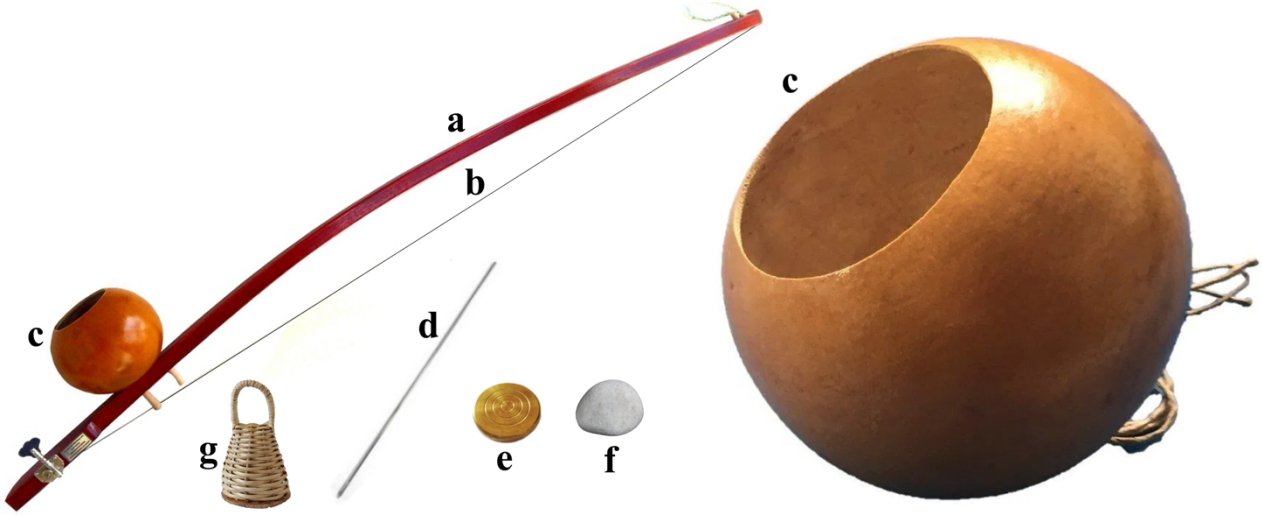


Figura 13 – Berimbau, com: a) verga (vara de madeira); b) arame; c) cabaça (que funciona como caixa de ressonância); d) baqueta (vareta de madeira com que se bate no arame para produzir som); e) e f) dobrão de metal ou de pedra (que pressionada contra o arame faz variar as notas); e g) caxixi (idiofone de verga, cuja abertura é tapada por uma rodela de cabaça, com sementes ou conchas dentro, que reforça a marcação do ritmo).

Como se diz na *ladainha de capoeira*, de Mestre Pastinha, de seu nome completo Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981), um dos principais mestres baianos de Capoeira:

Eu vou ler o Beabá
O Beabá do berimbau
A cabaça e o arame
E um bom pedaço de pau
A moeda e o caxixi
Está aí um berimbau.[266:77]

Página intencionalmente em branco

VI

Caderno de duas linhas

Figura 14 – Caderno escolar de meados do século XX e folha de duas linhas.

• Intróito.

Em meados do século passado, quando entrei para a escola, um dos meus grandes companheiros passou a ser o chamado *caderno de duas linhas.* Era assim designado porque, em vez de um pautado simples, cada linha estava duplicada (figura 14). Esses pares de linhas ajudavam-nos a desenhar as letras de forma mais proporcionada e harmoniosa, constituindo, portanto, um excelente auxiliar na aprendizagem da caligrafia. Como julgo ser evidente, esse novo companheiro era por mim, normalmente, bastante estimado, embora, por vezes, fosse também bastante odiado.

Cada letra tinha de ficar contida no espaço confinante das duas linhas. Excepções eram as perninhas do 'j', do 'p' e do 'q', as voltinhas do 'f' e do 'g', que desciam um pouco abaixo da linha inferior, e as hastes do 'd' e do 't', bem como os gargalos do 'b', do 'f', do 'h' e do 'l', que ultrapassavam a linha superior. Também não limitados por essas linhas, mas por elas guiados, eram, evidentemente, os

acentos e sinais gráficos, bem como as maiúsculas, desenhadas de forma ornamentada, mas tendo por base a linha inferior. Normalmente, as capas destes (e dos outros) cadernos, bem como as dos livros escolares, tinham figuras alusivas à *Mocidade Portuguesa* (figura 14), à trindade *Deus, Pátria, Família*, ou à obra dita reedificadora de Salazar: com efeito, vivíamos em pleno *Estado Novo*, e acção doutrinadora iniciava-se a par com o ensino das primeiras letras.

Nesses primeiros anos de escolaridade, eram companheiros íntimos do *caderno de duas linhas* a *ardósia*, o lápis e a borracha, a que, em breve, se viria a juntar a *caneta de aparo*, objectos que são referidos noutros capítulos. Ainda aprendi a escrever garatujando na ardósia, passando mais tarde para as chamadas *canetas de aparo*, um simples cabo de madeira com uma peça metálica introduzida na extremidade inferior, adaptada para nela se colocar o aparo.

Os *cadernos de duas linhas* eram intensivamente utilizados até que aprendêssemos a escrever com caligrafia proporcionada. Depois de muito praticarmos e nos acostumarmos a escrever com letras de dimensões mais ou menos análogas, vinha outro desafio: escrever em cadernos com folhas pautadas, sem o auxílio da segunda linha. Nesses tempos, os cadernos de duas linhas faziam parte do material escolar obrigatório nos primeiros anos e, para quem não tinha posses, eram fornecidos pela própria escola. Mais tarde, esses cadernos viriam a ser banidos, proscritos e amaldiçoados, confesso que nunca percebi bem porquê. Como referi, eram de grande utilidade para quem se iniciava nas primeiras letras, ajudando a desenvolver uma caligrafia regular. Julgo que o abandono desses cadernos foi consequência das novas correntes da pedagogia e da psicologia. Todavia, para mim, aprender a escrever tendo como guia as duas linhas, foi de grande utilidade, e creio que isso não contribuiu, de forma alguma, para que a minha imaginação e capacidade criativa fossem coarctadas.

• Cadernos de duas linhas na literatura.

Foi com alguma surpresa que constatámos que são exíguas na literatura lusófona as referências aos célebres cadernos de duas linhas, que marcaram sucessivas gerações. Uma delas foi feita pelo escritor angolano Luandino Vieira (1935- ...), no conto *Os amores de Silva Chalado*, publicado em 1961 no *Jornal de Angola*:

> *Logo de manhã cedo, Zeca Bunéu ficava na ombreira da porta semi-aberta, esperando que a silhueta original do mulato aparecesse no fundo da rua de areia, vindo da Maianga. E, invariavelmente à mesma hora, o casaco castanho pendendo do ombro esquerdo descaído, a gravata preta e o capacete branco na cabeça, Silva aparecia, no andar calmo, compassado e bamboleante, que lhe dera a alcunha de «Xalado» entre os miúdos do musseque. Isso e, claro, a mania de gesticular e falar sozinho,* [...].
>
> *Silva Xalado parou de desapertar o nó da gravata e os olhos baixaram-se tristes sobre a bancada. Estava abatido, o casaco descaía ainda mais do ombro torto. A expressão, de cão assustado, acentuava-lhe os traços adultos na cara de menino. Depois, lentamente, ante o pasmo dos colegas, sentou-se sem se mudar. Pegou na forma de ferro e, maquinalmente, num pedaço de sola. Confidenciou:*
>
> *– O meu pai foi viver com uma branca. Deixou-me na cubata sozinho. Como vou viver agora? Minha mãe já morreu...*
>
> *Os oficiais abaixaram-se mais sobre o trabalho e o mestre só disse, como desculpando-se do tom das palavras anteriores e procurando ser amável:*
>
> *– Oh, isso tem lá alguma importância para um homem como tu? Anda vai lá mudar de roupa,* [...] *e ainda se fechou na pequena barraca de aduelas, construída no fundo do quintal, veio de-*

vagar, no seu andar descalço e espreitou. Silva Xalado estava sentado, desfolhando um velho caderno de duas linhas, de pontas torcidas e chorava. O olhar tinha a mesma ausência dos dias em que se encerrava por muito tempo na retrete, para sair depois, debaixo dos comentários impiedosos dos colegas. Uma expressão feliz amaciava-lhe as feições e era apenas um jovem infeliz, soluçando agarrado a um caderno de duas linhas coberto de uma caligrafia regular, de letras arredondadas.

Para Zeca Bunéu tudo aquilo era uma revelação e um mistério. Nunca pensou que um homem pudesse chorar como chorava Silva mulato. Olhava e admirava as mãos febris desfolhando o caderno, os lábios balbuciando palavras, frases e não tinha dúvidas que lia versos. A curiosidade despertada, fazia-o desejar que o mulato abandonasse depressa a retrete para depois, sorrateiramente, lhe passar uma revista e descobrir tudo. Silva Xalado deteve-se nas últimas folhas e depois de as ler, beijou-as apaixonadamente. Fechou o caderno, dobrou-o ao meio e escondeu no bolso interior do velho casaco castanho. [...].[426]

Era o caderno onde o mulato *escrevia todos os dias a sua solidão, o seu desejo de compreensão e sobretudo o seu amor ardente por Carmindinha.*

Também Manuel Alegre (1936-...) se refere aos tais cadernos de duas linhas em contos de cariz memorialista, como em *Alma*, em que descreve a infância passada em Águeda, *aquela terra e aquele tempo* [que] *eram a raiz e o ritmo da minha própria alma*. A certa altura, no sexto capítulo, recordando os tempos de escola, descreve vivências que foram comuns a sucessivas gerações:

[...]. *Ali estávamos, lado a lado, com os retratos de Salazar e Carmona na parede, naquela sala que cheirava a tinta, a raposinho, a peido. Era o cheiro da pobreza, naquele Outono de mil novecentos e quarenta e cinco. Contavam-se pelos dedos os que tinham sapatos. Alguns vinham de chancas, outros de tamancos, a maior parte descalços. Vestiam calças e camisas de cotim, a saca que traziam a tiracolo era da mesma fazenda, todos os anos oferecida por um benemérito emigrado no Brasil. No Inverno os dedos das mãos e dos pés inchavam com frieiras e os lábios ficavam gretados pelo cieiro. Havia doenças estranhas,* [...]*. Eram as doenças e as feridas da pobreza, da fome, do frio,* [...]

Usávamos lousa e riscador, caderno de duas linhas para as cópias, canetas de pôr e tirar o aparo. Era preciso molhá-lo constantemente no tinteiro da carteira, os dedos andavam cheios de tinta, não havia sabão nem pedra-pomes que a tirasse, fazia parte da mão, estava na pele, ainda hoje lhe vejo a cor e lhe sinto o cheiro.

Aprendia-se a tabuada a cantar e os verbos à palmatoada. [...].[109:74]

Em 2010, Manuel Alegre voltaria a essas recordações de infância na novela *O Miúdo que Pregava Pregos numa Tábua*:

[...]. *Uns tempos depois, está sentado no parapeito sobre o rio, no Largo de Além da Ponte,* [...]. *Olha as águas do rio e tem pela primeira vez a percepção do tempo que passa e da efemeridade de tudo, de si mesmo, das águas do rio, das palavras que andam no ar e se encadeiam ao ritmo do bater do seu próprio coração. Então o miúdo que pregava pregos numa tábua chega a casa e aponta num caderno de duas linhas aquelas palavras que de certo modo ouviu no canto dos pássaros e leu nas águas do rio. Palavras que desapareceram, como ele próprio então com dez anos, como o próprio largo que já não é o mesmo,* [...].[111:20]

Página intencionalmente em branco

VII

Caixa de palitos

Figura 15 – Caixas de palitos.

• Intróito.

Estas caixas de palitos, prismáticas, de base triangular, de cor tipicamente amarela (figura 15), eram uma presença constante em restaurantes, tabernas, casas de pasto, estabelecimentos congéneres e, também, nas nossas casas. Continham palitos artesanais e, com frequência, tinham publicidade ao restaurante. Grande parte das caixas tinha ainda escrito *Fabrico exclusivo para esta casa*. Ainda há muita gente que se deve lembrar dessas caixinhas, pois que desapareceram há, apenas, poucas décadas.

A utilização de palitos para retirar restos de comida dos dentes remonta à pré-história, pois que, nalgumas estações arqueológicas, têm sido recuperados objectos destes, feitos de osso ou outros

materiais. Haveria também nessa altura, certamente, palitos de madeira, mas estes não conseguiram resistir à passagem do tempo. Com a evolução, os palitos chegaram a ser objectos de luxo das classes mais privilegiadas, autênticas peças de joalharia, moldados que eram em metais nobres, sendo por vezes ornamentados com pedras preciosas. As classes mais modestas usavam também palitos, mas simples, feitos de madeira ou de outros materiais comuns.

Nas *Apostilas aos Dicionários Portugueses*, de 1906, o filólogo Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914), discorrendo sobre a etimologia de palito, diz o seguinte:

> *Palito. Conquanto a indústria do fabrico de palitos seja bem portuguesa, o nome é forçosamente castelhano,* palito*, diminutivo de* palo. *Os espanhóis, porém, hoje em dia, aos palitos importados de Portugal, e que já vão sendo lá muito usados, chamam* palillos *(=* palilhos*), outra forma diminutiva do mesmo primitivo* palo, «pau», *e que também tem outras acepções, em geral correspondentes ao diminutivo português* pauzinho.
>
> *Conforme o seu maior ou menor acabamento, os palitos tomam vários nomes, quase sempre epítetos, alguns dos quais se empregam independentemente, com elipse do substantivo.*
>
> *Deste modo, há:* palito frisado; palito de flor *ou* bordado, — «assim denominado em virtude da sua ornamentação mais ou menos esculpida» — ; (palito) marquesinho*, com haste pequena e bem alisado.*[414:213-4]

Num interessante artigo redigido em 1900, Rodrigues Monteiro dá-nos uma curta perspectiva histórica da utilização dos palitos:

> [...]. *O palito não é moderno. Há já muitos séculos que ele vem prestando à humanidade reconhecida os seus indispensáveis serviços.* [...]. *Ora onde o palito se nos revela nitidamente no desempenho das suas funções é na antiguidade greco-romana.*
>
> *Muitos destes instrumentos, na maior parte metálicos, chegaram até nós, conservados nas sepulturas de mistura com outros objectos que a crença religiosa julgava necessários* à vida do morto. [...]. *Certamente ninguém ignora que a morte* [...] *não era a cessação material da existência, mas apenas uma transição para um viver infindável nas misteriosas regiões do além; daqui resultou, naturalmente, o piedoso dever, rigorosamente cumprido, de encerrar no túmulo o cadáver acompanhado de tudo aquilo que devia ser útil à sua nova actividade transcendente. O palito, é claro, não podia faltar.*
>
> *Sobrevive,* [...], *à assoladora invasão dos bárbaros do Norte, e prossegue através da idade média em que as atenções se voltam para ele, ao que parece, pois que de simples e vulgar que era, transforma-se num objecto de luxo, já pelos metais preciosos empregados, já pelo esmero artístico da sua execução. E conforme rezam os livros, assim continua magnificamente valioso até ao século XVII.*
>
> *É substituído então pelo palito de madeira, cómodo e barato, cujo uso se generaliza e faz concorrência ao palito rico e caro, que irremediavelmente teve de bater em retirada, bem como todos os outros metálicos, simples. Era de esperar tão rápida decadência auxiliada pela questão pecuniária e talvez pelo sisudo saber dos cirurgiões!*
>
> *E com os palitos cinzelados desapareceram também os primorosos estojos em que se guardavam e que eram de ouro, marfim e couro gravado. Alguns destes, provenientes da época da Renascença, constituíam verdadeiras maravilhas de arte, pela rara delicadeza e perfeição do trabalho e pela esplêndida concepção dos motivos. Foram substituídos pelos paliteiros de ouro e prata, que se tornaram parte obrigada da sumptuária civil e um dos assuntos predominantes da produção da ourivesaria. Mas, naturalmente, da sua difícil aquisição resultou a necessidade de os tor-*

nar acessíveis às bolsas modestas, fabricando-os de barro, porcelana e outros materiais menos custosos.

Todos sabemos qual a abundância dos recursos que a cerâmica portuguesa forneceu a tal artigo. O uso do palito de madeira, porém, não se generalizou em todos os países com estabilidade, e a breve trecho deram preferência aos tubos de penas de aves, ao marfim, etc.; só Portugal não o abandonou e carinhosamente lhe ficou fiel. [...].[314]

Talvez porque, como diz o autor, os palitos de madeira não se tenham generalizado noutros países, os palitos portugueses impressionavam bastante os estrangeiros que viajavam por Portugal. Tal depreende-se de várias narrativas de viagens, das quais, apenas a título exemplificativo, apresentamos duas. A primeira é do clérigo galês William Morgan Kinsey (1788-1851) que, em 1827, fez uma digressão por Portugal, tendo no ano seguinte publicado a sua narrativa (constituída por um conjunto de 17 cartas), à qual deu o título de *Portugal Ilustrado*. Aparentemente, a publicação teve sucesso, pois que, logo em 1829, teve uma segunda edição. A certa altura, o autor refuta a ideia que se tinha divulgado a partir de textos de alguns escritores estrangeiros, de que os palitos eram produzidos por estudantes da universidade de Coimbra. Kinsey refere por três vezes estes objectos utilitários: primeiro ao discorrer sobre Lisboa (Carta III), depois ao descrever Coimbra (Carta XIV), e finalmente ao completar a descrição da capital (Carta XVII).

[...]. *A capela do convento* [de São Francisco] *nunca foi concluída e oferece outro exemplo — além dos esqueletos das casas, que se vêem por toda a parte, e dos edifícios públicos que ficaram incompletos - dos grandes projectos planeados, após o terremoto, por arquitectos portugueses ou, como alguns diriam, ingleses* [...]. *Um grupo de frades pode visto, descansando o dia inteiro, na escadaria;* [...]; *a procissão ocasional, reverenciada pela multidão ajoelhada; seges cheias de frades gordos; galegos com seus barris de água de várias cores; mulheres a mercadejar frutas e vendedores de palitos, bacalhau, legumes, sardinhas e peixes frescos do Tejo;* [...].[282:86-7]

[...]. *Os arcos das portas, e as curiosas molduras das janelas, na parte mais antiga dos edifícios universitários, têm algo de carácter mourisco* [...]. *No grande salão onde acontecem os exames públicos e os debates – é uma difamação para os estudantes dizerem, como Costigan e outros, que empregam o seu tempo talhando palitos para os ingleses* [...].[282:381]

[...]. *O eterno ruído dos sinos dos colégios e convento de que estamos rodeados, tornou-se um incómodo intolerável, e ainda mais para os sentimentos indignados com a miserável pantomima a que muitas vezes convidam. Aqui há engano em tudo; até os rapazes que vendem palitos nas ruas impõem aos viajantes inexperientes espetos de abeto, em vez daqueles artigos de madeira de laranjeira delicadamente acabados que se compram em Coimbra, cuja fabricação, numa cruel calúnia, foi imputada aos eruditos estudantes daquela segunda Atenas.* [...].[282:473]

Uma segunda referência exemplificativa, feita de passagem, é a de Hugh Owen (1825-1891), um inglês que vivia em Portugal, filho de um coronel do exército britânico que serviu no Exército Anglo-Luso durante a Guerra Peninsular (1807-1814). No seu livro sobre Portugal, de 1856, ao referir-se à culinária portuguesa, diz a certa altura:

[...]. *A caça — isto é, perdizes de patas vermelhas, galinholas e narcejas — é abundante e barata: a primeira é geralmente servida com um molho doce de ameixas secas ou alguma compota semelhante — a última é trazida à mesa numa cama perfeita de agriões recém-colhidos. As lebres são pequenas e não menos desejáveis no sabor, além de tornarem necessário um suprimento extra de palitos (de laranjeira), um complemento sempre conveniente para uma mesa de jantar portuguesa.* [...].[328:76]

• Palitos, etiqueta e saúde dentária.

Principalmente a partir do século XVIII, os manuais de etiqueta regulavam, de certa forma, a utilização de palitos. Exemplo disso é a *Escola Política ou Tratado Prático da Civilidade Portuguesa*, do padre João de Nossa Senhora da Porta Siqueira (*c.*1730-1797), publicado originalmente em 1786. Trata-se do primeiro grande manual de etiqueta publicado em Portugal. Entre outras recomendações, estão aí expressas as seguintes:

> *Unhas... É indecência trazê-las compridas ou cheias de imundície; mas não se devem cortar diante de pessoas de cerimónia, e muito menos roer com os dentes, nem usar delas como de palito.*[378:86-7]
>
> *Palito... Não parece muito grave palitar à mesa; porém pratica-se em muitas mesas, e até se ministram; nestas nos podemos servir dele sem reparo; porém, nunca o deixaremos ficar na boca, nem poremos no cabelo, atrás da orelha, na casaca, etc*.[378:134]

O normal, era que as mesas tivessem palitos à disposição dos comensais, costume que perdurou até ao século XX, mas cuja tradição remonta, pelo menos, ao século XVIII. Num texto do francês Oliveiro Merson, escrito em 1857 (e publicado em 1862 no periódico *O Civilisador*), em que o autor descreve uma viagem que empreendeu ao Norte de Portugal, esse costume é ressaltado quando diz:

> [...]. *O serviço da mesa portuguesa comporta sempre palitos. — O palito é um bocadinho de madeira branca, própria, flexível, aguçado na ponta, e liso no resto, com que os convivas limpam os dentes depois do comer.* [...].[310]

O uso de palitos era fortemente recomendado por razões de higiene e de saúde. Exemplo disso é a tradução para português, em 1818, de um livro sobre a conservação dos dentes, do francês Etienne Bourdet (1722-1789), que tinha sido publicada em Paris em 1771. No capítulo VII, dedicado aos *Cuidados diários que cada um deve dar aos seus Dentes* [...], entre outras indicações, dão-se as seguintes:

> [...]. *Quando se lhe tem tirado todo o limo, deve-se passar um palito ou esgravatador de pena por entre todos os dentes, sem muito esforço, para tirar o sedimento ou fezes que neles se forma durante o sono, e fazer circular o sangue detido nas pontas das gengivas que enchem os intervalos dos dentes. Findo isto, deve-se a limpar a boca, isto é, as gengivas e os dentes, com uma pequena esponja fina ensopada em água tépida.* [...].[175:70]
>
> [...]. *O asseio pede ainda algum cuidado depois que se come, qual o de se tirar exactamente com um palito os rastos da mastigação que costuma ficar entre os dentes, e alimpá-los depois com o guardanapo, ou com uma pequena esponja ensopada em água tépida, enxaguando-se por fim a boca.* [...].[175:77]
>
> [...]. *As pessoas que têm a comodidade de terem bom vinho branco, usaram dele depois de comer, em lugar de água para lavar a boca.* [...]. *Porém, isto se deve fazer depois que se tiver passado com o palito ou pena por todos os dentes, e que eles estejam desembaraçados dos restos da mastigação que se tiver introduzido neles.* [...].[175:79-80]
>
> *Como o limo desta qualidade de Dentes é ordinariamente ácido e tão corrosivo que rói não somente os Dentes, mas também a gengivas, depois de se ter servido da raiz de alteia e do palito ou pena, é preciso todas as manhãs usar de um opiato feito com o sangue de drago E o osso desfeito em pó e bem misturado, ajuntando-se-lhe um pouco de mel, até que seja de uma certa consistência.* [...].[175:80]

> [...]. *Quando o cheiro é produzido pelo sarro ou pela demora dos alimentos nos intervalos dos Dentes, é fácil de tirar-se a causa, tanto com se lhe alimpar logo o sarro, como pelo uso do palito. Se, enfim, o mau cheiro provém de algum Dente podre, ou muito abalado, com o qual se não pode já mastigar, é necessário antes tirá-lo* [...].[175:92-3]

O uso do palito é também recomendado nos *Cuidados que é preciso ter com os Dentes artificiais para o asseio da boca* (capítulo IX):

> [...]. *A matéria dos Dentes artificiais é o Dente de Cavalo-marinho, e não de marfim, como muitas gentes imaginam, ou são muitas vezes Dentes humanos. O Dente do Cavalo-marinho por si mesmo não é susceptível de algum cheiro; se, por acaso, tem algum, é porque os Dentes que dele se fazem ou não são bem colocados, ou são muito desprezados por aqueles que os trazem. É a necessário pois, todas as manhãs, tirar com o palito o limo que estiver entre estes Dentes, depois esfregá-los bem com uma esponja ensopada em água tépida* [...].[175:94-5]

Porém, na altura, eram ainda muito usados os *palitos de pena*, feitos de penas de galinha, de ganso ou de outras aves. Atente-se, por exemplo, no excerto de um artigo sobre higiene pública dedicado à *conservação dos dentes — precauções relativas aos meninos*, publicado na revista *Panorama* em 1837:

> [...]. *A conservação dos alimentos entre os dentes e sobre as gengivas, assim como a formação e acumulação do sarro ou pedra, são objectos que reclamam a mais séria atenção da parte das mães de família, as quais devem ter um maior cuidado em remover aquelas causas da ruína dos dentes, para o que basta seguir as poucas regras que passo a dar.*
>
> *Consiste a primeira em empregar toda a vigilância para que os meninos nunca levem aos dentes agulhas, pontas de facas ou tesouras e outros corpos duros, devendo, além disso, tomar sobre si o esgaravatar-lhes todos os dentes depois das comidas com um palito de pena muito brando e macio, e depois limpá-los com um pano fino molhado numa pouca de água tépida esfregando-os levemente.* [...].
>
> *Também é bom esgaravatar todos os dois ou três dias os dentes dos meninos com a ponta grossa do mesmo palito de pena, para tirar o sarro que se lhes pega e que não cede a fricção do pano molhado, mas isso deve fazer-se* [...] *de modo que não ofenda as gengivas* [...].[125]

• O Mosteiro de Lorvão.

No nosso país, Lorvão era considerada ser a *capital do palito*, pois que foi aí que se enraizou a práctica deste tipo de artesanato. Diz a tradição que essa actividade se iniciou no Mosteiro do Lorvão, talvez consequência dos tradicionais banquetes que aí eram servidos, em que as mesas eram decoradas com ramos de loureiro: a certa altura, os convivas teriam começado a tirar pequenos fragmentos desses ramos para palitarem os dentes. No sentido de agradar aos convidados, as freiras teriam começado, então, a colocar nas mesas também pauzinhos de loureiro já afiados e, portanto, mais próprios para a higiene dental. Essa prática teria passado do mosteiro para a povoação vizinha. Não sabemos se tal corresponde à verdade histórica (o que duvidamos), até porque, como veremos, há outras versões mais credíveis. No entanto, todas elas tendem a apontar o Mosteiro do Lorvão como originário da fabricação de palitos na região.

O Mosteiro do Lorvão é muito antigo, havendo indícios de que teria sido fundado em tempos visigóticos, no século VI. Todavia, os primeiros documentos escritos conhecidos foram produzidos apenas depois da primeira Reconquista de Coimbra, em 878, os quais revelam que, na altura, aí havia uma comunidade religiosa que teve importância relevante no povoamento da região e no seu desenvolvimento agrário. Em 1109, o Conde D. Henrique fez doação do Mosteiro ao Bispo de Coimbra,

adoptando a Regra Beneditina. No início do século XIII passou para a Ordem de Cister, passando a ser feminino, com invocação de Santa Maria. Nos séculos seguintes o mosteiro viria a atingir grande esplendor, caracterizando-se, também, por grande devassidão. Sobre o assunto, Alexandre Herculano (1810-1877), baseando-se em cartas do rei D. João III, escreveu o seguinte:

> [...]. *A história de Lorvão e da sua abadessa, D. Filipa d'Eça* [*c.*1480-1551]*, é um dos quadros mais característicos daquela época. Lorvão contava então cento e setenta freiras, entre professas, noviças e conversas. A família d'Eça preponderava ali. Dela eram tiradas sempre, havia sessenta anos, as abadessas, e outros tantos havia que a dissolução era completa em Lorvão. Das freiras então actuais uma parte nascera no mosteiro. Suas mães, não só não se envergonhavam de as criar no claustro e para o claustro, mas aí mantinham também seus filhos do sexo masculino. D. Filipa era uma dessas bastardas, fiel às tradições maternas. Andava ausente quando faleceu D. Margarida d'Eça, a última abadessa. Aquelas que tinham vivido em verdes anos com D. Filipa e que contavam com a sua indulgência chamaram-na e elegeram-na sucessora de D. Margarida, estando esta moribunda. Queria el-rei substituir a nova prelada por uma freira de Arouca; mas opôs-se a parcialidade da eleita. Seguiu-se uma longa demanda em Portugal e em Roma, demanda cheia de estranhas peripécias. Entre estas a mais singular foi o serem certa vez encontradas D. Filipa e outra freira em casa de um clérigo de Coimbra, escondidas com a sua amante ordinária, que a justiça buscava. A pena recusa-se a descrever o estado em que todas três foram achadas. Tais eram as devassidões e os escândalos de que vamos encontrar memória nos mais insuspeitos documentos.* [...].[279:41-2]

A devassidão e o fausto do mosteiro terminaram algo abruptamente na primeira metade do século XIX. Na realidade, as instituições monásticas, nomeadamente as femininas, pela vida ali praticada, tinham na altura atingido elevado grau de descredibilização, grassando contra elas grande clima de intolerância, o qual estava já latente desde, pelo menos, finais do século anterior. Acresce que, durante a Guerra Civil que entre 1828 e 1834 foi travada entre liberais constitucionalistas e tradicionalistas (miguelistas), algumas dessas instituições, em vez de se manterem neutras, tomaram claramente partido por uma das partes beligerantes, nomeadamente pelos absolutistas, o que as descredibilizou ainda mais. Perante essa situação, o regente do reino, D. Pedro xxxxx (Imperador do Brasil, pai e regente de D. Maria II, a qual o poder legislativo viria a declarar, em Setembro de 1834, com apenas 15 anos de idade, a sua maioridade), por decreto de 9 de Agosto de 1833, procedeu à extinção das instituições monacais que tivessem menos de doze elementos:

> *Art. 2.º Nos Conventos, Mosteiros, Casas Regulares e Hospícios em que houver menos de doze indivíduos professos, o Prelado actual assim o participará pela Repartição respectiva do Governo, para que os Religiosos dessas Casas sejam unidos aos de outras que houverem de ficar existindo: as primeiras serão declaradas extintas, e os seus bens incorporados nos bens nacionais.*[42]

Além disso, as ordens religiosas femininas foram inibidas de admitir noviças, o que, a prazo, as condenava à extinção. Entretanto, os liberais saíram vencedores da guerra civil, o que ficou consignado com a Convenção de Évora Monte (26 de Maio de 1834). Logo a seguir, a 30 de Maio, o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Joaquim António de Aguiar (1792-1874), entregou ao regente D. Pedro um relatório em que propunha a extinção das ordens religiosas:

> *SENHOR – Está hoje extinto o prejuízo que durou séculos, de que a existência das Ordens Regulares é indispensável à Religião Católica, e útil ao Estado, e a opinião dominante é que a Religião nada lucra com elas, e que a sua conservação não é compatível com a civilização, e luzes do século, e com a organização política, que convém aos povos.* [...].

Em nosso tempo, Senhor, quantas vezes não se têm urdido no claustro insidiosas tramas contra o Trono Legítimo, e contra a civilização e liberdade nacional! […]

[...] *as Casas Religiosas foram convertidas em assembleias revolucionárias; os Púlpitos em tribunais de calúnias facciosas, e sanguinolentas; e o Confessionário em oráculos de fanatismo, e de traição. A Nação inteira viu uma parte do Clero Regular trocando a Milícia de Deus pela Milícia secular,* [...].

O pouco que deixo ponderado sobre este objecto é sobejo para que V. M. I. tome em consideração, na medida que tenho de propor-lhe a incompatibilidade das Instituições Liberais que V. M. I. se dignou outorgar à Nação Portuguesa, com a conservação de institutos que, geralmente falando, se têm mostrado contrários à Liberdade, e nos quais ela achará sempre um poderoso estorvo a consolidar-se. [...].

A existência das Ordens Religiosas não se combina com as máximas duma sã política, e é destrutiva dos fundamentos da prosperidade pública. A força de uma Nação depende da sua população; a população, dos casamentos; o maior número de casamentos, do maior número de proprietários: as Ordens Religiosas são duplicadamente prejudiciais à população: como celibatários deixam grande vazio nas gerações; como corpos de mão-morta, absorvendo enormes propriedades que não se tornam mais a alienar, fazem com que o número considerável de indivíduos não possam ter um palmo de terra, e por conseguinte se condene também a um celibato necessário; [...].

Em conclusão, Senhor, é força extinguir as Ordens Regulares, e dar destino aos bens que possuem. O bem público, a felicidade da Nação [...]; *a regeneração do Povo Português*, [...]*, tudo reclama aquela extinção.* [...].[107]

Na sequência, foi promulgado o famoso Decreto de 28 de Maio de 1834 (cuja verdadeira data foi 30 de Maio) que extinguiu as ordens religiosas, em que se diz:

Artigo primeiro. Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes e Domínios Portugueses todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, sejam qual for a sua denominação, instituto ou regra.

Artigo segundo. Os bens dos Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional. [...].

Artigo quarto. A cada um dos Religiosas dos Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, ou quaisquer Casas extintas, será paga pelo Tesouro Público para sua sustentação uma pensão anual, enquanto não tiverem igual, ou maior rendimento de Benefício, ou Emprego Público, [...].[43]

A consequência imediata dessa legislação foi a supressão de 448 casas religiosas, entre as quais 356 conventos masculinos e 12 femininos[385]. Todavia, esse decreto visava especificamente as ordens regulares masculinas (que eram as mais ricas e representavam maior perigo político). Por razões de índole moral, política e humanitária, essas disposições não se aplicavam aos conventos de ordens regulares femininas, sendo permitido que continuassem a viver nos seus conventos até à morte da última freira e a usufruir os respectivos bens, embora estivessem impedidas de receber noviças. Nessas condições, estavam condenadas a uma morte lenta, tendo acabado, na maioria dos casos (como aconteceu com o Mosteiro do Lorvão), esquecidas e votadas ao abandono.

Em 1853, Alexandre Herculano visitou o Mosteiro do Lorvão. Fê-lo no âmbito de uma missão pelo Norte do país (que se viria a prolongar por 1854), de que fora incumbido em 1852 pela Academia Real das Ciências, iniciativa que ele próprio propusera no início desse ano, com o objectivo de dirigir a publicação de documentos medievais portugueses dos séculos VIII ao XV existentes em arquivos eclesiásticos e seculares. Ao visitar este mosteiro, ficou extremamente impressionado com a situação em que viviam as freiras. Numa carta que então endereçou ao matemático, político e colabora-

dor de várias publicações periódicas António de Serpa Pimentel (1825-1900) (que em 1856 viria a ser eleito deputado, e que, em 1890, viria a ser Presidente do Conselho de Ministros durante alguns meses), solicitava apoio para as freiras. É de tal forma sentida, comovedora, pungente e cruciante a missiva do historiador), datada de 20 de Julho, que resolvemos dela fazer um longo extracto:

[...]. *Morrem aqui lentamente umas poucas de mulheres, fechadas numa tumba de pedra e ferro.* [...] *No mosteiro sumptuoso, vasto, alvejante, com um aspecto exterior quase indicando opulência, é que não há pão, mas só lágrimas.* [...] *aqui vê-se, por entre grades de ferro, a luz do céu, a árvore que dá frutos, a seara que dá o pão, e tudo isto vê-se para ter mais fome.* [...].

[...]. *Aqui há dezoito ou vinte mulheres na idade decadente, que se afizeram na juventude aos cómodos, aos regalos, e até ao luxo compatível com as condições da vida monástica.* [...]. *Dir-se-ia que existe uma providência infernal para que não falte às freiras de Lorvão o restritamente indispensável para, lento e lento, se lhes irem os membros mirrando num longo expirar, débeis e senis.* [...].

[...]. *Imagine dezoito ou vinte mulheres idosas, medidas entre quatro paredes húmidas e regeladas, sem agasalho, sem lume para se aquecerem, sem pão para se alimentarem, sem energia na alma, e sem forças no corpo, comparando o passado, sentindo o presente e antevendo o futuro. Imagine o vento que ruge, a chuva ou a neve fustigando as poucas vidraças que ainda restam no edifício; Imagine essas orgias tempestuosas da natureza que passam por cima das lágrimas silenciosas das pobres cistercienses, e as horas eternas que batem na torre. Imagine tudo isto, e sentir a acender-se-lhe no ânimo uma indignação reconcentrada e inflexível.*

Há poucos dias passou-se em Lorvão uma cena tremenda. Num acesso de desesperação, parte destas desgraçadas queriam tumultuariamente romper a clausura; queriam ir pedir pão pelas cercanias. Custou muito contê-las. Tinha-se apoderado delas uma grande ambição; aspiravam à felicidade do mendigo, que pode apelar para a compaixão humana; que pode fazer-se escutar de porta em porta. Era uma vantagem enorme que obtinham. A sua voz é demasiado fraca, e os muros de Lorvão demasiado espessos. Gemidos, brados, prantos, tudo é devorado por esse túmulo de vivos. Ao menos surgiam como Lázaro da sua sepultura.

Gemidos, brados, prantos, nada disso chega aos ouvidos dos homens que exercem o poder nesta terra; nada disso os incomodas. [...].

A história recente de Lorvão é simples. Os bens acumulados naquele cenóbio durante dez séculos tinham-no tornado demasiadamente rico. A sua renda anual, dizem que orçava por mais de oitenta mil cruzados. Como mosteiro cisterciense, Lorvão dependia dos monges brancos. Cem freiras de que se compunha a comunidade, e que viviam opulentamente, gastavam muito, mas não gastavam tudo. Cinco frades bernardos, aposentados num palacete contiguo ao mosteiro, consumiam o resto. Eram eles que administravam as grossas rendas da casa. Os banquetes e as festas sucediam-se ali sem interrupção. Os hóspedes eram contínuos. O manto da religião cobria todos os excessos da opulência. [...].

Até aqui nada há estranho. Mas os frades entenderam que deviam comer a renda e o capital das cenobitas laubarnenses. Refere-se que certa vez, não sabendo explicar plausivelmente o dispêndio de uma verba de 600$000 réis, escreveram numas contas irrisórias que mostravam anualmente à abadessa: Palitos — 600$000 réis*. Pode ser fábula. O que, porém, não é fábula é que durante muitos anos o dinheiro das décimas que o mosteiro devia pagar esqueceu em Alcobaça, dando-se em conta como pago.* [...]. *Veio o ano de 1833. Desapareceram os dízimos, principal rendimento do mosteiro. Os direitos senhoriais desapareceram também. Os frades, enxotados do seu feudo de Lorvão, saíram dali, mandando primeiramente derribar todas as árvores que povoavam aquelas encostas e vendendo as madeiras. Era o último* vale *que davam a suas irmãs.*

> *Ainda assim, ficava às monjas uma honesta subsistência. Passado, porém, apenas um ano, o fisco arrebatou-lhes quase tudo pela dívida de 25 contos de réis de décimas, e os credores particulares levaram-lhes depois os demais bens.* [...]. *Vacilantes entre a vida e a morte, as freiras de Lorvão prolongam uma existência de dor e miséria pendente das eventualidades desse ténue rendimento. Há um ou dois anos, o governo deu-lhes a esmola de um subsídio: este subsídio, porém, cessou. Ignora-se o motivo. Porventura alguma secretaria de estado precisava de novos estofos nas suas cómodas poltronas, ou os felpudos tapetes das salas ministeriais tinham perdido o brilho das suas cores variegadas, e cumpria renová-los. São despesas inevitáveis, e é necessária economia. Se assim foi, respeitemos as exigências imperiosa da dignidade governativa. Alta noite, durante o Inverno, vinte mulheres curvadas pela inédia e pela velhice podem dirigir-se ao coro, calcando quase descalças as lajes húmidas e frias destes claustros solitários; mas as botas envernizadas de suas excelências devem ranger molemente sobre um pavimento suave, e as suas cabeças, afogueadas pelas profundas cogitações reclinarem-se em fofos espaldares. Todavia, a majestade das secretarias e os ápices da economia não excluem a tolerância, nem a indulgência. Faço essa justiça ao poder. Quando a última freira de Lorvão expirar de miséria, ou debaixo de alguma dessas paredes interiores do mosteiro que ameaçam desabar, os ministros sofrerão com ânimo paternal que mãos piedosas vão lançar o cadáver da pobre monja no ossuário de sete séculos, onde repousam as cinzas de milhares de suas irmãs. Depois venderão o edifício e a cerca* [...].[278]

Herculano termina com um grito angustiado, solicitando alguma ajuda para as pobres freiras que feneciam, isoladas do mundo:

> [...]. *Mas porque o importuno com esta longa história? Não é, meu amigo, só para desabafo; é para lhe pedir um favor. Suponha que viu, como eu vi, as faces enrugadas e pálidas das monjas de Lorvão, por onde as lágrimas se penduravam quatro a quatro, enquanto vozes convulsas descreviam cenas do longo drama de miséria, de que este sepulcro de vivos tem sido teatro durante vinte anos: suponha que olhava para estas paredes verdoengas, cujo aspecto produz um sentimento inexplicável de frio, apesar do calor da atmosfera num dia de Julho; para as alfaias roçadas e puídas: para os próprios trajos das freiras; que lia em tudo isso, repetida por cem modos, uma palavra só:* infortúnio, infortúnio, infortúnio! *Que fazia? Com o seu coração, com os seus princípios, e redactor de um jornal que tem largas simpatias, sentia-se grande e forte, pondo a sua pena eloquente ao serviço da desgraça e da fraqueza. Faça-o, meu amigo, faça-o! Peça esmola para as freiras de Lorvão, que foram ricas e felizes na mocidade, e que na velhice têm fome. A velhice é santa! Ponha esse contraste do passado e do presente perante os olhos dos opulentos e ditosos, para que se lembrem, com alguns cruzados, das pobres que gemem debaixo destas abóbadas, escondidas no meio dos montes ladeirentos e agrestes do concelho de Penacova. Ao governo não peça nem diga nada; deixe esses homens ao seu destino; deixe-os estofar poltronas e dormir nelas. Deus e os vindouros hão-de julgar-nos a todos…* [...].[278]

A carta de Herculano foi imediatamente publicada na imprensa periódica. Desconhecemos se apoios particulares contribuíram para minorar o sofrimento das freiras de Lorvão, mas, da parte do governo, teve como consequência a atribuição de um subsídio. A última freira acabou por falecer a 8 de Julho de 1887.

A viagem de Herculano pelo país para inventariar e, se possível, recuperar documentação medieval dispersa por múltiplas instituições eclesiásticas e seculares, principalmente as primeiras, cujo espólio tinha posta a saque com a extinção das ordens religiosas, foi coroada de sucesso, tendo parte dela sido integrada nos mais de vinte volumes de *Portugaliæ Monumenta Historica*), publicada pela Academia das Ciências de Lisboa entre 1856 e 1917. Na visita ao Mosteiro do Lorvão, as freiras en-

tregaram ao historiador, entre outros documentos, o *Apocalipse do Lorvão,* um sumptuoso manuscrito iluminado produzido em 1189, possivelmente no *scriptorium* desse cenóbio, o qual Herculano depositou na Torre do Tombo. Em Outubro de 2015, o *Apocalipse do Lorvão* passou a integrar o programa *Memória do Mundo* da UNESCO.

Pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, o *Mosteiro de Lorvão, compreendendo os túmulos de Santa Teresa e de Santa Sancha*[68] foi integrado na lista inicial dos imóveis classificados como *monumentos nacionais.* Porém, ficou bastante abandonado durante a primeira metade do século XX, tendo sido restaurado, em meados desse século, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo, em 1959, passado a funcionar em parte do edifício um hospital psiquiátrico, o qual viria a ser encerrado em 2012, tendo em 2021 sido assinado contracto para o converter numa unidade hoteleira de luxo.

• Lorvão, capital dos palitos.

Tudo indica que a produção de palitos na região teria tido início no Mosteiro do Lorvão, tendo essa actividade daí passado para a povoação homónima e outras próximas, designadamente Coimbra, tendo o louro sido substituído pelo salgueiro branco e pelo choupo, que proliferavam nas margens do Mondego e afluentes, e que tinha a vantagem de ter sabor neutro e cor mais clara, sendo, ao mesmo tempo, mais fácil de cortar e trabalhar. A actividade prosperou, de modo que a principal ocupação de muita gente do Lorvão e aldeias vizinhas era a de *paliteiro*, desenvolvida por homens e mulheres, velhos e novos, por vezes famílias inteiras, que a ela se dedicavam a tempo inteiro ou parcial.

A manufactura de palitos era, como se disse, tradição antiga na região. Em 1789, num artigo sobre Coimbra, Manuel Dias Baptista já referia que:

> [...]. *Além disto* [outras formas de artesanato] *também se pode numerar neste género, a manufactura dos palitos que em Lorvão se preparam em grande abundância*, [...].[148]

Em 1853, António Sousa Henriques Seco (1822-1892), na sua *Memória* sobre Coimbra, ao falar do Concelho de Penacova, escreveu:

> [...]. *A indústria principal do Concelho* [de Coimbra] *é a navegação do Mondego, a que se entrega grande parte de seus naturais,* [...]. *Mas os moradores de Lorvão, homens, mulheres e crianças, são talvez o povo único do país que se dedica à pequena indústria do fabrico dos palitos e à sua exportação para as diversas cidades do Reino, de onde passam mesmo aos mercados estranhos* [estrangeiros]. [...].[377:112]

Na quarta edição, de 1874, do seu *Diccionario Encyclopedico*, Araujo Corrêa de Lacerda (1802-1877) descreve Lorvão da seguinte forma:

> *Lorvão, (geogr.) freguesia de Portugal, concelho de Penacova, comarca, distrito e bispado de Coimbra; 2 424 habitantes; tem um célebre e muito antigo mosteiro de freiras. Nesta povoação se fabricam anualmente uns 2 000 000 de réis de palitos para consumo e exportação.*[287:522]

Também Pinho Leal (1814-1884), em 1874, em *Portugal Antigo e Moderno*, se referiu aos palitos do Lorvão nos seguintes termos:

> [...]. *Esta freguesia* [de Lorvão]*, posto ser um terreno acidentado, é muito fértil. A aldeia é situada em um vale, dividido por um pequeno ribeiro, em cujas margens está também assente o famoso mosteiro.* [...].
>
> *Fazem-se nesta freguesia anualmente três a quatro mil cruzados de palitos, para o reino e exportação.*

Crianças, adultos e velhos, trabalham nesta indústria, e faz pasmar a ligeireza e perfeição com que a executam. [...].[289:441]

Muitos são os autores que fazem alusão a esta indústria tradicional do Lorvão. Em 1885, Teófilo Braga (1843-1924) lamentava que essas aptidões não fossem utilizadas para produção de objectos mais valorizados:

[...]. *Lê-se num estudo sobre a Reforma do Ensino das Belas Artes: «Todos os que viveram em Coimbra conhecem a habilidade dos filhos da terra nos trabalhos de escultura em madeira; essa aptidão natural pode e deve servir para alguma cousa mais do que fazer palitos mais ou menos frisados* [...].*»*[176:160]

Figura 16 – Paliteiros do Lorvão, dispostos para o trabalho em semi-círculo.

Em 1899, Tomás Lino de Assunção (1844-1902) descrevia de modo algo pitoresco o centro paliteiro português de então:

O Lorvão de hoje, além do mosteiro, pouco mais é do que uma estreita rua de casas pequenas, de um andar, a que algumas outras se sobrepõem, subindo pela meia encosta áspera. Ao soalheiro das portas sentam-se mulheres e crianças cortando o afeiçoando em palitos os troncos brancos do salgueiro. Os homens, pela maior parte cavões que só vivem do trabalho da enxada, andam na lavoura alheia [...]. *Ao cabo da rua principal, e fazendo esquina para o largo do mosteiro, encontra-se, à esquerda, a venda do Carlos. Loja suja, dividida por um balcão negro, ao longo do qual vai e vem com passo lento, gesto mole e aborrecido, o dono da casa, quando não anda por Espanha fazendo negócio.*

Era a hora de maior concorrência. Mulheres e crianças entravam de xaile pela cabeça, e a troco de palitos levavam bacalhau, assucar, arroz, café, petróleo, azeite, vinho, boroa, fósforos ou papel de cor. O palito é ali a moeda corrente. Para as transacções entre o merceeiro e os seus freguesses não há necessidade do intermédio nem da Casa da Moeda com as cédulas, nem do Banco

de Portugal com as notas. O Carlos recebe os maços [de palitos]*, e examina-os aquase papel por papel, como um usuário examinaria uma peça de ouro suspeita.* [...]. *Muitas vezes a* moeda *sofre uma depreciação que ele arbitra, atendendo à qualidade ou imperfeição do fabrico.* [...]. *Verificada a qualidade dos palitos, o Carlos atira com eles para diversos repartimentos, segundo a qualidade, e depois exporta-os por sua conta.* [...].[140:5-7]

• Fabricação de Palitos.

Sobre a fabricação de palitos, voltamos a recorrer ao interessante artigo que Rodrigues Monteiro escreveu em 1900:

[...]. *A indústria dos palitos, tradicionalmente localizada em Lorvão e Coimbra, é uma das mais interessantes e mais simples das nossas indústrias caseiras, e que ainda absorve quase por completo a actividade das crianças, mulheres e velhos daquela localidade, achando-se porém, nesta, já definhada.*

O seu fabrico singelo e fácil, em geral insignificantemente remunerado, é sem dúvida amoldado à utilização da incipiente energia das crianças, do delicado labor das mulheres e do braço já debilitado dos velhotes. O material necessário para a manufactura do palito não é complexo. Além da matéria-prima, o Salix alba*, consiste apenas numa navalha afiada, na* coura*, ou seja, um pedaço de couro que defende o joelho e ao qual está geralmente ligado um pedaço de chifre sobre o qual se trabalham as varas de salgueiro, desbastando-as, aguçando-as, alisando-as de forma a converterem-se nos palitos, que, separados em dimensões precisamente iguais, se vão lançando no cestinho ao lado, acessoriamente necessário, bem como o pequeno banco de madeira. Assim aprestado, pode um fabricante, na monótona labuta diária, executar algumas centenas de* pegadas. [Nota: *Denomina-se* pegada *a execução simultânea de dois ou três palitos de uma só haste*].

No entanto, é evidentemente óbvio que a produção quotidiana é mais ou menos abundante, conforme se trata dos palitos pequenos e comuns, denominados marquesinhos*, ou dos palitos* lixados *ou* polidos *maiores, mais perfeitos.*

Em Lorvão, domina o fabrico dos primeiros, ao passo que em Coimbra o dos últimos. [Nota: *A título de curiosidade diremos que Duchatelet e o fantasioso Dumas atribuíam o fabrico dos palitos aos estudantes*].

Concluídos, são embrulhados em papéis de cor vária, formando pequenos pacotes de 40 palitos que, reunidos em número de 10, compõem um maço.

Além do que dissemos acerca destes, temos a falar também dos palitos frisados, *de* flor *ou* bordados*, assim denominados em virtude da sua ornamentação mais ou menos esculpida. Para a sua execução trabalhosa e complicada basta uma pequena faca finamente cortante, que habilmente manejada consegue tirar efeitos esquisitos da maciez do* Salix alba*. Em resumo, faca e varas de salgueiro.* [...].

O elemento artístico que transparece no geral em todas as indústrias populares, verdadeiramente não o encontramos naquela de que nos ocupamos. Na confecção do palito liso apenas se nos depara um mero automatismo, que invariavelmente se transmite de umas a outras gerações. Nos palitos de flor apenas divisamos o produto de uma fantasia indisciplinada, servida todavia por belas qualidades nativas, utilmente aproveitáveis. [...].

[...]. *A actividade comercial que irradia dos dois centros produtores alastra- se pelo país, pelo reino vizinho, pelas colónias e ainda pela Inglaterra, Brasil, México etc.*

Este comércio, ora se realiza directamente pelo fabricante, mercê de longas e penosas caminhadas pelo Reino e por Espanha, rematadas por uma remuneração mesquinha, ou exportando ele próprio o produto, quando o não vende no lugar do fabrico (e então o viver é mais desafogado); ora indirectamente e surge a exploração torpe do intermediário. Devido a este voraz adventício e ligada à indústria paliteira, ainda persiste em Lorvão uma das primitivas formas de contracto — a permuta — em que o valor representativo dos géneros de primeira necessidade não é a moeda, é o palito [...].[314]

Como referido no texto, manufacturavam-se diferentes tipos de palitos. Em 1915, num artigo sobre o assunto publicado na revista *Brotéria*, Fernandes Bahia, apoiado num artigo que João Rodrigues Pinto Brandão (1856-1917) tinha publicado em 1910 no *Boletim do Trabalho*, começa por se referir aos primórdios desta indústria:

Origem. — A indústria dos palitos de madeira é genuinamente portuguesa, embora não conste ao certo quando começou. Conhece-se, contudo, o lugar de origem que foi o antigo convento de Lorvão.

Nas margens do Ribeiro que flui mansamente pelo vale onde está situada a aldeia de Lorvão e vai banhar os muros da cerca do convento, cria-se abundantemente o salgueiro branco. Durante os recreios começaram as freiras palitar-se com a madeira deste salgueiro que é branda e adocicada. Em um documento do mosteiro, que data do século XVII, fala-se dos palitos como de coisa ordinária e conhecida. Como as monjas fizessem presentes destes palitos às suas famílias, dentro em breve tiveram grande número de encomendas, havendo por isso de ocupar as criadas neste mister. E, como não bastassem, passou a indústria à povoação e da aula se estendeu a outros povos nos concelhos de Penacova, Poiares e Coimbra, onde ainda hoje se conserva, onde ainda hoje se conserva, fornecendo-lhes os salgueirais do Zêzere a matéria-prima. [...].[147]

Fernandes Bahia passa depois a caracterizar a produção, referindo os diferentes tipos de palitos:

[...]. *Esta indústria, apesar da grande extracção dos palitos, pouco adiantou nos processos do fabrico. É hoje o que era nos séculos passados. Unicamente progrediu bastante o acondicionamento para a exportação.*

Além de uma como fábrica, estabelecida na vila de Penacova, tudo mais se reduz, como até agora, à indústria caseira. Contam-se 1 667 casas que trabalham em palitos, nos três concelhos de Penacova, Poiares e Coimbra. Sentados num banquinho, os paliteiros trabalham sobre a perna direita, que é resguardada dos golpes por meio de um pedaço de couro, que nas operárias se liga por uma Correia ao pé. Nos operários a correia é curta e dá volta à perna. Usam de dois instrumentos cortantes — um podão para preparar, cortar e fender a madeira, E uma como navalha — faca-inglesa *— com que dividem a madeira em pequeninas hastilhas que afeiçoam em palitos* [...].

Os palitos não são todos iguais, nem na forma nem no comprimento. Os palitos-flor *são enfeitados com vários adornos feitos com a faca-inglesa; os* gigantes *ou* compridos *de 1.ª classe medem* 0,12 m; *os* meios gigantes *ou* compridos *de 2.ª classe — 0,08 m; os* marquesinhos especiais *— 0,05 m. Há também marquesinhos de 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª classes. Os marquesinhos de 3.ª e 4.ª classes têm o nome de* ordinários*, e os de 5.ª o de* maganos*. As primeiras classes dos marquesinhos avantajam-se em serem mais compridos e lisos ou* lixados*, o que o paliteiro consegue rapidamente com a faca.*

Os palitos-flor *são muita vez ornados com fitas tiradas do próprio palito, enroladas ou a imitar plúmulas. Não servem para palitar os dentes, mas tão somente nos serviços de mesa, principalmente ambulantes, a fazer as vezes de garfo — mariscos, fatias de queijo, sanduíches, etc.*

[...]. *Uma operária, um tanto perita na arte e com trabalho regular, pode fazer por dia 50 palitos-flor, ou 2 000 marquesinhos de 1.ª e 2.ª cl., ou 2 400 ordinários, ou 4 000 maganos. Este serviço assegura-lhe 6 a 7 vinténs de salário.* [...].[147]

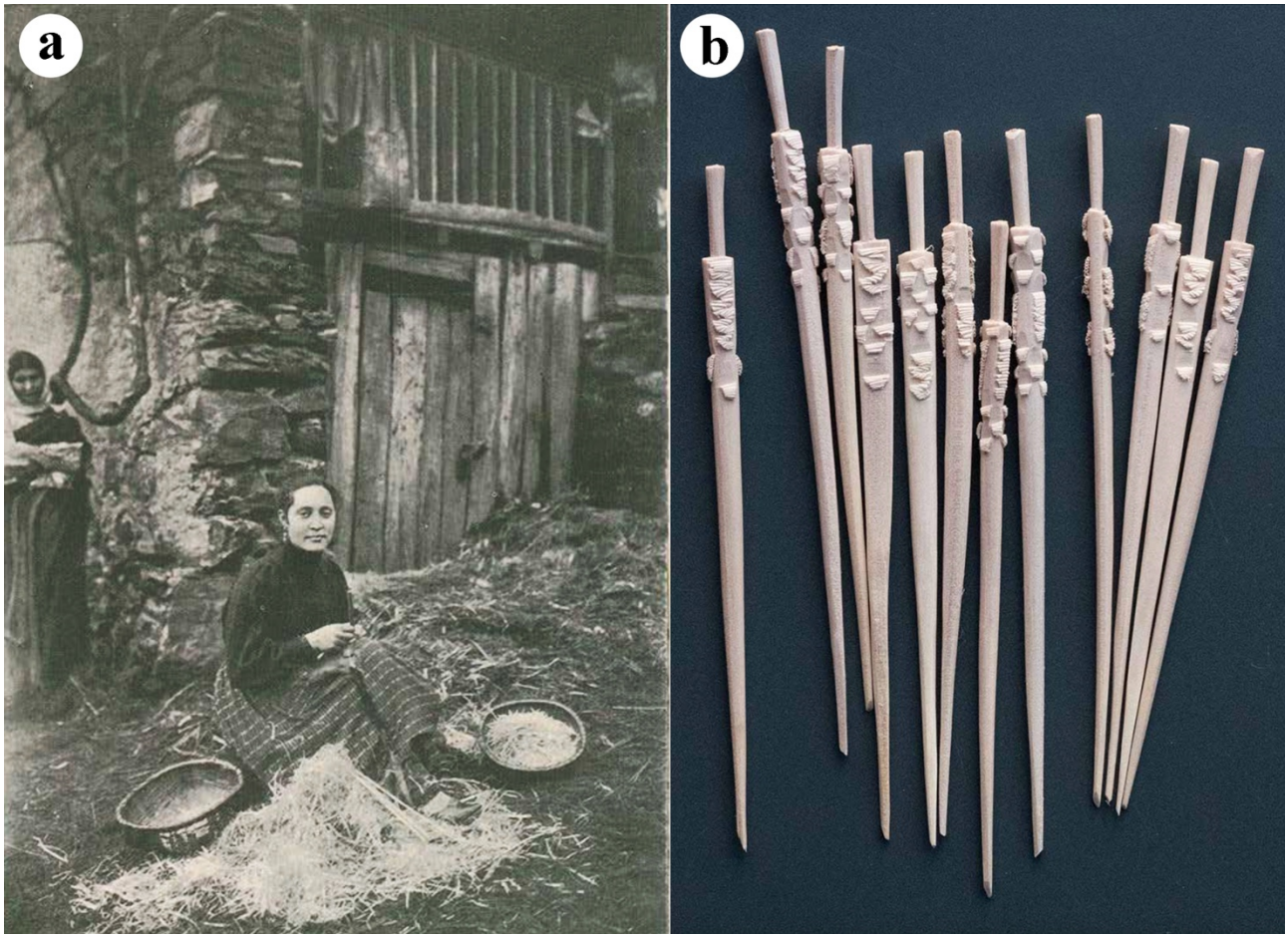


Figura 17 – a) Paliteira do Lorvão. b) Palitos flor.

A actividade paliteira estava essencialmente concentrada em Lorvão, e a preparação da matéria-prima era feita com meses de antecedência:

A população paliteira tem o seu máximo de densidade em Lorvão, e vai diminuindo ao passo que as povoações se afastam daquele centro. Em 1910 havia em Lorvão 780 casas em que fabricavam palitos 2 220 pessoas. Os fogos desta povoação dados pelo censo de 1911 são 1 004, com 4 281 almas habitualmente. Quer dizer que a maior parte da população vive desta indústria. [...].

A matéria-prima, geralmente usada nesta indústria portuguesa, tem sido o salgueiro branco e o choupo; hoje pode dizer-se que é a única empregada é a madeira do salgueiro branco. [...]. *A corta dos salgueiros faz-se nos meses de Novembro e Dezembro, e sobretudo em Janeiro, aproveitando para este labor o tempo seco, em ordem a não ficar a madeira demasiado rija.*

Nos meses seguintes de Fevereiro e Março preparam-na, descascando-a, rachando-a de alto a baixo e secando-a [...].[147]

A actividade paliteira persistiu, com pujança, até à segunda metade do século XX, mas não conseguiu resistir ao progresso e à mecanização, o que já em 1900 era antevisto por Rodrigues Monteiro:

> [...]. *Finalmente, esta pequena indústria, domesticamente manufacturada, de aprendizado espontâneo e simples, cuja actividade tem vindo num crescente de vitalidade, está prestes a transformar-se em indústria mecânica. E, com efeito, no assombroso inventário dos progressos do século XIX, o palito foi contemplado com a sua máquina, cuja prodigiosa produção, invalidando o braço das activas paliteiras, fará sucumbir a tradicional indústria de Lorvão e Coimbra.* [...].[314]

Com a entrada de Portugal para a então chamada CEE (Comunidade Económica Europeia) e com a concorrência dos produtos industrializados, estes palitos artesanais acabaram por desaparecer, ainda não há muito tempo, do comércio e dos restaurantes. Apesar de, actualmente, a produção, ser diminuta, em Penacova prevalece ainda a tradição desta manufactura, principalmente de palitos frisados ou em flor.

Contudo, a imagem das típicas *caixas de palitos* (que, como bem observou Galopim de Carvalho, se não fosse a truncatura numa das arestas maiores e o buraquinho para deixar sair os palitos, poderíamos dizer que, em cristalografia morfológica, eram do sistema trigonal) perduram na memória dos que vivenciaram esses tempos anteriores à adesão do país à União Europeia.

• Palitos nos dicionários.

Em Portugal há referências a palitos na literatura impressa desde, pelo menos, o século XVI. Porém, o termo mais utilizado era, aparentemente, *mondador*. É assim que aparece listado, com o correspondente em latim, no *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, de Jerónimo Cardoso (1508-1569), publicado em 1562:

> *Mondador de dentes. Dentiscalpium.*[202:f77v]

O termo *palito* não está contemplado nesta obra, mas, curiosamente, refere-se o *Mondador de orelhas*, cujo equivalente em latim seria *Auriscalpium*[202:76v], que seria, de certo modo, o equivalente à actual *cotonete*. Relacionados com a higiene oral inclui também:

> *Alimpador de dentes. Dentiscalpium.*[202:f12]

Já no *Dictionarium Latino Lusitanicum*, de 1570, Jerónimo Cardoso, incluiu os mesmos termos (*Dentiscalpium. O mondador de dentes*[203:f51v] e *Ausriscalpium. O mondador de orelhas*[203:f23v]), mas acrescentando:

> *Dentifricum.* O pó para os dentes.[203:f49v]
> *Nitela. O Mondador de dentes.*[203:f103v]

Em 1611, Agostinho Barbosa (1589-1649) também não incluiu o vocábulo *palito* no seu *Dictionarium Lusitanico Latinum*, mas registou:

> *Alimpador de dentes. Dentiscalpium.*[149:c62]
> *Alimpador de dentes, aliás esgravatador de dentes. Dentis calpium*.[149:c335]
> *Mondadentes, aliás esgravatador. Dentiscalpium.*[149:c746]

Assim, no século XVII, o termo *mondador de dentes* parece ter caído em desuso, dando-se preferência a *esgravatador* ou a *alimpador* de dentes, ou mesmo a *mondadentes*. Por exemplo, Bento Pereira (1605-1681), no *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, publicado em 1647, em *mondador*, apenas contempla o *mondador de orelhas*[337:f68], mas inclui os verbetes:

> *Alimpador de dentes. Dentiscalpium.*[337:f8v]
> *Esgravatador dos dentes. Dentiscalpium.*[337:f49]
> *Mondadentes. Dentiscalpium.*[337:f68]
> *Mondador das orelhas. Ausriscalpium*.[337:f68]

O termo *palito* apenas foi consignado nos dicionários em princípios do século XVIII, no volume do *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau (1638-1734), publicado em 1712, onde está expresso:

> *PALITO* [grafado *Palîto*]. *Paosinho muito delgado, que serve de alimpar os dentes.* Dentiscalpium [...]. *Para os distinguir dos de prata ou ouro, diremos* Ligneolum dentiscalpium. [...].[167:202]
>
> *PALITAR. Alimpar os dentes com palito*. *De quem depois da comida está conversando com o palito na mão, costumam dizer,* Está palitando[165:202]. [expressão esta que desapareceu por completo com a passagem do tempo].
>
> *PALITEIRO. O estojo de palitos.* Dentiscalpium theca. [167:202]

Esse *Vocabulário* de Rafael Bluteau, do início do século XVIII, retém a maior parte dos termos anteriores, não incluindo os vocábulos *mondador* ou *mondadente*, nem sequer *alimpador de dentes*. Nele há outros termos relevantes, como:

> *ALIMPAR.* [...]. *Alimpar os dentes*. Vid. Dentes.[162:259]
>
> *BISNAGA, Bisnága, Como quem dissera* Bisnata, id est, duas vezes nascida, *porque a mesma coroa que esta erva faz com toda a maceira faz cada um dos palitos dela, com a flor que o remata. A planta é aperitiva; os palitos servem de alimpar os dentes. Os ervolários* [herbanários] *lhe chamam* Visnaga, gindium appellatum. [...].[163:b127]
>
> *DENTE do homem.* [...]. *Dentes.* [...]. *Alimpar os dentes.* Dentes circumpurgare. [...]. *Pós para alimpar os dentes.* Dentifricum [...]. *Esfregar os dentes com pós de pontas de veado.* Cinere cornûs cervini dentes infricare [...]. *Alimpar os dentes com uma pena.* Pennâ dentes levare [...].[164:d67]
>
> *ESCAVAR.* [...]. *Escavar os dentes ao redor para os alimpar.* Dentes circumscapere [...].[164:e215]
>
> *Escavar os dentes. Esgaravatar os dentes.*[171:502]
>
> *ESFREGAR. Correr com pano ou outra cousa.* [...]. *Esfregar os dentes.* Dentes fricare. *Ter esfregado os dentes.* Perfricuisse dentes. [164:e243]
>
> *ESGARAVATADOR. Instrumento pequeno de Prata, Ouro, Marfim ou de outra matéria, com que se alimpam os dentes, orelhas, etc. Esgaravatador dos dentes de Prata, Ouro ou Marfim.* Argenteum, aureum *ou* eburneum dentiscalpium [...].[164:e244]
>
> *MAOMETISMO.* [...]. *Segundo a Tradição de Mafoma, tem obrigação de lavar as mãos três vezes, alimpar os dentes com esgaravatador de certo pau, e depois disto lavar a boca três vezes, e o nariz outras tantas a eito* [...].[171:8]

A partir dessa altura o vocábulo *palito* passou a estar sistematicamente presente nos dicionários, bem como os seus derivados. Em 1734, João Madureira Feijó (1688-1741), na terceira parte da sua *Orthographia*, dedicada a erros comuns, incluiu:

> *Palitar, e não Paulitar. Esgravatar os dentes.*[251:424-5]
>
> *Paliteiro, e não Paulitério. O estojo dos Palitos para os dentes.*[251:425]

Porém, os antigos termos não desapareceram por completo. Por exemplo, no *Diccionário* de Bluteau, reformulado por Morais Silva, de 1789, coexistem os antigos e os novos termos:

> *ESCAVAR,* [...]. *§ Escarnar o dente, apartar a gengiva em redor para o limpar*.[172:532]
>
> *ESGARAVATADOR, instrumento de esgaravatar os dentes, os ouvidos, é de prata ou ouro.* [...].[172:541]
>
> *ESGARAVATAR,* [...]. *§ Tirar o que está entre os dentes com palito, etc.* [...].[172:541]
>
> *MONDADENTES, palito de limpar os dentes.*[173:93]

MONDADOR, o que monda. § Instrumento de alimpar, como o palito. [...].[173:93]

PALITAR, palitar os dentes, *limpá-los com palitos.* [...].[173:150]

PALITEIRO, o que faz palitos. § O estojo dos palitos.[173:150]

PALITO, pedacinho de pau aguçado num cabo ou em ambos, e talvez plano, e largo no outro, para tirar o comer que ficou entre os dentes, etc. [...].[173:150]

Também no *Novo Diccionario da Lingua Portugueza,* publicado em 1806, aparecem estes termos antigos e modernos:

Esgaravatador. Instrumento de esgaravatar os dentes ou os ouvidos.

Esgaravatar. [...]. *Tirar com o esgravata dor o que está entre os dentes.* [...].

Mondadentes, palito de limpar os dentes.

Palitar. A limpar os dentes com palito. Conversar com alguém por desenfado ou logração.

Paliteiro. O estojo dos palitos. O que faz palitos.

Palito. Instrumento de esgravatar os dentes, ordinariamente de pau aguçado; também os há de prata e ouro. [...].[121:n/p]

O dicionário de Morais Silva, de 1813, retém, basicamente, os vocábulos constantes no de 1789, com introdução de:

Alimpador. O que alimpa. [...]. *Instrumento de alimpar usado* [...] *no apurar o trigo; dos dentes e ouvidos;* [...].[379:96]

Também os dicionários seguintes retêm estes termos, nomeadamente o de 1819[397], o de Eduardo de Faria, de 1849[250], o de Fonseca e Roquete, de 1856[264], o de Almeida e Lacerda, de 1860)[285] e o de Domingos Vieira, de 1871/84. Extraímos, deste último, alguns verbetes:

Diccionario da Lingua Portugueza

ALIMPADOR [...]. *— Em Higiene, alimpador* dos dentes, das orelhas*, palito, instrumento de esgaravatar.* [...].[421:309]

AMMI. O mesmo que Amêos. Em Botânica, género de plantas da família das umbelíferas, originárias do Levante, *das quais há muitas espécies* [...]*; o ammi visnago é exportado pelos turcos para palitos de dentes* [...].[421:375]

BISNAGA, [...]. *Planta de talo alto, com folhas miúdas e recortadas, de que se tiram palitos* (daucus bisnaga, Linneu). [421:775]

DENTÍFRICO. Termo de Farmácia. Medicamento que sere para limpar os dentes, esfregando-os. Pode ser sólido e pulverulento, líquido, pastoso ou em forma de opiata, de que se faz uso por meio de uma escova própria, a fim de destacar os corpos estranhos, tártaro, etc. [...]. *Devem ser inertes e neutros. Não havendo indicações especiais, basta, para satisfazer aos cuidados ordinários da boca, um dentífrico pulverulento, inerte, composto de carvão vegetal ou carbonato de cal e quina reduzidos a pó finíssimo e levemente aromatizado com alguma essência agradável. Os dentífricos líquidos são geralmente compostos de álcool e essências, não tendo outro resultado mais do que aromatizar a água que sere para a toilette da boca. Quanto aos dentífricos moles ou opiatas, ordinariamente compostos de mel como excipiente e de diversas outras substâncias, deve-se desprezá-las em razão da acção dissolvente do açúcar sobre o tecido dos dentes.*[422:772]

ESGARAVATADOR, [...]. *Pequeno instrumento de prata, ouro, marfim, etc., com que se alimpam os dentes, os ouvidos, etc*.[423:303]

ESGARAVATAR, [...]. *— Tirar o que está entre os dentes com o esgaravatador, palito, etc*.[423:303]

MONDADENTES. Vid. Palito dos dentes.[424:300]

MONDADOR. [...]. *— Instrumento de alimpar, à maneira de palito.*[424:300]

PALITAR. Limpar com palitos, tirar com o esgaravatador. — Palitar os dentes*.*[424:637]

PALITEIRO. Homem que faz palitos. — Peça de barro, com orifícios, onde se espetam palitos.[424:300]

PALITO. Pedacinho de pau aguçado num cabo, e talvez plano e largo no outro, para tirar o comer que ficou entre os dentes. [...].[424:300]

Nessa obra, no volume 3 (publicado em 1873), Domingos Vieira introduz um novo vocábulo relacionado com a higiene oral, dando nova acepção a uma palavra já existente:

ESCOVA. (Do latim scopula*). Instrumento d'alimpar fato, os dentes, as unhas, de diversos tamanhos e feitios; é formado por uma peça de páo ou de metal, crivada de buracos por um dos lados, em que estão introduzidos e fixados pequenos fasciculos de cerdas ou sêdas de animaes, ou fibras vegetaes como as da piteira, etc*.[423:271]

Até essa altura, escova era uma *peça de madeira ou metal em que estão fixados molhos de cerdas ou sedas de animais; serve para limpar vestidos do pó, para limpar oiro e prata*[379:743]. É de ressaltar a então actualidade desta acepção, pois que a escova de dentes apenas tinha sido há poucos anos (em 1857) patenteada na América do Norte por Hiram Nichols Wadsworth (1819-1896), cuja inovação consistia *em separar mais os grupos de cerdas do que numa escova comum, de modo a dar-lhe mais elasticidade e permitir que entrem entre os interstícios dos dentes* e em dar-lhe forma *parcialmente circular da base até à ponta, para melhor se encaixar no círculo ou arco formado pelos dentes*[429]. No entanto, só na década de 80 é que se verificaria a produção em massa desses utilitários.

Posteriormente, os dicionários passaram a incluir esta acepção do vocábulo, por vezes com variantes menores, como é o caso do *Dicionário Prosódico* de António José de Carvalho e João de Deus, de 1877, que tem a antiga e a nova acepção:

ESCOVA, instrumento de alimpar o fato, etc.[209:309]

ESCOVINHA, escova de dentes; [...].[209:309]

A 4.ª edição do *Diccionario Encyclopedico*, de Almeida e Lacerda, publicada em 1874, tem também *escovinha* com esta acepção[286:1120], bem como, entre outros, *alimpador de dentes ou das orelhas*[286:148], *Esgaravatador*[286:1127-8]*, Mondadentes* (considerado já termo antigo)[287:629] e *palito*[287:718], mas é a primeira em que encontramos, com este significado, o termo *marquesinho*:

Marquesinho ou marquezinho, próprio de marquês; — (fig.) delicado, miúdo; palitos —, palitos muito pequenos e delicados. [287:579]

Posteriormente, os dicionários, sempre incluindo *palito* e derivados, vão deixando cair o antigo vocábulo *mondadentes* (ausente no de Aulete, de 1881, mas que persiste no de Cândido de Figueiredo, de 1899[257:146]), retendo, por vezes, *escova* para limpeza de dentes (presente no de Aulete[256:662], mas inexistente, com esta acepção, no de Figueiredo), e incluindo sempre o novo *marquesinho*, como acontece no de Caldas Aulete:

Marquezinho [...]. | *Palitos marquesinhos, palitos de esgaravatar os dentes. [Têm a haste polida, boleada e de pequeno formato.]* [...].[142:1124]

e no de Cândido de Figueiredo:

Marquesinho. Diz-se de certos palitos, próprios para esgaravatar os dentes. (De marquês).[257:98]

Nos dicionários do século XX os antigos termos *mondadentes*, *mondador* e *alimpador*, nesta acepção, acabaram por desaparecer, permanecendo os vocábulos *palito* (*estilete, geralmente de ma-*

deira macia, para limpar os dentes dos restos de comida), *palitar* (*esgaravatar ou limpar com um palito os dentes*[227:1047]) e *Esgaravatador* (*palito*[227:575]).

• **Palitos na literatura.**

Como é evidente, qualquer objecto de ponta fina serve para retirar os restos de comida dos dentes. Antigamente, com essa finalidade, usavam-se bastante as penas de galinha. Isso está expresso, por exemplo, na comédia *Aulegrafia*, redigida em meados do século XVI por Jorge Ferreira de Vasconcelos (*c.*1515-1585)), em que, no final da cena primeira do 3.º acto, Dinardo diz para Rocha:

> [...]. *Nem eu creio menos dessa pessoa, e longe vá o mau agouro. Ora leva remo, ide-vos comer, e untai vossas barbas, e depois alimpai os dentes com peninha de galinha. Entretanto, veremos por quem sai a sentença.* [...].[400:f90]

Também Garcia de Orta (1501-1568), nos *Colóquios dos Simples*) , publicado em Goa em 1563, a elas se refere. No colóquio sexto, dedicado à *árvore triste*, o *Jasminum sambac*[237], cujas flores *chamadas 'mogory' cheiram melhor que flor de laranja*, há a pergunta e resposta seguintes:

> *Ruano: E essas flores ditas mogory, que tanto louvastes, poderei vê-las e* [a] *água estilada delas?*
>
> *Orta: Já as vedes naquele alegrete, e a água vereis aí logo, que é aquela em que põem as penas para alimpar os dentes, que tanto louvastes já.*[325:f18]

O hábito de *esgaravatar* os dentes após as refeições era socialmente aceitável, e sobre isso daremos apenas dois exemplos. Na *Comédia de El-Rei Seleuco*, de Luís de Camões (*c.*1524-*c.*1580), só publicada em 1645, na parte inicial, o escudeiro Ambrósio diz para Martim Chinchorro:

> *Dias há, senhor, que ando de quebras com cortesias e por isso vou diante. Beijo as mãos a vossa mercê. A verdade é esta: passear com casa juncada, fogueira com castanhas, mesa posta com alcatifa e cartas. Além disso, auto para esgaravatar os dentes. Esta é a vida de que se há-de fazer consciência.*[201:f186v]

Também o *Cerimonial Monástico da Congregação de S. Bento*, de 1820, menciona esgaravatar dos dentes. Ao referir-se aos comportamentos que se deveriam ter durante as refeições, diz-se:

> [...]. *Todos em geral, acabando de comer, lançarão as migalhas na aparadeira e dobrarão o guardanapo. Abstenham-se de lavar boca ou mãos no acto do Refectório, assim como de esgaravatar os dentes com demora para não causarem tédio aos circunstantes.* [...].[124:355]

No que se refere especificamente a alusões a *palitos* na literatura lusófona, são bastos os exemplos, até porque, como se disse, o costume de *palitar* (ou *esgravatar, alimpar, espevitar* os dentes após a refeição era socialmente aceite. Dessas referências literárias faremos menção a apenas algumas.

Na ópera lírico-jocosa *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, do dramaturgo luso-brasileiro António José da Silva Coutinho (1705-1739), conhecido como "o judeu", que foi representada no Carnaval de 1737 no Teatro do Bairro Alto, satiriza-se a rivalidade que à época existia entre ranchos carnavalescos que animavam Lisboa, o "Alecrim" e a "Manjerona". A certa altura há o seguinte diálogo:

> [...]. *Dom Gilvaz — Dá-me um abraço, meu Semicúpio.*
>
> *Semicúpio — Não quero abraços, venham as alvíssaras, senão emudeci como Oráculo.*
>
> *Dom Gilvaz — Em casa t'as darei; conta-me primeiro, que fazia Dona Clóris?*
>
> *Semicúpio — Isso são contos largos, estava toda rodeada de braseiros de Alecrim, com um grande molho dele no peito, cheirando a Rainha de Hungria, mascando Alecrim como quem masca*

tabaco de fumo; e como acabava de jantar, vinha palitando com um palito de Alecrim e, finalmente, senhor, com o Alecrim anda toda tão verde como se tivera icterícia. [...].[384:236-7]

Os palitos, que, como já referimos, eram também produzidos em Coimbra, tendo-se mesmo divulgado entre estrangeiros que eram feitos pelos estudantes da universidade, serviram mesmo de título para um folheto de 14 páginas intitulado *Palito Métrico*, publicado em 1746. Trata-se de um texto irónico sobre os costumes universitários, produzido por António Duarte Ferrão, pseudónimo de João da Silva Rebelo (1710-1790), que teve muitas outras edições e acrescentos. É uma colectânea de poemas, cartas e recomendações escritas em latim macarrónico, cujo título completo é:

Palito Métrico, lavrado no Lorvão da Pachorra com a Ferramenta da Cachimónia embrulhado no titulo de Calouriada e oferecido aos Regalões do Parnaso no Esquipático Pires de um Poema Mestiço, por António Duarte Ferrão, Oficial de Estudante na Universidade de Coimbra.[252]

Descodificando o título: *métrico*, na poética, implica uma estrutura em verso, pelo que se infere que cada verso foi laboriosamente tratado à mão como um *palito*, utilizando a *ferramenta* (canivete) da *pachorra*, isto é, muita paciência, *embrulhado no título de calouriada*, ou seja, inspirado na vida dos caloiros (estudantes universitários do primeiro ano), e *oferecido aos Regalões do Parnaso*, isto é, aos que se regalam com Parnaso, sendo este termo alusão ao Monte Parnaso que, na mitologia grega, era residência do deus Apolo e das musas, e que passou a designar a poesia em geral, bem como o conjunto dos poetas. Pequeno extracto do poema:

[...]. *Haec mecum evolvens,* Métricum *lavráre* Palitum
Curavi, venumque dedi: primisque diebus
Vintanum algunum legi: post tempore pauco
Multa Palitorum *fornada sahivit, & omnem*
Ganhum interrupit, vacuum deixando poetam.
Tunc mihi amicórum número sucrevit; & omnes
Certatim ardebant Métricos *haurire* Palitos [...].
[...]. *Cuidans algunam minam portare caroci*
Palito *im* Métrico*, quem patri dona ferebam.*
Ad patriam ergô casam chegavi luce fecunda,
Vixque manum patri beijavi, extempló Palitum
Illi mettivi ad caram, ac jactare poetam [...].[252:49]

O hábito de palitar os dentes tinha-se instalado na sociedade portuguesa. Em 1865, Camilo Castelo Branco (1825-1890) , em *A Sereia*, a ele faz alusão:

[...]. *Gaspar tinha ido para a serra, e recolheu por noite. Encontrou o tio a cear a mais gorda galinha da capoeira, e a lasca de presunto menos entreviado. Sentou-se a um canto da casa, e assistiu silencioso à silenciosa deglutição do monge.*

Acabado o repasto homérico, e entoada a acção de graças, o frade disse ao sobrinho:

— Vamos lá, se estás para conversar.

Fecharam -se na sala. Fr. João disse, espevitando os dentes com um palito de marfim:

— Vi teu pai na cama, vi a carta do Cunha, e vi a tua carta. [...].[180:210]

Instituíra-se também o hábito de, por vezes, andar com o palito na boca, mordiscando-o, o que é aludido, entre muitos outros, por Ramalho Ortigão (1836-1915) e Eça de Queirós (1845-1900) ,, em 1781, numa crítica mordaz aos políticos:

[...]. *Estávamos ainda na praça da Marinha Grande quando, por entre os grupos do povo que feirava, principiaram a aparecer os vultos característicos dos poderosos da terra, os quais nas suas respectivas localidades dão as cartas – e os deputados*

Usam goma nas camisas, chapéu de seda ou de palha de Itália, varinha de marmeleiro, colete de veludo para ir à missa e barrete do mesmo para estar à janela. Passam-lhes as estradas à porta, assinam um jornal de Lisboa, trazem o palito na boca desde as três horas da tarde até à noite. [...].[327:47-8]

Em *O Crime do Padre Amaro*, de 1875, Eça de Queirós, refere por várias vezes os palitos, por exemplo nas seguintes passagens:

[...]. *O padre Amaro ergueu-se e com olhos baixos, as mãos postas, deu as graças.*

— O senhor pároco quer lamparina? disse cuidadosamente a S. Joaneira.

— Não, minha senhora. E dando as boas noites, ia descer devagar, palitando os dentes.

A S. Joaneira alumiava no patamar com o candeeiro. [...].[358:21]

[...]. *Gracejavam, riam, vinham às histórias do dia. E essa hora já tinha chegado o correio: o cónego trazia no bolso o* Diário Popular*. Amélia interessava se pelo romance; o cónego lia à S. Joaneira as correspondências amorosas que vêm nos anúncios.*

— Ora Vejam que pouca vergonha! ... dizia ela.

Amaro então falava dos escândalos de Lisboa, contava anedotas, citava nomes de fidalgas: queria impor-se à admiração de Amélia. Ela escutava com os cotovelos sobre a mesa, roendo vagarosamente a ponta do palito. [...].[358:100-1]

[...]. *E tudo em redor também aparecia a Amaro recatado e honrado: as paredes com o seu papel de ramagens verdes; o armário com a sua loiça luzidia da Vista Alegre; o simpático e bojudo pote de água;* [...]*; o paliteiro tão querido de todos — um cupido rechonchudo com um guarda-chuva aberto eriçado de palitos; e aquela tranquila bisca jogada com os dichotes clássicos; tudo era decente, sedentário, caturra e suave!* [...].[358:108]

Também no conto *Rende-te Centurião*, de Francisco Joaquim Teixeira de Queiroz (1848-1919) sob o pseudónimo de Bento Moreno, que conta a história de uma grande procissão *dos Passos* na aldeia de Refuinho, patrocinada pelo benemérito senhor Guimarães, se faz alusão ao hábito de palitar:

Logo de manhã principiara a afluir gente que vinha de longe. A igreja, os andores e o que se dizia dos anjos era um pasmo! A música, logo que chegou, foi tocar um hino e duas polcas à porta do senhor Guimarães, que veio à janela, com toda a sua respeitável família e hóspedes, palitando-se soberbamente. Zé Máximo, o homem das ocasiões, levantou um viva ao seu compadre e amigo, que foi correspondido atirando-se chapéus ao ar. [...].[315:146]

Em *O Grande Damásio*, em que Trindade Coelho (1861-1908) rememora os tempos universitários em Coimbra, o autor fala do Damásio que era, *na botica da Misericórdia, o primeiro que aparecia e o último que se ia embora,* havendo aí *dois doutores com os quais, sobre todas as coisas deste mundo e do outro, embirrava.* Diz o autor:

[...]. *Bem. Teve uma vez o boticário não sei que escândalo dos dois doutores; e mal viu nesse dia entrar de palitinho na boca o doutor Damásio, pôs-se a bufar como uma baleia, e não houve mal que não dissesse dos dois ausentes!*[222:391]

Outro exemplo da utilização de palitos e do hábito de andar palitando os dentes, bastante mais recente, é o de *Manhã Submersa*, de Vergílio Ferreira (1916-1996), originalmente publicado em

1954, em que o autor narra a experiência como seminarista do jovem António Lopes, com doze anos:

> [...]. *Padre Tomás bateu as palmas para a forma.* [...]. *Dispuseram-nos então pelas seis filas de mesas de mármore e aí rezámos outra vez. Eu fiquei a meio da primeira fila, virado para a parede. E, uma vez mais, assim, o marulhar de duzentos seminaristas atrás, o tropear da louça no silêncio eram para mim uma presença adivinhada e sem corpo. Concretos, corpóreos, ao longo desse primeiro ano, seriam ali apenas os colegas que me ficavam defronte e os padres prefeitos que passavam à parede, vindos do seu refeitório, a palitar os dentes. Inquieto um pouco, ofereci o meu olhar solidário a quem mo aceitasse. Mas ninguém o aceitou.* [...].[254]

Como último exemplo escolhemos um extracto de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de 1984, de José Saramago (1922-2010), em que a certa altura se pode lêr:

> [...]. *Fez um gesto na direcção da praça de táxis, tinha fome e pressa, se ainda encontraria a esta hora restaurante ou casa de pasto que lhe desse de almoço, Leve-me ao Rossio, se faz favor. O motorista mastigava metodicamente um palito, passava-o de um canto da boca para o outro com a língua, tinha de ser com a língua, uma vez que as mãos estavam ocupadas na manobra, e de vez em quando aspirava ruidosamente a saliva entre os dentes,* [...]. *À frente, o motorista apertara o palito entre os caninos do lado direito, jogava com ele apenas no sentido vertical, em silêncio, deste modo respeitando a mágoa do passageiro, acontece-lhes muito quando voltam do cemitério.* [...].
>
> [...]. *O homem magro e lutuoso entrou na sala de estar para consultar um jornal, e não demorou a sair, o gordo apareceu à porta, mordendo um palito, hesitou diante do olhar frio de Ricardo Reis e retirou-se, de ombros caídos, por lhe ter faltado a coragem de entrar,* [...].
>
> [...]. *Fechara-se a noite quando Ricardo Reis saiu. Jantou na Rua dos Correeiros, num restaurante de sobreloja, de tecto baixo, sozinho entre homens que estavam sozinhos, quem seriam, que vidas teriam, atraídos porquê a este lugar, mastigando o bacalhau ou a pescada cozida, o bife com batatas, quase todos servindo-se de vinho tinto, mais compostos de traje que de modos, batendo no copo para chamar o criado, palitando com esforço e volúpia dente por dente ou retirando com a pinça formada pelos dedos polegar e indicador o filamento, a fibra renitente, um que outro arrotando, folgando o cinto, desabotoando o colete, aliviando os suspensórios.* [...].
>
> *Um dia que venha alguém curioso de averiguar que maneiras tinha Ricardo Reis à mesa, se sorvia ruidosamente a sopa, se trocava as mãos na serventia da faca e do garfo, se limpava a boca antes de beber ou sujava o copo, se fazia uso imoderado dos palitos, se desabotoava o colete no fim da refeição, se conferia as contas parcela por parcela, estes criados galaico-portugueses, provavelmente, dirão que nunca fizeram grande reparo nisso,* [...].[373]

VIII

Candeeiro a petróleo.

Figura 18 – Candeeiro a petróleo.

• Intróito.

Provavelmente, as novas gerações ainda conhecem os candeeiros a petróleo (figura 18), mas apenas como peças decorativas ou, talvez, como iluminação de recurso em curtos períodos de falta de electricidade. Porém, não conhecem minimamente as sensações que a utilização deste tipo de iluminação induzia em nós, desde o característico odor do petróleo (querosene), à fraca claridade que proporcionava em redor e às sombras fantasmagóricas que desenhavam nas paredes.

Com a progressiva electrificação do país, o candeeiro a petróleo foi caindo em desuso na segunda metade do século passado, numas aldeias mais cedo, noutras mais tarde, consoante o ritmo a que energia eléctrica foi chegando às zonas recônditas do território. Embora tardiamente em relação a outros países europeus, divulgou-se nessa altura, mesmo nas aldeias mais remotas, o luxo da iluminação eléctrica doméstica. É a evolução: também ele, o candeeiro a petróleo, tinha parcialmente substituído, no século XIX e início do XX, as velas e as candeias de azeite...

Esses candeeiros eram fabricados, em geral, em vidro ou em cerâmica, e eram constituídos por uma base, sobre a qual estava o depósito de combustível, ao qual se sobrepunha uma cabeça metálica fendida (figura 19), por onde passava a mecha (figura 20) que estava embebida no líquido combustível contido no depósito. Por capilaridade, o petróleo sobe até ao topo da torcida, pelo que basta dele aproximar uma chama para que o candeeiro se acenda e comece a emitir a sua luz tremeluzente. A mecha está presa por uma roda dentada, ligada de forma solidária a uma pequena roda no exterior que, ao ser accionada, faz com que a mecha suba ou desça, permitindo, assim, regular a intensidade da chama. Na parte da cabeça metálica há três ou quatro molas lineares (figura 19) que têm como função segurar a chaminé de vidro, a qual permite que a chama seja mais concentrada, funciona como pára-vento e propicia a vazão dos vapores resultantes da combustão.

Figura 19 – Cabeça metálica fendida, de onde sai a mecha, de candeeiro a petróleo.

Figura 20 – Mecha ou torcida para candeeiro a petróleo

Havia grandes diferenças nos candeeiros a petróleo: uns eram maiores, outros mais pequenos; uns eram totalmente de vidro, enquanto outros eram feitos de cerâmica ou de metal; uns eram bastante simples e utilitários, mas outros eram profusamente decorados, constituindo verdadeiras obras de arte (figura 21). Mas os mais divulgados, numa população ainda muito rural e bastante pobre, eram os mais simples, de vidro, que eram os mais baratos.

Quem nunca passou pela experiência de, mal anoitecia, ter de viver à luz desses candeeiros, não pode fazer ideia das limitações, mas também da poesia, inerentes a este tipo de iluminação. Os estudantes, por exemplo, tinham de se aproximar bastante desta fonte de luz trémula para poderem ler ou escrever: daí vem a expressão *queimar as pestanas*, pois que estas tinham de ficar a curta distância do emissor de luz, que difundia também bastante calor. Aliás, na altura, quando se queria acender o cigarro, era frequente colocar-se a sua extremidade na abertura existente no topo da chaminé, puxando o ar com a boca: era o suficiente para que a ponta do cigarro começasse a arder, o que dá ideia da temperatura a que por aí saem os gases da combustão.

Figura 21 – Candeeiros a petróleo em cerâmica, franceses, do último quartel do século XIX.

Como dissemos, a altura da chama era regulada por uma roda dentada que estava solidária com o botão redondo do exterior. Essa chama não podia ser muito pequena, pois que, nesse caso, a luminária não produziria luz suficiente, mas também não podia ser grande, pois que assim gastava mais querosene e produzia mais fuligem, parte da qual se depositava na parede interna da chaminé, diminuindo-lhe a transparência e, portanto, amortecendo a luz emitida para o exterior. Com frequência, era necessário lavar e limpar a chaminé, operação algo delicada, que tinha de ser efectuada com cuidado, pois que a espessura do vidro era pequena e partia-se com facilidade.

• Candeeiro nos dicionários.

O vocábulo *Candeeiro* é antigo na língua portuguesa, embora o seu significado seja algo difuso, tendo variado com a passagem do tempo. O termo aparece já referido no capítulo 39 da *Gramática*

da Linguagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira (1507-1581), publicada em 1536, primeira obra do género surgida em Portugal:

> [...] *As dicções que chamamos primeiras chamam dos latinos primitivas:* [...] *como roupa, manta, esteira, cadeira e matula e candeeiro. Ainda que candeeiro algum a quem pareça que voa muito pode dizer que vem de candeo, candes, verbo latino que quer dizer resplandecer; porque candeeiro resplandece; e porém quando tem lume e não já sempre; mas como quer que seja isto é cousa de riso* [...].[323]

Em 1562, Jerónimo Cardoso (*c.*1508-1569) incluiu o vocábulo no seu *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem* (*sic*):

> *Candieiro. Lychnus, i.*[202:f29v]

O vocábulo aparece também referido no *Dictionarium Lusitanico Latinum, de* Agostinho Barbosa (1589-1649), publicado em 1611:

> *Morrão que faz o pavio aceso das candeias ou dos candeeiros. Fungus, i* [...].[149:c759]

Também Bento Pereira (1605-1681), em *Prosodia in Vocabularium Trilingue*, originalmente publicado em 1634, os nomeia, tanto na parte latim – português, como na de português – latim, intitulada *Thesouro da Lingua Portuguesa* (*sic*):

> *Lychnus,i,m. Candea, ou alampada, Candil.*[342:413]
> *Candieiro. Lychnus,i. Lucerna. æ.* [342:30]

É óbvio que os candeeiros mencionados eram diferentes dos que acima referimos: não funcionavam, evidentemente, com querosene (que só começaria a ser utilizado na segunda metade do século XIX), mas sim com azeite ou outros óleos. Em 1712, Rafael Bluteau, no seu *Vocabulário*, deu-nos uma boa descrição destes artefactos:

> *CANDEEIRO*. *Vaso de latão, folha de Flandes, ou outra matéria, em que se deita azeite com torcida, para alumiar*. [...]. *Viveu Epicteto em Roma com tanta miséria, que não tinha mais de seu que um candeeiro de barro, com que se alumiava. Mas depois da morte do dito filósofo foi este candeeiro tão estimado, que se comprou na praça de Roma por trezentos cruzados* [...].[163:c98-9]

Bluteau elenca ainda os diferentes componentes do candeeiro, com respectivos equivalentes em latim:

> *A torcida do Candeeiro.* Illychnium.
> *O bico do Candeeiro.* Rostrum*.*
> *O pé do Candeeiro, o que sustenta a candeia.* Lychnuchus*.*
> *Candeeiro de cristal.* Candelabrum multiplex Chrystallinum.[163:c99]

No seu *Vocabulário*, Rafael Bluteau inclui ainda outros verbetes relevantes, como:

> *BANDEIRA.* [...]. Bandeira do candeeiro, *é uma folha de latão ou outro metal que fica suspensa entre a luz e os olhos para a claridade não ofender a vista.* [...].[163:b31]
>
> *CANDELABRO. É palavra Latina que vale o mesmo que castiçal; mas não é usada se não em prosa muito grave ou em versos.* [...]. *Também acho Candelabro metaforicamente por pessoa exemplar que, com sua virtude e doutrina, alumia.*[164:c97]
>
> *DONZELA.* [...]. *Donzela. Engenho de pau, modo de uma pequena e estreita coluna torneada, com a parte superior larga e redonda, sobre a qual se põe um castiçal ou um candeeiro.* Columella, æ*. Pode-se-lhe acrescentar,* Sustinendo candelabro [...].[164:d290]

ESPEVITAR. Cortar ou tirar a parte supérflua da torcida que ofusca a luz. Ellychnium supervacuum detrahere *ou* decutere*.*[164:e286]

GALO. [...]. *Galo das trevas. É a vela do meio no candeeiro triangular que se põe no tempo dos ofícios das três tardes da semana santa.* [...].[165:g21-2]

MATULA. Torcida de candeeiro no Minho. [...].[166:369]

MECHA. [...]. *Mecha de candeeiro.* Vid. *Torcida.*[166:380]

MORRÃO. [...]. *Morrão da Candeia. Fungus. Deram-lhe os Latinos este nome porque de ordinário os morrões fazem umas cabecinhas, ao modo de pequenos cogumelos.* Fungus *é o seu nome deles.*[166:643]

PLACA. Candeeiro de velas com chapa de metal que se prega na parede para ornar e alumiar a casa. Dos franceses, que chamam a este género de candeeiro Plaque*, tomámos esta palavra* [...].[167:539]

SALVETA. É uma espécie de pequena salva de metal que, sustentando o candeeiro, recebe o azeite quando cai. Não tem palavra própria Latina. [...].[168:461]

SIBA. Peixe do mar, carnoso, firme, feio, com boca sem dentes e bico da feição de papagaio, e oito pés ou braços [...]. *Em lugar de sangue, tem um licor mais negro que tinta, recolhido numa bexiga com a qual, turvando a água, se oculta e escapa de quem o persegue. É este licor tão negro, que com uma gota dele se esclarece um balde de água, e escreve Anaxilau que posto no candeeiro em lugar de azeite, numa casa que não tenha outras luzes, Toda A Gente dela parece negra.* [...].[168:636]

TORCIDA. Fios de algodão torcidos que se acendem na lâmpada alampada ou candeia. Ellychnium, ii*.*[169:206]

Alguns destes vocábulos evoluíram desde tempos medievais, e Viterbo faz alusão a alguns deles:

CANDEEIRO. O oficial que faz candeias de cera, a que hoje chamamos rolo; *era diferente do* Cerieiro*, que fazia velas, tochas e brandões. No* [documento da Câmara] *de 1487 se mandam taxar as obras dos* Picheleiros*,* Cerieiros *e* Candeeiros *da Cidade do Porto.* [...][427:231]

GALO. Assim chamavam m algumas terras da Província do Minho a vela mais alta no meio do candeeiro triangular, que se põem no ofício das trevas da semana santa. Parece não tiveram nisto pensamento mais alto que aludirem ao Galo*, que para cantar procura o lugar mais eminente.* [...]. *Chamam a este círio* Vela Maria *e* Galo das Trevas[428:7]

PEVIDE da Candeia. Assim se chamavam ao que hoje dizemos morrão*. Daqui* espevitar o candeeiro*, isto é, tirar-lhe a pevide.* [...].[428:218]

Não nos deteremos nas diferenças entre as diferentes luminárias de então, bastante variadas, que incluíam, entre outras, o candeeiro, a candeia, o candelabro, o castiçal, a palmatória e a tigela de iluminação, nem nos óleos que nelas eram utilizados, onde avulta o azeite, mas também outros óleos vegetais, como de linho e de rícino, e animais, como o de baleia, de peixe ou o extraído do tutano dos bovinos. O vocábulo *candeeiro* foi sendo incluído nos sucessivos dicionários, mas só na segunda metade do século XIX é que o petróleo começa a ser referido como combustível para eles.

Os vocábulos *petróleo* e *nafta* são antigos na língua portuguesa, embora nem todas as obras lexicais incluam estes termos, pois que não eram propriamente do domínio comum. Por exemplo, em 1570, Jerónimo Cardoso, no *Dictionarium Latino Lusitanicum*, não incluiu o vocábulo *petróleo*, mas tem um verbete para *nafta,* o qual não tem correspondente na parte *lusitanicum in latinum* (*sic*):

Naphta, æ. Ho fogo de alcatram.[203:f137]

Na segunda edição da *Prosódia* de Bento Pereira, de 1653, existem os dois termos (*sic*):

Naphtha, æ. O alcatrão*. Alquitram.*[338:f166]

Petroleum, ei. Azeite de certa pedra.[338:f195v]

No início do século XVIII, Bluteau, no seu *Vocabulário*, não incluiu *petróleo*, mas tem *nafta*:

Nafta [grafado como *Naphta ou Napta*]*. É uma espécie de betume mole e às vezes líquido, de natureza ígnea por ter em si muito enxofre e óleo, misturado com sal ácido e volátil. Por isso facilmente se inflama, e tão vivamente, que arde debaixo de água. O nafta dos antigos se colhia no chão em que estava a antiga Babilónia, e nos contornos da cidade de Ragusa, na Grécia. O que vem de Itália é um óleo claro, às vezes vermelho e outras amarelo, ora verde, ora negro. Sai da rocha de um monte vizinho do monte Festino, no ducado de Modena. Os naftas são incisivos, penetrantes, detercivos, vulnerários, resolutivos e corroborantes.* [...].[166:676]

Passemos por cima da terminologia e das implicações genéticas, as quais reflectem os conhecimentos da época. Só em meados do século XIX é que o petróleo começou a ser explorado intensamente e a ser refinado para produzir querosene, de que uma das aplicações era a iluminação. Não tardaram os dicionários portugueses em incluir a inovação. Em 1871-74, no dicionário de Domingos Vieira, há alusão ao petróleo no verbete *almotolia*, em que se diz que *serve para azeite e também para petróleo*[421:326] (o que pressupõe já certa vulgarização deste combustível), e refere-se essa nova forma de iluminação (em *nafta*, *querosene*, mas não em *petróleo*, nem em *candeeiro*):

CANDEEIRO ([...]; *de Candeia, com o sufixo «eiro»). Espécie de lâmpada com bicos. — Candeeiro* de azeite*. — Candeeiro de gás.* — [...].[422:78]

EUPIONA (do grego eu*, bem, e* piôna*, gordo). Termo de química. Substância descoberta nas diferentes espécies de alcatrão proveniente da destilação do carvão de pedra das matérias animais. Esta substância era líquida e aproxima-se muito da nafta na proporção dos elementos que a constituem. Incendeia-se perto de um corpo em ignição, e arte por meio de uma mancha sem produzir fuligem. É solúvel no álcool, no éter e nos dois essenciais ou eleolatos.*[423:476]

NAFA ou NAFEA. Certa espécie de betume vermelho ou preto, conhecido também por outro nome que é o de óleo de calhau*. Vid. Nafta.*[424:383]

NAFTA [grafado como Naphta ou Naphtha]. *Betume líquido, incolor, da mesma origem que o petróleo, mui inflamável, volátil, de um cheiro vivo e penetrante que lhe é peculiar. É um carbureto de hidrogénio. Encontra-se na Calábria, na Sicília, na América, etc. Descobriu-se em 1802 perto da aldeia de Amiam, no ducado de Parma, na Itália, uma fonte tão abundante que forneceu para a iluminação da cidade de Génova.*[424:388]

PETRÓLEO (do baixo latim petroleus, *do latim* petra*, pedra, e* oleum*, óleo). Termo de mineralogia. Espécie de nafta, mais ou menos carregada de asfalto, e mais ou menos espessa, segundo a maior ou menor quantidade desta última substância. É um óleo de cheiro mais forte que a nafta, e se encontra no Estado de pureza nos terrenos vulcânicos antigos, no carbonato de cal, nas costas do mar Cáspio, na Pérsia, Auvérnia, Aragão, etc.* [424:788]

QUEROSENE [grafado *Kerosene*]*. Óleo de nafta ou petróleo purificado, empregado para luzes.*[423:1237]

Na quarta edição do *Diccionario Encyclopedico*, de José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, de 1874 (não tivemos acesso à primeira edição, de 1868), desenvolve-se um pouco mais o verbete *petróleo*, mas em *candeeiro* continua a não haver referência específica à sua utilização:

BETUME ou BITUME, [...]*, nome dado pelos naturalistas a várias substâncias minerais, combustíveis, moles ou líquidas, ou sólidas e friáveis,* [...]. *Tá distinguem-se algumas variedades: 1.º a* nafta *que é líquida e transparente; 2.º o* petróleo*, menos líquido que a nafta; 3.º a* malta*, que é de uma consistência viscosa; 4.º o* asfalto *o betume da Judeia.* [...].[286:442-3]

CANDEEIRO [grafado candeeiro]*, (*candeia*, e des.* eiro*) vaso de metal sustentado por um longo pé e com um, dois ou mais ordinariamente três bicos por onde sai a torcida que se acende para dar luz, mediante o azeite em que está embebida;* [...].[286:557]

GUARDA-VISTA, [...]; *—, bandeira que se coloca diante da luz dos candeeiros ou velas, para não ferir a vista.*[287:230]

MATULA, torcida de candeeiro. [...].[287:587]

MECHEIRO, bico do candeeiro onde se enfia a torcida.[287:590]

NAFTA (Lat. e gr, siríaco e caldeu). Em árabe naft *ou* nataf*, petróleo, de* náfata*, derramar de si alguma coisa) betume mineral líquido muito inflamável.*[287:654]

PETRÓLEO, (mineral.) Espécie de nafta, mais ou menos carregado de asfalto. É um óleo inflamável, de cheiro mais forte que a nafta, e se encontra no estado de pureza nos terrenos vulcânicos antigos na Itália, na Pérsia, na Índia, nas margens do mar Cáspio, bem como em Java e na América do Norte. Em todos estes países há fontes ou depósitos minerais de petróleo, conhecidos de remota antiguidade. Este óleo, apesar da sua importância, teve pouco gasto até 1859; neste ano foram descobertos na Pensilvânia reservatórios consideráveis de petróleo susceptível de ser aproveitado na iluminação, em candeeiros apropriados. A ideia de substituir os óleos vegetais pelos minerais datava já de 1830, e por isso também já estava quase resolvida a dificuldade da descoberta dos candeeiros especiais para o novo óleo. Hoje é um petróleo empregado geralmente na iluminação particular e na pública, nos sítios onde não há gás, e tornou-se um dos mais lucrativos ramos do comércio, pelo imenso consumo que dele se faz.[287:774]

QUEROSENE [grafado Kerosene]*, óleo de nafta, ou petróleo purificado.*[287:448]

TENEBRÁRIO, candeeiro que se acende durante o ofício das trevas na semana santa.[287:1018]

TOCHA, facho, archote; vela grande de cera, brandão; velador, donzela sobre a qual se põe o candeeiro; —s de prata sobre que estavam candeeiros.[287:1028]

A utilização do petróleo (querosene) acabou por se impor como combustível, tanto na iluminação, como noutras actividades (mesmo na cozinha), incluindo o *fogareiro a petróleo* de que fazemos menção noutro capítulo. Adiantamos apenas que no dicionário dito de Caldas Aulete, de 1881, essa utilização já está bem expressa, e em que se refinam alguns termos relacionados com *candeeiro*:

Abat-jour, sombreira, sombra, abaixa-luz; peça, de papel ou de folha de Flandres, de forma cónica e aberta de cima abaixo, que se coloca sobre a luz do candeeiro ou da vela para fazer convergir a maior força da luz sobre a mesa de trabalho, e ao mesmo tempo resguardar a vista. | *F. É palavra francesa composta.*[142:6]

Bandeira, [...]. | *Folha de metal ou de papel que se suspende num candeeiro ou castiçal por diante da luz para evitar que esta incomode a vista.* [...].[142:200]

Bico, [...]. | Bico *do candeeiro, extremo do canal por onde sai a torcida.* [...].[142:222]

Candeeirada, porção de óleo que enche o candeeiro.[142:274]

Candeeiro, utensilio de formas variadas, destinado a dar luz, alimentada por algum líquido combustível em que se embebe uma ou mais mechas ou torcidas, e contido em reservatório que faz parte do mesmo utensílio, ou por algum gás inflamável que passa através dele: Candeeiro *de azeite, de petróleo, de gaz.* [...].[142:274]

Candelabro, candeeiro ou tocheiro grande e aparatoso. | *Candeeiro ou castiçal grande com diversos ramos para mais de uma luz.* [...].[142:273]

Chaminé, [...]. | *Tubo de vidro ou de metal que nos candeeiros serve para estabelecer a tiragem do ar.* [...].[142:317]

Espevitar, cortar, aparar o morrão ou a pevide (da vela, do candeeiro, etc. [...].[142:681]

Fateixa, [...]. | *Gancho de candeeiro.* [...].[142:775]

Guarda-vista, espécie de viseira que se coloca diante dos olhos para os proteger da intensidade da luz. | *Espécie de bandeira que se coloca em candeeiros ou castiçais para concentrar os raios luminosos na parte inferior e proteger a vista; a abat-jour.* [...].[142:885]

Limpa-candeeiros, indivíduo cujo mister é limpar os candeeiros da iluminação pública. [141:1065]

Luz, [...]. | Luz artificial*, a que obtemos por meios artificiais para os usos da vida comum (por oposição à luz natural). O petróleo fornece uma bela luz artificial.* [...].[141:1085]

Mecheiro, bico da candeia ou do candeeiro por onde se enfia a mecha ou torcida.[141:1135]

Morrão, [...]. | *A extremidade carbonizada da torcida nas velas, na candeia ou nos candeeiros.* [...].[141:1187]

Nafta, (quim.) óleo mineral incolor, de cheiro penetrante, muito inflamável. [Serve para a iluminação, para preservar do ataque dos insectos os tecidos de lã ou as peles [...]. *Encontra-se nativo e extrai-se do petróleo].* [...].[141:1209]

Papagaio, [...]. | *Pequeno cabide, semelhante à gaiola de papagaio, que se suspende à cabeceira da cama, para nele se colocar um candeeiro, castiçal, relógio ou outros objectos.* [...].[141:1291]

Petróleo, *óleo mineral que sai de fontes naturais, e que depois de clarificado serve como substância iluminante.* [...].[141:1341]

Placa, [...]. | *Lâmina metálica fixa em parede, que tem na parte inferior uma vela ou candeeiro, e sere de reflector à luz.* [...].[141:1356]

Salveta, prato sobre que assentam os candeeiros de bicos. [Serve-lhes de base e para recolher o azeite que pode pingar dos bicos]. [...].[141:1598]

Tenebrário, candeeiro que na semana santa está aceso durante o ofício das trevas.[141:1737]

Torcida, mecha de candeeiro ou de vela feita de fios de linho ou de algodão torcidos; pavio. [...].[141:1772]

Velador, [...]. | *Suporte vertical de pau, que assenta sobre uma base ou pé e que termina superiormente por um disco circular onde se coloca um candeeiro ou uma vela.* [...].[141:1852]

O dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1899, mantém na generalidade os mesmos termos, introduzindo alguns outros:

Autogasógeno, espécie de candeeiro que por si mesmo produz o gás que alimenta a chama.[256:154]

Bota-fogo, pau em que está o morrão com que se chega fogo à peça ou aos candeeiros de iluminação pública; [...].[256:204]

Candeeiro, vaso de várias formas que, sustentado por um pé ou suspenso, é destinado a dar luz alimentada por óleo ou gás inflamável. [...].[256:241]

Gasolina, uma das substâncias que, pela destilação, se extraem do petróleo.[256:659]. 659

Pantalha, bandeira de candeeiro; peça de metal, pano ou cartão, com que se resguarda uma luz, para lhe atenuar a intensidade, ou para a fazer reflectir em certo ponto. Termo usado em parte do Alentejo e muito preferível ao francesismo abaju.[257:254]

Pára-luz, quebra-luz, pantalha; qualquer peça com que se intercepta ou modifica a acção da luz de um candeeiro, de uma vela, etc.[257:259]

Petrolina, substância gorda do petróleo; petróleo.[257:306]

Sombreira, bandeira de candeeiro ou de vela; quebra-luz; pantalha. [...].[257:551] 551

Tapete, [...]*; * pequena peça de ornato, de pano ou de outra substância, que se sotopõe aos candeeiros portáteis, aos castiçais, etc.* [...].[257:589]

• Candeeiros na literatura.

Os candeeiros são bastamente mencionados na literatura portuguesa. Já no capítulo referente a *almotolia* referimos um alvará de 1443, incluído nas Ordenações D. Afonso V, em que se dizia que o Monteiro-mor etc. *que tivessem cães do dito Senhor houvessem sempre dos Mouros de Lisboa esta louça, que se segue, a saber: um pote com um cobertor,* [...], *e uma enfusa com uma almotolia, e um candeeiro* [...][234:442]. Nessas obras mais antigas os candeeiros referidos seriam de azeite (ou talvez também de outros óleos vegetais ou animais, entre os quais o de baleia). Dessas alusões daremos em seguida alguns exemplos.

Os candeeiros são referidos em o *Pranto de Maria Parda*, primeira peça que D. João II encomendou a Gil Vicente (*c.*1465-*c.*1536), representada em 1522, que em subtítulo diz: *porque viu as ruas de Lisboa com tão poucos ramos nas tavernas e o vinho caro*. A acção situa-se em 1521, um ano desastroso para Lisboa, pois que foi atingida por grande seca, em que se faziam ainda sentir os efeitos da peste, e em que foi lançado um novo imposto régio sobre o vinho. O autor apresenta um quase monólogo feminino, o de uma mulher velha, atrevida, possivelmente mestiça (parda), alcoólica, que deambula pelas ruas da cidade lamentando a falta de vinho nas tabernas. Daí a menção, no subtítulo, de *poucos ramos nas tavernas*, pois que estes estabelecimentos penduravam um ramo na porta indicando que tinham vinho para vender, o que deu origem à expressão *vinho de ramo*, correspondente a um vinho de modesta qualidade[239:88]. Maria Parda, vagueando pelas ruas de Lisboa, vai abordando vários taverneiros (Martim Alho, João do Lumiar, Branca Leda, João Cavaleiro, Biscainha, Falula), que se recusam a vender vinho fiado. No final da peça, ao abordar Falula, Maria Parda diz:

Amor meu, mana Falula,
minha glória e meu deleite,
emprestai-me do azeite,
que se me seca a matula,
até que tenha dinheiro.
Fiai, que pouco requeiro,
duas canadas bem puras,
por não ficar às escuras
Que se me arde o candeeiro

Falula
Dizem lá quem muito pede,
Mana minha, muito fede.
Sete mil custou a pipa.
Se quereis fartar a tripa,
pagai, que a vinte se mede.
Maria Parda
Demo tanto sideraque
e tanta zarzagania.[418]

Também Marcos de Lisboa (1510-1591) a eles se refere em 1557, nas *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, no capítulo 35 do livro segundo:

[...] *porque menos mal e não haver religiosos de nome ou de hábito, onde não vivem como manda a regra da sua religião, que haver religiosos que, por sua má vida, escandalizem os outros. Como melhor e não haver candeeiro na casa, que a vê lo muito fedorento e sem dar lume.* [...].[294:f55v]

Outro exemplo, entre os muitos possíveis, é extraído da *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa (1555-1632), publicado em 1619. Para Bartolomeu, *tinha chegado a hora que*

o Senhor tinha ordenado dar um glorioso fim aos trabalhos de seu servo, e é visitado na sua cela pelo arcebispo:

> [...]. *Pôs-se o arcebispo, a caminho na mesma tarde que teve o aviso* [de que Bartolomeu dos Mártires estava a morrer], *e sendo na força das calmas de Julho, caminhou aturadamente toda a noite, de maneira que às sete da manhã estava em Viana às portas do nosso convento* [...]. *Entrou pelo Convento sem esperar cerimónias* [...]. *Entrou o Arcebispo na cela com todos os que o seguiam, e ele e todos ficaram um espaço suspensos e mudos* [...]. *Uma estreita cela, as paredes nuas, em mesa sem pano um candeeiro de ferro pendurado de um prego, uma cama de frade ordinário sem cortina, nem género de paramento,* [...].[392:205]

No terceiro tomo do *Agiológico Lusitano*, de Jorge Cardoso (1606-1669), publicado em 1666, no capítulo dedicado ao Infante D. Fernando (1402-1443), o filho mais novo de D. João I e de Filipa de Lencastre, que acabou por morrer no cativeiro em Fez, narram-se várias actuações milagrosas (razão pela qual lhe é dado o epíteto de Infante Santo), entre as quais:

> [...] *não tendo outro gosto maior, que entender sobre o remédio dos necessitados, pela qual razão era chamado comummente;* Pai de pobres e Refúgio de miseráveis*.* [...]. *E com esta virtude* [caridade] *agradava tanto à Majestade divina, que obrava evidentes maravilhas em prova dela. Como faltando uma vez azeite no candeeiro, mandando ao Irmão que lhe lançasse água benta, porque o azeite era necessário para a vianda dos pobres, replicando-lhe que era impossível arder sem óleo, pouco ou muito, lhe disse que se tivesse fé e confiança em Deus, obraria maiores maravilhas. Obedeceu então, e cheio o candeeiro dela, durou aceso até pela manhã com luz claríssima, sem se apagar nem espirrar.* [...].[205:551]

No segundo tomo de *Anatómico Jocoso*,, de 1755, na *Carta a um amigo que lhe não restituiu um candeeiro*, diz-se a cera altura:

> [...]. *Eu, meu amigo, tenho acabado o meu fadário de Coruja, e ando-me ensaiando para Mariposa; de nenhum modo posso escusar o meu candeeiro; tratar de mo restituir, já que não tivestes habilidade para o guardar, sendo cousa que se sabe fazer um armário velho* [...]. *Digo-vos que mais me não fizera um pé de vento. Éreis lindo para Virgem Vestal. Bem guardaria o fogo, quem perdeu o candeeiro. Ao das trevas vi eu já rodeado de Centúrios. Ora sem dúvida muito têm que guardar os candeeiros. Eu me resolvo a dizer que, quando vos ausentaste, lhe dissestes: a Deus luzes, e que a esta hora estará o candeeiro com El-Rei D. Sebastião na Ilha encoberta, servindo-lhe de lampião na sala vaga. Bem presente eu esta desgraça, e até o mesmo candeeiro a pressentiu, porque quando vo-lo entreguei, já o pobrezinho ia areado.* [...].[432:242-3]

Mais recentemente, como não podia deixar de ser, foram os candeeiros a petróleo que perpassaram as obras de múltiplos escritores lusófonos. A título meramente exemplificativo referimos apenas algumas das alusões que lhes são feitas por Eça de Queiroz (1845-1900) . Quase no início de *O Crime do Padre Amaro*, de 1875, depois do pároco da Sé de Leiria ter morrido subitamente com uma apoplexia, foi nomeado um novo pároco, o padre Amaro Vieira, saído há pouco do seminário, que cerca de dois meses depois chegou para ocupar o cargo:

> [...]. *O pároco vinha fatigado e a cidade parecia-lhe triste. A diligência tinha-se atrasado. Eram nove horas e a noite cerrara. As casas em redor da Praça já tinham as janelas fechadas e havia um silêncio sonolento. Das lojas, debaixo da arcada, vinha uma luz escassa e triste; viam-se sobre os balcões os candeeiros de petróleo amortecidos, encostadas às portas figuras de aspectos enfastiados. As ruas que vinham dar à Praça entreviam-se, estreitas, tortuosas, apertadas entre altas casas cheias de sombra* [...].[358:15]

Das várias vezes que o autor refere estas luminárias, podemos reproduzir outra, já a meio do romance, que expressa a solidão do pároco:

> [...]. *Era aquela a pior hora, a da noite, quando ficava só. O candeeiro de petróleo dava uma luz melancólica. Amaro procurava ler, mas a todo o momento se erguia, passeava no quarto, acendia o cigarro, ia à janela. A rua estava tenebrosa e o lajedo molhado reluzia vagamente*. [...].[358:142]

Para nos retermos no mesmo autor, fazemos alusão a outra das várias vezes em que estes utensílios são referidos pelo autor. Em *O Primo* Basílio, de 1878, quase no final da obra, depois de se ter desenvolvido o romance entre Luísa e seu primo Basílio, à revelia de seu marido Jorge, e sendo chantageada por Juliana, a governanta, ela resolve contar a Sebastião, o melhor amigo de Jorge, toda a história. Mas, entretanto, Luísa morre de desgosto, e a cena passa-se com ela, falecida, no quarto, quando nele reentra Sebastião:

> [...]. *Lá estava como a deixara, estendida na esteira, com os braços abertos, os dedos retorcidos como garras. A convulsão das pernas arregaçara-lhe as saias, viam-se as suas canelas magras com meias de riscadinho cor-de-rosa e as chinelas de tapete; o candeeiro de petróleo, que Sebastião esquecera ao pé sobre uma cadeira, punha tons lívidos na testa, nas faces rígidas; a boca torcida fazia uma sombra; e os olhos medonhamente abertos, imobilizados na agonia repentina, tinham uma vaga névoa, como cobertos de uma teia de aranha diáfana. Em redor tudo parecia mais imóvel, de um hirto morto.* [...].[359:536]

Também o autor brasileiro Machado de Assis (1839-1908) menciona estes candeeiros. Por exemplo, no conto *Missa do Galo* (publicado pela primeira vez em 1893 e depois integrado, em 1899, em *Páginas Recolhidas*), narrado na primeira pessoa pelo jovem Nogueira, um rapaz de dezassete anos, , diz-se a certa altura:

> [...]. *Era pelos anos de 1861 ou 1862. Eu já devia estar em Mangaratiba, em férias, mas fiquei até o Natal para ver «a missa do galo na Corte». A família recolheu-se à hora do costume. Eu meti-me na sala da frente, vestido e pronto. Dali passaria ao corredor da entrada e sairia sem acordar ninguém.* [...].
>
> *Tinha comigo um romance,* Os Três Mosqueteiros*, velha tradução creio do* Jornal do Comércio. *Sentei-me à mesa que havia no centro da sala, e à luz de um candeeiro de querosene, enquanto a casa dormia, trepei ainda uma vez ao cavalo magro de D'Artagnan e fui-me às aventuras. Dentro em pouco estava completamente ébrio de Dumas.* [...].[139]

Também em Moçambique Samora Machel (1933-1986) se referiu aos candeeiros de petróleo num discurso proferido a 21 de Maio de 1983 num comício realizado em Maputo. Abordando a questão dos que migraram do campo para a cidade, disse:

> [...]. *Uma pessoa vivia numa palhota, com fogueira lá dentro, sem janela, com uma porta de caniço, baixinha, que é preciso curvar ou ajoelhar para entrar. Conquistámos a cidade, conquistámos o prédio. Agora ele vive no 12.º andar.* [...].
>
> *Na palhota, ou a armário para guardar o cobertor, a capulana, a blusa, o lenço da cabeça é a corda esticada. Quando chega ao prédio, não considera o armário. Põe dois pregos na parede para esticar a corda dentro do apartamento* [...].
>
> *Na palhota, era um candeeiro de petróleo que iluminava. No prédio há interruptor. Rebentar o interruptor não constitui problema. Ficar sem luz dentro da casa e voltar a pôr uma lamparina de petróleo que suja as paredes, não constitui problema.* [...].[302:42-3]

Um último exemplo é de *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago (1922-2010) ,, originalmente publicado em 1995. As pessoas tinham sido atacadas pela epidemia do *mal-branco, como, graças à inspiração de um assessor imaginativo, a malsonante cegueira passaria a ser designada enquanto para ele não fosse encontrado o tratamento e a cura*. A certa altura, entram na casa do médico sete pessoas com a sujidade da rua, que se descalçam para não sujar mais a casa, e a mulher do *médico disse: Dispam-se todos, não podemos ficar como estamos, as nossas roupas estão quase tão sujas como os sapatos,* mas ao fazê-lo:

> [...]. *O médico desequilibrou-se, arrastou consigo na queda o velho da venda preta, felizmente ambos tomaram o caso a rir,* [...]. *A mulher do médico foi ajudá-los a levantarem-se, daqui a pouco já tudo estará escuro, ninguém terá motivo para se sentir envergonhado, Haverá velas em casa, perguntou-se, a resposta foi lembrar-se de que tinha em casa duas relíquias da iluminação, uma antiga candeia de azeite, com três bicos, e um velho candeeiro de petróleo, dos de chaminé de vidro, por hoje a candeia servirá, azeite tenho, a torcida improvisa-se, amanhã irei à procura de petróleo por essas lojas de drogaria, será muito mais fácil encontrá-lo do que uma lata de conserva,* [...].[374]

Por notícia que li há algum tempo, fiquei a saber que, com a crise e o aumento do preço da electricidade, a venda de candeeiros a petróleo tinha aumentado, não para servirem de objectos decorativos, mas para serem (novamente) utilizados na iluminação doméstica. Se tal é verdade, é lamentável a todos os títulos, nomeadamente pelo sintoma de grande pobreza que tal significa, e pelo risco de incêndio inerente a qualquer descuido com estas peças de iluminação.

IX

Candeeiro de azeite de três bicos (candeeiro dos mortos)

Figura 22 – Candeeiro de azeite, de três bicos.

• **Intróito.**

Na minha aldeia, em casa de meus avós, quando era criança, em meados do século passado, havia sempre algum cuidado, à noite, para não ter muitas luzes acesas. Fosse petróleo, fosse azeite, havia que ter alguma moderação para não gastar desnecessariamente. Assim, as noites, até nos deitarmos, eram passadas em convívio familiar: a luz era um factor de atracção e todos se juntavam, conversando, sob a iluminação tremeluzente, por via de regra de um candeeiro a petróleo. Claro que havia outros dispositivos iluminantes, entre candeias, lampiões e lamparinas, cada um deles com utilizações específicas, e que só eram acesos na altura apropriada. Todavia, havia um que nunca se utilizava: sempre impecavelmente areado e brilhante, era dos poucos objectos em que não tínhamos autorização para tocar. Era o candeeiro de três bicos, o *candeeiro dos mortos*.

Esses candeeiros de azeite, com três bicos, feitos de latão (figura 22), mantiveram a sua forma básica inalterada ao longo de séculos. Estavam presentes na casa de todas as famílias com algumas posses e, quando necessário (quando morria alguém), eram emprestados a quem tinha menos recursos. São constituídos por uma base circular, no centro da qual está enroscado um varão, ao longo do qual se podem movimentar as outras peças: a luminária de três bicos com uma peça de suporte; o conjunto de acessórios; e um reflector solidário com um gancho de suporte. No topo desse varão há uma pega para facilitar o transporte.

A luminária é colocada à altura desejada, sendo aí fixada por um parafuso que é apertado contra o varão. Na parte inferior do candeeiro propriamente dito encontra-se o depósito de azeite e os canais por onde passam as mechas ou torcidas que vão para os três bicos. A parte superior não é mais do que uma tampa, embora desenvolvida em altura e cuidadosamente torneada. Sobre esta assenta o suporte dos acessórios, que incluem o morranzeiro (para empurrar o pavio para dentro do bico), o espevitador (para avivar as chamas puxando o pavio para cima e retirar os morrões), o balde (recipiente para colocar os morrões) e o apagador (para extinguir as chamas). Mais acima, na coluna, há um outro suporte, que se coloca à altura desejada, ligeiramente torto, e que aí fica estático devido à fricção provocada por esse entortamento, ao qual está associado um gancho solidário com um reflector.

É certo que os candeeiros de três bicos eram usados, principalmente nas cidades, como vulgares luminárias, em especial quando era necessária maior iluminação. Não consegui encontrar qualquer explicação para que, na Beira Baixa e noutras regiões, fossem associados aos velórios. Porém, é possível que tal derive de uma conjugação de factores. Antes do mais, a luz que deles emanava provinha do azeite, um produto multifunções (alimentação, iluminação, lubrificante, unguento, etc.), um óleo reverenciado desde a remota Antiguidade, o dos *Santos Óleos*, mas outro tanto acontecia com outras fontes de luz, como as candeias e outras lamparinas. Mas estes candeeiros eram diferentes dos utilizados no quotidiano, como as candeias, que eram mais simples, mais humildes e mais baratas. Estes tinham maior amplitude, eram mais trabalhados e esteticamente mais atraentes, e, portanto, mais caros. No mundo rural, endemicamente pobre, não estava ao alcance das bolsas de todas as famílias. Além disso, a sua utilização, com três chamas simultâneas, era cara, traduzindo-se num gasto triplo do tão precioso azeite. Correspondia, portanto, a uma luminária requintada, desinserida da simplicidade rural dominante no mundo provinciano, cuja utilização correspondia a uma sofisticada homenagem ao defunto.

Finalmente, e talvez mais importante, estas luminárias tinham três bicos, a que, obviamente, correspondiam três chamas, e sabemos que o número três tinha grande importância simbólica, representando, normalmente, a união, a estabilidade e o equilíbrio: eram três os elementos da Sagrada Família (Jesus, Maria e José); eram três as entidades que compunham a Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo); Jesus ressuscitou ao terceiro dia; são três as condições da vida de qualquer

ente vivente (o passado, o presente e o futuro); o ciclo da existência compõe-se de três fases, o nascimento, a vida e a morte; a família é constituída por três elementos, o homem, a mulher e a descendência. Foram, provavelmente, todos estes factores que convergiram para que estes candeeiros de três bicos fossem associados à morte: utilizá-los nos velórios, para além do valor simbólico intrínseco que tinha, servindo, de certa forma, para iluminar a alma do defunto no início do trajecto para o Além e para convocar a divindade para que a acompanhasse, era, também, uma última homenagem que se prestava ao falecido.

Com efeito, essas luminárias só eram utilizadas nos velórios, pelo que, em dias normais, jamais se acendiam, pois que, dizia-se, era de mau-agoiro. Na altura, os velórios eram ainda feitos em casa (a capela funerária só viria a surgir, na aldeia, muitos anos depois), e durante toda a vigília ao defunto lá estavam, acesas, estas luminárias de três bicos, com frequência duas, um de cada lado do crucifixo, em cima de um móvel coberto por uma imaculada toalha branca decorada com rendas típicas da povoação. Na aldeia, o velório culminava o dramático processo da morte, que era rematado pela missa de corpo presente, pelo funeral e pelo enterro. Os candeeiros dos mortos só eram apagados quando o defunto saia de casa para o cemitério.

Nesse tempo, quando se sabia que alguém estava gravemente doente, o povo mobilizava-se numa onda de solidariedade: parentes e vizinhos acorriam a casa do enfermo e, tanto de dia, como de noite, acompanhavam a família, prestando-lhes todos os cuidados necessários. Quando se pressentia que a morte estava próxima, uma das mulheres mais experientes acercava-se da cama do moribundo e, perante o respeitoso silêncio das outras pessoas presentes, rezava *As doze palavras ditas e tornadas,* para que a alma deste pudesse ser salva, livrando-se das garras de Satanás. Era uma espécie de lengalenga que correspondia, na realidade, a um diálogo entre o Diabo e Custódio, o anjo protector, e que começava assim:

— Custódio amigo...
— Custódio, sim; amigo, não.
— Diz-me as doze palavras, ditas e tornadas.
— A primeira é a Casa Santa de Jerusalém, onde Jesus morreu por nós. Amém.
— Custódio amigo...
— Custódio, sim; amigo, não.
— Diz-me as duas.
— As duas são as duas tabuinhas de Moisés, onde Jesus Cristo pôs os seus divinos pés. A primeira é a Casa Santa de Jerusalém, onde Jesus Cristo morreu por nós. Amém.

E prosseguia-se, de forma repetitiva, até quase ao final, rememorando as doze palavras:

— Custódio amigo...
— Custódio, sim; amigo, não.
— Diz-me as doze.
— As doze são os doze Apóstolos. As onze são as Onze Mil Virgens. As dez são os dez Mandamentos. As nove são as nove Têmporas. As oito são os oito Cordões. As sete são os sete Sacramentos. A seis são os seis Cirios que nasceram na manhã da Galileia. As cinco são as cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo. As quatro são os quatro evangelistas: Marcos, Lucas, João e Mateus. As três são as três Pessoas da Santíssima Trindade: Padre, Filho e Espírito Santo. As duas são as duas tabuinhas de Moisés, onde Jesus Cristo pôs os seus divinos pés. A primeira é a Casa Santa de Jerusalém, onde Jesus Cristo morreu por nós. Amém.
— Diz-me as treze.
— Treze raios leva o Sol, treze raios leva a Lua; rebenta, pecado infernal, que esta alma não é tua.[226:102-5]

Exalado o último suspiro, era altura da família sofrer a sua dor. Preparado o defunto, era o momento de, com a sala devidamente arranjada, colocar o crucifixo e acender os ditos candeeiros de azeite de três bicos, que não mais se apagavam até o defunto sair para o cemitério. Correspondiam à luz que simbolizava a protecção de Deus, mesmo para aqueles que já tinham deixado esta vida. Até à noite do dia do funeral não mais se preparava qualquer tipo de comida nessa casa: parentes, vizinhos e amigos providenciavam espontaneamente tudo o que fosse necessário.

Mas os tempos mudaram e a morte não é já, como nesses tempos, um acontecimento social suscitador de solidariedade entre vizinhos. Porém, estes candeeiros permanecem em muitas casas, já não como objectos associados à morte e aos velórios, mas como simples peças decorativas. Todavia, sempre que os vejo, lembro-me da minha meninice e das poucas vezes que os vi acesos em casa de meus avós e, imperceptivelmente, a memória impõe-me imagens de meus antepassados, recordando-me do muito que lhes devo.

Pelo formato, é possível que estes candeeiros de três bicos tenham derivado, de algum modo, das velhas lucernas romanas de três rostros (bicos). Com três chamas, a iluminação que proporcionavam era obviamente maior do que as que tinham apenas um bico.

• Candeeiro de três bicos nos dicionários.

Não encontrámos, nos dicionários, menção específica a *candeeiro de três bicos* nem a *candeeiro dos mortos*. A referência mais aproximada é a que consta do dicionário de Eduardo de Faria, de 1849, que, na definição de candeeiro, diz:

> *Candeeiro, vaso de metal, sustentado por um longo pé, e com um, dois, ou mais ordinariamente três bicos, por onde sai a torcida que se acende para dar luz, mediante o azeite em que está embebida.*[248:39]

definição essa que, de modo genérico, é repetida nalguns outros dicionários.

• Candeeiro de três bicos na literatura.

Não encontrámos referências literárias que envolvessem os *candeeiros dos mortos*, possivelmente porque se trata de um regionalismo. Todavia, como já aludimos, ao contrário do que acontecia em terras pobres, onde era preciso economizar no azeite, nos meios citadinos e nas casas rurais com maiores posses, estas luminárias eram usadas com frequência, simplesmente para ter maior iluminação. Disso há bastas referências na literatura, embora, curiosamente, não tenhamos encontrado nenhuma anterior a meados do século XIX que os mencione especificamente.

Uma dessas alusões surge no romance *Honra ou Loucura*, de Arnaldo Gama (1828-1869), publicado em 1858. O enredo gira em torno de uns amores infelizes, mas faz-se aí também um breve retrato dos costumes académicos de Coimbra. Uma das passagens em que estas luminárias são mencionadas é a seguinte:

> [...]. *Quando Henrique entrou dentro da sala do jantar, que é em Coimbra o* sanctum sanctorum *da pândega, a cena que viu era tão variada em lances, como doida por uma parte e por outra devassa. A moral pública não comporta a completa descrição dela; em todo o caso, porém, imagine-se uma sala mais pequena que grande, mesmo em relação às salas pequenas, e dentro dela doze estudantes fumando, duas prostitutas, imundas como em geral são todas em Coimbra, cinco cadeiras de pau de pinho pintado de azul, e uma mesa coberta por uma capa de estudante, sobre a qual estava um candeeiro de três bicos e alguns baralhos de cartas.* [...].[267:182]

Outra menção a este tipo de luminárias é do conto *O melhor sonho do milionário*, em que Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), descreve o regresso à aldeia de Francisco Cerqueira, que emigrara para o Brasil ainda jovem, e que agora regressava para visitar a velha mãe, Genoveva, na aldeia minhota de onde partira. Passadas as emoções do primeiro encontro, a conversa foi-se prolongando até ao anoitecer.

> [...]. *Entrelaçava-se de novo a conversa, e assim estiveram até que a velha disse:*
>
> *— E então não querem ver que o rapaz quer tirar-me dos meus hábitos! São horas de deitar. Vou fazer-te a cama. Está aí quedo que eu já volto.*
>
> *Voltou daí a pouco com um candeeiro de três bicos. A luz batia-lhe no engelhado rosto cheio de bondade, e um sorriso de ventura brincava-lhe nos olhos e na boca.*
>
> *E, empuxado suavemente pela mãe, o brasileiro entrou no quarto que lhe estivera preparando.*
>
> *A velha abeirou-se da cama, desdobrou as roupas, ajeitou a travesseirinha de largos bordados tesos e engomados,* [...].[210:200-1]

Entre as múltiplas alusões a estes candeeiros, seleccionámos uma passagem de *A Cidade e as Serras*, que Eça de Queirós (1845-1900) ,, publicado postumamente, em 1901. José Fernandes, o narrador, sabe que Jacinto, o seu *Príncipe*, está em Tormes, e vai ao seu encontro, mas ele *andava lá para baixo*, *nos campos de Freixomil*, pelo que decide entrar no solar:

> [...]. *Recolhi a égua, galguei a escada.* [...]. *Em frente, no corredor, outro quarto repetia a mesma simplicidade. Certamente a previdência do meu Príncipe o destinara ao seu Zé Fernandes. Pendurei logo dentro, no cabide, o meu guarda-pó de lustrina.*
>
> *Mas na sala imensa, onde tanto filosofáramos considerando as estrelas, Jacinto arranjara um centro de repouso e de estudo* [...]. *As cadeiras de verga da Madeira, amplas e de braços, ofereciam o conforto de almofadinhas de chita. Sobre a mesa enorme de pau branco, carpinteirada em Tormes, admirei um candeeiro de metal de três bicos, um tinteiro de frade armado de penas de pato, um vaso de capela transbordando de cravos. Entre duas janelas uma cómoda antiga, embutida, com ferragens lavradas, recebera sobre o seu mármore rosado o devoto peso de um Presépio, onde Reis Magos, pastores de surrões vistosos, cordeiros de esguedelhada lã, se apressavam através de alcantis para o menino, que na sua lapinha lhes abria os braços, coroado por uma enorme Coroa Real.* [...].[362:230-1]

Em *A Severa*, de Júlio Dantas (1876-1962), publicado em 1901, alude várias vezes a esses candeeiros. Uma delas surge logo no início da novela, quando Romão Alquilé, um alentejano rico, percorre as ruas de Lisboa à procura de uma moça com saiote vermelho, que antes tinha visto.

> [...]. *Ia a virar para a Amendoeira, quando deu com os olhos na saia vermelha de certa puta remendada, que, sentada sobre uma joelheira velha, passava a pano a soleira da porta. Por fim! Um saiote encarnado!* [...]. *Era a Malhada, uma das mais célebres da altura no Capelão, conhecida por uma certa mancha roxa, de nascença, que tinha na cara.* [...]. *E o alentejano, que ainda não despregara os olhos da saia vermelha, agarrou-a num repelão viscoso e rolou com ela para dentro da loja. A cortina de ramagens caiu atrás deles.* [...].
>
> *Bem empregados os magotes de prata, que lhe tinha esvaziado no regaço! E depois, o raio da puta era meiga como uma cadela, tinha carne a valer, e uns braços que não havia aí entalhador que os abrisse mais.* [...].
>
> *Mandaram buscar peixe e ovos cozidos a um taverneiro do sítio, regaram-nos com bom vinho, puxaram uma mesa de pé-de-galo, a Malhada acendeu o candeeiro de latão de três bicos, e lá*

cearam, na santa paz do Senhor, à frente de uma estampa do registo de Santa Rita de Cássia e de um oratório iluminado, onde luzia um Santo António com a sua coleira de mealhas. [...].[235]

Também Trindade Coelho (1885-1934), relembrando os tempos de estudante em Coimbra, em *In illo tempore*), de 1902, deles faz menção, por exemplo, ao evocar o *Café Lusitano*:

[...]. *No Lusitano é que os janotas da Academia se juntavam. Era ali o quartel-general dos* polainudos, *que se ficavam até desoras à roda das mesas de mármore, beberricando e palrando, enquanto os «servos da gleba», que recolhiam ao toque da* Cabra*, digeriam nas suas repúblicas a sebenta, alumiados pelo candeeiro amarelo de três bicos, de gloriosa memória!* [...].[221]

A terminologia era a usada pelos estudantes universitários de Coimbra. A *Cabra* era o relógio / sino que, na torre da universidade, está virado para o rio Mondego, e que marca o início e o final do dia de aulas.

X

Candeia de azeite (de garavato).

Figura 23 – Candeia de azeite (ou de garavato).

• Intróito.

Descendentes das antigas lucernas, as candeias iluminaram, durante séculos, a vida das populações. Quando anoitecia, acendia-se a candeia e era com a sua luz trémula e bruxuleante (ou, por vezes, com a das velas) que a vida prosseguia, que se preparava a comida e depois se lavava a loiça, que em caso de urgência se remendava a roupa e, se necessário, se fiava o linho, ou seja, que se desenvolviam as diversificadas actividades do quotidiano nocturno das pessoas. Era, também, um factor de comunhão entre familiares e amigos: era à luz da candeia (ou de outras luminárias de azeite) que, após o jantar, as pessoas se reuniam em amenas cavaqueiras até chegar a hora da deita, muitas vezes contando histórias de maledicência ou de almas do outro mundo.

Era um estilo de vida muito diferente do actual, basicamente regido pelo movimento solar: em geral, as pessoas *deitavam-se com as galinhas e levantavam-se com o galo*. Com efeito, normalmente, o anoitecer marcava a hora de preparar para ir dormir e os primeiros alvores do dia determinavam a altura de se iniciar a labuta quotidiana rural. A escuridão da noite estabelecia, com raras excepções, o período em que se retemperavam forças para enfrentar os labores do novo dia, para os quais se aproveitava ao máximo a luz solar natural. Quando caía a noite deixava de haver visibilidade, pelo que, para se ter alguma luz, era necessário acender a candeia, a vela ou, mais tarde, o candeeiro a petróleo, dispositivos estes que consumiam recursos, os quais precisavam de ser, tanto quanto possível, economizados, num mundo rural habituado a viver apenas com o essencial (e, por vezes, menos do que isso). Portanto, o consumo de azeite pela candeia necessitava de ser parcimoniosamente gerido.

Claro que, nas cidades, a realidade era um tanto diferente: aí viviam pessoas que, geralmente, tinham mais disponibilidades económicas, por vezes rodeadas por serventes e funcionários que, de uma ou de outra forma, acabavam por beneficiar de tais disponibilidades. Nesses centros urbanos, com frequência, o dia prolongava-se já pela noite dentro, no cumprimento de serviços oficiais ou de afazeres de negócio, ou mesmo de actividades de divertimento. Não raro, era importante ostentar a posição social e económica, pelo que, nas casas apalaçadas, a escuridão da noite era vencida com profusão de luminárias, de candelabros e de outros dispositivos iluminantes e, mesmo nas ruas, havia aqui e ali pontos de luz que atenuavam o negrume dominante.

É importante recordar que era nesses centros urbanos que havia os teatros e outros espectáculos nocturnos, que careciam de iluminação adequada, e que, depois destes, era vulgar ir fazer um pequeno repasto a uma loja da moda, onde se continuavam a exibir as vestes elegantes e a estabelecer contactos sociais, locais esses que precisavam de estar, de igual modo, convenientemente iluminados. Como é evidente, referimo-nos a um extracto social privilegiado, em torno do qual girava uma miríade de criados, cocheiros, mordomos e mais uma infinidade de serventes que, de certo modo, recebiam os reflexos dessa opulência. Normalmente, esses senhores aristocratas, nobres ou da alta burguesia, tinham poderes e privilégios garantidos por herança, com frequência propriedades rurais na província, de onde obtinham a maior dos recursos que lhes permitiam serem inundados pela luz. Para tais senhores, a luz tímida e bruxuleante de uma simples candeia era manifestamente insuficiente. Porém, para os que viviam no mundo rural, era essa candeia que permitia quebrar o negrume da noite e, mesmo assim, de forma comedida por forma a poupar no azeite.

Essas candeias acabariam por ser destronadas pelo aparecimento dos candeeiros a petróleo e outras formas de iluminação que utilizavam querosene (e nas ruas, a iluminação a gás), os quais, por sua vez, viriam a ser remetidos para o campo dos supérfluos com a chegada da electricidade.

Já não sou do tempo em que as candeias constituíam a principal forma de iluminação. Embora a electricidade tenha chegado tarde à minha aldeia (apenas nos anos 70 do século passado), a ilumi-

nação em casa era propiciada essencialmente com recurso a candeeiros de petróleo. Candeia, era principalmente minha avó que a usava em seu quarto. Mas lembro-me bem da luz frouxa que dela emanava e das sombras temerosas que desenhava nas paredes, que em nós, crianças, infundiam temores radicados em lendas e narrativas sobre seres sobrenaturais.

Em geral, as candeias eram equipamentos simples (figura 23), normalmente feitas de lata ou qualquer outra folha metálica de baixo custo. Eram constituídas por um recipiente (depósito) onde se colocava azeite, do qual saía um canal que terminava em bico triangular, projectado para fora ao nível do bordo superior, pelo qual passava o pavio ou torcida. Era esse pavio, geralmente de pano de algodão, que permitia que o azeite subisse, por capilaridade, até ao bico, e que, na ponta deste, a chama se mantivesse acesa. A maior parte tinha ainda dois espelhos metálicos circulares, não polidos e com periferia canelada, com a função de reflectirem a luz, embora o seu poder reflectivo fosse baixo. Geralmente, tinham acessórios, principalmente uma tampa (para que óleo contido no depósito não se derramasse facilmente), peças auxiliares (para tirar o morrão e espevitar a chama, normalmente penduradas por uma corrente fina das extremidades laterais do reflector superior), e um gancho (que permitia suspender a candeia de um prego na parede ou de qualquer parte saliente do mobiliário).

• O azeite da candeia e a reza do *acedente*.

Lembro-me bem de, na minha aldeia, existirem candeias em quase todas as casas, embora a sua utilização fosse restrita (eram, principalmente, os mais velhos que ainda as usavam regularmente), pois que a civilização do petróleo (querosene) já se tinha imposto em plenitude. Todavia, nalguns casos específicos, as velhas e modestas candeias revelavam ser imprescindíveis. É com saudade que me vêm à memória as reuniões das mulheres, à noite, em torno de um prato com água, onde o preto dos vestuários se fundia com a escuridão envolvente, apenas quebrada pela tímida luz tremeluzente da candeia. Era a reza do *Acedente* (termo que julgo ser proveniente do verbo aceder), a que, já espigadote, assisti por algumas vezes. O *acedente* era o mau-olhado, e rezar o *acedente* era a forma de o afastar. Segundo me lembro, o procedimento era, mais ou menos, o que a seguir descrevo.

A mulher que sabia proferir a reza começava por fazer cruzes com a mão sobre um prato com água e dizia algo como:

*Creio em Deus todo-poderoso criador do céu e da terra, Jesus Cristo, seu filho e nosso senho*r.

A seguir, sempre fazendo cruzes com a mão, mencionava-se qualquer coisa como:

Virgem Maria, Maria e José, tirai o acedente a Fulano se ele o é.

Era altura, então, de meter o dedo indicador no depósito da candeia e, com o dedo molhado no azeite, deixar cair uma gota na parte central da água que estava no prato: se a gota permanecia unida, tal significava que não havia mau-olhado; se a pessoa em questão tinha, efectivamente, *acedente*, a gota fragmentava-se em múltiplas gotas mais pequenas, que se dispersavam pela superfície da água. Nesse caso, depois de deitar fora a água usada e colocar outra limpa no prato, sempre fazendo cruzes com a mão, dizia:

Houve alguém que t'o deu, mas t'o tirarão o senhor S. Pedro e o senhor S. João. Se t'o deram pela cabeça que t'o tire S. Teresa. Se t'o deram pelo costelado que t'o tire o senhor S. Tiago. Se t'o deram pela barriga que t'o tire a Virgem Maria. Se t'o deram pelo corpo todo que t'o tire o nosso senhor Jesus Cristo que tem o poder todo.

A seguir, repetia-se o gesto de meter o dedo no depósito da candeia e deixava-se cair nova gota de azeite no prato. Se a gota permanecia junta, a pessoa estava curada do mal. Se continuava a fragmentar-se, o *acedente* era grave e, depois de deitar outra vez a água fora, repetia-se a operação. E assim sucessivamente, até que a gota de azeite, ao cair na água, não se dispersasse, sinal de que a pessoa estava curada.

Julgo que a explicação para o comportamento das gotas de azeite está no facto do prato utilizado estar mais ou menos enxaguado. Não havia água corrente, pelo que depois de lavar a louça, esta era passada por água limpa, noutro recipiente, para retirar o sabão ou detergente, o que era feito utilizando sempre a mesma água. Tal significa que, com frequência, principalmente os últimos pratos a serem enxaguados, ficavam ainda com maiores ou menores vestígios de sabão ou detergente. Ao utilizar esse prato na reza, esses restos do produto utilizado para o lavar faziam emulsionar a gota de azeite, ou seja, faziam com que esta se fragmentasse em gotículas. Ao deitar essa água fora e colocar outra limpa, os vestígios de sabão desapareciam normalmente, e a nova gota de azeite já não era emulsionada, isto é, permanecia junta, de onde se inferia que o mau-olhado tinha sido curado...

• Candeias nos Livros Sagrados.

Não nos deteremos na distinção entre lucernas, candis, candeias e outras luminárias. Apenas adiantaremos que começaram por ser feitas de barro, e só com a divulgação da folha de flandres (vulgo *lata*) a partir do século XII é que as candeias metálicas como as referidas se disseminaram pela população.

O combustível das candeias era, como referimos, o azeite, esse óleo de utilizações múltiplas proveniente das azeitonas. Conhecido desde a remota antiguidade, era utilizado como alimento, lubrificante, medicamento, combustível para iluminação e várias outras aplicações. Os *Santos Óleos* mais não são do que azeite puro. A importância do azeite e das candeias (precursoras das que acima referimos) está bem ressaltada na *Bíblia* dos cristãos, na *Torá* dos judeus e no *Alcorão* dos islâmicos, onde são mencionados largas dezenas de vezes. Disso daremos, a seguir, apenas três exemplos.

No *Livro de Samuel* (II Samuel 22), constante da parte dos *Profetas Pioneiros* (*Nevi'im Rishonim*) da Bíblia hebraica (*Tanakh*), diz-se a certo passo:

> *25. Por isso me retribuiu o Senhor conforme a minha justiça, conforme a minha pureza diante dos meus olhos.*
> *26. Para com o benigno te mostras benigno; para com o perfeito te mostras perfeito,*
> *27. para com o puro te mostras puro, mas para com o perverso te mostras avesso.*
> *28. Livrarás o povo que se humilha, mas teus olhos são contra os altivos, e tu os abaterás.*
> *29. Porque tu, Senhor, és a minha candeia; e o Senhor alumiará as minhas trevas.*
> *30. Pois contigo passarei pelo meio de um esquadrão; com o meu Deus transporei um muro.*[105]

Também na *Bíblia Sagrada*, entre muitas outras alusões, seleccionámos a que consta do *Livro dos Provérbios* (IV, 20-23):

> *20 Observa, meu filho, os preceitos de teu pai,*
> *e não abandones a lei de tua mãe.*
> *21 Trá-los incessantemente presos ao teu coração,*
> *22 Quando andares, eles te acompanhem;*
> *quando dormires, eles te guardem;*
> *e, ao acordar, fala com eles.*
> *23 Porque o mandamento é uma candeia, e a lei uma luz, e a correcção que conserva na disciplina é o caminho da vida;* [...].[83:189]

Como exemplo da existência do vocábulo no *Alcorão* podemos aludir à vigésima quarta *sura*, a *Quase-Noor* (A Luz), que no 35.º *ayat* (versículo) diz:

> *35 Deus é a Luz dos céus e da terra. O exemplo da Sua Luz é como o de um nicho em que há uma candeia; esta está num recipiente; e este é como uma estrela brilhante alimentada pelo azeite de uma árvore bendita, a oliveira, que não é oriental nem ocidental, cujo azeite brilha, ainda que não o toque o fogo. É luz sobre luz! Deus conduz a Sua Luz até quem Lhe apraz. Deus dá exemplos aos humanos, porque é Omnisciente.*[104:n/p]

• Candeias nos dicionários.

Segundo o *Novo Diccionario Critico e Etymologico* (1836), a etimologia de candeia radica no étimo latino *candela*, com o significado de vela, círio, tocha, proveniente *de 'candeo', arder com luz viva, brilhar*. Mas, por outro lado, pode também provir ou ter influência do *árabe 'candil', lâmpada, de onde talvez se derivasse directamente o nome candeia, candeeiro.* No entanto, acrescenta-se aí, o significado mais usado é o de *vaso de metal para a luz; a mesma luz acesa*[224:214]. É, talvez, essa interferência de étimos que permite explicar o duplo significado com que o vocábulo era utilizado, referindo-se tanto a vela, como à luminária de azeite.

Sobre isso, o *Elucidário* (1798) de Viterbo (1744-1822) é explícito. Diz-se aí que (*sic*):

> *CANDEA. Assim chamárão os Antigos Portuguezes a toda a lampada, ou tocha, sem differença de arder em azeite ou cera a sua chamma. Ou do Latino* Candella*, ou do Arabico* Candil*: elles derivárão o nome* Candêa*, que ainda conservamos em a Procissão das* Candéas*. Em os tempos mais chegados ao nosso chamárão* Candêa *ao rolo de cera, de que nas Missas particulares, e usos domesticos se usava.*[427:232]

Tal justifica que, logo nos primeiros dicionários que contemplaram o português, como o *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, de Jerónimo Cardoso (1508-1569), de 1562, o vocábulo seja apresentado, na correspondência em latim, com as duas acepções:

> *Candea. Lucerna, æ, candela, æ.*[202:f21v]

Portanto, o vocábulo tinha como equivalentes latinos *lucerna*, a nossa candeia ou lamparina, e *candela*, a nossa vela. Inclui ainda outro termo relacionado, *espevitar a candeia* (*sic*):

> *Espavitar a cãdea. Lucerna amemũgere.*[202:f58]

Aliás, apenas como curiosidade, Viterbo elucida-nos sobre essa expressão, ainda bastante usada: espevitar a chama. Diz-nos o autor (*sic*):

> *PEVIDE da candêa. Assim chamavão ao que hoje dizemos* murrão*. Daqui* espevitar o candieiro*, isto he, tirar-lhe a pivíde.*[428:218]

Aliás, Viterbo tem outros termos ou expressões relacionadas, entre as quais:

> *CANDEEIRO. O oficial que faz candeias de cera, a que hoje chamamos* rolo*; este era diferente do cerieiro, que fazia velas, tochas e brandões* [vela grande de cera]. [...].[428:232]
>
> *CANDEU. O mesmo que Candeia.*[428:232]
>
> *CEREU. Círio, vela, candeia para arder na presença dos Altares.* [...].[428:262]
>
> *COUTO de Candeia. Era, no Sec. XV, o que hoje dizemos* Coto de vela*, e vulgarmente se diz* Toco*, que é a extremidade ou resto da vela, tocha ou brandão que fica sem ser queimada.*[428:316]

É de referir, por curiosidade, que o termo *candeia* aparece também no dicionário trilingue (latim / lusitânico (português) / japonês) *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum*, publicado em 1595 em Amakusa, ilha do Sul do Japão, pelo Colégio Japonês da Companhia de Jesus:

Candela, æ. Lus. Candeia. Jap. Raffneu.[118:98]
Funale, is. Lus. Tochas ou candeias cobertas de cera. Jap. Matçuyani [...].[118:301]
Funalis cereus. Lus. Candeia de cera. Jap. Raflocu.[118:301]

Aliás, em 1603, o *Vocabulário da Língua do Japão*, também elaborado por padres da Companhia de Jesus, mas publicado em Nagasaki, tem também vários verbetes em que se faz alusão a *candeia*, entre os quais:

Aburafiuo acafu. Acender a candeia de azeite.[119:f2v]
Aburasi. Fogo ou candeia de azeite.[119:f1v]
Bon. Festa dos finados dos gentios que fazem aos 14 ou 15 da sétima lua, na qual acendem candeias três dias à boca da noite.[119:f24v]
Canbara. Nome de um lugar [...]. *Umas candeias que vêm deste lugar.* [...].[119:f35v]
Chotô. Acender a candeia ou lanterna.[119:f50v]
Figa. Certo bichinho como borboleta que voa ao derredor da candeia.[119:f89v]
Fiuo tobofu. Acender a candeia. [...].[119:f87v]
Ittô. Fitotçuno tomoxibi. Uma candeia ou lanterna acesa.[119:f136vv]
Rasloca. Candeias de cera.[119:f207v]
Rassocuuo acafu. Acender a candeia.[119:f2v]
Tomoxibiuo cacaguru. Atiçar ou espevitar a candeia.[119:f29v]
Xin. Cocoro. [...]. *Pavio de candeia.* [...].[119:f302]
Xôtó. Candeia acesa.[119:f312v]

Em Portugal, no século XVII, os dicionários (envolvendo português e latim) incluem, como seria de esperar, o verbete *candeia* e outros em que esta é aludida. Deles ressaltamos o *Dictionarium Lusitanico Latinum,* de Agostinho Barbosa (1589-1649), de 1611, pois que é aí evidente que o vocábulo se aplicava também às velas, incluindo as de sebo (*sic*):

Candea de sebo. Candela sebacea.[149:c188]
Candéa. Lucerna, æ, candela, æ.[149:c187]
Cirio pequeno. Candela cerea.[149:c308]
Espavitar a candea. Emungere candelum.[149:c490]
Fazer candeas de seuo. Seuare candelas. [...].[149:c990]

Por os considerarmos relevantes, extraímos também alguns verbetes do *Thesouro da lingoa portuguesa*, de Bento Pereira (1605-1681), de 1647:

Atiçador da candeia ou vela. Emunctorium, ij.[337:adit.f2]
Candeia de cera. candela, æ, Funalia cereus.[337:f23v]
Candeia ou candeeiro. Lucerna, æ. Lychnus, i.[337:f23v]
Espevitar a candeia. Lucerna amemungere.[337:f49v]
Espirrar a candeia. Scintillo, as.[337:f50]
Estudar à candeia. Lucubro, as.[337:f51]
Estudo à candeia. Lucubracio, onis.[337:f51]

Mancebo da candeia. Lucernarium, ii.[337:adit.f6]

Murrão da candeia. Fungus, i.[337:f69]

Pavio da candea. Illychnium, i.[337:f73v]

Torcida da candeia. Mergulus, i. Ellychrnium, ii.[337:f92]

Vela [vigia] *à candeia. Lucubratio, onis.*[337:f95]

O *Vocabulário* de Rafael Bluteau (1638-1734), do primeiro quartel do século XVIII, geralmente considerado como o primeiro dicionário de português, é mais esclarecedor sobre estas formas de iluminação. Curiosamente, no verbete *candeia*, não fornece explicação específica do vocábulo. Diz apenas:

CANDEIA, Candeia de garavato. É uma candeia pequena sem pé, e que tem um ganchozinho, donde se pendura.[163:c97]

Mais à frente, explica:

GARAVATO. Gancho, em que se pendura. Candeia de garavato.[165:g31]

Deduz-se, portanto, que a candeia referida seria análoga às que ainda conhecemos em meados do século passado nas nossas aldeias. Aliás, a distinção entre candeia e candeeiro não é, aí (nem na maior parte dos dicionários da época), muito explícita, deste dizendo:

CANDIEIR0. Vaso de latão, folha de Flandes, ou outra matéria, em que se deita azeite com torcida, para alumiar.[163:c98]

Parece-nos corresponder à distinção que, até ao século XX, era, de modo algo difuso, feita nas nossas aldeias, em que a candeia era uma luminária de azeite simples e modesta, e o candeeiro era um utensílio mais elaborado, em geral feito de materiais mais nobres, embora, na altura, houvesse alguma tendência para aplicar o termo aos que funcionavam já a petróleo.

Bluteau incluiu no seu *Vocabulário* vários outros verbetes relevantes, alguns dos quais correspondem a termos ou expressões que deixaram de se usar, dos quais apresentamos alguns:

ATIÇAR. [...]. *Atiçar a candeia. V. Espevitar.*[162:633]

BALEIA [...]. *Dão as baleias gordas um azeite que é bom para muitas cousas, para a candeia, para sabão,* [...].[163:b22]

BICO. [...]. *Bico da candeia, donde sai a torcida.*[163:b121]

CANDEINHA. É uma espécie de vela delgada e curta, composta de uns fios de algodão ou de outra matéria cobertos de cera. [...].[163:c97]

ESPIRRAR. [...]. Espirrar. *Dar estalos e lançar faíscas, como algumas vezes faz a lenha quando está ardendo, ou como quando há água no azeite da Candeia.* [...]. *Espirrar a candeia. Dar pequeno estalo quando se apaga.* [...].[164:e285]

FAÍSCA. É aquela pequena porção ou partícula de fogo que se destaca do corpo em que estava, como sucede ao ferir lume com a pederneira e fuzil, ou quando espirra a brasa, a candeia, etc. [...].[165:f15]

LANTERNA. Transparente abrigo da luz de uma vela ou Candeia contra o vento.[166:37]

LUCUBRAÇÃO. Obra de engenho que se faz à candeia. Estudiosa vigia. Lucubratio*,* [...].[166:198]

LUZ. [...]. *A candeia faz pouca luz.* Lucerna tenue lumen spargit*.* [...]. *Luz, muitas vezes se toma por vela, candeia ou qualquer outra coisa que serve de alumiar.* [...].[166:215]

MANCEBO. [...]. *Mancebo. Paul de três pés, com buracos, por onde penduram Candeias de garavato*. [...].[166:281]

> *MORRÃO.* [...]. *Morrão da Candeia.* Fungus, i. *Deram-lhe os latinos este nome porque de ordinário os morrões fazem umas cabecinhas, ao modo de pequenos cogumelos.* Fungus *é o seu nome deles.*[166:643]
>
> *NOITE.* [...]. *Obra que se faz de noite à candeia.* Lucubratio, onis. [...]. *Aquele que trabalha ou estuda de noite à candeia.* Lucubrans, antis. [...].[166:737]
>
> *PEVIDE.* [...]. *Pevide da candeia. Faísca ou espirro de fogo que sai da Candeia* [...].[167:474]
>
> *VELADOR. É um pau comprido e redondo, da altura de um homem, com seus pés em baixo e com buracos em que se mete a Candeia de garavato* [...].[169:384]

No suplemento ao *Vocabulário*, Bluteau, na parte *Vocabulário de termos próprios e metafóricos*, sob a epígrafe *Termos de diferentes modos de alumiar*, é bastante mais esclarecedor no que se refere às diferentes formas de iluminação artificial: Diz o autor (*sic*):

> *Com velas de cera se alumeaõ as cazas dos Nobres, e os Altares; com candieiros as cellas dos Religiozos, e seus dormitorios; com candeas de garavato as tavernas, e as cazas dos pobres; com archotes os que andaõ de noite; com rolos* [de cera] *os que passaõ de huma caza para outra; com candeinhas as Imagens de alguns Santos, com tochas os que entraõ, ou sahem das vizitas de noite; com faroes, e lanternas os navios; com fachos as torres, e atalayas, nas costas marítimas; com luminarias, em dias festivos as ruas*.[171:452]

Havia, portanto, toda uma terminologia algo complexa associada aos diferentes equipamentos de iluminação, mas deduz-se que, tal como nos séculos mais recentes, as candeias constituíam uma forma modesta de proporcionar luz e, por isso, típica das *cazas dos pobres*.

Entretanto, a grafia do vocábulo foi evoluindo, e na *Orthographia ou arte de escrever*, que Madureira Feijó (1688-1741) publicou em 1734, aparecem já duas versões, a antiga e a moderna: *candêa ou candeya*[251:228], que no dicionário de António de Morais Silva (1755-1824), de 1813, é fixada em *candeia* (embora na versão *candèia*[379:335]).

No *Novo Diccionario* de Eduardo de Faria (1823-*c.*1860), publicado em 1849, aparece já alusão à folha de flandres:

> *Candeia, vaso de folha de Flandres ou de ferro, onde se deita azeite, com uma torcida que se acende para dar luz.* [...].[247:38]

Será que se pode deduzir que as candeias em folha de flandres se divulgaram na primeira metade do século XIX? Nesse dicionário há outros termos interessantes, como *Candeiada, a porção de azeite que contém uma candeia*, *Candeínha*, que é apresentado como diminutivo de candeia, mas que na antiga acepção significava *velinha, luzinha*, e *Candeio, luz de que se faz uso para caçar aves e apanhar peixes*[247:38].

Mais recentemente, no dicionário dito de Caldas Aulete (1823-1878), publicado em 1881, o termo é definido como:

> *Candeia. (ant.) vela, círio.* | *Lâmpada consistente em uma cápsula de folha ou de barro, onde se deita o óleo, com um bico pelo qual sai a extremidade da torcida, e presa a uma haste terminada em gancho, que serve para se pendurar. [É ainda usada nas aldeias.].*[141:273]

A referência a que era *ainda usada nas aldeias* permite pressupor que, nos meios citadinos, para a iluminação, principalmente a pública, já se recorria ao gás.

A iluminação pública chegou tarde a Portugal. Por exemplo, em Lisboa, só em Dezembro de 1780 (por ocasião do aniversário da rainha D. Maria I, e por insistência de Pina Manique) é que as principais ruas começaram a ser iluminadas com candeeiros de azeite, para cuja manutenção foi lançado

um imposto específico. Porém, em 1792, devido aos elevados custos e aos constantes actos de vandalismo, os quase mil candeeiros que existiam nas ruas de Lisboa foram desactivados. A escuridão nocturna que voltou às ruas da cidade teve como consequência um recrudescimento da criminalidade, pelo que, em 1801, D. Maria I decretou novamente a instalação da iluminação pública a azeite (e criou a Guarda Real da Polícia). Em 1848, a iluminação começou a ser efectuada com gás de carvão, e em 1878 instalaram-se os primeiros candeeiros eléctricos (experimentais, vindos de Paris, mas que só viriam a ganhar relevância no século XX)[225].

• **Candeias na *vox populi*.**

Como seria de esperar devido à sua antiguidade e proliferação, desde cedo que as candeias foram integradas em várias locuções populares. Porém, devemos ter sempre presente que o vocábulo não significava sempre o que actualmente entendemos por candeia. Como vários autores chamaram a atenção, incluindo o filólogo Gonçalves Viana (1840-1914):

> *Hoje, na linguagem comum, significa o primeiro vocábulo* [candeia] *uma lâmpada pequena de folha, com um gancho para se dependurar; e* candeeiro *toda e qualquer lâmpada, que em geral não é de suspensão, mas que também pode estar suspensa. Antigamente não era assim.*
>
> Candeia *designava o que actualmente chamamos vela, e candeeiro o «fabricante de velas, o «cirieiro», como hoje dizemos.* [...].[413:219]

Perante a imposição da luz eléctrica e a passagem à história das luminárias a azeite, quase todos os provérbios, adágios e anexins que utilizavam o vocábulo *candeia* caíram em desuso, tendo sido esquecidos. Persistem apenas dois, embora actualmente em franca retracção:

> *Estar de candeias avessas com alguém.*
> *Candeia que vai à frente alumia duas vezes.*

Mas havia muitas outras locuções, grande parte delas listadas já em 1651 em *Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs*, de António Delicado (1610-???), entre os quais:

> *A mulher e a seda, de noite à candeia.*[238:133]
> *Abafou-me na almotolia, de noite a candeia.*[238:168]
> *Alegria certa, candeia morta.*[238:16]
> *Alegria secreta, candeia morta.*[238:157]
> *De noite à candeia, a burra parece donzela.*[238:133]
> *De pequena candeia, grande fogueira.*[238:63]
> *Meia vida é a Candeia, e o vinho é outra meia.*[238:66]
> *Não há santidade sem candeia.*[238:107]
> *O ignorante e a candeia a si queima, e outros alumeia.*[238:104]
> *O trigo e a teia, à candeia.*[238:70]
> *Quem pede para a Candeia, nunca se deita sem ceia.*[238:106]

Em 1712, Bluteau, referindo essas locuções, adiciona também:

> *Fazer os olhos candeínhas* ou *trazer candeínhas nos olhos (falando de um bêbado)*.[163:c97]

Em 1783, no seu *Thesouro da Lingua Portugueza*, Domingos Vieira, repetindo muitas das locuções aludidas, fornece outras (entretanto surgidas?), como:

> *Estar de candeias no nariz, ou ter a candeia no nariz, ter pendente do nariz o humor viscoso que ele segrega.*

Estar de candeia na mão, ir de candeia na mão, ir morrer. Metáfora tirada do facto de às pessoas que estavam para morrer se lhe pôr uma vela na mão, e os condenados caminharem para o patíbulo com vela acesa na mão.[422:77]

Várias outras existiam, como:

A candeia a espirrar, e as nuvens a chorar.
À candeia nem registes vaca, nem urdas teia.[299:150]
À luz da candeia faz tua meia.
À luz da candeia, não há mulher feia.
Mulher feia quer-se sem candeia.
Não há maior asneira do que dois a acender uma candeia.[299:154]
Nem bois à noite, nem mulher à candeia.
Pobre sem dinheiro é candeia sem azeite.[368:258]
Quem quiser ver o aranhão é meter-lhe a candeia na mão.[150:107]

Como já dissemos, a comodidade da luz eléctrica remeteu praticamente todas estas locuções para o domínio do esquecimento.

• Candeias na literatura.

As candeias de azeite (ou de outros óleos, que frequentemente se designavam também com este vocábulo) atravessaram os séculos e perpassaram inúmeras obras literárias. Todavia, com frequência, nas obras mais antigas, devido à ambiguidade do termo, ficamos sem saber bem se o vocábulo se referia a vela ou a candeia propriamente dita.

Um dos vários casos em que candeia significa indubitavelmente vela, é o *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico*, que Duarte Madeira Arraiz (c.1600-1652), médico e físico-mor de D. João IV, publicou em 1647. O *morbo galico* era a sífilis, e um tratamento que então se julgava ser bastante eficaz envolvia o mercúrio, quer purificado, quer sob forma do mineral cinábrio (sulfureto de mercúrio: HgS). Numa das primeiras vezes que nessa obra se utiliza o termo candeia é no seguinte tratamento:

[...]. *O terceiro* [modo de aplicar é] *fazendo uma candeia de cinábrio e de cera, e acendendo-a, receber pela boca o vapor que dela exala, e com a mesma candeia defumar as chagas e tumores gálicos onde quer que estiverem.* [...].[136:321]

Parece também não haver dúvidas na passagem da *Crónica de D. João I*, escrita por volta de 1450, em que Fernão Lopes (c.1380-1460) descreve o milagre da Igreja dos Mártires:

[...]. *E foi maravilha na noite seguinte, que cristãos e mouros que velavam o muro da parte de S. Vicente de Fora, acerca de onde é feita uma capela que chamam um dos mártires que foram na tomada de Ceuta quando foi tomada aos mouros, que à meia-noite, velando alguns, viram vinte homens vestidos de vestiduras alvas, assim como sacerdotes, e quatro deles traziam na mão quatro círios acesos, e iam e vinham em procissão* [...].

Os do muro, quando viram aquesto, ficaram mui espantados e começaram a chamar outros, que olhassem tão grão milagre, e subitamente desapareceram [as visões]*. E logo nessa hora, falando uns com os outros em esto, viram nas pontas das lanças que estavam nas torres candeias acesas de claro lume, que durou acerca de uma hora.* [...].

E já antes disto, havia oito dias, chegara um homem de Montemor-o-Velho, [...], [que disse] *que uma segunda-feira, aos 11 dias daquele mês de Abril, sendo presentes Gonçalo Gomes da Silva e seus filhos, e outros muitos da dita Vila, chovera cera naquele lugar, tal como a que põem nas candeias. E trouxe amostra dela.* [...].[298:115-6]

Menos clara é a menção que delas é feita mais à frente, após o povo de Lisboa ter proclamado o Mestre de Avis regedor e defensor da pátria, mas em que a vitória não era completa, pois que o castelo tinha voz pela rainha. Perante as ameaças e os preparativos para o assalto, o alcaide decidiu pactuar, obrigando-se a dar a fortaleza se dentro de 48 horas não recebesse ordem ou socorro da rainha, que estava em Alenquer. Tal deixou o povo em grande ansiedade:

> [...]. *Os da cidade, como souberam que o castelo era preitejado, corriam todos pelas comarcas, e toda aquela noite foi posta grande guarda em toda Lisboa, dormindo ao arredor do monte com muitas candeias acesas, velando com grande cuidado para embargar qualquer ajuda, se acontecesse de vir, ao alcaide*. [...].[298:124]

Também não é claro o significado de *candeia* no Título LXXVIII das *Ordenações Filipinas*, compiladas em 1603, sobre as pessoas que andavam na rua depois do toque do sino de recolher:

> *Toda a pessoa que for achada depois do Sino de recolher, em qualquer lugar de nossos Reinos, sem arma, pagará 60 réis para quem o prender* [...].
> *E os que forem achados depois do Sino sem armas e com candeia acesa, ou lanterna, ou outro lume, indo pela rua para algum certo lugar, e bem assim os moços que não passarem de quinze anos, não serão presos, nem pagarão pena alguma.*[6:1225]

Independentemente do significado específico, Gil Vicente (*c.*1465-*c.*1536), dá-nos informações interessantes sobre o emprego das candeias em diferentes situações. Por exemplo, no *Auto de Mofina Mendes*, na altura do nascimento do Menino, a Virgem diz para a Fé (*sic*):

> [...]. *E o Deos dos anjos servido*
> *sanctus sanctus sem cessar*
> *lhe cantando,*
> *vereis em palhas nacido*
> *sem candea e sem luar*
> *sospirando.*
> *E porque a noyte he quasi mea*
> *e sam horas que esperemos*
> *seu nacer*
> *yde Fee por essa aldea*
> *acender esta candea*
> *pois outras tochas não temos que acender.*[420:f24]

Quando a Fé volta sem lume na candeia, S. José diz para Maria (*sic*):

> *Nam vos anogeis senhora*
> *pois estais em terra alhea*
> *ser o parto sem candea*
> *porque as gentes dagora*
> *sam de muy perversa vea.*
> *Todos dormem a prazer,*
> *sem lhes vir pella memoria*
> *que per força ham de morrer*
> *e nam querem acender*
> *a sancta vella da gloria.*[420:f24v]

Também no *Auto da Lusitânia*, escrito em 1531 por ocasião do nascimento do príncipe D. Manuel, filho do rei D. João III, Gil Vicente faz alusão ao costume, já acima aludido, de colocarem uma vela na mão das pessoas que estavam a morrer. Na segunda parte da farsa, da união entre a ninfa Lisibea e o Sol nasce Lusitânia, que herda a beleza materna. Lusitânia desperta em Portugal, um caçador grego, profundo interesse. Lisibea morre, e é enterrada no local onde se veio a edificar a cidade de Lisboa. Lusitânia e Portugal acabam por casar. A passagem seguinte é de um diálogo entre Dinato e Berzebu, que estavam encarregues de relatar a Lúcifer tudo o que se passava (*sic*):

> *Ber. Nam se poderaa cuydar*
> *mal que a gente nam adore,*
> *louvemos seu descuydar,*
> *que o mundo quer se finar,*
> *e nam ha hi quem no chore.*
> *Din. Nem soomente quem o crea*
> *nem sentem as criaturas*
> *que há de morrer sem candea*
> *e espirar aas escuras*
> *como triste em terra alhea.*[419:f244v]

Também no *Auto da Exortação da Guerra*,, representada perante rei D. Manuel, em Lisboa, em 1514, aquando da partida do Duque de Bragança para Azamor, no Norte de África, Gil Vicente menciona a candeia logo no prólogo, quando o clérigo nigromante diz *conhecer modos de encantamentos / quais nunca soube ninguém / artes para querer bem* (*sic*):

Farey por meo vintem
que uma dama muito fea
que de noyte sem candea
nam pareça mal nem bem.[415:f156v]

Por último, na exemplificação da diversidade de situações em que Gil Vicente utiliza o termo candeia, referimos o *Pranto de Maria Parda*), representada em 1522. No ano de 1521, em que uma grande seca e os efeitos da peste tinham sido desastrosos para Lisboa, e em que foi lançado um novo imposto régio sobre o vinho, o autor põe Maria Parda, uma mulher velha, alcoólica e possivelmente mestiça (parda), a deambular pelas ruas da cidade procurando nas tabernas quem lhe venda vinho fiado. Ao pedir à taberneira Biscaínha, associa mais uma vez a candeia à morte (*sic*):

Oh senhora Biscainha,
fiay me canada & meya,
ou me day huma candea,
que se vay esta alma minha.
Acuie, minha querida,
que tenho a madre cahida:
& cerra-se o gorgomilo,
em quanto posso engolilo.[418:n/p]

Apontamos, apenas como mais um exemplo da ambiguidade da utilização do vocábulo *candeia*, que tanto significava vela, como o utensílio que funcionava com azeite, os *Colóquios dos Simples e Drogas*, de Garcia de Orta (1501-1568) ,, publicado em Goa em 1563. No Colóquio 44, dedicado às pedras preciosas, utilizando, como sempre, conversas imaginárias entre Orta (OR) e Ruano (RUA), diz-se sobre os rubis (grafia actualizada):

[...]. *RUA. E dos rubis e do carbúnculo que me dizeis?*

OR. Digo que, debaixo deste nome de rubi, se contêm muitas espécies, e a mais principal se chama em grego antrax, e em latim carbunculus, que tanto quer dizer como brasa acesa.

RUA. Essa queria eu ter para mim, e não para gastar na botica, porque ouvi dizer desta que alumiava de noite.

OR. Não creiais isto, que são ditos de velhas.

RUA. E não vistes vós, ou ouvistes dizer que a havia?

OR. Nunca a vi. Verdade é que um lapidário me disse que contara em uma mesa uns poucos de rubis muito finos que vieram de Ceilão, muito miúdos, a que chamamos rubis de corja, [...], *e diz que ficou um metido entre as dobras da mesa, e que de noite, às escuras, parecia a mesa que tinha uma faísca de fogo, e foi à mesa com uma candeia, e achou-se um rubi muito pequeno, e que desde que o tirou nunca mais apareceu a faísca na mesa. Se isto é verdade ou mentira, não o sei.* [...].[325:f166]

Deixemos as obras mais antigas, e passemos às mais recentes, onde o termo *candeia* é indubitavelmente aplicado às luminárias que funcionavam com azeite (ou qualquer outro óleo). São muitas as referências a candeias na literatura lusófona, e não poderia ser de outra forma visto que eram uma das principais formas de iluminação artificial. Disso daremos apenas alguns exemplos. Em *As Pupilas do Sr. Reitor*,, de Júlio Dinis (1839-1871), publicado em 1866 em folhetins no *Jornal do Porto* e em livro no ano seguinte, no capítulo III, na parte inicial do romance, numa noite de Inverno, a mãe de Clara deitou-se com a filha às nove horas, mas obrigara Margarida (meia-irmã de Clara) a ficar a pé até concluir a fiação de que a incumbira:

> [...]. *Era, como disse, no Inverno; fazia um frio excessivo. A lareira estava apagada já. Da parede defumada pendia uma candeia, cuja luz bruxuleante era a única a iluminar o recinto. O vento assobiava nas inúmeras fendas da porta da cozinha e entrava em correntes impetuosas pelo tubo da chaminé, indo inteiriçar os membros regelados da desditosa criança, que, só a custo, podia já suster a roca e torcer o fio para terminar o trabalho.* [...].[240:42]

Outro exemplo, dos muitos possíveis, é de *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós (1845-1900), originalmente publicado em 1875. Ao falar do tio Esguelhas, o sineiro, que em novo tinha perdido uma perna andando á caça, diz-se:

> [...]. *O tio Esguelhas tinha quase cinquenta anos. Uma bala levara-lhe uma perna andando à caça, em novo.* [...]. *Todos se riam com os seus gracejos, as suas cantigas, a gesticulação violenta da sua muleta. Mas não se riam a mal,* [...]. *No entanto era sensível e condoído; às vezes recolhia crianças miseráveis que pediam;* [...]. *Quase nunca tinha dinheiro e quando não podia beber repicava os sinos.* [...]. *O seu amigo íntimo era o coveiro. Às vezes ia ao casebre dele, à beira do cemitério, fazer merendas. Á noite, à candeia, lia as* Aventuras de Carlos Magno *e dos* Doze pares de França*. Tinha tomado uma grande afeição a Amaro e dizia sempre: Por ele era capaz de perder a outra perna!* [...].[358:243]

Um pouco mais à frente, o padre Amaro e Amélia sobem ao quarto do tio Esguelhas:

> [...]. *Amaro subia adiante para o quarto do sineiro fazendo ranger a escada. O quarto tinha uma janela sem vidraça, com um pequeno parapeito de pedra onde, numa panela rachada cheia de terra, florescia um pé de salsa. O tecto era de traves chegadas ao telhado. Ao pé da cama, que era uma enxerga de palha, com velhas mantas esburacadas e enegrecidas, uma candeia pendia de um prego e por cima, pela parede, estendia-se, como um penacho escuro e direito, um longo sulco de fumo.* [...].[358:246]

Em *O Lapso*, conto de Machado de Assis (1839-1908)) integrado em *Histórias sem data*, de 1884, o autor narra, num estilo irónico, a história de como o médico holandês Jeremias Halma, que cuidava das doenças da alma, curou o abastado Tomé Gonçalves de sua doença imaginária, o *lapso*, que o impossibilitava de compreender porque é que devia pagar os produtos que consumia. Três dos credores vão a casa do médico, que lhes diz ter uma droga curativa miraculosa para o aludido *lapso*, mas que embora tivesse relacionamento com Tomé, *não era familiar da casa do enfermo*, pelo que *não podia ir oferecer-lhes os seus préstimos.* A solução seria os credores suportarem os custos da cura. Os credores:

> [...]. *Mudos, perplexos, consultaram-se com os olhos. Os do alfaiate, como os do cabeleiro, exprimiram este alvitre desesperado: quotizarem-se os credores, e* [...] *convidarem o Dr. Jeremias à cura* [...]. *Mas o ilustre Mata viu o perigo de uma tal propósito, porque o doente podia não ficar bom, e a perda seria dobrada.* [...]. *Foi então que o Mata* [...] *advertiu que as suas primeiras palavras tinham comovido o médico, e tornou às lagrimas das famílias, aos filhos sem pão, porque eles não eram senão uns tristes oficiais de ofício ou mercadores de pouca fazenda, ao passo que o Tomé Gonçalves era rico. Sapatos, calções, capotes, xarope, cabeleiras, tudo o que lhes custava dinheiro, tempo e saúde... Saúde, sim, senhor: os calos de suas mãos mostravam bem que o ofício era duro e o alfaiate, seu amigo, que ali estava presente, e que entisicava, às noites, à luz de uma candeia, zás-que-darás, puxando a agulha...* [...].[138]

O médico acabou por curar Tomé, que pagou aos credores. Quando morreu só devia a uma pessoa, ao médico que o tinha curado.

Também na bem conhecida *Trova do tempo que passa*, escrita em plena ditadura, incluído em *Praça da Canção*, de 1965, primeiro livro de poemas de Manuel Alegre (1936- ...), que então foi proibido dela censura, a candeia está presente:

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.

Pergunta aos rios que levam
tanto sonho à flor das águas
e os rios não me sossegam
levam Sonhos deixam mágoas.

[...]. *Mas há sempre uma candeia*
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.

mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não.[108:102]

Para terminar, fazemos alusão a um exemplo já do século XXI, o de *O chapéu de fitas a voar*, de Agustina Bessa-Luís (1922-2019):

> [...]. *A retrete antiga tinha um assento baixinho para as crianças, e Lourença nunca vira nada assim, tão cómodo e agradável. Era preciso ter respeito pelas crianças para mandar fazer aquilo. Melhor do que um urso de peluche, muito melhor. Quando era mais pequena, Lourença sentava-se lá e Tia Amélia fazia-lhe companhia, se era noite escura. Pendurava a Candeia na chave da porta e punha-se a falar. Nunca tinha pressa para nada, e uma criança pequena aprecia isso. Contava o que acontecia todos os dias e também histórias muito antigas.* [...].[159]

Estes são apenas alguns poucos exemplos das muitas referências a candeias existentes na literatura lusófona, objectos esses que agora foram removidos para as brumas da história e que são já desconhecidos para a maioria da população (a não ser, por vezes, como peças ornamentais). Todavia, como já referimos, subsistem ainda nalguns provérbios e locuções, como *candeia que vai à frente alumia duas vezes*, no sentido de quem se adianta melhor se arranja, e *andar de candeias às avessas com alguém*, ou seja, estar zangado com alguma pessoa, embora estejam em franco caminho para o esquecimento.

XI

Caneta de aparo (e a história das canetas).

Figura 24 – Caneta de aparo.

• Intróito.

Sucessoras directas das *penas* usadas durante séculos, as chamadas *canetas de aparo* foram, durante cerca de século e meio, o utensílio mais eficaz para escrever. Tinham a vantagem sobre os lápis de não se poder apagar facilmente o que tinha sido escrito. Tinham, também, vantagens óbvias sobre as *penas* tradicionais: a ponta não precisava de estar sistematicamente a ser aparada para produzir traços finos, além de que, como tinham preços acessíveis, a sua utilização podia começar logo pouco após as crianças se iniciarem na arte de colocar simbolicamente no papel, através de letras desenhadas, esboços de ideias concretas ou abstractas. Normalmente designadas por *canetas de aparo,* o nome advém da parte essencial desses objectos, o *aparo*, ou seja, a ponta ou bico metálico com que se escrevia.

O vocábulo *aparo* deriva do infinitivo latino *apparāre*, que deu, em português, o verbo *aparar*, utilizado com várias acepções, incluindo cortar os excessos, desbastar e aguçar. O substantivo constitui, certamente, uma alusão às antigas penas de aves utilizadas na escrita que, com frequência, precisavam que a ponta fosse *aparada* ou aguçada. O aparo moderno, metálico, foi inventado em Inglaterra em finais do século XVIII, mas só em 1822, quando a patente expirou, é que começou a ser produzido industrialmente, em Birmingham. O sucesso foi tal que, em meados desse século, já havia nessa cidade quase um milhar de fabricantes de aparos.

Nas antecessoras destas canetas, as verdadeiras *penas* (como dissemos, feitas de penas de aves), era a extremidade do cálamo (a ponta oca) que se mergulhava na tinta; como a parte inferior estava cortada em bisel, tal permitia que se fossem desenhando os traços correspondentes a letras, e a

tinta acumulada no pequeno canal ia progressivamente saindo, por gravidade, para o suporte (papel) onde se escrevia. Porém, o diâmetro do cálamo é pequeno, pelo que era preciso aprender a segurá-lo com precisão para conseguir uma boa caligrafia. Quando a pequena quantidade de tinta contida no interior do cálamo se esgotava, era necessário molhar novamente a ponta na tinta. Como são constituídas por queratina, à medida que se ia escrevendo a ponta ia-se desgastando, começando o traço a ficar mais grosso. Era preciso, então, afiar ou *aparar a pena*, isto é, cortar novamente a ponta em bisel para que ficasse outra vez fina, o que exigia alguma perícia. Como é evidente, com a passagem do tempo e a repetição do *aparar da pena*, estes instrumentos ia ficando progressivamente mais pequenos.

As canetas de aparo eram, na essência, como as penas: tinham uma haste ou cabo de madeira, com menos frequência de outro material, o qual correspondia, nas penas, à ráquis (a parte central ou eixo da pena, de onde saem os dois vexilos ou conjuntos de barbas); e havia o *aparo*, equivalente à ponta do cálamo das penas. Como os novos aparos das canetas eram metálicos, tinham a vantagem de não precisarem de ser periodicamente aparados ou afiados; quando muito, eram substituídos. A extremidade inferior do cabo era provida de uma peça metálica, o *porta-aparo*, concebida para que nela se encaixasse o aparo.

Os aparos funcionavam também por capilaridade e por gravidade: quando era mergulhado na tinta, uma pequena quantidade desta aderia à parte de baixo, especialmente concebida para o efeito. A tensão superficial mantinha essa pequena quantidade de tinta aderente ao aparo, na zona onde havia um orifício de ventilação. A escrita era possível porque, como referimos, a gravidade fazia com que a tinta fosse escorrendo para baixo, em direcção à ponta do aparo, e desta para o papel.

Figura 25 – Antigo conjunto de secretaria, com tinteiro de porcelana, do lado direito, papel mata-borrão, do lado esquerdo, relógio central e, à frente, concavidade para colocar a caneta.

Embora as canetas de aparo só tenham aparecido no século XIX, é curioso verificar que a maior parte da terminologia a elas associada é muito antiga, muito anterior à divulgação desta inovação. Antigamente, o vocábulo *caneta*, com este sentido, quase não era utilizado: o termo usado era

pena, por vezes grafado como *penna* para o distinguir de *pena* (com a acepção de castigo). Era à ponta da *penna*, que terminava em bisel, que se chamava *aparo* (pois que, como já se disse, precisava periodicamente de ser *aparada*, isto é, cortada).

As canetas de aparo tinham associados alguns objectos que eram quase intrínsecos, entre eles o *tinteiro* e o *papel mata-borrão* (a que fazemos alusão noutro capítulo). Os tinteiros eram feitos com materiais diversificados, desde a prata e o ouro, profusamente decorados, que tendiam a expressar o nível social e cultural dos proprietários, até aos de porcelana branca, embutidos nos tampos das carteiras das escolas, que foram usados pelo menos até à década de 60 do século XX. O *papel mata-borrão* era, também, imprescindível. Como a tinta demorava a secar, pressionava-se um pouco este papel sobre o que acabara de se escrever para absorver o excesso de tinta.

A caligrafia era uma arte. Normalmente, no dia-a-dia, as pessoas escreviam num tipo de letra *cursiva*, em que as letras das palavras são, em geral, ligadas umas às outras, sempre mais ou menos com a mesma espessura, permitindo que, quase sem levantar o aparo do papel, se escreva uma palavra inteira. Era o que as crianças aprendiam quando iam para a escola. Porém, tanto por razões estéticas, como funcionais, usavam-se (principalmente os calígrafos) vários outros tipos de letras, como a *gótica* (angulosa e com linhas quebradas), a *redonda* ou *rotunda* (baseada num círculo inscrito num quadrado, apresentando, por isso, formas bastante arredondadas), a *bastarda* (inclinada para a direita, de traços grossos), a *bastardinha* (mais pequena) e a *grifa* (inclinada para a direita, como o itálico). Para desenhar diferentes tipos de letras era necessário cortar o bico da pena de forma apropriada, ou seja, era preciso fazer na pena o *aparo* adequado, o que exigia alguma arte, havendo manuais que os ensinavam a preparar. Por exemplo, Ventura da Silva (1777-1849), no livro *Regras metódicas para se aprender a escrever*, do início do século XIX, explicava que:

> [...]. *Carece também de um bom Canivete para aparar as penas, o qual, para melhor comodidade, deve ter uma única folha, e esta delgada, e que acabe da parte do fio da direita. O cabo deste instrumento convém seja plano, por se acomodar melhor na mão.* [...].[386:46]
>
> *Um dos atendíveis objectos da Arte de Escrever é o saber aparar as penas com os aparos próprios e indispensáveis para os diferentes tamanhos de letras que tivermos de formar, pois sem isso ficaria infrutuoso e de nenhum proveito todo mais ensino da Arte* [...].[386:51]
>
> *Para se aparar uma pena toma-se esta com a mão esquerda, e com a direita (sendo a primeira vez que se aparar) tira-se-lhe a terça parte inferior da rama de um e outro lado, para que a pena fique liberta entre os dedos.* [...]. *Feito isto, pega-se na perna virada da parte do lombo, com os três dedos polegar, índice e maior da mão esquerda, e com o canivete, o qual deve estar bem afiado, corta-se-lhe o maior brando na extremidade inferior, e virando depois a pena pela frente, perfilando-a bem, para que o aparo não fique inclinado para algum dos lados, mas sim à frente da pena, dá-se-lhe o primeiro talho, cuja altura deve ser em proporção da grossura da pena,* [...]. *Este talho, que figura o canal do aparo da pena, desbasta-se até o meio da sua grossura, mirando-se dos lados para que não fique mais alta de uma que da outra parte.* [...]. [...] *talha-se o primeiro lado do aparo, e medindo pela frente a outra parte oposta da pena, para que ambas fiquem da mesma altura, corta-se o segundo lado.* [...]. *Finalizado isto, dá-se a racha para se formarem os bicos, a qual deve ser dada em cima de madeira rija e lisa, pois de contrário ficará falhado o corte.* [...].[386:52-3]
>
> *O aparo da pena para a letra portuguesa, é o inverso do aparo para a letra inglesa* [...].[386:105]
>
> [...] *o aparo geral da pena, que serve para se escrever as letras* Grifa, Romana *e* Gótica, *o qual deve ter os bicos iguais tanto em grossura, como em altura, e o seu corte metade da altura dos lados,* [...].[386:106]

[...] *o aparo da pena com que se obra a letra* Aldina*, o qual deve ter os bicos iguais em altura e grossura, segundo for necessário, para o tamanho da letra que se quiser escrever.* [...].[386:141]

Quando, no início do século XIX, se divulgaram os aparos metálicos, houve necessidade de os produzir com diferentes formatos (figura 26), os quais emulavam os vários aparos cortados nas pontas das penas de escrever para se desenharem os diferentes tipos de letras. Com a passagem do tempo, em meados do século XX os aparos *normais* tornaram-se francamente dominantes, subsistindo os outros apenas em trabalhos especializados.

• Canetas (e outros) nos dicionários.

Os primeiros dicionários envolvendo a nossa língua eram de português (lusitano) e latim ou vice-versa, pois que o latim era ainda considerado ser a língua culta, embora a língua portuguesa se estivesse a impor definitivamente, mesmo nos meios eruditos. Apesar do vocábulo *caneta* estar ausente dessas obras, estão aí inclusos outros termos relevantes. Por exemplo, o *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, de Jerónimo Cardoso (1508-1569), publicado em 1562, contém os verbetes (*sic*):

Aparo. Apparatio, onis, cuspis, dis.[202:f16]
Pena de escrever. Calamus, i, pẽna, æ.[202:f84v]
Risco de pena. Transversus calamus.[202:f94]
Tinta. Attramentum.[202:f100]
Tinteiro. Attramentarium.[202:f100]

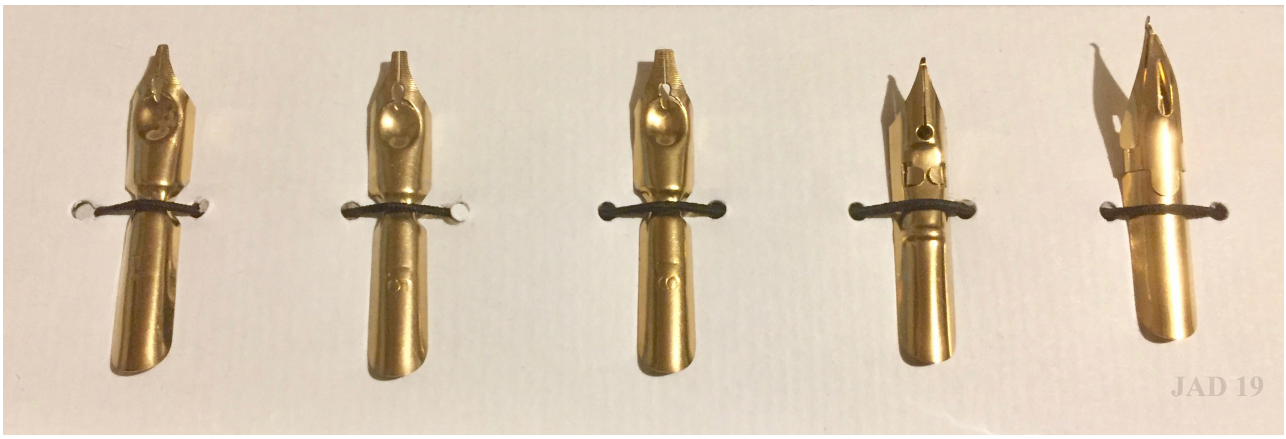


Figura 26 – Diferentes tipos de aparos, cada um para uma forma distinta de caligrafia.

Nesse dicionário, Cardoso escreve *pena* (só com um *n*), não contemplando, em português, a palavra *penna* (com *n* dobrado). No entanto, o gramático Duarte Nunes de Leão (1530-1608), na sua *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, de 1576, recomendava que se utilizasse:

Penna, por pluma, porque por castigo é com n singelo.[290:f46v]

Aliás, tal viria a ser reafirmado em 1666 por Bento Pereira (1605-1681) nas suas regras gerais ortográficas, onde, na lista de *palavras, que tendo diversa significação, só se distinguem no escrever, por umas terem letra singela, outras dobrada,* inclui:

Pena, castigo. *Penna,* plumas de aves.[340:n/p]

No entanto, o mesmo Bento Pereira, em 1647, no seu *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, não fazia tal distinção:

Pena das aves. Pluma, æ. Penna, æ.[337:f74v]

Pena de escrever. Calamus, i.[337:f74v]

Pena ou castigo. Pæna. æ. Supplicium, ij.[337:f74v]

Pena de dinheiro. Mulcta, æ.[337:f74v]

Em 1734 tal distinção seria reiterada por Madureira Feijó (1688-1741) na sua *Orthographia ou arte de escrever* (*sic*):

Pena *e* Penna. *A primeira he o castigo, que se dá, e sentimento, que se padece. A segunda he a penna de escrever, e a das áves.*[251:433]

Entre outros, também Luís do Monte Carmelo (1715-1785) expressaria tal distinção em 1767 (*sic*):

Pênna, as, das aves, e com que se escreve. Pêna he castigo. [...].[206:383]

Curiosamente, no século XIX, voltar-se-ia à forma *pena*, sem distinção entre pena das aves, pena de escrever e pena castigo.

Em 1611, o dicionário de Agostinho Barbosa (1589-1649) também não faz tal distinção. Embora não tenha o termo *aparo*, inclui:

Aparar penas para escrever. Aptare calantum ad scribendum.[149:c89]

Pena de escrever. Calamus.[149:c831]

Tinta. Atramentum.[149:c1034]

Tinteiro. Atramentarium.[149:c1034]

Mais tarde, em 1647, no já referido *Thesouro da Lingua Portuguesa*, Bento Pereira (1605-1681) contemplou também esses termos (*sic*):

Aparar a pena. Calamum aptare, temperare.[337:f11v]

Aparo de pena. Crena, æ.[337:f12]

Risca de pena. Calamus tranversus.[337:f84v]

Tinta. Attramentum, i.[337:f91v]

Tinteyro. Attramentarium, ij.[337:f91v]

Os dicionários referidos envolviam a correspondência entre termos portugueses e latinos, não sendo, portanto, explicativos. É no monumental *Vocabulário Português e Latino,* de Rafael Bluteau (1638-1734), publicado entre 1712 e 1728, que encontramos explicação consubstanciada destes e de outros vocábulos. Tal como outros autores da altura, Bluteau faz a distinção entre *penna* e *pena*. Alguns extractos relevantes dessa obra:

APARADO. Vid. *Aparar.* [...]. *Pena bem aparada, no sentido metafórico, se diz de quem escreve bem, e com elegancia.* [...].[162:417]

APARAR [...]. *Aparar a pena com canivete.* Calamum *ou* pennam scalpello acuere ou exacuere. [...]. *O aparar a pena.* Calami præparatio onis. [...] [162:417]

APARO, Aparo de penna. (Se por esta palavra se entende o talho na ponta da penna para escrever). [...].[162:419]

CANIVETE. [...]. *é um ferro, a modo de faca pequena, com que se aparam as penas.* [...].[163:c105]

DESENCALHAR. [...]. *Desencalhar a penna. Metaforicamente, Começar a escrever.* [...].[164:d129]

ESCREVER. Formar com a penna caracteres, que são retratos do pensamento e da falla. [...]. *Tinta para escrever.* Atramentum librarium. [...].[164:e225-6]

ESCRIVANINHA. Caixa, em que se traz o necessario, para escrever, como pennas, tinta, canivete, etc. [...].[164:e228]

ESCRIVÃO. O que escreve actos públicos. Oficial de pena, que ganha a vida com as pontas dos dedos. [...].[164:e226]

ESTILO. [...]. *Antes da invenção do papel escreviam os antigos em lâminas de chumbo, em tábuas engessadas ou cobertas de cera, com um ponteiro, ou pena de ferro, a que chamavam* Stylus*, donde procedeu que a frase e o modo de compôr também foi camado Estilo.* [...]. *Estilo, ou Stilo. Ferrinho agudo, com que os Antigos escreviam nos seus memoriais.* [...]. *Nas tábuas enceradas se formavam as letras com um* Stilo, *que era como pena de latão, e da parte inferior era agudo.* [...].[164:e320]

GARABULHA. [...]. *Escritura de má letra, que se não pode ler, Garabulha de pena mal aparada. etc.* [...].[165:g29]

LÁPIS. Pedacinho de greda, massa, carvão, ou mineral, com ponta que serve para marcar, escrever, riscar, debuxar, &c. [...].[166:39]

LIMPO. [...]. *Pôr alguma cousa em limpo. Tirá-la do borrador, e torna-la a escrever em outro papel com mais cuidado, para que se possa ler mais facilmente.* [...].[166:134]

PENA [...]. *Pena de escrever. As penas dos patos são as mais usadas, as dos Cisnes são as maiores; para a letra miúda são boas as dos corvos.* [....].[167:397]

PENADA. Um rasgo de pena ou a figura de qualquer letra formada com a pena. [...]. *Penada algumas vezes vale o mesmo que palavra formada com a pena. Neste papel não tenho dado penada.* [...].[167:398]

POEDOUROS. Fios de seda ou de outra matéria, que se embebem com a tinta do tinteiro para a comunicar à pena. [...].[167:566]

RISCA. Tiro de pena com que fica a escritura riscada. Vid*. Riscadura*.[168:343]

RISCADO. Apagado com riscos da pena ou outra cousa semelhante, [...].[168:345]

RISCADURA. Risco de pena sobre cousa escrita. [...].[168:344]

TINTA. Há muita diferença de Tintas*, a mais comua* [comum] *e mais usada é a com que escrevemos. É um licor composto de quatro partes de vitriolo Romano ou caparrosa verde, duas partes de galha, uma parte de pedra hume de rocha, outra de goma Arábica, tudo cozido em água, ou vinho, ou água-ardente, com um pouco de açúcar candil para lhe dar algum lustre.* [...].[169:169]

TINTEIRO. O vaso, em que se molha a pena para escrever. [...]. *Ficar uma cousa no tinteiro. Diz-se quando se deixa de escrever alguma cousa.* [...].[169:169]

De uma ou de outra forma, estes termos continuaram, de modo geral, a ser incluídos nos dicionários até meados do século XIX. Entretanto, no início do século XIX, começaram a divulgar-se os *aparos metálicos*, continuando o instrumento de escrita a designar-se por *pena* (então ainda grafado *penna*). Os dicionários portugueses ignoraram essa inovação durante algum tempo, continuando a consignar *aparo* ao *talho da pena para poder escrever*[224:89]. A palavra *caneta* (diminutivo do termo do grego *Kánna*, através do latim *canna*, com o significado de cana, talo) parece ter surgido na primeira metade do século XIX, mas designando outro instrumento de escrita e de desenho, que tinha por base o *lápis*. A primeira vez que encontrámos o vocábulo foi no *Novo Diccionario critico e etymologico da Lingua Portugueza, de 1836* (*sic*):

CANNETA, s. f. dim[inutivo] *de Canna, tubo de metal onde se mette o Lapis para debuxar.*[224:216]

Em 1842, no *Diccionário da maior parte dos termos homónymos, e equívocos da lingua portugueza,* António Maria do Couto (1778-1843) é um pouco mais explícito:

Portalápis, *lapiseiro ou caneta, em que anda o lápis como em caixa para se não quebrar.*[229:311]

Na segunda metade do século XIX, a evolução dos instrumentos de escrita viria a fazer com que o instrumento onde se metia o lápis adquirisse a designação definitiva de *lapiseira* (que depois progrediria para as de *minas*, ou seja, de hastes de grafite), e *caneta* passaria a indicar a pequena vara, em geral de madeira, onde, na extremidade, se adaptava o *aparo metálico* (e que, depois, viria a evoluir para as *canetas de tinta permanente* e, mais tarde, para as *esferográficas*).

A definição de *caneta* expressa em 1836 (para meter o lápis) manteve-se nos dicionários seguintes. Foi só no *Thesouro da lingua portugueza*, de Domingos Vieira, de 1873, que o vocábulo *caneta* adquiriu mais ou menos a acepção que hoje lhe damos[421:467], embora se possa inferir que o termo com este significado ainda não estava consolidado na altura, continuando a ser mais vulgar falar-se em *pena*, o que parece ser confirmado pelas referências existentes em obras literárias coevas. Na realidade, até praticamente ao início do século XX, o mais vulgar é encontrar-se simplesmente alusão às *penas*, tornando-se por vezes difícil perceber se o autor fala nas velhas penas de ave ou nas penas com aparo de metal. Outras vezes os autores são mais específicos, tendo usado as formas *penas de aço*, *penas de ferro* ou *penas metálicas*, sendo pouco frequente encontrarem-se referências a *canetas*. Este termo só se viria a tornar dominante com a entrada do século passado.

Nesse aspecto é interessante comparar as definições de alguns termos relevantes existentes no *Novo diccionario da lingua portugueza*, de Eduardo de Faria (1823-*c.*1860), publicado em 1849, e no *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da lingua portugueza*, de Domingos Vieira (1775-1857), publicado postumamente, entre 1871 e 1874), pois que tal permite constatar a rápida evolução que então se verificou nos instrumentos de escrita. Marcamos com sublinhado as diferenças mais relevantes:

Novo diccionario da lingua portugueza (*sic*)	*Thesouro da lingua portugueza* (*sic*)
APARO, talho que se dá no bico da penna para poder escrever.[247:143]	*APÁRO, (Do verbo aparar.) Talho ou córte que se dá na ponta da penna. Para escrever. <u>Desde que se usam pennas de ferro, dá-se a estas o nome de aparos ou</u>* <u>bicos</u>*.*[421:467]
CANÊTA, dimin[utivo] *de cana. —, (pint.) tubo de metal onde se encaixa o lapis para desenhar.*[248:c39]	*CANÊTA ou CANNÊTA, Diminutivo de Canna. Tubo metallico em que se encaixa o lapis para desenhar <u>ou a penna para escrever, e que no segundo caso é muitas vezes terminado por uma haste de madeira, osso, marfim, etc</u>.*[422:79]
PENNA, pluma, tubo, canal guarnecido de barbas ou de penugem que reveste o corpo das aves. [...]. *—s de escrever: as de pato, ganso, corvo, etc., com que se escreve.* [Penna], *(fig.) escrito. — bem aparada: estylo culto, apurado.*[249:371]	*PENNA, (Do latim 'penna'). Tubo natural guarnecido de plumagem que reveste o corpo das aves.* [...]. *— Penna de escrever.* [...]. *— Qualquer instrumento em forma de penna, com que se escreve.* [...]. *— Boa penna; aquelle que escreve bem.* — Deixar correr a *penna; demorar-se muito na matéria que se está escrevendo ou tratando.* [...]. *— <u>Penna metallica – Penas de aço; aparo de metal para escrever.</u>*[424:738]

Portanto, depreende-se dos dicionários que os dois vocábulos (*pena* e *caneta*) coexistiram durante algum tempo, embora o vocábulo *pena* fosse dominante no século XIX, e só lentamente é que o último termo se foi tornando preponderante na viragem do século. Por exemplo, o dicionário dito de Caldas Aulete, publicado em 1881, revela já alguma decadência da utilização das velhas formas

penas de escrever, substituídas por *aparos metálicos*, embora ainda com franca subsistência do termo *pena*. Por exemplo, diz-se aí:

> *Aparo, o corte que se dá à pena para escrever. Hoje que mui pouco já se usa das penas de ave para escrever, chamam-se aparos às penas de aço, de chifre ou de oiro que se encaixam num cabo ou caneta.* [...].[141:110]
>
> *Caneta* [grafado como *canneta*], *tubozinho em que se encaixa um lápis ou uma pena para se escrever ou desenhar.* [...].[141:276]
>
> *Pena* [escrito *penna*]*, orgão que cobre o corpo, das aves e se compõe de um tubo, de uma haste e de barbas* [...]. | *Tubo de pena de algumas aves, especialmente do pato, com que se escreve depois de convenientemente aparado.* | [...]. | *Pena de aço, bico semelhante ao de uma pena de pato depois de aparada e formado de uma plaquinha em meia cana de ferro ou de qualquer liga metálica. [Serve para com ela se escrever e substitui geralmente as antigas penas de pato].* [...].[142:1323]

Como se referiu, no século XX o vocábulo *pena,* com esta acepção, foi progressivamente desaparecendo, impondo-se definitivamente o termo *caneta*, o qual passou depois a significar o utensílio completo para escrever, incluindo o cabo (que era a *caneta* original), o aparo (embora se continue a falar do *aparo da caneta*) e mesmo, mais tarde, o próprio tinteiro interno, como acontece com as *canetas de tinta permanente* e as *canetas esferográficas*.

• Penas e canetas na *vox populi*.

As penas de escrever subsistiram durante tantos séculos, que deram origem a vários provérbios, aforismos e adágios, embora poucos em comparação com outros objectos, como *candeia*. Tal justifica-se porque a maior parte da população era iletrada, pelo que as penas de escrever pouco lhe diziam, em contraste com utensílios que utilizavam quotidianamente. Todavia, tais elocuções foram, entretanto, completamente esquecidas. Alguns desses ditos:

> *A pena e a tinta são as melhores testemunhas*.[233:25]
>
> *Abelha e ovelha e a pena de trás da orelha, e parte na igreja, desejava para seu filho a velha.*[238:168]
>
> *Ficar uma cousa no tinteiro. (Diz se, quando se deixa de escrever alguma cousa).* [...].[169:169]
>
> *O bom pagador não receia a pena* [penna, portanto de escrever].[238:69]
>
> *Pela pena o louco se faz sábio.*[166:186]
>
> *Pena bem aparada (que escreve bem e compõe com elegância)*.[162:417]

A voz popular adaptou-se à substituição das velhas canetas de escrever pelas modernas canetas, mas, no século XX, as circunstâncias eram já outras, com relacionamentos internacionais muito mais intensos, o que se reflectiu nas frases feitas, muitas das quais acabaram por atravessar fronteiras. Algumas delas que são ou eram utilizadas:

> *A caneta é mais leve que a pá.*
>
> *A caneta é mais poderosa que a espada.*
>
> *Mulher e caneta não se empresta.*
>
> *Não basta ter caneta, tem que ter tinta na caneta.*

• Evolução das canetas.

Como já referimos, no século XIX as velhas *penas de escrever* começaram a ser substituídas por *penas com aparo metálico*, isto é, por aquilo que depois viria a ser designado por *canetas de aparo.*

Porém, durante muito tempo continuaram a ser designadas por penas (de escrever), fossem elas feitas com penas de aves ou com outros materiais. O mesmo sucedeu nos países anglófonos, embora aí a situação seja um tanto dúbia, pois que o termo *penna*, derivado do latim, cedo foi abreviado para *pen*, vocábulo que seria depois aplicado às penas com aparo metálico, e é ainda hoje o que se utiliza para designar *caneta*.

Há muito que havia tentativas para acoplar às penas de escrever pontas metálicas, mas sem sucessos assinaláveis, até porque tais pontas eram produzidas uma a uma, artesanalmente. Foi uma fase importante no longo processo de confecção de instrumentos de escrita, de que o engenheiro britânico Luke Herbert fez uma boa síntese em 1836 (quando os aparos metálicos eram já de utilização geral na Grã-Bretanha:

> *Em tempos antigos, a escrita era executada com estiletes de metal ou outra substância dura, os quais, depois de algum tempo, foram substituídos por penas e tintas coloridas. As primeiras penas de escrever eram feitas de caniço ou pequenas canas duras, do tamanho das maiores penas de cisne, cortadas e divididas da mesma maneira que as penas usadas actualmente. Segundo Isidoro e alguns outros escritores, as penas foram inicialmente introduzidas por volta do ano 636; contudo, não entraram em uso geral até meados do século sétimo, e não se tornaram comuns até ao final do século oito. As penas* [cálamos] *de caniço continuam sendo utilizadas até ao momento para escrever algumas das línguas orientais e por artistas, para esboçar contornos. A maior parte das penas agora em uso é feita das penas do ganso, sendo as de cisne, peru, pato e corvo ocasionalmente utilizadas, as duas últimas exclusivamente para escritas ou desenhos muito finos. Como a confecção ou aprimoramento* [fazer o aparo] *das penas é, para muitas pessoas, difícil de realizar e, para todos, por vezes, inconveniente, foram feitas várias tentativas para fazer com que fosse preciso realizar a operação com menos frequência. Um desses métodos consistia em munir penas de peru com pontas ou bicos metálicos, com o que a sua durabilidade aumentava um pouco, embora às custas da elasticidade natural da pena, além de que a durabilidade não era suficientemente prolongada para compensar o custo adicional. Para acabar com a necessidade de ter de aparar com frequência as penas, o Sr. Bramah registou uma patente para aperfeiçoamento das penas, a qual consistia em dividir uma pena longitudinalmente, e cortá-la em quatro ou seis partes, de acordo com o tamanho do cálamo. Cada uma dessas peças formava uma pena — algumas duas, sendo aparadas em ambas as extremidades. As penas assim formadas eram presas num suporte* [cabo] *de prata, o que dava grande firmeza à pena e, ao mesmo tempo, permitia a acção livre das pontas.* [...].[277:276]

Com efeito, um dos problemas quando se escrevia com pena era que a ponta desta, ao escrever, se ia desgastando. Na realidade, a parte da pena que se pode utilizar para escrever é o cálamo, a parte tubular e oca que constitui a expansão do ráquis (eixo principal da pena), que se insere num folículo na pele do animal. Constituído por queratina, a ponta do cálamo que tinha sido afiada (aparada), ao roçar continuamente no papel, ia sendo desgastada, ficando progressivamente mais grossa e romba, o que obrigava a que fosse de novo aparada. A repetição deste processo ia tornado o cálamo sucessivamente mais curto, até chegar ao ponto dessa pena de escrever ter de ser abandonada, o que obrigava a utilizar-se nova pena. A quantidade de penas que então eram dadas como inúteis era muito grande. Apenas como exemplo, no início do século XIX, até 1822, só o Banco de Inglaterra adquiria anualmente cerca de um milhão e setecentas mil penas de escrever[123]. Compreende-se, assim, como era importante descobrir forma de substituir facilmente os bicos das penas, ou ter bicos mais duros, que se não desgastassem tanto. Uma passagem de uma carta escrita na altura traduz bem esse consumo de penas:

> *Em 1824 escrevi muito com uma pena de aço feita sob a direcção de James Perry* [que referimos mais à frente] — *uma pena que durou cerca de oito ou nove semanas, escrevendo oito horas por dia.* [...].[174:16]

Se uma caneta com aparo de aço durava *cerca de oito ou nove semanas*, as penas de aves, cujo cálamo é constituído por queratina, material muito mais brando, duravam muito menos.

O *Sr. Bramah* referido no extracto de Herbert era o serralheiro de fechaduras e inventor inglês Joseph Bramah (1748-1814) que, em 1809, desenvolveu uma máquina que permitia que várias pontas ou bicos fossem cortados de um só cálamo, permitindo que a produção de penas fosse muito mais eficiente, rápido e barato. No início da sua carta de patente (n.º GB 3260) diz-se o seguinte

> *O cano da pena* [cálamo] *é despojado da parte das barbas de modo que pode ser feita em cada extremidade um bico, ou, dividindo o cano longitudinalmente de uma extremidade à outra, podem ser produzidas quatro penas de escrever de uma só pena* [de ave]*; ou o cano pode ser dividido em três e até quatro partes e cortado transversalmente em dois, três, quatro e alguns mesmo em cinco partes, sendo feito um bico em cada extremidade dessas partes. Uma pequena vara direita e redonda, estreitada na extremidade, é o único cabo necessário para as primeiras; as últimas requerem um encaixe feito do cano de uma pena, prata ou outro metal, e são presas firmemente entre o encaixe e um cabo, empurrando-as para dentro dele. Foi feita uma máquina para a fabricação mais precisa dessas penas de escrever, da seguinte forma:* [...].[333:17-9]

Em 1822, o Banco de Inglaterra adquiriu 65 800 penas Bramah, e continuou a usar estes dispositivos de escrita até 1845[123]. Como é evidente, essas pontas, que vinham já devidamente aparadas, tinham de ser adaptadas a uma pena de escrever ou a um cabo. Pode dizer-se que eram as ancestrais das *canetas de aparo*. Isso mesmo é referido no final extracto acima, bem como na continuação do texto de Luke Herbert:

> [...]. *Foram feitas penas de escrever de chifre, mas também de tartaruga e de outras conchas* [carapaças]*, embora, até agora, não tenha havido qualquer aplicação útil de tais penas, pois que são mais caras e ainda menos duráveis do que as feitas de penas* [de aves]. *Foram feitas algumas tentativas bem-sucedidas de fazer bicos de penas de escrever com pedras preciosas, para que possam ser usadas muito tempo sem desgaste ou corrosão. Os primeiros foram introduzidos pelos Srs. Hawkins e Mordan, cujas especificações de 1823 referem que fazem uso de casca de tartaruga ou de chifre em vez de penas de aves, e que, quando o material é cortado em pontas ou bicos, essas partes são amolecidas em água a ferver e, em seguida, nelas são embutidas à pressão pequenos fragmentos de diamante, rubi ou outras pedras preciosas.* [...].[277:277]

Os *Srs. Hawkins e Mordan* aludidos eram o engenheiro civil John Isaac Hawkins (1772-1855) e o ourives Sampson Mordan (1790-1843), que eram também inventores, que, em 20 de Dezembro de 1820, registaram a patente (n.º GB 4742) de *Melhorias nos portadores de lápis ou porta rayons, e em penas, com o objectivo de facilitar a escrita e o desenho, tornando desnecessário o corte ou o fazer o aparo frequente dos bicos ou pontas*. No primeiro caso, eram *porta-lápis* (dispositivos que depois seriam designados por lapiseiras) que tinham um mecanismo interno que impulsionava para a frente, durante o uso, a mina de grafite, e que veio a ser um grande sucesso comercial. Quanto às penas aludidas, diz-se na carta de patente:

> [...]. *As melhorias nas penas consistem, primeiro, em fazer penas* [canetas] *de carapaça de tartaruga ou chifre, e em embutir nas pontas ou partes sujeitas a desgaste, quando são amolecidas com água quase no ponto de fervura, pequenas partículas de diamante, rubi ou outras substâncias muito duras.* [...]*. Em terceiro lugar, em colocar uma pequena porção de folha fina de ouro sobre um pedaço de carapaça de tartaruga, e nele pressionar o ouro enquanto está mole, for-*

> *mando depois a pena* [bico] *cortando conjuntamente o ouro e o material da tartaruga supérfluos. Em quarto lugar, em aplicar às pontas das penas de escrever, sejam estas feitas de casca de tartaruga, chifre ou penas de aves, pequenas partículas de diamante, rubi, etc., e fazendo com que as mesmas aí adiram por meio de qualquer verniz ou cimento não seja corrosível pela tinta.* [...].[333:24-6]

Não foram os únicos, na altura, a usar rubis, diamantes e outras pedras de elevada dureza na confecção de bicos para as penas (canetas). Referimos, apenas como exemplo, as *canetas perpétuas* confeccionadas por William P. Doughty por volta de 1825, cuja ponta era de ouro com fragmentos de rubis encrustados. Havia procura incessante de formas de tornar os bicos tão duros quanto possível, para que se não desgastassem com a escrita continuada. Com essa finalidade, começaram também a ser produzidos pontas de penas com metais preciosos que tinham sido recentemente descobertos.

No início do século XIX, os químicos ingleses William Hyde Wollaston (1766-1828) e Smithson Tennant (1761–1815) estabeleceram uma parceria para produzir e vender produtos químicos. Tendo o primeiro desenvolvido um método físico-químico que permitia processar minério de platina de modo a conseguirem-se obter quantidades apreciáveis e comerciáveis deste metal precioso, ao pesquisar os resíduos que ficavam acabou por descobrir, em 1802, um novo elemento que designou por paládio. Na continuação das investigações, descobriu, no ano seguinte, o ródio, e nesse mesmo ano Tennant viria a fazer a descoberta do irídio e do ósmio. Estes metais do grupo da platina são, em geral, muito resistentes ao desgaste, característica que os torna bastante úteis na confecção de pontas ou bicos do que então se chamavam penas de escrever. Assim, logo a partir da década de 20 do século XIX, esses metais, nomeadamente o irídio e o ródio, começaram a ser utilizados em ligas de ouro de aparos ou no seu revestimento, principalmente na parte da ponta. Todavia, devido ao seu elevado custo, tais metais (ou suas ligas) viriam a ser principalmente utilizados em aparos de canetas de tinta permanente.

A preparação das penas de escrever, fossem elas penas de aves completas ou apenas parte do cálamo, era feita artesanalmente. Porém, tudo começou a mudar na década de 20 do século XIX. Na Grã-Bretanha, nomeadamente em Birmingham, estavam a desenvolver-se processos de produção em massa que permitissem embaratecer o produto, mantendo simultaneamente a qualidade. Foi um processo que acabou por retirar a produção das oficinas artesanais, criando uma verdadeira indústria. Nessa cidade, John Mitchell (com seu irmão mais novo, William) começou, em 1820, por fazer industrialmente lâminas de faca, mas, a certa altura, decidiu utilizar as máquinas usadas para fazer botões de metal na fabricação de pontas de aço que pudessem ser adaptadas às penas de escrever. Com esse processo, conseguiu aumentar bastante a produção, reduzindo custos, o que permitiu que o preço de cada unidade passasse a ser mais modesto. Eses aparos de aço, que começaram a ser produzidos na década de 20 (figura 27a), tiveram tal sucesso que não só a sua empresa prosperou, como o irmão William Mitchell acabou por abrir um estabelecimento análogo em 1825, tendo depois sido seguido por outros.

No entanto, o cálamo das penas de aves continuou a ser usado ainda durante muito tempo. Continuando a seguir o exemplo do Banco de Inglaterra, apesar dos aparos de aço terem começado a ser aí usados em 1831, as penas patenteadas de Bramah continuaram a ser utilizadas, embora em progressivo declínio. O peso da tradição era tal, que a última aquisição de penas de escrever foi efectuada em Agosto de 1907[123].

Os aparos das canetas continuaram a evoluir. Entre os vários aperfeiçoamentos referimos a inovação de fazer um orifício no meio do aparo, introduzida em 1830 por Perry. Sendo professor, James Perry estava insatisfeito com a qualidade das penas de escrever existentes, pelo que começou a

confeccionar manualmente bicos de aço para uso pessoal. Vendo que outros também queriam os seus aparos, acabou por fundar em 1824, em Manchester, uma empresa para os produzir, a *James Perry and Co.*, e, perante os bons resultados, transferiu-se para Londres, onde fabricava e vendia não só penas de escrever, mas também outros artefactos relacionados com a escrita. Tentando sempre aperfeiçoar os seus aparos, registou em 1830 uma primeira patente (n.º GB 5933) desse desenvolvimento, onde refere o seguinte:

> *O aperfeiçoamento consiste em produzir penas de metal duro, fino e elástico, com a necessária flexibilidade e uma porção do comprimento que está cortada e fendida, as quais dificilmente excedem o das penas de aves para escrever. Neste objecto existe, em primeiro lugar, uma abertura central, espaço ou orifício de formato circular, oval, quadrado ou outro, aberto na ponta, entre o bico e os ombros, ou estendendo-se consideravelmente abaixo dos ombros e em direcção ao bico, em conexão com uma fenda central; em segundo lugar, fazendo entre o bico e os ombros uma ou mais fendas laterais em cada lado da fenda central, dela saindo ou ramificando-se.* [...].[333:29]

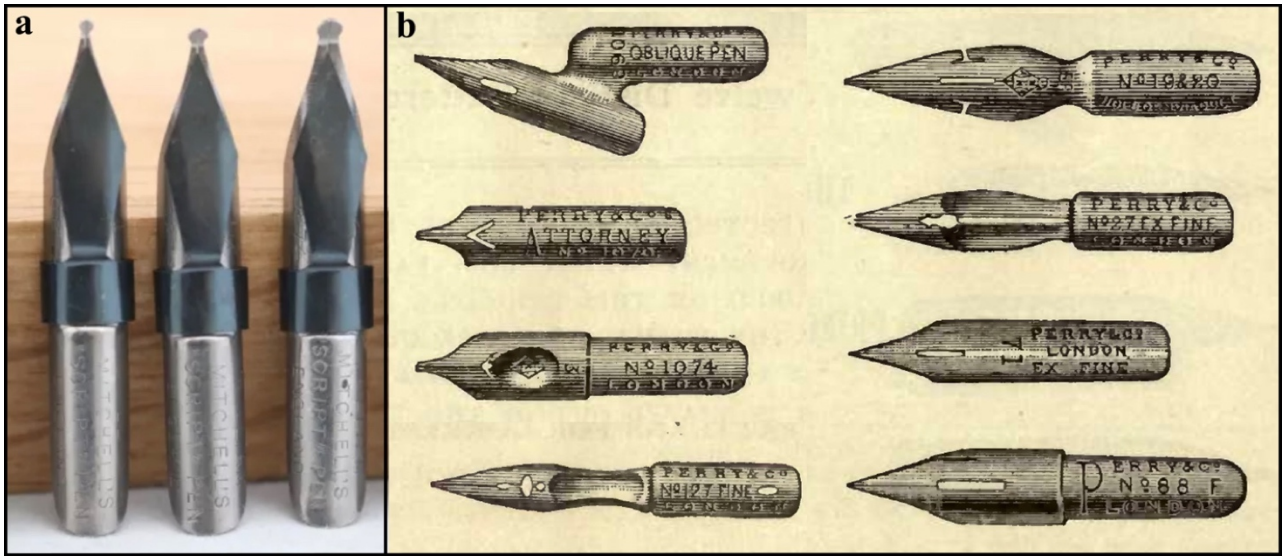


Figura 27 – a) Aparos fabricados por John Mitchell na década de 20 do século XIX. b) Alguns aparos produzidos pela *Perry & C.º* a partir da década de 30 do século XIX.

O orifício referido, tal como a fenda longitudinal, davam ao aparo maior flexibilidade e, por consequência, tornava a acção da escrita mais prática e cómoda, bem como mais adaptada a quem escrevia. Nos anos seguintes, James Perry registou patentes de vários outros melhoramentos (figura 27b). Na realidade, os aparos de Perry eram fabricados por Josiah Mason (1795-1881), que se tornou o maior fabricante de aparos da Grã-Bretanha.

Os aparos de aço (e de outros metais) tiveram grande divulgação em Inglaterra e noutros países na primeira metade do século XIX. Todavia, o mesmo não aconteceu em Portugal. Com efeito, poucos eram os que podiam beneficiar com essa inovação, pois que a esmagadora maioria da população era analfabeta. Já em 1878, o censo revela que 82,5% da população com mais de dez anos não sabiam ler nem escrever, e apenas 17,5% tinham recebido instrução elementar; a percentagem de analfabetismo atingia 75,0% na população masculina, ascendendo a 89,3% na feminina[244:22-3]. Nessas condições, o grosso da população portuguesa não precisava de aparos para nada...

As velhas penas de escrever (de aves) foram sendo progressivamente substituídas aparos metálicos e respectivos cabos, que continuaram a ser designados por penas. Estas, embora estas tenham sido recorrentemente usadas durante mais de um século, precisavam que o aparo fosse amiúde mergu-

lhado no tinteiro para continuar a escrever. Por esse motivo, desde há muito que se vinham fazendo tentativas de fazer canetas que tivessem um tinteiro no interior, evitando o repetitivo acto de mergulhar o aparo no tinteiro exterior. Foram muitos os exemplares que foram surgindo ao longo do século XIX, mas foi no último quartel desse século que as *canetas de tinta permanente*, como viriam a ser chamadas em Portugal, se começaram a impor. Foi o início do declínio das *canetas de aparo*, embora, como as outras eram relativamente caras, estas tivessem persistido até meados do século XX.

Como se referiu, há muito que se tentavam fazer canetas que pudessem ter tinta no interior, e disso há várias referências literárias. Por exemplo, o célebre diarista inglês Samuel Pepys (1633-1703), funcionário da administração naval inglesa, escrevia a 5 de Agosto de 1663:

> [...]. *Esta noite chegou uma carta de negócios do Sr. Coventry e, com ela, uma caneta de prata, que ele prometeu, para levar tinta dentro, o que é muito necessário.* [...].[335:239]

A ideia de fazer dispositivos de escrita que tivessem tinta no interior parece ter surgido da observação do funcionamento das penas de aves utilizadas para escrever: o cálamo destas é oco, de modo que constitui um reservatório natural de tinta quando é mergulhado no tinteiro, embora a quantidade de tinta aí armazenada seja muito reduzida, obrigando a que a ponta da pena seja mergulhada no tinteiro com muita frequência. Foi seguramente essa observação que estimulou os inventores a produzirem penas que pudessem ter no interior quantidade suficiente de tinta que evitasse estar sempre a mergulhar a ponta da pena no tinteiro.

Ao longo do tempo, muitas foram as propostas de canetas concebidas para tal. Uma dessas propostas, entre várias outras, foi a *Plume Sans Fin* (*Pena Sem Fim*), inventada em finais do século XVII pelo construtor de instrumentos científicos Nicholas Bion (1652-1733). Tratava-se de uma espécie de pena de escrever, que, ao contrário das de aves que eram usadas na altura, tinha incorporado uma espécie de depósito de tinta. Era constituída por três elementos: um corpo tubular e oco que continha a tinta; uma espécie de tampa numa das extremidades; a outra extremidade era roscada por dentro, sendo aí enroscada a pena de ganso. Em 1709, no seu *Traité de la construction et des principaux usages des instruments de mathematique*), Bion descreveu essa *pena sem fim*, apoiado por uma figura (figura 28a), e dessa descrição apresentamos um extracto:

> *Este instrumento é composto por diferentes peças de cobre de prata ou outro material; as peças F G H unidas têm cerca de 5 polegadas* [±12 cm] *de comprimento;* […]. *O meio, marcado com F, suporta a pena, que deve ser fendida e bem cortada, e ajustada num pequeno tubo roscado na parte interna, o qual é soldado a outro pequeno tubo, do tamanho certo do lado de dentro da tampa G, na qual está soldado um parafuso que serve para montar a referida tampa, e entrando na pena, fecha um pequeno orifício que está no local marcado com 1 para evitar que a tinta saia. Na outra extremidade do corpo F há um pequeno tubo com rosca no interior e no exterior. A do exterior serve para montar a tampa marcada com H, na qual entra um pequeno porta-lápis aparafusado dentro do pequeno tubo de que acabamos de falar, e que serve para bloquear a abertura do colo, que é o local onde a tinta é introduzida no corpo F, por meio de um pequeno funil.*
>
> *Para se utilizar a dita pena, deve-se retirar a tampa G e sacudir um pouco a pena, após o que a tinta sai lentamente à medida que se escreve. É preciso advertir que o outro lado do porta-lápis deve estar fechado, pois que, caso contrário, a coluna de ar [pressão atmosférica] pressionaria a tinta e faria com que saísse toda de uma vez.* [...].[160:86]

Com a passagem do tempo, foram aparecendo algumas outras penas que incorporavam tinta no interior, mas sem sucesso assinalável, até porque, em geral, a tinta da altura tinha muitas partículas sólidas e era muito corrosiva. A primeira caneta deste tipo que teve algum sucesso comercial foi o

Penográfico ou Instrumento de Escrita do inglês John Scheffer, patenteado em 1819 (figura 28b). Tratava-se de um dispositivo que era ainda meio pena de ganso, meio caneta de metal, constituído essencialmente pelo cálamo de uma pena e por um reservatório feito de bexiga de porco (que servia de tinteiro interno), o qual estava contido num cilindro metálico de protecção. Havia versões em ouro e em prata. As instruções de uso estão explicitadas no registo da patente:

> *Quando é preciso usá-lo, tire a tampa E, e para impedir que se perca, coloque -a no topo C, depois impulsione a alavanca A e pressione a projecção B, o que fará com que a tinta flua para a pena D. Quando se faz isto, pode ser conveniente limpar o bico.*
>
> *Para reabastecer o Penográfico com tinta, tire o topo C e remova o obturador. Depois, encha-o com tinta quase até a borda, a fim de retirar o ar, o que inevitavelmente fará com que uma pequena porção da tinta suba. Sendo esta removida, coloque o topo [C], e o instrumento terá tinta o suficiente para se escrever durante 10 ou 12 horas. O bico pode ser retirado e substituído quando se quiser.* [...]
>
> *Podem ser obtidos dos titulares da patente bicos metálicos e caixas de bicos de pena*.[375]

Como mais acima referimos, estavam então a divulgar-se os *bicos metálicos*, ou seja, o que hoje designamos por *aparos*, e os *penográficos* foram as primeiras *canetas de tinta permanente* a terem algum sucesso comercial, embora a população em geral, devido ao seu elevado preço, tivesse dificuldade em as adquirir. Por outro lado, tais canetas não eram muito fiáveis, pois que, com frequência, ocorriam derramamentos de tinta.

O próximo avanço significativo na evolução das canetas de tinta permanente verificou-se no início da década de 30 do século XIX. Na altura, na maioria das canetas deste tipo, a tinta era introduzida no tinteiro interno utilizando um pequeno funil ou uma pipeta de vidro. Deveu-se a próxima inovação relevante a John Jacob Parker, um professor de telegrafia que, para complementar o salário, vendia canetas com tinteiro no interior, arranjando-as quando se estragavam, o que lhe permitiu perceber bem o sistema de funcionamento. Convencido de que poderia produzir dispositivos melhores, apresentou um modelo inovador em que, para encher o tinteiro interno, bastava mergulhar o bico em tinta e, accionando um parafuso ligado a um pistão que estava no interior, reabastecia-se o instrumento de escrita. Foi um sucesso. Extracto da carta de patente:

> *A pena* [caneta] *é composta por: 1, uma caixa externa ou cabo; 2, uma tampa (dentro da qual está fixado um pino ou fio saliente para actuar como um tampão ao caminho da tinta") que serve para proteger as pontas* [aparos] *e para alongar o cabo quando a caneta está em uso* [encaixando-a na outra extremidade]*; 3, um pistão, em cuja haste (plana nos dois lados) existe um parafuso* [...] *para que o pistão se movimente mais facilmente, permitindo que quem escreve se abasteça de tinta com mais facilidade; 4, um cilindro de tinta, no qual funciona o pistão, e perto da extremidade superior do qual é soldada uma pequena placa circular com uma perfuração rectangular; a haste do pistão passa por esta placa, impedindo-a de girar.* [...].[333:32-3]

Com a evolução tecnológica, as chamadas canetas de tinta permanente foram sendo progressivamente aperfeiçoadas, embora subsistisse a questão de conseguir que ao bico (aparo) não chegasse excesso de tinta, provocando borrões, mas apenas a quantidade suficiente para escrever. Essa questão foi resolvida, já em finais do século, pelo norte-americano Lewis Edson Waterman (1836-1901), um vendedor de seguros então radicado em New York, que trabalhava também como vendedor de canetas deste tipo. Em 1883, Lewis e seu irmão Elijah começaram a tentar resolver o problema fazendo experiências com diferentes tubos, até que descobriram que se deixassem o ar entrar no reservatório de tinta através de tubos capilares (para evitar que aí se formasse vácuo), a tinta, por gravidade, fluía lenta e constantemente para o bico, em quantidade suficiente para permitir a es-

crita, mas sem haver excessos. Lewis Waterman registou a patente em 1884, onde consta a figura 28c. Alguns extractos dessa carta de patente:

> [...]. *A minha invenção refere-se à classe de canetas-tinteiro em que a ponta da caneta de escrita ordinária é abastecida com tinta fluida de um cilindro ou reservatório, que pode convenientemente formar o cabo ou suporte da caneta.*
>
> *O objectivo da invenção é proteger e regular automaticamente um certo fluxo de tinta uniforme à caneta, e também impedir a descarga excessiva da tinta quando a caneta está em uso.* [...].
>
> *Nos desenhos anexos, que ilustram a minha invenção, a Figura 1 é uma secção longitudinal da minha caneta-tinteiro aperfeiçoada e a Fig. 2 é uma seção transversal na linha 2 2 da Fig.1.*
>
> *No que se refere à Fig.1, A representa um depósito ou tubo para conter a tinta, que pode ser feito de borracha ou outro material adequado. Uma peça tubular, B,* [...]*, é enroscada em* b*, e é feita para se encaixar na correspondente extremidade* a *do depósito A.* [...].
>
> [...]*. Se, agora, o depósito A for parcialmente cheio com tinta, e as peças montadas como na Fig.1, a caneta estará pronta para ser usada, sendo a tinta fornecida ao bico do modo seguinte: o fluxo descendente da tinta por gravidade e através da acção da atracção capilar no acto de escrever, faz com que ela passe pelo sulco* d*, e tenda a criar um vácuo dentro do reservatório, o qual é compensado pelo influxo de ar que passa para cima, através do sulco. A direcção da corrente do ar que entra no reservatório de tinta, sendo oposta à da tinta que sai, diminui um pouco o volume desta, de modo que se previne assim a excessiva saída de tinta.* [...].[430]

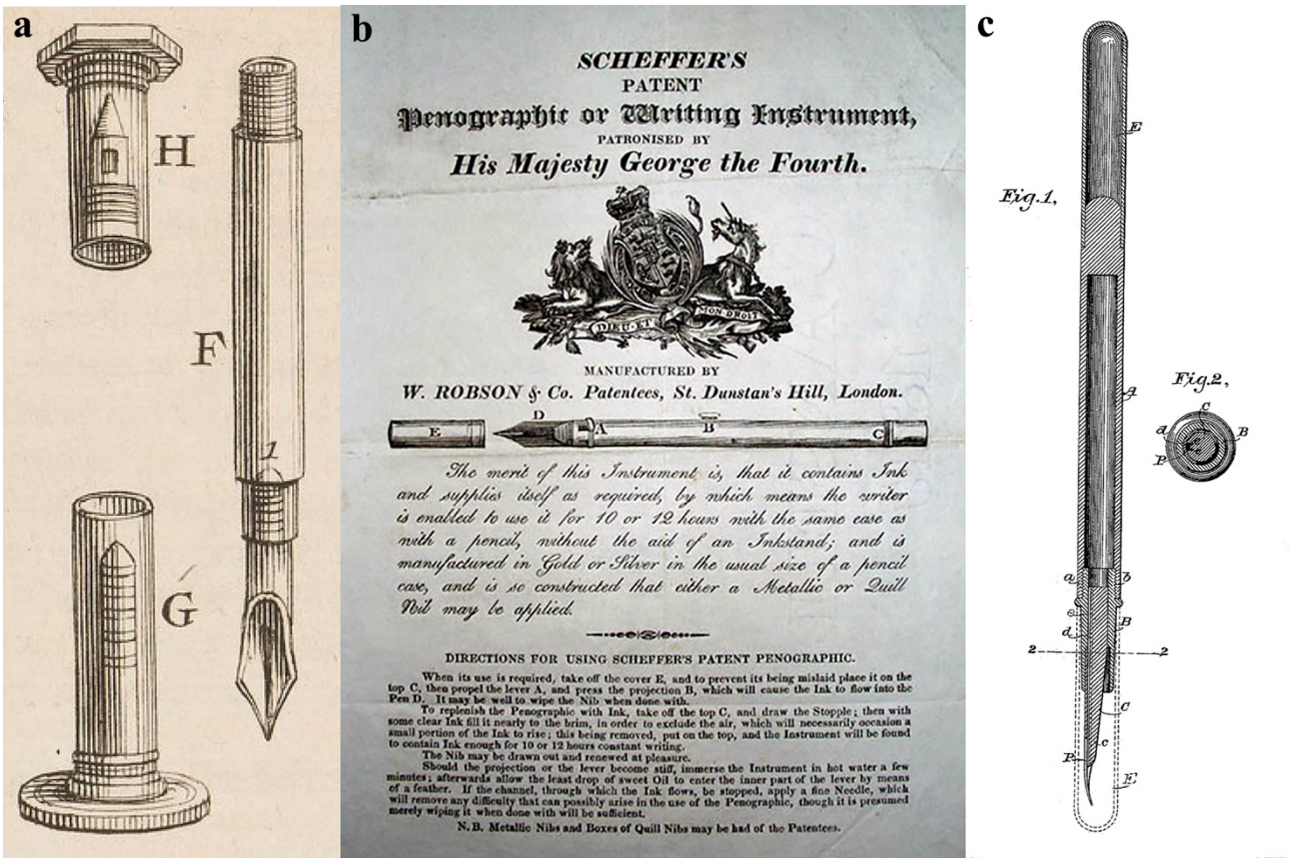


Figura 28 – Evolução das canetas de tinta permanente: a) a *pena sem fim* de Nicholas Bion, de final de século XVII; b) carta de patente do *penográfico ou Instrumento de Escrita*, de John Scheffer, de 1819; c) figura da caneta aperfeiçoada por Lewis Waterman, inclusa na carta de patente de 1884.

A partir dessa altura, as canetas dotadas de tinteiro interno começaram a penetrar cada vez mais no mercado dos instrumentos de escrita. Para tal contribuíram também três factores: a) o aparecimento de materiais plásticos derivados da borracha, quimicamente resistentes, facilmente trabalhados em fábricas e relativamente baratos, que revelaram ser de grande importância na fabricação dos tinteiros internos; b) a disponibilidade crescente de aparos de ouro com ponta de irídio; e c) e a chegada ao mercado de novas tintas aperfeiçoadas, menos corrosivas do que as anteriores e com pouca matéria sólida em suspensão. Todavia, apesar das vantagens que apresentavam, as canetas de tinta permanente eram caras, fora das possibilidades da população em geral, de modo que só no século XX já adiantado é que acabaram por se divulgar mais amplamente entre o povo. Para tal contribuiu o aumento efectivo do poder de compra das populações, bem como o embaratecimento proporcionado pela produção em massa e pela divulgação dos plásticos, que permitiram substituir o metal no corpo das canetas, tornando-as mais baratas (embora continuassem a ser produzidas canetas com o corpo de ouro ou prata, direccionadas para extractos com maior poder aquisitivo). Em Portugal, em 1960, as instruções para os exames de aptidão ao ensino superior estipulavam já que os *examinandos devem levar consigo, para todas as provas, caneta de tinta permanente, lápis e borracha*[86]. No entanto, tais instruções eram omissas quanto à possibilidade de, quem quisesse, poder usar ainda as velhas *canetas de aparo*, tal como não referiam a possibilidade de serem utilizadas esferográficas, há pouco introduzidas no mercado.

Quase ao mesmo tempo que as canetas de tinta permanente conheceram ampla divulgação na população em geral, surgiram outros instrumentos de escrita que ditariam o seu declínio. Referimo-nos às esferográficas.

Foi em 1831 que o húngaro László József Bíró (1899-1985) László József Bíró (1899-1985) apresentou na Feira Internacional de Budapeste um instrumento de escrita cuja ponta era uma esfera. Sendo jornalista, tinha reparado que a tinta usada na impressão dos jornais secava rapidamente, deixando o papel seco e sem manchas. Tinha, portanto, a vantagem de não carecer de papel mata-borrão (ou a chamada *areia* usada antes). Experimentou usar essa tinta numa caneta de tinta permanente, mas constatou que essa, por ser muito viscosa, não escorria até à ponta do aparo. Trabalhando com seu irmão György, que era químico, acabou por desenvolver um sistema que fazia com que a tinta de impressão contida num depósito tubular escorresse, por gravidade, até à parte inferior, onde existia uma pequena esfera metálica que girava livremente numa câmara que tinha espaço suficiente para que ela pudesse rodar em qualquer direcção. Ao girar, a parte superior da esfera impregnada de tinta acaba por depositar esta no papel. Em 1938, Bíró registou a patente na Hungria e em Paris, mas, como era judeu, perante a perseguição a que eram sujeitos na Alemanha, e com o início da 2.ª Guerra Mundial, acabou por fugir com seu irmão para a Argentina (acabando por adquirir essa nacionalidade), onde registou a patente em 1943 e constituiu uma empresa para fabricar este tipo de canetas, que aí foram comercializadas desde 1944. É de referir, por curiosidade, que nesse país ainda hoje essas canetas são popularmente designadas por *birome*, derivado do seu nome de Bíró (figura 29a). Nesse mesmo ano de 1943 Bíró registou a patente nos Estados Unidos da América, de que apresentamos alguns extractos iniciais:

> *Esta invenção refere-se a instrumentos de escrita e, particularmente, a um sistema de alimentação para canetas de tinta permanente que têm uma esfera que pode girar livremente na extremidade com que se escreve.* [...].
>
> *A construção ideal neste tipo de instrumento é, sem dúvida, o sistema de terminal esférico, com ajuste ou encaixe adequado que veda de forma substancial e hermética, mas dotado de meios que, sem a necessidade de exercer pressão ou ter meios de accionamento, mantem uma carga de tinta no canal de alimentação, de modo que através de ramificações adequadas, a referida*

tinta estará em contacto constante com a superfície da referida esfera dentro do referido encaixe, que estará assim permanentemente pronto para utilização e é precisamente isso que é conseguido por meio da presente invenção.

A presente invenção inclui um instrumento conveniente dotado de um reservatório para tinta capaz de ser alimentado por simples gravidade e capilaridade, sendo a sua principal característica constituída pelo canal de alimentação que é feito de tal forma que o fluxo de tinta, ao invés de ser interrompido na bola, se estende contra a sua superfície até à vizinhança da esfera.

Para tanto, ao atingir a bola ou sua vizinhança, o referido canal ramifica-se noutros canais ou ranhuras que se estendem até às laterais da localização da esfera, e assim esta fica praticamente coberta de tinta, de modo que ao rodar a superfície interna, a tinta marcará o papel com traços bem definidos. A continuidade do deslocamento não alterará a regularidade necessária para a escrita, uma vez que os ramos do canal são capazes de reter uma carga uniforme e constante de tinta. [...].[161]

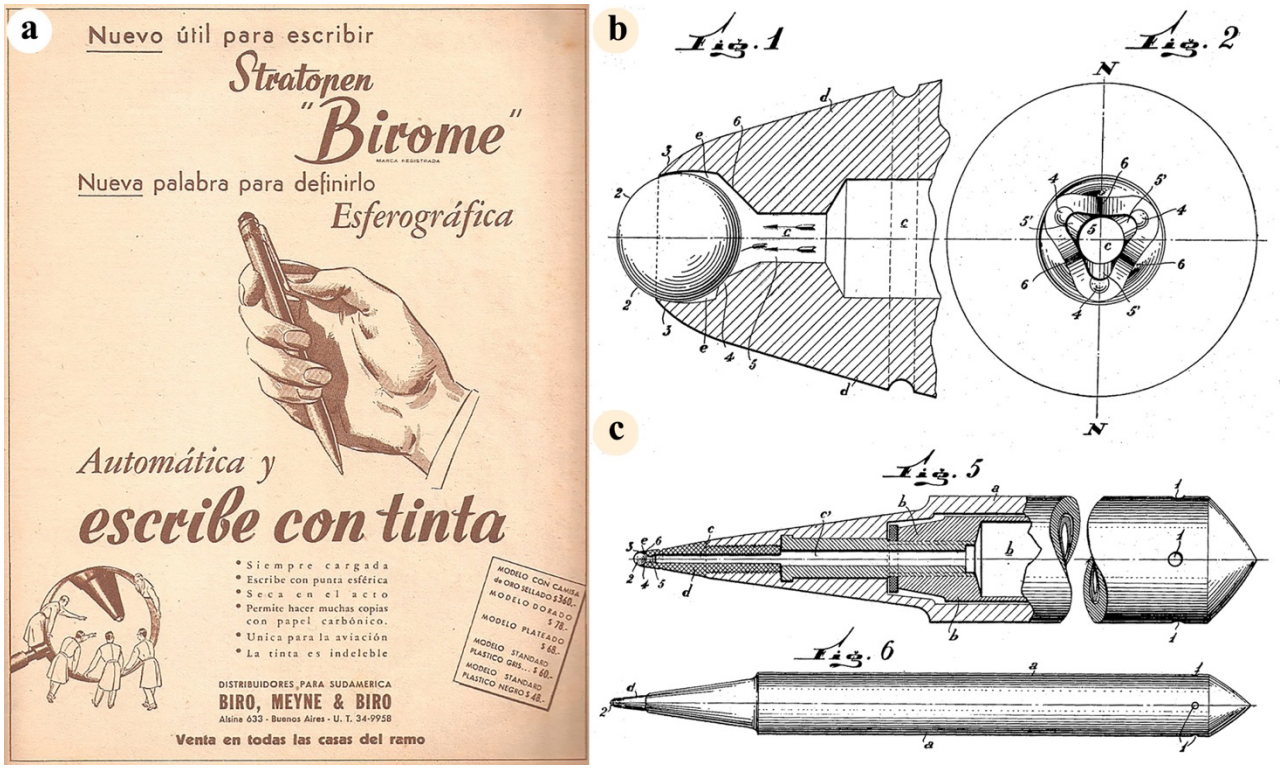


Figura 29 – a) Publicidade publicada em 1945 na Revista Argentina *Leoplán* da Argentina, em que se ressalta o termo *Birome*; b) e c) Figuras constantes da patente que László Bíró registou nos Estados Unidos da América.

A carta de patente é acompanhada de figuras explicativas (figura 29b e c), entre as quais:

A Fig. 1 é uma vista da ponta ou bico do instrumento, tomada ao longo da linha N-N da Fig. 2, de modo a mostrar o canal capilar e os ramos adjacentes à esfera.

A Fig. 2 é uma vista frontal da parte terminal com a esfera omitida de modo a mostrar claramente a estrutura do assento esférico que proporciona um rolamento adequado, e também os canais que constituem o ramo do canal de alimentação. [...].

A Fig. 5 é uma vista do instrumento com a porção frontal em corte longitudinal para mostrar a disposição da conduta ou canal que constitui o alimentador para a esfera terminal.

A Fig. 6 é uma vista externa do instrumento completo. [...].[161]

Em 1946, Bíró vendeu a patente por dois milhões de dólares a Marcel Louis Michel Antoine Bich (1914-1994), um italiano que se naturalizou francês em 1932, e que, em 1944, com o francês Édouard Buffard, começara a fabricar partes de instrumentos de escrita. Inicialmente, Bich era céptico quanto a estas novas canetas com ponta esférica, pois que, além de serem muito caras, com frequência vazavam tinta, o que as tornava não confiáveis. Mas Bich conseguiu aperfeiçoá-las, nomeadamente dotando-as de ponta de aço. Como resultado desses aperfeiçoamentos, surgiu, em 1950, a *Bic Cristal*. Parece que o nome da marca adveio do receio que Bich tinha de que, na América do Norte, o seu nome fosse confundido com *bitch* (cabra, prostituta). Assim, em 1953, Bich reduziu o seu nome, fundando a *Société Bic*.

A *Bic Cristal* foi um grande sucesso, ganhando grande popularidade quase do dia para a noite. Rapidamente se expandiu internacionalmente, penetrando em todos os países, para o que muito contribuiu o seu baixo custo, pois que a caneta é quase toda feita de plástico. O *design* da Bic era de tal modo aprimorado que, passado bastante mais de meio século, continuam a ser produzidas e intensivamente usadas, não tendo praticamente sido feitas modificações.

Tendo como principal elemento distintivo a esfera (ou bola) que tem na ponta, a designação destas canetas derivou dessa particularidade: esferográfica, nos países lusófonos, *ballpoint pens* em inglês, *bolígrafo* em espanhol, *stylo-bille* em francês, *penna a sfera* em italiano e *Kugelschreiber* em alemão. Constituíram o derradeiro factor que remeteu as velhas canetas de aparo para o domínio das velharias, provocando acentuado declínio das canetas de tinta permanente. Porém, com frequência, estas transições são difíceis e morosas, principalmente quando a força do hábito faz reter os velhos métodos. Mesmo até há pouco tempo alguns escritores mais velhos não conseguiam ainda render-se à comodidade de redigir directamente no teclado do computador, persistindo na escrita com caneta (esferográfica ou de tinta permanente). O mesmo aconteceu em finais do século XIX e primeira metade do XX: muitos dos que tinham aprendido a escrever com *caneta de aparo*, embora tivessem possibilidades de passar a utilizar canetas de tinta permanente, tiveram dificuldade em se adaptar à inovação de não ser necessário ter de estar repetidamente a molhar o aparo no tinteiro. Por exemplo, José Régio (1901-1969) continuou sempre a escrever com a inseparável caneta de aparo, e só muito tardiamente, já no final da vida, se rendeu aos novos métodos[411]. O mesmo aconteceu com Teixeira de Pascoaes (1877-1952), que continuou a escrever com canetas de aparo, dizendo sobre isso qualquer coisa como: preciso de escrever com caneta de aparo para ter tempo de pensar, porque se escrevesse com tinta permanente deixava ficar os pensamentos atrás; escreveria à frente do que pensava. Actualmente, embora as canetas de tinta permanente ainda continuem a ser utilizadas, principalmente como objectos de prestígio, o mundo da escrita está dominado pelas esferográficas, mas também estas, de certo modo, estão ameaçadas, pois que a escrita é cada vez mais governada pelo mundo digital.

• Canetas de aparo na literatura.

Como se referiu, antes do século XIX, o que hoje conhecemos como canetas eram as penas de escrever, e a elas há bastas referências literárias. Disso daremos apenas um exemplo, a redondilha *Carta a uma dama*, de Luís Vaz de Camões (1524-*c.*1580)),:

Querendo escrever um dia
O mal, que tanto estimei,
Cuidando no que poria,
Vi Amor que me dizia:
Escreve, qu'eu notarei.

E, logo como a tirou,
Me disse: Aviva os espritos;
Que pois em teu favor sou,
Esta <u>pena</u>, que te dou,
Fará voar teus escritos.

E como para se ler
Não era história pequena
A que de mi quis fazer,
Das azas tirou a <u>pena</u>
Com que me fez escrever.
E dando-me a padecer
Tudo o que quis que pusesse,
Pude enfim dele dizer,
Que me deu com qu'escrevesse
O que me deu a escrever. [...].[200:139]

É de referir que no último volume do *Vocabulário* de Rafael Bluteau, publicado em 1728, numa parte intitulada *Vocabulário de sinónimos e frases portuguesas para facilitar composições em prosa e em versos*, na epígrafe *Pena de escritor*, o autor oferta-nos um conjunto de frases de exaltação desses instrumentos (que eram as 'canetas' da altura), entre as quais:

Pluma, que tem melhores olhos que os do pavão; estes são cegos, os de uma erudita pena a cegos dão vista. [...]. *Pincel milagroso, que com lágrimas sabe representar alegrias, e com negros caracteres a mais cândida inocência.* [...]. *Alfaia de pouco preço, mas nos efeitos milagrosa. Com a pena as cousas sucessivas se fazem permanentes, porque o falar, que com o tempo foge, e voa, por meio da pena fica parado, e do papel em que está preso se não aparta. Com a pena as cousas remotas se fazem próximas, porque os amigos, inda que distantes, por cartas se falam e como vizinhos se comunicam. Com a pena as cousas passadas se fazem presentes, porque lendo as Histórias dos tempos andados, nos parece que com os nossos olhos as vemos.* [...] *com o uso da pena têm os mudos uso da palavra, manifestando com letras escritas os seus pensamentos* [...].[171:282]

Em 1732, foi dado à estampa *O Pinto Renascido Empenado e Desempenado - Primeiro Voo*, de Tomás Pinto Brandão (1664-1743), uma recolha da sua poesia satírica. Dessa obra reproduzimos (com grafia da época) o *Soneto 42*, dedicado *A uma Dama que, indo escrever ao seu amante uma carta de dez enganos, se lhe queimou a pena na Luz; Foi assunto Académico* (*sic*)*:*

Esta pobre mulher, fermoza, ou sea,
que em papeis dezenganos embrulhava,
alguns que a payxaõ propria lhe dictava,
outros que lhe dizia a pena alheya;
Porèm se, como eu ouço, ella fingia
dezenganos, morrendo de cioza,
e vivendo também do que morria,

Em huma noite, jà depois de cea,
foy acodir à luz, que se apagava;
mas como amor então he que atiçava
fez-lhe queimar a <u>penna</u> na candea:
Fénix era; e naõ deve estar queixoza, í
se acabando da <u>penna</u> que lhe ardia,
renancia com outra mais fogoza.[188:42]

Fazemos ainda alusão a Almeida Garrett (1799-1854), que refere as penas, por exemplo, no poema *Ao corpo académico*, composto em Novembro de 1820 e integrado no *Livro Segundo* de uma compilação dos seus versos (publicada em 1853). A certa altura, já perto do final, diz:

[...]. *Em livres brados à virtude, à glória*
O froixo peito aos cidadãos movamos.
Pode mais do que a espada a voz e a <u>pena</u>;
Mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada,
E veja o mundo com terror e espanto
Em cada filho de Minerva, um Marte. [...].[272:150]

As referências às canetas (penas) de aparo (metálico) começam a ser frequentes na literatura lusófona na segunda metade do século XIX. Disso daremos apenas alguns exemplos.

Ramalho Ortigão (1836-1915), no volume IX de *As Farpas*, que têm como motivo o *movimento literário e artístico*, escreveu:

> [...]. *Sendo com frequência notável as masmorras do Limoeiro, teatro de sangrentos combates travados a braço armado entre os seus habitantes, haverá porventura, como o* Diário de Noticias *observa, uma ligeira iniquidade em colocar indivíduos que não manejam senão uma pena de aço, frente a frente com cavalheiros apercebidos de facas de ponta, dizendo-se-lhes em seguida, tão naturalmente como se se tratasse do juízo de Deus entre leais irmãos de armas, o sacramental Allez, Messieurs!* [...].[326:24-5]

Também Eça de Queirós (1845-1900), refere as penas de aço, por exemplo em *A Ilustre Casa de Ramires*,, publicado em 1900. Gonçalo Mendes Ramires, o fidalgo morador da pequena Vila Clara que ambiciona ingressar na política, vê uma oportunidade para tal quando Gonçalo, um seu antigo colega de Coimbra, o convida para publicar uma novela no primeiro número dos Anais de Literatura e de História, por ele fundada. Tal tornaria o seu nome conhecido, permitindo-lhe entrar nesse meio. Porém, a escrita não fluía com celeridade e um dia recebeu uma carta de Gonçalo dizendo-lhe que se até meados de Outubro não chegassem a Lisboa três capítulos, publicaria outro trabalho. Então, Gonçalo:

> [...] *enfiando o roupão de trabalho, decidiu amarrar à banca, como um cativo ao remo, até que rematasse esse difícil Capítulo III,* [...]. *Não, que diabo! Não lhe convinha perder a aparição da Novela em tão proveitoso momento, nas vésperas da sua chegada a Lisboa, quando para a influência política e para o prestígio social necessitava desse brilho que, segundo o velho Vigny, «uma pena de aço acrescenta a um elmo dourado de Fidalgo...».*[361:346]

Essas *penas* são também referidas no primeiro romance de Érico Veríssimo (1905-1975), *Clarissa*, originalmente publicado em 1933, mas associando-as já ao vocábulo *caneta*. Conta-se aí a história de uma jovem de treze anos, filha de fazendeiros, que vai estudar para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ficando alojada na pensão da tia Eufrasina. É o despertar da adolescência de Clarissa para a vida, com seus sonhos e suas desilusões, permeadas de saudades.

> *Saudade da estância, da mãe, do pai; até das criadas. Saudade da vaca Mimosa* [...]. *Saudade das noites claras, depois da janta, quando todos vão olhar o luar do alpendre e fazer horas para dormir...* [...].
>
> *Clarissa caminha para a varanda. Abre a gaveta da cristaleira e tira dela um bloco de papel, tinta e caneta. Senta-se junto a uma das mesas. Abre o bloco, molha a pena no tinteiro e, caneta suspensa, olhos no tecto, pensa...*
>
> *Queridos pais:*
>
> *Suspira.*
>
> *A chuva bate na vidraça, a água escorre pelos vidros.* [...].
>
> [...] *Continua:*
>
> *Estou com uma saudade tão grande de vocês*
>
> *Deve botar ponto de admiração, ponto final ou três pontos? Não tem importância. Lá vai... uma admiração. Fica mais bonito.* [...].
>
> *Felizmente agora as férias estão*
>
> *Pertos ou perto? Caneta na boca, olhar vago, Clarissa procura solução para o problema. Por fim decide escrever – perto.* [...].[412]

Também Fernando Pessoa (1888-1935), no poema *Há mais*, assinado com o heterónimo Álvaro de Campos, a elas se refere ao descrever a angústia de quem tem à sua frente canetas de aparo e papel branco, mas em que a inspiração anda arredia:

Há mais de meia hora
Que estou sentado à secretária
Com o único intuito
De olhar para ela.
(Estes versos estão fora do meu ritmo.
Eu também estou fora do meu ritmo.)
Tinteiro grande à frente.
Canetas com aparos novos à frente.
Mais para cá papel muito limpo.
Ao lado esquerdo um volume da "Enciclopédia Britânica".
Ao lado direito —
Ah, ao lado direito
A faca de papel com que ontem
Não tive paciência para abrir completamente
O livro que me interessava e não lerei.
Quem pudesse sintonizar tudo isto.[345]

Numa passagem da novela A Engomadeira, publicada em 1917, Almada Negreiros (1893-1970) diz:

> [...]. *Às vezes a luz também faltava de repente com o frio de uma janela que se abria, mas quando a luz voltava as portas de dentro das janelas também estavam fechadas. Uma noite estava a escrever um conto realista e o aparo da caneta era uma vespa. Pensei toda a noite na vespa e na manhã seguinte o meu conto realista estava acabado com letra da minha amante que, mais extraordinário é, nunca aprendeu a ler.* [...].[316:26]

Bastante mais recente é o conto *Alma*, de cariz memorialista, em que Manuel Alegre (1936-...) descreve a infância passada em Águeda e os tempos da escola primária, que numa passagem diz:

> [...]. *Usávamos lousa e riscador, caderno de duas linhas para as cópias, canetas de pôr e tirar o aparo. Era preciso molhá-lo constantemente no tinteiro da carteira, os dedos andavam cheios de tinta, não havia sabão nem pedra-pomes que a tirasse, fazia parte da mão, estava na pele, ainda hoje lhe vejo a cor e lhe sinto o cheiro.* [...].[109:74]

Entretanto, divulgaram-se as canetas de tinta permanente, e tal reflectiu-se, como é óbvio, na literatura. Em *Até amanhã, camaradas*, de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal (1913-2005), publicado em 1974 mas cuja acção decorre em 1944, quando o país estava oprimido pela ditadura, havia quem resistisse, correndo o risco de tal lhe custar a prisão, a tortura, ou mesmo a própria vida. No romance, Paulo, funcionário do Partido Comunista, estando na clandestinidade, está envolvido na preparação de uma greve geral e de uma manifestação, com vista a apresentar reivindicações salariais. Quase no fim do romance pode ler-se:

> [...]. À medida que se aproximava da terra do advogado, Paulo não conseguia afastar o pensamento de Maria. Bem procurava pensar noutras coisas. Não conseguia. Alegrava-o pensar que a camarada, depois de ter passado duras privações, vivia agora uns tempos com conforto, dormia numa boa cama, com alimentação abundante e saborosa. Sabia que o advogado e a mulher a enchiam de presentes: uns belos sapatos, dois vestidos quase novos, um porta-moedas, uma caneta de tinta permanente. Paulo sorria ao imaginar Maria objecto dessas atenções e cuidados. [...].[395]

Sendo objectos de uso quotidiana, é feita na literatura portuguesa abundante alusão a essas canetas. Por exemplo, José Saramago (1922-2010), em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*), de 1984, escreveu a certa altura:

[...]. *Amanhã vossa excelência passa pelo meu escritório para tratarmos do arrendamento, e olhe, senhor doutor, deixo-lhe a chave, a casa é sua. Ricardo Reis agradeceu, fez questão de pagar um sinal acima do valor convencionado nestas transacções. o procurador passou ali mesmo um recibo provisório, sentou-se à secretária, puxou da caneta de tinta permanente chapeada de enfeites de ouro, folhas e ramagens estilizadas, no silêncio da casa ouvia-se apenas o raspar do aparo no papel, a respiração um pouco sibilante, asmática, do homem, Pronto, aqui tem, não precisa vossa excelência de se incomodar, eu tomo um táxi,* [...].[373]

Seleccionámos como último exemplo de alusões literárias a essas canetas o conto *Os Barbadinhos*, integrado em *O chapéu das fitas a voar*, de Agustina Bessa-Luís (1922-2019)), em que, a certa altura, se lê:

[...]. *Lourença estava uma mulher; uma senhora, como diziam as Barbadinhas. Escrevia um romance a toda a pressa, com uma letra que parecia renda de Bruxelas.* [...]. *Mas era um livro, também complicado. Lourença escrevia-o com muita decisão, como se estivesse a redigir uma lei. Como Moisés no Monte Sinai, só que com melhores meios, tinta e papel, que, de resto, não deviam faltar a Moisés, vindo ele do Egipto, terra de grandes invenções. Até a caneta de tinta permanente lá se inventou, ao que se diz. Mas os escritores têm as suas manias; Moisés era um escritor e gostava de gravar na pedra as ideias. Sempre era mais seguro.* [...].[159]

As canetas de tinta permanente rapidamente foram substituídas pelas esferográficas, as quais começaram, na segunda metade do século XX, a ser frequentemente aludidas na literatura. Em *Crónica dos Bons Malandros*, publicada em 1980, Mário Zambujal (1936-...) descreve a preparação e assalto ao Museu Gulbenkian por uma quadrilha que recusava o uso de armas de qualquer espécie, com a finalidade de roubar a colecção de jóias de René Lalique. No romance, em cada capítulo é apresentado uma personagem e relata-se o seu quotidiano. O capítulo V é dedicado a Adelaide, uma prostituta, que é presa com a sua colega Lina:

[...]. *A meretriz abriu a mala preta de plástico, remexeu em chaves e papéis, tirou um documento e foi depositá-lo sobre a secretária do subchefe da Polícia.*

"Ora aí tem. Evelina de Sousa, mais conhecida por Lina Despachada, ao seu dispor. É uma forma de dizer, claro está. Quarenta e quatro anos feitos em Fevereiro [...]. *Aqui a minha amiga está muito aflita, o senhor subchefe há-de desculpar, a miúda é nova nisto, tem dezoito anos só.* [...]. *É a Adelaide, senhor subchefe, uma joinha, coitada, andava para aí aos tombos, fui eu quem lhe deu a mão, temos de ser uns para os outros."*

Voltou-se para acalmar os soluços assustados da amiga, enquanto o subchefe da Polícia, com um gesto de esferográfica, chamava um guarda de serviço. Manda entrar os queixosos."

Tinha havido uma queixa. Dois cidadãos, pessoas de respeito, [...], *haviam solicitado à autoridade a detenção das duas mulheres* [...].[431]

Entre as muitas alusões a esferográficas, referimos ainda *Memória de Elefante*, que António Lobo Antunes (1942-...) publicou em 1979:

[...]. *O homem cessara de a ouvir: o corpo dele mantinha a curva obsequiosa de ponto de interrogação na aparência atento de terceiro oficial a despacho, a testa, para onde todos os acidentes geográficos do seu rosto convergiam como passantes para um epiléptico a lagartixar na calçada, amarrotava-se de asséptico interesse profissional, a esferográfica aguardava a ordem estúpida de um diagnóstico definitivo, mas no palco dos miolos sucediam-se as imagens vertiginosas e confusas em que o sono se prolonga manhã fora, combatido pelo sabor do dentífrico na língua* [...].

Retiramos o último exemplo de *Combateremos a Sombra*, de 2007, em que Lídia Jorge (1946-...) situa a acção no último dia do ano 2000, estando o romance centrado na figura do psicanalista Osvaldo Campos:

> [...]. *Se alguma coisa existisse, e ele por acaso estivesse implicado, essa coisa viria ter com ele com a explicação devida. Pelo menos essa era a lei da narrativa que ele incutia nos pacientes obsessivos. Ora ele não queria ser um obsessivo. Começava a sentir-se ridículo. De regresso ao Prédio Goldoni, tinha ido conferir a Agenda de Secretária – Naquele dia, receberia cinco pacientes inscritos a esferográfica, três a lápis. No dia seguinte, inverter-se-ia a situação. Folheou para diante, e em nenhuma página estava escrito o nome da Maria London, aquela a quem ele, no segredo do seu silêncio falado, havia designado por paciente magnífica.* [...].[433]

Página intencionalmente em branco

XII

Carta tarjada

Figura 30 – Envelope e papel de carta tarjadas, de luto carregado.

• Intróito.

Julgo que as cartas tarjadas de negro já desapareceram por completo do mercado. Porém, durante muito tempo eram quase obrigatoriamente utilizadas por quem estava de luto. Eram outros tempos, em que o luto era regido por rígidas normas sociais, as quais impunham rigorosas manifestações exteriores de pesar (às quais fazemos alusão mais pormenorizada no capítulo dedicado ao *fumo*). Era o tempo em que as mulheres, quando ficavam viúvas, trajavam de negro até ao fim dos seus dias. Entre essas normas estava a obrigação de, na correspondência, durante determinado período, utilizar apenas envelopes e papel de carta tarjadas de negro (figura 30).

Havia toda uma gradação nestas manifestações de luto: os envelopes e o papel de carta tinham tarjas negras periféricas mais largas ou mais estreitas correspondentes ao grau de parentesco e ao tempo que tinha passado depois do falecimento. As cartas com tarjas mais largas, ditas de *luto carregado*, eram normalmente usadas pelos familiares directos (cônjuges, pais, filhos, irmãos). O período em que eram usadas dependia do grau de parentesco: por exemplo, pais e filhos utilizavam-no durante seis meses a um ano. Tios e primos directos escreviam em cartas com tarja um pouco mais

estreita, de *luto moderado*. Outros familiares utilizavam o chamado *luto aliviado*, ou seja, cartas em que a tarja negra periférica era bastante mais fina.

Em geral, a passagem do tempo marcava também uma transição entre o tipo de cartas tarjadas: começando a ser de *luto carregado* (no caso dos familiares directos), passados meses passava-se a escrever em papel com tarjas mais estreitas e, finalmente, utilizava-se o *luto aliviado*. Como referimos, essas manifestações eram acompanhadas de outras expressões de luto, incluindo os tipos e cores dos vestuários e os *fumos* (braçadeiras negras enfiadas nas mangas dos casacos e faixas pretas cosidas nas lapelas).

• Cartas tarjadas nos dicionários e na literatura.

Embora, na literatura, as alusões a *cartas tarjadas* remontem, pelo menos, a meados do século XIX, nos dicionários, só conseguimos detectar referências a elas em finais desse século. Tanto no dicionário dito de Caldas Aulete (1823-1878), de 1881, como no de Cândido de Figueiredo (1846-1925), de 1899, no verbete *Tarja*, nesta acepção, diz-se o mesmo: *Traço preto nas margens do papel indicando luto*[142:1727]*,* e *traço preto indicando luto, nas margens do papel*[257:591].

A avaliar pelos textos dos nossos escritores, a utilização de cartas tarjadas de negro vem, como referimos, pelo menos, da primeira metade do século XIX. Tal é explícito no conto *Justiça de Sua Majestade*, primeira obra de Júlio Dinis (1839-1871) ,, escrito em 1858 e publicado em folhetins no Jornal *do Porto* (assinado ainda pelo seu nome, Joaquim Guilherme Gomes Coelho, e não com o nome literário por que ficaria conhecido), que mais tarde viria a ser integrado em *Serões da Província*. A meio do capítulo IX, José Urbano, que tinha enriquecido no Brasil, estando com D. Joana e o major, diz:

> [...]. *Por meados de 1833, andava eu tratando da liquidação* [do que tinha no Brasil]*, quando, ainda me lembro bem, recebi de Portugal uma carta tarjada de preto. Abri-a a tremer. Era do negociante meu amigo, participando-me que a minha irmã, que havia tempos se achava incomodada, morrera no dia 23 de Julho de 1833, apesar de todos os socorros da medicina.* [...].[241:78]

Também Miguel José Teixeira Mascarenhas (1831-1876) se referiu em 1873 às cartas tarjadas em *Um conto portuguez. Episodio da guerra civil: a Maria da Fonte*, em que, a certa altura, diz:

> [...]. *As alegres expansões desta feliz família, foram interrompidas pela presença de um escudeiro, que apresentava, numa salva, a D. Maria uma carta tarjada de preto.*
>
> *Todos se olharam receosos e contristados, sem que nenhum deles se resolvesse a lançar mão da agoureira carta. Tomou-a o padre Álvaro, e pediu licença a D. Maria para abri-la e ler o seu conteúdo em voz alta,* [...]. *A carta era do punho de D. Ana, e rezava assim:*
>
> *«Minha boa Maria e presada irmã: Estou viúva!... Nem os carinhos da minha profunda e constante adoração; nem a linguagem caridosa das tuas cartas,* [...]*; nem os esforços, enfim, dos homens da ciência médica, puderam roubar á morte o meu desditoso Leopoldo!...* [...]».[307:275]

Machado de Assis (1839-1908) refere-se, de igual modo, a essas cartas no seu conto *A Segunda Vida*, originalmente publicado em 1884, em que, quase no final, escreveu:

> [...] *Clemência veio para minha casa, e não imagina as festas com que a recebi. «Deixo tudo, disse-me ela; você é para mim o universo.» Eu beijei-lhe os pés, beijei-lhe os tacões dos sapatos. Não imagina o meu contentamento. No dia seguinte, recebi uma carta tarjada de preto; era a notícia da morte de um tio meu, em Santa Ana do Livramento, deixando-me vinte mil contos. Fiquei fulminado. «Entendo, disse a Clemência, você sacrificou tudo por que tinha notícia da herança.» Desta vez, Clemência não chorou, pegou em si e saiu. Fui atrás dela, envergonhado, pedi-*

-lhe perdão; ela resistiu. Um dia, dois dias, três dias, foi tudo vão; Clemência não cedia nada, não falava sequer. [...].[137:201]

Outro exemplo é de *A Relíquia*, de Eça de Queirós (1845-1900) , publicado em 1887. Já no final do romance, depois de Teodorico Raposo, o narrador, ter regressado da sua viagem ao Egipto e à Palestina, e de ter sido expulso de casa da tia rica, em Lisboa, o autor escreveu:

[...]. *paguei à* Pomba d'Ouro [o hotel onde tinha estado]*; e tomei prudentemente um quarto na casa d'hospedes do Pitta, à travessa da Palha.*

Havia uma semana que, assim instalado, farejava Lisboa à busca do pão incerto, com botas a que se começava a romper a sola, quando uma manhã o André da Pomba d'Ouro *me trouxe uma carta que lá fora deixada na véspera, com a marca «urgente ». O papel tinha tarja preta: o sinete era de lacre negro. Abri, tremendo. E vi a assinatura do Justino.*

«Meu querido amigo. É meu penoso dever, que cumpro com lágrimas, participar-lhe que sua respeitável tia e minha senhora inesperadamente sucumbiu ...».

Caramba! A velha rebentara! [...].[360:417-8]

Do mesmo modo, o poeta António Nobre (1867-1900) menciona-as no poema *António*, escrito em 1891 e integrado no seu famoso livro *Só*, publicado no ano seguinte, onde, a certa altura, escreveu:

Chegou uma carta tarjada: A estampilha
Bastou-me enxergar...
Coitados d'aquelles que perdem a filha
Tão longe do lar!
No Panthéon, trágico, o sino
Dá meia-noite, devagar. [...].[320:6]

A tarja negra manifestadora de luto não era apenas usada nas cartas. Em ocasiões especiais era mesma utilizada nos jornais. Tal é evidenciado, por exemplo, no primeiro volume das *Memórias*, de Raúl Brandão (1867-1930) , na entrada de 11 de Fevereiro de 1908. Estava-se no rescaldo do regicídio, a 1 de Fevereiro, na Praça do Comércio, em Lisboa:

[...]. *O João Chagas surge na livraria, mais gordo, com um esplendido casacão alvadio:*

— Tenho estado preso diferentes vezes, mas nunca senti tanto a falta de liberdade como desta. [...]. *Agora foi a incomunicabilidade absoluta.* [...]. *E eu, que sabia que alguns grupos tinham combinado tudo como quem resolve um problema* [...]. *Um dia à noite tive a impressão nítida de que íamos ser fuzilados. Ouvi reboliço, as tropas carregaram as armas,* [...]. *O soldado encostou-se à porta — não pude espreitar. Ignorava tudo.* [...].

E o João Pinto dos Santos:

– Pude ver duma vez o Diário Ilustrado*, nas mãos dum soldado, com o retrato do rei, mas calculei: chegaram de Vila Viçosa.*

– Mas nem sequer reparou na tarja de luto?

– Eu não. O António José de Almeida diz que reparou e que desconfiou que o rei tinha sido morto. [...].[184:192-3]

Referimos, por último, o livro de memórias de infância *Alma*, de Manuel Alegre (1936-...) , publicado em 1995. No capítulo 8, o Presidente da Câmara Antoninho Pena, fervoroso situacionista, queria dar o nome de Geraldo Pais, o avô do narrador, que tinha sido chefe da Carbonária e um dos fundadores da República, *a uma rua de Alma, tendo para o efeito proposto uma avenida nova, que estava a ser aberta.* A mulher de Geraldo, Beatriz, e os amigos acharam estranha tal proposta, pois

que ele e o proponente tinham sido adversários políticos. Porém, após debater o assunto com familiares e amigos, quis saber a opinião do pai do narrador:

> [...]. *— E tu o que é que achas? — quis saber a minha avó, que até aí não lhe tinha perguntado nada.*
>
> *—Não acho nada, a Senhora é que sabe, a Senhora é que deve decidir. Se fosse comigo, eu aceitava. As intenções do Antoninho Pena passarão com ele, agora o nome da rua, esse fica.*
>
> *— És capaz de ter razão — disse secamente a minha avó, perante o espanto de minha mãe.*
>
> *E se bem o pensou, melhor o fez. Nesse mesmo dia informou os amigos que aceitava a proposta de Antoninho Pena. A quem, de imediato, escreveu no seu papel de carta sempre tarjado de luto.*
>
> *Creio que minha mãe, com certa inclinação para comandar e decidir, nunca perdoou inteiramente esse acto soberano e solitário de minha avó Beatriz.* [...].[109]

XIII

Cassete áudio

Figura 31 – Audio-cassette de 60 minutos (30 de cada lado).

• Intróito.

Nas primeiras décadas da segunda metade do século XX não havia ainda música "portável". Havia gravadores / reprodutores que usavam grandes bobines de fita magnética e os equipamentos eram pesados e caros. Nos Estados Unidos da América estavam a desenvolver-se os *cartridges* ou *cartuchos áudio*, vendidos já pré-gravados, basicamente destinados a serem reproduzidos em sistemas de som existentes em automóveis, sistema esse que, na Europa, nunca teve grande divulgação. Foi, portanto, uma autêntica revolução quando, em 1963, a Philips lançou as *áudio-cassettes*, que tinham sido desenvolvidas na Bélgica e que viriam a ser conhecidas também pelo alógrafo francês *K7*. O tempo ainda não tinha acelerado muito e a evolução tecnológica permitia que as *novidades* se mantivessem em voga durante décadas. Assim, as cassetes mantiveram-se como objectos manuseados no quotidiano das pessoas durante quase meio século.

Com a inovação das cassetes, cuja produção em massa se iniciou em 1964, na Alemanha, a música penetrou em todas as esferas de actuação da sociedade. As empresas discográficas rapidamente aproveitaram este novo suporte e, logo no final de 1965, na Europa, passaram a editar as músicas

e canções simultaneamente nos tradicionais discos de vinil e em cassete. As pessoas começaram não só a poder comprar as músicas que apreciavam neste novo formato, como as podiam gravar directamente a partir dos discos de vinil ou mesmo da rádio.

A adopção generalizada das *cassettes* fez prosperar o mercado paralelo, ilegal. Principalmente nas feiras ao ar livre, havia sempre comerciantes que vendiam ilegalmente cassetes pré-gravadas com as músicas da moda, em geral com baixa qualidade de som, mas a preços bastante módicos. Eram as chamadas *cassetes piratas*, que, obviamente, não pagavam direitos de autor nem impostos.

Essas *cassetes piratas* foram celebrizadas no início dos anos 80 pelo humorista Herman José (1954-...) na canção *Serafim Saudade*, interpretada pelo seu personagem *Toni Silva*, em que se cantava:

Serafim, Serafim aos molhos
A saudade nos meus olhos
Em mil lágrimas de prata
Serafim, Serafim artista da rádio
TV, disco e da cassete pirata.

A cassete (figura 31) era constituída, essencialmente, por duas pequenas bobines onde a fita magnética (com 3,8 mm de largura) era enrolada / desenrolada, as quais estavam alojadas numa caixa plástica, com 10 x 7 cm. Essas dimensões permitiam que fossem facilmente manuseadas e utilizadas, e que os leitores de *cassetes* fossem pequenos, facilmente transportáveis para qualquer lado, e que o seu preço fosse muito menor do que o dos gravadores de bobines. Porém, as *cassetes* iam-se gastando à medida que se iam gravando músicas por cima umas das outras. Por outro lado, por vezes, a fita enrolava-se nas cabeças de leitura. Quando tal acontecia, era preciso tirar pacientemente a fita e rebobiná-la, para o que, normalmente, se utilizava uma esferográfica, rodando-a após ser introduzida no orifício central de uma das bobines. De quando em vez, nestas operações, a fita partia-se. Nada de realmente grave: com calma e cuidado, bastava colá-la com fita-cola e ficava pronta a ser tocada novamente.

Como referimos, a largura total da fita era de 3,8 mm, a qual estava dividida em duas faixas: uma que era reproduzida à medida que a fita ia correndo, sendo preciso inverter a cassette para se poder ouvir a outra faixa, pelo que cada lado estava identificado com os algarismos “1” e “2”. Em modo estéreo, cada uma dessas faixas era constituída por dois “canais”, cada um com 0,6 mm de largura, que tinham uma separação de 0,3 mm de modo a evitar diafonia, ou seja, interferência entre canais. Portanto, cada faixa tinha 1,5 mm, havendo um espaçamento entre elas, o que dava a aludida largura de 3,8 mm.

Embora houvesse *cassettes* com menor duração de reprodução (comprimento da fita), as mais vulgarizadas eram as de 60 minutos (30 minutos de cada lado), que tinham espessura da ordem de 15 µm. Porém, surgiram rapidamente fitas que permitiam aumentar a duração de reprodução, o que era conseguido pela diminuição da espessura: nas de 90 minutos essa espessura era de cerca de 10 µm, e as de 120 minutos tinham apenas 6 µm. Chegaram a ser comercializadas fitas com duração ainda maior, de 180 minutos ou mais. Todavia, a redução da espessura da fita tornava-as muito frágeis e mais susceptíveis a sofrerem interferências e a partirem-se, pelo que eram as cassettes de 60 minutos (figura 32) e de 90 minutos que estavam mais vulgarizadas.

De modo a evitar que o que estava gravado fosse acidentalmente desgravado ao carregar-se por descuido na tecla de gravação, as *cassettes* estavam dotadas, na parte detrás, de um mecanismo que inibia tal possibilidade. De cada lado (correspondente a cada faixa) havia uma pequena aba de plástico: ao parti-la, tal permitia que aí entrasse uma pequena alavanca que impedia o funcionamento da operação de gravação. Todavia, caso mais tarde se quisesse voltar a gravar outra vez a cassette, tal era simples: bastava colar um pouco de fita adesiva tapando esse orifício.

Figura 32 – Gravador / leitor de audio-cassettes com uma delas e a caixa respectiva

Embora as *cassettes* e respectivas fitas tivessem elevada durabilidade, as cabeças de gravação e reprodução dos equipamentos careciam de manutenção regular para remover impurezas e poderem funcionar adequadamente. Uma das formas de fazer essa limpeza era esfregar ligeiramente as cabeças com a extremidade de uma *cotonete* embebida em álcool. Outro modo, talvez mais eficaz, era fazer correr no equipamento uma cassette especial, dita de limpeza, concebida para proceder com eficácia a essa manutenção.

• Sucessores das cassetes.

Como se disse, o sucesso das *cassetes* prolongou-se por quase meio século. No início, a pequena largura da fita e a velocidade reduzida com que eram lidas pelas cabeças de reprodução (o que permitia tempos de gravação mais longos, de pelo menos 30 minutos de cada lado), faziam com que a qualidade do som não fosse a melhor. Porém, a evolução tecnológica, tanto no que se refere às camadas magnéticas das fitas (óxido férrico, dióxido de crómio, de camada dupla, etc.), como às cabeças de gravação / reprodução e aos filtros (principalmente o sistema *Dolby Noise Reduction*), permitiu que essa qualidade de reprodução fosse progressivamente sendo melhorada.

No final dos anos 70 surgiu outra inovação que prolongaria o sucesso das *cassetes*: o *walkman*. Lançado pela Sony em 1979, tratava-se de um reprodutor de *cassetes* muito compacto, pouco maior que as dimensões das próprias cassetes, dotados de auriculares (geralmente designados por *phones*) que permitiam que a pessoa ouvisse as gravações sem incomodar quem estava à sua volta. Foi o advento do som individual, propiciando que cada um escutasse as músicas específicas da sua preferência sem incomodar quem estava próximo. Passou-se a levar a música *dentro do próprio bolso*. Tornou-se vulgar ver pessoas a andarem na rua ou a fazer exercício nos jardins com os auriculares (*headphones*) postos, cada uma a ouvir as canções de que mais gostava.

Outro desenvolvimento paralelo, mas não directamente relacionado com música, foi o aparecimento das chamadas *micro-cassettes* e respectivos gravadores (figura 33), por vezes designados como *dictafones*. Inicialmente, a sua utilização era profissional, por exemplo, para ditar cartas ou outros documentos que as dactilógrafas depois escreviam nas máquinas de escrever. Mas, com a introdu-

ção no mercado dos telefones com respondedores automáticos, em que era possível que quem fazia a chamada, se não fosse atendida, pudesse deixar uma mensagem gravada, que usavam estes tipos de fitas, estas *micro-cassettes* tiveram grande divulgação.

Mas a evolução tecnológica estava a acelerar. Nos anos 80 surgiram os CD (*Compact Discs*), já com som digital, o que permitia muito melhor qualidade sonora relativamente aos equipamentos analógicos. As *cassetes* entraram em declínio. As empresas discográficas passaram a editar os discos neste novo formato, acabando por abandonar as velhas *cassetes*. Com a adopção, pelo mercado, do novo sistema, o preço dos CDs baixou rapidamente. Todavia, as *cassetes* resistiram ainda durante algum tempo, mas na primeira década do século XXI acabaram por ser completamente ultrapassadas. Actualmente, as *cassetes* e os leitores de cassetes foram remetidos para a classe das velharias e das antiguidades.

Figura 33 – Gravador / leitor de micro-cassettes com uma delas ao lado. A escala corresponde a 5 cm.

Se a chamada *geração Y* ou *geração do milénio* (nascida nas décadas de 80 e de 90 do século passado) ainda se pode lembrar bem destas cassetes e dos *walkman*, tal dificilmente acontece com a *geração Z*, também conhecida por *iGeneration* (nascidos entre finais da década de 90 e 2010). Esta nasceu já com a *internet*, com os *iPhones*, os *iPods*, os *iPads* e com toda a gama de equipamentos correlatos. Para eles, é já inconcebível ouvir uma música com o característico ruído crepitante de fundo associado aos equipamentos de som analógico e, portanto, também das *áudio-cassettes*. Para eles, músicas e canções são já digitais, sendo descarregadas directamente a partir da *internet* e transportadas em *pen drives*, em *smartphones*, ou outros equipamentos do género. É uma geração profundamente digitalizada, para quem as *cassetes* áudio não passam de curiosos objectos de museu.

XIV

Cocho (ou *corcho* ou *cocharro*)

Figura 34 – *Cocho* de cortiça.

• Intróito.

O *cocho*, *coucho* ou *corcho*, também chamado *cocharro* no Alto Alentejo, é um recipiente ligeiro, feito de cortiça, que era usado com várias funções, designadamente para beber água. Em regiões onde os sobreiros pontilham a paisagem, como no sul da Beira Baixa e no Alentejo, pode dizer-se que não havia nascente ou fonte onde, pendurado num ramo baixo de uma árvore ou simplesmente pousado na borda, não estivesse disponível um *cocho*.

Não se sabia bem quem os fazia: com frequência eram manufacturados por pastores durante os tempos de vigilância do gado ou por outros a quem as lides do campo deixavam algum tempo livre. Para os fazerem, aproveitavam um pedaço de cortiça correspondente a um "nó" do sobreiro, em que o material tinha já a concavidade necessária. Com essa matéria-prima e com mãos habilidosas e ágeis, empunhando a mesma navalha com que cortavam o pão e o chouriço à merenda, iam golpeando, desbastando e polindo esse pedaço de cortiça até obterem a forma desejada. A maior parte correspondia a objectos toscos, mas funcionais. Porém, por vezes, encontravam-se alguns com ornamentações mais ou menos elaboradas, dependendo do tempo, da criatividade e da paciência de

quem os produzia. Não havia dois cochos iguais: todos parecidos, eram, contudo, todos diferentes: cada um era uma peça única!

Eram objectos simples, mas muito úteis para quem, no campo, principalmente nos calores abrasadores do Verão, passava por uma nascente e aproveitava para matar a sede. Nunca ouvi falar de um único caso em que o cocho de uma fonte tivesse sido roubado: eram objectos sem valor e, por outro lado, havia um respeito intrínseco pelos outros que precisariam de os utilizar, e pelos próprios que, mais tarde ou mais cedo, voltariam por eles a beber.

Lembro-me bem de, na minha juventude, percorrendo o silêncio dos campos carregado dos cantares das cigarras e dos grilos, entrecortado pelos trinados dos pássaros, me ter dessedentado em nascentes de água fresca, que normalmente brotavam no interior de um renque de vegetação mais densa. Lembro-me, ainda criança, com meu avô, de ir beber água a uma fonte, e de, depois de matar a sede, me ter posto a brincar com o cocho, arrastando-o na lama para tentar apanhar alguma rã. Meu avô, sempre atento, sem se alterar, disse-me simplesmente: *Ao fim do dia, quando voltarmos, é aqui que vamos beber outra vez*. Não foi preciso mais: de pronto lavei cuidadosamente o cocho e voltei a colocá-lo, quase com reverência, no seu lugar ...

• Cocho e análogos nos dicionários.

Os vocábulos cocho e corcho aparecem nalguns dicionários mais antigos, mas com uma acepção um pouco diferente da que aqui aludimos. Com frequência é identificado com uma vasilha de levar aos pedreiros a cal amassada ou o barro para a obra, podendo também ser outros os materiais de construção. É com este significado que João de Barros (1496-1570), em 1553, na Segunda Década da *Ásia*, se lhes refere ao falar do cerco de Goa, onde se tinham refugiado, também, muitos nativos,

> [...]. *Haveria neste tempo dentro da cidade de Goa até mil duzentos e cinquenta homens de peleja: os quatrocentos e cinquenta portugueses*, *e todos os mais eram canaris da terra.* [...]. *Porque, como o cerco da cidade durou muito e os combates eram amiúde, eles e as mulheres ajudavam bem, não lhe saindo da cabeça de dia e de noite os cestos da terra e os cochos de barro, acudindo a tapar e reparar com um fervor, como se foram os próprios portugueses* [...].[153:303]

Na realidade, quando era jovem, lembro-me de ver, na aldeia, construir casas de taipa, e de que a terra amassada pelos homens era transportada à cabeça, por mulheres, em tabuleiros circulares de cortiça, a que, se a memória me não atraiçoa, também chamavam cochos.

Julgo que os termos *cocho*, *coche*, *coucho*, *corcho*, *corcha* e talvez outros parecidos, significando, de uma ou de outra forma recipientes, podem ser variantes, na maior parte possivelmente regionalismos, designativos de objectos semelhantes e etimologicamente relacionados.

Em 1813, o dicionário de Morais Silva inclui alguns destes termos, mas com significado diferente do que aqui lhe damos:

> *COCHE. Carruagem de quatro rodas* [...]. *§* coche de cal*: é uma pá, com uma tábua levantada por um lado e outra por testeira, na qual o servidor do pedreiro leva a cal amassada.*[379:407]
> *COCHO ou Coche. Vasilha de levar aos pedreiros a cal amassada para a obra.* [...]..[379:407]
> *CORCHA. Casca, cortiça da árvore.* [...]..[379:470]

É no *Thesouro da Lingua Portugueza*, de 1873, de Domingos Vieira (1775-1857), que encontramos acepção parecida com a que lhe damos, apresentada como regionalismo (*sic*):

> *CÓCHO ou CÓCHE, Coche de levar cal ou barro.*
> *— Vasilha de levar aos pedreiros a cal amassada para a obra.*
> *— Termo do Alemtejo. Vaso para agua, etc.*[422:263]

Está também aí incluído *Corcha* com o significado de *casca, cortiça da árvore, principalmente a casca dos sobreiros. Rolha de cortiça*[422:263].

O dicionário de Caldas Aulete (1823-1878), publicado em 1881, embora não tenha especificamente o termo *cocho*, repete em grande parte estes conceitos, designando o nosso *cocho* como *corcho*:

> *Coche, carruagem fechada* [...]. | *(Pedr.) Pá de madeira com rebordos para acarretar a cal amassada | Vaso ou tabuleiro de cortiça, de fundo concavo, onde se faz a primitiva lavagem ou desencardimento da roupa. [Também se chama cochela.].*[141:343]
>
> *Corcha, casca da árvore, cortiça. | Rolha de cortiça.* [...].[141:404]
>
> *Corcho*, *vaso hemisférico de cortiça, que no Alentejo usam os camponeses para beber água. | F. esp. Corcha.*[141:404]

O dicionário de Cândido de Figueiredo (1846-1925), de 1899, é mais explícito, e aí aparece também, como regionalismo, o vocábulo *cocharro*:

> *Cocharra, (V. cucharra).* [256:309]
>
> *Cocharro, (prov. alent.) vaso de cortiça cuja cavidade é natural, por corresponder a um nó da árvore respectiva. (Cp.* [compare] *côcho).*[256:309]
>
> *Coche, carruagem antiga e rica; sege;* [...]; *tabuleiro para conduzir cal amassada.* [...].[256:309]
>
> *Cocho, tabuleiro para transportar cal amassada; (bras.) espécie de vasilha oblonga onde se põe água ou comida para o gado* [...].[256:309]
>
> *Corcho, vaso de cortiça, usado no Alentejo; (prov.) enfiada de peças de cortiça com que se fazem flutuar aparelhos de pesca;* [...]*; (prov. alg.) cortiço das abelhas; (prov. alg.) pequena tábua em que os serventes de pedreiro levo a argamassa;*[...][256:346]
>
> *Cucharra, colher de chifre; colher com que se deita pólvora na peça de artilharia.* [...].[256:367]
>
> *Cucharro, (V.* Cocharro*).* [256:367]

Finalmente, estes termos aparecem consignados da seguinte forma no dicionário on-line Priberam:

> *Cocho. 1. Tabuleiro para conduzir cal amassada.* [...]. *3. Espécie de vasilha onde se põe água para o gado.* [...]. *5. Espécie de copo ou de recipiente de cortiça.*
>
> *Corcho. 1. Vaso de cortiça usado no Alentejo. 2. Cortiço de abelhas. 3. Pequeno a tábua em que os serventes de pedreiro levam a argamassa. 4. [Regionalismo] enfiadas de pedaços de cortiça, usados como flutuadores nos aparelhos de pesca.*
>
> *Cucharra. Colher feita de chifre, madeira ou cortiça. 2. [Antigo] [Armamento] colher com que se media a pólvora para as peças.*
>
> *Cucharro. [Portugal: Alentejo] Colher feita de cortiça.*[357]

Estão também incluídos no dicionário de português da Infopédia, da Porto Editora:

> *Cocharra, colher.*
>
> *Cocharro, escudela de cortiça usada nas províncias portuguesas do Alentejo e Algarve.*
>
> *Cocho. 1. designação extensiva a diferentes tipos de recipientes, de formatos e materiais variáveis, usados para fins diversos. 2. tabuleiro usado para transportar argamassa.* [...]. *4. (regionalismo) vasilha usada para dar água ou comida ao gado, 5. (Alentejo) recipiente côncavo de cortiça, semelhante a uma colher grande, usado para beber água de fontes, bilhas, etc.; corcho* [...].
>
> *Corcho. 1 conjunto das bóias que sustêm a rede de pesca. 2. (Alentejo) recipiente côncavo de cortiça, semelhante a uma colher grande, usado para beber água de fontes, bilhas, etc.; cocho. 3. (regionalismo) (Algarve) habitação de abelhas; cortiço* [...]

Cucharra 1. colher com que se media a pólvora para as peças. 2. colher feita de chifre. 3. colher grosseira feita de madeira.[280]

Quanto à etimologia, apenas alguns dicionários a indicam e, essencialmente, para o vocábulo *Corcha*. É o que se verifica, por exemplo, no *Novo diccionario critico e etymologico*, de Francisco Solano Constâncio (1777-1846), publicado em 1836, embora *corcha* não tenha aí a acepção que aqui lhe damos. Dá-se aí como origem do termo o étimo latino *cortex, casca*, mas também o árabe *caxra, cortiça*[224:315], etimologia dupla que é repetida noutros dicionários.

Julgamos poder deduzir-se que *cocho* (tal como outras palavras aparentadas) é uma simplificação de *corcho*, proveniente do étimo latino *cortex* (cortiça) provavelmente através do espanhol, o que, de certa forma, parece ser confirmado pelo *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos* de Leite de Vasconcelos (1858-1941), do qual extraímos alguns verbetes:

Cocha. 'alguidar de cortiça em que se lavam as talhas da água, esfregando-as em pedra ou outras cortiças'. Cebolais (concelho de Castelo Branco).

Cocharra. 'colher feita de chifre'. Beira Baixa.

Cocharro. [1] Beja. É o cocho *de Évora. [2] Vid.* cuxarro.

Cocho. [1] 'espécie de cesto'. Penajoia. [...]*. [2] Vid.* coxo *(pronúncia). [3] 'vaso de cortiça alentejano'. O étimo deve ser o esp.* corcho*. [4] 'vaso pequeno, como os do Alentejo' corrente em Castelo Branco. De Cortiça. [5] (pron.* côxo*). 'Vaso de cortiça mais ou menos concavo, maior ou menor': serve para beber água, lavar as mãos, condução de roupa para lavar. Tem pois várias aplicações conforme o tamanho. Grândola. Cf. hesp.* corcho*.*

Côicho. 'espécie de prato de cortiça'. Beira Baixa.

Concho. [...]. *[4] 'Vaso de folha ou de cortiça com um cabo comprido e que serve para despejar os poços no Verão'. Trás-os-Montes.*

Côrcha. (tch), é um nome dos cortiços de abelhas. Almeida (B. Baixa).

Corcho. [1] 1) 'pequena tábua em que os serventes de pedreiros levam a argamassa' e 2) como em espanhol, 'cortiço de abelhas'. Algarve. [...]. *[2] (tch) 'cortiço para as abelhas, etc. Almeida (B. Baixa).* [...]. *[4] 'rolha, cortiço' (Castelo Branco) e* côrxo *('cortiço de abelhas'), Mértola. [5] 'cortiço d'abelhas'. Mértola. Cf. esp.* Corcho*: 'cortiça, rolha'*. [...].

Côxo. [1] ['tábua quadrada, sem beiras, para acarretar a cal ou o barro á cabeça, para o pé do pedreiro ou caiador'. Estremoz.]. [2] 'escudela de cortiça'. Alentejo. [3] (isto é 'cocho'). Dá-se metaforicamente este nome a uma espécie de cavaca concava, com a forma de cocho. Redondo.

Cucharra. 'colher de cabo largo': Valezim, Beira Baixa. [...].

Cucharro. 'espécie de escudela de cortiça'. Algarve.[407:n/p]

Segundo o *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa* (de 2013), de Adalberto Alves, o vocábulo *cocharro*, usado nalgumas zonas do Alentejo, provém do árabe *quxûr* = invólucro, escudela de cortiça para guardar e transportar alimentos, do qual teria derivado *cocho*, significando, entre outros, *colher grande de cortiça para beber água*[114:405].

É ainda de ter em consideração um interessante artigo do filólogo e etnógrafo alemão Fritz Krüger (1889-1974) publicado em 1938 no *Boletim de Filologia*, em que se diz:

[...]. *Formam uma última série de objectos feitos de cortiça os* vasos, *as* escudelas *e outros utensílios semelhantes que se empregam na casa ou nos campos. São particularmente frequentes no Sul, como explica facilmente o meio geográfico. Encontram-se* [...] *dispersos por todas as pequenas casas do Barranco* [do Velho, no Algarve] [...]. *«*[...] *Ao lado do* cocharro *para beber água, que é tirado da saliência dum tronco mal cortado, encontrareis a* bacia *de lavar o rosto* [...]*, o*

banquinho *perto da lareira;* [...]*, a* marmita*, apurada, de flor talhada na tampa, e que servirá para conservar quente o jantar* [almoço] *que tem de ser transportado de longe* [...]*; e tantos outros objectos, que seria fastidioso enumerar* [...]

[...]. *O* cocharro [...] *É uma espécie de escudela pequena de cortiça, espalhada no Algarve e no Alentejo* [...]. *É a escudela típica daquelas terras, mencionada por vários autores:* encharro, cocharro *«vaso de cortiça, em regra com a forma de hemisfério» (Alportel, no Algarve), à qual se relacionam estreitamente os* cochos *«escudelas para água»* [...], *e finalmente o* côxo *«taça para beber água» e as maiores chamadas* coxarro *e empregadas como receptáculos nas lavagens de louça ou roupa, ou como gamela para os animais no Alentejo.* [...].

A etimologia desta palavra até hoje ainda não ficou bem esclarecida. [...]. *Observamos: 1.º que o que caracteriza todos estes vasos-escudelas é o material: a cortiça; 2.º que desse material derivam as designações de inúmeros utensílios usados em Portugal, na Espanha, etc. Parece pois provável que também a origem de* cocho-cocharro-cucharro *se encontre procurando nesta direcção. O que dá certeza à nossa conjectura é que, precisamente no Sul, a palavra* corcho *aparece no sentido de cortiço de colmeia, correspondente ao* cortiço *do resto do país e mais especialmente do Norte, existindo além disso no Alentejo* [...] *ao lado de* cocho, cocharro *a forma original* corcho *no mesmo sentido de «vaso de cortiça» e no Algarve a mesma palavra* corcho *para designar uma pequena tábua em que os serventes de pedreiro levam a argamassa.*

Tudo isto demonstra claramente que a origem de cocho*,* cocharro*,* cucharro, *conforme ao material empregado, não pode ser outra senão* corcho *= cortiça. A redução de* r *será devida a uma dissimilação* corcharro *> cocharro, pois que aparecem as duas variantes corcho – cocho.*[284:152-4]

• Cochos e cocharros na literatura.

Na literatura portuguesa, as palavras *cocho*, *corcho* ou *cocharro* aparecem esporadicamente nalgumas obras (pois que são regionalismos). Apontamos como exemplo o poema *Pegureiro do Parnaso*, de António Peixoto de Guimarães, publicado em 1728 no 5.º tomo da *Fénix Renascida*, em que, a certa altura, se diz (*sic*):

Em fim da fonte nos cristaes serenos
Os poucos bebem mais, os muytos menos.
Aquelle que cantar armas promete,
[...]. *Bebe por morriaõ, ou capacete,*
Que naõ julgamos nòs por muy grande erro
Beber por ferro, quem cantar de ferro.
Aquelle que compor sylvas cobiça
Sò bebe por hum corcho de cortiça.
Os comicos Poetantes
Bebem da fonte sem tirar os guantes. [...].[274]

No romance histórico *O Castelo de Monsanto*, publicado em 1879, Guilhermino de Barros (1828-1900), no capítulo *A queijeira e o castelo da Ordem de Cristo*, após referir que essa queijeira tinha mandado ser construída pela Ordem numa *colina, que ficava a melo caminho de Penha Garcia e Monsanto*, diz-se que recebeu, certo dia ao anoitecer, a visita do comendador D. Garcia. Estando no interior, alumiados apenas por uma candeia de azeite, foram avisados da passagem de mercadores da Covilhã que tentavam passar sem pagar os devidos tributos. D. Garcia e seus homens saíram-lhes ao caminho, obrigando-os a efectuar os pagamentos, após o que, com fome, regressaram à queijaria de onde tinham partido, com a brutalidade que era vulgar naquela época exercer sobre os subordinados:

— [...] *dá-nos uma vez de soro e requeijão, se os cachopos o não lamberam todo... ah! Lobinhos — gritou ele empurrando com o pé os filhos do solarengo que dormiam sobre umas palhas no meio da estreita casa* [...]

Acordaram as crianças da profundeza do sono [...] *em estrepitosa berraria*.

— Olá! Bruxa, — continuou o comendador dirigindo-se brutalmente à mãe — cala os diabretes ou experimento-lhe a dureza do casco nas ferraduras dos borseguins. [...].

Faz o terror milagres, e, nesta conjunção deu-se o caso; calaram-se em pouco os gritos, reinou o silêncio [...]

— Então! — continuou o comendador feita uma grande pausa — bebe-se ou não? Come-se? Sus! Roupeiro.

Acudiu este diligente chegando à boca do amo um cocho pleno de soro e assim aos outros.

Encheu depois uma escudela de pau de castanho de requeijão e distribuiu uma colher de madeira do ar a cada conviva. [...].[151:68-9]

No conto *A Verruga*, de Brito Camacho (1862-1934), integrado no livro *Quadros Alentejanos*, publicado em 1925, que trata de uma mulher que tinha casado com um homem *que tinha a alcunha de Verruga, e logo o povo entrou a chamar-lhe pela alcunha do marido*, ao descrever a sua casa, o autor refere que:

[...]. *Ao lado do poial das quartas, bastante alto, pendurara ela a copeira, com lugar para quatro copos, um de água, dois de vinho e outro, mais pequeno, para licor. Bem entendido, a Verruga bebia por uma púcara de barro ou pelo cocharro, segundo a época do ano; as visitas é que bebiam por copo.* [...].[197:261]

Como exemplo da utilização do vocábulo *cocho* na literatura contemporânea, podemos fazer alusão ao romance *Aparição*, originalmente publicado em 1959, de Vergílio Ferreira (1916-1996) ,. Tendo bastante de autobiográfico, a história inicia-se com a chegada a Évora, no início de mais um ano lectivo, do professor Alberto Soares, o narrador. Aí, cedo se relaciona com o Dr. Moura, médico, antigo colega de seu pai. A certa altura, Alberto e Moura vão de carro, de regresso de uma visita que o médico tinha feito a uma paciente que residia num monte:

[...]. *Subitamente, à beira de um monte, um homem de pelico ergueu a mão ao carro.* [...]. *Moura parou e reconheceu o homem:*

— Você outra vez? Então o que é que há de novo? [...]

E o homem contou uma história incrível. Moura já a conhecia, porque fez referência a uma consulta na cidade. Mas de nada lhe valeu, porque o homem queria contá-la outra vez desde o princípio. Receava decerto que lhe tivesse falhado algum pormenor e que isso lhe destruísse a esperança. Contava-a agora de novo:

— Quando foi da sementeira, o patrão Arnaldo disse-me: «Ó Bailote, tu já não tens a mesma mão para semear». Porque eu, senhor doutor, tive sempre uma mão funda, assim grande, como um cocho de cortiça. Eu metia a mão ao saco e vinha cheia de semente. Atirava-a à terra e semeava uma jeira num ar.[255:60-62]

XV

Corna

Figura 35 – *Corna* tapada e destapada, com a tampa ao lado, vendo-se o interior.

• Intróito.

Antigamente, em especial nas aldeias, a vida caracterizava-se pelo aproveitamento maximizado dos recursos naturais disponíveis. Para levar alimentos para serem consumidos nas pausas dos trabalhos no campo, os recipientes de barro não eram apropriados, pois que se quebravam com certa facilidade (o plástico só viria a aparecer bastante mais tarde). Utilizavam-se, então, outros utensílios alternativos, entre os quais as *cornas*, pequenas caixas feitas a partir da parte basal dos cornos de boi, que mais facilmente aguentavam os impactos durante o transporte e o manuseamento.

Era nessas *cornas* (figura 35) que os trabalhadores do campo punham um bocado de toucinho e azeitonas, que seriam consumidos para recuperar as forças durante uma pausa para descanso, eventualmente à sombra de um chaparro, abrigados da abrasadora calina do Estio ou junto a uma pequena fogueira que proporcionava alguma protecção do frio cortante invernal.

Desde, pelo menos, a Antiguidade Clássica que as populações aproveitavam os chifres de bovinos para fazerem recipientes: eram resistentes, baratos e cómodos, pelo que eram utilizados com múltiplas funções, desde simples copos a contentores de líquidos e sólidos. Mais tarde, com a divulga-

ção da pólvora, tais recipientes foram utilizados como polvorinhos, receptáculos em que soldados e caçadores transportavam essa substância para utilizar nos seus arcabuzes e mosquetes. Nestas circunstâncias, não surpreende, portanto, que no nosso meio rural, endemicamente pobre, a utilização desses tipos de recipientes tenha persistido até meados do século XX.

Os bovinos eram dádivas da natureza que as populações aproveitavam ao máximo: em vida, muito do trabalho que envolvia grande força era por eles desempenhado, desde o lavrar a terra para preparar as novas colheitas, a ajudar a malhar o cereal na eira, desde puxar os carros (de bois) para transportar cargas pesadas, a movimentar a nora para trazer água para a superfície, e muitas outras actividades agrícolas. Além disso, as vacas proporcionavam também leite. Depois de morrerem, continuavam a ser úteis, pois que deles, além da carne, se tiravam as peles com que se preparavam couros, mas também os cornos eram trabalhados para fazer os recipientes aludidos. Estes tinham designações variadas consoante a região e a função.

Na parte sul da Beira Baixa produziam-se essencialmente dois tipos destes receptáculos, que tinham funções diferentes: com a parte da base do corno, de maior diâmetro, faziam-se as denominadas *cornas*, ou seja, caixas para transportar sólidos, normalmente alimentos; a parte mais fina era aproveitada para fazer os chamados *frascos* (que referimos noutro capítulo), mais estreitos, que serviam para levar líquidos, em geral azeite e vinagre. Porém, noutras regiões, as designações variavam. Nalgumas eram ambos designados por *cornas*. Noutras, eram apelidados, de acordo com a função, como *azeitoneiras* e *azeiteiras*, embora o nome fosse por vezes precedido pelo substantivo *corna*.

Como já referimos, algumas eram profusamente decoradas, constituindo verdadeiras obras de arte (figura 36). Todavia, na grande maioria, eram puramente funcionais, não ostentando quaisquer motivos decorativos especiais.

• Cornas nos dicionários.

O vocábulo *corna*, com este significado, está dicionarizado pelo menos desde a primeira metade do século XVIII. Com efeito, Rafael Bluteau (1638-1734), no *Suplemento* ao seu *Vocabulário Português e Latino*, de 1727, complementa o verbete *Corna* (que tinha apresentado em 1712, no segundo volume da obra, como sendo a *armação das pontas ou cornos do veado*[163:c549]) dizendo:

> *Também é uma ponta de boi, tapada por baixo com cortiça, e por cima com rolha tiradiça; serve de levar carne, peixe, e mais provimentos a quem vai à caça, e aos homens do campo.*[170:261]

Basicamente, essa acepção é retida na 1.ª edição do *Diccionario da Lingua Portugueza*, de 1789 (ainda atribuído a Raphael Bluteau, apesar deste ter falecido mais de meio século antes, mas *reformado e accrescentado por António de Morais Silva*), onde está incluído o verbete

> *Corna, a armação das pontas do veado, boi, cornadura*. *§ O corno tapado, em que a gente do campo leva mantimento.*[172:330]

O termo *corna*, com esta acepção, aparece de forma recorrente em vários outros dicionários posteriores, apenas com ligeiras adaptações, como, por exemplo, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1806 (*O corno, de que usam os camponeses para levar alguma coisa*[121:n.p.]), o dicionário de Morais Silva (1755-1824), de 1813 (*O corno tapado, em que a gente do campo leva mantimento*[379:472]), e o *Novo dicionário crítico e etimológico*, de 1836 (*corno em que os pastores levam mantimento*[224:316]). Todavia, vários outros dicionários não contêm este vocábulo (pelo menos com esta acepção).

Tal verifica-se mesmo nos dicionários do final do século XIX. O dicionário dito de Caldas Aulete (1823-1878), publicado em 1881, não incluiu este termo. Já o de Cândido de Figueiredo (1846-1925), de 1899, tem o verbete *corna*, apresentando diferentes significados para o vocábulo, um dos quais o de recipiente (que diz ser um provincianismo alentejano), bem como outros entretanto desaparecidos, e que nos deixam, actualmente, um pouco surpreendidos:

> *Corna, espécie de meio bastião, nas fortificações; (ant.) o mesmo que corno; (prov. Alent.) chavelho de boi, aplicado a recipiente de líquidos ou comestíveis e a outros usos; (prov.) colher de ponta de cabra; (ant.) espécie de meia lua, feita de tecido consistente, e com que se conservavam erguidos os penteados*.[256:348]

Figura 36 – Duas cornas profusamente decoradas.

Nos dicionários do século XX e actuais que consultámos, o comportamento é também heterogéneo: uns não têm o vocábulo; outros, embora contenham o termo, apenas lhe atribuem acepções diferentes da que nos interessa; e outros ainda, incluem-no atribuindo-lhe significado parecido com o que acima foi explicitado. Por exemplo, no dicionário da Porto Editora, de 1981, uma das acepções contempladas é: *Chavelho de boi para conter líquidos*[227:377].

Mais recentemente, o dicionário *on-line* de português da *Infopédia*, da Porto Editora, tem o seguinte:

> *Corna. 1. espécie de meio bastião. 2. colher feita de chifre de cabra. 3. (regionalismo) chavelho de boi usado para conter líquidos. 4. Cornadura.*[280]

Leite de Vasconcelos (1858-1941), num texto de 1938, ao descrever uma corna alentejana pertencente ao Museu Etnológico, refere que:

> [...]. *Corna tem neste caso a significação de recipiente feito de um segmento de chifre de boi, de 0,15 m a 0,20 m, 'plus minus', de altura, com fundo e tampa de cortiça, e a superfície muitas vezes cheia de lavores artísticos,* [...]*; serve principalmente para conter azeitonas, mas pode conter carne de porco, e outros mantimentos, e servir de vaso de beber. Utilizam-na os pastores e trabalhadores do Alentejo, quando vão para o campo.* [Nota: [...]. *Em Trás-os-Montes, por exemplo, há destes artefactos também ornamentados: em Valpaços chamam-lhes* galhas *(a palavra* galha *está para* galho*, como* corna *para* corno*), e lá obtive um exemplar em 1915 para o Museu Etnológico.*] [...].[405:435]
>
> [...]. *Em tempos modernos, a nossa própria etnografia* [...] *nos ministra vários documentos comparativos. Em Mértola os trabalhadores que vão para o campo levam azeite e vinagre em dois enormes chifres, e o mesmo fazem os «quinteiros» da Covilhã, quando vão dar dias fora; no primeiro caso os chifres chamam-se* cornas *(donde a expressão «aviar as cornas»), no segundo* azeiteiros*. A palavra* azeiteiro *aplica-se em Avis a um chifre que serve para conter azeite e vinagre, e em Óbidos, e igualmente na Covilhã, a outro em que os «carreiros» levam azeite e sebo com que untam os eixos dos carros, para estes não chiarem.* [...].[405:441]

Tal demonstra bem a variedade de usos que, até meados do século XX, era dado aos utensílios deste tipo. Porém, na minha aldeia, como já referimos, eram essencialmente utilizados dois: a *corna*, para levar o conduto para a merenda, e o *frasco*, onde se transportava o azeite e o vinagre.

• **Cornas na literatura.**

Sendo *corna*, na acepção que aqui lhe damos, um regionalismo, as referências que encontramos na literatura são poucas e, normalmente, de escritores do Alentejo e da Beira. É o caso, por exemplo, de Manuel de Brito Camacho (1862-1934), médico, escritor e político, que nasceu perto da vila de Aljustrel, bem no interior do Alentejo. No conto *O compadre João Catarino*, incluído no seu livro *Gente Rústica*, publicado em 1921, diz-se a certa altura:

> [...]. *Em vindo o tempo dos ninhos, logo de manhã, muito cedo, abalava para as ovelhas, a maior parte das vezes sem dizer para onde ia, com receio de que me empatassem as vazas. Metia um pão alvo dentro de um taleigo, juntava-lhe um ou dois queijos de ovelha ou de cabra, quando podia ser, escamoteava um chouriço para assar no espeto, e pernas para que vos quero, numa correria desaustinada, até me apanhar longe do Monte.* [...]. *As colheres eram de pau do ar* [de chifre]*, com o cabo cheio de arabescos, alguns denotando um fino gosto artístico e uma perfeição de técnica verdadeiramente extraordinária. A corna das azeitonas também era coberta de lavores, e uma das chaves do azeite, a maior, tapada com uma rolha de cortiça, era um chavelho tão lindo, com baixos-relevos tão bem executados, que ficaria bem um par assim na cabeça de um príncipe.*[193:105]

XVI

Coroa (50 centavos) (e a evolução da moeda portuguesa)

Figura 37 – Moedas de 50 centavos, vulgarmente conhecidas por "coroas" ou "cinco tostões", que foram sendo sucessivamente cunhadas ao longo do século XX.

• Intróito.

Com a implantação da República, em 1910, e subsequente modificação da unidade monetária, foi estabelecido que a nova moeda seria o *escudo*, o qual equivaleria a mil réis. Esta correspondência simples permitiu que alguns vocábulos que eram atribuídos no antecedente a determinadas moedas tivessem transitado, na voz popular, para as novas moedas. Tal aconteceu principalmente com o *tostão* (a que dedicamos um capítulo), que era a designação popular atribuída em tempos monárquicos aos cem réis, e que passou a ser aplicada, nos tempos republicanos, à moeda de 10 centavos (equivalente a 100 réis). Tal aconteceu também com o termo *coroa* que, na monarquia, designava popularmente a moeda de 500 réis e que na república passou a ser aplicado à de 50 centavos (equivalente a 500 réis), que era igualmente chamada de *cinco tostões*. Porém, como é natural, a história da *coroa* é longa e nem sempre teve o valor de 500 réis.

• **História das *coroas*.**

- As coroas monárquicas.

Coroa foi o nome por que foram conhecidas várias moedas portuguesas de ouro e de prata, que assim eram chamadas por evidenciarem, de um dos lados, a coroa real. A primeira foi mandada cunhar em ouro no curto reinado (1433-1438) de D. Duarte I. Seria, na altura, moeda de grande valor, o que é atestado, por exemplo, pela Bula de João XXIII, de 1413, que confirma o amplo património que *D. Nuno Álvares Pereira havia dado ao seu Convento do Carmo de Lisboa,* [onde] *se diz que todo o rendimento de tão copiosas fazendas eram 300 Coroas de ouro, que são, da nossa moeda presente* [final do século XVIII], *64 800 réis*[427:310].

No seu *Elucidário*, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) diz-nos:

> *COROA. Moeda de ouro que fez lavrar El-Rei D. Duarte. Havia* Coroas Velhas [as portuguesas], *e Coroas de França. Até ao tempo de El-Rei D. Manuel valeram 216 réis, mas no seu reinado foram reduzidas ao valor de 120 réis, e assim* [se] *perseveraram até El-Rei D. Sebastião, em cujo tempo se acabaram. E no tempo de El-Rei D. Afonso V uma* Dobra *(que eram* duas Coroas*) valiam 230 réis e, por conseguinte, só a* Coroa *valeria 115 réis. Também correu esta moeda no tempo dos nossos primeiros Reis; mas não consta com que preço.*[427:310]

O tempo foi passando, ao que cremos sem moedas que fossem apelidadas de *coroas* (depois do reinado de D. Sebastião), até que ascendeu ao trono, em 1826, Maria da Glória (1819-1853), filha de D. Pedro IV, a primeira rainha constitucional portuguesa, que governaria com o nome de D. Maria II. Eram tempos conturbados esses que se seguiram à Guerra Peninsular e às invasões francesas (1807-1813) e, depois, à independência do Brasil (1821 a 1825). D. Maria II acabou por ser deposta em 1828 aquando do levantamento absolutista liderado por seu tio, noivo e regente D. Miguel I **xxxxx**, o qual foi proclamado rei pelas Cortes. Seguiram-se as *Guerras Liberais*, que se prolongaram até 1834, tendo nesse ano D. Maria II sido reposta no trono. Os problemas existentes, acrescidos da dificuldade da Casa da Moeda em cunhar novas moedas, levou mesmo a que, pelo Decreto de 23 de Julho de 1834 (art.º 5), fossem *admitidos como moeda corrente nestes Reinos os Soberanos ingleses com o valor de 4 120 réis, e os Pesos duros espanhóis e mexicanos com o valor de 870 réis*[44]. Foi esta a forma encontrada para que houvesse moeda circulante no país.

Porém, logo no ano seguinte, pela Lei de 24 de Abril de 1835, seria adoptado o sistema decimal, abandonando, portanto, a antiga organização monetária. Diz-se aí logo no princípio que:

> Artigo 1.º *Depois da reforma da Casa da Moeda, e ao mais tardar depois do dia trinta de Junho deste ano, toda a moeda de ouro e prata que se lavrar, será decimal* [...].
>
> Art. 4.° *As moedas de prata serão somente dos valores de mil, quinhentos, duzentos, e cem réis. As moedas de mil réis correrão com o nome de Coroas* [...]. *As moedas de quinhentos réis correrão com o nome de Meias Coroas; terão a metade do peso das antecedentes,* [...].
>
> Art. 5.° *As moedas de mil e de quinhentos réis terão de um lado a Efígie da Rainha* [...]; *no reverso o Escudo das Armas Nacionais* [coroado] [...].
>
> Art. 6.° *As moedas de ouro lavrar-se-ão somente dos valores de cinco mil réis, e de dois mil e quinhentos réis. As primeiras correrão com o nome de* Coroas de Ouro [...]. *As segundas* [...] *correrão com o nome de* Meias Coroas de Ouro. *Assim, uma das primeiras e uma das segundas valem juntamente sete mil e quinhentos réis, e pesam quatro oitavas, que é o peso das moedas correntes de sete mil e quinhentos* [que eram designadas por *peças*]. [...].

> Art. 8.° *As moedas fabricadas na conformidade dos artigos antecedentes correrão pelos seus respectivos e determinados valores conjuntamente com as moedas que actualmente se acham em circulação*. [...].[46]

Deste modo, voltaram a existir no país moedas portuguesas de *coroa*. As *peças* de ouro e os *cruzados* de prata foram trocados pelas *coroas* e *meias coroas* (figura 38), as quais tinham no reverso um escudo de armas coroado em substituição da Cruz de Cristo. Também os doze, seis e três *vinténs*, os *tostões* e os *meio tostões* viriam a ser substituídos pelas moedas de 500, 200 e 100 réis de prata. Como estipulado pelo artigo 8.º, durante algum tempo coexistiram os dois sistemas.

Figura 38 – Moedas de 5 000 réis do sistema decimal, definidas como *coroas de ouro* e *meias coroas de ouro* por D. Maria II e por D. Pedro V.

No entanto, a cunhagem das novas moedas de ouro não decorria com a celeridade pretendida, o que levou a que, pelo Decreto de 16 de Junho de 1835, se tivesse estipulado que continuaria a circular oficialmente no país moeda estrangeira. Com efeito, no preâmbulo desse diploma refere-se que:

> *Tomando em consideração que a nova máquina de amoedar, mandada vir de Inglaterra, acaba apenas de chegar, e não poderá sem grande demora ser empregada na conversão dos Soberanos ingleses e Pesos Duros espanhóis em moeda Portuguesa; considerando outrossim que pelo antigo processo usado na Casa da Moeda não é possível conseguir essa conversão de modo que se evite o grave dano que resultaria do empate dos capitais e da falta que tais espécies fariam na circulação, quando, sem serem prontamente substituídas, cessasse o seu curso legal* [...]. *Hei por bem,* [...], *decretar* [...] *que os Soberanos Ingleses e Pesos Duros Espanhóis continuam a correr até que seja possível convertê-los em Moeda Portuguesa* [...].[45]

Por essa mesma razão, a 27 de Junho desse ano, reconhecendo-se que era *absolutamente impraticável pôr em execução a Lei de 24 de Abril do corrente ano antes de se concluírem os trabalhos de que está pendente a colocação e exercício da nova máquina de cunhar*, determinou-se que *se continuem a lavrar moedas de ouro e de prata do peso, toque, valor, forma, e denominação das que até aqui se têm legalmente cunhado*[135:404]. Desta forma, a produção a ritmo satisfatório das novas *coroas* e restantes moedas estava comprometida. A nova máquina da Casa da Moeda tardaria a cunhar rotineiramente as novas *coroas*.

Assim, continuava a ser escassa a moeda nacional circulante, pelo que, em 1846 e 1847, foram adicionadas às moedas estrangeiras com circulação admitida no país, entre outras, as *águias de ouro* dos Estados Unidos da América e as *onças* de ouro peruanas, chilenas, bolivianas, argentinas e mexicanas, as *patacas* chamadas *sevilhanas,* as *onças* de ouro mexicanas e as *peças* de ouro do Império do Brasil. Assim, grande parte, talvez a maioria das moedas de ouro circulantes no país era estrangeira. Passados 12 anos da sua criação, as novas *coroas* portuguesas aguardavam ainda a possibilidade de se imporem.

Finalmente, na transição da primeira para a segunda metade do século XIX, a nova máquina de cunhar ficou pronta para produzir as novas moedas portuguesas. Tal permitiu que fosse emanada a Lei de 30 de Janeiro de 1851, através da qual:

> Artigo 1.º *Cessam de ter curso legal, no continente do Reino, as moedas de ouro estrangeiras de qualquer denominação que sejam; exceptuando somente os soberanos e meios soberanos ingleses, que continuarão a correr pelo valor que actualmente têm de quatro mil e quinhentos, e dois mil duzentos e cinquenta reis*[50].

Era a oportunidade há muito esperada pelas novas *coroas*. Porém, logo foram sujeitas a desvalorização. Com efeito, a Lei de 15 de Fevereiro de 1851 estipulou que:

> *Artigo 1.º As coroas e as meias coroas de ouro, mandadas cunhar pela Carta de Lei de 24 de Abril de 1835, com o valor de cinco mil réis e dois mil e quinhentos réis, serão de ora em diante fabricadas com ouro de 22 quilates, e terão de peso, as primeiras duas oitavas e meia* [era de duas oitavas e dois terços]*, e as segundas uma oitava e um quarto de oitava* [era de uma oitava e um terço]*.* [...].
>
> Art.º 3.º *As coroas e meias coroas de ouro já cunhadas por virtude da Carta de Lei de 24 de Abril de 1835 deixam de ser moeda legal; o governo as mandará trocar na razão de dois mil réis por oitava.* [...].[32]

As *coroas de prata* estipuladas por D. Maria II tiveram um nascimento igualmente conturbado e história análoga devido à demora na instalação da nova máquina da Casa da Moeda.

Em 1854, o novo rei, D. Pedro V (reinado: 1853-1861), através da Lei de 29 de Julho, reformou todas as moedas de ouro e prata que tinham curso legal. Desta forma, as moedas de ouro denominadas *coroas* (figura 38), passaram a representar o valor de dez mil réis, e as *meias coroas* do mesmo metal o valor de cinco mil réis[52]. Deste modo, o termo *coroa*, que tinha sido definido no tempo de D. Maria II como valendo cinco mil réis, passou a ser aplicado à moeda de dez mil réis. O diploma estipulava ainda a cunhagem em ouro de moedas de *quintos de coroa* (dois mil réis) e *décimos de coroa* (mil réis). No entanto, apenas viriam a ser cunhadas moedas de cinco mil, dois mil e mil réis em ouro[223]. Quanto às *coroas* de 10 mil réis, apenas se lavraram nove exemplares em 1862, dos quais se escolheram dois para a exposição universal de Londres, e as restantes foram destruídas[135:213]. Só mais tarde viriam a ser cunhadas para circulação, no reinado de D. Luís I.

Quanto às moedas de prata, o mesmo diploma estipulou que:

Art. 5.º Cento e vinte e cinco gramas de liga de prata [...] *serão divididos em moedas do seguinte modo:*

Primeiro. Em dez peças, cada uma das quais terá o peso de doze gramas e cinco décimos, representará o valor de quinhentos réis, e será denominada = Cinco tostões =.

Segundo. Em vinte e cinco peças, cada uma das quais terá o peso de cinco gramas, representará o valor de duzentos réis, e será denominada = Dois tostões =.

Terceiro. Em cinquenta peças, cada uma das quais terá o peso de dois gramas e cinco décimos, representará o valor de cem réis, e será denominada = Tostão =. [...].[52]

Portanto, oficialmente, o termo *coroa* desaparecia das moedas de prata, e as que tinham sido cunhadas anteriormente com este nome, tanto de ouro como de prata, bem como quaisquer outras desses metais, perderam, através do artigo 8.º, *o carácter de moeda legal*.

No decurso do reinado de D. Luís I (de 1861 a 1889) continuou o mesmo sistema monetário de ouro e prata, apenas mudando a efígie e o nome do monarca (figura 39). Porém, o escudo real foi ornamentado com duas palmas de louro e de carvalho entrelaçadas, pois que, aparentemente, por causa do manto que ornava o escudo, a falta de espessura não deixava pronunciar bem a face do lado da efígie. Em 1867 verificou-se não haver fundamento para tal prática, pelo que, desde então, nas moedas de ouro, o escudo foi lavrado sob o manto real disposto em pavilhão (figura 38), como se usava desde a introdução do sistema decimal[135:221]. É de relevar que neste reinado foram cunhadas, pela primeira e única vez, moedas de 10 000 réis, as *coroas*, como tinham sido designadas na Lei de 29 de Julho de 1854.

Figura 39 – Moedas de 500 réis do sistema decimal, definidas como *meias coroas de prata* por D. Maria II, mas que depois seriam designadas por *cinco tostões*.

Entre 1889 e 1908 o trono foi ocupado por D. Carlos I, período esse em que se continuou com o mesmo sistema monetário. Porém, não houve cunhagem de moedas de ouro, exceptuando quatro moedas de cinco mil réis, uma das quais se colocou nos alicerces da Estação Central dos Caminhos de Ferro do Porto quando, em 1895, foi aí lançada a primeira pedra[223:561]. Sai fora do âmbito deste texto fazer alusão às moedas comemorativas de prata (4.º Centenário da chegada à Índia). As emissões regulares neste metal restringiram-se essencialmente às moedas de 100, 200 e 500 réis. Po-

rém, vivia-se uma situação de grave carência monetária. As moedas cunhadas dificilmente chegavam para as necessidades, pelo que o que predominava era o papel-moeda (notas e cédulas) e moeda estrangeira, designadamente os francos franceses que corriam com curso legal com valor de 200 réis[58]. Em 1899, pela Lei de 21 de Julho, autorizou-se a emissão de moedas de 'níquel' (na realidade cupro-níquel) de 100 e 50 réis, que antes eram de prata e que então começaram a ser recolhidas, cunhando-se, nesse metal, moedas de 1000 réis[60].

No curto reinado de D. Manuel II (1908 a 1910) continuou a mesma grave crise de moeda circulante, não se verificando emissão de moeda de ouro, sendo o toque das moedas de prata, que tradicionalmente era de 0,917, alterado para 0,835 nas de 50, 100 e 200 réis. Pela Lei de 17 de Setembro de 1908, foi o governo autorizado *a continuar a transformação das moedas de prata de 200 réis, actualmente existentes, em moedas de 500 réis.* Determinou esse diploma que, *em substituição da actual moeda de prata de 200 réis, serão cunhadas* [...] *moedas de igual valor com o peso e diâmetro das actuais, mas do toque de 835 de prata fina por mil*, e que seriam cunhadas moedas de 100 réis *com o mesmo toque das de 200 réis*[67]. Assim, por um lado, baixou-se o toque das moedas de prata de 100 e 200 réis, mandando-se retirar as moedas de cupro-níquel de 50 e 100 réis, e por outro manteve-se a composição da liga de prata (0,917) nas moedas de 500 réis.

Como acima referimos, a designação de *coroa* foi atribuída no tempo de D. Maria II, aquando da adopção do sistema decimal, em 1835, às moedas de 5 000 réis (*coroas de ouro*) e de 500 réis (*coroas de prata*). D. Pedro V, em 1854, alterou o significado, passando as *coroas de ouro* a terem o valor de dez mil réis, e as *meias coroas* do mesmo metal o valor de cinco mil réis. Depois disso, o termo *coroa*, com este sentido, parece ter desaparecido da legislação. Porém, na linguagem popular, que nem sempre segue os desígnios legislativos, a palavra *coroa* passou a ser usada para designar as moedas de 500 réis[344:1140], ou seja, de 5 tostões.

- As *coroas* republicanas.

Na sequência da implantação de República, em 1910, o Governo Provisório, em 1911, estabeleceu como base fiduciária o escudo, equivalente a um milhar de reais[69]. Assim, 50 centavos de escudo eram equivalentes 500 réis, ou seja, na terminologia do povo, a 5 *tostões* e, portanto, a uma *coroa*. Assim, o léxico popular reteve os antigos termos *monárquicos*, continuando agora a aplicá-los aos correspondentes valores da nova moeda *republicana*. Enquanto a palavra *tostão* (10 centavos) era utilizada de forma generalizada, os termos *mil réis* (um escudo) e *coroa* (50 centavos) eram da gíria.

O Decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911 definiu as novas moedas, entre as quais a de 50 centavos, que seria cunhada em prata com toque de 0,835, e que teria 30 milímetros de diâmetro e 12,5 gramas de peso[69], ou seja, era idêntica à moeda monárquica de 500 réis, o que veio reforçar o epíteto de *coroa* atribuído pela população. Com efeito, a diferença estava apenas na figuração: no anverso, em lugar da efígie do monarca, estava agora o busto da república, e no reverso, em que as moedas da monarquia tinham o brasão, estava agora o escudo republicano. Para a produção dessas novas moedas, o Ministro das Finanças (Sidónio Pais), por Portaria de 29 de Novembro de 1911, mandou que o *Conselho Administrativo da Casa da Moeda e Papel Selado* desse *as providências necessárias para que* se proceder*, sem demora, à amoedação, em moedas de 50 centavos*[70] (figura 37), tendo a nova moeda começado a circular em 1912, continuando a ser cunhadas até 1916. Embora a coroa (monárquica) tivesse desaparecido, as *coroas* continuavam a existir na linguagem popular ...

Na altura, a inflação era galopante, e a prata era um metal muito valioso para nele serem cunhadas moedas de baixo valor nominal. Assim, a Lei n.º 1424, de 15 de Maio de 1923, através do artigo 9.º,

veio permitir a utilização de metais mais baratos na cunhagem das moedas 50 centavos (*coroas*) e de escudo:

> *Art. 9.º Enquanto a cotação oficial do câmbio sobre Londres se mantiver abaixo de 12 pence por escudo*, *o governo poderá fazer cunhar e emitir moeda subsidiária de $50 e 1$, duma liga metálica adequada* [...].[74]

A nova liga, mais adequada aos valores faciais das moedas, foi definida pelo Decreto n.º 9 719, de 23 de Maio de 1924, que estipulou que *fosse de bronze de alumínio com as percentagens de 95 por cento de cobre e 5 por cento de alumínio* (Art. 2.º, § 3.º) [76].

Em 1927, o Decreto n.º 13 797, de 21 de Junho, veio introduzir nas moedas a que o povo chamava *coroas* (bem como nas moedas de um escudo) uma nova liga:

> [...]. *Tendo-se, porém, procedido ao estudo de uma nova liga que permite fabrico mais rápido e económico do que de bronze de alumínio, sem os inconvenientes verificados nas moedas já em circulação, e havendo sido mandada cessar a cunhagem destas;* [...].
>
> *Artigo 1.º* [...] *serão cunhadas e emitidas na Casa da Moeda e Valores Selados moedas de $50 e 1$ com as características a seguir indicadas* [...]:
>
> *2.º As moedas serão serrilhadas, terão no campo verso uma figura simbólica com a legenda «República Portuguesa»* [...] *e no reverso o escudo nacional* [...].
>
> *3.º A liga metálica compor-se-á de 61 por cento de cobre, 19 por cento de níquel e 20 por cento de zinco.* [...].[79]

Estas novas moedas de 50 centavos (*coroas* na gíria), bem como as de um escudo, foram sendo sucessivamente cunhadas durante mais de quatro décadas, entre 1927 e 1968. Todavia, a inflação e a desvalorização progressiva da moeda, impuseram a criação de um novo sistema de moeda metálica, o que foi feito através do Decreto-Lei n.º 49 167, de 4 de Agosto de 1969. A situação foi bem descrita no preâmbulo:

> 1. *A flutuação do preço dos metais é fenómeno de carácter mundial que tem causado periodicamente a alteração das moedas metálicas em circulação nos vários países*. *Como consequência desse fenómeno, e em íntima associação com a perda do poder de compra da moeda, verificou-se a abolição das moedas de 3 réis no reinado de D. Luís, de meio centavo (5 réis) em 1913, no princípio da República, e, posteriormente, de $01, $02 e $04.*
>
> *2. A Primeira Guerra Mundial criou uma situação que conduziu ao desaparecimento total da moeda metálica no nosso país, pelo facto de a mesma ter atingido um valor intrínseco superior ao valor facial. O País, de 1918 a 1924, esteve praticamente sem moeda metálica, utilizando apenas cédulas de papel.* [...].
>
> *3. Verifica-se actualmente que* [...] *as moedas de alpaca de $50 e 1$ se encontram, em grande parte, desgastadas, carecendo de substituição.* [...].[89]

Esse novo sistema monetário contemplava dois grupos principais de moedas: um, de ligas escuras (bronze), que incluía as de mais baixo valor (entre as quais as de 50 centavos, ou seja, as velhas *coroas*), exceptuando-se as de 10 centavos (os *tostões*, na gíria popular); e outro de ligas brancas, constituído pelas moedas de valor múltiplo do escudo.

As moedas de 50 centavos instituídas por este decreto passaram a ser cunhadas em liga de bronze (95% de cobre, 3% de zinco e 2% de estanho), e tinham no anverso cinco quinas, circundadas pela legenda «República Portuguesa», sendo o reverso constituído por um ornato de espigas de trigo e

pelo valor facial (figura 37). Assim, as *coroas*, que desde a implantação da república tinham perdido a coroa, substituída pelo escudo nacional, ficaram então com este reduzido às cinco quinas.

Estas novas moedas foram sendo emitidas desde 1969 até 1979, altura em que deixaram de ser cunhadas. É certo que o Decreto-Lei n.º 236/87, de 12 de Junho, estipulou um novo tipo de moeda de $50, que seria fabricada numa *liga de latão-níquel, na proporção de 79% de cobre, 20% de zinco e 1% de níquel, com o diâmetro de 19 mm (circunscrito), peso de 3,2g*[99], mas tal nunca chegou a ser concretizado. Pode, assim, dizer-se que as velhas *coroas*, nascidas no século XV nos tempos de D. Duarte I, que tiveram uma vida atribulada com grandes variações de valor e de aspecto, acabaram por morrer, em termos de cunhagem, em 1979, já em pleno regime democrático. Porém, como tinham sido emitidas, entre 1969 e 1979, grandes quantidades de moedas (cerca de 280 milhões no total, dos quais mais de 61 milhões só em 1979), subsistiram em circulação até à substituição do escudo pelo euro, a 1 de Janeiro de 2002. Após um curto *período de dupla circulação das notas e das moedas em euros e em escudos*, a partir de 28 de Fevereiro do mesmo ano deixaram *de ter curso legal e poder liberatório todas as notas e moedas em escudos*[103], ou seja, o antigo termo *coroa*, aplicado pela população a determinadas moedas, passou à história, não subsistindo, como tinha acontecido ao longo de séculos, no novo sistema monetário.

- As "cinco coroas".

Embora, no léxico popular, o termo *coroa* não tivesse uso tão generalizado como o *tostão*, era utilizado como palavra da gíria por grande parte da população. Era aplicado não só à moeda de 50 centavos, mas também aos seus múltiplos inteiros, principalmente às moedas de dois escudos e cinquenta centavos, designados por *cinco coroas*. Como já foi referido, era uma expressão da gíria, que se evitava utilizar na linguagem formal, sendo normalmente usado, nesse contexto, *vinte e cinco tostões*; a expressão *dois escudos e cinquenta centavos* não era frequente.

Com a instauração da ditadura militar pela Revolução de 28 de Maio de 1926 e, principalmente, com a tomada de posse de Salazar como Ministro das Finanças, em Abril de 1928, as finanças foram-se equilibrando e a inflação reduziu-se fortemente. Tal permitiu que, em 1931, o Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho, viesse estabelecer a estabilização do valor da moeda. Com a grande inflação verificada durante a primeira república, o que circulava era predominantemente papel-moeda e moeda estrangeira, e esse Decreto vinha alterar essa situação. Como se reconhecia no preâmbulo desse diploma:

> *Parte do trabalho de reorganização económica e financeira a que nos últimos anos se tem dedicado a generalidade dos países tende a remediar os males trazidos pela guerra* [primeira Guerra Mundial] *ao regime dos bancos emissores e à circulação monetária. Porém, para nós, que aliás fomos duramente experimentados pela conflagração europeia, e por via dela desorganizámos mais fortemente ainda todos os factores da nossa economia e das nossas finanças, os problemas que o presente decreto vem solucionar nasceram muito antes de 1914: esta reforma fecha um ciclo de quarenta anos, que começou precisamente com a crise de 1891.*
>
> [...]. *São geralmente conhecidas as linhas gerais da situação em que nos encontramos sob o ponto de vista da moeda, dos câmbios e do crédito bancário; elas podem sintetizar-se nas seguintes:*
>
> > *a) Desaparecida, em virtude do decreto de 9 de Julho de 1891, a moeda de ouro, a circulação portuguesa passou a ser constituída por notas inconvertíveis do Banco de Portugal e pela moeda subsidiária emitida pelo Estado. Esta mesma foi algumas vezes substituída por cédulas;*
> >
> > *j) Desde 1891 o câmbio é abandonado a si próprio e torna-se errático: a moeda desvaloriza-se até 1898, revaloriza-se depois e quase atinge o antigo par em 1906; perde de novo parte*

do seu valor, mas não se mantém muito afastada do par até à guerra; cai mais fortemente durante esta e sobretudo depois de 1918, paralelamente ao período francamente inflacionista que então se abre; atinge o máximo de desvalorização pelos meados de 1924; [...];

l) O câmbio mantém-se estável entre 1925 e a primeira parte de 1927, oscila de novo por virtude das emissões de 1926, que desvalorizam um pouco a moeda entre 1927 e 1928, mas desde os meados deste ano que o seu valor se mantém outra vez estável, embora em nível inferior ao de 1925. [...].[80]

Afirmando que o *orçamento e as contas públicas estão hoje equilibrados,* e reconhecendo que *o escudo anda hoje pela vigésima quarta parte do valor correspondente ao peso de ouro que lhe atribuiu a reforma de 1911*, ou seja, que se tinha verificado uma desvalorização média anual de 120%, advogava que era necessário *o estabelecimento de outro padrão monetário, cercando-o de todas as garantias que assegurem para o futuro a estabilidade do seu valor legal.* Nestas condições, estabeleceu-se o padrão ouro:

Artigo 1.º Desde 1 de Junho de 1931 vigorará no continente ilhas adjacentes o seguinte regime de moeda:

1.º O escudo de ouro, moeda padrão, terá o peso de 0,0739g com o título 999/1000;

2.º Os soberanos e meios soberanos ingleses [...], *continuarão a ter curso legal* [...];

3.º O conto, moeda de conta, será igual a 1 000 escudos.

Art.3.º Em substituição das actuais notas do Banco de Portugal de 2$50, 5$ e 10$, [...], *serão fabricadas por conta do Estado moedas de prata do valor nominal de 2$50, 5$ e 10$.*

A moeda de *cinco coroas* (dois escudos e cinquenta centavos) estava, deste modo, concebida; faltava nascer. Tal foi feito pelo Decreto n.º 19 871, de 9 de Junho de 1931. Como o padrão era o ouro, declarava-se no preâmbulo que era preciso *começar por escolher as moedas de ouro que devem constituir o sistema português*, embora se reconhecesse que era baixa a *probabilidade de virem a ser cunhadas em prazo curto*, mas que *a lógica do sistema* obrigava *a tomar a esse respeito alguma posição*[81]. Assim, estipulava-se no artigo 1.º a existência de *moedas de ouro de 250$, 100$ e 50$,* que nunca passaram do plano teórico, pois que, como previsto, nunca foram cunhadas.

O aludido decreto determinou a emissão de novas moedas de prata com valores faciais de 2$50, 5$00 e 10$00, com o toque de 0,650 (com excepção da última, cujo toque era de 0,835). A moeda de 2$50 teria 20 mm de diâmetro e o peso de 3,5 g. Estas novas moedas de *cinco coroas*, que no anverso tinham o desenho de uma caravela e no reverso o escudo português e a esfera armilar (figura 40), começaram a circular em 1932, sendo emitidas até 1951.

Em 1963, com a justificação de que *as moedas de prata de mais baixo valor facial* apresentavam *um estado de desgaste excessivo,* pelo que era *conveniente proceder à sua substituição utilizando liga metálica mais adequada à sua intensa circulação*, o Decreto-Lei n.º 45 129, de 12 de Julho, estipulou a cunhagem destas moedas numa liga metálica mais barata. Assim:

Artigo 1.º É criado um tipo de moeda de 2$50, em cupro-níquel, na proporção de 75 por cento de cobre e 25 por cento de níquel, com o diâmetro de 20 mm e o peso de 3,5 g, serrilhada [...].

Art. 2.º É criado um tipo de moeda de 5$, em cupro-níquel, [...].

Art. 3.º O desenho do anverso de ambas as moedas é constituído pela caravela das descobertas [...]. *O desenho do reverso é constituído pelo escudo nacional, ladeado por quatro estrelas* [...].[88]

Assim, a liga metálica das moedas de *cinco coroas* (2$50) passou da prata para o cupro-níquel, mas eram bastante parecidas (figura 40), embora diferentes o suficiente para permitir distinguir facilmente as antigas das novas.

Estas moedas de *cinco coroas* foram emitidas pela última vez em 1985. Embora no Decreto-Lei n.º 293/86, que criou um novo sistema de moedas metálicas, se dissesse que *as moedas de $50 e de 2$50 mantêm as características actuais até que sejam substituídas por novos tipos de moedas com o mesmo valor facial*[98], tal nunca chegou a acontecer. Porém, tinham sido cunhadas, entre 1963 e 1985, mais de 564 milhões dessas moedas, das quais 227 milhões só nos últimos quatro anos. Assim, a quantidade em circulação garantiu a sua permanência nas operações monetárias quotidianas até ao final do milénio, altura em que, devido à inflação, tinham já valor muito modesto. A 1 de Janeiro de 2002 começaram, tal como as outras moedas associadas ao escudo, a ser substituídas pelas do sistema euro e, após curto período de dupla circulação, deixaram *de ter curso legal e poder liberatório*[103]. Desta forma, passaram à história as moedas vulgarmente conhecidas por *vinte e cinco tostões* ou *cinco coroas*, persistindo apenas algumas nas colecções dos numismatas ou esquecidas nalguma gaveta lá de casa.

Figura 40 – Exemplares das duas emissões de moedas de 2$50, vulgarmente conhecidas por *cinco coroas* e *vinte e cinco tostões*.

Na cultura imaterial subsiste ainda o jogo chamado *cara ou coroa*, normalmente usado para decidir perante duas alternativas, em que se atira uma moeda ao ar e se vê qual o lado que ficou virado para cima. É um jogo muito antigo, que já era praticado na Roma Antiga, sendo então conhecido como *navia aut caput*, ou seja, navio ou cabeça / cara, pois que várias moedas romanas tinham no anverso a efígie de um deus e no reverso a representação de um navio ou da sua proa. Passou para português com o nome de *cara ou coroa*, pois que a maior parte das moedas, entre as quais as *coroas*, tinham a efígie do monarca no anverso e o escudo coroado no reverso. Com a implantação da república, as moedas deixaram de exibir tanto a cara como a coroa, o mesmo acontecendo com a grande maioria das moedas do sistema euro; porém, o jogo continua a ser chamado de *cara ou coroa*.

• As coroas nos dicionários.

Como seria de esperar, o vocábulo *coroa* na acepção de moeda aparece logo nos primeiros dicionários. Em 1562, Jerónimo Cardoso elencava já estas moedas no seu *Dictionarium ex Lusitanico in latinum*:

> *Coroa moeda. Coronatus, i.*[202:f36]

Como já referimos, as *coroas* deixaram de correr no reinado de D. Sebastião (século XVI) e foi D Maria II que, em 1835, decretou a cunhagem de novas moedas com essa designação. Tal permite com-

preender melhor porque é que nos dicionários do século XVII e início do XVIII não existe o vocábulo *coroa* com acepção monetária, ou apenas lhe fazem breve alusão. É o que se verifica, por exemplo, no *Vocabulário* de Raphael Bluteau, de 1712:

> *Coroa de ouro em Portugal.* [...] *era uma moeda de ouro que valia dois mil e dezasseis réis.* [...].[163:c555]

A definição de Bluteau é repetida em dicionários posteriores, *ipsis verbis*, como no de Morais Silva, de 1813[379:473], ou com o mesmo sentido, como no *Novo Diccionario Critico e Etymologico*, de Francisco Solano Constâncio, de 1836:

> Coroa*, nome dado a muitas moedas nacionais e estrangeiras de ouro ou prata, de valores diversos; antigamente uma moeda de ouro de Portugal, do valor de 2016 réis;* [...].[224:317]

Entretanto, foram postas a circular as novas moedas de *coroa*, e os dicionários reflectem esse facto. Por exemplo, no *Novo Diccionario* de Eduardo de Faria, de 1849, diz-se:

> *COROA,* [...]. *—, (ant.) moeda de oiro que valia 2016 réis.* — de prata*: moeda moderna portuguesa do valor de mil réis.* — de oiro*: moeda portuguesa do valor de cinco mil réis; há também meias* coroas*, a de prata vale quinhentos réis, a de oiro vale dois mil e quinhentos réis.*[247:188]

No *Thesouro da Lingua Portugueza*, de Domingos Vieira, publicado em 1873, o verbete coroa inclui o seguinte:

> *COROA.* [...]. *— Coroa de ouro, antiga moeda do valor de 2$016 réis.* [...].*— Actualmente, moeda de prata do valor de 1$000 réis. — Meia coroa, moeda de prata do valor de 500 réis; por abuso, dá-se o nome de* coroa *à* meia coroa.[422:524]

Não obstante essas moedas terem deixado de ter essa designação, o vocábulo *coroa*, com esta acepção, aparece também nos dicionários de Caldas Aulete, de 1881, e no de Cândido de Figueiredo, de 1899, em que se diz o mesmo (*Moeda de oiro que vale 10$000 réis | Moeda de prata que vale 1$000 réis*), com a diferença que no primeiro se utiliza o termo 'vale'[141:407] e no segundo 'valia'[256:349].

As moedas de *coroa* já há muito que desapareceram, e o termo coroa com aplicação específica à moeda de cinquenta centavos morreu com a substituição dos escudos por euros. Todavia, permaneceu na gíria popular (normalmente simplificado para *croas*) com o significado de dinheiro, a par de muitos outros termos, como *massa*, *pilim* e *carcanhol*.

O vocábulo coroa tem vários outros significados. Referimos, apenas por curiosidade, que se usava também esse termo para designar a tonsura eclesiástica, isto é, a raspagem circular dos cabelos no topo da cabeça dos clérigos, prática introduzida no século V como sinal distintivo dos homens dedicados à religião. Leite de Vasconcelos, dá-nos a explicação de se chamar assim a tonsura:

> [...] *na origem, coroa não era a parte tosquiada na cabeça (tonsura), mas a porção de cabelo que ficava em volta, e que, por a tonsura ser muito larga, apresentava efectivamente o aspecto de coroa, no sentido próprio* [...]. *Depois aplicou-se ao envolvido o nome do envolvente (metonímia), e começou a chamar-se coroa à tonsura, em vez de assim se chamar ao cabelo deixado por esta.* [...].[403:514-5]

Tal como aconteceu com as moedas chamadas coroas e com a designação popular das moedas de cinquenta centavos, também as coroas dos padres desapareceram, permanecendo apenas nas memórias dos mais velhos e em pinturas e fotografias.

• As moedas de coroa na literatura.

O vocábulo *coroa*, com o significado de moeda específica, aparece nalgumas obras antigas, como por exemplo, na *Crónica D. João I*, de Fernão Lopes (*c.*1380-1460) , redigida em meados do século XV. Na sequência da fuga de Leonor Teles para Alenquer e mais tarde para Santarém, tendo pedido ajuda a seu genro, o rei de Castela, este chegou a esta cidade e foi-lhe entregue o castelo.

> [...]. *E ordenou o concelho de Santarém de darem logo um serviço a el-rei de Castela, e foram-lhe outorgadas pelos homens bons desse lugar trinta mil libras, as quais depois houve o Mestre, sendo rei, daqueles que delas foram recebedores.*
>
> *E teve el-rei conselho de fazer moeda em Santarém, e mandou lavrar uns reais de prata de lei, de sete dinheiros, coroas e outras moedas de valor pequeno. E dizem que deu a rainha D. Leonor a el-rei de Castela muitas jóias das que ficaram de el-rei dom Fernando,* [...].[298:189]

Também, Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), na *Crónica do Conde D. Pedro*, redigida em 1463, faz alusão às coroas na acepção de moeda. Após a tomada de Ceuta, Pedro de Menezes (1370-1437) tornou-se o seu primeiro governador. A certa altura, os mouros atacaram uma vez mais a cidade, e depois de serem desbaratados:

> [...]. *Em este tempo chegaram ali as Galés de Veneza, e houveram grande gafalhado do Conde, e lhes foram ali compradas daquelas cousas que traziam, mui bem, porque foi achado que levaram dali bem seis mil coroas entre ouro e troco de mercadoria, de que eles mostraram que lhes prazia muito, porque pensavam que em Cidade que mais costumava guerra, que tractos doutros negócios não pudessem achar quem em sua mercadoria tanto dispensasse.* [...].[434:564]

Garcia de Resende (1470-1536), no seu livro sobre D. João II., cuja edição prínceps é de 1545, diz no capítulo XXXII (sic):

> *El rey Dom Afonso e os reis ante dele pagavam a seus moradores os casamentos juntamente em hũ soo paga; e no tempo das guerras de Castella por el rey Dom Afonso ter muita necessidade de dinheiro nam pode pagar muytos casamentos a muytas pessoas que hos tinham tirados avia dias, e assentou de nã pagar nenhũ e disse aos homẽs a que os devia que lhe prazia que em quanto lhe nã pagasse os ditos casamentos lhe fazer em cada hum anno graça de dez mil reais por cada mil coroas. E diz graça porque atee entam os reis deziam fazemos graça e nam fazemos merce como agora se diz. Os quaes dez mil reays aviam daver em quanto lhe nam pagassem has coroas do tal casamento. E porque has ditas graças eram merces pagavam e pagam oje em dia chancelaria. E depois da morte del rey Dom Afonso nestas cortes aqui em Montemor foy el Rey muy requerido pollos povos que nam desse mais has taes graças porque hiam de maneira pera pagar muito dinheiro em cada hũ ãno;* [...]. *E elrey prometeo ahi aos povos de não dar mais as ditas graças dahi em diante, e de ter maneira de como os homẽs podessem aver pagamento de seus casamentos. E entã ordenou que os casamentos grandes fossem paguos em tres terços e tres anos / hum terço em cada hum anno / e os casamentos de mil coroas atee quinhentas fossem pagos em duas metades e dous ãnos, e os de quinhentas coroas e dahi pera baixo fossem pagos juntamente em hũ anno como se ora faz; e disse que quanto aas graças que elrey seu pay tinha dadas que ficassem / por quanto elle ao presente nam tinha com que has desempenhar.* [...].[365:f107]

Com o desaparecimento das moedas chamadas *coroas* no reinado de D. Sebastião (entre 1554 e 1578), a frequência deste vocábulo na literatura (com esta acepção) torna-se bastante reduzida, para aumentar novamente a partir de meados do século XIX, na sequência da adopção do sistema monetário decimal por D Maria II, em 1835, e da cunhagem de moedas designadas por *coroas*.

Em *A Última Dona de S. Nicolau*, de Arnaldo Gama (1828-1869) , publicado em 1864, em que acção se passa em 1474, logo no início do romance, Gomes Bochardo, bolseiro do bispo, vai à loja de Fernão Martins Balabarda, *um dos melhores armeiros que havia no Porto*, e ao conversar com este à porta, diz-lhe que estão a ser ouvidos. De facto, defronte do armeiro havia uma loja de alfaiate à porta da qual estava uma rapariga a costurar, a qual, ao ver passar outra, vizinha, a chamou e lhe disse que Bochardo estava ali e que andava com o sentido numa moça da casa do bacharel.

> *— Ai, mana, que me dizes! — exclamou a outra, juntando as mãos, e vindo com cara de pasmo até à porta. — Pois tal se passa! Bem o dizia eu.* [...]*; e ontem o Bochardo aqui andou todo o dia com ele, caminhando e parando, falando à puridade, e vigiando a casa do bacharel...*
>
> *— Jesus, mana, Jesus mil vezes!...*
>
> *— E não haver, aramá!* [interjeição antiga significando "em má hora"] *quem mate estes rufianaços! Ora sabe, menina, que até são ladrões tavolageiros, que dão tavolagem pública em seu quartel, e jogam o curre-curre a muitos dinheiros secos e molhados... Até ontem lá roubaram ao meu homem quatro coroas e dez grossos!... Chorei toda a noite!...*
>
> *— Abrenúncio! T'arrenego! — exclamou indignada a alfaiata. — Não há justiça na terra, que assim fazem sua vontade, e o senado deixa-os viver na cidade contra nossos privilégios.* [...].[268:15-6]

Os *tavolageiros* eram os jogadores de jogos de azar e, conforme o autor esclarece em nota, jogava-se não só a dinheiro vivo, mas também a coisas de comer e a bebidas, dizendo-se no primeiro caso que se jogava a *dinheiro seco* e, no segundo, a *dinheiro molhado*. Os *grossos* referidos eram moedas de prata fina.

Entre os muitos autores que se referiram às moedas de *coroa*, seleccionámos também, a título meramente exemplificativo, o conto *A Ideia da Comadre Mónica*, de Fialho de Almeida (1857-1911), integrado no livro *Contos*, publicado em 1881. Logo no início, escreveu o autor:

> [...]. *Feitas as contas, o Canelas devia seis moedas ao todo. O da Vanga emprestara-lhe três libras para comprar o jumento na feira da Vidigueira; devia quatro meias coroas ao boticário, da doença da mulher; devia ao médico; devia uns fiados na loja; oito mil réis, das casitas. Se fosse feliz na colheita da uva, pagava tudo e ainda guardava a sua tarefazita de vinho.* [...].[112]

Na parte inicial de *A Relíquia*, de Eça de Queirós (1845-1900) , publicado em 1887, quando Teodorico Raposo, o narrador e protagonista, fala dos seus tempos de juventude, quando tinha ido para casa da titi (D.ª Patrocínio das Neves Godinho), diz a certa altura que, tinha conhecido o primo Xavier, doente e na miséria, também um Godinho, mas a quem a titi não ajudava. Passado algum tempo, *soube pelo Doutor Barroso que o primo Xavier, quase a morrer,* lhe *queria falar em segredo*. Teodorico foi a casa dele e encontrou-o na alcova, *enrodilhado num cobertor, com a bacia da cara ao lado, cheia de escarros de sangue, tossia, despedaçadamente*:

> [...]. *Escrevera-lhe* [à titi] *uma carta linda, de rachar o coração; a fera não respondera. E, agora, ia mandar para o Jornal de Notícias um anúncio a pedir uma esmola, assinando «Xavier Godinho, primo do rico Comendador G. Godinho». Queria ver se D. Patrocínio das Neves deixaria um parente, um Godinho, mendigar assim, publicamente, na página de um jornal.*
>
> *— Mas é necessário que tu me ajudes, rapaz, que a enterneças! Quando ela ler o anúncio, conta-lhe esta miséria! Desperta-lhe o brio. Dize-lhe que é uma vergonha ver morrer ao abandono um parente, um Godinho. Dize-lhe que já se rosna! Olha, se hoje pude tomar um caldo, é que essa rapariga, a Lolita, que está em casa da Benta Bexigosa, nos trouxe aí quatro coroas... Vê tu a que eu cheguei!*
>
> *Ergui-me, comovido.*

— Conta comigo, Xavier.

— Olha, se tens aí cinco tostões que te não façam falta, dá-os à Concha. [...].[360:25-6]

Também Trindade Coelho (1885-1934) refere as *coroas* no conto *Tipos da terra*, em que rememora os seus tempos de vida no Mogadouro, o qual foi integrado no livro *Meus Amores*, que publicou em 1891. Tinham-se reunido em volta do pelourinho e *passava gente que vinha do trabalho, da labuta áspera da eira*:

[...]. *Quem lhe dera que fossem as nove para irem até ao sítio. Ou perder ou ganhar; tinha ali seis tostões que eram pra um mico.*

– Mas eu não lhe dizia, Sr. Doutor? eu não lhe dizia ontem que a dama se negava? Eu estava mesmo a ver aquilo... Bem feito! «gramou» um entalão que se consolou.

– Quatro coroas. – Na véspera tinha ganho um quartinho.

Nesse momento passava o juiz, sozinho como sempre. Todos tiraram o chapéu; ele passou gravemente, cortejando. [...].[220:112]

Raúl Brandão (1867-1930), em *O que eu vi e ouvi. República e Monarquia*, do livro de memórias *Vale de Josafat*, publicado postumamente, em 1933, diz-se a certa altura:

[...]. *Ali no Chiado é que se vê tudo bem patente. A* Havanesa *é um termómetro. A gente que parava àquela esquina* [...] *foram substituídos por ilustres desconhecidos e, entre eles, um, muito feio, de mãos espalmadas, luvas brancas nas mãos e flor enorme na botoeira, que dá no goto a quem passa.*

Que lugar arranjou este tipo, que ainda há pouco pedia meia coroa emprestada, nos cafés? Os outros estão na província ou na emigração. Retirados, ofendidos, dizem muito mal do novo regime. Alguns, para matar o tempo, escrevem livros, [...].[187:44]

Vitorino Nemésio (1901-1978), em *Mau tempo no canal*, de 1944, escreveu o seguinte no capítulo XV *Carnet Mondain*:

[...]. *E, com efeito, de taco pelas costas, André Barreto carambolou duas vezes, a choques curtos, preparando à terceira tacada um remate de efeito, em que a bola encarnada, quase junto da sua, acabou por ser batida no vértice de uma figura difícil, com duas tabelas.*

— Ensarilhar, armas! — bradou o tenente Espínola vendo André pôr o seu taco no descanso.

João Garcia arrumou também o dele e, fazendo girar sobre si mesma a sua bola, que era a da malha negra, disse:

— A perder-pagar, devo meia coroa à casa e uma cerveja ao campeão. — É bom que os pexotes paguem tributo aos mestres... disse Espínola. [...].[318]

Em *Auto dos Danados*, publicado em 1985, no capítulo com o título de *Segundo dia da festa: A véspera da minha morte*, Lobo Antunes (1942- ...) diz a certa altura

[...] *chamei pelo telefone um carro de praça de Reguengos, caco pré-histórico que se avariou em Portalegre, a fumar borracha queimada das frestas do capot. O chofer e eu, cá fora, de mãos nas algibeiras, contemplávamos os estertores daquele dragão idoso,* [...]*, até que o homem disse, já a caminharmos a pé em direcção à cidade, Só para sucata é que esta merda serve, vendo-a por um tostão furado ao primeiro cigano que aparecer, e porém não havia cigano algum nas redondezas, apenas a estrada e árvores e cardos, um frio de abotoar a gabardina até cá cima e uma carroça de eixos a ganirem numa vereda de areia paralela ao alcatrão. O pior, disse o chofer numa voz tristíssima, a fazer-se às coroas, é não ter dinheiro para um novo, e agora? Os mendigos, os pedintes os que ejaculam lágrimas pela porcaria das notas irritam-me quase tanto como as mulheres,* [...].[318]

XVII

Cortiço de abelhas.

Figura 41 – Cortiços de abelhas.

• Intróito.

Lembro-me, ainda criança, de ir com meu avô ver como estavam as colmeias. Não levávamos qualquer protecção especial: apenas chapéu, as mangas da camisa puxadas até aos pulsos, e as insistentes recomendações de não fazer movimentos bruscos, nem de sacudir as abelhas caso elas pousassem em mim. Um pouco mais tarde, já no início da adolescência, recordo-me de fazer visitas análogas com meu pai, com as mesmas recomendações. Tanto um, como o outro, diziam-me: «As abelhas não fazem mal se não forem atacadas. Se alguma pousar em ti, resiste à comichão e sopra levemente sobre ela, que ela acaba por se ir embora». Com efeito, nessas visitas, nunca fui picado, embora, por vezes, tivesse de ter grande autodomínio para resistir à impressão que as patitas das abelhas me faziam nas mãos.

Já mais graúdo, costumava ir, sozinho, movimentando-me sempre lentamente, ver os cortiços, e era com divertido interesse que observava a azáfama das abelhas a deles entrarem e saírem. Era

em especial nessas alturas que as memórias esvoaçavam para dentro de mim, e me surgiam as imagens de, durante a cresta, estar a "ajudar" meu avô a crestar as colmeias (mas, nessas alturas, com protecção completa). Então, as papilas gustativas regurgitavam com o sabor recordado do mel que pingava dos favos ...

Como o propósito é falar de cortiços, não nos deteremos na interessante complexidade da estrutura social das colmeias, na importantíssima função que as abelhas têm na polinização, nem na muita pertinência que o mel teve economicamente ao longo dos tempos históricos, nem sequer na relevância que a cera extraída dos favos teve para a sociedade durante muitos séculos. Sobre os cortiços, José Mariano Veloso (1742-1811) e Francisco de Faria Aragão (1726-1806) definiram-nos, em 1800, da forma seguinte:

> [...] *os Cortiços são, pela maior parte, de cortiça, que lhe deu o nome, que vem de* cortex *em latim. Como este seja a casca de uma árvore que tem tronco redondo, era natural conservar-lhe a mesma figura, e por isso são redondos. Um tampo da mesma cortiça os tapa por cima, e por baixo uma pedra ou lasca lhe serve de assento onde pousam. Não lhe fazem buraco ou porta,* [...]. *Se bem que a cortiça, sendo grossa, é boa para o intento, por ser quente e lisa por dentro, contudo este método sempre é o mais imperfeito de todos. O não ter porta ou buraco para as Abelhas, faz que possam sair por tudo à roda, e conseguintemente podem com elas entrar os inimigos, ratos, formigas, vespas e, mesmo, as abelhas ladras. Todos podem impunemente infestar o cortiço, não sendo possível que as Abelhas por tudo à roda se defendam, ou tenham guardas.* [...].[410:95-6]

É um tanto surpreendente que se diga que os cortiços não tinham *buraco ou porta*, pois que todos os que vi tinham, na parte inferior, a entrada da colmeia, a qual, com frequência, estava assinalada com um pedaço de cortiça que facilitava a entrada e saída das abelhas (figura 41).

No interior do cortiço havia geralmente duas trancas ou cruzetas (figura 42). Cada uma delas era constituída por duas pequenas varas, geralmente de esteva, dispostas em cruz. Eram colocadas mais ou menos a um terço e a dois terços da altura do cortiço, e tinham como função suportar os favos construídos pelas abelhas, cujo crescimento natural se efectua no sentido descendente. Sobre essas cruzetas, Veloso diz:

> [...]. *As Abelhas medram neles e gozam de saúde. Bem se entende em todas estas castas de colmeias, umas varas atravessadas devem ter mão nos favos, as quais varas lhes chamamos* Juízes*, sem que eu possa adivinhar, de onde lhe vem este nome.* [...].[410:91]

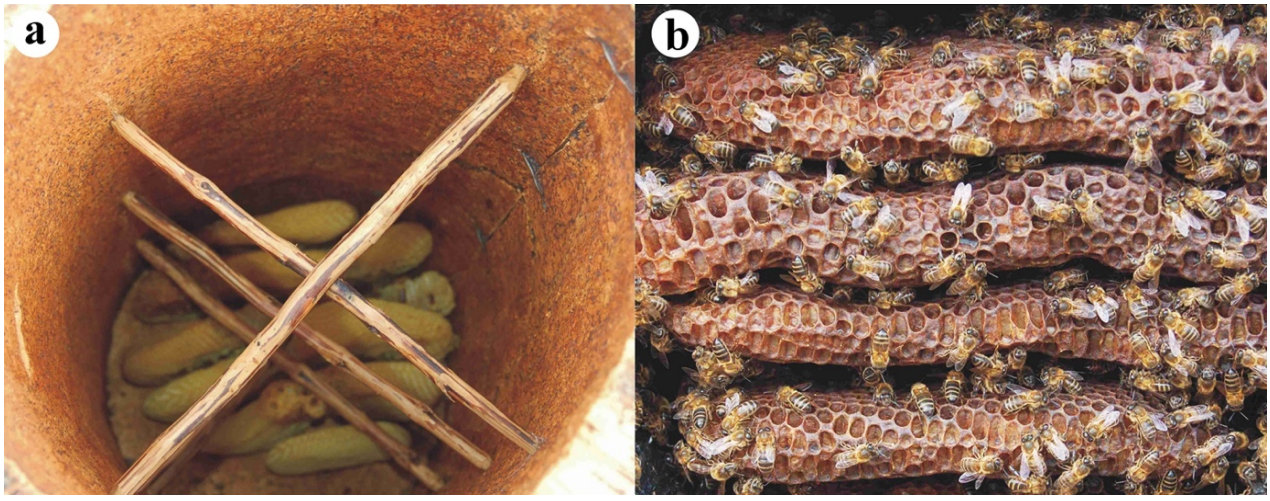


Figura 42 – a) Interior de cortiço com três cruzetas. b) Favos no interior de cortiço, com a laboração das abelhas.

Sendo a produção de mel e de cera de abelhas uma actividade que sempre teve grande importância económica e social, não surpreende que a legislação portuguesa lhe tenha dado, por vezes, especial atenção (referindo-se frequentemente *colmeia* como sinónimo de *cortiço*). Por exemplo, nas *leis extravagantes* (leis que não se encontram enquadradas num código geral) compiladas em 1569,na parte referente aos perdões que podiam ser dados pelos desembargadores do paço, menciona-se o roubo de mel dos cortiços, que era considerado um crime grave:

> *12 Item perdão de furtos grandes, que passarem de valia de marco de prata, ou que tiverem alguma qualidade que os agrave, não sendo escalamento de casa, de que pagará o dobro do que valer o furto. E sendo o furto de gado, ou escorchamento* [retirada do mel] *de colmeias, se pagará a valia em três dobros.*[48:10]

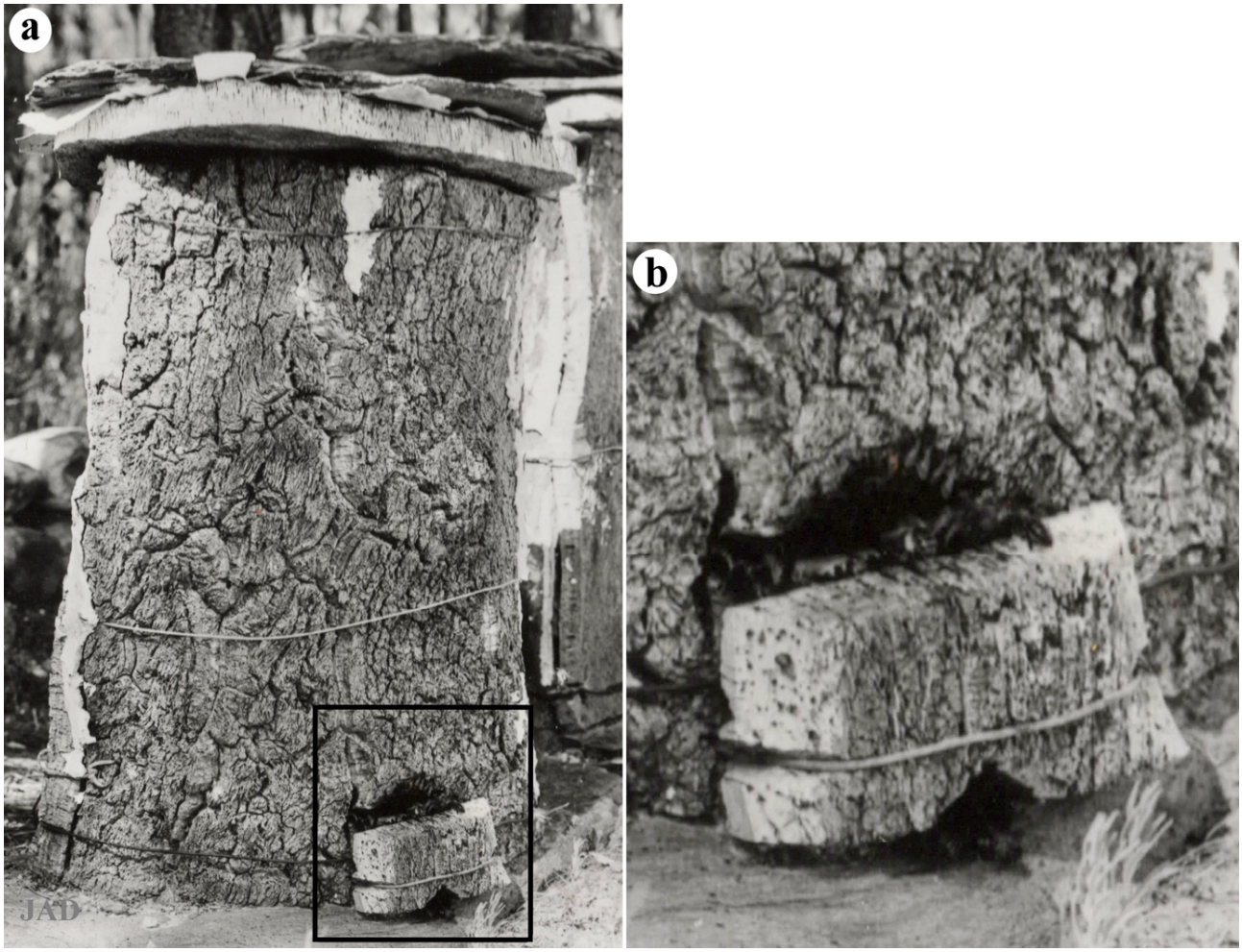


Figura 43 – a) Cortiço de abelhas. b) Ampliação da parte da entrada.

Outro exemplo dessas peças legislativas é o *Código Filipino*, de 1603, em que, no Título LXXVIII, se refere a compra de colmeias, não para futuramente produzir mel, mas simplesmente para aproveitar a cera, o que, a avaliar pelas penas preconizadas, era crime considerado bastante grave:

> *Mandamos que se alguma pessoa comprar alguma Colmeia ou Colmeias para somente se aproveitar da cera e matar as abelhas, se for peão, seja açoitado, e se for pessoa em que não caibam açoites, será degradado dois anos para África. E assim, que for açoitado, como degradado, pa-*

gará em quadobro [quádruplo] *todo o que valiam as Colmeias que assim comprou, de que matou as abelhas, a metade para quem o acusar e a outra para os Cativos.*[6:1225]

Também o primeiro Código Civil português, de 1867, se refere às abelhas, que aí são integradas entre os *animais bravios*, mas que, pela sua utilidade, sobre elas tem declarações especiais, nomeadamente sobre os enxames novos:

Art. 402.º É lícito a qualquer ocupar [ficar com] *os enxames que primeiro encontrar:*

1.º Não sendo perseguidos pelo dono da colmeia de que houverem enxameado;

2.º Não se achando pousados em prédio do dono da mesma colmeia, ou em qualquer edifício, ou dentro de prédio em que não seja permitido caçar.

§ único. Mas se o enxame for perseguido pelo dono da colmeia, será o proprietário do prédio obrigado a permitir-lhe que o recolha, ou a pagar-lhe o valor dele.[56:401]

• Cortiço nos dicionários.

Nos dicionários ou léxicos impressos do século XVI não aparece, em geral, o termo *cortiço*, mas sim *colmeia*. É que acontece, por exemplo, com o *Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem*, de Jerónimo Cardoso (*c.*1508-1569), publicado originalmente em 1562:

Colmeia. Alveus, i, alveolus, i.[202:f32v]

Uma das primeiras vezes que o termo *cortiço* foi contemplado, foi no *Dictionarium Lusitanico Latinum*, de Agostinho Barbosa (1589-1649), de 1611, que tem também *colmeia*:

colmeia. Alveus, ei. Alvear, alvearis, [...].[149:218]

cortiço de abelhas. Alveus, ei, Alvear, aris. [...].[149:267]

Na segunda edição, de 1653, da *Prosodia* de Bento Pereira (1605-1681), apenas encontrámos o termo *colmeia*:

Alveolus, i, [...]. *A colmeia ou gamela.* [...].[338:f13]

A informação é um pouco mais completa na sétima edição, de 1697:

Alveolus, i, A tábua de jogar, gamela ou colmeia [...].[343:31]

Melissia, orum, [...]. *Os cortiços de abelhas, as colmeias* [...].[343:398]

Melisson, is, [...]. *O colmeal, o cortiço de abelhas* [...].[343:398]

Simbla, æ [...]. *O cortiço das abelhas* [...].[343:621]

No *Tesouro da Língua Portuguesa*, publicado originalmente em 1647, Bento Pereira incluiu, mais ou menos o mesmo:

Colmeia. Alveus, ei. Alvear, aris.Alveare, is.[337:f27]

Cortiço de abelhas. Alveus, ei, Alvear, aris.[337:f30v]

É no segundo volume do primeiro dicionário de português, o *Vocabulário* de Raphael Bluteau, publicado em 1712, que o significado dos termos *colmeia* e *cortiço* é expresso pela primeira vez:

Colmeia. [...]. *O cortiço em que as abelhas fazem seu mel.* [...].[163:378]

Cortiço. A casa de cortiça em que as Abelhas fazem o mel. Tem uma cruz de paus atravessados para sustentar as Abelhas e os favos. [...].[163:578]

Posteriormente, esses vocábulos passaram a aparecer sistematicamente nos dicionários de português, por vezes também com outros significados que se perderam com o correr dos tempos, como acontece, por exemplo, no *Diccionario* de António de Morais Silva e Bluteau, de 1789:

> *Colmeia, cortiço de abelhas.*[172:287]
>
> *Cortiço, tubo de cortiça onde as abelhas criam e ajuntam mel. (familiar) chulo, corpo mal feito, por igual, diz-se das Mulheres sem cintura.* [172:338]

O vocábulo *colmeia* (então grafado como *colmêa*) aparece quase sempre com o significado invariante de *cortiço de abelhas*, mas o conceito de *cortiço* passa, a certa altura, a ser algo expandido, deixando de estar intrinsecamente associado à *caixa de cortiça*. É o que se verifica, por exemplo, no *Novo Diccionario* de Eduardo de Faria, de 1849:

> *Cortiço, tubo de cortiça onde se metem abelhas para criarem e ajuntarem mel; colmeia, cortiço com as abelhas, qualquer cavidade onde elas se estabelecem e fabricam os seus favos – (fig*[urado], *burl*[esco]*) diz-se da mulher mal feita de corpo, por ser muito grossa e sem cintura.*[248:195]

É no *Diccionario Contemporaneo* de Caldas Aulete, publicado em 1881, que *colmeia* deixa de ser grafado como *colmêa*:

> *Colmeia, cortiço de abelhas.* | *O enxame de abelhas* | *Grande multidão apinhada.* | *Carcaça de um navio antes de estar aprontado.*[141:349]
>
> *Cortiço, caixa cilíndrica feita de cortiça dentro da qual as abelhas fabricam a cera e o mel* | *(Por ext.) Qualquer cavidade onde as abelhas se estabelecem e fabricam os seus favos; colmeia* | *(Fig.) Casa pequena onde habita muita gente.* | *Vaso cilíndrico de cortiça onde se transportam azeitonas, frutas de conserva, etc.* | *(Brasil) Pátio.* | *(Fig. pop.) Pessoa mal configurada, de forma quase cilíndrica.*[141:414]

Na obra de Aulete está já esboçado o significado de *cortiço* como aglomeração de casas precárias, precursor das *favelas*, o qual é mais explícito no *Novo Diccionário* de Cândido de Figueiredo, de 1899:

> *Colmeia, cortiço de abelhas; enxame de abelhas; (fig.) acumulação, grande porção de coisas ou pessoas.*[256:315]
>
> *Cortiço, caixa cilíndrica de cortiça em que as abelhas se criam e fabricam o mel e a cera; (bras.) agrupamento de pequenas casas ou compartimentos.*[256:353]

A voz popular utilizou o termo *colmeia* e seus derivados em várias locuções (curiosamente não encontrámos nenhuma com *cortiço*) que, entretanto, desapareceram por completo. Eis algumas:

> *Vender mel ao colmeeiro.*[246:71] (semelhante a *Ensinar a missa ao padre*).
>
> *Está farta e cheia, como colmeia.*[246:104]
>
> *Março ventoso, Abril chuvoso, do bom colmeal farão astroso.*[246:157] (astroso = desditoso).
>
> *Essa casa é farta e cheia como uma colmeia*.[198:65]
>
> *Do bom colmear farão astroso*.[198:157]
>
> *Cheio como uma colmeia*.[422:279] (muito cheio).

• Cortiços na literatura.

Como seria de esperar, o vocábulo *cortiço* tem sido intensivamente utilizado na literatura. Por exemplo, no *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente), representado pela primeira vez em 1517, na parte inicial, quando chega o Fidalgo (Fidal.), há o seguinte diálogo com o Diabo (Dia.):

Fid. Esta barca onde vai ora,
que assi está apercebida?
Dia. Vai pera a ilha perdida,
e há-de partir logo ess'ora.
Fid. Pera lá vai a senhora?
Dia. Senhor, a vosso serviço.
Fid. Parece-me isso cortiço.
Dia. Porque a vedes lá de fora.
Fid. Porém, a que terra passais?
Dia. Pera o inferno, senhor.
Fid. Terra é bem sem-sabor.
Dia. Quê? E também cá zombais? [...].[416]

Os cortiços de abelhas eram, por vezes, também utilizados em conflitos bélicos. Por exemplo, João de Barros, na Década Segunda, de 1553, ao descrever a tentativa que Afonso de Albuquerque fez, em 1513, para tomar a cidade de Adém, centro comercial de grande importância situado à entrada do Mar Vermelho, escreveu:

> [...]. *Os mouros, como viram as escadas quebradas e quão poucos ficavam em cima, repartiram-se em partes, uns correndo ao longo do muro, que da banda de dentro era mui baixo, por ser entulhado, com que fizeram recolher a um cubelo alguns dos nossos; e outros ficaram sobre o lugar das escadas, por defenderem esta subida. E posto que eles faziam em os nossos assaz de dano, por lhe tudo servir de armas — pedras, paus, alcatrão, enxofre, ardendo, até cortiços de abelhas — muito maior lhe fizeram as mesmas escadas: que, tornadas a consertar per mandado de Afonso de Albuquerque, que acudiu a isso, quando soube serem quebradas, tornaram outra vez a quebrar com o alvoroço que a gente tinha de subir, por serem todos tão cobiçosos desta honra, que ficou em desordem com morte e ferimento de muitos.* [...].[153:351-2]

Infere-se que o vocábulo *cortiço* é aqui utilizado de forma lata, pois que na região não há sobreiros e, portanto, não há cortiça, correspondendo o termo a caixas de outros materiais com colmeias. Aliás, o mesmo acontece com um episódio, narrado em 1566 por Damião de Góis, sobre a tomada, por Tristão da Cunha, de uma cidade na costa oriental africana:

> [...] [Tristão] *se foi à cidade de Lamo* [na actual Somália] [...] *que achou de paz e se fez tributária aos Reis de Portugal com seiscentos meticais de ouro cada ano, de que logo o Xeque pagou o primeiro* [...]. *Dali foi lançar âncora diante da de Brava, que é desta 65 léguas,* [...]. *Tristão da Cunha, sem mais dilação, a foi cometer* [...]. *Chegaram à praia no romper da alva, na qual, posto que o desembarcadouro fosse perigoso, se saíram apesar dos inimigos que lho defendiam muito animosamente* [...]. [...] *dois mil saíram a defender a praia, que os nossos levaram recuando até às portas da cidade, para onde se recolhiam com muito tento, até chegarem a elas e as fecharem sobre si, pelo que os nossos se começaram de espalhar delongo da cava, para ver se achavam alguma outra entrada onde, por nela haver muita areia solta, caíam uns sobre os outros sem se poderem valer dos tiros de arremesso que lhes lançavam do muro, porque até com cortiços cheios de abelhas lhe tiravam, mas andando assim neste trabalho, vieram a dar em um lanço de muro baixo e fraco, pelo qual logo entrou Afonso de Albuquerque, que ia na dianteira com toda a sua companhia* [...].[273:f36v-37]

Damião de Góis volta a descrever cena idêntica, desta vez passada com Nuno Fernandes de Ataíde, em Marrocos:

[...]. *Alguns depois deste negócio, foram sobre um lugar desta mesma comarca de Xiatima, que se chama Tanly, do qual, vendo-se os de dentro postos em aperto, lançaram muitos cortiços de abelhas pelas ameias do muro fora, de que saíram tantas que nenhum dos que aí estavam se pôde dar acordo com elas, das quais perseguidos tomaram por partido abrir mão do combate, sem levar em outro despojo que muitas ferratoadas delas, do que, assim os mouros, como os Cristãos, saíram bem magoados.* [...].[273:f67v]

Em 1666, Francisco Manuel de Melo escreveu (sob o pseudónimo humorístico Dr. Esquadrinha Tudo) *Feira dos Anexins*, uma colecção de textos formados pela sucessão de anexins, que aqui têm a acepção de *dito sentencioso*, *provérbio* ou *máxima*, texto este que apenas viria a ser publicado em 1875. No Diálogo II da Parte Segunda, na parte intitulada *Em metáfora de bichos*, quase no início consta o seguinte diálogo:

— *Ora comecemos, que parecemos* bichos *de mato, que não sabemos abrir a boca.*

— *Não esteja tão* abelhudo*, vamos devagar, que o assunto tem seu segredo de* abelha*.*

— *E diga-me, permite-se aqui de quando em quando sua* ferroadazinha*? Pergunto, porque você é nossa* abelha mestra*.*

— *Como fizermos exame de metáfora, veremos isso.*

— *É necessário pôr primeiro o* mel *pelos beiços ao nosso amigo sério.*

— *Ele é um* cortiço*.*

— *Não me comecem a acender, que eu sou muito de* cera*.*

— *Não, que se pode* crestar *se tomar fogo.*

— *Senhores, não me derretam.*

— *Escutemos o senhor metaforista, que se preza de estar cheio de equívocos como uma* colmeia*.*

— *Se você me* favonear*, direi alguma coisa: eu o que posso fazer é estar à* vela*.* [...].[309:172-3]

O poeta burlesco Frei Simão António também recorreu ao vocábulo cortiço nas suas *Rimas Sonoras*, de 1731, num poema que visava a Academia Real da História Portuguesa, que tinha sido fundada em 1720. A certa altura, diz:

[...]. *Assim vanglorioso*
Deixo-os penar em tristes pensamentos;
Tenho de venturoso,
Ser invejado de tão bons talentos,
Que estes talentos como são postiços,
São muito bons para barrar cortiços. [...].[265:287]

Bastante interessante é o conto *Patranha*, de Adolfo Coelho, integrado nos *Contos Populares Portugueses*, de 1879, que pode ser considerada como precursora da literatura do absurdo (de *nonsense*). O ano tinha sido muito seco, e quando chegou a altura do caseiro pagar ao fidalgo, não tinha como. Então, o fidalgo disse-lhe que se o caseiro dissesse uma mentira do tamanho do Padre-Nosso lhe perdoava o que tinha de pagar. O caseiro tinha dois filhos, um que era tolo e outro estudava para padre, a quem pediu ajuda. Este respondeu-lhe que nos livros não tinha encontrado mentira tamanha, mas o tolo julgava ter a resposta:

[...]. *Foi o tolo ter com o Fidalgo e disse-lhe: «Meu pai não é tão pobre como finge; tem uma cerca que lhe rende quatrocentos carros de pão, e em redor da cerca tem uma celha de abelhas e foi um dia para contar os cortiços, e não os pôde contar, mas contou as abelhas. Depois, faltava-lhe uma. Numa mata foi-a encontrar a ser comida por dois lobos. Já não tinha senão os quartinhos e ele atirou-lhes com um cutelo que levava. Não pôde chegar ao cutelo. Veio a casa, levou o lume*

e queimou a mata para os lobos fugirem e apanhar o cutelo, mas o ferro queimou-se e ficou só o cabo. Foi dali ao ferreiro para lhe fazer outro cutelo, e ele, em vez do cutelo, fez-lhe um anzol. Foi com ele aos peixes e depois saiu-lhe debaixo da água um burrinho preso por um beiço, com canastra e tudo. Ele montou o burro e foi-se procurar os quartinhos da abelha. Espremeu os quartinhos e cada um deles lhe deu uma pipa de mel. [...]. *Meu pai botou um escadão ao burro e subiu dele ao céu, onde estão todas as cadeiras dos fidalgos, só a de V. Exc.ª não.» O fidalgo disse-lhe: «Mentes, ladrão.» «Então estão as medidas do meu pai perdoadas...».*[219]

Também António Nobre, no seu *Só*, tem poemas em que usa o termo *cortiço*. Por exemplo, em *Para as Raparigas de Coimbra*, há a quadra seguinte:

Meu violão é um cortiço,
Tem por abelhas os sons.
Que fabricam, valha-me isso,
Fadinhos de mel, tão bons. [...].[320:73]

Outro exemplo é o poema *Males de Anto. I. A Ares numa Aldeia*, da mesma obra:

[...]. *Quando para beber me debrucei na pia,*
no fundo da água, vi uma fotografia ...
Jesus! Um velho! O seu cabelo, assim ao lado,
o mesmo era que o meu, todo encaracolado!
O rosto ebúrneo! O olhar era tal qual o meu!
E o lábio... Horror! Fuji! Esse velhinho era eu!
Fuji!

E, desde então, não mais saí de casa.
Há muito, que não vejo uma flor, uma aza,
Há muito já, que não sorvi o mel d'um beijo:
Do meu cortiço voou a abelha do Desejo. [...].[320:146-7]

Em *O Figueiras*, integrado em *Gente Rústica*, de 1921, Brito Camacho descreve o *enxamear*, isto é, o recolher de novos enxames:

[...]. *Enxamear é um ofício leve,* [...], *de modo que o Figueiras, quando já não podia fazer outro qualquer trabalho útil, era enxameador – uma espécie de técnico, inábil para serviços que não sejam os da sua especialidade.*

Ainda longe das colmeias, com muito medo das abelhas, punha o peneiro na cara, e para que lhe não picassem as mãos, à falta de luvas, entrapava-as com bocados de rodilha que já não podiam ter outro préstimo. Estou a vê-lo, sentado num cortiço, rufando com duas trancas, como se fosse a pele de um tambor, e as abelhas, formando um grande cacho em cima de um rosmaninho florido, entrarem para ele, em turbilhão, na plena consciência dos seus destinos. Das garfas [pequenos enxames que saem de cortiços com excesso de população] *não fazia ele caso, e algumas vezes, farto de esperar enxames que não apareciam, abalava a caçar nos matos próximos, e as abelhas, se tivessem enxameado, que esperassem até ao dia seguinte. Espreitar as colmeias, a ver se alguma estava morta; erguê-las, sopesando-as, a ver se tinham mel ou apenas cera, trabalho era este a que se furtava, quanto podia, o Figueiras, não obstante as instantes recomendações que meu pai lhe fazia nesse sentido.*

— Um dia meto-te a cabeça dentro de um cortiço, e não a tiras de lá enquanto te não picar a última abelha.

Era para mim, naquele tempo, um dia de grande bródio, o dia da cresta, todo ancho com o peneiro apertado na cintura, e as mãos cautelosamente aferroadas nas algibeiras, não fossem picar-me os bichos. [...].[194]

Também é de Brito Camacho o conto *A Verruga*, integrado em *Quadros Alentejanos*, de 1925, que fala de uma mulher, a Francisca Ameixa, que se *maridou com um sagôrro* [sovina], *que tinha a alcunha de Verruga, e logo o povo entrou a chamar-lhe pela alcunha do marido*. A certa altura diz-se:

[...]. *Tudo se dava bem no seu quintal: uma laranjeira, que ficava junto ao poço, carregava todos os anos, e sucedia a mesma coisa a duas oliveiras que já ali havia quando se fez a casa.*

— Até colmeias tem, o dianho da mulher.

Efectivamente, vindo dos lados da charneca, um enxame pousara numa das oliveiras, e logo a Verruga, muito contente, foi pedir um cortiço à Casa Grande, que lho emprestou, escusando-se a vender-lho. Foi deste enxame, pouco maior que uma garfa, que resultou o colmeal da Verruga – quatro cortiços cheios de abelhas! [...].[197]

Página intencionalmente em branco

XVIII

Escritos.

Figura 44 – Janelas com escritos.

• Intróito.

Em Lisboa, em meados do século passado, era ainda vulgar ver pessoas a olharem para as fachadas dos prédios procurando casas para alugar. Tais casas ou apartamentos estavam assinaladas com rectângulos de papel branco colados nas janelas, os quais tinham a designação de *escritos* (figura 44). Era um costume multi-secular que ainda permanecia.

Com efeito, durante séculos, Lisboa foi essencialmente uma cidade de inquilinos, em que o mercado de arrendamento tinha por base os anúncios feitos através dos aludidos escritos. Em 1950, quando foi efectuado o primeiro *Inquérito às condições de habitação da família*[281], 90% dos agregados fa-

miliares viviam em casa alugada, sendo os que tinham habitação própria apenas 4,8% (e 5,2% viviam em instalações cedidas). É de relevar que quando se refere *casa alugada*, tal inclui também as muitas famílias que viviam em *partes de casa* (*partes de fogo*), ou seja, em regime de sublocação. Foi só na segunda metade do século XX que Lisboa se começou a converter numa cidade de pequenos proprietários, tendo para isso contribuído um conjunto alargado de factores, nomeadamente: a criação do Instituto jurídico da propriedade horizontal (Decreto-Lei n.º 40 333, de 14 de Outubro de 1955); o êxodo rural dos anos 60; o fim da ditadura em 1974; o novo poder local democrático; a vinda, na década de 70, de centenas de milhares dos chamados *retornados* das então chamadas *províncias* ultramarinas; uma progressiva maior liberalização do crédito bancário; e a adesão do país à CEE (Comunidade Económica Europeia), na década de 80.

• ***Escritos* na história de Lisboa.**

Portanto, em meados do século XX, Lisboa era uma cidade de escritos nas janelas, hábito esse que, como se disse, era uma tradição que vinha desde há séculos. Por exemplo, num Decreto de 20 de Dezembro de 1694, que dirimiu uma desavença sobre casas alugadas, pode ler-se:

> [...] *sem embargo do embargante ser privilegiado,* [...]*, ele mesmo renunciou* [a] *este privilégio por haver alugado as mesmas casas ao embargado, e haver posto escritos nelas, para quem as quisesse alugar,* [...].[29:202]

As destruições provocadas pelo terramoto do 1.º de Novembro de 1755, bem como as causadas pelo *tsunami* associado e pelos grandes incêndios que sobrevieram, deixaram Lisboa com absoluta carência de habitação, com grande parte das pessoas (talvez a maior parte) a viver em barracas e outras instalações de recurso. É de relevar que para essa situação contribuiu também o medo que se tinha instalado de viver em edifícios. O próprio monarca, D. José I, ficou com pavor de estar em edifícios de pedra e cal, tendo passado a viver, até à sua morte, num luxuoso complexo de tendas instalado no Alto da Ajuda. Nessas condições de extrema carência de habitação, os proprietários disso começaram logo a tirar proveito, cobrando inclusivamente rendas excessivas para se edificarem cabanas nos seus terrenos. Logo passado um mês do terramoto, o Decreto Real de 3 de Dezembro de 1755 punha cobro a tais abusos:

> *Sendo informado de que alguns Proprietários e Possuidores de Casas ou Terrenos pretendem locupletar-se, em grave dano de Terceiros, com a calamidade presente, extorquindo alugueres exorbitantes e pensões excessivas pelas Casas ou Lojas que ficaram salvas do Terramoto, ou menos arruinadas por ele, e pelos aforamentos de quaisquer pequenos espaços de chão para nele se edificarem Cabanas ou Casas de madeira* [...]*; Mando que, até segunda ordem, não possam alterar em pouco ou em muito os alugueres das Casas, Lojas ou Armazéns sitos dentro na Cidade ou nos seus Subúrbios, mas que precisamente se conservem no preço que tinham e podiam valer até o fim do mês de Outubro próximo precedente* [antes do terramoto]*; Que no excesso sejam nulos e de nenhum vigor todos os contractos de aluguer ou de aforamentos de Casas que se houverem feito depois do dito dia, restituindo os Proprietários ou Possuidores o que já tiverem recebido;* [...].[25]

Os infractores eram sujeitos a graves consequências:

> [...]. *E que as pessoas* [...] *fizerem o aceitar arrendamentos ou aforamentos de Casas com o referido excesso, além da nulidade deles,* [...] *incorrerão, a saber: os Proprietários ou Possuidores das Casas no perdimento delas para* [a] *Minha Coroa, e os Aceitantes de tais condições ou aforamentos no valor do preço em que forem avaliadas as ditas Propriedades; podendo estas penas e as*

mais abaixo estabelecidas ser denunciadas ou pelo Procurador da mesma Coroa, ou por quaisquer Particulares, aos quais farei mercê em sua vida das Propriedades denunciadas, [...].[25]

Como grande parte da população tinha passado a viver em cabanas, o assunto era também contemplado no citado Decreto:

[...]. *E quanto aos Terrenos para edificar Cabanas ou Casas de madeiras, Sou outrossim Servido anular semelhantemente todos os Contractos de arrendamento e de aforamento que se tiverem celebrado depois do primeiro dia de Novembro próximo passado com excesso de justo rendimento que produziriam os ditos terrenos se tal Calamidade não houvesse precedido* [...].[25]

Perante a catástrofe, tentou-se, deste modo, evitar os abusos do mercado de arrendamento, de forma que parte tão grande quanto possível da população encontrasse onde viver. Entretanto, o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que era Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (correspondente ao actual primeiro-ministro), apressou-se a tomar medidas tendentes à reconstrução da cidade. Para tal, redesenhou-a de raiz, abolindo os velhos traçados medievais, arrasando ruínas, alargando praças e ruas, e estendendo-a também mais para ocidente. Essa matriz de reconstrução urbana contemplava, além do traçado, aspectos muito diversificados, como os problemas do abastecimento de água, o escoamento de resíduos domésticos, a definição dos alçados, a cércea dos edifícios e muitos outros. A própria base construtiva dos edifícios, designadamente os da Baixa, seguiam normas anti-sísmicas. Era a chamada *gaiola pombalina*, uma estrutura tridimensional de madeira incorporada nas paredes de alvenaria: sendo a madeira deformável, tem elevada capacidade de resistência às ondas sísmicas, e sendo esta estrutura coberta com alvenaria, mais resistente aos incêndios, esse método construtivo contemplava os dois grandes riscos a que a cidade estava sujeita, os sismos e os incêndios urbanos.

O novo modelo da cidade incluía também o grande mercado de arrendamento, contemplando, inclusivamente, a construção de prédios de habitação colectiva. No Alvará de 12 de Maio de 1758, que regulou a reedificação da cidade de Lisboa através de *um novo plano regular e decoroso*, definia-se como objectivo:

[...] *que nos Bairros, cujos Edifícios foram abrasados e demolidos, se alinhem as Ruas com a rectidão e largura competentes à comodidade dos seus Habitantes e ao serviço dos que por elas passam, e que nos outros Bairros, cujos Edifícios ficaram no Estado de admitirem conserto, se melhorem as ruas aos ditos respeitos quanto possível for.* [...].[26]

Nesse documento legislativo, no ponto IV, reconhecia-se que as novas condições valorizavam os prédios urbanos, incluindo os destinados a arrendamento, mas que, para tal, havia terrenos que teriam de ser expropriados, pelo que os proprietários destes deveriam ser devidamente compensados:

VI. Considerando que não seria conforme a equidade natural que os Proprietários dos Terrenos que hão-de ficar sitos nas ruas que devem alinhar-se com a rectidão e largura que tenho estabelecido, recebendo os benefícios do menos perigo nos Terramotos e incêndios, da maior claridade da luz, da maior liberdade do ar, da maior facilidade nas conduções, da maior frequência na passagem, e do maior valor que, por todas estas vantagens, e pelos Privilégios abaixo declarados, há-de acrescer às suas propriedades, assim na estimação dos Capitais delas, como nos alugueres, se locupletem com o prejuízo dos outros proprietários cujos Terrenos se hão-de devassar para serem incluídos nas tais Ruas, Mando que estes Terrenos perdidos sejam avaliados na sobredita forma, que o tal valor deles seja rateado pelas varas das frentes dos dois lados de cada uma das sobreditas Ruas [...].[26]

Era uma nova cidade, moderna, bastante mais salubre, com melhores condições de vida e com maior fluidez de trânsito que estava a ser planeada, e que, como se referiu, contemplava também o mercado do arrendamento:

> *XIII.* [...]. *O mesmo se observará nos arruamentos que Eu for Servido determinar para habitação dos Artífices no Plano da Cidade acima referido. Porém, nos outros Bairros e Ruas que não forem do Comércio, e dos arruamentos dos Artífices, mas da habitação dos outros Moradores, somente se observará o sobredito Privilégio de isenção de Aposentadoria por tempo de trinta anos a favor dos Proprietários daqueles Edifícios que forem ou de novo edificados, ou reedificados desde os fundamentos.* [...].[26]

O início da reconstrução parece ter sido um sucesso. Rapidamente o mercado de arrendamento ficou com grande quantidade de novas casas. Segundo um contemporâneo:

> [...]. *Sem embargo de ser grande o número de Barracas que se demoliram, e as que antes se tinham desmanchado no sítio do Rato* [...], *para no dito sítio se fazer as acomodações da Fábrica de Seda* [...], *não obstante toda esta diminuição, são tantas as casas que se têm feito, que a respeito da falta que há de todas as propriedades que se queimaram, ficam muitas com escritos sempre por alugar, pois dentro em 3 ou 4 anos se fizeram mais casas do que havia antes do terramoto e cada vez mais sobejavam.*[390:522]

Surgiram, assim, os chamados *prédios de rendimento*, que viriam a proliferar ainda mais no século XIX e início do XX, os quais consignaram Lisboa como uma cidade de inquilinos, e em que nos edifícios era frequente verem-se *escritos* nas janelas. Instituiu-se, também, o hábito de mudar de casa, ou seja, arrendar outra casa em Junho ou por altura do Natal, o que revela que o mercado de arrendamento era bastante dinâmico. Todavia, passado pouco tempo da cidade começar a ser reedificada, começaram a surgir abusos, designadamente de inquilinos que punham escritos nas janelas com o propósito de conseguirem rendas mais baratas, prática esta que foi combatida com o Alvará de 22 de Maio de 1771:

> [...]. *Tive certa informação de que um grande número dos inquilinos que habitam em casas alheias na Cidade de Lisboa maquinam contra os donos delas o doloso abuso de que, pondo escritos muitos tempos antes do São João e do Natal, para intimarem aos sobreditos donos que se querem despedir das casas que ocupam, e não tendo na realidade alguma tenção de as largarem, tentaram este caminho para se lhes abaterem os alugueres que tinham convencionado; de sorte que, no caso de assim o conseguirem, tiravam logo os escritos que haviam posto; e no outro caso de se lhes não fazerem os rebates que procuravam, por uma parte impediam e paliavam as suas escusas com o pretexto do recato das suas famílias femininas, para que os alugadores que se ofereciam não pudessem ver todas as casas que intentavam alugar, para examinarem as comodidades que nelas podiam ter; e pela outra parte, quando assim sucedia, que os donos das casas achavam alugadores e com eles celebravam os contractos de arrendamento, indo os novos inquilinos tratar de introduzir o seu fato nas casas por eles alugadas, eram capciosamente repelidos pelos mesmos que tinham posto os escritos, tirando-os então, e opondo que deviam preferir por estar de dentro. E obviando a iniquidade notória dos sobreditos procedimentos, ao escândalo que com eles têm causado os referidos dolosos inquilinos, e ao prejuízo que do seu dolo se pode seguir assim aos donos dos referidos prédios, como ao louvável desejo com que têm concorrido para a reedificação e decoroso restabelecimento da Capital dos Meus Reinos* [...]; *Mando que desde a publicação deste em diante, todas as pessoas, de qualquer estado, grau ou condição que sejam, que houverem posto e puserem escritos nas casas alheias que habitam e habitarem por arrendamento ou qualquer outro título, fiquem delas excluídos irremissivelmente pelo mesmo facto da aposição dos escritos, e fiquem as mesmas casas, onde tais escritos se acham postos e puserem,*

livres e desembargadas aos donos delas para as alugarem aos outros inquilinos com quem se ajustarem, sem que aqueles que estão e estiverem de dentro possam alegar por isso alguma preferência. [...].[28]

O sueco Carl Israel Ruders, um pastor protestante que, em 1798, foi nomeado capelão da legação da Suécia junto da corte de Lisboa, onde se manteve até 1802, descreveu de modo sintético o mercado de arrendamento de casas em Lisboa, designadamente a prática de pôr escritos colados nas janelas:

[...]. *O locatário que não quiser conservar a casa se não até à primeira época da mudança, cola nos vidros das janelas folhas quadradas de papel, sinal que indica aos transeuntes que a casa está para alugar.*

Quem a pretender sobe, pede para a ver, e, no caso de lhe convir, manda tirar os escritos da janela e, em seguida, acompanhado por um ou dois frades, dirige-se a um procurador para redigir o contracto com o antigo inquilino.

Um proprietário que more longe, na maior das vezes não tem conhecimento destas transacções até que o acaso o faça encontrado com os seus novos locatários. O procurador é quem recebe os alugueres.

Quando o proprietário quer aumentá-los, fá-lo saber por intermédio do procurador aos respectivos inquilinos, e estes, ou se submetem, ou despejam no fim do semestre.

Os alugueres das casas razoáveis, em relação à carestia geral, são, por via de regra, muito baratos. Todavia, em todos os bairros de Lisboa se edificam, anualmente, novas casas, que custam somas consideráveis aos seus proprietários.

A causa disto é que, provavelmente, os capitalistas, de preferência a deixarem improdutivos os seus capitais supérfluos por falta de mutuários seguros, se contentam com o pequeno rendimento proveniente dos alugueres. As mudanças, proporcionalmente à grande população da cidade, não são muitas em cada semestre; não há motivo para elas, não só porque os alugueres raras vezes são aumentados, mas também porque não é fácil encontrar boas casas pela impossibilidade de se fazerem despedir os inquilinos.

Quem estiver contente com a casa onde mora, enquanto puder pagar regularmente o aluguer pode considerá-la como propriedade sua, e não terá necessidade, durante toda a sua vida, de pôr nenhuns escritos nas janelas. [...].[372:204]

Como é normal, a colocação de escritos nas janelas foi também referida na imprensa da época. Por exemplo, a *Gazeta de Lisboa*, no Segundo Suplemento publicado no Sábado, 27 de Novembro de 1802, tinha o Aviso seguinte:

Avisos. [...]. *Nas tardes dos dias 2, 3 e 4 de Dezembro próximo se há-de continuar o Leilão do espólio que ficou de Manoel Cardoso da Cruz, nas casas em que morava, na travessa do Ataíde às Chagas, sendo o principal artigo louça da Índia,* [...]. *Igualmente se há-de concluir na mesma ocasião o arrendamento das casas que têm escritos.*[30]

Como já se referiu, a prática de colar escritos nas janelas perpassou séculos, chegando inalterada até à segunda metade do século XX. Outro exemplo do século XIX é o anúncio publicado na *Gazeta de Lisboa* de 21 de Outubro de 1835:

Anúncios. [...]. *Arrendam-se por 100 mil réis cada ano umas casas na rua do Mirante, antes de chegar ao Vale de Santo António N.° 26, (tem escritos) com 5 janelas de sacada, boa vista* [...]. *No armazém em baixo está quem as mostra e arrenda.*[41]

Sobre o mercado de arrendamento e os *escritos*, a *Revista Universal Lisbonense* publicou, em 1843, a carta de uma leitora em que se dizia:

> *Constitucionalíssimo Alvitre de uma Dama (Carta).* [...]. *Já no seu periódico se lembrou a fundação de um escritório onde se achasse uma notícia de todos os prédios que estivessem para arrendar. Não sei porque se não fez.* [...].
>
> [...]. *Porém, parece-me que para a minha lembrança é que não pode haver nenhuma objecção. Consiste esta em se obrigar a cada senhorio, logo que em um andar do seu prédio apareçam os escritos — a afixar um edital na porta da rua em letra de mão que diga — andar tal, acomodações tais, preço tanto, senhorio (fulano) que assiste em tal sítio. Se algum senhorio não pusesse este edital 24 ou 48 horas depois dos escritos aparecerem, devia o inquilino tirá-los, e se as casas se não arrendassem, a culpa seria do dono.*[...].[47]

O hábito que se havia instalado dos inquilinos mudarem de casa semestralmente foi jocosamente descrito em 1903 por Alfredo de Mesquita no primeiro volume de *Portugal Pitoresco e Ilustrado*. No capítulo dedicado aos *Alfacinhas*, na parte em que fala dos *galegos*, refere que estes tiveram *sempre em Portugal missões providenciais*, mas que, *antes de mais nada e acima de tudo, o galego é aguadeiro e faz as mudanças*. Depois de falar da função de aguadeiro, o autor prossegue dizendo:

> [...]. *A mudança é, porém, a sua melhor alegria e o seu maior negócio* [dos galegos]. *Há duas épocas no ano em que o alfacinha desmancha a casa, quase sempre por uma conveniência a que não é estranho um certo prazer: nos fins de Junho e nos fins de Dezembro. Mas é um mês antes, de cada vez, nas vésperas dos dias 20 e 25 de Maio e de Novembro, que as vidraças lentamente se cobrem de quadradinhos de papel branco e os jornais se enchem de anúncios oferecendo casas, provocando-se assim pela cidade, por banda do elemento feminino especialmente, uma crise de bisbilhotice, que vem alfim a resolver-se em pormenores cómicos, e a pôr ao Sol as pequeninas misérias ridículas da classe média. Ranchos de famílias encetam neste dia de faina, logo ao romper da manhã, a sabida peregrinagem à casa com escritos — espécie de Senhor da Serra intra barreiras — e vão enchendo as escadas e as ruas do formilhar dos seus gestos, e dos seus vozidos. A pretexto de buscarem morada, eis as mamãs, as filhas, as criadas, invadindo insolentemente a nossa sala, enfiando o nariz pela nossa alcova, fariscando as petisqueiras da nossa cozinha, dando balanço às nossas provisões, fazendo o diagnóstico dos nossos hábitos: e tudo isto com uma franqueza, uma ironia, uma insolência, a que não há fugir nem replicar, mercê da praxe que exige conduzamos aos desvãos mais íntimos da casa, de sorriso na boca e figa na algibeira, os nossos sucessores, e de caminho lhes patenteemos as nossas misérias domésticas.*
>
> *O fim do Semestre torna-se então para os galegos o S. Martinho da classe, acontecendo muitas vezes que a mudança, a pau e corda, um dos tarecos de uma família, chega a custar mais do que esses tarecos valem.*
>
> *O galego, o nosso, o que vive na casa de malta e ouve a missa das almas, que não faz cara a um carrego de dez arrobas, nem se esquece de tirar bilhete de residência no consulado, é por via de regra um rígido e despretensioso espartano.* [...].[311:554]

Como esses papéis brancos colados nas janelas se chamam *escritos*, é de pressupor que, originalmente, teriam qualquer coisa aí escrita. Essa questão foi colocada ao célebre filólogo Cândido de Figueiredo (1846-1925), que em *Falar e Escrever*, de 1906, esclareceu o seguinte:

> *— «Porque é que se chamam* escritos *uns papelinhos em que nada se escreveu, e que, nas janelas de um prédio, indicam que ele se arrenda?» —*
>
> *Duvido muito que a pregunta seja feita a sério; mas, feita por* persona grata*, não desmerece resposta.*

> *O nome dos tais escritos veio-lhes do tempo em que realmente eram* escritos*, como inda hoje o são nalgumas portas de prédios ou estabelecimentos. Manteve-se a coisa, à semelhança de muitas outras.* [...].[258:245]

Depreende-se que, inicialmente, tais *escritos* teriam informações sobre a casa que estava para arrendar e os contactos da pessoa a ser contactada. Porém, como da rua era impossível ler o que estava nesses papéis colados nas janelas de um andar, e como a população sabia o que tais papéis significavam, deixaram de ter informações específicas: a informação era evidenciada pelo papel branco colado nas janelas.

• *Escritos* nos dicionários.

O termo *escrito*, com esta acepção de anúncio de arrendamento, aparece já dicionarizado no *Vocabulario Portuguez e Latino* (terceiro tomo), de Raphael Bluteau, publicado em 1712:

> *ESCRITO.* [...]. *Pôr na porta de umas casas escritos para se venderem*. Inscribere litteris ædes venales, *e falando em escritos de aluguel*, ædes locandas. [...].[164:e227]

Posteriormente, o termo, com esta acepção, foi sendo incluído em muitos dos dicionários da língua portuguesa (sob a forma de escripto), como, por exemplo, o de Eduardo de Faria, de 1849:

> *ESCRITO ou Escripto,* [...]; *—, pl. (fig.) papéis brancos que se põem nas vidraças e portas de uma casa que se quer dar de aluguel. Pôr —: anunciar o inquilino que se vai mudar.* [...].[248:423]

E no *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza* (volume 3), de Domingos Vieira, de 1873:

> *ESCRITO,* [...]. *— Escritos, plur. Dá-se este nome a pequenos quadrados de papel branco que se põem nas portas e vidraças de uma casa, para indicar que está por alugar.*[423:276]

E também no *Diccionário Contemporâneo da Língua Portugueza*, de Caldas Aulete, de 1881:

> *Escrito,* [...]. | *—, pl. pedaços de papel em branco que se pregam nas portas ou janelas das casas que estão para alugar.* | *Pôr escriptos em alguma coisa (fig. fam.), querer descartar-se dela, tratar de a abandonar.* [...].[141:663]

E ainda no *Nôvo Diccionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, publicado em 1899:

> *Escrito, m. escrita; bilhete; título; composição literária; pedaço de papel em branco, colado em portas ou janelas, para indicar que o respectivo prédio se arrenda;* [...].[256:541]

Com a reforma ortográfica de 1911, a primeira adoptada oficialmente, os antigos *escriptos* passaram a ser *escritos*, mas nada mudou na prática de colar papéis nas janelas para anunciar que essa casa estava para alugar. Mesmo actualmente, em que as janelas deixaram de, com frequência, estar ornamentadas com tais papéis brancos, e que as novas gerações já não fazem ideia do que isso significava, os dicionários continuam a incluir essa acepção no termo *escrito*, como é o caso do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (on-line), em que se diz:

> *Escrito.* [...]. *7. Pedaço de papel branco colado em porta ou janela para indicar que o espaço está para alugar (ex.: o primeiro andar do prédio da esquina tem escritos nas janelas). [Mais usado no plural].* [...].[357]

Ou no dicionário *Infopédia* da língua portuguesa, da Porto Editora:

> *Escrito.* [...]. *4. [mais usado no plural] pedaço de papel em branco que se cola nas portas ou janelas de uma casa ou prédio para indicar que se destina a arrendamento.* [...].[280]

• ***Escritos*** **na literatura.**

Como seria de esperar, os escritos aparecem também na literatura portuguesa. Por exemplo, num artigo publicado em 1844 na *Revista Universal Lisbonense*, fala-se de um galego conhecido pelo nome de Pato, revolucionário, que depois de ter cometido *um atentado hediondo* e de ter estado preso alguns anos, voltou a Lisboa, onde arrendou a casa em que o célebre criminoso galego Diogo Alves (1810-1841) tinha morado. Diogo Alves ficou conhecido como o *assassino do Aqueduto das Águas Livres*, pois que, tendo obtido uma chave falsa da entrada, entre 1836 e 1839 lá se escondia e assaltava as pessoas que passavam, atirando-as depois do aqueduto, com 65 m de altura. Em 1840 acabou por ser apanhado pelas autoridades, tendo sido enforcado no ano seguinte. Alguns excertos do aludido artigo:

> *Assaz de fama adquiriu, em mais de uma ocasião, o galego — geralmente conhecido pelo nome de* Pato *— nome que ele se honrou de adicionar aos que devia ao baptismo e à família. Não é mister narrar-lhe a variada biografia* [...].
>
> *O certo é que o nosso herói, em dias de absolutismo, provavelmente inspirado por alguém pertencente a qualquer dos opostos partidos dessa época, cometeu um dos actos de mais espantosa ousadia de que* [...] *se maravilha a história dos homens. A horas mortas atravessou cauteloso a cidade taciturna com um pequeno embrulho debaixo do braço, tremendo como varas verdes* [...], *porque*, n*a realidade projectara um atentado hediondo*.
>
> [...]. *Chegado ao cais do tojo olha sobressaltado em torno a si; o silêncio lhe inspira ânimo. Precipita-se na direcção da viúva* [forca]*, e num estado de convulsão e delírio febril, sobe arrebatadamente pela fatal escadinha, saca o misterioso embrulho de sob o braço e pendura-o na forca.* [...].
>
> *Mas no dia seguinte a capital inteira estava cheia do acontecimento da noite passada! Desde o Paço até ao Cais dos Soldados não se falava noutra coisa* [...].
>
> *Com efeito, o que se encontrara na forca fora uma cabeça de um* pato real *com um dístico em roda:* os reais também morrem*.*
>
> *O processo foi rigorosíssimo. O galego foi capturado e permaneceu muitos anos na cadeia, sem que nunca comprometesse os seus cúmplices* [...].
>
> *De Gibraltar, onde ultimamente residia, regressou* Pato *ao Algarve, de onde veio até Lisboa.*
>
> *Há na calçada do Salitre uma casa má, pequena e mal-afamada: esta casa pertencera a* Diogo Alves [...]. *E é fama antiga que ali se consumaram crimes e se acham ainda tesouros ocultos. Em toda a calçada não há quem o ponha em dúvida* [...].
>
> *O destemido* Pato*, chegando a Lisboa, encaminhou-se logo directamente à casa amaldiçoada. Achando-a com escritos, não pôde conter a alegria com que interrogou os vizinhos sobre a morada do senhorio, a quem imediatamente foi alugar a antiga habitação de Diogo Alves.* [...].
>
> *Logo na primeira noite se ouviu distintamente uma bulha extraordinária, apesar de ninguém, senão o inquilino, para lá ter entrado. Eram marteladas, eram enxadadas, e depois o silêncio. De dia, nem o mais leve motim. Na seguinte noite, repetição do estrondo da véspera* [...].
>
> *Foi-se, pois, a casa do homem, que se encontrou muito sossegadamente encostado a uma pequena mesa, iluminando Santo António. Passou-se a pesquisar a sua morada e acharam-se em diversos pontos dela muitas tábuas levantadas, tecto, sobrado rôto, paredes esburacadas, etc.*
>
> *O homem diz que é* mineiro*, e que andava fazendo experiências mineralógicas. O provável, e quase certo, é que aos seus ouvidos chegou o boato* [...] *dos tesouros enterrados, e tomou a si o cargo de explorador.*
>
> *Pato, que esteve preso uns dias, foi ontem restituído à liberdade.*[49]

Apenas como exemplificação, referimos também o romance *O que fazem mulheres*, de Camilo Castelo Branco,, publicado em 1858, em que, a iniciar o capítulo IX, se diz:

> *Não averiguei miudamente o que disse Ludovina a seu marido. Um dos dois médicos, chamados às sete horas da manhã para examinar a suposta demência* [...]*, disse-me que encontrara o barão febricitante, mas sem o menor suspeito sintoma de loucura. Acrescentou que o enfermo lhe dissera que bebessem eles a tisana que receitaram, e lhes mandara pagar a visita, com recomendação de o darem por curado.*
>
> *Às nove horas já o Barão tinha saído, sem dizer a Ludovina o seu destino, nem aceitar o almoço.*
>
> *Saíra pela porta principal e entrara na rua para onde olhava a janela do jardim. Em frente dessa janela, na margem esquerda da rua, estava com escritos uma casa térrea. O barão perguntou na vizinhança quem era o proprietário da casinha, encontrou-o perto, alugou, pagou a casa, e recebeu a chave.* [...].[178:87]

Outro exemplo, já do século XX, é do romance *Alfacinhas*, de Alfredo de Mesquita., publicado em 1910. O capítulo XII inicia-se assim:

> *No ano passado, a saída do último baile de máscaras da Trindade, em plena manhã de Quarta-feira de Cinzas, as Sabinas, ao despedirem-se das Castros,* [...]*, com grande alarido de vozes aguçadas, tinham prometido isto:*
>
> *— «Para o ano, se até lá alguma de nós não tiver morrido, o melhor baile de máscaras há-de ser em nossa casa. Vocês verão! E não faltem!»*
>
> *Isso sim! Podiam lá faltar as Castros a semelhante coisa! E já na sexta-feira seguinte, que foi o primeiro dia em que voltaram a encontrar-se com as Sabinas,* [...]*, cada uma por sua vez, mas todas a seguir, e nos diversos tons em que as três falavam:*
>
> *— «É verdade! E o baile de máscaras sempre se faz para o ano?»*
>
> *E as Sabinas, todas ao mesmo tempo, num só tom, que era como sempre falavam, sublinhando a promessa com o movimento afirmativo da cabeça:*
>
> *— «Olé se se faz! É coisa decidida!»*
>
> *A ideia do baile tinha lançado raízes, e quando chegou o dia de pôr escritos, era já uma ideia que florescia em factos: as Sabinas reconheciam a impossibilidade de dar o baile naquela casa em que moravam, e resolviam mudar-se da Travessa da Queimada para sítio onde descobrissem alguma outra nas exigidas condições.*
>
> *Nesse dia, pois, saíram as três muito cedo, em procura de escritos, e nessa faina correram todas as ruas do Bairro Alto e da Baixa, até quase ao anoitecer. Mas infrutiferamente. Não havia casa que lhes conviesse, dentro do preço máximo a que podiam chegar. Umas eram muito pequenas: saleta e sala à frente, dois quartos interiores, um vão de escada, sala de jantar e cozinha. Outras eram muito grandes e as rendas excessivas: cento e cinquenta mil réis, duzentos mil ao ano, vinte libras ao semestre! Por fim, já muito fatigadas, muito em fraqueza, pois andavam desde manhã só com uma chávena de chá no estômago, voltavam para trás sem esperança de encontrarem aquilo que poderia convir-lhes, quando uma delas, ao passarem pela Rua das Gáveas, descobriu um terceiro andar com escritos, de três amplas janelas, e aspecto que as tentou. Subiram, bateram.*
>
> *Era uma casa velha, sombria, de tectos baixos, com serventia por uma escada toda a direito, e com degraus que rangiam sob o peso de quem subia ou descia, minados de caruncho. Mas era uma casa enorme, cheia de boas acomodações, com grande sala, muitos quartos e cubículos,*

precisamente o que lhes convinha, e dentro de renda módica. Acharam excelente, foram a correr ao senhorio, que morava perto, para fazerem à pressa o arrendamento. [...].[312:149-50]

Outro exemplo da utilização do vocábulo *escritos* na acepção de estar para alugar, é do conto *Uma Varanda com Flores,* de Maria Judite de Carvalho, em que a mãe de uma criança que caiu de um andar vai visitar uma velhinha com oitenta e cinco anos, que morava no prédio em frente:

[...]. *Não podia ser, era impossível. Aquela mulher tinha visto tudo, ela própria lhe dissera havia pouco, quando a vira entrar. «É a senhora do prédio em frente, não é? A mãe daquela pobre menina? Eu vi tudo, estava à janela ...». Vira tudo. Fora ela mesmo a única espectadora do desastre. Do desastre? A rua era estreita, os dois prédios ficavam mesmo em frente, ambas viviam no terceiro andar. Simplesmente o seu era num prédio novo, com elevador, e aquele numa velha ruína parcialmente desabitada, com escritos nas janelas de vidros partidos e só à espera de que a velhinha morresse para ser demolida. A mãe do actual senhorio fora amiga dela e tinha-lhe prometido que enquanto fosse viva não a fariam sair dali. Todos sabiam, toda a vizinhança estava a par. Ninguém mais vira a criança senão ela que àquela hora estava na varanda a regar as flores. Os outros tinham-se limitado a olhar a boneca desarticulada que estava caída na rua.* [...].[211]

Apontamos, como último exemplo, o romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago:

[...]. *Ricardo Reis deixou a grade, ladeou os canteiros, tomou a rua por onde viera. Olhando para a esquerda, por acaso, viu uma casa com escritos no segundo andar. Uma rajada de vento sacudiu as palmeiras. Os velhos levantaram-se. Não parecia ter ficado ninguém no Alto de Santa Catarina.* [...].[373:76]

[...] *reconheço os passos já inconfundíveis de Lídia, que sobe a escada para o segundo andar, e depois distraí-me, passo adiante às páginas dos anúncios, minha constante obsessão, alugam-se casas, sigo discretamente a coluna com o dedo indicador, não vá o Salvador espreitar e surpreender-me, de repente paro, casa mobilada, Rua de Santa Catarina, indemnização, e diante dos olhos, tão nítida como as fotografias da cheia, surge-me a imagem daquele prédio, o segundo andar com escritos, naquela tarde em que me encontrei com Marcenda, como foi que se me varreu da memória, agora mesmo irei lá, mas calmo, tranquilo, não há nada mais natural, acabei de ler o Diário de Notícias, dobro-o cuidadosamente, assim o encontrei, assim o deixo, não sou desses que abandonam as folhas espalhadas, e levanto-me, digo a Salvador, Vou dar uma volta, não chove, que explicação menos geral daria eu se ma exigissem,* [...].[373:84]

XIX

Escudo (e a evolução da moeda portuguesa)

Figura 45 – Evolução das moedas de escudo.

• **Intróito.**

A geração mais nova, aquela que os sociólogos costumam designar por *Geração Z* (nascidos desde meados da década de 90 do século passado até 2010) já não conheceu as moedas de escudo ou delas tem apenas uma ténue lembrança, pois que no primeiro de Janeiro de 2002 esse sistema monetário foi substituído pelo que é inerente ao euro, actualmente em vigor. Porém, ao longo de quase

90 anos, as sucessivas gerações conheceram bem as várias versões das moedas associadas ao escudo (tanto as da moeda unitária, como as dos seus múltiplos e submúltiplos), algumas das quais com curiosos nomes populares, como *tostões* e *coroas* (a que fazemos alusão noutros capítulos). São moedas do passado, agora sem qualquer valor, com excepção do numismático.

• Evolução das moedas de escudo.

- Os *escudos* monárquicos.

Na sequência da implantação da república, em 1910, a nova moeda republicana, o *escudo*, não constituiu verdadeiramente uma novidade. Ao longo dos séculos, vários foram os tipos de moedas com este nome que circularam na Europa. Eram assim chamadas porque numa das faces estava cunhado o brasão de armas (o escudo) do emitente, sendo moedas muito consideradas por serem fabricadas em ouro ou prata. Em Portugal, os primeiros escudos apareceram em 1435, quando D. Duarte I, no seu reinado (de 1433 a 1438), decidiu retomar a cunhagem em ouro. Eram chamados de *escudos* porque, no anverso, tinham o escudo das armas do rei de Portugal, com as cinco quinas, a bordadura de castelos, e as quatro pontas da cruz da Ordem Militar de Aviz (figura 46a). A sua produção prosseguiu, pelo menos durante o reinado de seu filho, D. Afonso V (figura 46b). Tinha o valor legal de 120 réis, aumentado para 140 réis em 1441 e para 185 réis em 1451[396:9]. Todavia, não é actualmente conhecida a existência de qualquer exemplar, em parte porque D. Manuel I (1469-1521), no seu reinado (iniciado em 1495), atendendo a que o escudo era uma moeda *com muita liga* [pouco ouro] (18 quilates = 750‰ de ouro), não sendo, por isso, bem aceite pelos estrangeiros, a mandou recolher e fundir, cunhando, em contrapartida, uma moeda de alto prestígio internacional, o *português*, com 23 quilates, ou seja, 989,6‰ de ouro (quase ouro puro). Os últimos escudos de D. Duarte existentes em museus, nos séculos XIX e XX, acabaram por ser roubados e desapareceram.

Várias outras moedas portuguesas foram apelidadas de *escudos de ouro*. Entre outros, referimos os que começaram a ser cunhados no tempo de D. João V (reinado: 1706-1750), na sequência das remessas de ouro provenientes do Brasil, com o valor de 1 600 réis (figura 46b). Foi criado pelo Alvará de 4 de Abril de 1722, diploma que estabeleceu também, entre outras, a moeda designada por *peça* ou *dobra de quatro escudos*, com o valor de 6 400 réis[396:33-4]. Estas moedas viriam a ser sucessivamente cunhadas até ao reinado de D. Maria II. Os escudos foram também emitidos no tempo de D. Maria I e D. Pedro III (o primeiro rei-consorte de Portugal), pelo que têm as efígies dos dois monarcas (figura 46c). Foram ainda cunhados após a morte do rei, pelo que têm apenas a efígie da rainha (figura 46d). Tendo D. Maria I sido declarada insana, seu filho, o futuro D. João VI, assumiu oficialmente a regência do reino em 1799, pelo que na legenda dos escudos dessa altura aparece como *Regente de Portugal e Algarves* (figura 46e). Em 1816, na sequência da morte de sua mãe, foi nomeado rei, mas muitas coisas tinham acontecido entretanto (invasões francesas, fuga da corte para o Brasil, instituição em 1815 do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), pelo que os escudos emitidos durante o seu reinado (entre 1818 e 1821) exibem a legenda *Joannes VI D G* [Deo Gratias] *Port Brasil et Alg Rex*. A última cunhagem dos escudos monárquicos foi efectuada em 1821 e continuaram em circulação até que, em 1835, D. Maria II instituiu o sistema monetário de base decimal.

É de relevar que o *escudo* nunca esteve na base do sistema monetário monárquico. Eram assim designadas moedas específicas em que estavam cunhadas as armas reais, ou seja, o escudo, sempre encimado pela coroa. Do outro lado da moeda, na esmagadora maioria dos casos, estava desenhada a efígie do monarca. Embora com raiz em tempos romanos, foram essas características que estiveram na base do nome do jogo do “cara ou coroa” , em que se deita uma moeda ao ar e se vê se cai

com o anverso ou o reverso virado para cima, embora desde há muito as nossas moedas não exibam, em geral, nem cara (efígie), nem coroa.

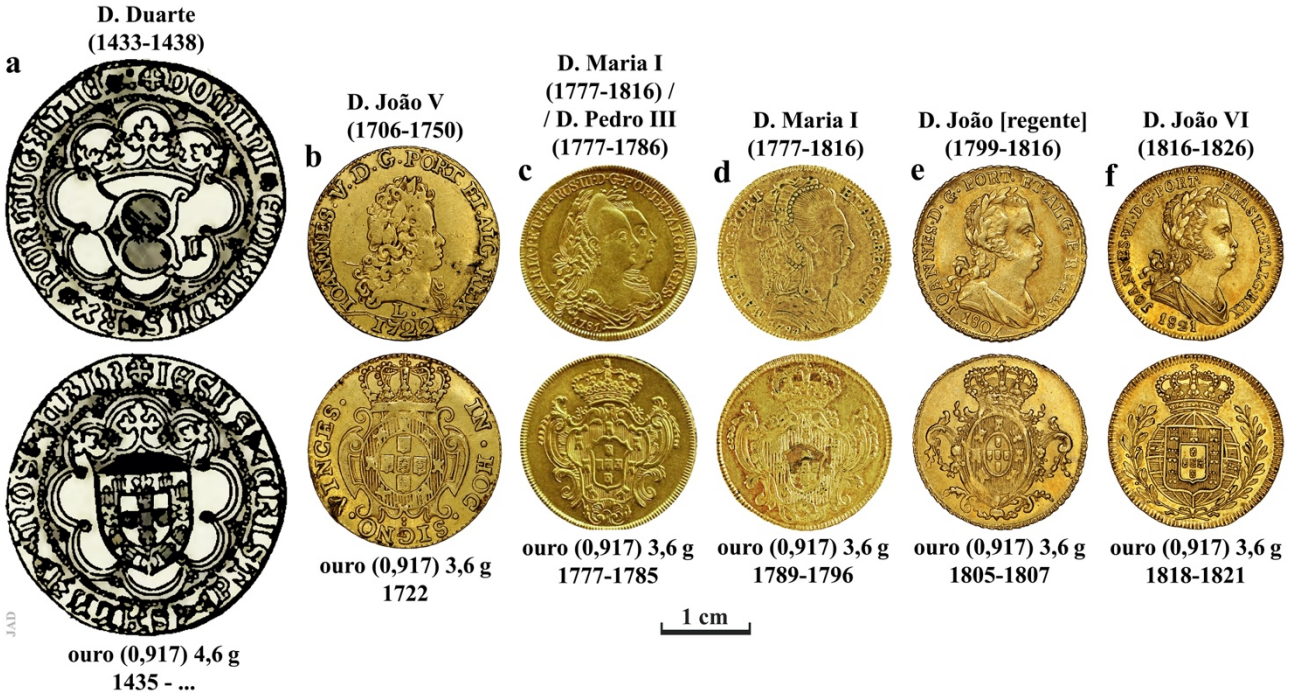


Figura 46 – Antigas moedas portuguesas designadas por "escudos". A) o de D. Duarte I cuja cunhagem se iniciou em 1435 (de que já não existe qualquer exemplar conhecido); b) o de D. João V, emitidos a partir de 1722; c) o que começou a ser cunhado em 1784, no tempo de D. Maria I e D. Pedro III (pelo que tem as suas duas efígies); d) o de D. Maria I, de 1794 (após a morte do rei-consorte); e) o de 1807, em que o futuro D. João VI aparece como regente do reino; e f) o de 1821, em que D. João VI é identificado como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Não obstante o *escudo* definido em 1911 pela recém-implantada república ter, por certo, como base, a tradição histórica dos escudos de ouro, a versão em ouro preconizada nesse diploma original nunca chegou, como já antes referimos, a ser cunhada.

- Os *escudos* da Primeira República.

Após a implantação da República Portuguesa, a 5 de Outubro de 1910, havia que marcar a mudança de regime também através da modificação do sistema monetário, até porque várias outras razões de ordem prática assim o aconselhavam, algumas das quais foram ressaltadas no preâmbulo do diploma que instituiu o novo sistema. Tal decisão foi formalmente tomada pelo Governo Provisório apenas cinco meses e meio após a Proclamação da República, através do decreto com valor de lei de 22 de Maio de 1911, sendo José Relvas (1858-1929) o Ministro das Finanças e Manuel de Arriaga (1840-1917) o Presidente da República. Dos justificativos para tal reforma consta:

> *O nosso actual sistema monetário apresenta grandes defeitos, que tornam indispensável a sua substituição. Estes defeitos referem-se principalmente à unidade monetária, ao toque das moedas de ouro e prata e ao material, peso e dimensões das moedas de 20, 10 e 5 réis* [...].
>
> *A nossa unidade monetária, o real, tem um valor muito pequeno, nada parecido com os valores das unidades monetárias dos diversos países,* [...]. *Desta circunstância resulta ser necessário empregar um grande número de algarismos para representar na escrita uma quantia, mesmo relativamente pouco importante, o que tem o duplo inconveniente de originar grandes perdas de*

tempo e induzir os estrangeiros em erro na apreciação dos valores expressos em moeda portuguesa. Para remediar este inconveniente propomos que se adopte como nova unidade monetária o escudo de ouro, moeda que conterá o mesmo peso de ouro fino que a actual moeda de 1$000 réis [mil réis] *em ouro, à qual será, portanto, inteiramente equivalente.* [...].

Como múltiplos do escudo, cunhar-se-ão moedas de 2, 5 e 10 escudos, todas de ouro [que nunca chegaram a ser cunhadas], *as quais equivalerão evidentemente às actuais moedas de 2, 5 e 10 mil réis; e como submúltiplos, moedas de prata do valor legal de 50, 20 e 10 centavos* [que foram efectivamente cunhadas numa fase inicial] *que corresponderão respectivamente às actuais moedas de 500, 200 e 100 réis, e moedas subsidiárias de bronze-níquel, do valor legal de 4, 2, 1 e 0,5 centavos, correspondentes à antiga moeda de 40 réis, e às actuais moedas de 20, 10 e 5 réis. Além destas moedas, cunhar-se-ão ainda moedas de prata do valor legal de um escudo.*

O sistema de moedas que acabamos de mencionar remedeia o inconveniente acima apresentado; além disto, é manifesto que a sua adopção não envolverá quaisquer dificuldades, mesmo para as pessoas menos ilustradas. Nisto consiste uma das suas grandes vantagens [...].[69]

Figura 47 – Primeiras moedas cunhadas pela república (de prata).

E no articulado estipulava-se que:

Artigo 1.º Em todo o território da República, com excepção da Índia, a unidade monetária é o escudo de ouro, que conterá o mesmo peso de ouro fino que a actual moeda de 1$000 réis. Desta sorte, a razão de equivalência do actual sistema monetário e do novo sistema será de 1$000 réis por um escudo. [...].

Art. 5.º O escudo dividir-se-á em 100 partes iguais, denominadas centavos, correspondendo assim um centavo a dez réis do actual sistema monetário.

Art. 6.º Serão cunhadas e emitidas moedas de prata dos valores legais de um escudo, cinquenta, vinte e dez centavos [...]. *Estas moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura simbólica com a legenda «República Portuguesa» e a era da cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor.*

Art. 9.º Serão cunhadas e emitidas moedas de bronze-níquel dos valores legais de 4, 2, 1 e 0,5 centavos, [...]. *Estas moedas não serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura simbólica com a legenda REPÚBLICA PORTUGUESA e a era da cunhagem em algarismos; e no reverso a designação do valor, devidamente ornamentado.* [...].[69]

Porém, a situação económica e financeira da altura era extremamente grave, e, como já se referiu, o escudo de ouro acabou por nunca chegar a ser cunhado. Devido a essa situação e à permanente intranquilidade política e social, poucas tinham sido as moedas do sistema preconizado em 1911 que tinham sido realmente cunhadas quando, a 23 de Junho de 1913, foi promulgada nova lei do Congresso da República, com a qual o aludido sistema monetário ficou *revisto e confirmado.* Foi nesse diploma, que, na realidade, se traduziu numa desvalorização através da alteração das características das moedas de mais baixo valor (devido à inflação), que foi instituído o cifrão ($) como símbolo do escudo, que se acabam com as casas decimais inferiores aos centavos, e que se consignou o termo *conto* (palavra herdada do antigo sistema que tinha por base o real) para designar os milhares de escudos. No articulado mais relevante refere-se que:

Artigo 1.º A partir de 1 de Julho de 1913, a contabilidade pública será feita conforme o sistema monetário estabelecido pelo decreto do 22 de Maio de 1911, que fica revisto e confirmado com as alterações constantes da presente lei. [...].

Art. 2.º Das moedas do bronze-níquel, cujas cunhagem e emissão foram autorizadas pelo artigo 9.º do citado decreto, é eliminada a de 0,5 centavos, e da mesma forma, na contabilidade pública, é defeso o emprego de algarismos à direita do indicador dos centavos. [...].

§ 2.º Os diâmetros e pesos das moedas de bronze-níquel de 1, 2 e·4 centavos ficam reduzidos aos que no mesmo decreto estavam respectivamente indicados para as moedas de 0,5, 1 e 2 centavos. [...].

Art. 4.º Como designação de escudos *empregar-se-á o sinal* $ *(cifrão)* [um S maiúsculo cortado por dois traços verticais], *no mesmo lugar em que antigamente se usava como indicador de* mil réis*, devendo escrever-se sempre qualquer quantitativo de centavos com dois algarismos, e sendo meramente facultativo o complemento por meio de dois zeros (00) das duas casas à direita dos escudos, quando não houver centavos.* [...].

§ 1.º O cifrão ($) ler-se-á escudos *quando empregado no fim ou dentro dum número, sendo por isso desnecessária a escrita de qualquer outro sinal ou palavra.*

§ 2.º Os milhares de escudos poderão também designar-se por contos *desde que a esta palavra se não acrescente qualquer outra restritiva* [...].[71]

Embora, como vimos, a lei admitisse a utilização do termo *contos* que vinha do antecedente, estipulava, para o diferenciar do usado nos tempos monárquicos, que *a esta palavra se não acrescente qualquer outra restritiva*. Porém, na linguagem popular, a expressão *conto de réis* para designar mil escudos persistiu sempre, pelo menos até ao desaparecimento do escudo.

Nos anos subsequentes começaram, efectivamente, a ser cunhadas moedas de submúltiplos do escudo (figura 48): 1 centavo (a partir de 1917); 2 centavos (1918); 4 centavos (1917); 5 centavos (1920); 10 centavos (1915, em prata); 20 centavos (1913, em prata); e 50 centavos (que já era cunhada em prata desde 1912). Quanto ao escudo, que deveria ser de ouro, nunca chegou, como já dissemos, a ser emitido. O que realmente entrou em circulação, em 1914, foi o escudo em prata, o

primeiro dos quais correspondeu a uma moeda comemorativa da Implantação da República, cuja cunhagem foi autorizada na Lei n.º 220 de 1914 (a Lei Orçamental de 1914-1915). Esse diploma estipulou que:

> *Art. 20.º As moedas de prata de 1$ terão o toque de 0,836* [...]*, e satisfarão às restantes condições designadas no artigo 6.º do decreto de 22 de Maio de 1911.* [...].
>
> *Art. 21.º É o Governo autorizado a mandar proceder a uma cunhagem especial de 1 milhão de escudos em moedas de prata de 1$,* [...].
>
> *§ único. Estas moedas começarão a circular no dia 5 do próximo mês de Outubro, em comemoração da proclamação da República,*[72]

Esse escudo de prata comemorativo da Implantação da República, embora cunhado em 1914, ostenta a data de 1910 (figura 45). O escudo de prata *normal*, com a efígie da república, tal como as outras moedas, só viria a ser cunhado em 1915 e 1916. Entretanto, as contingências derivadas da Primeira Guerra Mundial, associadas à dramática situação (financeira, económica, social e política) do país, fizeram com que, entre 1918 e 1924, as moedas metálicas praticamente tivessem desaparecido de circulação, utilizando-se quase apenas cédulas de papel. Não era uma situação nova, pois que já em tempos monárquicos, como sequela da grave crise internacional de 1891/92, as cédulas de papel tinham proliferado no país com quase desaparecimento da moeda corrente. Mesmo depois da guerra e até finais da década de 20, perante a carência de moedas para trocos, as cédulas dominaram as transacções monetárias quotidianas.

Figura 48 – Moedas correntes da 1.ª República (tendo sido abandonada a prata).

Com a guerra, a agitação política e social, a grande inflação e as dificuldades económicas nacionais, o escudo foi-se desvalorizando de forma bastante acentuada, pelo que, a certa altura, como já referimos, as moedas praticamente desapareceram, usando-se quase apenas cédulas de papel. No entanto, era importante dispor de moeda metálica, principalmente para os 'trocos', pelo que, através da Lei n.º 1 424, de 15 de Maio de 1923, que autorizava o governo a emitir um empréstimo interno, são também alteradas as especificações do escudo definidas em 1911, concedendo a possibilidade de se cunharem moedas noutras ligas. Assim, na aludida Lei diz-se que:

> *Art. 9.º Enquanto a cotação oficial do câmbio sobre Londres se mantiver abaixo de 12 pence por escudo, o Governo poderá fazer cunhar e emitir moeda subsidiária de $50* [cinquenta centavos = meio escudo] *e 1$* [um escudo] *de uma liga metálica adequada* [...].
>
> *b) O Governo decretará o título da liga, dimensões, peso e tolerâncias da moeda subsidiária a emitir nos termos deste artigo;* [...].[74]

Tal foi efectivado pelo Decreto n.º 8 940, de 21 de Junho desse ano, em cujo preâmbulo se reconhecia *que as necessidades de trocos justificam que a cunhagem da nova moeda a emitir seja no quantitativo máximo* fixado pela Lei antes aludida. Do articulado constava:

> *Artigo 1.º A Casa da Moeda e Valores Selados procederá à cunhagem de moedas subsidiárias de uma liga de bronze de alumínio dos valores legais de $50 e 1$,* [definindo-se a seguir as suas características, quanto às dimensões, pesos, liga e tolerâncias].
>
> *§ único. Estas moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura simbólica com a legenda República Portuguesa e a era de cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor*.[73]

A nova liga, mais adequada aos valores faciais das moedas, foi definida pelo Decreto n.º 9 718, de 23 de Maio de 1924, que teve em vista as moedas de mais baixo valor:

> *As moedas divisionárias actualmente em circulação, destinadas a facilitar os pequenos trocos, estão, na realidade, reduzidas ao papel emitido pela Casa da Moeda e Valores Selados. São as chamadas cédulas, dos valores de $05, $10 e $20.*
>
> *É importante a despesa que a emissão de cédulas destes valores provoca, não somente em virtude do custo elevado do papel empregado no seu fabrico, inicialmente, mas ainda pela constante renovação dessas cédulas causada pela sua deterioração pelo uso, sendo periodicamente substituídas pelas novas, o que determina um consumo incessante e notável de papel.* [...].
>
> *Acresce que essas cédulas são facilmente falsificáveis, não obstante no fabrico delas, na Casa da Moeda e Valores Selados, se usar dos melhores processos que as defendam desse grave inconveniente. No mercado aparecem cédulas falsificadas e tão bem imitadas que todo o esforço das autoridades policiais tem redundado inútil para debelar a criminosa e audaciosa tendência.*
>
> *Acresce ainda que a fácil deterioração das cédulas para uso transforma estes instrumentos de pagamento em agentes perigosos de transmissão de doenças* [...].
>
> *Artigo 1.º Na Casa da Moeda e Valores Selados proceder-se-á à cunhagem e emissão de moedas divisionárias de bronze de $20, $10 e $05,* [...].
>
> *§ 1.º A liga destas moedas será* [...] *96 por cento de cobre e 4 por cento de zinco.* [...].
>
> *§ 2.º As moedas serão serrilhadas, terão no anverso somente o busto da República, segundo o modelo já aprovado em concurso público, do escultor Francisco dos Santos, e já usado na Casa da Moeda e Valores Selados na cunhagem de outras espécies de moedas divisionárias, e no reverso a legenda «República Portuguesa», a era da cunhagem e a designação do valor legal* [...].[75]

Na mesma data, o Decreto n.º 9 719 teve em vista as moedas de 50 centavos e de um escudo:

> *Artigo 1.º A cunhagem e emissão de moedas subsidiárias de $50 e 1$ criadas pelo artigo 9.º da lei n.º 1424, de 15 de Maio de 1923, será feita pela Casa da Moeda e Valores Selados.* [...].
>
> *Art. 2.º* [...].
>
> *§ 2.º As moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma composição ou figura simbólica com a legenda «República Portuguesa»* [...].
>
> *§ 3.º A liga metálica será de bronze de alumínio com as percentagens de 95 por cento de cobre e 5 por cento de alumínio. As moedas de $50 terão a dimensão de 22,8 mm e o peso de 4 gramas; as moedas de 1$ terão as dimensões de 26,8 mm e o peso de 8 gramas.* [...].

Art. 4.º [...]. *A cunhagem e a emissão das moedas de que trata este decreto terá por efeito imediato a cessação da faculdade concedida ao Banco de Portugal,* [...]*, de emitir as suas notas de $50 e 1$ para as necessidades de trocos.* [...].[76]

É relevante a referência feita no artigo 4.º às notas, pois que, como já referimos, desde há muito que a moeda circulante quase tinha desaparecido, pelo que o Banco de Portugal emitia notas com baixos valores faciais. Para obviar à falta de trocos, havia mesmo outras instituições e comerciantes que mandavam imprimir cédulas equivalentes a pequenos valores.

Portanto, as moedas popularmente chamadas *coroas* (50 centavos), tal como as de escudo, não só voltavam a ser desvalorizadas, passando a ser cunhadas em metais bastante mais baratos do que a prata, como mais uma vez diminuíam de dimensões. Essas novas moedas tinham no anverso uma figura simbólica de corpo inteiro da república e no reverso o escudo nacional (figura 37). Foram emitidas apenas de 1924 a 1926.

Desta forma, em pouco mais de uma década, o escudo, originalmente definido como sendo de ouro, passando depois a moeda corrente a ser cunhada em prata fina, passou a ser constituído por uma liga metálica modesta. Em 1927, o Decreto n.º 13797, de 21 de Junho, veio introduzir nova alteração (figura 49). No preâmbulo justificava-se essa modificação:

[...]. *Tendo-se porém procedido ao estudo de uma nova liga que permite fabrico mais rápido e económico do que a de bronze de alumínio, sem os inconvenientes verificados nas moedas já em circulação* [...].

Artigo 1.º [...]*, serão cunhadas e emitidas na Casa da Moeda e Valores Selados moedas de $50 e 1$, com as características a seguir indicadas* [...].

2.º As moedas serão serrilhadas, terão no anverso uma figura simbólica com a legenda «República Portuguesa» e a era de cunhagem em algarismos, e no reverso o escudo nacional e a designação do valor [ou seja, mantinham-se os antecedentes princípios orientadores do desenho];

3.º A liga metálica compor-se-á de 61 por cento de cobre, 19 por cento de níquel e 20 por cento de zinco. [...].[79]

A principal diferença relativamente às antecedentes era a liga metálica em que eram cunhadas (cobre, níquel e zinco), normalmente designada por *alpaca*. Começaram a ser produzidas ainda em 1927, embora só tivessem entrado em circulação em 1928. São principalmente estes escudos de alpaca que os mais velhos de nós retêm na memória, pois que foram sendo sucessivamente cunhadas, apenas com ligeiras alterações, ao longo de quatro décadas, entre 1928 e 1968.

Quando, em 1927, foi promulgado o aludido Decreto n.º 13797, a situação em Portugal estava a modificar-se. A terminar o período da Primeira República, caracterizada por grande instabilidade política e uma longa sequência de frequentes revoltas, ocorreu a Revolução de 28 de Maio de 1926, que instituiu uma Ditadura Militar (1926-1933), tendo sido suspensas as garantias consignadas na Constituição de 1911. Como Presidente da República interino foi nomeado, em Novembro de 1926, o General Óscar Carmona (1869-1951). O governo da nação, dirigido por militares, era tendencialmente mais forte, e o decreto referido foi já produzido neste novo contexto. Embora a situação continuasse turbulenta, as revoltas que se verificaram após essa data foram fortemente reprimidas pelas forças governamentais, provocando centenas de mortos e feridos, sendo muitos dos revoltosos presos e desterrados para as ilhas e para as colónias africanas. Em 1928, numa eleição por sufrágio directo, embora com lista única, Óscar Carmona foi eleito para Presidente da República. Portugal estava a entrar numa fase de maior estabilidade, ainda que ditatorial, que viria a culminar na

aprovação da Constituição Portuguesa de 1933, que institucionalizou o Estado Novo, com frequência designado por Segunda República.

- Evolução do escudo durante o Estado Novo

Tendo sido Carmona eleito Presidente da República em Março de 1928, apressou-se a convidar António de Oliveira Salazar (1889-1970) para a pasta das finanças. Este já em 1926 tinha ocupado esse cargo, a convite dos militares, mas apenas durante 13 dias, tendo renunciado por considerar não ter as condições indispensáveis para o seu exercício. Porém, desta feita, tendo-lhe sido garantido o controlo de todas as despesas públicas, reassumiu a pasta das finanças em Abril de 1928. Impôs, de imediato, forte austeridade, grandes aumentos da carga fiscal, a criação de novos impostos, o adiamento de obras de fomento e o congelamento de salários. Como resultado dessa severa política, conseguiu que, logo no exercício económico de 1928–29, as finanças públicas fossem excedentárias, o que há décadas não acontecia.

Foi nesse novo contexto que surgiu o Decreto n.º 19 869, de 9 de Junho de 1931, que estabilizou o valor da moeda. Como já aludimos, desde a sua criação, em 1911, o escudo tinha vindo a sofrer forte desvalorização, havendo agora condições para o dotar de mais estabilidade. Numa longa introdução preambular, com mais de 9 páginas, subscrita por Salazar, é descrito o historial das finanças públicas e do valor do escudo, caracterizando o momento como propício à introdução de um novo sistema monetário (essencialmente representado por nova equivalência ouro). Nessa parte introdutória faz-se uma síntese da evolução da moeda portuguesa nas últimas décadas. Embora longo, fazemos o excerto das partes principais:

> *Parte do trabalho de reorganização económica e financeira a que nos últimos anos se tem dedicado a generalidade dos países tende a remediar os males trazidos pela guerra ao regime dos bancos emissores e à circulação monetária. Porém, para nós, que aliás fomos duramente experimentados pela conflagração europeia, e por via dela desorganizámos mais fortemente ainda todos os factores da nossa economia e das nossas finanças, os problemas que o presente decreto vem solucionar nasceram muito antes de 1914: esta reforma fecha um ciclo de quarenta anos que começou precisamente com a crise de 1891.*
>
> *Os males de que temos sofrido aumentaram de intensidade e grandeza, mas são substancialmente os mesmos em todo este período, e têm a sua razão de ser nas situações criadas ao Banco de Portugal pela inconvertibilidade das suas notas e por sucessivos contractos com o Estado nos quais a faculdade emissora foi sucessivamente alargada.* [...].
>
> > *a) Desaparecida, em virtude do decreto de 9 de Junho de 1891, a moeda de ouro, a circulação portuguesa passou a ser constituída por notas inconvertíveis do Banco de Portugal e pela moeda subsidiária emitida pelo Estado.* [...].
> >
> > j) *Desde 1891 o câmbio é abandonado a si próprio e torna-se errático: a moeda desvaloriza-se até 1898, revaloriza-se depois e quase atinge o antigo par em 1906; perde de novo parte do seu valor, mas não se mantém muito afastada do par até à guerra*; *cai mais fortemente durante esta e sobretudo depois de 1918, paralelamente ao período francamente inflacionista que então se abre; atinge o máximo de desvalorização pelos meados de 1924;* [...].
> >
> > *l) O câmbio mantém-se estável entre 1925 e a primeira parte de 1927, oscila de novo por virtude das emissões de 1926, que desvalorizam um pouco a moeda em 1927 e 1928, mas desde os meados deste ano que o seu valor se mantém outra vez estável* [...].
>
> *Em consequência dos factos que se acabam de referir, temos hoje um valor de escudo que é uma pequena fracção do escudo segundo a definição do decreto de 22 de Maio de 1911. Os orçamentos públicos e particulares estão referidos a uma moeda sem o valor que lhe é atribuído* [...].

Importa o estabelecimento de outro padrão monetário, cercando-o de todas as garantias que assegurem para o futuro a estabilidade do seu valor legal. Seria, porém, leviandade indesculpável lançar as bases da nova reforma sem existirem as condições prévias necessárias de uma boa estabilização. Essas condições encontram-se realizadas. [...].

O orçamento e as contas públicas estão hoje equilibrados. [...]. *O equilíbrio orçamental e das contas é hoje um princípio básico da administração e a consciência pública reclama que todos os esforços se façam no sentido de mantê-lo.* [...].

Neste período de três anos correspondente ao do equilíbrio das contas o câmbio manteve-se estável e houve sempre disponibilidades de ouro pelos depósitos do Estado [...].

[...] *o escudo anda hoje pela vigésima quarta parte do valor correspondente ao peso de ouro que lhe atribuiu a reforma de 1911* [...].[80]

Do articulado deste decreto ressalta, para o tema que estamos a abordar, o seguinte:

Artigo 1.º Desde 1 de Julho de 1931 vigorará no continente e ilhas adjacentes o seguinte regime de moeda:

1.º O escudo ouro, moeda padrão, terá o peso de 0,0739gr com o título de 980/1000;

2.º Os soberanos e meios soberanos ingleses [...] *de ouro,* [...], *continuarão a ter curso legal com o valor de 110$ e 55$ ouro, respectivamente.*

3.º O conto, moeda de conta, será igual a 1 000 escudos.

Art.º 2.º Nos actos oficiais e extra-oficiais poderá ser empregue o escudo ou o conto para indicação dos valores.

Art.º 3.º Em substituição das actuais notas do Banco de Portugal do 2$50, 5$ e 10$, que serão retiradas da circulação antes de 31 de Dezembro de 1933, data a partir da qual deixarão de ter curso legal, serão fabricadas por conta do Estado moedas de prata do valor nominal de 2$50, 5$ e 10$.[80]

No mesmo dia (9 de Junho de 1931) foi emitido o Decreto n.º 19 871, que complementa o anterior, mandando cunhar e emitir novas moedas de ouro e prata. Na parte preambular referia-se que:

O decreto de estabilização da moeda mantém o princípio do monometalismo de ouro, velho e em Portugal de muitas dezenas de anos. A consequência lógica do sistema é que só as moedas daquele metal têm emissão ilimitada e curso forçado ilimitado, ficando a emissão e cunhagem de moeda subsidiária exclusivamente reservadas para o Estado. Umas e outras moedas têm de ser definidas, sendo este decreto o complemento natural dos que hoje se publicam com a criação da nova unidade monetária e as medidas atinentes a manter a sua estabilidade.

Temos de começar por escolher as moedas de ouro que devem constituir o sistema português. E ainda que não haja probabilidade de virem a ser cunhadas em prazo curto, a lógica do sistema obriga-nos a tomar a esse respeito alguma posição.

A moeda de 1$ de ouro prevista pela reforma de 1911, que equivaleria agora a uma moeda de 25$, era demasiado pequena para se reconhecer como prática. [...].

É isto o que se decreta, mas não vale a pena discutir muito o caso, porque, até que sejam cunhadas, há ainda tempo de mudar de opinião. [...].

De facto, é conveniente uniformizar as moedas de $50 e 1$, de que andam dois tipos em giro [de prata e de alpaca]*, um dos quais, embora tenha seus inconvenientes no fabrico, derivados da dureza da liga escolhida, se revelou superior ao outro sob o ponto de vista da circulação: ficarão por isso as moedas de alpaca, recolhendo-se as demais.* [...].[81]

E no articulado:

> *Artigo 1.º Serão cunhadas e emitidas moedas de ouro de 250$, 100$ e 50$* [...] [que, como era de esperar, nunca chegaram a ser produzidas].
>
> *Art. 2.º A moeda subsidiária de prata* [2$50, 5$00 e 10$00] *para o continente e ilhas adjacentes será cunhada e emitida pela Casa da Moeda e Valores Selados,* [especificando-se as suas características]. [...].
>
> *Art. 4.º À medida que forem entrando em circulação as novas moedas de 2$50, 5$ e 10$ serão retiradas pelo Banco de Portugal as notas de iguais valores*. [...].
>
> *Art. 9.º É o Governo autorizado a mandar recolher as actuais moedas de prata de 1$, $50, $20 e $10 em circulação, que serão trocadas à razão de $20 por grama do seu peso legal.* [...].[81]

Na realidade, com estes diplomas, procedeu-se à adequação das moedas circulantes ao verdadeiro valor do escudo na altura, cuja equiparação ao padrão ouro estava agora estabilizado. Assim, mandaram-se recolher todas as moedas de prata, cujo valor neste metal superava bastante o valor facial. Tal abrangeu principalmente as emissões regulares (50 centavos, cunhadas de 1912 a 1916; e 1 escudo, emitidas em 1915 e 1916), mas também a maior parte das moedas comemorativas.

As moedas de baixo valor (10 e 20 centavos), cuja cunhagem em metais mais pobres se tinha iniciado em 1924, continuaram em circulação, embora não fossem emitidas mais moedas (excepto as de 10 centavos, de que, nalguns anos, foram ainda cunhadas pequenas quantidades). Também em circulação continuou a moeda de $05 (5 centavos), de bronze, emitida entre 1924 e 1927, que, como se diz no decreto:

> [...] *é de tão pequeno valor que deve reputar-se condenada. É, entretanto, mantida ainda neste decreto, porque se reconhece que há, sobretudo, serviços largamente utilizados pelo público cujo preço exige a existência dela.* [...].[81]

Portanto, no que se refere a moedas de baixo valor, continuou tudo como no antecedente. Foi também decidido prosseguir com a cunhagem de moedas de 50 centavos e de 1 escudo, de alpaca, cuja produção se tinha iniciado em 1927, e que correspondiam aos princípios estabelecidos para estabilização do valor da moeda. Como é costume, nestas novas moedas verificou-se inversão da efígie da república, virada para a esquerda nas que provinham do sistema implementado pela 1.ª República, e que agora aparecia virada para a direita.

Como inovação surgiram as moedas de 10, de 5 e de 2,5 escudos, de prata (embora as duas últimas com toque de apenas 0,650 e a primeira de 0,835) que, no anverso, em vez do tradicional busto da república, exibiam o desenho de uma caravela (figura 49).

Com a passagem do tempo houve necessidade de fazer novos ajustes. Em 1942 foram introduzidas novas moedas de 10 e de 20 centavos (figura 50). A justificação para essa alteração e as características principais, expressas no Decreto-lei n.º 32 648, de Janeiro de 1943, eram as seguintes:

> *Atendendo a que, apesar de terem sido elevados os limites de emissão de moeda divisionária, esta continua a escassear, em grande parte, por ser desviada para fins industriais:* [...]
>
> *Artigo 1.º São criados novos tipos de moeda metálica de $10 e $20, das ligas de 95 por cento Cu, 3 por cento Zn e 2 por cento Sn,* [...].
>
> > *§ único. Estas moedas não serão serrilhadas, tendo no anverso as cinco quinas circundadas pela legenda «República Portuguesa» e a era da sua cunhagem, e no reverso o seu valor em algarismos romanos (X ou XX) seguido da palavra «centavos» e em baixo um motivo decorativo e simbólico (um ramo de oliveira)*. [...].[82]

Apareceram, dessa forma, novos motivos nas moedas: no anverso o tradicional busto da república foi substituído pela representação das cinco quinas, e no reverso desapareceu o escudo nacional, que deu lugar a *um ramo de oliveira*. Aí, o valor passou a ser indicado em numeração romana.

Por outro lado, passada uma década do início da emissão de moedas de prata de 10$00, com a inflação e consequente desvalorização deslizante do escudo, o valor do metal que continha começava a ser excessivo, pelo que havia que efectuar a devida correcção. Tal foi feito através do decreto n.º 39 508, de 2 de Janeiro de 1954, que autorizou a emissão de uma moeda de prata (com toque de 0,800) de 20$00, comemorativa do 25.ºaniversário da reforma financeira (mas esse tipo de moedas está fora do âmbito deste texto), e que, simultaneamente, criou nova moeda corrente de 10$00, baixando o toque para 0,680, (era de 0,835), mantendo no anverso a caravela, mas com novo desenho, e no reverso uma *nova interpretação da heráldica nacional*[85].

Figura 49 – Moedas correntes na sequência do decreto de estabilização do valor do escudo (1931). As moedas de baixo valor (10 e 20 centavos), anteriormente cunhadas, com a efígie da república virada para a esquerda, continuaram em circulação. Prosseguiu a emissão de moedas de alpaca (50 centavos e 1 escudo), com a efígie da república virada para a direita, que tinham surgido em 1927. Introduziram-se as novas moedas de 10, 5 e 2,5 escudos, em prata.

Com a passagem do tempo, as outras moedas de prata (2$50 e 5$00), embora fossem de baixo toque (0,650), começaram a ficar, também, com excessivo conteúdo deste metal relativamente ao valor facial. Impunha-se, portanto, a sua substituição, o que foi determinado pelo Decreto-Lei n.º 45 129, de 12 de Julho de 1963. Tendo como justificação *que as moedas de prata de mais baixo valor facial apresentam um estado de desgaste excessivo e que se torna conveniente proceder à sua substituição utilizando liga metálica mais adequada à sua intensa circulação*, determinou-se que:

> *Artigo 1.º É criado um tipo de moeda de 2$50, em liga de cupro-níquel, na proporção de 75 por cento de cobre e de 25 por cento de níquel,* [...].
>
> *Art. 2.º É criado um tipo de moeda de 5$, em liga de cupro-níquel, na proporção de 75 por cento de cobre e de 25 por cento de níquel,* [...].

Art. 3.º O desenho do anverso de ambas as moedas é constituído pela caravela das descobertas circundada pela legenda «República Portuguesa», com a era de cunhagem na parte inferior. O desenho de reverso é constituído pelo escudo nacional, ladeado por quatro estrelas, com o valor da moeda em algarismos na parte inferior.[88]

Embora, nestas novas moedas, se tivesse mantido no anverso a caravela, esta tinha um novo desenho, o mesmo se verificando com a figuração do escudo no reverso (figura 51).

Assim, na década de 60 do século XX, as moedas correntes eram as seguintes (figura 50): as de baixo valor (10 e 20 centavos), de bronze, que tinham sido introduzidas em 1942; subsistiam as de 50 centavos e de um escudo, de alpaca, cuja emissão se iniciara em 1927 (um fenómeno de longevidade, pois que se mantiveram durante mais de 40 anos); as moedas de valor mais elevado (2,5 escudos e 5 escudos), de cupro-níquel, que começaram a circular em 1963; subsistia apenas uma moeda de prata de baixo toque, a de 10 escudos, que apenas foi cunhada dois anos (1954 e 1955), e que, em 1963, foi mandada recolher, juntamente com as 2$50 e de 5$00 deste metal. No entanto, havia já a percepção de que o sistema monetário tinha de ser novamente alterado, até porque, nalgumas moedas, o valor intrínseco do metal em que eram cunhadas superava o valor facial. Tal acontecia, por exemplo, com as moedas de 10 e 20 centavos, de bronze, que eram frequentemente desviadas para fins industriais.

Figura 50 – Moedas correntes em circulação na década de 60 do século XX. De prata (de baixo toque) subsistia apenas a de 10$00, que foi cunhada apenas dois anos.

Assim, o Decreto-Lei n.º 49 167, promulgado a 24 de Julho de 1969, procedeu a nova reforma monetária, a qual era justificada no preâmbulo, entre outras motivações, com as seguintes:

1. *A flutuação do preço dos metais é fenómeno de carácter mundial que tem causado periodicamente a alteração das moedas metálicas em circulação nos vários países. Como consequência desse fenómeno, e em íntima associação com a perda do poder de compra da moeda, verificou-se a abolição* [de várias moedas].
3. *Verifica-se actualmente que as moedas de $10 e $20 de bronze estão desaparecendo por desvio ilícito para fins industriais, e as moedas de alpaca de $50 e 1$ se encontram, em grande parte, desgastadas, carecendo de substituição. Por isso, só as moedas de cupro-níquel de 2$50*

e 5$, que não apresentam desgaste apreciável nem oferecem perigo de desvio para fins industriais, serão integradas no novo sistema de moeda metálica criado pelo presente diploma.

4. Reconhecida assim, por motivos de ordem técnica e económica, a necessidade de remodelação do sistema de moeda metálica, julga-se agora oportuno regressar ao tradicional sistema de dois grupos de moedas de cor diferente, criando o grupo de moedas de bronze, constituído pelo escudo e seus submúltiplos, e o grupo de moedas de ligas brancas de níquel ou prata, constituído pelas moedas de valor múltiplo do escudo. Terá de verificar-se uma excepção a esta regra, aliás verificada também em outros países, utilizando liga branca de alumínio para a moeda de menor valor ($10), dado que o seu baixo valor facial não é compatível com o custo de fabrico de liga de bronze. [...].[89]

A caracterização das novas moedas era explicitada no articulado, nomeadamente ao referir-se:

Artigo 1.º É criado novo tipo de moeda metálica de $10 de liga de alumínio com 1 por cento de magnésia, [...]

Art. 2.º — 1. São criados novos tipos de moedas metálicas de $20, $50 e 1$, fabricadas em liga de bronze, na proporção de 95 por cento de cobre, 3 por cento de zinco e 2 por cento de estanho, com a tolerância, em título e em peso, de mais ou menos 2 por cento.

2. As moedas de $20 terão o diâmetro de 16 mm e o peso de 1,8g.

3. As moedas de $50 terão o diâmetro de 22,5 mm e o peso de 4,5g.

4. As moedas de 1$ terão o diâmetro de 26 mm e o peso de85g. [...].

Art. 3.º É criado novo tipo de moeda metálica de 10$ fabricada com discos de níquel puro, capeados em ambas as faces com cuproníquel de 75 por cento de cobre e 25 por cento de níquel. Estas moedas terão o diâmetro de 28 mm e o peso de 10g [...].[89]

Figura 51 – Moedas correntes resultantes da reforma monetária de 1969.

Com esta reforma monetária de 1969, Portugal deixou de ter moedas correntes de prata, embora este metal continuasse a ser usado nalgumas moedas comemorativas. Provavelmente, a mais famosa dessas moedas foi a de 10 centavos, que pesava apenas meio grama, e que, por isso, qualquer rabanada de vento a transportava, e a que o povo a atribuiu designação coloquial de *marcelinhos* (do nome do Presidente do Conselho de Ministros da altura, Marcelo Caetano). Eram essas as mo-

edas correntes quando se verificou a Revolução de 25 de Abril de 1974 que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, instaurando o que, com frequência, é designado por *3.ª República*.

- Evolução do escudo durante a 3.ª República.

Como é normal, à Revolução de 25 de Abril de 1974 seguiu-se um período política, social e economicamente conturbado, com elevadas taxas de inflação. Em consequência, foram sendo efectuadas várias correcções nas moedas correntes. A primeira intervenção foi estipulada logo em Dezembro de 1975 (Decreto-Lei n.º 766/75) e incidia na moeda de 10 escudos (que era de níquel puro), justificando-se essa alteração, no preâmbulo, da seguinte forma:

> [...]. *A evolução dos preços mundiais das matérias-primas utilizadas nessa moeda metálica* [de 10 escudos]*, a circunstância de as suas características técnicas envolverem a aquisição dos elementos componentes em fase já adiantada de transformação a fornecedores estrangeiros e o facto de ela ter sido destinada a utilização em máquinas vendedoras especializadas que, entretanto, não foram instaladas no mercado português, recomendam a sua substituição por um novo tipo de moeda metálica de 10$.* [...].[91]

Porém, essa nova moeda, que seria de cupro-níquel, como as de 2$50 e 5$00, nunca chegou a entrar em circulação. Em contrapartida, passado um ano, foi criada uma nova moeda, a de 25$00, através do Decreto-Lei n.º 847/76, em que se pode ler:

> *Dado o grande volume de notas de 20$ em circulação e o elevado custo que a sua emissão e manutenção ocasionam, torna-se oportuno considerar, desde já, a sua substituição por um novo tipo de moeda metálica, com o valor facial de 25$,* [...].
>
> *A medida apontada justifica-se, já porque possibita a economia de divisas decorrentes da circunstância de a moeda metálica ser fabricada em Portugal, ao contrário do que neste momento sucede em relação à nota,* [...].
>
> *Artigo 1.º É criado um novo tipo de moeda metálica, por acordo entre o Estado e o Banco de Portugal, com o valor facial de 25$, fabricada em liga de cupro-níquel, na proporção de 75% de cobre e de 25% de níquel, a qual será serrilhada e terá o diâmetro de 26,25 mm* [...].[92]

Porém, essa nova moeda de 25 escudos viria a ter uma história algo conturbada. Estava previsto no diploma que a criou que, *para o efeito de selecção do modelo da composição das respectivas faces, procederá à abertura de concurso público entre artistas nacionais*[92]. Todavia, passado cerca de um ano, o Decreto-Lei n.º 534/77, de 30 de Dezembro, vem reconhecer que o resultado do concurso não foi satisfatório, tendo de se recorrer a outra solução. Ao oficializar esta situação, o diploma procedeu também a algumas alterações nas características da nova moeda. No preâmbulo justificavam-se estas modificações e, essencialmente no Artigo 1.º, eram estipulados os novos atributos:

> [...]. *A composição das respectivas faces, embora devendo conter obrigatoriamente alguns elementos referidos no citado diploma* [Decreto-Lei n.º 847/76], *seria, porém, a do modelo seleccionado pelo júri do concurso público que a Imprensa Nacional-Casa da Moeda* [...] *abriria para o efeito entre artistas nacionais*.
>
> *Acontece, porém, que não obstante o inegável valor artístico de alguns trabalhos, o júri, por motivos de natureza técnica previstos nas bases do concurso, não atribuiu qualquer prémio, pelo que a INCM* [Imprensa Nacional – Casa da Moeda]*, de acordo com o estipulado nas mesmas bases, encomendou o trabalho a artista da especialidade.*
>
> *À necessidade de descrever o modelo assim seleccionado acresce a oportunidade de corrigir, pelas razões que passam a indicar-se, o peso e a tolerância inicialmente estabelecidos.*

A alteração do peso deriva da circunstância de, não obstante a notória diferença entre a liga da actual moeda de 1$ e a da moeda de 25$, o certo é que, sendo muito aproximados os respectivos diâmetros – 26mm para a primeira e 26,25mm para a segunda, se se mantiver o peso igual de 8g em relação a ambas, muito próxima será também a espessura de cada uma.

Desta similitude resultam graves inconvenientes para a venda de artigos processada através de máquinas automáticas, já que assim seria possível a utilização de moedas de 1$ para artigos que exijam moedas de 25$. [...].

Artigo 1.º É fixado em 9,5g o peso e em mais ou menos 1,5% a tolerância em título e no peso em relação à moeda de 25$ criada pelo Decreto n.º 847/76 [era de 8g], [...], *mantendo-se, porém, inalteradas as demais características estabelecidas no artigo 1.º do mesmo diploma.* [...].[93]

No seguimento desse Decreto-Lei foram efectivamente cunhadas as novas moedas de 25 escudos. No entanto, foram produzidas apenas durante dois anos, após o que o Decreto-Lei 519-R/79 veio introduzir novas modificações à moeda. A justificação e as alterações estão bem explícitas logo no preâmbulo:

A moeda metálica de valor facial de 25$, criada pelo Decreto n.º 847 /76, de 15 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.o 534/77, de 30 de Dezembro, tem sido rejeitada pelo público, pelo que não circula. Esta rejeição é ocasionada por se confundir com a moeda de valor facial de 5$, devido não só à proximidade dos seus diâmetros como também a serem fabricadas na mesma liga metálica.

Deste modo, com vista a uma clara diferenciação dimensional entre as moedas de 5$ e de 25$ e salvaguardadas as exigências de não paralelismos com sistemas monetários estrangeiros mais próximos, aumenta-se o diâmetro da moeda de 25$ dos iniciais 26,25 mm para 28,5 mm, com o consequente aumento de peso de 9,5g para 11g. [...].[94]

1 escudo latão-níquel 1981-1986 | **25 escudos cupro-níquel 1977-1978** | **25 escudos cupro-níquel 1980-1986**

Figura 52 – Moedas correntes cunhadas após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e antes da reforma monetária de 1986.

Finalmente, com estas novas alterações, a moeda teve aceitação e foi sucessivamente cunhada entre 1980 e 1986 (altura em que se efectuou outra reforma monetária). Mas, com a inflação e consequente desvalorização progressiva da unidade monetária, outras moedas careciam de ser modificadas. Tal aconteceu logo em 1980, com a moeda de 1 escudo, cuja história é muito mais simples do que a anterior. A nova moeda com este valor facial foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 545/80, em que se diz:

O custo de produção da espécie de 1$, fabricada em liga de bronze [...], *é hoje verdadeiramente incomportável, tornando antieconómica essa produção.*

Impõe-se, assim, que desde já se utilize no fabrico da moeda de 1$ outra liga metálica que se mostre mais económica, bem como se alterem as suas características [...].

Artigo 1.º – 1 – É criado novo tipo de moeda metálica de 1$ fabricada em liga de latão e níquel, na proporção de 79% de cobre, 20% de zinco e 1% de níquel, [...].

2 – A moeda a que se refere o número anterior terá o diâmetro de 18mm e o peso de 3g.

Art. 2.º A moeda criada por este diploma não é serrilhada [...].[95]

No desenho desta nova moeda de 1 escudo retomou-se a concepção original, pois que se estipulava que o *anverso é constituído pelo Escudo Nacional, colocado ao centro, circundado pela legenda «República Portuguesa» e a era de cunhagem no exergo*. Todavia, do outro lado, o desenho foi muito simplificado: *O reverso tem inscrito o valor facial, composto do algarismo 1, colocado sobre o eixo vertical da moeda e ocupando os dois terços superiores desse eixo, e a palavra «escudo», por baixo*. Acompanhando a inflação e a desvalorização, a moeda de escudo voltava a diminuir de diâmetro e de peso, bem como de valor dos metais em que era cunhada.

Abrimos um parêntesis para fazer menção às espécies numismáticas, cuja procura se tinha vindo a ampliar fortemente, de modo que o Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio, veio regular a cunhagem de moedas dedicadas ao coleccionismo. No preâmbulo desse diploma, refere-se:

3. Dado o crescente incremento do coleccionismo numismático a nível mundial, abrangendo já elevado número de cultores, esta actividade, para além dos aspectos de fomento da criatividade artística, de veículo de difusão da história e cultura de um povo e de ocupação útil dos tempos livres, transformou-se paralelamente num investimento seguro para o coleccionador e numa apreciável fonte de divisas para cada país que a impulsione.

Destas circunstâncias surgiu a cunhagem de espécimes numismáticos com características intrínsecas idênticas às das moedas destinadas à circulação normal, mas que delas se distinguem pela qualidade da manufactura, perfeição de acabamento e apresentação ao Público, sendo limitada a sua tiragem. [...].

5. À luz da frutuosa experiência de outros países, pretende-se igualmente abrir, à iniciativa portuguesa, um mercado com especial destaque para a comercialização de moeda comemorativa de cunhagem normal e para os espécimes numismáticos que, segundo o tipo de acabamento, são internacionalmente designados por fleur-de-coin *(flor de cunho*), proof *(moeda de campos espelhados e relevos matizados),* brilliant uncirculated *(moeda não circulada), etc., esperando-se que dessa actividade advenham significativas vantagens para o País.* [...].[97]

Assim, passaram a cunhar-se todos os anos colecções de moedas correntes, com acabamento especial, para o coleccionismo numismático.

Todas as perturbações políticas, sociais e económicas que se seguiram à Revolução de 1974 tinham-se reflectido no conjunto das moedas circulantes, pelo que, atingida alguma estabilidade, se impunha proceder a nova reforma monetária. Tal foi feito em 1986 através do Decreto-Lei n.º 293/86. Do preâmbulo, em que se justificam as alterações, consta:

1. *Os sucessivos reajustamentos do sistema de moeda metálica,* [...], *associados ao progressivo aumento do custo de fabrico das moedas e à alteração do seu poder de compra, conduziram a que as moedas em circulação apresentassem características técnicas e denominações desinseridas das necessidades da actual circulação monetária, pelo que se justifica a sua substituição.*
2. *Quanto ao conjunto de moedas correntes, o novo sistema mantém uma referência decimal de denominações, em dois grupos de moedas, de cores diferentes, aos quais se irá associar oportunamente uma terceira liga metálica.*

O primeiro grupo, de cor amarela, será constituído por moedas de latão-níquel de 1$, 5$ e 10$. As moedas de $50 e de 2$50 mantêm as características actuais até que sejam substituídas por novos tipos de moedas com o mesmo valor facial.

O segundo grupo será constituído pelas moedas de liga de cuproníquel, de cor prateada, de 20$ e 50$, que irão substituir a moeda de 25$ e as notas de 20$ e 50$.

3. A necessidade de permitir uma rápida distinção visual e táctil entre as moedas agora criadas e as actuais, que terão de circular conjuntamente durante algum tempo, obrigou à introdução de elementos acessórios de identificação, bem como a escolha de novo desenho das suas gravuras.

Assim, as gravuras que ornamentam as novas moedas apresentam a particularidade de caracterizarem individualmente cada denominação, constituindo uma unidade plástica no seu todo, tendo como base testemunhos populares e eruditos da cultura portuguesa, tais como rendas artesanais, filigranas e rosáceas, bem como testemunhos da ciência náutica que marcou o destino colectivo da Nação e que ainda hoje constituem elementos de clara identificação da moeda portuguesa. [...].[98]

Este novo sistema manteve a divisão em dois grupos de moedas (de ligas "amarelas" e "brancas") que tinha sido explicitado em 1969. Porém, no anterior, as moedas mais escuras eram as de 1 escudo e seus submúltiplos, e as mais claras eram as que tinham valor múltiplo do escudo[89]. Agora, ficavam integradas no primeiro grupo as moedas com valor facial de 10 escudos e inferior, o que dá ideia da inflação e da desvalorização ocorrida nesses 17 anos. É de relevar ainda que: a) o novo sistema não contemplava as moedas de 10 e de 20 centavos, que, em 1981, tinham deixado *de ter curso legal* e perdido *o seu poder liberatório*, pois que tinham *poder de compra tão reduzido que não justifica*[va] *a sua permanência no sistema monetário*[96]; b) a anunciada substituição posterior das moedas de $50 e de 2$50, embora tenha sido estipulada em 1987 pelo Decreto-Lei n.º 236/87[99], nunca chegou a ser concretizada; c) o preconizado novo grupo de moedas constituído por *uma terceira liga metálica*, veio efectivamente a aparecer alguns anos mais tarde, em 1989 e 1991, mas de forma bimetálica (moedas de 100 e de 200 escudos).

No articulado desse Decreto-Lei de 1986 são especificadas as características das novas moedas, designadamente ao referir-se que:

Artigo 2.º (Características técnicas). 1 – São criados novos tipos de moedas metálicas de 1$, 5$ e 10$, fabricadas em liga de latão-níquel, na proporção de 79% de cobre, 2 % de zinco e 1% de níquel, [...].

2- São criados novos tipos de moedas metálicas de 20$ e 50$, fabricadas em liga de cuproníquel, na proporção de 75 % de cobre e 25 % de níquel, [...].

Artigo 3.º (Gravuras numismáticas). 1 – A gravura comum ao anverso das moedas de 1$, 5$ e 10$ apresenta, no centro do campo, o escudo das armas nacionais, encimado por um nó manuelino [...].

2 – A gravura do reverso da moeda de 1$ apresenta, na metade superior do campo, uma rosácea octilobada [...].

3 – A gravura do reverso da moeda de 5$ apresenta, na metade superior do campo, uma rosácea de treze pontas e centro cheio [...]

4 – A gravura do reverso da moeda de 10$ apresenta, na metade superior do campo, uma rosácea de quatro palmas axiais contornadas por rosetas [...].

5 – A gravura comum ao anverso das moedas de 20$ e 50$ apresenta, no campo limitado por um rebordo heneagonal [com 9 ângulos]*, o escudo das armas nacionais, na parte superior,* [...].

6 – A gravura do reverso da moeda de 20$ apresenta, no centro do campo limitado por um rebordo heneagonal, uma rosa-dos-ventos portuguesa de figuração seiscentista, da qual irradiam linhas de rumo, com a cruz de Cristo assinalando o Oriente.

7- A gravura do reverso da moeda de 50$ apresenta, no campo limitado por um rebordo heneagonal, uma estilização de um navio português, segundo uma pintura em cerâmica de princípios do século XV, circundada por ornatos marítimos e florais. [...].[98]

Principalmente as moedas com valores mais elevados apresentavam, com efeito, figurações muito distintas das que antes, desde a implantação da república, tinham sido cunhadas (figura 53).

Figura 53 – Moedas correntes estipuladas pela reforma monetária de 1986, que estiveram em vigor até à entrada em circulação do euro.

No diploma de 1986 é também de ressaltar a importância dada a espécies destinadas ao coleccionismo numismático. Esta era uma actividade que constituía apreciável fonte de receitas para o Estado, pelo que foi também contemplada na reforma monetária de 1986, abrangendo tanto as moedas correntes, como as comemorativas. Sobre o assunto, diz-se no preâmbulo:

[...]. *O novo sistema de moedas metálicas criado pelo presente diploma será constituído por dois subsistemas de moedas, os quais, embora possam ser representativos das mesmas denominações, perseguem objectivos e exercem funções diferentes.*

Por um lado, teremos o conjunto de espécimes correntes, cuja emissão visa assegurar o normal funcionamento do mercado de moeda subsidiária, e, por outro, com consagra-se o conjunto de moedas de carácter comemorativo com curso legal, mas emitidas em quantidades reduzidas, pelo que não se encontrarão, normalmente, na circulação diária. [...].[98]

No articulado, o artigo 5.º é dedicado aos espécimes numismáticos:

[...] *a Imprensa Nacional-Casa da Moeda. E. P.; é autorizada a cunhar, anualmente,* até 50 000 *colecções de moedas de 1$, 5$, 10$, 20$ e 50$ de uma mesma era de cunhagem com acabamento superficial «brilhante não circulado» (BNC) e até 20 000 colecções das mesmas moedas com acabamento superficial «prova numismática» (proof) destinadas a comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.*[98]

Portanto, mesmo as moedas correntes entraram no negócio da numismática através de exemplares com acabamento especial. Em 1987, através do Decreto-Lei n.º 282/87, de 24 de Junho, iniciou-se

a cunhagem de moedas comemorativas dos descobrimentos portugueses, assim justificada no preâmbulo:

> *A passagem do cabo da Boa Esperança e a descoberta do termo austral da África representam um dos feitos mais memoráveis da história dos Descobrimentos, culminando mais de 50 anos de sucessivas e sistemáticas viagens de exploração da costa ocidental africana.*
>
> *Desde 1434, ano da não menos importante viagem de Gil Eanes que permitiu ultrapassar a temerosa ponta do cabo Bojador, até então considerado como limite convencional do mundo, até 1488 foram inúmeras as viagens de navegadores portugueses que contribuíram para o aperfeiçoamento da ciência náutica e para o conhecimento de novas terras, de novas gentes e de novas culturas.*
>
> *Integradas nas comemorações nacionais dos 500 anos dos descobrimentos portugueses, considera-se assim da maior oportunidade assinalar algumas efemérides representativas dessas explorações marítimas com a emissão de uma série de quatro moedas comemorativas alusivas à passagem do cabo Bojador (Gil Eanes - 1434), ao reconhecimento das costas do Senegal até ao rio Gâmbia (Nuno Tristão - 1446), ao reconhecimento das costas do Sudoeste Africano (Diogo Cão - 1486) e à passagem do cabo da Boa Esperança (Bartolomeu Dias - 1488).* [...].[100]

Essas moedas comemorativas foram cunhadas em diversos metais nobres (ouro, prata, platina, paládio):

> *Art. 7.º - 1 - Dentro do limite estabelecido no número anterior, a INCM é autorizada a cunhar de cada uma destas moedas até 50 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento «brilhante não circulado» (BNC), até 22 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento «prova numismática» (proof), até 30 000 espécimes numismáticos de paládio, com acabamento «brilhante não circulado» (BNC), até 2 000 espécimes numismáticos de paládio com acabamento «prova numismática» (proof), até 10 000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento «brilhante não circulado» (BNC), até 2 000 espécimes numismáticos de ouro com acabamento «prova numismática» (proof), até 50 00 espécimes numismáticos de platina com acabamento «brilhante não circulado» (BNC) e até 2 000 espécimes numismáticos de platina com acabamento «prova numismática» (proof) destinados à comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 176/83, de 3 de Maio.* [...].[100]

A essa primeira série seguiram-se, até 2001, mais dez séries com o tema dos descobrimentos portugueses, num total de 44 moedas comemorativas. Porém, esse tema sai do âmbito deste texto, que está centrado nas moedas correntes republicanas.

Como estava preconizado na reforma monetária de 1986, em 1989, o Decreto-Lei n.º 439-A/89 veio introduzir a moeda de 100 escudos, bimetálica (figura 53). No preâmbulo está expresso o seguinte:

> *O sistema de moedas metálicas correntes criado pelo Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro, é constituído por dois grupos de moedas de ligas metálicas diferentes, com valores faciais de 1$, 5$ e 10$ (latão- níquel) 20$ e 50$ (cuproníquel).*
>
> *A progressiva redução da vida útil da nota de 100$ e a sua rápida deterioração na circulação aconselham que se proceda agora à sua substituição por uma moeda metálica do mesmo valor, à qual se irá associar, a curto prazo, uma nova moeda de 200$.*
>
> *Estas duas novas moedas passarão, assim, a constituir um terceiro grupo de moedas correntes, de características bimetálicas, o que facilitará a sua identificação.* [...].[101]

Essa nova moeda, com o disco central em latão-níquel e o aro periférico em cupro-níquel, apresentava no anverso, no campo do núcleo, o busto de Pedro Nunes, de perfil, segurando a esfera terres-

tre entre as mãos (figura 53). Na coroa circular tinha a legenda «Europa», com as letras separadas por 12 estrelas (pois que Portugal tinha sido integrado, no início de 1986, na CEE – Comunidade Económica Europeia, actual União Europeia, que tinha, então, 12 membros).

Em 1991 seria criada a anunciada moeda de 200 escudos (Decreto-Lei n.º 156/91, de 23 de Abril):

> *Artigo 1.º É criado um novo tipo de moeda metálica corrente de 200$, fabricada em duas ligas, com diâmetro exterior de 28 mm, peso de 9,8 g* [...].
>
> *Artigo 2.º – 2 – A gravura do reverso da moeda de 200$ apresenta, no campo do núcleo, o busto de Garcia de Orta a três quartos à direita, sustentando na mão esquerda um ramo de noz-moscada, na coroa circular elementos alegóricos a ondas do mar na metade inferior e na metade superior um ramo de oliveira à esquerda e uma espiga de trigo à direita*. [...].[102]

Esta nova moeda de 200$00 (figura 53), também bimetálica, era maior do que a de 100$00 e tinha as ligas metálicas invertidas, isto é, o disco central era de cupro-níquel (prateado) e o aro periférico de latão-níquel (amarelo).

O sistema monetário que tinha como referência o escudo terminou no início deste século, com a entrada em circulação do euro simultaneamente em todos os países que tinham aderido a esta nova moeda comum. Como consta da Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2000:

> [...] *as notas e moedas denominadas em euros serão colocadas em circulação a partir das 0 horas do dia 1 de Janeiro de 2002 em todos os Estados membros que adoptaram a moeda única* [...].[103]

A taxa de conversão era: 1 euro = 200,482 escudos. Com a introdução desta nova moeda europeia, o velho escudo passou a fazer parte da História. É interessante verificar como, ao longo do século XX, a moeda de escudo se foi reduzindo em tamanho, peso e valor (figura 45): os escudos originais, cunhados em prata fina, com quase 4 cm de diâmetro e 25 gramas, acabaram convertidos em moedas de latão com pouco mais de 1,5 cm e apenas 1,7 gramas de peso ...

O sistema escudo morreu e nasceu o novo sistema do euro, mas, para as sucessivas gerações que cresceram ao longo do século XX, as antigas moedas continuam presentes na memória, bem como as designações coloquiais que eram atribuídas a algumas dessas moedas, herdadas de tempos monárquicos, como os *tostões* e as *coroas* (a que fazemos referência noutros capítulos). Porém, as novas gerações apenas conhecem as moedas associadas ao escudo de ouvir falar ou de, porventura, encontrarem alguma dessas moedas esquecida ao remexerem numa gaveta lá de casa.

Página intencionalmente em branco

XX

Fogareiro a carvão (de barro)

Figura 54 – Fogareiro de barro.

• **Intróito.**

Em meados do século XX, o fogareiro a carvão já tinha sido substituído, na preparação das refeições quotidianas, pelo fogareiro a petróleo, bastante mais limpo e eficiente. Continuava, porém, a ser preferido para confeccionar determinados alimentos, de onde ressaltam as sardinhas assadas e as febras grelhadas. Não havia inovação na cozinha que permitisse prepará--las de modo tão saboroso como o que adquiriam com o velho fogareiro a carvão, cozinhadas com o calor que persistentemente emanava de forma moderada das brasas bem ateadas.

Basicamente, este utensílio rústico (figura 54) era constituído por uma parte inferior com formato tendencialmente tronco-cónico, a qual, através do "pescoço", transitava para a parte superior, mais ou menos hemisférica e mais larga. Em geral, no interior da zona do "pescoço", havia uma grelha de ferro que retinha o carvão que era colocado na parte superior. As cinzas resultantes do consumo desse carvão pelo lume caíam para a parte inferior, onde se iam acumulando. Esta tinha uma abertura, normalmente quadrangular, que permitia a retirada dessas cinzas, mas cuja função principal era a ventilação que viabilizava que o carvão ardesse e se transformasse em brasas. Normalmente tinham, ainda, asas que facilitavam o seu transporte de um para outro lado. Eram produtos artesanais, pelo que a variabilidade era grande.

Na linguagem popular do século XX, os termos *fogareiro* e *fogão* eram usados como sinónimos, embora o termo mais correcto seja o primeiro. Com efeito, como se depreende dos antigos dicionários, *fogão* seria o *lar, o lugar da cozinha onde está o fogo*[172:623], ou seja, um local específico da casa, a lareira, enquanto que o vocábulo *fogareiro* era aplicado para designar o utensílio onde se fazia o lume para cozinhar.

Fogão é aumentativo de *fogo*, *focus* em latim (que em português deu também *foco*). O *focus* era o fogo sagrado existente nas residências gregas e romanas, também designado por *vesta* (a deusa romana que personificava o fogo sagrado), *lar* (deus romano protector da habitação) ou *ara* (sinónimo de altar), que estava permanentemente aceso, de dia e de noite, como protecção contra as forças malignas. Correspondia, portanto, à ideia de *lar*, de *habitação*, e não propriamente do lume que se ateava para cozinhar. Daí derivou a acepção de *fogo* como sinónimo de *casa*, *habitação*, usado, por exemplo, nos censos. Na vida familiar portuguesa, era à volta do local onde se fazia esse fogo, a lareira (lar + eira, sufixo indicativo de lugar), o *fogão*, que as pessoas se reuniam. Já *fogareiro*, embora também derivado de *fogo*, integrando o sufixo *-eiro* como indicativo de objecto de uso, se refere ao utensílio que tem o lume que permite preparar as refeições.

A acompanhar o velho fogareiro de barro estavam sempre três utensílios complementares: o abano circular de palha ou verga (figura 55), a tenaz de ferro forjado e a grelha onde se colocavam os alimentos para assar. Alguns continuam ainda hoje a ser utilizados, mas agora em fogões de ferro produzidos pela indústria ou nos *barbecues*, já existentes, de origem, em muitas casas modernas. Era agitando o abano que se provocava a deslocação do ar que ventilava o carvão em combustão, ateando-o e, assim, originando as pretendidas brasas de que saía o calor essencial para a preparação dos alimentos.

Sendo a forma normal de cozinhar os alimentos, os fogareiros de barro proliferavam por toda a parte, incluindo as ruas. Prato típico português, as sardinhas assadas eram (e por vezes ainda são) cozinhadas ao ar livre, nomeadamente para evitar que o fumo do óleo que delas escorre, ao ser queimado nas brasas, bem como o intenso odor que liberta, empestasse as casas. As sardinhas assadas nestes fogareiros eram e continuam a ser o prato característico das festas populares, designadamente, entre outras cidades, em Lisboa e no Porto, impregnando as redondezas com o respectivo fumo e o distintivo cheiro. Antigamente, em Lisboa, nos espaços públicos centrais, nas vendas de rua, proliferavam os fogareiros a assar as sardinhas (e outros comestíveis), enchendo a atmosfera

com fumo e cheiro inconfundível. Tal impressionava vivamente os estrangeiros que nos visitavam, que, não raramente, disso deixaram escritas as suas impressões. Foi, por exemplo, o caso de Joseph-Barthélémy-François Carrère (1740-1803), um médico francês que fugiu para Portugal durante o reinado do Terror em França, que em *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne,* de 1797, traçou do país um quadro lastimável a todos os níveis, considerando a sociedade portuguesa demasiado conservadora, muito presa ao catolicismo e a preconceitos e, por isso mesmo, profundamente atrasada relativamente aos restantes países europeus[190:241]. A certa altura diz:

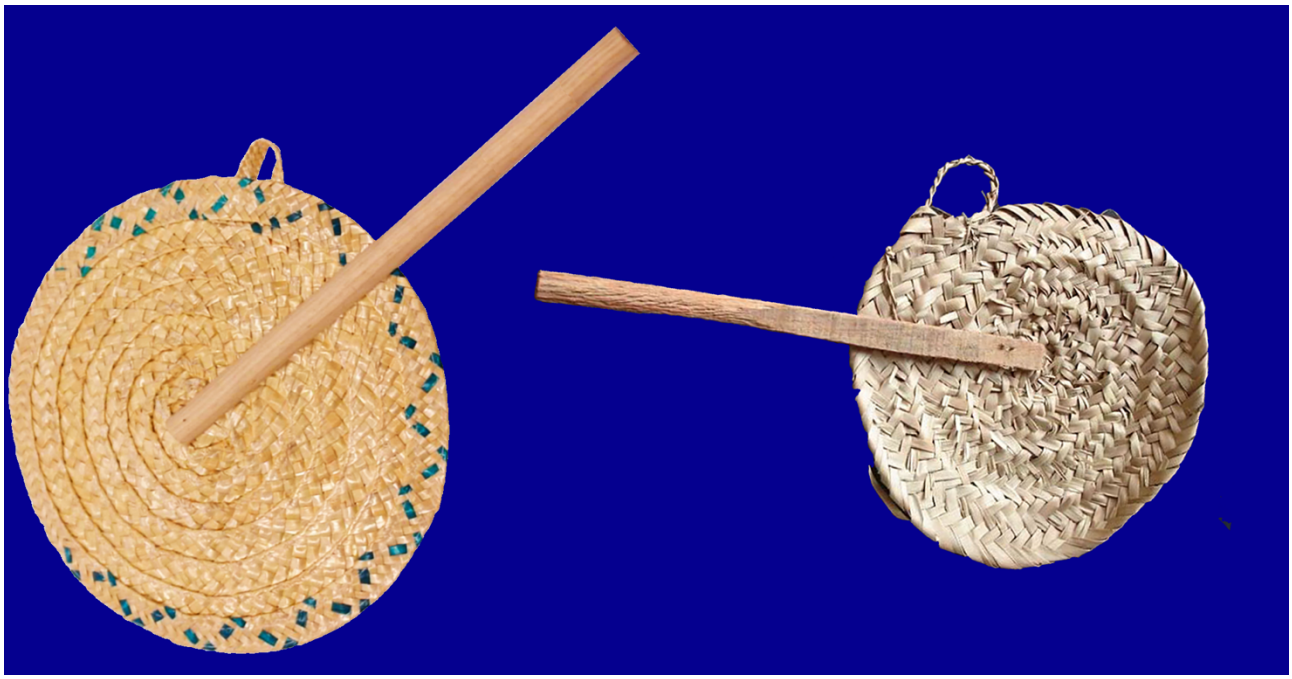


Figura 55 – Dois abanos circulares, um mais rústico, à direita, e outro mais perfeito e trabalhado, à esquerda.

> [...]. *Um fumo espesso, gorduroso e fedorento escapa-se lentamente por baixo de uma porta, e sobe ainda mais lentamente; esconde da vista uma parte do edifício na frente do qual ascende e se propaga. Uma multidão de indivíduos de ambos os sexos obstrui a avenida; vejo muita agitação, muito movimento; ouço gritos confusos e cruzados; julgo que há um incêndio. Aproximo-me, penetro por entre as ondas das pessoas. Vejo um fogareiro, uma grelha, uma panela, um homem gorduroso e fumegante, uma mulher suja e nojenta. Fritam e grelham sardinhas ali, enquanto a multidão espera até que estejam cozinhadas para cada um pegar sua porção.* [...]. *São locais de venda itinerante, que se encontram por toda a parte em Lisboa, nas ruas, nas praças, junto às portas, principalmente as das tabernas. Ali fritam e grelham, a qualquer hora do dia, principalmente no período das refeições, sardinhas, badejos e alguns outros peixes mais ordinários*. [...]. *Estes locais de venda são muito convenientes e um grande recurso para as pessoas, que ali encontram o seu pequeno-almoço, o seu jantar* [almoço] *e a sua ceia* [jantar]*, prontos e baratos. Cada um leva para ali o seu pão; ali compra cinco ou seis sardinhas fritas ou assadas,* [...]*; e comeas e, sem se mover, e seu jantar está pronto. Se puder gastar mais um pouco, compra uma taça de vinho na mesma taberna e fica feliz.*[207:314-5].

Para lá da descrição da cidade feita pelo autor como um aglomerado urbano sujo e confuso, não raro com estética questionável, e de uma população com hábitos indolentes e pouco asseados, não surpreende que o gosto dos portugueses por sardinhas assadas provocasse espanto nos visitantes. Ainda hoje persiste esse gosto por esta comida, mas agora, com bastante frequência, também muito

apreciado pelos turistas. E as sardinhas têm, obrigatoriamente, que ser assadas nas brasas. Normalmente, os actuais aparelhos de exaustão retiram da vista dos comensais a fumarada provocada pelo arder do carvão e da gordura das sardinhas que pinga sobre as brasas, tal como os furtam ao forte odor assim provocado. Todavia, ainda em meados do século XX não havia restrições, pelo que o fumo e o cheiro permitiam identificar com facilidade os restaurantes em que havia sardinhas assadas. Por via de regra, os fogareiros dos restaurantes onde se cozinham as sardinhas usam carvão, mas actualmente são metálicos. Porém, nas casas particulares, embora, como já referimos, se usassem para cozinhar *fogareiros a petróleo* (a que dedicamos um capítulo), para este prato em particular recorria-se ao velho *fogareiro a carvão*.

Ao contrário do que aconteceu com muitos outros utensílios, o fogareiro de barro atravessou os tempos quase sem alterações. É curioso verificar que, em 1539, na *Cartinha* (cartilha) de João de Barros (1496-1570), uma publicação dedicada à alfabetização, que continha letras, "táboas" e combinações de letras formando sílabas, para facilitar a aprendizagem da escrita da língua portuguesa, como ilustração da letra 'F' se utilizou a palavra *fogareiro* com um desenho do mesmo (figura 56). A figuração aí apresentada é muito semelhante à dos fogareiros de barro acima descritos, que ainda eram utilizados na segunda metade do século XX. Tal parece demonstrar que, já no século XVI, se utilizava um modelo de tal modo optimizado, que não careceu de modificações substantivas até à actualidade.

• Fogareiro nos dicionários.

O vocábulo *fogareiro* consta já dos primeiros dicionários publicados em Portugal, em que se fazia a correspondência entre termos portugueses e latinos, embora não fossem convergentes no que se refere a estes últimos. Na realidade, são apenas listagens de palavras, não existindo quaisquer notas explicativas. Por exemplo, no *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, de Jerónimo Cardoso (1508-1569), publicado em 1562, apenas se diz (*sic*):

Fugareiro. Batilum, i.[202:f63]

O mesmo autor, no *Dictionarium Latino Lusitanicum*, de 1570, continua a manter esse verbete na parte de lusitânico-latim[203:f58v], mas na primeira parte (latim-lusitânico) apenas tem (*sic*) *Batillum. A paa de ferro*[203:f25], que é pormenorizado na *Breve Dictionarium ocum Ecclesiaticarum*, onde consta *Batillus. A paa de ferro pera brasas*[203:s/f]. Curiosamente, estas obras não contemplam o vocábulo 'fogão'.

O termo *fogareiro* é também referido por Duarte Nunes de Leão (1530-1608) na sua *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, de 1576, mas apenas para o indicar como uma *das palavras que a gente vulgar usa e escreve mal*, dizendo que a versão *Fugareiro* é errada, sendo a correcta *Fogareiro*[290:f70v]. Não inclui, também, o termo *fogão*.

O *Tesouro da Língua Portuguesa*, de Bento Pereira (1605-1681), publicado em 1647, além de incluir *fogareiro*, contempla também o vocábulo fogão, embora de forma restritiva (*sic*):

Fogareyro, prunarium[337:f54].
Fogaõ da nau. Focus navalis[337:f54].

Curiosamente, em 1666, o mesmo Bento Pereira, nas suas *Regras geraes, breves, e comprehensivas da melhor ortografia*, na parte dedicada a *emmendar e melhorar palavras que a ignorância do vulgo corrompeo*, dá como errada a palavra *fugareyro*, que deveria ser emendada para a forma *fogareiro*[340:n/p]. É de relevar que, na altura, havia diferentes formas de escrever este (e outros) termos, mas é preciso ter em atenção que se estava na altura ainda a tentar normalizar a língua.

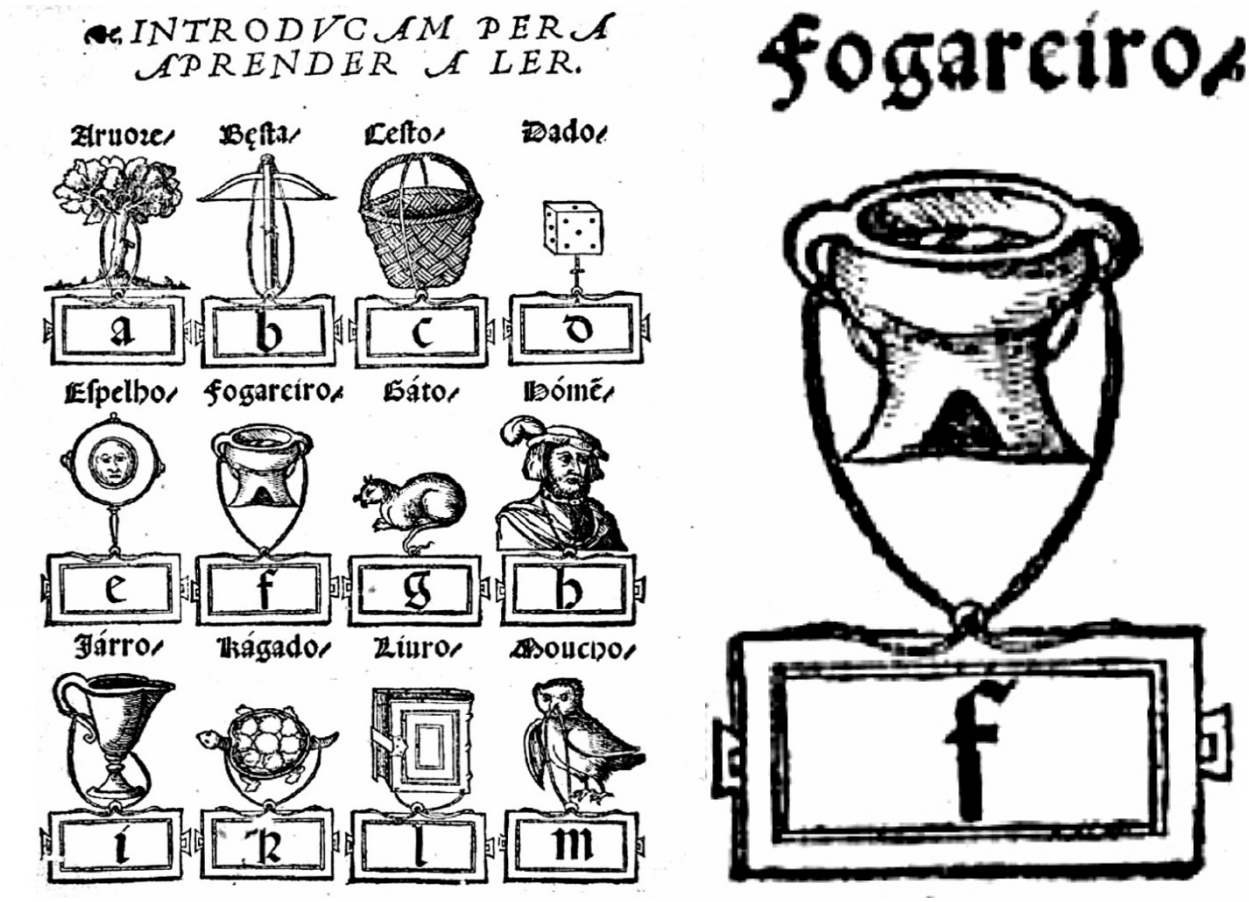


Figura 56 – À esquerda, página com as primeiras letras do alfabeto, associadas a palavras e desenhos de objectos representativos, extraída da *Cartinha* de João de Barros, publicada em 1539. À direita ampliação da parte referente à letra 'f', que tem como palavra representativa 'fogareiro' e um desenho que a ilustra, de modelo muito semelhante aos que eram ainda utilizados na 2.ª metade do século XX.

Curiosamente, em 1666, o mesmo Bento Pereira, nas suas *Regras geraes, breves, e comprehensivas da melhor ortografia*, na parte dedicada a *emmendar e melhorar palavras que a ignorância do vulgo corrompeo*, dá como errada a palavra *fugareyro*, que deveria ser emendada para a forma *fogareiro*[340:n/p]. É de relevar que, na altura, havia diferentes formas de escrever este (e outros) termos, mas é preciso ter em atenção que se estava na altura ainda a tentar normalizar a língua.

Curiosamente, é no *Vocabulário da Língua do Japão*, publicado em 1603, em Nagasaki, que surgem, por várias vezes, ambos os vocábulos (*fogareiro* e *fogão*), embora *fogão* esteja geralmente associado, mas nem sempre, a aquecimento no Inverno. Alguns verbetes dessa obra (*sic*):

A_uegot tçu. Fogão com hũa armação por cima de madeira sobre que estendem algum cobertor, ou colcha pera se aquentarem no inverno.[119:f5]

Camado. Fogão ou fornalha onde poem a panela de ferro, ou caldeirão.[119:f34]

Canafibachi. Fogareiro de metal.[119:f35]

Côro. Fogãozinho limpo, onde no inverno se aquentam.[119:f58v]

Fibachi. Fogareiro.[119:f88]

Fidoco. Fogão da nau.[119:f89v]

Irori. Fogão em que fazem fogo.[119:f134]

Ixifibachi. Fogareiro de pedra.[119:f137]

Subirçu. Fogão pequeno, onde fazem fogo na casa.[119:f228v]

Yururi. Fogansinho que está no meio da casa.[119:f327]

É o *Vocabulário Português e Latino*, de Rafael Bluteau (1638-1734), que foi sendo publicada ao longo de mais de década e meia, que apresenta pela primeira vez a definição destes vocábulos. No volume quarto, publicado em 1713, tem os verbetes seguintes:

FOGAM [Fogão]. *Fogão da cozinha.* Focus, [...].

Fogão. O lugar em que nos navios e nas galés se acende o fogo para cozinhar. Navalis focus.

FOGAREIRO. Instrumento de cozinha, para brasas, com que se guisa ou se requenta o comer. Foculus [...].

Fogareiro de barro. Foculus*, ou* focus fictilis.[165:f150]

Depreende-se, das obras consultadas que, até aos séculos XVIII e XIX, o utensílio para cozinhar era designado por *fogareiro*, sendo o vocábulo *fogão* de utilização menos frequente e aplicado para significar, como já se disse, o local da casa onde se fazia fogo, o *lar* (correspondendo, de certa forma, à lareira), ou para referir dispositivos fixos onde se fazia lume, designadamente nos navios.

Parece ser sintomático que, por exemplo, no *Diccionario Portuguez e Latino* de 1755, de Carlos Folqman, esteja incluído o termo *FOGAREIRO, Foculus*[263:223], mas não conste *fogão*.

Os fogareiros tanto poderiam ser de barro como de outros materiais. Tal está bem explícito no primeiro dicionário de Morais Silva (1755-1824), de 1789, correspondente à reformulação do *Vocabulário* de Bluteau (que tinha falecido em 1734):

FOGÃO. Lar, o lugar da cozinha onde está o fogo. [...].

FOGAREIRO. Vaso de barro, cobre ou ferro, em que se acende lume em brasas. [...].[172:623]

Definição ligeiramente diferente é a que se encontra no Dicionário que três literatos nacionais publicaram em 1819:

FOGÃO, fornalha grande; o lugar onde se cozinha nos Navios; [...].

FOGAREIRO, instrumento de cozinha; serve para vários usos; [...].[398:42]

Embora, em grande parte das obras em que o vocábulo foi utilizado, não seja explicitado o material de que o dispositivo era feito, deduzimos que o mais frequente seria que esses fogareiros fossem de barro (os mais tradicionais), embora fossem também comuns os metálicos, apesar do seu preço ser mais elevado.

Entretanto, os impactes da Revolução Industrial alteraram profundamente a sociedade, o quotidiano das populações e os hábitos das pessoas. Tal reflectiu-se, inclusivamente, nos modos de viver em casa e nas formas como se cozinhava. Tais modificações parecem estar bem expressas na 6.ª edição do *Dicionário* de Morais Silva (que tinha falecido em 1824), *melhorada, e muito acrescentada* por Agostinho de Mendonça Falcão (1783-1854), publicada em 1858. Se no verbete *fogareiro* se manteve a definição constante das edições anteriores, o correspondente a fogão foi bastante expandido, expressando as alterações entretanto verificadas:

FOGÃO, aum[entativo] *de Fogo. §. Lar; o lugar da cozinha, onde está o fogo.* […]. *§. +* Fogão*; espécie de estufa de louça ou ferro, de diversas formas, com canudos que levam o fumo para a rua; são muito usados nos países frios para aquecer os quartos no Inverno. §. +* Fogão de sala*; espécie de chaminé portátil de metal ou mármore, com diversos ornatos, que se coloca em uma sala ou outra casa para a aquecer. §*. Fogão de cozinha*; traste da feição de uma caixa oblonga, feito de chapas de ferro grosso ou de ferro coado, com uma fornalha no centro; tem uma porta para entrarem os combustíveis, e vários buracos na superfície superior, pelos quais se comunica*

o calor da fornalha aos diferentes vasos que estão em cima, e assim se cozinha[m] *diversas coisas ao mesmo tempo.*

FOGAREIRO. Vaso de barro, cobre ou ferro, em que se acende lume em brasas. [...].[383:49]

Esses novos conceitos, bem como as diferenças entre *fogão* e *fogareiro*, estão bem expressas noutros verbetes da mesma obra, entre os quais,

ESTUFA, Casa, cama ou armário cerrado com fogareiro dentro, para lhe comunicar calor, ou à roda dela; nestas casas se mete quem toma banhos de suor. [...]. *§. Fogão de ferro com lume fechado, que se põe aos cantos das casas para as aquecer no Inverno; e talvez à casa contígua, ou vão por baixo de casa, onde, para aquecer a vizinha ou a de cima, se acende fogo.* [...].[382:907]

FORJA. O fogão do ferreiro, espingardeiro, ourives, etc.[383:55]

Essas novas acepções do vocábulo *fogão* foram retidas nos dicionários posteriores, embora o significado de *fogareiro* tivesse permanecido mais ou menos invariante. Por exemplo, no *Dicionário Enciclopédico* de Correia de Lacerda, de 1868, as definições continuam a ser mais ou menos as anteriores:

FOGÃO, aument[ativo] *de fogo, foco, lar da chaminé, onde se faz fogo* [...].

FOGAREIRO, (Lat. focarius, ii*, que respeita ao lar ou fogão* [...]) *vaso de barro, cobre ou ferro em que se acendem brasas; fogaréu.*[287:67]

Os novos conceitos estão bem expressos no *Tesouro da Língua Portuguesa*, de Domingos Vieira, de 1873, que em muito reproduzem o constante na 6.ª edição do *Dicionário* de Morais Silva:

FOGÃO, Aumentativo de Fogo. Lar; o lugar da cozinha onde está o fogo. [...].

— Espécie de estufa de louça ou ferro de diversas formas com canudos que levam o fumo para a rua; estão muito em uso nos países frígidos para aquecer os quartos durante o Inverno.

— Fogão de sala*; espécie de chaminé portátil de metal ou de mármore, com diversos ornatos, que se coloca em uma sala ou em outra casa para a aquecer.*

— Fogão de cozinha*; traste à maneira de uma caixa oblonga, feito de chapas de ferro grosso ou ferro coado, com uma fornalha no meio; tem uma porta para entrarem os combustíveis e vários buracos na superfície superior, pelo quais se comunica o calor da fornalha aos diversos vasos que estão sobre ela, e assim de cozinha*[m] *diversas cousas ao mesmo tempo.*

FOGAREIRO. Vaso de barro, cobre ou ferro que serve para cozinhar vários comestíveis pela acção do fogo que nele se acende.[423:714-5]

O mesmo é reiterado, em linhas gerais, noutros dicionários, como no dicionário dito de Caldas Aulete (1823-1878), publicado em 1881[141:807], no Dic*cionario Prosodico de Portugal e Brazil*, de 1890, de António José de Carvalho e João de Deus[209:410], e no *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*, de Cândido de Figueiredo, impresso em 1899[256:621].

• Fogareiros na literatura.

Sendo utensílios bastante utilizados no quotidiano, os fogareiros foram, como seria de esperar, aludidos frequentemente na literatura. Dessas referências em obras literárias daremos apenas alguns exemplos.

Nicolau de Oliveira (1566-1634), no *Livro das Grandezas de Lisboa*, de 1620, ao falar do Hospital de Todos os Santos escreveu (utilizando ainda a forma *fugareiro*]:

[...]. *E porque* [para que] *no Inverno se não dê o comer frio aos doentes, têm cuidado os enfermeiros de, à hora de jantar e ceia* [actual almoço e jantar], *terem fogareiros acesos, para o que*

lhes dão o necessário carvão, e levam à cozinha umas panelas em que se lhes dá o caldo de galinha ou de carneiro, e as põem sobre os fogareiros que estão junto a uma mesa, onde se reparte o comer na enfermaria para os enfermos, e assim lhes dão o comer quente. [...].[324:f122]

Também Sebastião da Fonseca e Paiva (1625-1705) faz alusão aos fogareiros (na forma *fugareyro*) no longo poema *O Rocio à terça-feira* (já referido noutro capítulo), publicado em 1668 no segundo tomo da *Academia dos Singulares de Lisboa*:

[...] *Os púcaros levava a dama bela,* *Pratos as mondongueiras,*
Os rapazes também toda a panela, *Fogareiros também as frigideiras,*
Os barbeiros bacias, *Os Sacristães galhetas,*
As moças de servir almotolias, *Os azados as pretas,* [...].[331]

Do curioso livro *Feira dos Anexins*, que Francisco Manuel de Melo (1608-1666) redigiu em 1666 mas que só viria a ser publicada em 1875, da segunda parte, diálogo primeiro, § 3.º, intitulado *Em metáfora de fogo*, extraímos o fragmento seguinte:

— Gato escaldado *da água fria há medo; não quero dizer outro equívoco, que vocês logo me atiram com a munição grossa do logro; pois tinha minas deles a que dar* fogo*, e por melhor estilo.*

— Esses sim, que haviam de vir pelo alambique*.*

— Vocês deitaram-me água na fervura*, e é caldo* requentado*.*

— Ora vá, abane o fogareiro*,* aqueça*.*

—Não, que está já mui trépido e tépido o discurso. [...].[309:138]

Logo a iniciar o *Método Prático com que as Senhoras Mulheres assistem nos Templos*, publicado em 1760, João Teodoro de Neras coloca D.ª Aurélia a dizer para a criada:

D. Aurélia — Moça, trata logo de dar ordem ao jantar, que tenho gosto grande de ir ouvir esta tarde o Sermão, já que sexta-feira, por meus pecados, não fui assistir à procissão. E no caso que teu amo não venha até o meio-dia, deixar-lhe-ás o seu jantar sobre o fogareiro a aboborar, para que, quando ele vier, o possa comer, se quiser. Veste primeiro esses meninos enquanto eu me componho [...].[319:1]

Curiosamente, o texto termina também com uma referência aos fogareiros:

D. Aurélia — Pois chega á vizinha e dize-lhe que eu lhe mando beijar as mãos, [...] *e que me faça o favor de me emprestar trinta réis, que são para um troco (que não quero agora ir pedi-los a teu amo, que está muito despropositado). Então vai pela porta do quintal, leva esses dois pratos, e chega à taberna do Pereira, que te dê os trinta réis de bacalhau, e faze-o com aqueles dois ovos para teu amo comer. Vai embuçada; olha não te conheçam, e vem depressa, que eu acenderei o fogareiro.* [...].[319:14]

Também Joaquim de Santa Rita, no tomo 7.º de *Academia dos Humildes e Ignorantes*, publicado em 1765, alude aos fogareiros ao descrever a sagração de uma igreja:

[...] *no mesmo lugar canta o Bispo com o Clero Vésperas, e depois Matinas e Laudes em honra dos Santos cujas Relíquias ali se acham. Entretanto, os Mestres das Cerimónias e Sacristas preparam na Igreja e Sacristia o necessário para a função do dia seguinte, a saber: Âmbula do Santo Crisma e a do óleo dos Catecúmenos, duas libras de incenso, a metade em grão, turíbulo com naveta e colher, fogareiro com brasas, um vaso com cinza em abundância, de sorte que cubra todo o pavimento da Igreja espalhada, um vaso com sal, outro com vinho, um Aspersório feito de erva hisopo, toalhas de linho grosso para limpar a mesa do Altar cada vez que for necessário, uma toalha de linho fino encerado para cobrir o Altar,* [...].[370:458]

No romance *Tristezas à Beira-Mar*, de Pinheiro Chagas (1842-1895), publicado em 1866, Leonor e Jorge vivem um amor feliz numa casa *pendurada como um ninho de gaivotas, na solitária fraga* da Ericeira, até à chegada de Madalena, irmã de Leonor, que vem de Lisboa. Numa das passagens do romance lê-se:

> [...] *quis ajudá-la Madalena, mas a pobre menina tão pouco jeito mostrava, que foi imediatamente demitida por Leonor e mandada tocar piano. Foi esta demissão motivo de grandes risadas. Madalena deplorava com tão cómicos lamentos a sua falta de jeito, que Leonor não se podia deixar de rir, e Jorge, lá de si para si, achava adorável aquele tipo de senhora elegante acostumada só às delicadas ocupações da sala e avessa a tudo quanto podia, mesmo de longe, entender como fogareiro. Era esse o tipo da mulher que ele desejaria que a sua noiva fosse* [...].[216:100]

Também Eça de Queiroz (1845-1900) alude aos fogareiros, por exemplo, em *A Relíquia*, de 1887. Logo no início do romance, quando Teodorico Raposo rememora o seu passado, muito antes de empreender a viagem ao Egipto e à Palestina patrocinada pela 'titi' (a tia Patrocínio), relembra a morte do pai:

> [...]. *Depois, numa noite de entrudo, o papá morreu de repente, com uma apoplexia, ao descer a escadaria de pedra de nossa casa* [...]. *Eu fazia então sete anos* [...]. *As janelas da frente da casa foram fechadas; no corredor escuro, sobre um banco, um candeeiro de latão ficou dando a sua luzinha de capela, fumarenta e mortal. Ventava e chovia. Pela vidraça da cozinha, enquanto a Mariana, choramingando, abanava o fogareiro, eu vi passar no largo da Senhora da Agonia o homem que trazia o caixão do papá.* [...].[360:4-5]

Em 1890, o romancista brasileiro Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) nomeia-os também em *O Cortiço*. A obra descreve a ascensão social, no Rio de Janeiro, do comerciante português João Romão, que, para tal, economiza ao máximo e explora os outros tanto quanto pode, incluindo uma escrava fugida chamada Bertoleza, que o auxilia no trabalho duro. Sobre esta, diz:

> [...]. *Bertoleza representava agora, ao lado de João Romão, o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre. Às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda* [venda ambulante] *durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas, que Romão ia pela manhã, em mangas de camisa, de tamancos e sem meias, comprar à praia do Peixe. E o demónio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e concertar, além da sua, a roupa do seu homem, que esta, valha a verdade, não era tanta e nunca passava em todo o mês de alguns pares de calças de zuarte e outras tantas camisas de riscado.* [...].[145:11]

Em *Até Amanhã, Camaradas!*, de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal (1913-2005), publicado em 1974, o autor descreve a luta contra a ditadura de homens e mulheres, muitas vezes sob disfarce de falsos casais, como era o caso de Vaz e Rosa. A iniciar o capítulo sexto, o autor escreveu:

> [...]. *De manhã cedo, antes de recomeçar a reunião, Vaz chegou à porta da cozinha e ficou observando a companheira. Rosa viera acender ao ar livre o fogareiro de carvão e, enquanto o vento atiçava as brasas, instalara-se no degrau da porta.* [...].[395]

Também António Lobo Antunes (1942-...) alude aos fogareiros, por exemplo, em *Explicação dos Pássaros*, de 1981:

> [...]. *As fundações da estalagem enterravam-se, oxidadas, na areia, formando uma espécie de alpendre em que se acumulavam pilhas de remos,* [...]. *Um velho vestido de augusto de soirée*

(um murmúrio correu na plateia quando o foco o exibiu, exagerando os andrajos do fato) agitava, na manhã cinzenta, as brasas de um fogareiro com um abano de verga, e os carvões acendiam-se de quando em quando como se lâmpadas pequeninas os iluminassem por dentro, semelhantes a grossos cristais cor de laranja. [...].

[...]. *O vagabundo extraiu um pardal morto de um saco, cravou-o num pau aguçado, e principiou a assá-lo, sem lhe tirar as penas, no fogareiro de barro. O odor da carne queimada espalhou-se como uma nódoa na sombra.* [...].

[...]. *O velho acabou o pão e permaneceu estupidamente imóvel a mirar o fogareiro cujas brasas morriam, cada vez mais pálidas, na sombra quadrada do alpendre, despedindo faiscazinhas moribundas. Um fio líquido castanho escorria-lhe devagar do canto da boca, enquanto escarafunchava os dentes com o mínimo numa aplicação de saca-rolhas* [...].[131:222-4]

Mais recentemente, em 1997, José Cardoso Pires (1925-1998), em *Lisboa. Livro de Bordo*, volta a visitar literariamente a cidade e os seus fogareiros, mas, como é óbvio, sem o olhar profundamente crítico expresso dois séculos antes pelo autor do antes citado *Voyage en Portugal*. Logo na parte inicial escreveu Cardoso Pires:

[...]. *É que isto aqui não é só luz e rio, sabes bem. Não é só geografia, revelações ou memórias e o restante diz-que-diz dos manuais e dos oradores frustrados.*

Há cheiros a reconhecer – cheiros pois então: o do peixe de sal e barrica nas lojas da Rua do Arsenal, o da maresia a certas horas das docas do Tejo; o do Verão nocturno nos ajardinados da Lapa; o dos armazéns de aprestos marítimos entre Santos e o Cais do Sodré; o do peixe a grelhar em fogareiro à porta dos tascos de recanto ou de travessa, desde o Bairro Alto a Carnide; há, no Inverno, pelas ruas, o cheiro fumegante das castanhas a assar nos fogareiros dos vendedores ambulantes. [...].[353:16]

No conto *A Princesa Russa*, integrado no livro *Cada Homem é uma Raça*, de 2005, o escritor moçambicano Mia Couto (1955-...) põe Duarte Fortin a confessar-se ao padre. Fortin era um empregado coxo e negro de um casal de russos, cujo marido, Iúri, tinha comprado umas minas de ouro na vila de Manica na esperança de ficar rico. A mulher, Nádia, vivia fechada em casa, consumindo a saudade do homem que amava, Anton, que estava na Rússia, para quem escrevia cartas que entregava ao empregado para meter no correio, o que ele nunca fazia:

[...]. *A pobre senhora me encarava com bondade, acreditando um sacrifício que eu nem fazia. Ela me entregava as correspondências e eu começava a tremer, parecia os dedos seguravam lume. Sim, digo certo: lume. Porque foi esse mesmo o destino de todas aquelas cartas. Todas eu deitei no fogareiro da cozinha. Ali foram queimados os segredos da minha senhora. Eu ouvia o fogo e parecia eram os suspiros dela.* [...].[230]

Também Galopim de Carvalho (1931-...), em *Fora de Portas*, de 2008, se refere aos fogareiros de barro:

[...]. *Um outro modo de fazer lume, era o que usava o fogareiro de barro ou de ferro fundido. Os de barro eram baratos, mas duravam pouco, ou porque estalavam com o calor, ou porque, num descuido, se partiam. Os de ferro resistiam a tudo, duravam uma vida, mas eram mais caros. O fogareiro da avó era dos baratos. No Inverno usava-o em complemento do lume de chão, alimentando-o com brasas que ia tirando dali. Nos meses em que não se servia da lareira, acendia-o, pegando-lhe fogo com a matula colocada entre os carvões, a que se seguia o avivar a chama com o abanico. À medida que este, que foi o principal combustível doméstico da minha infância, ia perdendo calor, iam-se colocando novos carvões, a fim de manter o nível da temperatura necessário à confecção.* [...].[208]

XXI

Fogareiro a petróleo

Figura 57 – Fogareiro a petróleo da marca “Fama”.

• **Intróito.**

Em meados do século XX, os fogareiros a petróleo eram utensílios que estavam presentes em quase todas as casas, e era neles que quotidianamente eram preparadas as refeições. Por isso, a sua imagem ficou gravada na memória de todos os que viveram nessa altura.

Até ao aparecimento dos fogareiros a petróleo, também designados por fogões (sobre a diferença entre fogareiros e fogões veja-se o capítulo *fogareiro a carvão*), as refeições eram cozinhadas recorrendo, praticamente desde sempre, à queima de lenha ou de carvão. Esse método tradicional, além de moroso e cansativo, era sujo, não só devido ao fumo, à fuligem e ao pó de carvão, mas também porque o exterior dos utensílios de cozinha que iam ao fogo ficavam enegrecidos com a dita fuligem, sendo preciso *areá-los* com frequência.

A partir de meados do século XIX, o início do aproveitamento industrial dos hidrocarbonetos como combustível veio propiciar o aparecimento dos fogareiros a petróleo, o que revolucionou a forma de cozinhar, tornando-a mais eficaz, rápida e limpa, além de que esses equipamentos eram fáceis de manusear. Por essas razões, ganharam grande popularidade.

Os fogareiros a petróleo (figura 57) são constituídos por um depósito metálico mais ou menos cilíndrico, geralmente de latão, destinado a armazenar o combustível, o qual é para aí vertido através de uma pequena abertura circular situada na parte periférica superior, que é fechada hermeticamente com uma tampa metálica de enroscar. Lateralmente, há outro orifício onde está instalada uma pequena bomba manual com êmbolo que, ao ser accionada, aumenta a pressão no depósito, o que faz com que o petróleo passe por um terceiro orifício localizado no centro da parte superior do depósito e seja injectado no "bico" ou "cabeça" (o queimador).

A chamada *cabeça do fogareiro* é o coração do aparelho. Na parte superior tem uma série de pequenos orifícios, dispostos circularmente, onde se processa a combustão do petróleo que, devido à pressão, ali chega e é vaporizado. Porém, para que este combustível arda facilmente, é preciso que esta estrutura metálica seja previamente aquecida. Para tal, na parte inferior da cabeça há um pequeno prato ou caldeira circular em que se coloca álcool desnaturado (álcool metílico corado artificialmente de azul), que é ateado. Passado algum tempo, quando o álcool está quase todo consumido, a cabeça fica suficientemente quente para que o petróleo comece também a arder. É altura, então, de *dar à bomba* para que o aumento de pressão no depósito faça subir o petróleo até à parte superior da cabeça, onde é vaporizado e, saindo pelos orifícios, entre em ignição, formando uma chama circular azulada que se pode tornar mais forte ou mais fraca consoante a maior ou menor pressão existente no dito depósito.

O equipamento é completado por três hastes de ferro que são encaixadas em peças soldadas nas partes laterais do depósito e arqueadas na parte superior, concebidas de forma a sustentarem a grelha, sobre a qual eram colocadas as panelas, tachos, frigideiras e outros recipientes utilizados para cozinhar. Em funcionamento, os fogareiros faziam um ruído característico, que podia ser fortemente reduzido com um dispositivo silenciador, de compra opcional.

Por vezes, com alguma frequência, impurezas contidas no petróleo acabavam por entupir os bicos da cabeça do fogareiro. Era preciso, então, utilizar uma *agulha* (figura 58), isto é, um objecto metálico constituído por uma haste (geralmente de folha de flandres), a pega, na extremidade da qual, transversalmente, havia um arame muito fino com que se desentupiam os orifícios da cabeça. Em casos extremos era preciso substituir a cabeça, desenroscando a antiga com uma chave ajustável e colocando uma nova.

• Breve história dos fogareiros a petróleo em Portugal.

O desenvolvimento da grande inovação, que pode ser considerada revolucionária, do fogareiro a petróleo, foi obra do mecânico sueco Frans Wilhelm Lindqvist (1862-1931), que, em 1892, se juntou a Johan Viktor Svenson (1863-1938) para criar a Fábrica *Svenson*, que iniciou a produção destes novos equipamentos, comercializados com a designação de *Primus*. Porém, a divulgação pelo

mundo não foi imediata: estava-se ainda no início da *era do petróleo* e não era fácil encontrar querosene em qualquer lado, além de que este combustível, tal como os fogareiros aludidos, eram relativamente caros.

Figura 58 – "Agulha" de fogareiro.

Em Portugal, a principal responsável pela introdução dos fogareiros a petróleo foi a empresa norte-americana *Vacuum Oil,* aqui instalada em 1896. Refira-se que esta companhia, fundada em 1866, e que tinha sido adquirida nos Estados Unidos em 1879 pela *Standard Oil*, foi também a primeira a fazer a distribuição de petróleo a granel no nosso país. Em 1955 viria a transformar-se na *Mobil Oil Portuguesa*.

Nos jornais e revistas das primeiras décadas do século XX encontram-se anúncios a estes equipamentos da *Vacuum Oil*, comercializados com as marcas *Vacuum* e *Primus*, em que havia também, obviamente, publicidade ao petróleo dessa companhia, o *Sunflower.* Num deles (figura 59) contrastam-se duas situações: o fumo e a confusão de cozinhar com um fogareiro de barro utilizando lenha ou carvão, e o asseio e tranquilidade de o fazer com um dos novos fogareiros. No texto diz-se: *Qual prefere? O fogareiro antigo, fumarento e incómodo, ou o moderno, asseado e económico fogão da Vacuum?* Depois acrescenta-se: *O fogão prepara um almoço em menos de duas horas, gastando apenas meio litro de petróleo*. Noutro exemplo (figura 59), dos muitos anúncios que então foram publicados na imprensa, há o desenho de uma criada (nesse tempo ainda havia criadas ...) atada a uma cadeira e o texto diz: *A sua criada não é tão atada como V. Ex.ª julga* [e é de ressaltar a forma como os leitores eram, então, tratados]. *Os atrasos nas refeições muitas vezes não são por culpa dela. Já experimentou comprar-lhe um Fogão VACUUM que faz um pequeno-almoço em 10 minutos?* No entanto, estes equipamentos eram relativamente caros, e a magra bolsa da população em geral tinha dificuldade em os adquirir. Muitos outros anúncios foram publicados na época (figura 60).

Entretanto, um latoeiro residente em Torres Vedras, António Hipólito (1882-1954), fundou uma empresa especializada em maquinaria ligeira, especialmente a utilizada na vitivinicultura (dominante naquela região), que, em 1933, passou a usar a designação de *Casa Hipólito*. Desde 1927 que a empresa vendia fogões a petróleo importados, mas, nesse ano, a fábrica iniciou a produção desses equipamentos, que passaram a ser vendidos a preços bastante mais competitivos que os da concorrência, assim conseguindo paulatinamente dominar o mercado nacional e começar a lançar-se na exportação.

Porém, a produção das *cabeças* (queimadores) exigia elevados requisitos técnicos de soldadura, os quais eram ciosamente guardados pelos seus inventores suecos, pelo que, embora esses fogões fossem inteiramente fabricados em Portugal, as ditas cabeça eram importadas. Mas rapidamente a empresa conseguiu obter o segredo da referida soldadura, pelo que, adquirido o necessário equi-

pamento, passou também a produzir esses componentes, os quais constituem a parte principal do aparelho, pois que é onde se processa a combustão do querosene vaporizado[242:113].

Figura 59 – Anúncios da revista *ABC* aos fogões (e caloríferos) da *Vacuum*, publicados na segunda metade dos anos 20 do século XX.

No entanto, os suecos não se deram por vencidos e montaram uma fábrica em Vila Nova de Gaia onde começaram a produzir fogareiros com a marca *Fama*. Contudo, não tiveram sucesso e, passados poucos anos, acabaram por vender a fábrica e a marca à *Casa Hipólito*, que viria a fabricar fogareiros com essa designação ainda durante alguns anos. Por essa razão, a grande maioria dos fogareiros a petróleo existentes em Portugal são das marcas *Hipólito* e *Fama*. A produção de fogões a petróleo pela Casa Hipólito excedia, em muito, a capacidade de absorção pelo mercado nacional, pelo que a empresa investiu na exportação, principalmente para a terceiro mundo.

Mesmo após a aquisição desses fogões ter começado a decair em Portugal, principalmente devido ao aparecimento dos fogões a gás, de que sobressaíam os da *Gazcidla*, a produção prosseguiu, sendo a maior parte destinada aos mercados emergentes. Porém, a Hipólito não perdeu a oportunidade de investir igualmente nesta nova área de negócio, começando a fabricar também fogões a gás. O ponto mais alto da actividade e expansão da empresa verificou-se nas décadas de 50 a 70, muito devido aos fogareiros a petróleo, mas também devido à produção de lanternas *Petromax* (de que tinha licença exclusiva de fabrico), e depois, a partir de 1958, de fogões e outros equipamentos a gás (primeiro em parceria com a *Cidla*, e posteriormente com a *Shell*).

Como já referimos, a Casa Hipólito iniciou a exportação de equipamentos, principalmente fogareiros a petróleo, mas também lanternas *petromax*, ainda na década de 50, primeiro para o Norte de África (Tunísia, Argélia, Líbia), mas logo a seguir também para a África subsaariana, e depois para outros países sul-americanos e asiáticos. Em meados dos anos 60 satisfez uma grande encomenda do go-

verno cubano de um milhão de queimadores (cabeças) para esses fogareiros[242:67]. Em muitos países do mundo, desde a Líbia ao Quénia, desde a Venezuela à Bolívia, desde a Arábia ao Irão, desde Singapura à Malásia, existiam estes célebres fogões a petróleo da Casa Hipólito.

Figura 60 – Publicidade aos fogareiros *Vacuum*, publicada na revista *Ilustração* respectivamente em 16 de Março e 1 de Maio de 1936.

Em 1972 passou a Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL) e, em 1974, a Revolução de Abril teve fortes impactes no funcionamento da empresa, tendo-se conseguido assinar, em 1977, um protocolo com os trabalhadores para garantir a estabilidade[242:67]. Com isso, a companhia continuou a produzir e a exportar, mas, aparentemente, teve dificuldade em se reorganizar, modernizar e adaptar às novas regras concorrenciais do mercado internacional. Em 1987 foi pedida a falência da empresa, a qual acabou por ser declarada em 1999. Mas, nessa altura, já eram raras as pessoas que ainda utilizavam fogareiros a petróleo.

Na realidade, o progresso é inexorável e implacável: embora talvez ainda haja, nas classes menos favorecidas, quem eventualmente se sirva desses equipamentos, na generalidade passaram para a classe das velharias e antiguidades. Subsistem, ainda alguns, mas em geral apenas como objectos ornamentais, que trazem à memória como era a vida de outrora.

• **Fogareiros a petróleo na literatura.**

Os fogareiros a petróleo foram tão comuns no século XX, até à divulgação dos fogões a gás, que a literatura os reteve para a história em múltiplas obras. Apresentamos, meramente a título exemplificativo, extractos de alguns desses livros.

Figura 61 – Publicidade aos fogões (fogareiros) Hipólito, sob forma de banda desenhada, publicado em Dezembro de 1949 no Diário do Alentejo.

Em *Até Amanhã, Camaradas!*, de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal (1913-2005), publicado no rescaldo da revolução de Abril de 1974, o autor descreve a luta dos homens e mulheres pelos seus ideais e paixões, nos anos da ditadura salazarista. No capítulo terceiro, Ernesto, com ciúmes e *com uma ponta de vinho, desabafando velhos rancores, insultou a mulher, insultou o Sapo e acabou por avançar para ele de mau modo*, mas foi imobilizado por *um vulto* que *surgiu da sombra*, que o empurrou, *atalho abaixo*:

> [...]. *A porta abriu-se e à luz do candeeiro vira um rosto magro de mulher, sério e inteligente. Mandaram-no entrar e entrou. Mandaram-no sentar: sentou-se. Seriam realmente polícias? Estaria preso?* [...]. *O homem mais alto, aquele que lhe agarrara o braço, estendeu-lhe uma onça e mortalhas. Querendo recusar, Ernesto viu-se com as mortalhas e o tabaco nas mãos. Enquanto ouvia na chaminé o bufar do fogareiro a petróleo, pôs-se a fazer desajeitadamente o cigarro.* [...].
>
> *Logo depois chegou a mulher com a Anica ao colo e o João agarrado a um braço. Ofereceram-lhe um banco. O Ernesto continuava esmagado pela surpresa e pela vergonha, mas os donos da casa parecia não repararem nisso. Não lhe dirigiam palavra e apenas falavam com a Anica. A dona da casa apagou o fogareiro e o Ernesto ouviu bater a tampa de uma cafeteira e logo lhe veio ao nariz um apetitoso cheiro a café. A mulher sorria pelo perigo passado e a pele parecia ainda mais branca* [...].[395]

Balada da Praia dos Cães, de 1982, é um romance de José Cardoso Pires (1925-1998) que gira em torno da investigação de um homicídio. Alguns cães tinham descoberto um cadáver enterrado na praia do Mastro, e compete a Elias Santana, chefe de brigada da Polícia Judiciária, resolver o caso. No capítulo *Deu-lhe a febre macaca*, o chefe de brigada está em casa, doente:

> [...]. *À tardinha, Elias já deita a cabeça de fora da fumarada do quarto. Ao pôr do Sol está na sala, com o fogareiro a petróleo a reboque e o tacho das fumigações. Pouco depois ouve música: O Barbeiro de Sevilha no prato do gira-discos. A coisa compõe-se, mais umas pastilhinhas e a coisa compõe-se.* [...].[352]

Lobo Antunes (1942-...), em *Manual dos Inquisidores*, de 1996, em que o autor fala dos tempos de infância do personagem (João), diz-se a certa altura:

> [...]. *a minha mãe a calcular-me já como os ciganos, de lenço na cabeça, com uma carroça de alfaces e safios fedorentos a apregoar vitaminas no Bairro das Colónias, a calcular-me morando numa tenda de subúrbio com um fogareiro a petróleo e uma mula a soprar varejeiras no meu sono* [...].[133:291-2]

Figura 62 – Publicidade aos fogões (fogareiros) a petróleo da marca Hipólito, de 1949, destinado ao mercado nacional.

Figura 63 – Imagem de catálogo de várias cabeças ou bocais (queimadores) Hipólito, em português, francês e inglês.

No livro autobiográfico *Foi assim*, de Zita Seabra (1949-...), publicado em 2007, em que a autora conta as suas vivências no Partido Comunista e as atribulações da clandestinidade, no capítulo 5 diz a certa altura:

> [...]. *Nesta casa, só tinha para cozinhar um fogareiro a petróleo, a chamada máquina a petróleo. Um pesadelo. Um dia, estava sozinha em casa e vi um rato pequeno na cozinha. Tive um medo horroroso e fechei a porta até o camarada que vivia comigo chegar. Ainda me lembro da sensação de ridículo de estar numa casa clandestina com a possibilidade de poder ser presa a todo o momento e cheia de medo de um pequeno rato. Durante dois dias não comi nem entrei na cozinha, até ele chegar.* [...].[376]

Também Miguel Sousa Tavares (1952- ...), em *Rio das Flores*, lançado em 2007, os refere. Pedro e Angelina, pintora, estão apaixonados, e a certa altura:

> [...]. *Com os frios de Dezembro e Janeiro, Angelina abandonara o seu ritual de ir pintar para Valmonte. Em vez disso, transformara a antiga cocheira da casa dos pais em estúdio e agora era ali que passava o grosso dos seus dias, entre cavaletes com quadros por acabar e uma quantidade deles, já acabados ou não, encostados no chão uns aos outros. O espaço era exíguo e húmido e ela aquecia-se com um fogareiro a petróleo que só irradiava calor um metro à volta. Para se sentar, para descansar e para fazer amor com Pedro, trouxera de casa dos pais um velho sofá de pano verde desbotado e com as molas já a roçar no chão. Tinha um cinzeiro, dois castiçais com velas que gostava de ter acesas enquanto pintava,* [...].[394]

Figura 64 – a) Folha de catálogo referente aos fogões a petróleo da marca Hipólito, em português, francês e inglês. b) Anúncio em português, francês, inglês e árabe, que tinha como alvo principal os países do terceiro mundo.

XXII

Frasco (de corno)

Figura 65 – *Frasco* feito de corno de boi.

• Intróito.

O chamado *frasco* ou *frasco de corno* era um recipiente feito de corno de boi que antigamente, no mundo rural, servia para os trabalhadores transportarem para os campos azeite e vinagre. Como são líquidos imiscíveis, para temperar a comida vertia-se o azeite normalmente, com o *frasco* inclinado, e para deitar o vinagre invertia-se o recipiente tapado com a rolha e, aliviando-a, caía a quantidade desejada de vinagre.

Já no capítulo dedicado à *Corna* explanámos um pouco sobre os recipientes que desde tempos imemoriais as populações se acostumaram a fazer aproveitando os chifres dos bovinos. Era um material resistente e vulgar, pelo que os utensílios que a partir deles se faziam eram utilizados com múltiplas funções, desde copos a caixas e a recipientes para conterem líquidos ou materiais granulados (como sementes) ou pulverulentos (como farinha). Porém, como o diâmetro vai diminuindo desde a base até à ponta, era frequente aproveitar-se a parte mais grossa para fazer objectos tipo caixa, como as aludidas *cornas*, sendo a parte restante do corno, mais fina, utilizada para engendrar recipientes para líquidos ou materiais pulverulentos.

Figura 66 – Postal antigo em que são visíveis, pendurados da parte da frente da albarda, *frascos de corno* ou *cornas azeiteiras*.

Não havia uma terminologia fixa aplicável a esses tipos de recipientes, variando as designações de região para região. Com alguma frequência eram apelidados de *cornas* ou *cornos*, sem grande diferenciação quanto à forma e ao modo de utilização (largos, aproximadamente cilíndricos, servindo de caixas, ou tendencialmente cónicos, mais ou menos retorcidos, usados como contentores de líquidos). Nalgumas regiões, como no sul da Beira Baixa, os mais finos, apropriados para líquidos, eram, como se disse, designados como *frascos* (de corno). Noutras regiões, como nalgumas partes

do Alentejo, eram identificados com nomes provenientes da função para que eram usados, como *cornas azeiteiras* ou simplesmente *azeiteiras* ou *azeiteiros*.

Por vezes, estes recipientes eram profusamente decorados (figura 67), o que os transformava em verdadeiras obras de arte. Porém, a grande maioria tinha em vista apenas a sua funcionalidade, secundarizando por completo quaisquer adornos estéticos mais elaborados.

A confecção desses utensílios constituía uma forma de maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis e, como já referimos, tal foi praticado desde os alvores da civilização: com este material podiam fazer-se utensílios multifuncionais, além de que tinham associada uma carga simbólica que advinha do poder dos touros e, talvez, antes disso, dos auroques. Por outro lado, esses recipientes tinham forte carga mítica e alegórica: o corno em si é um símbolo fálico, e o seu interior constitui uma alusão ao útero. Por essas razões, cedo foram integrados nas histórias mitológicas. Basta lembrarmo-nos do *corno de Almateia*: esta seria a cabra que forneceu leite a Zeus recém-nascido (noutras versões, Almateia seria a ninfa que tinha essa cabra, chamada Aix), o qual, como forma de agradecimento, concedeu poderes especiais aos seus cornos — quem os possuísse teria tudo o que desejasse. Tal mito liga-se ao da *cornucópia* (*cornu* = corno + copĭa = abundância, força, riqueza), símbolo representativo da fertilidade, da riqueza e da abundância

Figura 67 – Frasco ou corna azeiteira decorada.

No Antigo Testamento cristão, equivalente à Bíblia Hebraica, diz-se que as quatro pontas do altar eram designadas por *cornos*, que eram considerados especialmente sagrados, sendo, em certas cerimónias rituais, aspergidos com sangue. Embora a terminologia varie um pouco com as diferentes traduções, sendo por vezes apelidados de *chifres*, *pontas* ou *vasos* em vez de *cornos*, numa das versões, no Êxodo (XXVII, 1-2), diz-se:

> *CAP. XXVII — 1 Farás também um altar de pau de setim, o qual terá cinco côvados de comprimento e outros tantos de largura, isto é, quadrado, e terá três côvados de altura. 2 Nos quatro cantos sairão dele quatro cornos: e o revestirás de cobre.* [...].[78:148]

Outro exemplo, entre os vários casos em que são referidos, encontra-se no Levítico (IV, 3-7):

> [...]. *3 Se é o sacerdote, que foi ungido, que pecou, fazendo pecar o povo, oferecerá ao Senhor pelo seu pecado, um novilho sem defeito*; *4 e o conduzirá à porta do tabernáculo* [...] *e pôr-lhe-á a mão sobre a cabeça, e o imolará ao Senhor. 5 Tomará também do sangue do novilho, e o levará*

dentro do tabernáculo do testemunho. 6 E molhando o dedo no sangue, fará com ele sete aspersões diante do Senhor, *em frente do véu do santuário. 7 E porá do mesmo sangue sobre os cornos do altar dos perfumes muito agradáveis ao Senhor,* [...].[78:180]

Uma das grandes utilidades dos cornos era a de conterem o azeite, os óleos sagrados. As Escrituras disso também nos dão conta, por exemplo, no *Livro I de Samuel*, da Bíblia Hebraica, (equivalente ao *Livro I dos Reis* da Bíblia Cristã), em que, em XVI (I, 39) (1-13), se refere que:

CAP. XVI — 1 E o Senhor disse a Samuel: Até quando chorarás tu Saúl, tendo-o eu rejeitado para que não reine sobre Israel? Enche de óleo o teu (vaso feito de) chifre, e vem, para eu te enviar a Isaí de Belém, porque, dentre os seus filhos, escolhi para mim um rei. [...].[77:135]

[...] *13 Tomou, pois, Samuel o (vaso de) chifre com o óleo, e o ungiu no meio de seus irmãos; e daquele dia em diante comunicou-se o espírito do Senhor a David, e Samuel, levantando-se, partiu para Ramata.* [...].[77:136]

Ou, noutra versão:

CAPÍTULO XVI. Então disse Jeová a Samuel; até quando terás dó de Saul, havendo-o eu enjeitado, para que não reine sobre Israel? Enche teu corno de azeite, e vem, enviar-te-ei a Isaí o Belemita; porque dentre seus filhos me tenho provido de rei.[40:295]

[...] *13 Então Samuel tomou o corno do azeite, e ungiu-o em meio de seus irmãos; e desde aquele dia em diante o Espírito de Jeová investiu a David; então Samuel se levantou, e se tornou a Rama.* [...].[40:296]

Como já referimos, a terminologia usada nas traduções varia, certamente em função da tentativa de usar uma linguagem mais polida. Isso é evidente, por exemplo, noutra passagem das Escrituras, de que apresentamos três versões. No início do *Livro III dos Reis* (I, 39) da Bíblia cristã, correspondente ao *Livro I* da Bíblia hebraica, diz-se:

[Bíblia cristã] *E Zadok, o sacerdote, tomou o corno de azeite do Tabernáculo, e ungiu a Salomão e tocaram a trombeta, e todo o povo disse, viva El-Rei Salomão!*[40:344]

[Bíblia cristã] *E o pontífice Sadoc tomou do tabernáculo o vaso de óleo, e ungiu Salomão; e tocaram a trombeta, e disse todo o povo: Viva o rei Salomão!*[77:219]

[Bíblia hebraica] *E Zadoque, o sacerdote, tomou o vaso do azeite do tabernáculo e ungiu a Salomão; E tocaram a trombeta, e todo o povo disse: Viva o rei Salomão!*[105:n/p]

Estes recipientes tinham utilização muito mais vasta do que apenas guardar azeite. Serviam para conter quaisquer líquidos e, mesmo, substâncias em pó. Com este uso ressaltam os *polvorinhos* onde se levava a pólvora na altura em que as espingardas eram de carregar pela boca, os quais, muitas vezes, eram feitos de corno, e a que, com frequência, também chamavam *frascos*. É significativo que, em inglês, os polvorinhos se chamem *powder horn* e *cuerno de pólvora* em espanhol.

• Frasco de corno e semelhantes nos dicionários.

Com as designações de *corno*, *chifre*, *vaso*, *frasco* ou outras, uma das utilidades era a de guardar o azeite. Mas, como dissemos, tinham muitas outras utilizações. O lexicógrafo espanhol Sebastián de Covarrubias (1539–1613), no *Tesoro de la lengua castellana*, publicado em 1611, disso dá bastos exemplos no extenso verbete *Cuerno* (Corno), de que apresentamos alguns extractos (em tradução livre) mais relevantes:

[...] *Os animais com cornos parece que os têm, dados pela natureza como armas*. [...]. *Os ângulos dos altares chamam-se comummente cornos, e na Escritura sagrada há muitos lugares com esta*

> *alusão* [...]. *O azeite o tinham em cornos, e serviam-lhes de azeiteiras* [...]. *Em muitos lugares da sagrada Escritura lemos que o óleo com que se ungiam os Sacerdotes, Profetas e Reis o tinham em cornos.* [...]. *Os óleos preciosos com que se ungiam nos banhos os tinham em cornos. Os homens vulgares em cornos de touros e bois, e os senhores importantes e poderosos em cornos de rinoceronte.* [...]. *Os pastores hoje em dia levam a merenda em cornos*. [...]. *Os cornos serviram de trombetas na guerra, e chamam-se buzinas* [...]. *O corno é símbolo da abundância, da fertilidade, da liberdade, da paz e concórdia da geração, e da felicidade*. [...].[217:f254-6]

Jerónimo Cardoso (*c.*1508-1569), no *Dictionarium Latino Lusitanicum & vice versa*, de 1570, na parte latim-lusitânico, tem o verbete:

> *Gutus corneus. Almotolia de cornos.*[203:f81]

Gutus era um vaso de boca estreita e *corneus* significava feito de corno. Inferimos, portanto, que corresponde ao frasco de corno de que aqui tratamos. Curiosamente, no reverso, isto é, na parte lusitânico-latim, em almotolia são dados equivalentes latinos (*Lecithus, vasculum olearium*[203:f8]) que não integram *corneus*.

Na *Prosodia in Vocabularium Bilinguæ Latinum et Lusitanicum*, de Bento Pereira (1605-1681)), originalmente publicada em 1634, existe o verbete *Rinoceronte*, que, na sétima edição, de 1697, foi complementado com uma frase não incluída nas edições anteriores (*sic*):

> *Rhinoceros. O Rhinocerote, a Abada* [outro nome dado ao rinoceronte], *animal ferocíssimo (que tem sobre as ventas hũ corno;)* [...] *Item o gomil de azeite, almotolia feita do corno da Abada;* [...].[343:582]

Tal parece confirmar o que consta do dicionário de Covarrubias, que *os senhores importantes e poderosos* usavam como almotolias cornos de rinoceronte.

Como já referimos, esses recipientes de corno eram também utilizados para transportar substâncias em pó, tendo ficado famosos os *polvorinhos* (também grafado como *polvarinho* ou *polverinho*). No tempo das espingardas de carregar pela boca, os soldados, mas também os caçadores, levavam a pólvora nestes contentores, feitos com frequência a partir de cornos de boi, por cujo bico escorvavam a arma, isto é, deitavam o explosivo para que a arma ficasse pronta a fazer fogo. Tanto podiam ser ornamentados, como não (figura 68). Com frequência era designado por *frasco de pólvora*, locução que, com o tempo, parece ter sido preterida a favor de *polvorinho*. Tal está bem explícito em vários dicionários, nomeadamente no vocabulário de Bluteau:

> *POLVORINHO. O frasco da pólvora que o soldado leva*. [...].[167:581]

O *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, de 1849, de Eduardo Faria (1823-*c.*1860) é um pouco mais explícito:

> *POLVARINHO. Frasco de corno ou de metal em que os caçadores levam pólvora.*[249:410]

Com a evolução das espingardas, os polvorinhos passaram à história, mas os *frascos*, *cornas, cornos* ou *azeiteiras*, para líquidos, persistiram durante bastante mais tempo, principalmente no nosso mundo rural.

Em 1848, Perestrelo da Câmara (1810-1854) incluiu na sua *Colecção de Proverbios, Adagios, Rifões* (...) o seguinte (*sic*):

> *Almotolia de pastor, ou do Alemtéjo. (Chifre que serve de galheteiro d'azeite, vinagre, &c.).*[198:11]

Mas não servia apenas para levar azeite para o campo; aí se podia também levar vinho ou outros líquidos. No tomo 2 do *Thesouro da Lingua Portugueza*, de 1873, como complemento ao verbete *Corno*, Domingos Vieira (1775-1857) incluiu:

CORNO [...]. — *Chifre. Nome que se dá ao* Corno *que serve de borracha* [recipiente] *para a condução* [transporte] *de vinho, muito usado no Minho, e que se leva para as romarias a tiracolo, pendente de um cordão, ou fita.*[422:521]

Figura 68 – Polvorinhos de corno, sem ornamentação e ornamentados.

Em 1899, Cândido de Figueiredo (1846-1925), embora omita esta acepção na entrada *Corno*, no verbete *Corna* incluiu diferentes significados, inclusivamente:

Corna. [...] *(ant.) o mesmo que corno; (prov. Alent.) chavelho de boi, aplicado a recipiente de líquidos ou comestíveis e a outros usos;* [...].[256:348]

Com o nome de *corno*, *frasco*, *azeiteira* ou outros, o certo é que este tipo de recipientes para líquidos, principalmente azeite, subsistiu até meados do século XX. Em 1938, Leite de Vasconcelos (1858-1941) referia que:

Em Mértola os trabalhadores que vão para o campo levam azeite e vinagre em dois enormes chifres, e o mesmo fazem os «quinteiros» da Covilhã, quando vão dar dias fora; no primeiro caso os chifres chamam-se "cornas" (donde a expressão «aviar as cornas»), no segundo 'azeiteiros'. A palavra azeiteiro aplica-se em Avis a um chifre que serve para conter azeite e vinagre, e em Óbidos, e igualmente na Covilhã, a outro em que os «Carreiros» levam azeite e sebo com que untam os eixos dos carros, para estes não chiarem.[405:441]

Nos *Apontamentos para a Monografia de Malpica do Tejo*, de 1953, J. Diogo Correia define *frasco* como:

Frasco. Chifre de boi, com rolha fixa e espicho, destinado a servir de almotolia. Modernamente usa-se mais o cantil de folha.[226:98]

• Frascos de corno e semelhantes na literatura.

Embora estes recipientes tivessem múltiplos usos, o mais antigo e tradicional era provavelmente o de conter azeite. Todavia, o que mais intensamente ficou registado na literatura antiga foi a utilização como *frasco de pólvora* (*polvorinho*), embora muitas vezes se não perceba se esse recipiente era feito de corno ou de outro material. É o que se verifica, por exemplo, na *Década Quarta* de *Ásia*, de João de Barros (c.1496-1570) , que acabou por só ser publicada em 1615. Ao referir-se ao abandono do cerco que os *turcos* tinham feito à fortaleza de Diu, diz que:

> [...]. *Ao tempo que os Turcos se retiraram e desistiram de seus combates, estava a fortaleza no mais infeliz e miserável estado que podia ser; porque da gente que a defendia grande parte era morta, e toda a mais ferida; só ficaram quarenta homens* [...]. *As munições eram todas desfeitas. A pólvora de bombarda, em que consistia a principal defensão, era acabada, e as vasilhas dela varridas. Da de espingarda não havia mais que a que cada espingardeiro trazia em seu frasco mal cheio*. *As lanças eram todas quebradas, que não serviam senão para bordões, em que se arrimavam os feridos e aleijados* [...].[155:631]

Também Luís Mendes de Vasconcelos (1542-1623), na sua *Arte Militar*, publicada em 1612, se refere a estes *frascos*, nomeadamente quando fala dos arcabuzeiros:

> [...]. *O arcabuzeiro é soldado de muito serviço e proveito, porque em todas as coisas é sempre o primeiro nas escaramuças* [...]. *Servem-se de armas defensivas, que é o morrião* [capacete]*, e de ofensivas, que é o seu arcabuz, espada e adaga* [...]; *as mais pertenças de sua arma são pólvora, balas, corda, frasquinho, frasco e porta-frasco, de onde nunca o tirará, e por isso o fará um pouco comprido,* [pois] *que é mui grande desordem meter o frasco na cinta, porque sendo a maior perfeição do arcabuzeiro carregar e descarregar depressa, muito mais o fará descuidando-se do frasco tanto que carregar, que não indo com ele buscar a cinta, onde às vezes não acertará, e quando logo acerte, perde tempo em a buscar, podendo sem isso carregar, e também se não tirará o frasco do porta-frasco, porque se se andar metendo e tirando o frasco, nele fica, tendo o mesmo inconveniente do vagar, que é o grande defeito do arcabuzeiro, e assim trará o frasco no porta-frasco e dele carregará o arcabuz* [...].[408:f125-v]

Em várias outras obras antigas se faz alusão a estes *frascos* ou *cornos de pólvora* militares. Outro exemplo é livro intitulado *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, de autor anónimo, publicado *circa* 1578, em que a certa altura se diz:

> [...]. *O frasco ou corno é mais soldadesco e proveitoso que o cinto de cargas, as quais são mais próprias para caça que para guerra. Não é de soldados práticos, posto que o aprovem alguns bisonhos* [teóricos]. *No frasco ou corno podem meter trinta cargas de pólvora, mais ou menos, segundo ele for* [maior ou menor]*,* e *no cinto não, se não levar vasilha sobresselente, para isto é necessário um criado. No corno está a pólvora junta e bem guardada, e no cinto uma carga se destapa, outra cai-lhe a pólvora, tirá-las, torná-las a meter para que se não percam, e para as encher é necessário um grande vagar, além de ser embaraçoso* [...].[120:f120]

Como último exemplo de referências a frasco ou corno de pólvora, entre muitos possíveis, referimos uma passagem do *Abecedário Militar*, de João de Brito de Lemos:

> [...]. *Os arcabuzeiros hão-de servir com bons arcabuzes limpos, e que tenham boa culatra* […]. *Há-de trazer bom cinto que possa sustentar a espada, frasco, polvorinho com pólvora, bolsa com pelouros* [projécteis]*, saca-trapo* [instrumento com que se extraía a bucha]*, fuzil, pederneira e rascador, e que lhe não falte no arcabuz vaqueta* [baqueta, para limpar o fuzil]*, e que a mola feche bem no frasco, para que não caia mais pólvora do que a necessária, por* [para] *não rebentar o arcabuz* […], *para que quando correrem e saltarem trincheiras e valados lhe não salte fora do cinto, de modo que com a mão direita a possa levar da cinta tendo a esquerda ocupada com o arcabuz*.
>
> *O frasco se traz atrás no cinto, para que melhor se possa caminhar e correr, e para que lhe não caia alguma faísca de lume do murrão que há-de trazer aceso na mão esquerda em duas pontas, em tempo de escaramuça ou batalha* [...].[292:36-7]

Animais com cornos existem em todo o mundo, de modo que, tal como na Europa, também nos outros continentes as populações se habituaram a utilizá-los como recipientes. Inicialmente, apro-

veitavam-se os chifres dos animais indígenas, mas, com as navegações, verificaram-se várias introduções de espécies europeias noutras regiões, nomeadamente de bois, passando os cornos destes a ser também utilizados com essa finalidade. Disso daremos apenas dois exemplos, um da América do Sul e outro de África.

No tomo XIX de *O Viajante Universal*, publicado em 1802, tradução anónima da obra de Joseph de La Porte (1714-1779), refere-se que:

> *Da Europa transportaram os espanhóis ao reino de Chile, os cavalos, os burros, as cabras, várias raças de cães, os gatos, e até os ratos,* [...] *e todos estes animais estranhos se propagaram excessivamente debaixo de um clima tão favorável, e em terreno tão abundante de alimentos e pastos,* [...].[31:221]
>
> *Se, o gado vacum degenera nesta parte no clima de Chile, será mais por excesso que por defeito, pois têm uns cornos tamanhos, que servem aos índios para fazer vasos de onze ou doze polegadas* [±12cm] *de circunferência. O Vice-Rei do Peru, D. Manoel Amat, tinha, sendo Presidente de Chile, um frasco de corno que lhe deu de presente um chileno, cuja base era de oito polegadas de diâmetro* [±8cm]*; e ainda se disse que o índio que matou a rês de uns cornos tão desmedidos tinha feito com a outra metade mais grossa um tamboril* [...].[31:233-4]

Na obra *Como eu atravessei África*, publicado em 1881, Alexandre Serpa Pinto (1846-1900) descreve a expedição que empreendeu, em 1877, de Angola a Moçambique. Aí refere por várias vezes estes recipientes, nomeadamente quando diz:

> [...]. *Quando trabalhava, fui acometido de um repentino e violento acesso de febre que me prostrou por três horas. Quando voltei a mim, não pude deixar de sorrir. Estava coberto de amuletos, tendo ao pescoço um sem número de cornos de pequenos antílopes, cheios das mais virtuosas medicinas. Uma pulseira de dentes de crocodilo enlaçava-me o braço direito, e dois enormes cornos de malanca pendiam de dois paus espetados dentro da barraca.* [...].[347:247]
>
> [...]. *Entre os Luínas* [povo da Rodésia] *encontram-se muitas espingardas de fulminante, de fábrica inglesa, levadas ali pelos sertanejos do Sul, e outras de sílex, belgas, vindas do comércio português de Benguela;* [...]. *Não usam cartuxo como os Bienos* [do Bié] *e povos circum-vizinhos destes, e trazem a pólvora solta em cornos, ou em cabaças. As armas do país são azagaias, porrinhos e machadinhas.* [...].[348:35-6]

Não encontrámos alusões literárias ao termo *frasco* de corno para azeite e vinagre usado no sul da Beira Baixa. Se bem que seja um regionalismo, está, quanto a nós, directamente relacionado com o *frasco de pólvora* recorrentemente referido nas obras mais antigas. No entanto, existem, por vezes, referências a estes utensílios, embora designando-os por outros nomes. Exemplo disso é o conto *O compadre João Catarino*, de Brito Camacho (1862-1934), incluído no livro *Gente Rústica*, publicado em 1921, fala de *chave do azeite*, diminutivo de chavelho:

> [...]. *A corna das azeitonas também era coberta de lavores, e uma das chaves do azeite, a maior, tapada com uma rolha de cortiça, era um chavelho tão lindo, com baixos-relevos tão bem executados, que ficaria bem um par assim na cabeça de um príncipe.* [...].[193:105]

A *chave do azeite* referida é sinónimo do *frasco de corno*, e foi com esta acepção que foi elencada, em 1935, no *Vocabulário Alentejano* de Pombinho Júnior (1898-1983) :

> *chave, s. f. - Chavelho de boi, preparado como vasilha, por adaptação de uma rolha de cortiça, onde os pastores e outros trabalhadores conduzem o azeite.* [...].
>
> *— Também é conhecida por* azeiteiro *ou* chave do azeite*. Algumas são artisticamente feitas com trabalhos lavrados, etc. (Évora - Dist. de Beja).*[354:131]

XXIII

Fumo preto (de luto); evolução das formas de luto.

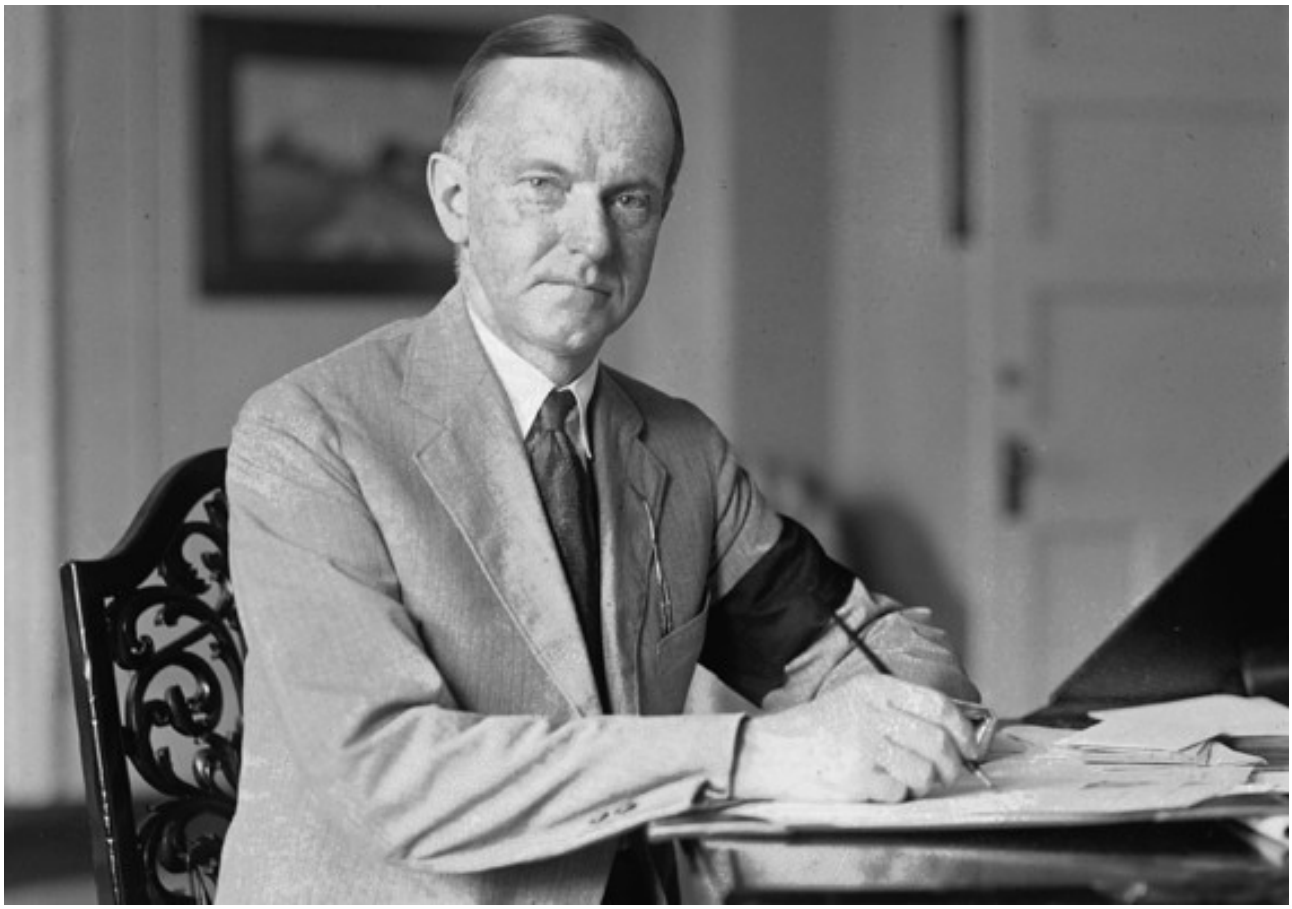


Figura 69 – O presidente norte-americano Calvin Coolidge que ascendeu à presidência após a repentina morte, em 1923, do presidente Warren Harding. Além de gravata preta, tem também o fumo no braço como sinal de luto.

• Intróito.

Nos tempos de antigamente o luto era ditado por rígidas normas sociais, as quais impunham rigorosas manifestações exteriores de pesar. Já no capítulo dedicado às *cartas tarjadas de negro* dissertámos um pouco sobre o que, antigamente, eram os preceitos associados ao luto, que incluíam "obrigações" sociais, várias das quais persistiram até à segunda metade do século XX. Entre essas normas sociais estava também a obrigação dos homens, durante o período de nojo (ou seja, de luto), usarem no braço esquerdo do casaco e/ou na lapela uma faixa de tecido preto liso chamada *fumo* (figura 69). Actualmente, creio que caiu completamente em desuso, embora, não há muito tempo, tenha ouvido dizer que determinados jogadores de futebol iriam usar *fumo* durante o jogo,

em sinal de pesar pela morte de um colega. São reminiscências que perduram e que revelam que o peso das tradições ultrapassa, com frequência, as barreiras do passado, manifestando-se ocasionalmente no presente, ainda que revestindo-se de aspectos que podem ser, de certa forma, anacrónicos.

Como já referimos, até meados do século XX, as manifestações do luto eram muito austeras, sendo escrupulosamente seguidas pela generalidade da população. Principalmente no meio rural, quando morria o marido, a viúva passava a vestir-se completamente de preto, usando lenço da mesma cor na cabeça, indumentária essa que usaria até ao final dos seus dias. Havia, porém, algumas excepções: se a viúva era ainda nova, e se, passados alguns anos, voltava a casar (o que não era muito frequente), em geral abandonava o luto antes do novo matrimónio.

Quanto aos homens que enviuvavam, o luto não era tão rigoroso: vestiam, por via de regra, camisa preta, mas as calças e o casaco podiam não ser complemente negras, embora devessem ser de cor bastante escura e tinham que, obrigatoriamente, usar *fumo preto* na manga e na lapela. Principalmente nas aldeias, era ainda costume deixarem de fazer a barba, deixando-a crescer pelo menos durante algumas semanas. Essas expressões de luto abrangiam, inclusivamente, o lenço de assoar, que era negro ou tinha cosida, na periferia, uma tarja preta (à semelhança das *cartas tarjadas*). Como, na altura, a idade média dos óbitos era relativamente pequena, e os homens ficavam sem apoio para tratar dos filhos e deles próprios, era frequente casarem de novo (geralmente com uma *solteirona* ou com uma viúva, raramente com uma mulher em idade dita *casadoura*). Abandonavam então, antes do casamento, as manifestações de luto.

Para outros familiares as normas do luto eram um pouco mais aliviadas. Se bem que o falecimento do cônjuge, dos pais ou dos filhos implicasse sempre *luto carregado*, em geral este era seguido apenas durante um ano, após o que, em especial os homens, passavam a nova fase, a de *luto aliviado*, normalmente por seis meses, em que as roupas passavam a poder ser menos escuras. Porém, em todo o período de luto, os homens tinham de usar o dito *fumo*. Essas normas de luto abrangiam também outros familiares directos, como tios, cunhados e primos, embora nesses casos os aludidos períodos de luto fossem reduzidos para metade, passando rapidamente para *luto aliviado*. Para os familiares afastados o luto era mais ligeiro e menos prolongado, embora, durante esse período, fosse normal usar-se, de igual modo, o *fumo*.

A evolução social registada após a 2.ª Guerra Mundial foi ditando progressivas modificações comportamentais. Principalmente na segunda metade do século XX, as rigorosas normas reguladoras das expressões de luto foram sendo, a pouco e pouco, aliviadas, até que acabaram por ser abandonadas nas grandes cidades, em especial pelas pessoas mais jovens. Todavia, no mundo rural, mais apegado ao peso da tradição, continuaram a persistir ainda durante bastante tempo, sobretudo na população mais idosa. Por outro lado, é de referir que as dimensões físicas e o modo de usar a tarja preta designada por *fumo*, conhecida antigamente também por *crepe* ou por *escumilha*, foram evoluindo ao longo dos séculos.

As manifestações normativas do luto mudaram bastante desde a Idade Média, incluindo os aspectos comportamentais e a própria cor dominante. Em tempos tardi-medievos, as práticas associadas às cerimónias fúnebres e às expressões de dor correspondentes envolviam o abandono das luxuosas sedas e brocados, muitas vezes de cores vibrantes, passando a usar-se tecidos grosseiros e pobres (como burel, estamenha ou almáfega, feitos de lã). A roupa tornava-se sinónimo de dor, penitência e humildade. Cada pessoa deveria possuir uma espécie de capote em burel, com um capuz grande de frade (designado por *vaso*), com que se cobriam completamente em tempos de luto[296:12]. Sobre o *vaso*, informa-nos Viterbo (1744-1822), no seu *Elucidário*, publicado em 1798:

> *Vaso na cabeça.* [...] *E que se entendia por* Vaso*? Parece que nada mais era que um grande* Capelo [capuz de frade]*, o qual, como* Vaso*, cobria ou incluía dentro de si toda a cabeça do anojado* [o que estava de luto]*, representando uma figura que metia espanto e horror, a que chamaram* Carantonha [...].[428:395]

Viterbo esclarece-nos ainda, no suplemento ao *Elucidário*, qual era o uso da almáfega (grafado *alma'ffega*):

> *ALMÁFEGA* [grafado alma'ffega]*. Burel. branco e grosseiro de que os nossos Maiores faziam o seu dó* [luto]*. Não só os parentes e amigos do finado vestiam dele por todo o tempo que durava o luto, mas ainda outros quaisquer que o queriam vestir por honra do defunto o podiam fazer. Acabado o tempo da tristeza os Testamenteiros lhes recompensavam a fineza com um vestido de Valencina* [pano de lã fina, que tinha este nome porque era originalmente fabricado em Valência] *ou outro pano alegre e festival.*[428b:6]

Figura 70 – Jovem, em 1955, usando gravata preta e fumo na lapela (o fumo da manga do casaco não é visível).

Figura 71 – Embora a fotografia (de 1959) esteja tremida, é visível, pelo fumo no braço esquerdo e pela gravata preta, que os jovens estavam de luto.

Como já referimos, a roupa de luto era de burel, estamenha ou almáfega, tecidos de lã crua, que para o efeito não eram tingidos, ou seja, tinham tonalidades esbranquiçadas. Portanto, na altura, a cor do luto era o branco. No seu *Vocabulário*, publicado entre 1712 e 1728, Rafael Bluteau dá-nos as definições dos tecidos aludidos:

> *Almáfega. Pano grosso que se faz da pior lã.*[162:267]
>
> *Burel. Pano grosso e áspero que ordinariamente se faz de lã.*[163:b209]
>
> *Estamenha. Tecidura de lã fiada ao fuso.*[164:e306]

Como reconheceu Oliveira Marques (1933-2007), o burel e a almáfega não eram tingidos, até porque os pigmentos para tingir a roupa eram caros, e como estes tecidos tinham uma cor natural esbranquiçada ou amarelada, o branco acabou por ficar ligado à cor do luto durante a Idade Média[305:216].

De certa forma, o luto era uma forma de expressar o culto dos mortos. Segundo José Mattoso:

> [...]. *O culto dos mortos pressupõe, antes de mais, que eles não são atingidos por um aniquilamento total: passam a fazer parte de um mundo invisível, regido por leis cuja compreensão escapa ao comum dos homens.* [...] *o luto, ao marcar ou isolar os parentes que estavam mais próximos do morto, destina-se justamente a separá-los dos vivos até que se dissipe o perigo da contaminação de morte que eles podem transmitir (não se trata, evidentemente, de uma noção biológica de contágio);* [...]. *Tomemos, por exemplo, o sentido dos prantos, das lamentações ou do recurso a carpideiras. Aparentemente, e na interpretação moderna, trata-se de uma forma de exprimir tristeza, de patentear emoções de aflição pela perda do morto. Um estudo mais atento não confirma este sentido. Assim, as crónicas medievais que acentuam até ao paroxismo as manifestações de aflição por ocasião da morte dos reis sugerem que estas se destinam como que a esconjurar ou neutralizar a perturbação cósmica e social que ela normalmente traz ou pode trazer; a sua intensidade deveria ser tanto maior quanto maior fosse a ameaça de perturbação trazida pela morte. Sendo assim, trata-se, de novo, de uma forma de defesa contra a ameaça de desordem e de desagregação que a perda de um membro traz ao grupo a que ele pertencia; como é evidente, a ameaça é tanto maior quanto mais importante era a função que ele exercia no seio do grupo.*[308]

• A evolução do luto em Portugal.

- Transição de tempos tardi-medievos para tempos modernos.

Em tempos medievos, as demonstrações de luto tinham características de grande violência: as pessoas esbofeteavam-se a si próprias, os homens arrancavam os cabelos e as barbas (isto é, *depenavam-se*), e as mulheres arranhavam a cara com as suas próprias mãos. Essas manifestações de luto, tal como os prantos e as lamentações, eram praticadas por todos, desde o rei aos seus súbditos, fazendo parte de um padrão comportamental ou de um ritual que se devia seguir, acabando por ser praticamente obrigatórias em situações de luto[297].

Em Portugal, como já referimos, a cor do luto foi, durante muito tempo, o esbranquiçado dos tecidos grosseiros feitos de lã, como o burel e a almáfega. Referimos, apenas como um exemplo entre muitos da utilização do burel para roupa luto, a descrição que Duarte Nunes de Leão (1530-1608) , fez da morte de um filho do rei D. Fernando I (que reinou entre 1345 e 1383), que tinha acabado de nascer:

> [...]. *Tendo el Rei Dom Fernando determinado de ir dar batalha a el Rei de Castela* [em 1382], *partiu do Vimieiro onde estava* [...]. *E de Vila Viçosa partiu o Conde de Cambrix* [inglês] *com a Infante sua mulher, e em Elvas se juntaram todos. Onde a Rainha, que andava prenhe, pariu um filho*, [...]. *Mas o menino morreu daí a quatro dias, e por sua morte tomaram os da corte dó de burel, como se fora de mais idade, por fazerem a vontade a el Rei.* [...].[291:f226]

Todavia, a certa altura, no estrangeiro, já se usava o preto como expressão de luto. Esse contraste de costumes está evidenciado na narrativa que Fernão Lopes (*c.*1380-1460) fez na *Crónica de D. João I* a propósito dos acontecimentos que se verificaram aquando da morte de D. Fernando I, em 1383. Ao referir-se ao comportamento, nessa altura, de João Fernandes Andeiro (o conde An-

deiro), fidalgo galego ao serviço do rei português, que foi embaixador em Inglaterra, onde se tornou homem de confiança do Duque de Lencastre, o cronista diz:

> [...] *Conde João Fernandes que, na noite em que el-Rei se finou, partiu muito trigoso* [apressado] *para o seu condado* [de Ourém], *receando-se àquela hora de receber dano pelo que tinha feito,* [...]. *Aonde sabei que assim aconteceu que ele, receando-se, e com temor, veio, e quando a Rainha escreveu a todos os fidalgos que viessem ao saimento* [cerimónia fúnebre], *e chegou a carta ao Conde João Fernandes, sua mulher lhe contradisse muito tal vinda, pedindo-lhe por mercê que se escusasse, cá* [que o] *entendia de ser para seu proveito, e ele não curando do seu conselho partiu para Lisboa e chegou a Santarém, e foi pousar* [descansar] *com Gonçalo Vasques de Azevedo, muito seu amigo segundo mostranças de fora* [aparências]*, o qual o recebeu muito bem e começou de o prasmar* [censurar] *porque trazia preto e não burel, como os outros, e fez-lho então vestir.*[298:33-4]

Ao vestir-se de preto para a ocasião, o Conde Andeiro mais não teria feito do que reproduzir o que já se usava lá fora, nomeadamente em Inglaterra, onde tinha sido embaixador, mas que ainda destoava entre nós. Tal é também evidenciado quando Fernão Lopes descreve as exéquias que o rei de Castela realizou em Toledo pela morte do rei português:

> [...] *ordenou el-Rei de fazer saimento por el-Rei Dom Fernando na cidade de Toledo, e mandou lá correger* [preparar] *das coisas que lhe cumpriam, e ele ali atendeu até que tudo que fosse feito. Como* [quando] *lhe trouxeram recado de que era todo prestes* [tudo estava pronto]*, partiu el-Rei para lá e a Rainha isso mesmo* [igualmente].
>
> E*l-Rei levava um saio preto, e a Rainha ia em umas andas* [liteira] *vestidas de almáfega preta, e as andas cobertas todas de pano preto, que a não via nenhum* [ninguém].
>
> *Os portugueses que com ela andavam levavam burel branco vestido, e isso mesmo as mulheres, e quando chegaram era já hora de véspera* [hora canónica do ofício divino, pelas dezoito horas], *e foram descavalgar a uma igreja que é muito perto do lugar, e vieram-se então para ela todas as donas do lugar* [as senhoras da cidade]*, para irem em sua companha* [companhia].
>
> *Dali levaram a Rainha à Sé, onde já estava um grande estrado feito, e* [o] *ataúde em cima, posto tudo corregido* [preparado] *como cumpria. E quando entraram pela porta da Sé, fizeram os portugueses todos grande dó* [luto]*, e a Rainha com as mulheres que de Portugal foram, e depois que acabaram das vésperas era já tarde, e foram para seus paços, que eram dentro da cidade, onde a Rainha tinha a sala e a câmara toda armada de panos tintos em preto.*
>
> *No outro dia pela manhã partiu el-Rei e a Rainha para a Sé, onde já estava feito um alto corregimento para eles, e como entraram pela porta fizeram seu dó assim como nas vésperas, e depois que se tiraram fora* [saíram].
>
> *El-Rei despiu-se dos vestidos panos pretos que levava e vestiu um comprido mantão de pano de ouro forrado de arminhos* [e] *aberto por a parte direita, e chamando-lhe entonce* [a que então chamavam] *lombardos.*[298:158-9]

Se em Portugal o branco era antigamente a cor do luto, tendo o hábito do preto, proveniente do estrangeiro, sido introduzido pelos estratos mais elevados da sociedade, as manifestações exuberantes de dor eram então ainda comuns a ricos e pobres. Com efeito, as práticas associadas aos ritos fúnebres tinham aspectos bastante violentos, incluindo, mesmo, arrancar cabelos e barbas. No século XV, certamente sob efeito das ideias renascentistas, esses hábitos começaram a mudar. É disso exemplo um Alvará de 14 de Agosto de 1423, referido em 1885 por Teófilo Braga (1843-1924) , que tentava acabar, entre outros, com o costume das pessoas se *depenarem* (arrancarem os cabelos) e de *prantearem* (chorarem gritando):

> [...]. *Os cantos e as danças funerais aparecem-nos com um carácter comemorativo na romaria que todos os anos o povo dos arredores de Lisboa fazia à sepultura do Condestável. Porém a vitalidade do costume acha-se indicada no Alvará de 14 de Agosto de 1423: «Porque o* carpir e *depenar sobre finados* [defuntos] *é costume que descende dos gentios e uma espécie de idolatria, e é contra os mandamentos de Deus, ordenam e estabelecem os sobreditos que daqui em diante em esta cidade, nem em seu termo, nenhum homem, nem mulher, não se carpa nem depene, nem brade sobre algum finado, nem por ele, ainda que seja padre* [pai]*, madre* [mãe] *ou filho, irmão ou irmã, ou marido ou mulher, nem por outra nenhuma perda nem nojo, não tolhendo* [vedando] *a qualquer que não traga a seu dó, e chore se quiser; e qualquer que o contrário fizer pague cinquenta libras para as obras e tenha o finado por oito dias na casa, e quem não tiver por um pague* [com que pagar]*, seja degradado da cidade e termo até mercê de el-Rei»*. [...].[176:160]

Mais tarde, já na segunda metade do século XIX, José Ribeiro Guimarães (1818-1877) comentaria esta pragmática dizendo que era uma *Singular disposição, porque o defunto corrompia-se, e a pena tocava não só ao que se depenava e carpia, mas aos vizinhos, com a proximidade de um cadáver em putrefacção*[276:144]. É possível que, na sequência desse alvará, as manifestações exuberantes e violentas de tristeza e luto se tenham atenuado.

Embora não tenha morrido em Portugal, as exéquias do oitavo filho de D. João I e de Filipa de Lencastre, D. Fernando (1402-1443), chamado o *Infante Santo*, revelam também um pouco os hábitos que então existiam. Tendo participado, em 1437, numa expedição militar ao Norte de África em que se pretendia conquistar a cidade de Tânger, a campanha foi desastrosa e, para evitar a completa chacina dos portugueses, estes conseguiram uma rendição que lhes permitiu retirarem-se, embora, para tal, tivessem de deixar o Infante D. Fernando como penhor da devolução de Ceuta (que tinham conquistado em 1415). Sem discorrermos sobre as polémicas que tal induziu na Corte, avançaremos apenas que D. Fernando acabou por morrer em 1443 no cativeiro em Fez, para onde, entretanto, tinha sido levado (o que acabou por resolver a questão e os debates sobre se se devia efectivamente devolver Ceuta). O governador de Fez, Lazarac Marym, logo mandou embalsamar o corpo. Jorge Cardoso (1606-1699), em 1666, no seu *Agiológio Lusitano*, descreveu assim o acontecimento:

> [...]. *Passou assim até tarde, em que lhe sobreveio um desmaio, e saindo dele muito enfraquecido, entendeu ser chegado o prazo, fez logo confissão geral, e protestação da Fé, e pediu ao Confessor que lhe aplicasse as indulgências* [...], *e recebendo com elas a bênção do Confessor, se viu descansado e sem aflição alguma na liberdade eternal. Falecido o Infante, mandou Lazarac aos nossos que logo abrissem o corpo para ser embalsamado, mas ninguém houve que ousasse a tocá-lo e pôr nele ferro, afirmando todos que morreriam antes que fazer tal sacrilégio. Prostrados então por terra, fizeram um pranto nunca visto, depenando as barbas e dizendo tais lástimas, que moviam os algozes a lágrimas de compaixão. E depois de tirados os ferros, lhe foi cada um beijando com grande reverência as mãos e pés* [...]. *Trouxeram logo os Guardas um cativo que executasse o mandado, e despejado o corpo dos intestinos, encheu o vácuo de sal, os quais recolheram e guardaram os criados com tanto cuidado que vieram depois com eles a Portugal onde, como Relíquias sagradas, foram recebidos e recolhidos com grande veneração na sua sepultura do Convento da Batalha. Mas os Bárbaros, com pouca lembrança da sorte humana e crueldade de feras, tanto que o venerável corpo foi composto, o penduraram nu pelos pés de uma ameia dos muros* [...].[205:530]

O corpo do Infante D. Fernando viria mais tarde a ser resgatado e sepultado no Mosteiro da Batalha, dando origem a uma devoção popular, que o apelidou de *Infante Santo* (embora nunca tenha sido beatificado ou canonizado pela Igreja). No entanto, a morte do Infante D. Fernando é atípica (pois

que faleceu longe da pátria), não podendo, não obstante a alusão ao depenar das barbas, traduzir os hábitos funerários da altura.

O mesmo não acontece com a descrição do funeral do rei D. João I, em 1433, feita por Rui de Pina (1440-1523), parece revelar isso (embora, como veremos, nas exéquias do infante D. Afonso, em 1491, volte a haver alusões explícitas a actos violentos, como *depenação* e outras). A *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina (1440-1522), é interessante, não só porque o cronista nos descreve as exéquias de D. João I, mas também porque expressa que, nessas ocasiões, como tinha de ser, era *rei morto, rei posto*:

> [...]. *Na hora de seu falecimento* [de D. João I] *eram presentes seus filhos,* [...], *e do pranto e lamentações que ao tempo da sua morte os Infantes seus filhos por míngua* [falta] *de tal Padre* [pai], *e os Vassalos por perda de tal Rei, deviam fazer, escuso de as especificar.* [...]. *Caa* [porque] *o Reino foi todo coberto de vaso e burel, e não era sem causa, por que reinou tanto tempo e com vida tão prolongada, que a nobre gente e povo do Reino eram já nele e por ele, porque criação e benfeitoria, todos reformados. E o Infante Dom Duarte, sendo neste ofício de tristeza com os infantes seus irmãos ocupado, e esquecido por isso do outro para que o septo real já o chamava* [...]*, foi por Frei Gil Lobo seu Confessor espertado* [lembrado] [...].[346:76]
>
> *Cessou o Infante e seus irmãos do pranto em que estavam e, enxugando os olhos com as razões das maiores necessidades que se ofereciam, se recolheu com os infantes e com os do Conselho que aí eram a uma Câmara, onde consultaram a maneira que se logo teria na Sepultura do Corpo de El-Rei, que em seu testamento dispusera ser enterrado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória* [Mosteiro da Batalha]*, que ele em memória da batalha que venceu* [Aljubarrota]*, ali novamente fundara* [...].[346:76-7]
>
> [...] *e finalmente foi acordado que o Corpo de El-Rei fosse, como foi logo, metido em um ataúde de chumbo bem soldado, por ser metal de corrupções conservativo, e encaixado em uma tumba de pau coberta de veludo negro com cruzes brancas por cima*. *E assim esteve na sala até à tarde. E como a noite sobreveio, o Corpo de El-Rei foi trazido ao patim do Castelo, e aí posto numas andas* [liteira, padiola] *de grande magnificência para o caso corregidas* [preparadas], *as quais os Infantes, e Condes, e outros Grandes Senhores, cobertos já de triste livree* [libré, vestimenta] *de burel, tomaram sobre seus ombros, e nelas, com solene procissão alumiada de tochas sem conto, o levaram com espantoso pranto à Sé, onde o deixaram ante o Altar de São Vicente em outra tumba mais alta, a que subiam por degraus* [...].[346:77-8]
>
> *Ao outro dia depois do falecimento de El-Rei, que eram quinze de Agosto, o Infante Dom Duarte, depois de haver com os infantes seus irmãos conselho e deliberação sobre a maneira que ao diante havia de ter* [...], *e tomou o Santo Sacramento, para com a limpeza de alma que devia, tomar o Ceptro Real que o já esperava.* [...]. *O Terreiro dos Paços da Alcáçova, onde o Infante pousava, foi mui altamente corregido para nele ser alevantado* [aclamado] *e obedecido por Rei, ao qual saiu em vestiduras Reais, e mui ricas, acompanhado de mui nobre gente vestida por* [para] *aquela hora de panos e corregimentos de festa e alegria, como é de costume.* [...]. *E logo o Conde Dom Pedro* [irmão de D. Duarte], *depois de os Reis de Armas* [os oficiais de armas com categoria mais elevada] *darem pregões e gritas de silêncio, despregou a Bandeira, e em voz alta deu três vezes o acostumado pregão, declarando por Rei o infante Dom Duarte; a qual voz depois que o Conde acabou, continuaram bradando os Infantes e Senhores, e toda a outra gente que aí era, beijando-lhe logo todos as mãos por legítimo e verdadeiro Rei* [...]. *E dali se recolheu El-Rei para seus Paços* [...] *e deixou as vestiduras Reais, e tomou dó de preto, e os Infantes tomaram burel, segundo sempre até aqui se costumou*, [...].[346:78-81]

Partiu-se El-Rei de Lisboa para os Paços de Belas [...]. *E o Infante Dom Afonso, filho primogénito* [de D. Duarte]*, legítimo herdeiro de El-Rei, que era menino, foi logo ali jurado em alto solene, pelos Infantes e outros principais, por herdeiro dos reinos depois da morte de El-Rei seu Padre* [pai]. *E este Infante foi o primeiro filho herdeiro dos Reis destes Reinos que se chamou Príncipe, porque até ele, todos os outros se chamaram Infantes primogénitos herdeiros. E logo em Sintra acordou El-Rei o tempo da trasladação do corpo d'EI-Rei Dom João seu Padre, que seria em Lisboa aos vinte e cinco dias de Outubro logo seguinte* [...].[346:88-9]

Pousou [ficou] *El-Rei nos Paços da Moeda, e como foi tempo de ir às Vésperas da transladação, saiu a pé, muito coberto de dó preto, e com ele todos os Senhores e nobre gente que ali eram cobertos todos de burel, ordenados em procissão, com um silêncio mui triste* [...]. *A Sé, de dentro, era toda coberta de panos negros, e os andaimes das naves cheias de tochas acesas* [...].[346:89-90]

Acabada a missa foi ordenada uma solene procissão com infindas cruzes em que todos os Clérigos e religiosos levavam tochas acesas nas mãos, e El-Rei [D. Duarte]*, os Infantes e Condes puseram as andas e tumba em que o Corpo d'El-Rei* [D. João I] *estava em uma Carreta* [...]. *Seguia logo a Carreta que El-Rei e outros grandes Senhores com suas mãos faziam mover* [...]. *E após ele seguiam grandes companhas cobertas todas de burel, fazendo tão grande pranto que se não podiam ouvir sem muitos prantos, dor e tristeza* [...].[346:90-2]

Portanto, o novo rei, de luto, vestia de preto, mas os outros usavam burel, esbranquiçado. Porém, para a aclamação era abandonado o luto e envergavam-se roupas de festa, após o que voltavam a vestir roupas de luto. Todavia, várias das velhas formas violentas de luto, nomeadamente o hábito de se *depenarem*, prosseguiram ainda durante algum tempo. Com efeito, não obstante as várias tentativas de proibição de certas práticas funerárias e de luto, os costumes foram persistindo. Tal é bem evidente na descrição que Garcia de Resende (1470-1536) faz das manifestações de dor pela morte, a 13 de Julho de 1491, do infante D. Afonso (1475-1491), o jovem príncipe herdeiro, filho único de D. João II e de D. Leonor, que tinha apenas 16 anos e morreu da queda de um cavalo. Tal significou forte abalo na dinastia reinante e também na população em geral, pois que tal punha em risco a sobrevivência dinástica e, portanto, a do próprio Reino. Diz-nos o cronista, coevo dos acontecimentos, que, quando o príncipe morreu:

[...]. *El-Rei chegou ao Príncipe, e beijou-o na face, e para sempre lhe deitou sua bênção; e tomou a Rainha e a Princesa* [D. Isabel de Aragão, mulher do malogrado príncipe D. Afonso] *pelas mãos* [...] *e com elas se saiu fora da casa* [...] *e à porta virou el-Rei atrás, e disse aos que na casa estavam: Aí vos fica o príncipe meu filho, sem poder dizer mais palavra. E com isto se levantou entre todos um mui grande, e mui triste, e desaventurado pranto dando todos em si muitas bofetadas, depenando muitas e muito honradas barbas e cabelos, e as mulheres desfazendo com as suas unhas e mãos a fermosura de seus rostos, que lhe corriam em sangue* [...].[365:f84v]

[...]. *E aquele excelente príncipe por quem tão grandes e reais festas se fizeram* [...] *em quão breve tempo tornou os brocados em burel, e as sedas em almáfega e vaso, e os prazeres e alegrias em mui grandes e tristes prantos, não só em Portugal, mas ainda em toda a Espanha* [...].[365:f85]

[...]. *El Rei, por tamanha perda, tamanho nojo* [luto] *e sentimento se trosquiou* [tosquiou; cortou rente os cabelos]; *e ele, e a Rainha se vestiram de mui baixo pano negro. E a Princesa trosquiou os seus prezados cabelos, e se vestiu toda de almáfega, e a cabeça coberta de negro vaso. E na Corte, e em todo o Reino, não ficou senhor, nem pessoa principal, nem homem conhecido, que se não trosquiasse. E todos foram vestidos de argões* [roupas de pano grosseiro usadas como luto] *de burel e almáfega, e muitos homens cingidos com baraços, e seus gibões e pelotes abotoados com atacas de couro, sem* [a]*parecer fita nem seda. E a gente pobre que não tinha com que comprar burel, que valia a trezentos reis a vara, muitos tempos andou com os vestidos virados*

do avesso [...]. *E porque se não achava tanto burel, os lavradores e gente baixa vendiam as cobertas de suas camas a preço de panos finos, e os homens se vestiam de sacos e cobertas de bestas* [...].[365:f86]

[...] *dali até ao mosteiro* [da Batalha] *era o caminho todo, de uma parte e da outra, cheio de muitas e grandes bandeiras negras.* [...]. *E assim chegou ao mosteiro, o qual estava todo de alto a baixo armado de panos negros,* [...]. *E logo aquela tarde, com grandes e espantosos prantos e doridas lamentações* [...]*, e grandes gritos e carpinhas das senhoras e honradas mulheres se disseram as vésperas, e ao outro dia missa solene e outras infinitas missas, e assi uma pregação que fez um grande letrado e singular pregador,* [...]*, em que alegou tantas e tais razões para choro e tristeza, que muitos homens de muita autoridade, muito saber, muito siso, àquela hora parecia que o não tinham, vendo-lhe mui cruamente dar na essa* [estrado onde estava o caixão] *tamanhas cabeçadas, que parecia que quebravam as cabeças, depenando todos suas barbas e cabelos, dando em si muitas bofetadas, assim homens como mulheres, velhos e moços, cousa tão de espantosa e de tanta dor e tristeza que não se viu outra tal* [...].[365:f87v]

[...]. *E acabado assim este solene e triste saimento, el-Rei* [...] *se tornou a Santarém, onde logo determinou a ida da princesa para Castela* [...]. *E el-Rei foi com ela, e assim toda a corte, todos cobertos de burel, sem parecer homem de preto* [sem haver pessoas vestidas de preto], *salvo el-Rei e alguns bispos e clérigos. E a princesa coberta de almáfega e vaso, metida em umas andas* [liteira] *cobertas de burel, e as azémolas que as levavam da mesma libré* [cobertas do mesmo tecido] [...].[365:f88]

Como a princesa foi partida de Santarém, logo a rainha se partiu para o mosteiro das Virtudes, e daí para Alenquer, onde el-Rei veio ter com ela, [...] *e daí foram ao lugar de Colares junto de Sintra, onde el-Rei mandou fazer o aposentamento da Corte em Lisboa para se ir lá. E no mês de Outubro* [ou seja, passados três meses] *se vieram à cidade, para nela tirarem o burel que ainda todos traziam.* [...] *e às portas da cidade junto com Santo André, por onde entraram, estavam todos os regedores e oficiais dela, e os fidalgos, e cidadãos, todos a pé vestidos de burel e com as cabeças e rostos cobertos* [...].[365:f88v]

Se nos alongámos um pouco mais nesta descrição de Garcia de Resende é porque ela revela bem a violência que estava associada ao luto, ainda em finais do século XV. Como facilmente se pode depreender, o preto estava já associado ao luto, pelo menos no mais alto magistrado da nação. Como diz Resende, *ele* [o Rei]*, e a Rainha se vestiu de muito baixo pano negro*, o mesmo acontecendo com a fidalguia, e, ao chegarem ao mosteiro, estava este *todo coberto de infinitas, e grandes bandeiras negras*. Os acontecimentos narrados pelo cronista revelam certa continuidade das antigas práticas de luto, embora expressem, também, uma nova atitude perante a morte. Tal é evidente na postura da família real, cujo comportamento parece ter sido caracterizado pela moderação, embora não se coibindo de demonstrar publicamente o seu luto e as suas emoções. Estava-se, na altura, numa época de transição e de ajustamento de comportamentos derivado das influências renascentistas, deixando a crónica transparecer simultaneamente aspectos que vinham do antecedente medieval (pessoas a esbofetearem-se; homens arrancando cabelos e barbas; mulheres a arranharem a cara) e outros já claramente modernos, como a postura assumida pela família real.

A maior parte da população não tinha dinheiro para tingir de preto o burel e a almáfega, pelo que os usavam na sua cor natural, esbranquiçada. O preto só viria realmente a generalizar-se no reinado de D. Manuel I, entre 1495 e 1521 (que, após a morte do infante D. Afonso, foi nomeado por D. João II como herdeiro da coroa). Com efeito, a Ordenação de 17 de Outubro de 1499 veio proibir, genericamente, o dó ou luto de burel ou almáfega, mandando-se que nunca mais pudesse ser usado com este propósito por qualquer pessoa que fosse, grande ou pequena, e de qualquer modo que

fosse. Proibia também as mulheres de qualquer qualidade de trazerem *vaso na cabeça*. Os transgressores arriscavam-se a sofrer graves penas pecuniárias, tal como os que consentissem essas mesmas transgressões[260:153].

- Idade Moderna.

No século XVI, as expressões exteriores de luto foram progressivamente diminuindo de intensidade. Já não há alusões a práticas violentas, como a *depenação*. As ideias renascentistas tinham transformado a sociedade e continuavam a modificá-la. Por Alvará de 22 de Novembro de 1566, D. Sebastião proibiu o uso genérico de capuzes, loba cerrada ou aberta, e tabardo como sinais de luto, embora exceptuando as pessoas a quem falecesse familiar próximo[261:122]. Extracto dessa pragmática:

> [...] *manda que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, possa trazer capuz, nem loba serrada ou aberta, nem tabardo, salvo os desembargadores das casas da suplicação e do cível, e os letrados que servem S. A., e físicos graduados poderão trazer lobas abertas, as quais lobas e tabardos não serão demais comprimento que até aos artelhos. Porém, quando alguma pessoa falecer, pai, mãe, mulher, filho, sogro ou sogra, genro ou nora, irmão ou cunhado, poderá trazer por dó capuz, tabardo ou loba cerrada por tempo de um mês somente, não passando do dito comprimento. E daí por diante poderá trazer capa aberta de dó, que não passe de meia perna. E quando falecer tio ou sobrinho, ou primo co-irmão, poderá trazer capa aberta de dó somente, que não passe de meia perna. E os pelotes e roupetas que trouxerem por dó, não serão mais compridos que até cobrirem os joelhos. E não trarão neles mangas largas, como se até agora costumou trazer por dó. E nenhuma pessoa poderá trazer dó mais que até seis meses, posto que seja pelas pessoas acima ditas. E assim poderão trazer dó pelo dito tempo de seis meses somente os seus criados e familiares que com eles viverem e estiverem em suas casas ao tempo da morte das pessoas, porque se pode trazer; e isto não sendo capuzes, nem lobas, nem tabardos, porque estes os não poderão trazer em tempo algum. Nem trarão pelotes, nem roupetas de mangas largas, nem de maior comprimento que até cobrir aos joelhos. E não se poderá trazer dó por outro algum parente, em qualquer grau que seja. Nem se poderão outrossim trazer guarnições, nem cobertas de sela de pano de dó nos cavalos* [...].[2]

Convém esclarecer que a *loba* era uma espécie de túnica muito larga, sem mangas, que caía até aos pés, e que o *tabardo* era uma espécie de capote comprido com capuz e mangas. Estas restrições viriam depois a ser replicadas, na generalidade, nas *Ordenações Filipinas,* de 1603.

Não eram apenas as pragmáticas que tendiam a atenuar as expressões violentas de luto. As *Constituições Sinodais*, emanadas na sequência do Concílio de Trento (1545-1563), vieram também, na generalidade, proibir tais práticas, designadamente os *extraordinários e desordenados prantos*.

Na altura, os enterros eram feitos nas igrejas (prática que só viria a ser proibida em Portugal em 1835), podendo dizer-se que havia certa competição sobre o lugar em que aí se faria a inumação. Grande parte dos enterros fazia-se no adro ou na nave central, mas os que podiam, pretendiam ficar mais perto de Deus, ou seja, junto ao altar-mor ou na capela principal. Tal levou a que muitas constituições sinodais viessem tentar regular o assunto. Por exemplo, nas *Constituições Sinodais do bispado de Miranda*, de 1565, no Título Vigésimo dedicado às sepulturas, a constituição primeira estipulava que *a nenhuma pessoa consentirão enterrar na capela principal, de nenhuma das igrejas do nosso Bispado sem nossa especial licença ou de nosso Provisor*, exceptuando contudo *quem tiver sepultura com título, ou direito para a ter, ou for padroeiro, Abade, Reitor ou Cura confirmado da tal igreja.* Acrescentava-se ainda que *a nenhuma pessoa se dará licença para ter sepultura dos degraus do altar para cima*[1:f87]. As constituições dos outros bispados tinham disposições parecidas.

O próprio transporte do defunto para a igreja era diferente, consoante o poder económico. Quem tinha maiores posses era para aí conduzido num carro, mas os defuntos sem posses eram transportados numa espécie de padiolas, chamadas *avidas*, das quais Viterbo diz que *parece ser o mesmo que* Andas*, em que os pobres eram levados à sepultura*[427:152]. Porém, na província, mesmo isso se mostrava difícil de utilizar, o que levou a que nas aludidas constituições de Miranda se determinasse:

> [...]. *E porque somos informados que às vezes trazem os defuntos a enterrar, de montes para as igrejas, amarrados em paus e de outros modos indecentes: Mandamos que aqueles a quem pertence ter cuidado do enterramento vão ou mandem trazer o escano* [espécie de caixa provida de vara para ser levada em ombros] *que na igreja houver para se levarem os defuntos a enterrar, e nele o levem decentemente coberto com o pano* [...].[1:f88]

Havia também o costume da família e amigos se juntarem na sepultura do defunto e, juntos, honrarem a sua memória e com ele partilharem uma refeição. Tais banquetes funerários eram diferentes do costume de, na sequência do enterro, se dar comida aos pobres (os *bodos aos pobres* ou *oblações*), costume que persistiu nalgumas aldeias até ao século XX. Estas repartições com os pobres chamavam-se antigamente *bodivos* ou *bodos*, que também se escrevia *vodibos* e *vodos*, que, dos quais diz Viterbo:

> [...] *Nas solenidades dos Mártires e nas Exéquias pelos Defuntos se humilhavam os mais abonados a despender os seus bens e comer alegremente com os pobres. Os adros, alpendres e as mesmas Igrejas se viram cheias destas iguarias símplices e frugais de que todos participavam, e que com razão se chamaram* Ágapes *por serem índices e atractivos da Caridade mútua e igualdade Cristã, a benefício dos necessitados e famintos.* [...].
>
> [...] *Temos milhares de Doações feitas às Igrejas e mosteiros com a cláusula expressa de que são igualmente destinados* pro eleemosinis pauperum [para socorro dos pobre]. E daqui nasceram os Bodivos, *que ao depois se disseram* Bodos*, isto é refeição, jantar ou comedoria que aos pobres se dava pelas almas dos defuntos.* [...].[427:200-1]

Os banquetes funerários a que nos referimos eram diferentes, até porque se realizavam sobre as sepulturas dos defuntos. Eram rituais muito antigos, que já existiam em tempos pré-históricos, designadamente em Portugal[204], e que os romanos designaram por *cilicernium*. Eram praticados tanto no próprio dia da inumação, como posteriormente. Quer o poder régio, quer a Igreja, tentaram, ao longo do tempo, acabar com tal prática. Por exemplo, nas já aludidas *Constituições Sinodais do bispado de Miranda*, de 1565, na Constituição 4.ª do Título 20.º, determinava o seguinte:

> *Para tirarmos os ritos e costumes que mais são de gentios que de Cristãos, Ordenamos e Mandamos que em nenhum tempo se coma nem beba sobre sepulturas de finados, nem se consinta fazer, sob pena de serem punidos segundo a tal superstição merecer*.[1:f88]

Essa proibição foi reiterada nas constituições de vários outros bispados do país, o que permite inferir que era hábito ritual generalizado. Entre várias outras, também as *Constituições Sinodais do Bispado do Porto*, de 1585, recriminam estes banquetes funerários no ponto 8 da Constituição 5.ª do Título 18.º, tal como no ponto 9 da Constituição 10.ª, em que se estipulou:

> *8 E para tirar os ritos e costumes que mais são de gentios que de Cristãos, ordenamos e mandamos que em nenhum tempo se coma nem beba sobre as sepulturas dos finados, nem se consinta fazer, sob pena de serem punidos segundo a tal superstição merecer.*[4:f78]
>
> *9 Item porque somos informados que ainda em nosso Bispado há outra maneira de abusos e cousas que se não devem permitir, Mandamos que nenhuma pessoa coma nem beba nas igrejas,*

nem nos adros delas, nem sobre as covas, em dia algum, qualquer que seja, nem no dia dos finados, nem no dia que se enterrar algum defunto, darão de comer à custa da sua fazenda a pessoa alguma [...]. *Poderá, porém, dar de comer aos Clérigos, e a quatro ou cinco pessoas que levarem o corpo, e aos que fizerem a cova, contanto que não seja na Igreja, nem no adro, nem sobre a cova, mas em alguma casa ou lugar apartado* [...].[4:f81v]

Como outro exemplo, apresentamos um extracto das Constituições do Bispado de Coimbra, de 1591, correspondente à Constituição 8.ª do Titulo 20.º:

Achamos que neste nosso Bispado, principalmente nos lugares de fora, muitas pessoas seculares, e homens e mulheres, dormem nas igrejas e ermidas, principalmente nos dias dos Oragos, nelas comem e bebem e tangem e cantam como se fossem casas profanas deputadas a semelhantes autos, o que o direito não permite e a reverência devida aos lugares Santos não sofre, e nos dias dos enterramentos e dos ofícios dos defuntos, os parentes e pessoas que a eles se acham nas mesmas Igrejas e Adros comem e bebem, e às vezes sobre as mesmas covas por cerimónia. Pelo que estreitamente defendemos que da publicação desta Constituição em diante pessoa alguma, de qualquer estado e condição que seja, não durma nas Igrejas ou Ermidas, ainda que seja nas vésperas e dias dos Oragos, tirando aquelas que para guarda das ditas igrejas são necessárias, nem de dia comam ou bebam nelas, salvo alguns doentes que aí estiverem tão enfermos que não possam ser levados fora, e que não cantem nem bailem, nem haja ajuntamentos profanos de homens e mulheres, com que Deus gravemente se ofende e o povo se escandaliza. [...].[5:f102v]

Todavia, não obstante tais proibições, e mesmo depois da *acção incisiva do Santo Ofício e do Concílio Tridentino,* e ainda da promulgação por Filipe II de *leis sobre abusos nos enterros, entre outras coisas contra as comezainas dentro do corpo das igrejas*[399:855], tais refeições funerárias continuaram a ser realizadas. Por exemplo, Viterbo dizia em 1798:

[...]. *Nas Províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes ainda se não esqueceu inteiramente* [...], [pois que] *durante o ano, nos Domingos e dias festivos, se oferecem por devoção pichéis ou frascos de vinho e certos pães, que põem em uma toalha estendida sobre a sepultura do defunto, e uma vela acesa.* [...]. *Mas estas* Obradas *e* Ementas *são mui diferentes dos* Bodivos [...]*, que só tinham em vista o matar a fome aos que necessitavam deste socorro* [...].[427:202]

Cerca de um século mais tarde, em 1885, Teófilo Braga (1843-1924) escreveria que:

Os banquetes funerários no cemitério eram ainda usados em 1872 em Lisboa.[177.29]

Mesmo em 1904, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) referia que:

Banquetes nos cemitérios há-os no dia de todos os defuntos.[399:855]

Também os carpimentos, prantos, endechas e quejandos começaram a ser praticados na mais remota antiguidade, sendo presumivelmente bastante anteriores aos mais antigos banquetes funerários. Desde cedo que tanto a Igreja, como o poder régio, tentaram combater tais práticas. Sobre o assunto diz-nos Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

[...] [Foi] *no importantíssimo* [Concílio] *de Toledo (a. 589)* [...] *que a igreja ortodoxa começou o extermínio dos cantos fúnebres, prantos e endechas* [...]. *Pelas constituições posteriores conhece-se que também esses ritos pagãos continuaram. A proibição foi reiterada em Valença (1255), em Toledo (1323), em Alcalá (1335).* [...]. *Alfonso X também combateu os prantos excessivos, ordenando aos clérigos que se retirassem dos enterros "quando ouvissem que faziam ruido, dando vozes por um homem ou* endechando*". Tudo debalde.* [...]. *Em Portugal, na ocasião do cerco de Lisboa pelos castelhanos* [em 1384]*, a câmara, disposta a combater todos os restos gentílicos a*

fim de conciliar a misericórdia divina, proibiu o carpir, depenar e bradar sobre os finados como "costume que descende dos gentios e é uma espécie de idolatria."

Apesar dessas disposições terem sido repetidas nas Constituições *de Lisboa de 1403 e nas* Ordenações Afonsinas *no fim do seculo XV, o pranto nacional pelo próprio herdeiro da coroa, cujas bodas haviam sido oito meses antes, ensejo de júbilo geral, foi de exuberância igualmente demonstrativa. Se então toda a corte havia dançado e cantado, agora todos choravam e gritavam dando em si "muitas bofetadas, depenando muitas e mui honradas barbas e cabelos, e as mulheres desferindo com suas mãos a formosura de seus rostos, que lhe corriam em sangue"*.[399:855]

No sentido de tentar refrear tais manifestações exuberantes de luto, as leis pragmáticas e as constituições sinodais dos bispados condenaram-nas vivamente. É exemplo das últimas as do bispado da Guarda, de 1621,, em que no Capítulo XIII do Título XV se diz:

Exortamos e encarregamos muito a todos nossos súbditos que nos acompanhamentos, enterramentos, ofícios, exéquias e trintários dos defuntos, não façam, nem consintam fazer-se ou introduzir-se algum abuso ou superstição, a qual com espécie e fingida imitação da verdadeira piedade e religião cristã, costuma enganar os ânimos dos símplices e ignorantes. [...].

1. Item proibimos que nos ditos acompanhamentos e enterramentos, e nas Igrejas em que os defuntos se enterrarem, se não consintam pessoas que vão dando vozes descompostas ou fazendo extraordinários e desordenados prantos. [...].[11:f171v]

Como resultado dessas determinações, mas também dos ventos do Renascimento que, de uma ou de outra forma, também chegavam a Portugal, as manifestações de luto foram passando, progressivamente, a ser mais moderadas. Tal verificava-se mesmo quando era luto decretado pelo monarca. Por exemplo, em 1653, quando, com dezanove anos, morreu D. Teodósio, filho primogénito do rei D. João IV (que seria o herdeiro da Coroa), as instruções para o luto oficial, determinadas pelo Aviso de 15 de Maio de 1653, são bastante mais comedidas do que em séculos anteriores:

Hão-se de vestir todos de luto, [...] *e há-de ser de baeta, com o avesso para fora.*

Os Clérigos e os Ministros de toga a não hão-de mudar, mas a hão-de fazer tão comprida, que por de trás arraste um pouco pelo chão — e os que não têm toga, ou não são clérigos, hão-de trazer capuzes cerrados, trinta dias — e todos, excepto os Clérigos, carapuças, até o dito termo de trinta dias. [...].[12:113]

Na Carta Régia enviada à Câmara de Santarém diz-se:

[...]. *E porque todos meus Vassalos devem acompanhar-me com as demonstrações costumadas, resolvi que os Oficiais dessa Câmara, e todos os moradores dessa Vila* [de Santarém) *que forem Escudeiros ou tiverem maior qualidade, tragam roupeta, carapuça, e capuz cerrado, com o avesso para fora, que poderão abrir passados trinta dias, e aliviá-lo passado seis meses, e tirá-lo de todo passado um ano; e as pessoas de menor qualidade tomarão todas luto segundo a possibilidade de cada um; e as mulheres o trarão também conforme ao que trouxerem seus maridos, ou pais, ou o deveram trazer, se os tiveram.* [...].[13:114]

Mesmo com a morte da rainha D.ª Luísa de Gusmão, em Fevereiro de 1666, as medidas tomadas são moderadas em comparação com o que acontecia em tempos mais recuados. O *Aviso* em que se decreta o luto estipulava:

Foi Deus servido levar para si a Rainha nossa Senhora, esta noite passada [...]. *O luto dos Ministros há-de ser baeta de avesso, os de capa e espada com seus capuzes, os Desembargadores com suas granachas* [vestimentas que desciam até aos calcanhares] *de fralda que arraste, todos com*

carapuças que caiam sobre o ombro, e voltas sem goma; os Clérigos também com a fralda que arraste [...].

Este luto há-de durar assim um mês; e passado ele, e não antes, se poderão abrir os capuzes, cortar as fraldas, e usar de chapéus.

Deste modo há-de continuar até um ano, e passado ele, se trará outro ano aliviado. [...].[14:109]

As tentativas verificadas na Idade Moderna para que houvesse maior moderação nas vestes de luto estavam também relacionadas com a exuberância da moda que, no século XVII e, principalmente, no XVIII, começou a adquirir a sua acepção moderna, marcando tendências passageiras e efémeras. A preocupação com gastos excessivos derivados do luxo e da vaidade era já antiga, sendo objecto de sucessivas leis pragmáticas (normalizadoras das práticas sociais) através das quais se tentava refrear esses gastos. A certa altura, estas pragmáticas, na tentativa de refrear os gastos excessivos com as roupas e determinados comportamentos, passaram também a integrar as práticas associadas ao luto. Porém, parece que essas determinações dificilmente eram acatadas, o que obrigava a reiterarem-se as proibições. Exemplo disso é a pragmática promulgada por D. Pedro II, a 9 de Agosto de 1686, da qual consta o seguinte:

[...] *mostrando a experiência não serem bastantes até agora as Pragmáticas que mandei publicar* [...] *nos anos de 1668 e1677, para moderar as despesas que se tinham introduzido no uso dos vestidos, e adorno das famílias, casas, coches, seges e liteiras; mas antes que se têm aumentado com maior excesso, pela grande variedade com que cada dia se alteram os trajes e se inventam novas manufacturas,* [...] *determinei fazer nova Pragmática, que inalteravelmente se haja de observar, em que se proíba o uso das cousas seguintes*:

Todo o género de telas e sedas que levarem prata ou ouro [...].

Todo o género de chapéus que não forem fabricados nestes Reinos. [...].

[...] *que se não possa usar de nenhum género de panos negros ou de cor, não sendo fabricados dentro do Reino*.

Outrossim ordeno que nas casas dos defuntos de qualquer qualidade, título, estado, dignidade, ou preeminência, por maior que seja, e nas igrejas aonde se enterrarem, ou se lhes fizerem ofícios, se não use de algum adorno funeral, mais que uma tarima [estrado] *de um degrau, coberta de negro, sem passamane, galão ou renda de ouro ou prata fina ou falsa, sobre a qual se ponha o caixão com quatro tocheiras nos cantos, e dois castiçais à Cruz, sem mais outro algum género de armação ou ornato fúnebre.*

E nenhuma pessoa se poderá vestir de luto comprido, e só usará de curto; porém, poder-se-á trazer capa comprida com golilha, ou balona chã; e em nenhum modo se usará de capuz ou capa de capelo, nem de coches, calejas, liteiras, ou seges, interior ou exteriormente cobertas de algum género de luto [...].[16]

Basicamente, o mesmo viria a ser expresso em pragmáticas posteriores, nomeadamente outra publicada logo a de 14 de Novembro de 1698:

[...]. *Faço saber aos que esta Lei Pragmática virem, que, havendo passado várias outras Pragmáticas e outros Alvarás e Ordens depois que tenho governo destes Reinos, sobre o modo de vestir de meus Vassalos* [...], *se achava hoje o Regedor da Casa da Suplicação e os mais Ministros a quem toca a execução delas confusos pela variedade e multidão, e assim não se podia determinar com certeza quais eram os transgressores* [...], *houve por bem mandar passar esta nova* [...], *para que esta somente tenha a sua devida observância*. [...].

IV. Mando que se guarde a ordem que se tinha dado na Pragmática do ano de 1677, e na outra de 1686, sobre o modo dos lutos e funerais, e vem a ser: que nenhuma pessoa se possa vestir de

> *luto comprido, mas poderá trazer capa comprida com golilha ou balona, mas de nenhum modo se usará de capuz ou capa de capelo, como nem também se poderão forrar os coches, liteiras ou seges, de nenhum modo, de luto exterior ou interior.* [...].[17]

Desconhecemos qual foi a eficácia dessa legislação, mas presumimos que, perante o peso das tradições e das modas, não teria sido elevada, o que levava a que fossem repetidamente reiteradas. Referimos, apenas como mais um exemplo, a Pragmática de 24 de Maio de 1749 que, basicamente, reproduz muito do que estava já estipulado nas anteriores. Diz-se no Capítulo XVII:

> *Sendo justo atalhar as despesas que se têm introduzido na morte dos Príncipes e dos parentes, ordeno que em nenhum caso se dê luto aos familiares, nem ainda de escada acima, e que por Pessoas Reais, pela própria mulher, por pais, avós e bisavós, por filhos, netos e bisnetos, se traga luto somente seis meses; por sogro ou sogra, genro ou nora, e irmãos e cunhados, quatro meses; por tios, sobrinhos e primos co-irmãos, dous meses; e não se tome luto por outros parentes mais remotos senão por quinze dias.*
>
> *As pessoas, que vestem de capa e volta, não porão por causa de luto capa comprida.*
>
> *E por quanto até nos caixões dos mortos tem a vaidade achado modo de introduzir-se, ordeno que não possa neles pôr-se cousa que não seja negra, nem possa usar-se tecido algum de seda, e muito menos cousas de prata ou de ouro fino ou falso, nem cravação dourada; e só permito se cubram de nobreza ou tafetá liso de cor alegre (sem contudo levarem galões de sorte alguma ou cravação dourada) os caixões em que forem a enterrar os inocentes* [crianças].
>
> *Não será lícito cobrir de luto as paredes ou bancos das igrejas onde se fizer o enterro ou ofício, mas somente o pavimento em que se puser o féretro, o qual se assentará sobre tarima* [estado alcatifado] *de um só degrau* [...].[18]

Embora com dificuldades, as antigas práticas de luto iam sendo abandonadas a pouco e pouco, substituídas por outras, mais moderadas. No entanto, embora as regras de luto impostas pela lei de 1749 fossem seguidas aquando da morte de diferentes membros da família real, foram suspensas quando, a 31 de Julho de 1750, faleceu D. João V, voltando-se ao período de luto de dois anos. No respectivo *Aviso* lê-se:

> [...] *Foi Sua Majestade Servida determinar que o despacho dos Tribunais se suspendesse por oito dias* [...] [e] *que se tome Luto nesta Corte, e em todo o Reino, por tempo de dois anos, um rigoroso de capa comprida, e outro aliviado; e que as Mesas dos Tribunais se cubram de luto* [...].[20:13]

Por influência das ideias iluministas, as manifestações de dor e de luto foram-se tornando mais moderadas, tendendo a ser autocontroladas e mais privadas do que públicas. Fazia já parte de um passado distante a herança medieval das práticas de luto que envolviam comportamentos violentos, como os prantos exacerbados e as lamentações públicas, o arrancar das barbas e cabelos (ou deixá-los crescer), o abandono dos preceitos de higiene e outras. Da mesma forma, o branco da lã (com que eram feitas as roupas de luto) tinha já sido substituído, há muito, pelos tecidos tingidos de preto. A tendência era para moderar as grandes manifestações exteriores de sentimentos, tanto no luto, como noutras situações, como nos casamentos. Por exemplo, a Pragmática de 17 de Agosto de 1761, de D. José I (em que se nota o dedo de Sebastião José de Carvalho e Melo, que em 1770 adquiriria o título de Marquês de Pombal, veio proibir abusos de despesas nos casamentos e as práticas do costume no luto das Viúvas:

> *Eu, El-Rei, Faço saber* [...] *que não havendo sido bastantes as repetidas Leis que em diversos tempos foram estabelecidas pelos senhores Reis Meus Predecessores para obviarem, nem a supérfluas e dispendiosas ostentações dos casamentos públicos* [...], *nem aos extraordinários excessos com que no nojo e luto das Viúvas e Pessoas distintas se têm praticado os abusos de se fecharem*

inteiramente as janelas de todas as casas, e de serem as mesmas Viúvas reduzidas ao canto de uma casa escura com a cama no pavimento dela, e de não saírem de tão funesta habitação antes de ser passado um ano, e de haverem no decurso dele contraído muitos e muito graves achaques, os quais de modo ordinário lhes ficam durando toda a vida, [...] *Hei por bem declarar* [...]:

1. Proíbo que do dia da publicação desta em diante se faça na Minha Corte pelas Pessoas dela [...], *algum casamento que seja público, assim na assistência para a celebração do Matrimónio, como no acompanhamento dos Noivos e na recepção destes em sua Casa; e que nas referidas funções concorram por convite ou sem ele Pessoas algumas (além dos Padrinhos e Madrinhas) que não sejam os Parentes no primeiro grau* [...]; *e tudo debaixo das penas do Meu Real desagrado, e do perdimento das carruagens e bestas em que forem* [...].

3. Da mesma sorte proíbo que as Viúvas, da publicação deste em diante, sejam encerradas em Câmaras escuras e privadas do uso decente dos seus leitos, ou reclusas ainda em todas as casas das suas respectivas habitações por tanto tempo como até agora se tem praticado; Ordenando que logo no mesmo dia do falecimento de seus Maridos se retirem para qualquer outra casa da Corte [da cidade] *ou do Campo, tendo para isso comodidade* [possibilidades]*; E que no caso de a não terem, e de ficarem por isso nas mesmas casas da sua residência, se não possam nelas fechar as janelas, nem estender-se o nojo a mais de oito dias; nem o encerro em casa a mais de um mês; nem se possam servir de luzes e camas aos cantos das casas ou no chão; porque todas estas cerimónias declaro por abusos e corruptelas, e como tais as reprovo, e Hei por abolidas debaixo da mesma pena do meu Real desagrado, e de dous mil cruzados repartidos na sobredita forma, e pagos ametade pelas mesmas viúvas, e a outra ametade pelos Donos das casas ou Cabeças das Famílias que os sobreditos abusos praticarem, ou a eles derem o seu consentimento*.

4. O mesmo Ordeno também que se observe nos enterros e nojos dos Parentes no primeiro grau por todas as outras Pessoas de ambos os sexos, em tudo o que for aplicável a cada uma delas [...].[27]

- Século XIX

Pouco mais de meio século depois, as determinações tomadas aquando da morte de D. Maria I,, no Brasil, a 20 de Março de 1816 (mas só expressa pelo Senado, em Portugal, a 13 de Julho), estipulavam que:

[...]. *Todas as pessoas moradoras nesta Cidade, e em todo o Reino* [...] *tragam luto por tempo de um ano* [...] *seis meses de Capa comprida e os outros seis de Capa curta, dispensando para o dito efeito na Pragmática de 24 de Maio de 1749* [que impunha o luto de apenas seis meses] [...]. *E as pessoas pobres que não puderem pôr o luto expressado na mesma Pragmática, devem ao menos pôr um sinal dele, que vem a ser, os homens uma Gorra, e as mulheres uma Toalha liza sem crespo;* [...]. *Outrossim, Ordena Sua Majestade se suspenda o Despacho dos Tribunais por oito dias* [...].[33]

Nesse mesmo dia (13 de Julho de 1816), o escrivão do Senado da Câmara de Lisboa mandava afixar o seguinte edital:

Ordena o Senado que todos os Cidadãos desta Cidade de Lisboa se achem no mesmo Tribunal no dia 20 do corrente pelas 7 horas da manhã, vestidos de rigoroso Luto, que vem a ser: Capas compridas, Chapéus desabados e Fumos caídos; e da mesma forma, e à dita hora, se acharão os Alcaides da cidade, para uns e outros acompanharem o mesmo Tribunal na Acção de se quebrarem os Escudos pelo Falecimento da Augustíssima Senhora Rainha Dona Maria I [...]. *E todo o que faltar a este acto incorrerá na pena determinada por semelhante falta. E para que chegue à*

> *notícia de todos, e se não alegue ignorância, se mandou afixar o presente em todos os lugares públicos.* [...].[34]

É de relevar que na notícia publicada dia 15 de Julho pela *Gazeta de Lisboa* citando esta determinação, se diz: *as pessoas pobres, que não puderem pôr o luto completo, devem ao menos pôr um sinal dele, como fumo, ou cousa semelhante*[35].

O período de um ano de luto viria a ser reduzido para metade, como está evidenciado no dicionário jurídico Joaquim Pereira e Sousa (1756-1819) quando se aborda a questão do luto:

> Luto *é o vestido que se traz em sinal de dor quando morre alguma pessoa da nossa obrigação. A luto pesado e luto curto ou aliviado, que é quando se trazem com trajes de luto outros que o não são; diz-se curto porque os Empregados em Tribunais trazem capas curtas, e no pesado as trazem compridas. Não se deve trazer mais que seis meses para Pessoas Reais, pela própria mulher, pais, avós e bisavós, e por filhos, netos e bisnetos.* [...].[391:n/p]

Com efeito, seis meses foi o período de luto determinado quando, em 15 de Novembro de 1853, faleceu a rainha D. Maria II:

> *Havendo Sua Majestade a Rainha, a Senhora Dona Maria Segunda, falecido em o dia de hoje,* [...] *que se tome luto por seis meses, contados de hoje, sendo três meses de luto pesado e três aliviado* [...].
>
> *Que durante oito dias sucessivos, incluído o de hoje, se suspenda o despacho em todos os Tribunais e Repartições públicas* [...].
>
> *Que estejam fechados os teatros, e se não permitam espectáculos públicos durante quinze dias;* [...].[51]

Em 1862, o Decreto de 25 de Outubro veio regulamentar o luto que deveria ser cumprido pelo falecimento do monarca e seus familiares:

> *Não estando determinado nas leis e decretos em vigor o tempo que deve durar o luto por falecimento das pessoas reais, segundo a sua categoria e grau de parentesco com o soberano, porquanto a pragmática de 24 de Maio de 1749, última lei sobre este assunto, e na maior parte revogada pelos princípios estabelecidos na carta constitucional da monarquia, apenas se limita a fixar o máximo do luto que se deve tomar pelos príncipes, sem aquelas indispensáveis distinções;* [...]. *Hei por bem* [...] *decretar o seguinte:*
>
> *Artigo 1.° O luto por falecimento das pessoas reais de Portugal e dos soberanos e príncipes estrangeiros terá lugar e durará:*
>
> *1.° Pelo imperante deste reino — três meses.*
>
> *No caso de que o imperante seja casado, por falecimento do seu real consorte, o luto durará dois meses.* [...].[55]

O Decreto continua estabelecendo os períodos de luto para os familiares do monarca e para a realeza estrangeira, ressalvando que:

> *Art. 3.° Só é geral o luto pela morte do imperante e seu real consorte.*
>
> *§ único. O luto que, nos termos do presente decreto, for tomado em qualquer das outras circunstâncias nele previstas será restrito à família real, à corte e aos criados da casa real.* [...].[55]

Com efeito, decorridas que foram poucas décadas, a 19 de Outubro do 1889, quando morreu o rei D. Luís I, o período de luto foi efectivamente de apenas três meses:

Havendo Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luiz I falecido hoje [...] *tendo Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I resolvido, em demonstração seu profundo sentimento por tão dolorosa perda, encerrar-se por oito dias:*

Há o mesmo Augusto Senhor por bem ordenar o seguinte:

Que se tome luto geral por espaço de três meses, sendo o luto pesado na primeira metade deste prazo e aliviado na seguinte;

Que por oito dias sucessivos, contados de hoje, se suspenda o despacho nos tribunais e repartições públicas [...];

Que nos teatros e fora deles não se permitam espectáculos durante oito dias; [...];

Que no dia do enterro do falecido monarca [...] *se apresentem as pessoas que concorrerem aos actos fúnebres com os seus uniformes ou trajes correspondentes de luto pesado;* [...].[57]

- Século XX.

Entretanto, em 1901, o Decreto de 25 do Outubro veio ampliar o período de luto para quatro meses:

Sendo de reconhecida conveniência modificar as prescrições do decreto de 25 de Outubro de 1862 que regula o tempo que devem durar os lutos por falecimento de pessoas reais [...]*, Hei por bem decretar o seguinte:*

Artigo 1.° O luto por falecimento das Pessoas Reais de Portugal e dos Soberanos e Príncipes estrangeiros durará :

1.° Pelo Imperante deste reino, quatro meses. No caso do Imperante ser casado, por falecimento do seu Real Consorte, três meses; [...].[62]

Nestas condições, quando, a 1 de Fevereiro de 1908, se verificou o trágico assassinato do rei D. Carlos I e do seu sucessor, o príncipe Luís Filipe, o luto decretado foi efectivamente de quatro meses, mantendo-se os períodos de encerramento dos tribunais e de espectáculos:

Havendo sucumbido hoje, pelas cinco horas da tarde, a um abominável atentado, Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I e Sua Alteza Real o Senhor D. Luís Filipe, e tendo Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Manuel II resolvido, em demonstração do seu profundo sentimento por tão dolorosa perda, encerrar-se por oito dias:

Há o mesmo Augusto Senhor por bem ordenar o seguinte:

Que se tome luto geral por espaço de quatro meses, sendo o luto pesado na primeira metade deste prazo e aliviado na seguinte; [...].[66]

A Portaria continua reproduzindo o que se tinha estabelecido em 1889, por ocasião do falecimento do rei D. Luís I.

Em 1910 viria a ser implantada a República e, ao longo do século XX, as manifestações de luto foram fortemente aligeiradas. A 18 de Abril de 1951, quando faleceu o Presidente da República, Óscar Carmona, o luto oficial e as outras manifestações de pesar foram muito atenuadas comparativamente com as antecedentes:

Considerando o dever de exprimir o pesar da Nação pelo falecimento do Presidente da República, hoje ocorrido [...] *o Governo decreta:*

Artigo 1.º Em manifestação de pesar pelo falecimento do Presidente da República, Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, serão observadas as disposições seguintes:

1.º Luto geral pelo espaço de quinze dias;

2.º Encerramento, no dia do funeral, de todos os estabelecimentos públicos, [...];

3.º Suspensão de espectáculos públicos na data da publicação deste decreto e no dia do funeral; [...].[84]

Traduzindo a evolução dos tempos, quando morreu Oliveira Salazar, em 1970, o luto oficial foi de apenas quatro dias, tempo que mediou entre o dia do falecimento (27 de Julho) e o do funeral (30 de Julho). Sobre o assunto, o Decreto-Lei n.º 353/70 diz o seguinte:

> *Artigo 1.º Em manifestação de pesar pelo falecimento do antigo Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, serão observadas as disposições seguintes:*
> *1.º Luto geral desde a data da publicação deste decreto até ao dia do funeral, inclusive;*
> *2.º Encerramento, no dia do funeral, de todos os estabelecimentos públicos,* [...];
> *3.º Suspensão de espectáculos públicos na data da publicação deste decreto e no dia do funeral;* [...].[90]

• Subsídios para luto.

A propósito das manifestações de luto e dos lutos oficiais, é relevante referir que os funcionários públicos recebiam uma subvenção (propina) para que tivessem possibilidade de trajar de acordo com o luto decretado pelos monarcas. As *propinas* eram, de certa forma, complementos salariais tendentes a permitir que os funcionários exercessem os seus cargos de forma adequada, e constituíam um sistema antigo, que vinha, pelo menos, do século XVI. Por exemplo, aos 30 de Janeiro de 1604, determinou-se que *a propina dos óculos, que era dois tostões em cada um ano a cada Desembargador,* fosse, daí em diante, *de cinco tostões, atenta a alteração e valia dos óculos, e os mesmos se darão às mais pessoas a que se costuma dar a dita propina*[8].

Essas *propinas* eram em dinheiro, mas, por vezes, podiam ser em espécie, de que é exemplo o Alvará de 26 de Novembro de 1611, em que *foi feira mercê, a cada um dos Conselheiros Letrados do Conselho da Fazenda, de quatro moios de trigo e quatro de cevada, anualmente, em atenção ao trabalho que de novo lhes acresceu por serem Adjuntos dos feitos que antes se despachavam na Casa da Suplicação*[9].

Com efeito, as propinas estavam generalizadas, sendo atribuídas em variadíssimos casos, entre muitos outros para compensar carências de materiais para funcionamento institucional, suprir deficiências orçamentais e complementar salários. Por exemplo, por Provisão de 31 de Janeiro de 1613 *foi declarado o que haviam de receber cada ano em dinheiro, os Ministros de todos os Conselhos e Tribunais, para a despesa do papel, pergaminho, tinha, lacre, areia e mais cousas, que dantes se lhes costumavam dar, por escritos seus nas mesmas espécies*[9].

As *propinas* serviam para gratificar os funcionários numa ampla diversidade de situações, nomeadamente para subsidiar quem tomava conta dos enjeitados, como se vê num documento de 16 de Novembro de 1673, em que se refere *o grande número de crianças que todos os anos perecem por falta de cabedais bastantes para despesa do grande número que cada ano se expõem na roda do Hospital*, e em que se decidiu *assentar em cada Tribunal uma propina, igual à que leva cada um dos Ministros no discurso do ano,* e seriam essas verbas que se dariam *aos Enjeitados, do primeiro de Janeiro que vem em diante; e oferecendo-se-lhe alguns meios com que se possa acudir a criação destes inocentes*[15]. Também na universidade eram comuns as propinas, como se constata, por exemplo, por um documento de 1604 em que, no ponto XXXII, se diz que o *Lente de prima e de véspera, terão de cada exame quatrocentos réis de cada um de propina, e os adjuntos a de duzentos réis, os quais serão pagos à custa dos que se examinarem*[7].

Sobre as propinas, Joaquim Pereira e Sousa (1756-1819), no seu *Esboço de Dicionário Jurídico*, diz o seguinte:

> Propina*, presente ou dom em dinheiro, pano ou outros efeitos, que se dá a alguns Oficiais, Ministros, Lentes, por assistência ao trabalho extraordinário. Por exemplo, os Doutorandos dão a*

cada Doutor 600 réis de propina, um tanto aos Bedéis, etc. Não se devem introduzir sem Ordem Régia [...].[391:n/p]

Neste contexto, não surpreende que também para se cumprirem os lutos decretados pelo monarca fossem atribuídas *propinas*. Porém, por vezes, não havia em caixa dinheiro suficiente para tal, como aconteceu com os Desembargadores do Porto na sequência da morte de D. João V:

Aos 21 dias do mês de Agosto de 1750, em Mesa Grande, propôs o Senhor José Pedro Emauz, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Chanceler e Governador das Justiças desta Relação e Casa do Porto, que havendo-lhe o dito Senhor feito saber que, sendo em 31 do mês de Julho passado, El--Rei Dom João Quinto, [...] *falecido, recomendando-lhe todas as demonstrações de sentimento, e que fizesse praticar os lutos que se costumam em súbditos pela morte do seu Soberano, dous anos continuados, em o primeiro de luto rigoroso e o segundo de luto aliviado,* e *era preciso darem-se aos Ministros da mesma Relação as propinas costumadas para os lutos; por não haver dinheiro pronto do produto das despesas, parecia se devia recorrer ao meio, de que já em outras ocasiões se usara, que fora tirar-se por empréstimo do dinheiro aplicado às obras da Relação o preciso para fazer esta despesa* [...].[19]

Esse subsídio está bem expresso, entre muitos outros documentos, no Alvará de 13 de Julho de 1751 que veio regular os *Ordenados e Ordinárias da Junta dos Três Estados*, onde se lê:

[...]. *E quando Eu for servido mandar que os Tribunais e suas Estações subalternas tomem luto, se regulará o que se há-de dar a cada um dos Deputados da Junta a dez por cento da importância da sua ordinária, e outro tanto para o Secretário de Estado da Repartição; porém, para os Oficiais a cinco por cento, contanto que aos Oficiais menores, que não chegarem a ser regulados* [a receber] *em sete mil réis, se lhes dê sempre esta quantia para luto.* [...].[21]

Disposições semelhantes constam de muitos outros regulamentos, como, por exemplo, no *Alvará de Regulamento dos Ordenados dos Vedores, Conselheiros, e Oficiais da Fazenda*, de 29 de Dezembro de 1753, que tentava normalizar o assunto:

Eu El-Rei Faço saber [...] *que sendo-Me presente a desigualdade com que os Vedores, Conselheiros, Procuradores e Oficiais de Minha Fazenda são remunerados pelo trabalho de seus empregos, em razão das propinas, ordinárias e ajudas de custo, que se têm introduzido e prevalecido mais em umas estações que em outras*, [...]; *e desejando, que sejam todos correspondidos igualmente à proporção do serviço que Me fazem* [...], *Hei por bem extinguir no Conselho da Fazenda e em todas as Casas, Juízos e Mezas da sua repartição, todas as propinas, ajudas de custo e ordinárias, assim de dinheiro, como de géneros ou espécies que se pagam pelos Tesoureiros, Almoxarifes, Oficiais e Contratadores de Minhas rendas*. [...].

Não se levará mais propina alguma extraordinária sem nova resolução ou Decreto Meu; e quando Eu for Servido de a conceder, se regulará a um por cento dos ordenados anuais [...]. *Do mesmo modo se vencerão os lutos que Eu mandar tomar, regulados a cinco por cento dos ordenados anuais de cada um.* [...].

Os Provedores da Alfândega grande dos Armazéns, Casa da Índia, e das Lezírias [...] *vencerão vinte mil réis cada um por cada uma propina extraordinária que se conceder, e oitenta mil réis para luto. E o Provedor da Casa da Moeda vencerá quinze mil réis de propina extraordinária e setenta mil réis para luto.*

Os oficiais da Alfândega grande, que não levam ordenados certos, vencerão os da Mesa grande, e os mais que com eles se graduam, dez mil réis por cada uma propina extraordinária e sessenta mil réis para luto [...]*; contanto, porém, que nestas e em todas as mais Estações da repartição do*

Conselho, não baixe a propina extraordinária no menor Oficial de mil e quinhentos réis, nem o luto de sete mil réis. [...].[22]

A 4 de Janeiro de 1754, a matéria foi também regulada no *Regimento dos Ordenados dos Secretários de Estado e seus Oficiais*:

[...]. *Quando eu for servido conceder propinas extraordinárias, um mandar vestir a Corte e Tribunais de luto, vencerão os ditos Oficiais e Porteiros das três Secretarias de Estado, os lutos e propinas pela Alfândega grande desta Cidade somente,* [...].[24]

Esses subsídios eram concedidos não só para roupas de luto, mas também para roupas de galas, como está expresso, por exemplo, no *Regimento dos Ordenados do Senado da Camara de Lisboa*, de 23 de Março de 1754:

[...]. *E quando, por alguma demonstração de alegria, Eu mandar vestir o Senado de gala, vencerá o dito Presidente, Vereadores, Ministros e mais Oficiais, doze por cento da importância dos seus ordenados de um ano, não baixando a gala do menor Oficial da quantia de quatorze mil réis. E Ordenando que o Senado se vista de luto por alguma razão de sentimento, vencerão por ele seis por cento da importância de seus ordenados, não baixando o luto do menor Oficial da quantia sete mil réis.* [...].[23]

Os valores das propinas para luto não eram, de forma alguma, despiciendos. Como é sabido, apesar desta e de outras tentativas de harmonização, as diferenciações salariais e dos valores dos diferentes subsídios, nomeadamente para o luto, continuaram a ser muito marcadas.

Não é claro se essas *propinas* ou outras eram também concedidas quando falecia um familiar directo, mas é crível que só o fossem na sequência de lutos decretados pela Coroa. Para o luto privado havia outros mecanismos, como, por exemplo, o que está expresso nos novos estatutos da Associação dos Empregados do Estado, de 1861, em que o assunto está bem explicitado:

Art. 71.° Pelo falecimento do sócio se dará a quantia de 12$000 réis para auxílio das despesas de luto à pessoa que por ele for designada, ou àquela que representar a família que ele sustentava.

Art. 77.º todos os socorro serão prestados aos sócios depois de terem pago a jóia e doze meses sucessivos de quotas, com excepção dos socorros de funeral e luto, que se prestam depois de se terem pago dois meses de quotas e a totalidade da jóia. [...].[54]

• Expressões de luto nos dicionários.

Em Portugal, os dicionários só começaram a aparecer de forma impressa em meados do século XVI, e apenas envolviam as correspondências entre português e latim e/ou vice-versa, sem explicitação do significado dos vocábulos. O primeiro dicionário em que se encontra o significado dos vocábulos foi o de Rafael Bluteau, publicado na primeira metade do século XVIII. Assim, tendo apenas como base a dicionarística, torna-se impossível conhecer as particularidades lexicais e de costumes medievais. Todavia, para tal, pode-se recorrer ao admirável *Elucidário* que Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) publicou em 1798. Amplo manancial de informações sobre a terminologia e os hábitos nos tempos medievais em Portugal, já mais acima se incluíram extractos referentes aos vocábulos *almáfega* e *vaso* de cobrir a cabeça. Embora aí se não pormenorize o costume de *depenar* as barbas e cabelos, tem verbetes em que se faz alusão aos hábitos comportamentais que se sucediam ao falecimento, como:

TRUSQUIAR. Rapar, tosquiar à tesoura. Ainda no Sec. XVI durava entre nós o antigo costume de tosquiar em a cabeça aos homens e mulheres assim que morriam, e antes de serem amortalha-

dos, e aos homens igualmente tosquiavam as barbas, de sorte que eram sinónimos Trusquiar *e morrer.* [...].[428:392]

Preparado e velado o defunto, era altura de fazer o funeral, a que, geralmente, se chamava *saimento*, isto é, o cortejo que saía da igreja:

SAÍMENTO [grafado sahimento]. *Exéquias solenes, Ofício geral, saída pública e fúnebre das pessoas enojadas, ou mais bem: Procissão que saía da Igreja em que se acabavam de fazer as Exéquias de alguma Personagem, e na qual todos mostravam no* vaso e burel *o seu sentimento, rogando juntamente a Deus pela Alma do defunto.* [...]. *Já desde o Séc. XIII se acha com frequência esta palavra, que foi muito usada até aos fins do Séc. XVI* [...].[428:299]

No velório e no funeral compareciam as pessoas que, com a sua presença, manifestavam a intenção de honrar o defunto, o que, depois prosseguia periodicamente:

HONRA, Fazer. Consistia a Honra *ou* Honras funerais *nos Ofícios e Missas, Preces e Orações que os vivos faziam e ainda hoje fazem pelos defuntos no dia da sua sepultura, ou quando se faz memória dela, como é no dia 7.º (a que chamavam* Sabbado*), no 30º e* [no] *Aniversário, e na Trasladação mesmo dos seus ossos. Também diziam* Fazer honra *os que iam no acompanhamento do defunto para a sepultura, ou lhe assistiam enquanto o não sepultavam.* [...].[428:36]

SABADO e Sabbado. Assim chamaram ao dia sétimo, em que se fazem honras e exéquias aos defuntos, aludindo sem dúvida ao descanso e refrigério que esperavam conseguir pelas orações e Sacrifícios que então se mandavam celebrar. [...].[428:295]

Ao que parece, o termo *enterrar o defunto* não era muito frequente, usando-se então sinónimos como *soterramento* e outros:

JEITAR. Enterrar, sepultar. Jeitem-my u aveer, *isto é, sepultem-me onde suceder que eu morra ou onde virem que é mais conveniente. Doc. de Pendorada de 1289.* [...].[428:42]

SOTERRAÇÃO [grafado soterraçom]. *Funeral, enterro, a acção de meter debaixo da terra.* Devo ao Mosteiro de Sanhoane dez libras que me emprestarom pera minha soterraçom. *Doc. De Tarouca de 1335.*[428:331]

SOTERRAMENTO. O mesmo que soterração*.* Mando a todolos Clerigos, que forem a meu soterramento. *Doc. de Maceiradão de 1307.*[428:332]

O cemitério e a própria sepultura eram, então, designados com frequência por outros nomes, entre os quais:

MOIMENTO. Sepultura. Ainda no ano de 1354 se não enterravam indiferentemente dentro dos Templos os corpos dos defuntos, mas só nos adros; pois nesse ano se deu uma sentença à porta da Sé de Coimbra sobre os moimentos. *Doc. De Coimbra. Desde os Adros se foram introduzindo por detrás das portas, até que se meteram dentro das Igrejas.*[428:145]

ALMOCAVAR. Cemitério, Lugar das Sepulturas. Os Mouros ainda no tempo d'El-Rei D. Pedro I tinham em Lisboa o seu Almocavar *fora da Cidade* [...].[427:99]

CORPORAL. Em alguns Doc. se toma Corporal *por Cemitério, aludindo talvez à* sepultura dos Corpos.[427:311]

A vida continuava para a comunidade, nomeadamente para as organizações religiosas, e todos pretendiam ter participação na distribuição dos bens do defunto, pelo que estavam definidas contribuições que deveriam ser pagas, entre as quais:

LOITOSA. Luctuosa, Lutosa, luctuosa e Luytosa. Com toda esta variedade se acha escrita esta palavra [nos documentos antigos], *que significa certa peça ou pensão que se paga por morte de*

alguma Pessoa, que por direito ou costume a deve, e só entre o luto e funeral se paga. [...]. *Também foi Lei antiga e costume* pagarem as viúvas luctuosa *para se poderem tornar a casar* [...].[428:98]

MORTULHAS, Mortalhas, Murtuários, Murtuorios e Morturas. Assim chamaram a um Direito, Quod ex mortuis*,* [...]. *Chamou-se este Direito* Porção Canónica *ou* Quarta Funeral*, que ordinariamente consistia na quarta, terça ou metade dos bens do defunto. Havia* Quarta-Funeral-Episcopal *e* Quarta-Funeral-Paroquial*: a 1.ª era de todos e quaisquer bens deixados por testamento aos Mosteiros, Igrejas e Lugares Pios de toda a diocese; a esta já de muitos séculos extinta, sucederam as Lutuosas, que ainda em algumas partes se praticam. A 2.ª que ainda hoje se não esqueceu de todo, consistia em uma parte dos bens móveis ou semoventes* [que se movem por si próprios, como animais ou viaturas] *do defunto, e foi introduzida com o pretexto de que seria fácil ou possível que o Paroquiano tivesse defraudado, por ignorância ou esquecimento, a sua Igreja Paroquial de alguns Dízimos ou Oblações:* [...]. *Extintos já hoje os* Dízimos Pessoais*, restam os* Usos e Costumes das respectivas Paróquias*,* [...]. *Em os três primeiros Séculos da nossa Monarquia não é fácil achar Testamento que não comece por estes Benesses da Igreja ou de seus Ministros, declarando-se em alguns que são* Pera quitamento de suas Dizimas*.* [...].[428:157-8]

MORTÁLIA. O mesmo que Luctuosa*, que à* mortalha *se seguia. No* [documento] *de 1158 se fez uma Doação a Grijó, esperando os Doadores que os Padres daquele Mosteiro os defendessem e mantivessem,* Et de fossadeira, & de Mortalia, in quantum potueritis, sempre liberetis. *Isto é: que não pagasse* Luctuosa *ou que deles ficasse viúvo, pois falecidos ambos, já não precisavam de ser livres. Nos Doc. de Lamego é frequente Mortalha por* Luctuosa.[428:157]

TRINTARO e Trintairo. Trindade que algumas vezes se tomava pelas Exéquias que se faziam no dia trigésimo contado desde aquele em que alguém faleceu da presente vida, tomando-se ordinariamente pelo número de trinta Missas Sucessivamente e sem interrupção pela alma de algum defunto. Havia Trintario aberto, e Trintario çarrado, ouençarrado*: naquele não havia mais formalidade que celebrar todos os 30 dias pela alma do finado, rematando o sacrifício com um Responso, Cruz, e água benta sobre a sua sepultura, se estava no cemitério o adro da Igreja em que o dito Trintário se cumpria; neste* [no cerrado]*, porém, era bem notável a Disciplina que então se praticava. O Sacerdote, pois, ou Sacerdotes que deste Trintário se incumbiam encerravam-se na Igreja, sem dela jamais saírem nos ditos 30 dias, nem falarem com pessoa alguma fora do que era preciso para a celebração da Missa e precisões indispensáveis à vida, gastando todo o mais tempo em rogar a Deus pelo defunto. Na mesma Igreja, ou seu recinto, comiam e dormiam, mas sempre na solidão e no silêncio, apartados inteiramente dos cuidados e negócios da terra.* [...].[427:59]

Como já acima se referiu, em Portugal, os primeiros dicionários impressos surgiram em meados do século XVI. Como é normal, estes sempre contemplaram vocábulos associados ao luto, embora as terminologias (e os costumes) fossem variando com o tempo, o que se torna evidente comparando os termos medievais e os extractos dos dicionários que a seguir se apresentam. Não nos detemos muito nos tecidos usados no luto, como almáfega e burel (a que já acima fizemos alusão). As primeiras obras deste tipo expressavam simplesmente a correspondência de termos entre as línguas portuguesa (lusitana) e latina, não fornecendo quaisquer informações complementares. Por exemplo, no *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, de Jerónimo Cardoso (*c.*1508-1569), publicado em 1562, existem principalmente as entradas seguintes:

Amortalhar. Funero.[202:f14v]

Amortalhado. Funeratus.[202:f14v]

Cousa de sepulturas. Sepulchralis, e.[202:f96v]

Depenar as barbas. Vellere barbam.[202:f42v]
Dó, luto. Vestis pullata.[202:f49]
Enterrar. Sepelio, is.[202:f54v]
Enterrador. Libitinarius, i.[202:f54v]
Enterramento. Funus, eris.[202:f54v]
Loba de vestir. Abola, æ.[202:f55]
Luto. Vestis pullata.[202:f71]
Moimento. Sepulcrum, i.[202:f76v]
Mortalha. Amiculum ferale.[202:f78]
Prantear. Lamentor, aris.[202:f88]
Saimento. Iusta, orum, exequiæ, arum.[202:f95]
Sepultar. Sepelio, is.[202:f96v]
Sepultura. Sepulchrum.[202:f96v]
Sepultura de grande senhor. Mausoleum.[202:f96v]
Vestido de dó. Pulatus.[202:f104]

Basicamente, o mesmo foi retido no *Dictionarium Latino Lusitanicum & vice versa*, de 1570, do mesmo autor, acrescentando a parte latim-português:

Atratus. Cousa vestida de luto.[203:f22]
Mutare vestem. Trazer luto.[203:f136v],
Pullatus. Cousa vestida de preto, ou de dó.[203:f197v]
Pullati de pace consulant. Os que trazem dó não devem de tratar de coisas de guerra, senão de paz.[203:f197v]

Um pouco mais tarde, em 1611, Agostinho Barbosa (1589-1649), no seu *Dictionarium Lusitanico Latinum*, retendo estes termos, apresenta novos verbetes:

Amortalhar. Libitinam præparare. [...]. Corpo amortalhado*. Corpus funeratum*.[149:c78]
Amortalhador. Pollinctor.[149:c78]
Campa de finado. Monumentum. [...].[149:c186]
Capa de luto, aliás dó. Pallium pullum. *Toga pulla* [...].[149:c193]
Carpir. Deploro [...]. *Lamentor* [...].[149:c200]
Convites que se fazem nos enterramentos. Parentalia, parentalium. [...].[149:c514]
Cousa de sepulcro. Sepulchralis, [...].[149:c985]
Cousa que traz capa de dó. Pullatus. [...]. *Pullo pallio indutus.* [...].[149:c193]
Cousa sepultada. Tumulatus, a, [...].[149:c984]
Cousa vestida de dó. Atratus [...]. *Pullatus* [...].[149:c405]
Cousa vestida de dó. Vestitus veste lugubri. [...]. *Atratus.* [...].[149:c1082]
Cousa vestida de luto, aliás de dó. Pullatus [...]; *Atratus.* [...]. *Veste pulla, vel lugubri indutus.* [...].[149:c680]
Coveiro dos mortos. Libitinarius, ij, [...].[149:c271]
Depenar as barbas. Vallere barbam.[149:c336]
Dó, aliás luto. Vestis lugubris, [...]. V*estis luctuosa.*[149:c405]
Enterrador de mortos. Humator, [...].[149:c456]

Enterramento. Humatio, onis. [...]. *O que leva a campainha nos enterramentos. Præco ferales, Budæus, apud Thesaur.*[149:c456]

Enterrar, sepultar. Sepelio, [...].[149:c456]

Exéquias ou ofícios que se fazem nos enterramentos dos defuntos. Exequiæ. [...].[149:c514]

Fazer ofícios nos enterramentos. Facere iusta alicui, [...].[149:c783]

Fazer ou celebrar as exéquias. Lusta alicui facere. [...].[149:c514]

Fazer saimento, exéquias. Facere iusta, [...]. *Celebrate exequias*, [...].[149:c965]

Loba, vestidura comprida. Abolla, æ. [...].[149:c673]

Luto, aliás dó. Vestis pulla. Capa de luto, aliás dó. Pallium pullum, Toga pulla. [...].[149:c680]

Ofícios dos enterramentos. Lusta, orum, [...].[149:c783]

Moimento [grafado moymento]. *Monumentum*, i. [...].[149:c742]

Pranto. Lamentatio, [...].[149:c868]

Saimento dos defuntos, exéquias. Lusta, orum. Exequiæ, arum. [...].[149:c965]

Sepulcro ou sepultura. Sepulchrum, i. Sepultura, æ, [...].[149:c984]

Sepultar. Sepelio, is, [...].[149:c984]

Sepultura, enterramento. Sepultura, æ, [...].[149:c984]

Sepultura Real e sumptuosa. Mausoleum, [...].[149:c985]

Sepultura vã, aliás essa. Cenotaphium, [...], *Tumulus honorarius,* [...].[149:c985]

Vestido de dó. Lugubris vestis. [...]. *Funebre vestimentum.* [...]. *Vestis pulla* [...].[149:c1082]

Porém, essas obras, como não apresentam os significados, são pouco elucidativas para o que nos interessa. É no *Vocabulário* de Rafael Bluteau (1638-1734), geralmente considerado como o primeiro dicionário de português, que foi sendo publicado entre 1712 e 1728, que encontramos indícios claros que permitem deduzir como é que as manifestações de luto tinham evoluído na primeira metade do século XVIII. Reproduzimos alguns verbetes relacionados com tecidos e roupas:

AMORTALHADO. Metido numa mortalha. Morto amortalhado. [...].[162:351]

ARBIM. Certo tecido rústico, antigo. (Vestiu por dó um capuz de Arbim cardado [...]*).*[170:65]

ARGÃO. Na Ordem de S. Domingos é um género de roupa de que, contra o frio ou por outra necessidade, usam alguns Religiosos sobre o hábito. [...].[162:489] [sem alusão a luto].

ALMÁFEGA. Pano grosso que se faz da pior lã, que chamam Churra*; com ele se fazem sacos, etc.* [...].[162:267] [sem alusão a luto].

BUREL. Pano grosso e áspero que ordinariamente se faz de lã. [...]. *No termo da Vila de Valadares, no Minho, se faz o melhor Burel de lã de Ovelhas de todo o Reino, donde é mui procurado para cobertas de camas de Lavradores ou criados, e ainda de muitos nobres, para as meterem entre os cobertores. É mui branco, grosso e macio.* [...].[163:b210]

CAPA. Vestidura que se trás por cima das outras e fora de casa. [...].
Capa de capelo era uma capa comprida com um modo de capelo curto que traziam os antigos quando tiravam o luto de capuz. [...].[163:c117]

CAPELINHO. Cousa com que se cobre a cabeça de vários modos. [...].
Capelo de Frade ou Monge. Chamam-lhe antigamente Cucula*. Eram as Cuculas uns certos capelos com que traziam os Monges a cabeça coberta de dia e de noite, para se lembrarem que tinham obrigação de viver com a inocência de meninos, aos quais, no primeiro tempo da sua infância cobrem e amparam a cabeça com uns panos de foqueixo, a que também chamam Capelos ou mantos.* [...].

Capelo de Viúva. Funebre *ou* lugubre viduæ mulieres amiculũ lineum *ou* linteum. [...].[163:c123] [não faz referência específica ao luto].

CAPUZ. Capa negra, toda fechada até baixo, que se vestia pela cabeça. Era o luto dos antigos Portugueses e só usado deles [...].[163:c132]

COGULA ou Cucula. Vestidura monacal, com mangas, a qual se veste sobre as mais. [...].[163:c361] [não faz referência específica ao luto].

CREPE. [...]. *É um pano muito leve e mais transparente que filele* [uma espécie de tecido]. *É feito de seda crua e engomada.* [...].[163:c606] [sem alusão ao luto].

CUCULA, Cucùla ou Cogula. Tem o primeiro mais analogia com [o latim] Cuculus*, de onde parece ter derivado; por isso alguns Autores Portugueses* [...] *sempre diz*[em] cucula *e não* cogula*.* [...]. *Também houve* cuculas *com mangas breves e outras sem mangas.* [...].[163:c629] [sem alusão ao luto].

DÓ [grafado *Do*, *Dô*]*. Vestido significativo de tristeza na morte de parentes, amigos, benfeitores, etc.* [...]. Vestimentum fúnebre [...], Lugubria [...] Pulla & atra vestis *só significam um vestido negro, que não sempre, nem em todo o género de pessoas significa o dó, porque o dos Cardeais v. g. é um vestido roxo.* [...]. *Em algumas partes do Oriente o dó é azul, entre os Egípcios é amarelo, e entre os Etíopes é pardo; mas o negro é a cor é naturalmente mais própria do dó, porque procede a cor negra da frialdade que predomina; e assim o negro é a última das cores, ou para melhor dizer, é uma privação de cor e de vida, porque fica consumida a humanidade, como se vê nos carvões e nas partes gangrenosas, em que faltam os espíritos* [...].[164:d272-3]
Dó aliviado. Lugubris vestis brevior, & elegantior. Funebre vestimentum brevius, & concinnum.
Trazer dó. Lugubri veste indui. *Também poderemos usar os adjectivos* Attractus, pullatus [...], *ainda que estas palavras não signifiquem outra cousa que* vestido de negro*; porém, para maior clareza, bom será que se dê a entender que por amor de alguém se tomou esta cor*.[164:d273]

ENLUTADO. Coberto de luto. [...].[165:e126]

ESCUMILHA. [...]. *Escumilha também se chama um certo pano branco, muito fino e muito ralo*.[165:e235] [sem alusão ao luto]

FUMO. É um tecido de seda crua muito fino, que nas mangas e nos chapéus se trás em ocasião de luto. [...].[165:f229]

GORRA. Antigamente era uma cobertura de cabeça, de figura redonda, sem abas. A gorra dos estudantes da universidade é à maneira de uma manga, metida na cabeça; e semelhantes a esta são aquelas que se dá a gente popular em ocasião de lutos Reais. [...].[165:g97]

LOBA, A fêmea do lobo. [...]. *Loba. Vestidura Eclesiástica, Clerical e honorífica, que chega até ao chão, cortada de maneira que nela entram os braços; dela usam também os bedéis da Universidade. Querem alguns que por comer muito pano lhe chamem loba.* [...].[166:168] [sem alusão específica ao luto].

LUTO. Dó que se toma por morte de parentes, amigos, etc. Antigamente causas de luto foram calamidades públicas, v.g. esterilidade geral e grande carestia, invasão de inimigos, escravidão ou estar acusado de um crime, etc. Nem consistia o luto só em mudar de vestido ou em vestir-se de outra cor. [...]. *Antigamente, o luto costumado em Portugal era burel branco, e havia pranteadeiras conduzidas de vários lugares para acompanhar os defuntos e assistir-lhes, chorando a uso* [como era costume] *daquela idade, que durou até o tempo de el-Rei D. João, o I. O costume de burel branco nos lutos teve mais duração, que chegou até ao tempo de el-Rei D. Manuel, sendo o primeiro luto negro que se usou ou introduziu neste Reino, o que se vestiu na morte da Senhora D. Filipa, tia daquele Rei.* [...].[166:211]*.*

Luto curto. Dó aliviado.[166:212]*.*

MORTALHA. O lençol em que se envolve o defunto. [...].[166:588]

MUNGIL. Antiga vestidura de mulher que não era viúva e trazia luto. Era composta de saia e gibão, pegados; a saia com grande cauda, o gibão com mangas curtas e franzidas, alhetas grandes, e mangas perdidas que acabavam em ponta. [...][166:637]*.*

SACO. Hábito fúnebre ou penitente. Em muitos lugares da Escritura achamos que, na lei Antiga, os homens vestiam sacos [...]. *Estes sacos que os Hebreus e outras nações vestiam em ocasiões de luto, calamidades públicas e públicas penitências, não eram como os nossos, em que se deitam cousas que se hão-de levar de uma parte para a outra; eram vestiduras de pano grosso, muito apertadas e sem dobras, e como tais, desagradáveis à vista, para denotar dor e penitência*.[168:421] [sem alusão específica ao luto].

SUDÁRIO. Deriva-se da palavra Latina Sudarium*, que vale o mesmo que lenço ou pano de linho que serve de alimpar o suor. Também tomaram os Antigos* Sudarium *pelo pano com que se cobre a cara do defunto;* [...]. *Porém, segundo a aceitação comua* [comum] *na língua Portuguesa, por* Sudário *se entende todo o lençol em que foi envolvido o sagrado corpo de Cristo,* [...].[168:773]

VASO. Qualquer peça côncava que serve de recolher em si alguma matéria [...]. *E daqui, metaforicamente, se chama* Vaso *tudo o que é capaz para ter em si alguma cousa,* [...][169:371] [sem alusão ao luto].

Da obra monumental de Bluteau extraímos também alguns outros verbetes relacionados com o tema:

CAMPA. Pedra na superfície da sepultura. [...].
Campa. O sino que toca às comunidades. [...].
Campa tangida. Palavras Tabelioas que valem o mesmo que ao som da campa da comunidade, quando se ajuntam os Religiosos Capitulares que hão-de assinar uma escritura. [...]. [163:c82]

CARPIDEIRA. Choradeira. Na morte e nos enterros dos antigos havia Mulheres que choravam por dinheiro, com extravagantes demonstrações de sentimento, arrancando os cabelos e arranhando a cara, e parece que a palavra carpideira vem do verbo latino carpere [...] [que] *significa arranhar-se a cara*. [...].[163:c158]

CARPIR. Chorar. [...]. *Carpir-se. Arranhar a cara*. [...].[163:c158]

CENOTÁFIO. É palavra grega [...], *e vale o mesmo que* Sepulcro vazio *ou túmulo honorífico levantado à memória de algum defunto cujo corpo está em outro lugar, e chamaram* [assim] *os antigos estas aparentes sepulturas aos que morreram em terras alheias,* [...].[163:c237]

CHORADEIRA dos defuntos. Vid. Carpideira. [163:c297]

COVEIRO. Aquele que abre as covas para enterrar os mortos. [...].[163:c594]

ENDECHA. Poesia fúnebre [...]. *Querem alguns que Endechas seja uma corrupção da palavra* Indícios, *porque as* Endechas *são* Indícios *de tristeza e de amor. Outros querem que Endechas seja o mesmo que* Indichas *ou* Desdichas *em Castelhano, porque na morte dos defuntos se choram* Las desdichas *dos mesmos defuntos, dos seus parentes e famílias.* [...].[164:101]

ENTERRAR. Sepultar, meter debaixo da terra. Os Antigos não enterravam os seus mortos; queimavam-nos [...]. *Enterrar um defunto.* Mortuum Humare [...].[164:142]

ENTERRO. A cerimónia de levar o defunto a enterrar. [...].[164:143]
Enterro também é o lugar aonde costumam enterrar os defuntos. Nos pórticos ou alpendres das Igrejas se fabricavam os Enterros *por reverência dos templos, etc.* [...].[164:143]

EXÉQUIAS. Honras funerais na morte de alguém. (em do verbo latino Exsequi*, que significa* acabar, executar*, porque com as* exéquias *se acaba de fazer tudo o que se deve ao defunto.* [...].[164:382]

FUNERAL. Adjectivo. Fúnebre. Concernente a exéquias. [...].[165:f235]

FUNESTAR. Deriva-se de Funus*, que em latim quer dizer* Morte*, e por isso no Latim e no português este verbo propriamente significa o mesmo que Profanar ou contaminar com o sangue, ou entristecer com a morte de alguém.* [...].[165:f236]

LUTO. Dor. Sentimento. Tristeza. Pena. Aflição. Ânsia.[171:227]

MOIMENTA. [...]. *Moimento diziam os antigos por sepulcro.* [...].[166:539]

NOJO. [...]. Nojo. Sentimento que se toma. Tristeza causada da morte ou desgraça de parente ou amigo. [...].[166:735]

NOJO. Luto. Dó. Sentimento.[171:260]

PRANTEADEIRA Antigamente em Portugal as pranteadeiras eram mulheres conduzidas a preço certo para acompanhar os defuntos e assistir-lhes chorando e pranteando. [...]. *Desde o tempo da Gentilidade conservou-se este costume geralmente em toda a Espanha, e assim em Portugal, como em Castela, durou até o tempo de El-Rei D. João, o primeiro. Este e outros abusos extinguiu a Câmara de Lisboa. Pela mesma razão que se choram os mortos, se houveram de chorar os vivos, por que os vivos actualmente estão morrendo, e por isso se chama mortal a nossa vida. Digna de pranto só é a morte daqueles cuja vida foi digna de riso;* [...]. *Encomendar a pranteadeiras lágrimas venais, é querer poupar as suas; nenhum sentimento tem quem com olhos alheios chora.* [...].[167:669-70]

PRANTEAR. Chorar a sua desgraça ou as desgraças alheias com particulares demonstrações de sentimento, v.g.*, batendo nos peitos.* [...].[167:670]

PRANTO. Lágrimas com gritos, gemidos e outras demonstrações de sentimento. [...].[167:670]

SAIMENTO (grafado *sahimento*). [...]. *Antiga cerimónia funeral, na qual, certos dias depois da morte dos parentes, saíam os anojados em público, cobertos de luto, com seus capuzes, para assistir na Igreja às suas exéquias.* [...].[168:433]

SEPULCRAL. Cousa concernente a Sepulcro. [...]. *Antigamente coluna sepulcral era uma coluna plantada numa sepultura, com um epitáfio gravado no cano ou fuste da coluna.* [...].[168:593]

SEPULCRO. É o mesmo que sepultura. Porém, Sepulcro denota algum adorno mais que nas sepulturas ordinárias. [...]. *Mandam alguns abrir nos mármores dos seus sepulcros figuras de virtudes semelhantes às que praticaram na vida, porque artificiosas e falsas; em outros monumentos se vêm estátuas em acto de chorar, como se importara que chorassem as pedras a morte que os vivos festejam.* [...].[168:593]

SEPULTADO. O que está na sepultura. [...].[168:594]

SEPULTAR um defunto. Dar-lhe sepultura.[...].[168:595]

SEPULTURA. Sepulcro ou o modo e cerimónia com que se leva a enterrar o defunto. Queimar o corpo do defunto, ou cobri-lo com terra, ou metê-lo em uma urna ou arca de pedra untado com mel, são os três modos com que antigamente se sepultavam os defuntos; [...].[168:595]

É de relevar que esta obra já não contempla antigos vocábulos associados ao luto, como *depenar*, no sentido de arrancar as barbas. Porém, introduz o *mungil*, que considera ser *antiga vestidura de mulher*, mas que vai continuar a aparecer elencado com o mesmo significado em dicionários posteriores, pelo menos até finais do século XIX e início do seguinte, por vezes escrito como *mongil*.

É o que se verifica, por exemplo, no *Thesouro da Lingua Portugueza*, de Domingos Vieira (1775-1857), publicado entre 1871 e 1874, o qual permite, de certa forma, inferir as mudanças terminoló-

gicas e mesmo de costumes verificada entre a primeira metade do século XVII e a segunda metade do seguinte. Desta obra extraímos alguns verbetes relacionados com tecidos e roupas:

ALIVIADO, [...]. *— Luto aliviado, o que se usa passados seis meses depois da morte de pai ou mãe.*

ALMÁFEGA. Pano grosso tecido de lã china; burel branco e grosseiro de que os antigos portugueses faziam o seu luto; era empregado também para fazer sacos, e com ela Hoje se cobrem as albardas. [...].[421:320]

ALUTAR. Cobrir de luto, entristecer. Vid. Enlutar. [...].[421:343]

AMORTALHADO. Envolvido na mortalha, embrulhado em burel o revestido com o hábito de qualquer irmandade, com os pés e as mãos atadas, para se levar à sepultura. — Extensivamente, viver em luto, andar rebuçado. [...].[421:383]

ARBIM. Espécie de pano rústico e grosseiro, vestido camponês. Era usado como luto; dele se faziam lios, envoltórios de espadas, chaves, topes, etc. [...].[421:527]

ARGÃO. Roupão, e espécie de sobretudo de burel ou almáfega; era usado no século XVI. Também se dava este nome à granacha de que usavam os frades no Inverno, por cima do hábito. [...].[421:546] [sem alusão a luto].

BUREL. Pano grosso e áspero, ordinariamente de lã. [...].[421:833] [sem alusão a luto].

CAPA. [...]. *Vestidura alta desce dos ombros e vai por cima de todo o fato. — Capa curta, há que desce só até a cintura. — Capa comprida, a que desce até aos joelhos. — Capa talar, a que desce até aos calcanhares.* [...].[422:89] [sem alusão a luto].

CAPELO (Diminutivo de Capa). Parte do hábito de alguns religiosos com que cobriam a cabeça.
— Espécie de carapuça.
— Capelo de viúva*, espécie de touca, ordinariamente em bico, que lhe cobria a cabeça e parte da testa.* [...].[422:92] [sem alusão ao luto].

CAPUZ. Parte da vestidura, com peça independente terminando em bico, que se segura à gola ou no lugar da gola, em torno do pescoço, e pode cair sobre as costas o cobrir a cabeça. [...].
— Antigamente o capuz vestia-se por luto. [...].[422:99]

CREPE. Tecido mui leve, transparente, feito de seda crua e engomada. [...].[422:629]

COGÚLA. Vestuário monacal com mangas, espécie de túnica larga dos religiosos. [...].[422:267]

CUCULA. Veste sacerdotal; é a última que o sacerdote veste para dizer a missa. — Hoje geralmente chama-se Casula. Vid. Cogula.[422:652] [sem alusão ao luto].

DESENLUTAR. Tirar o luto. — Desenlutar-se. Despir, depor o luto. [...].[422:872]

ENLUTAR. Cobrir de luto. §§§§ — Dar ocasião de luto com morte; entristecer, fazer lutuoso. [...].
— Dar ocasião de luto com morte; entristecer, fazer lutuoso. [...].
— Enlutar-se. Cobrir-se de luto. [...].[423:154]

ESCUMILHA. [...]. *— Lençaria muito fina, rala e transparente, usada nos mantos de cavaleiros, véus, capelos, etc*.[423:288] [sem alusão específica ao luto].

FUMO. [...]. *— Tecido de seda preta, crua, mui transparente; é mais conhecida pelo nome de* escumilha. [...].[423:793] [sem alusão específica ao luto].

LOBA. [...]. 2) *LOBA. Vestido rojante antigo. — Vestido escolástico antigo: compõe-se de túnica aberta, sobreposta por diante, sem mangas, e de uma capa talar;* [...].
— Vestido antigo de luto. [...].[423:1330]

LUTO. Vestido preto que se traz por morte de alguém, para mostrar dor, mágoa, sentimento.
— Tomar *luto; andar de luto;* [...]. — Luto *pesado; luto aliviado.* [...].[423:1346]

LUTUOSO, OSA, [...]. *Coberto de luto; triste, fúnebre, funesto.* [...].

— Lutuoso, Lúgubre, Fúnebre. *Lutuoso acrescenta a ideia de luto e prato às ideias comuns de tristeza e de sentimento.* Fúnebre*, é tudo o que diz respeito ao funeral, ao aparato da sepultura, às exéquias dos defuntos, etc.* [...].[423:1346]

MONGIL. Hábito talar sem mangas ou de mandas perdidas.[424:301] [sem alusão ao luto].

MORTALHA. Pano ou vestido em que vai envolto o cadáver para ser inumado. [...].[424:322]

SACO. Vaso feito de pano ou de couro, de três peças rectangulares cosidas de três lados; [...].
— Hábito fúnebre ou penitente.
— Vestir-se de *saco ou cilício; vestir-se de luto, de pano vil e áspero, mui chegado e apertado ao corpo.* [...].[425:369]

SUDÁRIO. O pano de alimpar o suor. [...].
— O santo *sudário; aquele pano em que se representa a figura de Cristo ferido e atormentado, e se mostra nos sermões de sexta-feira de Paixão.*[425:621]

VASO. Vasilha, peça côncava de metal, vidro, barro, etc. [...].
—Figuradamente: Tudo o que é capaz para ter em si alguma cousa.
— O negro *vaso; a sepultura, a urna, o túmulo.* [...].

2.) VASO. Lençaria ou droga grossa, escura e vil, como o burel, e que servia de vestir nos lutos, etc.[425:885]

Vários outros verbetes são relevantes para o tema que estamos a tratar, entre os quais:

ALIVIAR, (Da baixa latinidade alleviare*;* [...]). *No sentido próprio: fazer leve, diminuir o peso;* [...].
— Loc.: Aliviar o luto, vestir roupas de outra cor juntamente com os trajos pretos; usa-se depois de seis meses na morte de pai ou mãe. [...].[421:316]

AMORTALHADEIRA. Mulher que tem por ofício amortalhar os defuntos.= Usado na linguagem popular.[421:383]

AMORTALHADOR. O que amortalha;- nome usado nos hospitais. [...].[421:383]

AMORTALHAR. Vestir o corpo do defunto com uma mortalha ou lençol, hábito de irmandade ou qualquer outra cousa que o envolva para ser lançado na sepultura.
— Amortalhar-se. Rebuçar-se, envolver-se no burel da penitência, viver em luto. [...].[421:383]

ANOJAMENTO. Pesar, desgosto, tristeza; luto, nojo por morte de algum parente muito próximo ou de amigo muito íntimo. Enfado, sentimento, dissabor. [...].[421:436]

ANOJAR. No sentido próprio, molestar, causar mal. — Extensivamente: enfadar, desgostar.
— Figuradamente: enlutar, praticar cerimónias fúnebres. [...].[421:436]

ANÔJO. No sentido primitivo, doença, moléstia. — Extensivamente: enfado, desgosto, pesar, aborrecimento, agastamento. — No sentido figurado, Luto pela morte de parente chegado ou muito amigo. [...].[421:436]

CAMPA 1) (De campo, segundo toda a aparência; mas o desenvolvimento de significação é obscuríssimo). Lousa, pedra à superfície da sepultura. [...].[422:67]

CAMPA 2) Sino pequeno para sinais de aviso em comunidades. [...]. *— A campa* tangida*, ao som da campa. —* Dar de *campa, loc. ant., tocar a rebate; repicar o sino de vigia*.[422:67]

CARPIDEIRA. Mulher mercenária que ia antigamente a casa onde tinha morrido alguém, e no enterro, prantear e carpir-se.[422:118]

CARPIDO. Part. Pass. *de Carpir. Arrancado. — Cabelo* carpido.[422:118]

CARPIR. Arrancar. Restrito no uso apenas a alguns casos, como: carpir a monda*, que nasce nos semeados, o cabelo da cabeça, da barba.* [...]. *— Por extensão, lacerar as faces por ocasião de dor, luto, desonra, etc. — Figuradamente: Lamentar. — Carpir alguém. — Carpir os mortos*.

— *Carpir-se. Arrancar os próprios cabelos, lacerar as próprias faces em sinal de dor, vergonha, desonra, etc.* [...].[422:119]

CENOTÁFIO. Túmulo vazio, erigido a um morto de que se não tem o corpo. [...].[422:166]

COVEIRO. O que abre covas ou sepulturas nas igrejas e cemitérios.[422:615]

DEPENAR. *Tirar, arrancar as penas a uma ave.*

— *Figuradamente: Depenar* as barbas a alguém*.*

— *Depenar a cabeça, arrancar os cabelos um a um.*

— *Carpir por luto, dor.* [...].[422:776]

DESANOJAR. Fazer cessar a paixão, a cólera, desagastar, desenfadar, aliviar o nojo, o luto, o sentimento causado por males, calamidade. [...].[422:805]

ENDECHA. Canção triste e lamentosa.

— *Espécie de poesia fúnebre composta de substâncias de quatro versos, cada um de seis s sete sílabas*.[423:127]

ENTERRADOR. [...]. *O que enterra os cadáveres; coveiro*.[423:176]

ENTERRAMENTO. [...]. *O acto de enterrar ou levar a enterrar*.[423:176]

ENTERRAR. Meter debaixo da terra, soterrar, subterrar. [...].

— *Dar, levar à sepultura os cadáveres; sepultar.* [...].[423:176]

ENTERRO. Acção e efeito de enterrar os cadáveres.

— *Exéquia, funeral; cerimónia religiosa que tem lugar na igreja antes ou depois do cadáver ser sepultado.*

— *A pompa fúnebre e acompanhamento que vai com o cadáver.* [...].

— *Antigamente: Sepultura, jazigo, lugar onde se enterravam os defuntos*.[423:176]

EXÉQUIAS. (Do latim exequiæ*). Honras funerais.*

FÚNEBRE. Que diz respeito a exéquias, a funerais. — Oração *fúnebre; oração em louvor de algum defunto.*

— As pompas *fúnebres; administração de pessoas que se encarregam de prover a tudo o que diz respeito aos funerais.* [...].

— Toques *fúnebres; toques que inspiram tristeza.*

— Cama *fúnebre; o leito onde alguém está morto*.[423:803]

FUNERAL. Que diz respeito a funerais, exéquias. [...].

2) FUNERAL. Cerimónia dos enterros pomposos.

— Fazer *o funeral, fazer os ofícios do enterro.* [...].[423:803]

LOITO. Termo antiquado. Luto, tristeza, dó. Vid. Luto.[423:1336]

LÚGUBRE. Que é sinal de luto.— Véu, crepe, vestuário lúgubre. [...].[423:1350]

NOJO. Dano, mal. [...].

— *Dó, luto.* [...].[424:450]

PRANTEADEIRA. Choradeira, carpideira, a que acompanha os enterros por paga.[424:882]

PRANTEADOR. O que lamenta ou faz pranto.[424:882]

PRANTO. Lamentação, gemidos, choro, soluços, suspiros. [...].[424:882] [não faz alusão específica ao luto, mas nos extractos refere a crónica de D. João II e a Década 2, de João de Barros, em que se fala de comportamentos de luto].

SAÍMENTO. Termo antiquado. Pompa fúnebre de pessoas enlutadas, que saíam a celebrar ou assistir aos funerais régios.[425:378]

SEPULCRAL. [...]. *De sepulcro, que respeita a sepulcro.* [...].[425:491]

SEPULCRÁRIO. Cemitério ou lugar destinado a enterrar cadáveres.[425:491]

SEPULCRO. Túmulo, sepultura ornada, monumento ordinariamente de pedra que se constrói levantando da terra para nele se meter o cadáver de alguma pessoa e fazer mais duradoura a sua memória. [...].[425:491]

SEPULTAR. Enterrar, inumar. Dar sepultura ou subterrar; recolher o cadáver ou os ossos na sepultura. [...].[425:491]

SEPULTURA. Inumação; acto e efeito de sepultar.

— *Cova, lugar onde se sepulta o cadáver; também se aplica à cova ou jazigo que encerra o cadáver.*

— *Dar sepultura; sepultar, enterrar, pôr em jazigo.* [...].[425:492]

A comparação da obra de Rafael Bluteau com a de Domingos Vieira permite-nos deduzir as variações de significados e por inferência de costumes, por vezes subtis, que se verificaram em cerca de século e meio.

Para se compreenderem melhor as subtilezas que por vezes existem entre certos vocábulos, é relevante fazermos alguns extractos da edição de 1874 do *Novo Dicionário de Sinónimos* de José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda (1802-1877):

Cenotáfio *tem entre nós a mesma significação que entre os gregos, cuja palavra é e significa monumento sepulcral erigido à memória de pessoa enterrada noutro lugar.* Sarcófago*, também palavra grega, significa sepulcro onde o cadáver foi posto e se consumiu.* Túmulo*, palavra latina, significa sepulcro levantado da terra, a que os nossos antigos chamaram* moimento*. Mausoléu* [...] *significa o monumento sepulcral magnífico, grandioso, de ostentação;* [...].[288:13]

Chorar *é derramar lágrimas* [...]. — Prantear *é soltar vozes queixosas, acaso acompanhadas de choro* [...].— Lamentar *e chorar com pranto continuado e gritos doridos.* Carpir-se *é queixar-se, lamentar-se, amesquinhar-se* [...].[288:13-4]

Enterro *significa geralmente a acção religiosa de enterrar os mortos, e a comitiva que acompanha o cadáver. Os nossos clássicos deram às vezes ao jazigo o nome de* enterro*.* Saimento *significa a pompa fúnebre dos que saem a celebrar funerais de príncipes e pessoas de alta dignidade, e também as exéquias solenes que se fazem nos aniversários.* Enterramento *designa o acto de levar a enterrar, e de enterrar.* Funeral *indica a pompa fúnebre com que se faz o enterro.* Exéquias *são as honras fúnebres que se prestam ao defunto, compreendendo todos os actos desde casa à igreja, e da igreja ao cemitério, e bem assim o ofício fúnebre e cerimónias religiosas que se celebram com pompa na igreja*.[288:22]

Luctuoso *é o que causa profunda tristeza, luto.* Lúgubre *é o que indica dor, sentimento.* Fúnebre *é o que respeita ao funeral, ao aparato das exéquias, da sepultura. A morte de um príncipe justo é um acontecimento* lutuoso*. As demonstrações feitas por tal motivo são* lúgubres. *A pompa das cerimónias com que é dado à sepultura é* fúnebre.[288:38]

Desde as obras de Vieira e de Lacerda até à actualidade, o luto foi-se tornando mais privado, mais moderado e menos exuberante.

• Evolução do fumo.

Não se sabe exactamente o que antigamente seria o *fumo*, por vezes também designado por *escumilha* ou por *crepe*. Sobre o assunto, Almeida Garrett (1799-1854), no seu poema *Camões*,, de 1825, cujo tema é a composição e publicação dos *Lusíadas*, tenta dar uma explicação. No início do Canto II constam as estrofes (*sic*):

Que sons descompassados troa o bronze

Nas torres do mosteiro? Que ais carpidos,
Que agudos uivos desgrenhadas gritam
Essas mulheres pálidas? — Que fúnebres
Alas são essas de homens todos luto,
De escuro vaso e longo dó vestidos?[270:31]

Em nota a *De escuro vaso e longo dó vestidos* o autor explica o seguinte:

> *Que estofos estes fossem de vaso e dó ou luto e vaso, que é o mesmo, não é fácil dizer hoje ao certo. Conjecturo que vaso seria porventura o que agora chamamos fumo, raro e vazado tecido, emblema de tristeza e luto, que se traz no chapéu e espada, e que também no chapéu antigamente se trazia, mas tão comprido e arrastado que descia dos talares, como ainda agora se observa nos funerais dos nossos reis, etc.*[270:205]

Nos primeiros dicionários impressos em Portugal, de português e latim, o vocábulo *fumo* e outros termos correlatos aparecem de forma algo dúbia, como acontece no de Jerónimo Cardoso de 1562: *fumo. fumus*[202:f63]. Como já referimos, a primeira vez que o vocábulo *fumo* aparece claramente com o significado de luto, é no *Vocabulário* de Rafael Bluteau, no volume publicado em 1713, em que se diz que o *fumo* é o *tecido de seda crua muito fino, que nas mangas e nos chapéus se traz em ocasião de luto*[165:f229].

Muitos dos dicionários posteriores incluem o verbete *Fumo*. Apenas a título de exemplo, António Maria do Couto (1778-1843), no seu dicionário de 1842, define-o como:

> *FUMO,* [...]. *ló* [tecido fino]*, volante preto, raro e feito de seda; sinal de dó ou luto que se traz no braço, chapéu e espada.* [...].[229:162]

Também Eduardo de Faria (1823-*c.*1860), no *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, de 1849, inclui:

> *FUMO,* [...]; *gaze negra transparente ou tecido de seda crua muito fino, que se traz no chapéu, no braço, na espada, etc. em ocasião de luto*[249:62]*.*

De igual modo, como já acima referimos, Domingos Vieira (1775-1857), no *Thesouro da Lingua Portugueza*, de 1873, integra esta acepção no verbete *Fumo*, e contempla também os vocábulos *escumilha* e *crepe* (embora, nestes, sem alusão ao luto).

Curioso é o que se diz sobre *fumo* no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Morais Silva (1755-1824), publicado em 1789 (ainda atribuído também a Bluteau, que tinha falecido em 1734), que inclui também *crepe* e *escumilha*, embora nestes não faça também alusão ao luto:

> *CREPE, pano mui leve, mais transparente que filele, feito de seda crua e engomado.* [...].[172:346]
>
> *ESCUMILHA,* [...]. § *Lançaria mui fina, rara e transparente.* [...].[172:538]
>
> *FUMO* [...]. *§ Tecido de seda preta crua que se traz por luto; é mui raro.* [...].[172:642]

É um tanto inusitado que, nessa altura, se diga que o uso de fumo era já *mui raro*, porquanto o *fumo* no braço e/ou na lapela do casaco era manifestação normativa de luto ainda no início da segunda metade do século XX. A explicação dessa aparente contradição radica, possivelmente, no conceito de *fumo*, que nos séculos XVI e XVII era uma faixa preta que se usava pendente do chapéu e da espada, que por vezes era muito longa.

Com efeito, em tempos anteriores, o fumo era uma manifestação exuberante de luto, constituindo uma faixa negra bastante longa que, caindo do chapéu, chegava aos pés. Nesses tempos recuados, embora já sem a exuberância comportamental medieva, as normas de luto eram pesadas. Tomemos

como exemplo a Carta Régia de 6 de Novembro de 1653 em que a Rainha (Luísa de Gusmão) comunica à Câmara do Rio de Janeiro a morte de El-Rei D. João IV. Diz-se aí o seguinte:

> [...] *hoje, que se contam 6 do corrente, foi Deus servido levar para si a El-Rei meu senhor* [...] *e nomeou-me por Regente e Governadora enquanto dura a menoridade do Príncipe D. Afonso.* [...] *logo que a receberdes* [esta carta] *façais as demonstrações de sentimentos costumados em semelhantes acções. O luto que se há-de trazer por todos os vassalos deste Reino, hão-de ser capuzes cortados de baeta grossa, e quando não haja, de outra virada do avesso; e os que tiverem possibilidade, com carapuças, e os mais a este semelhear suas mulheres. Os peões terão pelo menos carapuças de baeta, e as mulheres mantilhas tintas de negro; os capuzes se poderão aliviar passados seis meses, e o luto se aliviará passado um ano, e durará aliviado por outro ano mais* [...].[293:267-268]

A partir de finais do século XVIII havia mesmo publicações, verdadeiros manuais de etiqueta, em que inclusivamente se estipulava a forma de trajar quando se estava de luto. Um dos primeiros, originalmente publicado em 1786, foi *Escola de Politica ou Tratado Prático da Civilidade Portugueza*, de João de N. Senhora da Porta Siqueira (?-1797), em que se estabelecia que:

> [À mesa] *Toda a pessoa que for convidada para algum festejo ou banquete de cerimónia, deve apresentar-se cheio de agrado* [...]. *Se estão de luto pesado, o aliviam, indo de vestido preto com fivelas, e espadim branco, e sem fumo no chapéu; se estão de luto aliviado, o vestido deve ser de seda preta ou veludo, conforme a estação, e os cabos brancos.* [...].[388:118]
>
> Vestidos de luto*. Sendo luto que chamamos pesado, costumam os Cortesãos mais polidos trazer casaca, calções, e vestia de lemiste* [pano preto, fino, de lã] *ou crepe, etc. segundo o tempo (nunca de seda) com botões do mesmo;* […] *espadim, fivelas pretas, e fumo no chapéu, de sorte que, dada a laçada no canto esquerdo do chapéu, e levantando depois para cima as pontas que pendem, fique sempre algum tanto pendurado. Traz-se luto de seis meses, diz a Pragmática, pelas Pessoas Reais, pela própria mulher, por Pais, Avós, Bisavós, por Filhos, Netos e Bisnetos; quatro por Sogro, ou Sogra, Genro, ou Nora, Irmãos e Cunhados; dois meses por Tios, Sobrinhos, Primos co-irmãos; quinze dias pelos parentes mais remotos. Contudo não é rigoroso senão a metade do tempo que se prescreve, e na outra aliviado; isto é, que já então se podem trazer casacas de cor com forros e abotoaduras pretas, e os cabos brancos (que vêm a ser fivelas, e espadim branco), e levantar o fumo mais para dentro do chapéu.* [...].[388:176-7]

Não obstante a tendência para uma certa minimização das expressões de luto, o processo normativo associado, integrado numa cultura de aparências, estava bem regulado no século XIX. Embora, em finais do século precedente, a aludida *Escola de Política* recomendasse ainda o uso do *fumo no chapéu*, em 1789, António de Morais Silva considerava, como já referimos, que o fumo era já *mui raro*, referindo-se por certo ao fumo caído do chapéu. A tendência era para este ser aligeirado, reduzindo-se a uma faixa preta na manga do casaco.

Todavia, no início do século XIX, em certas circunstâncias, o *fumo caído* era ainda preconizado. Exemplo disso foi o já referido *Bando* (proclamação, anúncio público) emitido aquando do falecimento da rainha D. Maria I, a 20 de Março de 1816. Como é sabido, a rainha, devido a doença mental, não governava desde 1792, actuando como regente do reino seu filho mais velho, que ascendeu ao poder com o nome de D. João VI. Como também é sabido, a rainha vivia, desde 1808, no Brasil, tendo morrido no Rio de Janeiro, no Convento do Carmo. Na época as comunicações eram bastante morosas: o principal jornal português, a *Gazeta de Lisboa*, apenas deu a infausta notícia a 15 de Julho[35]. A 20 de Julho, esse periódico publicou um extracto do *Bando* sobre o falecimento da rainha em que se lê:

> [...] *em virtude das Reais determinações deve o luto durar um ano, seis meses rigoroso, e seis aliviado, não obstante o Cap. 17 da Pragmática de 24 de Maio de 1749, tendo princípio a 14 do corrente. Ninguém ignora que o luto pelos nossos soberanos, quanto à sua forma, é o mesmo que pelos pais, pois eles o são realmente de toda esta fidelíssima Nação; por isso não deve causar embaraço a fórmula do Bando, que se conforma com os usos antigos de vestir: as pessoas pobres, que não puderem pôr o luto completo, devem ao menos pôr um sinal dele, como fumo, ou cousa semelhante.* [...] *e faltando alguém ao referido, será multado em 2 000 réis para a Fazenda da Cidade.*[36]

Portanto, embora fosse recomendado o *luto completo*, era aceitável que quem o não pudesse ter, como as *pessoas pobres,* pusessem apenas *um sinal dele, como fumo,* que seria já, possivelmente, a tarja negra no braço. Todavia, o mesmo não acontecia nas cerimónias oficiais, como também noticia a *Gazeta de Lisboa*:

> *Tendo-se destinado o dia de ontem, Sábado 20 do corrente, para se praticar o solene e fúnebre acto de quebrar os Escudos pelo falecimento da nossa Augusta Soberana, a Senhora D. Maria Primeira, congregaram-se logo pela manhã na Sala do Senado da Câmara desta Cidade, tanto os Membros do mesmo Tribunal, como os Ministros dos Bairros a eles adictos, e as mais pessoas que deviam fazer parte do Cortejo, vestidos de carregado luto, com Capas compridas, Chapéus desabados, e Fumos caídos*.[37]

Com efeito, nessa altura, exceptuando situações de grande formalidade, a longa fita preta pendente do chapéu tinha já sido substituída pelo fumo na acepção contemporânea, ou seja, a pequena faixa preta usada na lapela e/ou no braço do casaco. Num outro número da *Gazeta de Lisboa*, do mesmo ano de 1816, numa notícia proveniente de Paris com data de 16 de Outubro, pode ler-se:

> *Paris, 16 de Outubro. As exéquias determinadas em memória da nossa malfadada Rainha celebraram-se hoje, com toda a pompa conveniente, em todas as Igrejas de Paris* [...]. *Toda a Casa Real se vestiu de luto, e os Militares da Guarda, etc. puseram fumo no braço*.[38]

Esse aligeiramento das manifestações de luto nessa altura está expresso em muitas publicações da época. Daremos apenas mais um exemplo, este da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em que há uma notícia emanada de Paris a 28 de Janeiro de 1819, em que se diz:

> *Paris, 23 de Janeiro. A presença de um inglês, príncipe de sangue, à Solene cerimónia celebrada na Igreja de S. Dinis em memória de Luís XVI, ofereceu uma particularidade interessante* [...]. *O Príncipe trazia por luto calças pretas e fumo no braço, e parecia profundamente melancólico enquanto se leu o testamento piedoso.* [...].[39]

Em muitos casos, o uso do fumo era regulamentado. Referimos, apenas como exemplo, o regulamento sobre os uniformes dos empregados dos serviços telégrafo-postais, de 1893, em que consta o seguinte:

> [...]. *Os empregados de todas as categorias usarão por luto nacional um fumo no braço esquerdo, colocado por cima do cotovelo no luto pesado, e junto ao canhão no luto aliviado. Por luto de família usarão dos mesmos fumos.* [...].[59]

As manifestações de luto, designadamente a dimensão do *fumo*, foram-se tornando menos vistosos, mas outros hábitos correlatos, mais ou menos violentos em termos comportamentais, que incluíam a exibição exuberante dos prantos e das lamentações, persistiram ainda durante muito tempo, em especial nas aldeias. Era o caso das *carpideiras*, que embora bastante criticado e mesmo interditado nalguns lugares, como em Lisboa, onde foi proibido em 1385 por postura da Câmara, continuaram a ser usadas no meio rural até ao século XX já avançado. Iam, normalmente, com a saia pela cabeça,

o que corresponderia ao antigo sinal de luto constituído pelo vaso ou capuz medieval[176:203], com a expectativa de receberem algum pagamento. Leite de Vasconcelos (1858-1941), escrevendo em 1882,, reconhecia que *o costume das choradeiras* [carpideiras] *está actualmente decadente*, mas informava que:

> *Na freguesia do Suajo (Arcos) costumam ir as carpideiras, mulheres com saia pela cabeça, a chorar ao pé do morto, para o que recebem uma posta de bacalhau, um vintém de pão, e vinho ou dinheiro correspondente a um quartilho.*[401:245]

Como dissemos, este e outros costumes persistiram em muitas aldeias do mundo rural português até meados do século XX.

Actualmente, o luto, ou seja, a desgosto provocado pela morte de algum familiar ou amigo, é um sentimento cada vez mais vivenciado em privado, sendo já poucas as suas manifestações exteriores e públicas, tendo-se também reduzido o léxico associado, de tal modo que são já raros os que sabem o que era, antigamente, o *fumo*.

XXIV

Gasómetros de acetileno.

Figura 72 – Gasómetros de acetileno.

• Intróito.

Nas cálidas noites de início de Agosto, quando, por entre a escuridão dominante que tudo absorvia, nos dirigíamos para a "festa", ao aproximarmo-nos da igreja íamo-nos apercebendo que o negrume começava a ser quebrado por uma ligeira claridade que progressivamente se ia intensificando, acompanhada por um odor peculiar: o cheiro do acetileno.

Nas minhas memórias de meados do século passado, na festa da aldeia havia já luz eléctrica. O fornecimento público de electricidade chegou bastante tarde ao povoado, já na década de 60, pelo que, normalmente, para iluminação, se usavam as luminárias tradicionais: em especial candeeiros a petróleo, por vezes *petromaxes*, e, sobretudo os mais velhos, candeias de azeite. Junto à igreja a

situação mudava por ocasião dos festejos do santo padroeiro, São Domingos. A comissão de festas contratava uma empresa que, com motor a petróleo ou a gasolina, gerava a energia eléctrica necessária para o sistema sonoro, para decoração da fachada da igreja com luzes coloridas e para iluminação da parte central do arraial. Desse modo, as "tendas" no arraial tinham também iluminação eléctrica. Porém, as que estavam um pouco mais afastadas, recorriam a pequenos gasómetros de acetileno para terem iluminação.

O acetileno foi descoberto em 1836 pelo químico britânico Edmund Davy (1785-1857), que reconheceu que, sendo esse novo gás *altamente inflamável e, quando aceso, em contacto com o ar, queima com uma chama brilhante*, poderia, se pudesse ser obtido a baixo custo, ser *adequado para produzir luz artificial*[236]. Todavia, sem forma de o produzir a baixo custo, o novo gás, sem nome, não teve quaisquer aplicações práticas.

O novo gás viria a ser redescoberto em 1860 pelo químico francês Marcellin Berthelot (1827-1907), que o designou por *acetileno ou quadricarboneto de hidrogénio*, atribuindo-lhe a fórmula C_4H_2, pois que, na altura, se atribuía geralmente ao carbono o peso atómico 6. Este viria depois a ser fixado em 12, fazendo com que a fórmula do acetileno passasse a ser C_2H_2. Descreveu-o como um *gás incolor, bastante solúvel em água, dotado de odor desagradável e característico; queima com uma chama muito iluminadora e fuliginosa*[158]*.*

No entanto, devido ao elevado preço de produção, o gás continuou, na prática, a não ser utilizado. Já próximo do final do século XIX, dois químicos, o francês Henry Moisson e o canadiano Thomas L. Wilson, de forma independente, descobriram forma de produzir carboneto de cálcio em forno eléctrico a arco. Estava aberta a via da produção barata do acetileno.

Na base deste tipo de iluminação está o chamado *carbureto* (carboneto de cálcio), um composto não natural que é obtido pela calcinação a altas temperaturas (cerca de 2 000ºC) de cal e carvão:

$$CaO + 3C \rightarrow CaC_2 + CO$$

Quando ao *carbureto* se junta água, dá-se uma reacção em que é libertado acetileno:

$$CaC_2 + 2H_2O \rightarrow Ca(OH)_2 + C_2H_2$$

Rapidamente surgiram aparelhos baratos que permitiam produzir acetileno para iluminação. Eram basicamente constituídos por dois recipientes sobrepostos, que enroscavam um no outro e tinham geralmente uma anilha de borracha vedante. O recipiente superior continha água, a qual, por uma pequena torneira ou válvula regulável, ia pingando no recipiente inferior, onde estavam pedras de *carbureto*. O acetileno assim gerado saía por um bico. Sendo inflamado, produzia uma luz intensa, brilhante e branca. Regulando a torneira, produzia-se uma luz mais forte ou mais fraca. Em geral, tais equipamentos tinham também, junto à chama, um reflector, e na parte superior uma pega que facilitava o transporte ou a colocação num suporte elevado (figura 72).

Como esses aparelhos, chamados gasómetros de acetileno, não eram difíceis de construir, rapidamente apareceram em Portugal latoeiros que os produziam. Refere-se, apenas de forma exemplificativa, Claudino Tavares de Azevedo, de Cesar, em Oliveira de Azeméis, de que apresentamos uma folha do catálogo de 1927 em que se anunciavam *gasómetros para parede e para mesa* (figura 73). É de relevar que esta empresa, além de fabricar muitos outros utensílios (bacias, alguidares, braseiras, lavatórios, regadores, funis, etc.) em folha de flandres, em zinco, em chapa zincada, em latão e em cobre, se dedicava também à iluminação de festas com gasómetros de acetileno.

Normalmente, a iluminação com acetileno era feita com pequenos gasómetros portáteis, os quais tinham a vantagem de não carecer de grandes instalações de produção do gás, nem de canalizações. Porém, por vezes, em casos especiais, recorria-se a gasómetros fixos ligados a pequenas redes para

se fazer a iluminação de uma grande casa ou, mesmo, de uma vila. Exemplo disso foi Carrazeda de Anciães que, logo no Fevereiro de 1902, celebrou contracto com Manoel Fernandes Pinto para fornecimento de gás acetileno para iluminação daquela vila, o qual foi aprovado por Decreto do Ministério dos Negócios do Reino de 12 de Julho de 1902[63].

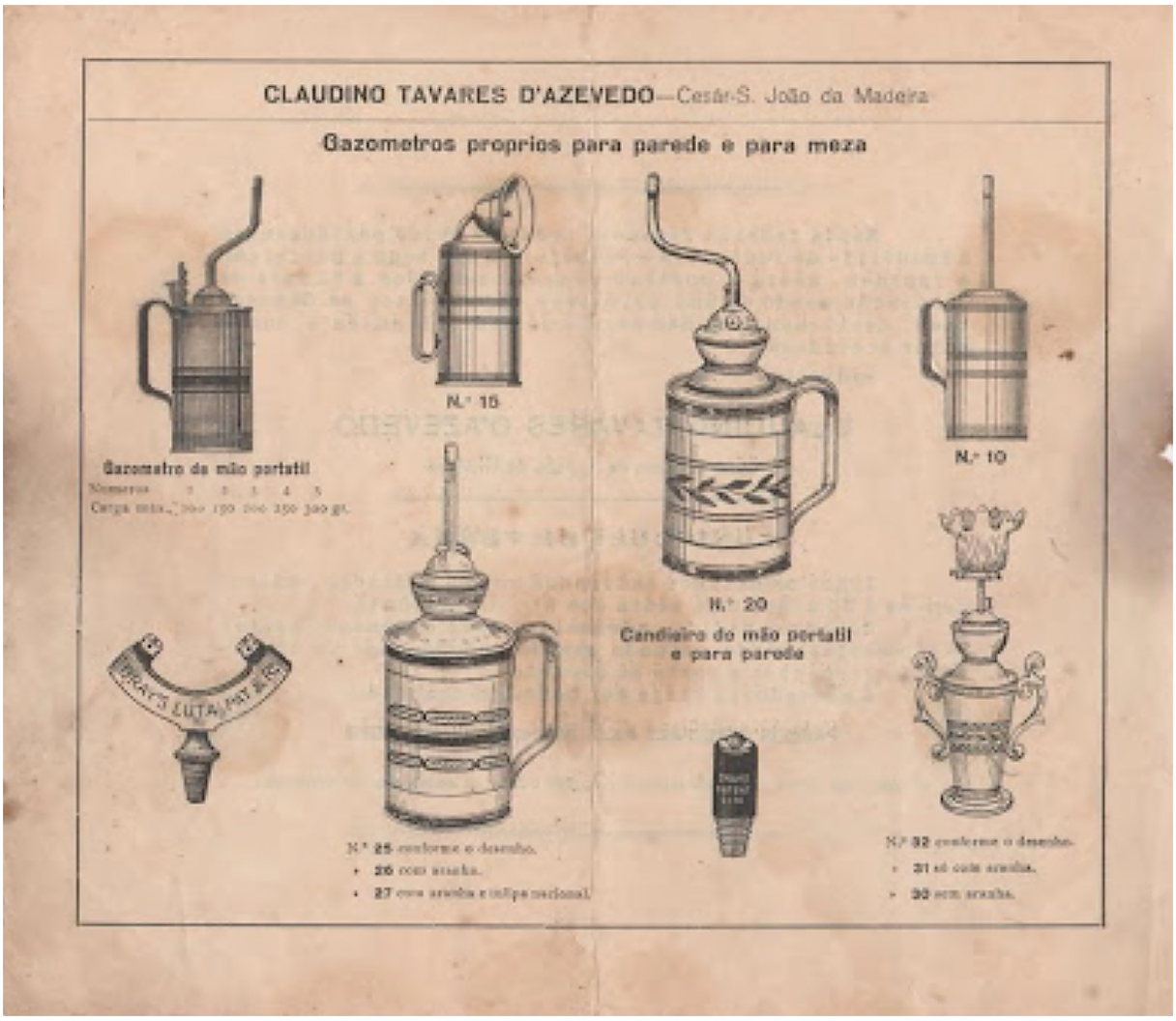
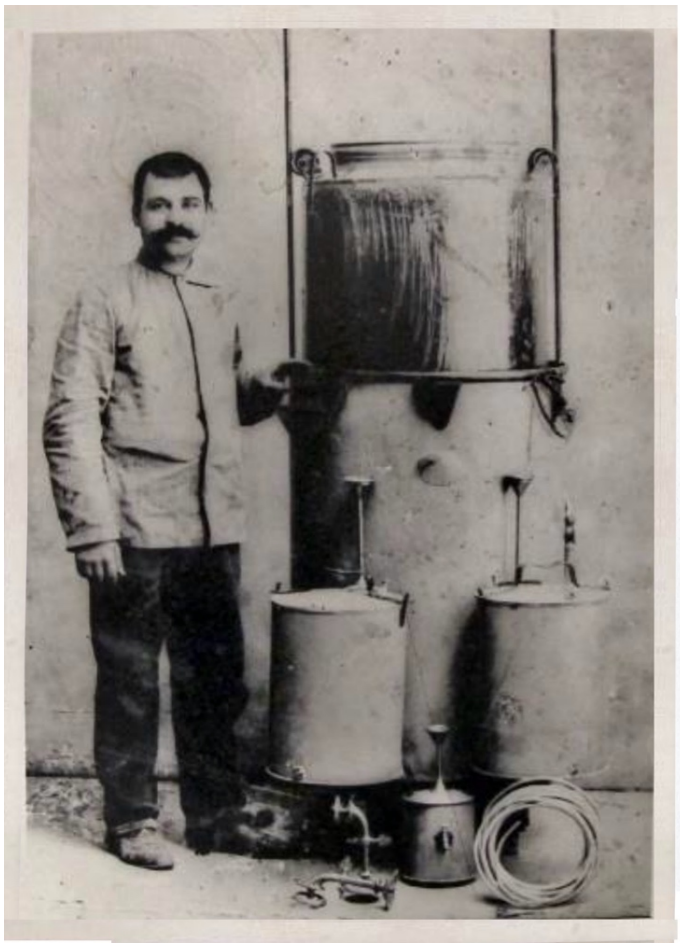


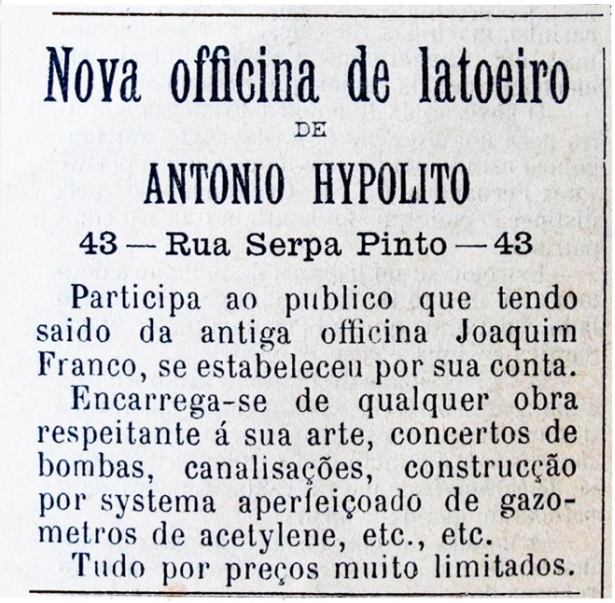
Figura 73 – Página do catálogo de 1927 de Claudino Tavares de Azevedo com anúncio a gasómetros de acetileno para parede e para mesa.

Nas décadas iniciais do século XX, embora enfrentando a concorrência dos óleos animais e vegetais (que estavam em franca regressão), do petróleo e da electricidade (em grande expansão), redes de iluminação pública a acetileno foram instaladas, entre o início do século XX e a década de 20, em muitas povoações, como, entre outras, em Penafiel, Almeirim, Luso, Aveiro, Bucelas, Azambuja, Silves, Rio Maior, Grândola, Figueiró dos Vinhos, Caldas de Monchique, Grândola e Almodôvar[225:183]. Como é evidente, para essas utilizações não individuais, eram necessários gasómetros de acetileno mais complexos e bastante maiores, cuja construção não estava ao alcance dos latoeiros e funileiros que faziam os pequenos equipamentos individuais.

Foi neste sector da iluminação por acetileno que começou a actuar o jovem latoeiro António Hipólito (1882-1954) , que em 1902 se tinha estabelecido por conta própria em Torres Vedras. Logo em Agosto de 1902 publicou, no semanário *Folha de Torres Vedras*, um anúncio em que publicitava, entre outros artigos, a *construção por sistema aperfeiçoado de gasómetros de acetileno„* anúncio

esse que foi sendo repetidamente publicado até Novembro desse ano[242:71]. Em 1904 fez-se mesmo fotografar junto do primeiro grande equipamento deste tipo que construiu (figura 74). O país deixou assim de estar na dependência de equipamentos importados. Por não ser esse o nosso objectivo, não aprofundaremos mais o assunto dos grandes gasómetros de acetileno, nem sequer a concorrência que sofreu, nas primeiras quatro décadas do século XX, do chamado petróleo iluminante, que começou a ser comercializado em Portugal pela *Vacuum Oil Company*.





Nova officina de latoeiro

DE

ANTONIO HYPOLITO

43 — Rua Serpa Pinto — 43

Participa ao publico que tendo saido da antiga officina Joaquim Franco, se estabeleceu por sua conta.

Encarrega-se de qualquer obra respeitante á sua arte, concertos de bombas, canalisações, construcção por systema aperfeiçoado de gazometros de acetylene, etc., etc.

Tudo por preços muito limitados.

Figura 74 – António Hipólito junto do primeiro gasómetro de acetileno que fabricou em 1904 e anúncio que publicou no semanário *Folha de Torres Vedras* entre Agosto e Novembro de 1902.

Pela mesma razão não aprofundaremos a utilização dos pequenos gasómetros individuais de acetileno utilizados pelos mineiros, o que, nas minas de carvão, onde, por vezes, havia metano, constituía sério perigo de provocar explosões (o que aconteceu com certa frequência). No entanto, as *lâmpadas de carbureto* continuaram a ser extensivamente usadas pelos mineiros em minas onde a presença de metano era improvável (como nas de cobre e de estanho).

• Acetileno nos dicionários e na literatura.

Tanto quanto pudemos averiguar, o termo *acetileno* (então grafado como *acetylene*) foi dicionarizado em 1899 na edição original do dicionário de Cândido de Figueiredo (1846-1925), onde consta o verbete:

> *Acetileno, gás que se obtém pelo carbureto de cálcio e que começa agora a aplicar-se à iluminação.*[256:17]

Consta aí também o verbete *carbureto*:

Carbureto, corpo produzido pela união do carbono com metalóides ou metais. (Palavra afrancesada, do fr. Carbure*; seria preferível* carboneto*, de* carbono*).*[256:252]

Figura 75 – Anúncios do princípio do século XX que incluem instalações de acetileno. Esquerda: publicado na revista *Serões* de Abril de 1901. Direita: publicado no jornal *Resistência* n.º 1 334, de 6 de Agosto de 1908.

Acetylene era então palavra nova, como Cândido de Figueiredo faz questão de realçar no prefácio da obra, a que chamou *Conversação Preliminar*, excerto que apresentamos com a ortografia da época:

> [...]. *Procurei não omittir os mais recentes descobrimentos em qualquer esphera da actividade humana — o* cinematographo*, a* icérya*, o* radioscópio*, a melinite, o* acetylene *e tantíssimos outros.* [...].[256:xii]

Todavia, o acetileno já era referido em Portugal cerca de um quarto de século antes. Por exemplo, em 1873, a *Revista de Obras Públicas e Minas* publicou em curto artigo sobre a eliminação do sulfureto de carbono no gás que era utilizado para iluminação:

> *O sr. Harcourt, fazendo passar uma mistura de hidrogénio e bissulfureto de carbono no estado de vapor através de um tubo aquecido ao rubro, achou que o sulfureto de carbono tinha sido decomposto, e que se tinha formado sulfídrico. Deste modo, é possível eliminar o sulfureto de carbono que contém o gás de iluminação e cuja presença é tão nociva, enquanto que o sulfureto de hidrogénio facilmente é retido nos depuradores de óxido de ferro.* [...].
>
> *Julgava se que a passagem do gás por um tubo aquecido a uma temperatura tão elevada que lhe diminuísse a suas propriedades a iluminantes, mas o sr. Harcourt diz ter achado o contrário, pois fez passar rapidamente uma corrente de gás, cujo poder luminoso correspondia a 14,91 velas, por um tubo a temperatura do rubro escuro, resultando que, depois da passagem do gás pelo tubo, o seu poder luminoso tinha passado a corresponder a 15,1 velas. Fazendo passar o gás por um tubo cuja temperatura dava cor rubra brilhante, o poder luminoso do mesmo gás passou a ser equivalente a 16,6 velas.*

Um caso análogo se apresenta quando se decompõe o gás dos pântanos [metano], *CH_4, em hidrogénio e carbono por meio do eudiómetro* [aparelho para medir variações de volume]*; o gás resultante o ocupa quase o dobro do volume primitivo e apresenta um poder luminoso muito superior àquele que possuía o primitivo gás dos pântanos, o que se atribui à presença do acetileno, C_2H_2, ou de qualquer outro corpo análogo.*[126]

Porém, estava-se ainda longe de se poder utilizar o acetileno na iluminação, produzido a partir do *carbureto*. Foi em finais do século XIX que a iluminação com acetileno se começou a divulgar em Portugal, e fê-lo rapidamente.

Em 1887, já Júlio de Castilho (1840-1919) escrevia sobre num dos seus livros sobre Lisboa:

Uma das coisas que mais influíram na metamorfose da Cidade inteira, foi a iluminação municipal. Hoje nem por longe avaliamos que enorme progresso desceu, de asas abertas, lá das regiões do possível, sobre a velha Lisboa dos mareantes, quando se acendeu uma noite o primeiro lampião! Da luz eléctrica, da acetilene, da gasolina, que estádio enorme retrospectivo não percorre o espírito, quando, a olhar para as sombras do passado, remonta aos lampiões de azeite! [...].[213:234]

A iluminação com acetilene divulgou-se rapidamente, sendo utilizada numa ampla variedade de situações. Logo em 1901, num artigo sobre prospecções arqueológicas, pode ler-se_

[...]. *No Serro do Algarve a caverna só deu vestígios de ocupação temporária em diversas épocas; e, contudo, ela era muito própria para habitação ou sepultura.*

A exploração, feita a rigor, à luz de lanternas de acetilene, abrangeu mais de dois terços da área da sala, e desceu até à rocha viva. Nenhuma camada estalagmítica foi encontrada. O solo era de terra vegetal, inteiramente seca, até ao fundo. [...].[232]

No mesmo ano, num artigo em que se faz a descrição do novo dirigível francês *Lebaudy II*, que se adaptava a *vários usos, principalmente para recreio e para guerra*, diz-se a certa altura:

[...]. *Além de aparelhos para a iluminação eléctrica, acrescentou-se um projector de acetilene, de um milhão de lâmpadas de força, que habilita o aeronauta a dirigir-se convenientemente comparando a zona iluminada com o mapa, e mostrando-lhe, nas baixas altitudes, todos os obstáculos a evitar.* [...].[127]

De certo modo, o acetilene fazia concorrência a outras formas de iluminação, nomeadamente ao petróleo, que estava a tentar impor-se no país, mas que tinham taxas aduaneiras diferenciadas. Em Janeiro de 1904, na apresentação, na Câmara dos Senhores Deputados, de uma proposta de Lei que visava a correcção da pauta de importação dos combustíveis, e em que se propunha que o *direito de importação e de produção do carboneto de cálcio* fosse *fixado em 75 réis por quilograma,* dizia-se:

[...] *com o fim de cortar a concorrência que já hoje grandemente prejudica as receitas do Tesouro, é elevada a tributação de outras substâncias usadas para iluminar* [além do petróleo]. *Além do álcool, o acetileno* [escrito *a acetylene*]*, à sombra de um direito insignificante pelo carboneto de cálcio, está fazendo uma poderosa concorrência ao petróleo, com manifesto prejuízo para as receitas publicas.* [...].[64:103]

Em 1906, Teixeira de Sousa referia também o assunto na Câmara dos Dignos Pares do Reino:

[...]. *A diminuição do consumo do petróleo é devida ao crescente desenvolvimento da iluminação pelo gás e pela electricidade, e principalmente ao extraordinário consumo que se está fazendo do carboneto de cálcio, o gás acetileno, que substitui o petróleo.*

> *A iluminação pelo gás acetileno está hoje espalhada pelo país, não havendo recanto de aldeia onde essa iluminação não seja usada, porque se torna muito mais barata do que a por meio do petróleo, visto o carboneto de cálcio pagar na Alfândega apenas o direito de 12 por cento* ad valorem *e o seu preço ser, por assim dizer, insignificante.* [...].[65:503]

Em condições normais, a iluminação com electricidade era mais cómoda e prática, nomeadamente nas cidades, mas exigia infra-estruturas mais ou menos pesadas para produzir energia, de que a que recorria ao acetilene não carecia.

Na altura, para tentar evitar a propagação de doenças infecto-contagiosas, fazia-se ainda vigilância apertada aos passageiros chegados por mar ao porto de Lisboa, que tinham de ir desinfestar roupas e bagagens ao Lazareto. Com raízes medievais, época em que foram construídos para combater a propagação da peste e da lepra, estes lugares de quarentena mantiveram-se activos até inícios do século XX, agora para controle de pessoas e bens provenientes de países onde grassavam epidemias. No porto de Lisboa ficou famoso o lazareto de Porto Brandão, na outra margem do Tejo, construído em 1869. Porém, tal tinha o grande inconveniente de se ter de atravessar o Tejo, pelo que, em 1901, na reestruturação dos serviços de saúde, foi decidido que os *serviços sanitários do porto de Lisboa* embora continuassem a *ser exercidos pela estação de saúde e pelo Lazareto,* teriam *como anexo um posto marítimo de desinfecção* que seria *instalado na margem direita do Tejo* (Art.º 240º)[61]. Assim, as instalações sanitárias do porto de Lisboa passaram a incluir, além do lazareto de Porto Brandão, o Lazareto Novo de Lisboa, destinado *às operações de desinfecção, à observação e isolamento quarentenário de pessoas, e à hospitalização de enfermos de moléstias pestilenciais,* de que faziam parte a Estação de Saúde do Bom Sucesso e um Posto Marítimo de Desinfecção em Alcântara, junto à Rocha do Conde de Óbidos. Este, inaugurado em Março de 1906, embora, durante o dia, tivesse energia eléctrica gerada por um motor do porto, não tinha a questão da iluminação completamente resolvida. Como referiu Adolfo Loureiro (1836-1911):

> [...]. *Entretanto o posto tinha algumas vezes de prolongar os seus serviços pelas primeiras horas da noite, ao mesmo tempo que as habitações dos funcionários, que nele residem, estavam sem iluminação, que não fosse por eles custeada com o uso do petróleo.*
>
> *Improvisaram-se, pois, nas oficinas da construção, alguns gasómetros portáteis para acetilene, e por este modo se iluminaram os armazéns e casas de despachos.*
>
> *Como, porém, fosse tardando o material eléctrico, foi-me indicada a necessidade de construir a rede completa de canalização para gás, ao mesmo tempo que se contratava com as companhias reunidas gás e electricidade* [...].[300:464]

O acetilene era a forma de iluminação a que, com frequência, recorriam os vendedores de feiras, não só nas aldeias, mas também em Lisboa, como está expresso numa crónica publicada em 1939:

> [...]. *O Rossio só me confrange uma vez por ano, justamente na época que atravessamos, quando em contraste com a sua* toilette *cada vez mais cuidada, ali tomba, em vésperas do Natal, a ronda soturna, o rosário deselegante e miserável dos vendedores de brinquedos «a dez tostões». É ver essa longa fila de homens e mulheres, aconchegadinhos uns aos outros, atrás de caixotes, ripas e cestos os mais heterogéneos, expondo à luz do acetilene seus mostruários segundo as fantasias mais desgraciosas, ou exibindo toda a quinquilharia a trouxe-mouxe, a celuloide e a lata colorida, comboios, rocas, automóveis, bonecos, apitos, tudo pequenino e modesto, produto duma indústria sem aspirações nem exigências. E tudo, tudo a dez tostões.* [...].[313]

A electricidade chegou tarde a muitas aldeias, pelo que a iluminação artificial era efectuada pelos métodos tradicionais (vela, candeias de azeite, etc.) ou recorrendo a meios mais modernos, como

o petróleo e o acetilene. Em 1946, ainda uma publicação do S.N.I. (Secretariado Nacional de Informação) referia o assunto:

> [...]. *A iluminação artificial das habitações durante a noite faz-se de diversos modos. Nas aldeias empregam-se as velas de estearina, os candeeiros de petróleo, a candeia de azeite, ou os pequenos gasómetros de acetilene. Todos esses meios fornecem uma luz escassa e bruxuleante que origina um cheiro desagradável pela combustão dos produtos empregados.* [...].[304:21]

Em 1908, em *A Estremadura Portugueza*, Alberto Pimentel (1849-1925) indicava várias povoações que, no início do século, recorriam a este tipo de iluminação, entre as quais:

> *Peniche é iluminada a petróleo, e o Club Recreativo, em cujo salão de baile podem dançar mais de 100 pares, iluminado a gás acetilene.*[440:337]
>
> *A iluminação pública* [na Nazaré] é *a acetilene e petróleo.* [440:415]
>
> *As ruas de Leiria são iluminadas a acetilene e as casas a petróleo ou acetilene.* [440:456]

Com o tempo, a energia eléctrica acabou por relegar a iluminação com acetilene para utilizações secundários, embora, durante muito tempo, continuasse ainda a ser usada na província (já para não falar dos mineiros). Esse tipo de iluminação continuou e continua a ser referida na literatura, essencialmente em obras cuja acção decorre na primeira metade do século XX. É o que se verifica com Vergílio Ferreira (1916-1996), que em *Manhã Submersa*, publicado em 1954, romance inspirado nos tempos em que, em finais da década de 20 e primeira metade da de 30, frequentou o seminário do Fundão, por várias vezes faz alusão à iluminação por acetilene. Por exemplo, no início do romance, no início do capítulo 2, acabado de entrar para o seminário, o protagonista estava deitado no dormitório e sonhava, até que foi acordado:

> [...]. *Aberta de liberdade, a minha aldeia reverdecia, na força da Primavera, pelos giestais da montanha, quando o gralhar ferino da sineta me acordou.*
>
> — Benedicamus domino — *clamou o Padre Tomás para o sono do salão.*
>
> — Deo gratias — *concordaram os mais velhos, já resignados pelo hábito.*
>
> *Abri os olhos para o enorme dormitório, iluminado já, implacavelmente, a bicos de acetilene. À pressa, todos os seminaristas enfiavam as calças, com pudor, dentro da cama. Custou-me a atinar com os canos, e acabei por vestir as calças ao contrário. Pelo que, à segunda tentativa, deitei fora a perna direita, para acertar o trabalho. Mas logo o Padre Tomás, surpreendendo o pecado do meu pé nu, me esmagou de respeito:*
>
> *— Menino! Seja decente!* [...].[254]

E mais à frente, no capítulo 6:

> [...]. *Em frente, no púlpito de vigilância, o Prefeito, imobilizado, rezava o seu breviário. A toda a minha volta, para diante, para trás, vagas de seminaristas e mais seminaristas, mudos, submissos, numa espera absoluta. Uma fervura anónima de folhas que se voltam, de pés que se arrastam, povoa o espaço entre os pilares altos de madeira que aguentam com o tecto, pesa sobre a atenção fatigada de todos, sobre o sono dos que tinham Geografia e estudavam de atlas aberto. A chama verde dos bicos de acetilene silva subtilmente, o tiquetaque do relógio atravessa um deserto de areia e de silêncio, caminhando sempre e sempre.* [...].[254]

Embora, na iluminação pública, o acetileno não tivesse resistido à concorrência do petróleo (gasolina, etc.) e da electricidade, conheceu algum recrudescimento por altura da segunda guerra mundial (devido a racionamento dos combustíveis). Nas aldeias do interior, onde a energia eléctrica tardou a chegar, continuou a ser usado ainda durante muito tempo, nomeadamente por vendedores que, por ocasião de festividades, lá montavam a suas tendas.

XXV

Gatos.

Figura 76 – Tacho de barro *gatado*, isto é, com uma fractura reparada com *gatos*.

• Intróito.

Actualmente, quase que já não há quem utilize vulgarmente objectos de barro, tendo este material sido substituído por metal e por plásticos. Todavia, nos tempos em que ainda se cozinhava em tachos de barro, acontecia por vezes que, por descuido, estes se partiam. Estava-se ainda longe do consumismo e do desperdício que caracterizam a actual sociedade. A maior parte da população vivia com dificuldades e praticamente tudo era concertado ou reciclado. Como é óbvio, o mesmo acontecia com os tachos, bilhas, talhas e, mesmo, loiça de servir à mesa: as peças partidas eram firmemente unidas e presas com *gatos*, pedaços de metal compridos e estreitos, terminados de cada lado por uma pequena garra, formando uma espécie de grampo ou de agrafo. Deste modo, os objectos de barro tinham a vida útil prolongada. Os tachos podiam continuar a ser usados, aquecidos com lenha ou carvão, conferindo um paladar especial à comida, mais intenso e apurado.

Porém, não era muito fácil colocar *gatos* num tacho ou qualquer objecto de barro: depois das peças quebradas serem cuidadosamente unidas, era preciso marcar dois pontos por cada gato, um em cada um dos fragmentos, cuja distância era determinada pela dimensão dos aludidos grampos. Depois, em cada ponto, fazia-se um pequeno furo com uma broca manual. Terminado isso, os gatos eram aquecidos (para se dilatarem) e as extremidades (garras) colocadas nos furos referidos. Ao arrefecerem, contraíam-se, assim apertando firmemente os cacos uns contra os outros, o que permitia que os objectos ficassem perfeitamente unidos e estanques. Para concluir, rematava-se o trabalho com massa, com frequência gesso. E assim o tacho ficava *gateado* (figura 76), como que *ressuscitado*!

Quem tinha alguma habilidade *gateava* ele próprio os objectos partidos. No entanto, quem não tinha essa habilidade, ou paciência, ou tempo, recorria aos serviços de um *profissional*. No século XIX e na primeira metade do século XX havia os *deita-gatos* ou *gateiros* (figura 77 e 78), género de especialistas, com frequência galegos, que percorriam as ruas das cidades e das aldeias, a quem as pessoas recorriam para *gatear* os objectos de barro quebrados. A certa altura, os *deita-gatos* acabaram por ser substituído pelos *amoladores* ou *amola-tesouras* (figura 80), artífices ambulantes que palmilhavam as ruas empurrando um carrinho em que estava instalada uma pedra de esmeril; com a sua flauta de Pã tocavam uma melodia simples, mas inconfundível e estridente, desta forma anunciando a sua presença e atraindo clientela; embora a sua função principal fosse a de amolar facas, tesouras e outros instrumentos cortantes, também arranjavam guarda-chuvas e deitavam *gatos*.

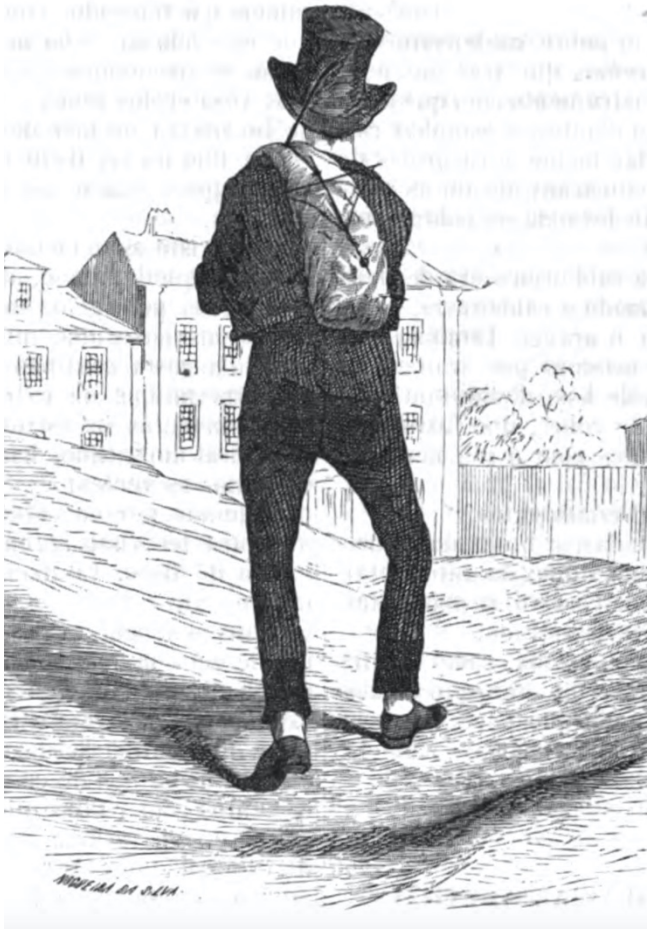


Figura 77 – Desenho de um caldeireiro, publicado em 1860, que, no século XIX, era quem nas ruas fazia de *deita*-gatos.

Figura 78 – Fotografia de um *amolador* e *deita-gatos* de Lisboa, sem data, possivelmente de finais do século XIX.

• Evolução da profissão de *deita-gatos*.

Desconhece-se quando é que se começou a recorrer a *gatos* para concertar louça quebrada. É provável que, inicialmente, tais intervenções fossem efectuadas no âmbito das actividades domésticas. No entanto, com as transformações sociais ocorridas a partir do século XVIII, esses concertos passaram a ser efectuados por profissionais ambulantes, designadamente os *caldeireiros*, que faziam essas intervenções actividade complementar. Com efeito, até essa altura, embora os recipientes de

barro continuassem a ser bastante usados, os de ferro e de ligas de cobre eram bastante mais resistentes e duráveis, pelo que eram preferidos por quem os podia adquirir. Porém, por vezes, amolgavam-se ou rompiam-se, pelo que era necessário proceder à sua reparação. Tal era efectuado pelos referidos *caldeireiros* ambulantes, os quais também *deitavam gatos* em louça quebrada. Entretanto, divulgaram-se os recipientes de zinco e de folha de flandres, mais leves e cómodos, pelo que os hábitos foram progressivamente mudando, mas a necessidade de concertar louça partida com gatos prosseguiu. Essa evolução está bem expressa num artigo publicado em 1860 no semanário *Archivo Pittoresco*:

> [Um dos tipos populares] *antiquíssimo, é o caldeireiro ambulante, que, sem deitar pregão, se anuncia aos fregueses por um repique de martelo num varão de ferro que traz ao ombro. Este som toma o povo como anúncio de mau tempo, pois crê que a aparição de um caldeireiro é sinal de chuva.* [...].
>
> *O amolador, com o seu rebolo às costas, gira, não calado como o caldeireiro, mas lançando o pregão de «amola facas e tesoiras». Este ofício ambulante é o que parece ter ainda largo futuro, porque o uso de cortar não acabará nunca.* [...].
>
> *Voltando-nos agora para o pobre caldeireiro* [...], *traz por pendão, às costas, uma broca, instrumento com que anda a furar a vida. Não já como dantes, a estanhar caldeiras e caçoilas, a remendar tachos e caçarolas de cobre, porque a folha* [de flandres] *e o zinco invadiram as cozinhas, que até estes nos vão levando os cobres pela barra fora!* [...].
>
> *Mas se não há já loiça de cobre, que fazem por aí os caldeireiros ambulantes com o seu martelinho a prognosticar chuva? Têm agora outro ofício. Deitam gatos.*
>
> *Desde o pires até ao alguidar, a broca do caldeireiro abre furo para meter as unhas do gato metálico, e fazer de uns poucos de cacos uma peça inteira e à prova da queda mais desastrada.*
>
> *Hoje, sem meter prego nem estopa, como dantes fazia para trabalhar em cobre ou arame, o caldeireiro ambulante subsiste, ainda que parcamente, e dentro em pouco, com a transformação do ofício, mudará de nome e se chamará gateiro*.[53]

Com efeito, desapareceram os caldeireiros ambulantes e apareceram os chamados *deita-gatos*, *lança-gatos* ou *gateiros*, profissão que, como dissemos, era exercida, na maior parte, por galegos, os quais eram, por vezes, ainda crianças. Com frequência, a actividade rondava a mendicidade, sendo ocasionalmente explorada por pessoas sem escrúpulos. Atente-se, por exemplo, no extracto seguinte, retirado de *O Coliseu*, livro de António José da Silva Pinto (1848-1911) publicado em 1904:

> *Acerca dos menores* deita-gatos *explorados por vários ladrões estabelecidos na capital, informa, referindo -se a um destes, o Diário de Notícias:*
>
> *«A casa do Alto dos Sete Moinhos é uma espelunca infecta, contrária a todas as condições higiénicas, um chiqueiro, com nome de vivenda para humanos.*
>
> *Doze rapazes, além do explorador, ali dormem.*
>
> *A cama é uma enxerga, a cobertura os farrapos que cada desgraçadinho enverga.*
>
> *Alimento para cada um dos explorados: 10 réis de caldo pela manhã e outros 10 réis à noite. Pão o que eles conseguem haver da caridade. Para sobremesa uma data de sopapos, quando não trabalhe a correia, se não adquirem pelo trabalho ou pela «pedincha» o dinheiro que o explorador lhes pede.*
>
> *Precisamos dizer que tudo isto é passado nesta terra, que tem as suas prosápias de civilizada e também de policiada; e também bom é que digamos que, tendo há semanas posto em relevo as*

façanhas do explorador, ele tem continuado no exercício da sua «indústria» sem, ao menos, em compensação dos seus feitos, ter ido parar com os ossos á cadeia».[350:238-9]

Figura 79 – O deita-gatos num postal circulado no início do século XX.

Figura 80 – O amolador que assumiu as funções do deita-gatos no século XX.

Como já referimos, os *deita-gatos* acabariam também por se extinguir, sendo essa actividade assumida pelos *amoladores*. Em 1957, Mário Costa evocava assim essa antiga profissão:

Tal como os vemos hoje, os galegos dão uma pálida ideia da culminância a que foram guindados em consequência dos seus valiosos préstimos e solicitude incomparável. São notáveis as múltiplas funções a que se têm dedicado, todas de peso*,* [...].

[...]. *Lisboa engraçava com outros modestos profissionais, de boina vasca e tipicamente vestidos de calça e blusa de ganga azul, chamando a atenção com o característico toque de gaita de beiços e lançando ao vento o seu cantante pregão: «Amola* tissoiras *e navalhas, deita gatos em bacias e alguidares, conserta chapéus de sol...»* [...].[228]

Actualmente, sendo os utensílios de cozinha dominados pelo alumínio e, principalmente, pelos plásticos, as novas gerações já não sabem sequer o que eram os *gatos*. Com sorte, talvez tenham visto, em casa dos avós, algum tacho ou prato gateado. Por maior ordem de razão, não fazem ideia do que eram os *deita-gatos*, nem sequer, possivelmente, os *amoladores*. São já de uma sociedade diferente, mecanizada e informatizada, com melhores condições de vida, em que os velhos termos e expressões caíram no esquecimento, provavelmente por se terem tornado inúteis; ainda bem que tal aconteceu, pois que, convenhamos, essas palavras e alocuções faziam parte, na realidade, de um vocabulário da pobreza.

• ***Deita-gatos*** **nos dicionários.**

Não é fácil saber qual é a origem da palavra *gato* com esta acepção, nem quando é que esses grampos começaram a ser utilizados. É possível que seja a adaptação aos utensílios domésticos dos que os pedreiros utilizavam nos edifícios.

Em 1647, Bento Pereira, no *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, além do animal gato (fellis) tem também o verbete:

> *Gato de ferro. Vricus ferreus*.[337:f56]

Porém, ficamos sem saber que tipo de gato seria esse, as suas dimensões e a sua função. Tal foi esclarecido por Rafael Bluteau, em 1713, no seu *Vocabulário*:

> *GATO*. [...] *(Termo de pedreiro) Pedaço de ferro que, com as extremidades metidas em duas pedras, prende uma com outra.* [...].[165:g41]
>
> ENGATAR. *Diz-se de duas pedras que se prendem uma com outra por meio de um ferro a que chamam Gato.* ...].[164:e115]

Portanto, os *gatos* seriam varas de ferro dobradas nas pontas em gancho, cada um deles introduzido no orifício de uma pedra, que tinham a função de as unir firmemente. São ainda visíveis, por vezes, em casas mais antigas. Porém, o autor não faz qualquer referência aos *gatos* para concertar loiça, nem, por consequência, aos *deita-gatos*. Será porque ainda não existiam na altura?

Em 1783, Bernardo Bacelar, no seu dicionário, embora, curiosamente, não tenha o vocábulo *gato*, incluiu:

> *Gatear:* [...] *Ligar com gatos de ferro;* [...]. *Engatinhar.*[146:228]

António de Moraes Silva, em 1789, no dicionário (em que o linguista coloca Bluteau, falecido em 1734, ainda como autor principal), é mais explícito:

> *GATO* [...]. *§ Pedaço de ferro como uma fita, com duas pontas que se dobram e formam ângulos, as quais se embebem e chumbam nas bandas de duas pedras do edifício para assegurar a sua união.* [...].[172:655]
>
> *ENGATAR, prender com gatos de ferro, v.g. as pedras de edifício.* [...].[172:655]
>
> *GATEAR,* [...]. *§ prender com gatos de ferro.*[172:654]

Na edição de 1813 desse dicionário, já sem o nome de Bluteau, mas em que Morais Silva aparece como *recopilador*, o verbete *engatar* permanece inalterado, mas os outros são ligeiramente modificados:

> *GATO* [...]. *§ Peça de bronze ou ferro, é como uma regreta com dois espigões nos cabos, os quais se chumbam nas pedras ou pregam nas obras de madeira, para ter as peças unidas entre si.*[380:82]
>
> *GATEADO, p. p. de Gatear.* — de ferro, de bronze, etc. *com gatos de ferro, de bronze.*[380:81]
>
> *GATEAR,* [...]. *§ Ajuntar, segurar uma pedra lavrada à outra, ou peças de Madeira com gatos de bronze ou de ferro.* [...].[380:81]

Na edição de 1823 do dicionário de Morais Silva diz-se o mesmo[381:12], e o mesmo se verifica, com ligeiras variações, nos dicionários posteriores

A primeira obra em que encontrámos o termo *gato* com a acepção de artefactos para reparar louça partida foi no *Diccionário da maior parte dos termos homónymos, e equívocos da lingua portugueza,* publicado em 1842 por António Maria do Couto (1778-1843), em que, no verbete *Gato* se diz:

> *GATO,* [...]. *No sent. fig.* [sentido figurado] *cintas de ferro chumbadas nas pedras para as prender e de metal; fio na louça para a consertar quando quebrada.* [...].[229:173]

Posteriormente, o vocábulo *gato*, tal como *gatear,* com esse sentido, começam a surgir com frequência crescente nos dicionários. Será que a prática de concertar a loiça com gatos só se divulgou em meados do século XIX?

Em 1881, no dicionário dito de Caldas Aulete, o vocábulo *gato* está expresso com os dois sentidos (gatos nos edifícios e gatos para reparação de loiça):

> *Gateado, seguro por meio de gatos de ferro ou de outro metal.* [...].[141:852]
>
> *Gatear*, *juntar, reunir com gatos (as partes de uma construção, as peças de loiça quebradas ou rachadas)*, [...].[141:852]
>
> *Gato*, [...], *| (Constr.) Vergalhão de ferro ou bronze com que se unem as pedras de uma construção ou paredes; gancho. | Pedacinho de arame revirado nas pontas com que se concerta loiça quebrada ou rachada.* [...].[141:852]

Não encontrámos, nos dicionários até finais do século XIX, o termo *deita-gatos*, e *gateiro* (com este significado). Detectámo-lo pela primeira vez no *Novo Diccionario Illustrado*, de Henrique Brunswick, publicado *circa* 1899:

> *Gateiro, Amigo de gatos* | *O que deita gatos em louça.*[189:590]

Já em pleno século XX, em 1935, José António Pombinho Júnior (1898-1983) incluiu a expressão no seu *Vocabulário Alentejano*, publicado na *Revista Lusitana* de 1939, onde refere:

> *Deita-gatos, s. m. — O mesmo que* gateiro*. Homem que concerta alguidares de barro, pratos e tigelas de louça, chapéus de chuva, etc.*
>
> *— Os* deita-gatos *são oriundos, normalmente, da Galiza; contudo, hoje, já os há naturais do nosso País.*
>
> *— O* tocar dos ferrinhos *(martelo e alavanca com bigorna) com que o* deita-gatos *anuncia nas povoações os seus serviços é, no Alentejo (Portel), prenúncio de chuva.*[354]

Este autor tornaria a contemplar *deita-gatos* em 1939, em artigo da mesma revista:

> *Deita-gatos. É palavra ainda não dicionarizada por Cândido de Figueiredo e que no Alentejo signi fica o mesmo que* gateiro *[homem que conserta (*deitando gatos*) alguidares de barro, louças e também chapéus de chuva, etc., etc.] (Colhido em Portel).*
>
> *Os* deita-gatos *são oriundos, normalmente, da Galiza; contudo, hoje, já os há naturais do país. Na referida vila de Portel crê-se, certamente também superstição de outras terras, que o telintar dos* ferrinhos dos deita-gatos *é anunciador de chuva ou de mau tempo.*
>
> *O nome porque é conhecido* aquele que conserta as louças *deve vir do facto de empregar (*deitar*)* gatos *nos seus consertos.*
>
> [...] *o referido vocábulo é da mesma forma de uso no Baixo-Alentejo, nomeadamente em Aljustrel.* [...].[355:168]

A profissão de *deita-gatos* acabou por desaparecer na primeira metade do século XX, sendo assumida pelos *amoladores* itinerantes, os quais também vieram a extinguir-se na segunda metade desse século. Porém, se os *gatos*, com esta acepção, tal como a profissão associada, demoraram a integrar os dicionários, após terem passado à história, as obras desse tipo continuam a reter esses vocábulos, como é o caso, por exemplo, do dicionário de português *on-line* da *Infopédia*, da Porto Editora:

deita-gatos, aquele que conserta louça quebrada por meio de gatos de arame

engatar, 1. prender com gatos metálicos. [...].

gatar. 3. consertar vaso, prato ou outra peça cerâmica por meio de gatos de arame. [...].

gatear, 1. segurar com grampos ou gatos de metal. 2. deitar gatos em (louça). [...].

gateiro. o que deita gatos (ganchos) em louça.

gato, [...]. *5. coloquial, pedaço de metal usado para prender a louça quebrada.* [...]. *8. peça, normalmente de ferro, usada para unir o revestimento de cantaria à alvenaria. 9. peça que segura ou liga duas pedras numa construção; grampo.* [...].[280]

• **Os *deita-gatos* na literatura.**

Como não podia deixar de ser, pois que proliferavam pelo país e constituíam um traço marcante da vida nas cidades e aldeias, os *deita-gatos* estão também presentes nas obras literárias. Disso daremos alguns exemplos. Em 1889, Júlio de Castilho (1840-1919) , ao descrever o Largo do Intendente, em Lisboa, escreveu o seguinte:

[...]. *É dos sítios mais trilhados e rumorosos da Lisboa moderna. E se não, calcule-se! Por ali passam sempre, a toda a hora, inumeráveis pessoas a pé, a cavalo, em burro* [...]. *Além disso, passam todos os carretos que por aquela banda vêm abastecer os mercados da capital, todos os leiteiros, todos os hortelões, todas as lavadeiras, todos os moleiros, todos os almocreves, do termo dos lados do Norte. Passam mil vendeiros de hortaliça, de petróleo, de azeite, de água, de fato velho, de tudo enfim. Passam os estridentes caldeireiros, e os que deitam gatos; cada qual com o seu pregão diverso. Passam os padeiros de carroça, com a sua matraca infernal.* [...] *Toda esta faina indescritível começa às 2 horas da madrugada, e (sem interrupção de um segundo) acaba ... às 2 horas da madrugada do dia seguinte; por outra: não acaba.* [...].[212:329]

Em 1921, Brito Camacho (1862-1934), no conto *O Tio Rosa*, integrado no seu livro *Gente Rústica*, em que reuniu um conjunto de memórias e de contos passados no Alentejo, diz a certa altura:

[...]. *Havia, entre os malteses, alguns que exerciam um pequeno comércio – os tendeiros – e outros que praticavam uma pequena indústria – os deita-gatos. Todos pediam esmola; mas os tendeiros formavam, por assim dizer, a aristocracia da classe, e os deita-gatos constituíam uma espécie de burguesia média nessa sociedade mal diferenciada.* [...].[195:140]

Os *deita-gatos* foram também celebrizados num poema de Fernando Pessoa (1888-1935) sob o pseudónimo de Álvaro de Campos, de 1933, com o título *Ó rapaz que deita gatos*:

Ó rapaz que deitas gatos
Deitas gatos só em pratos,
Só em tachos e tigelas,
Ou deitas gatos também
Nas almas e no que há nelas
Que as quebra em mal e em bem?

Ah, se, por qualquer magia,
As tuas artes subissem
Àquela melhor mestria
De pôr gatos que se vissem
Nesta alma que se quebrou
No que sonho e no que sou!

Então...Qual então! Que tratos
Dei a um poema que surgiu!
Só consertas, só pões gatos
No inteiro que se partiu.
O que partido nasceu
Nem tu consertas nem eu. [...].[345:141]

No livro *Lisboa de Ontem e de Sempre*, publicado em 1946, Francisco José da Rocha Martins (1879-1952), ao discorrer sobre o Alto de Santo Amaro, escreveu:

> *A festividade de Santo Amaro alastrava até além das portas ou até à Praça de Armas, atraía a marujada e as mulheres da viela da Trabuqueta; interessava os botequins e as tabernas; cantavam-se fados em desafios e os filhos da Galiza, devotos de Santo Amaro, riam quando os faiantes trovavam em volta da imagem de S. João Nepomuceno que dominava a ponte. Era obra de José António de Pádua e estava ali desde 1743.* [...].
>
> *Cantava-se e bailava-se e quando começavam as desordens ouvia-se sempre à guisa de estribilho:*
>
> *— Olhe lá ó seu coiso... Olhe que eu não vim a Santo Amaro só para comer pinhões...*
>
> *Era essa a festa dos pinhões e os vendedores, ostentando grandes enfiadas da loira semente, apregoavam: Pinhão novo! Pinhão novo!*
>
> *Daí a pouco toda a gente, desde os meninos finos até aos galeguinhos «deita gatos», estavam enfeitados com colares e arvoravam uma medalhinha do Santo.* [...].[306:112]

Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*), de 1984, de José Saramago (1922-2010), o personagem atravessa, na passagem do ano, a Baixa de Lisboa, e nesse trecho do texto, além de referir os *deita-gatos,* o autor descreve como é que, ainda em meados da década de 30 do século XX, este acontecimento era vivenciado:

> Ainda há grupos no Rossio, mas a animação extingue-se de vez. As pessoas deixaram livres os passeios, sabem o que vai acontecer, dos andares começa-se a atirar lixo para a rua, é o costume, [...]. Pela Rua do Ouro abaixo o chão está juncado de detritos, e ainda se lançam janela fora trapos, caixas vazias, ferro-velho, sobras e espinhas que vêm embrulhadas em jornais e nas calçadas se espalham, um potezinho cheio de cinzas ardentes estoirou disparando fagulhas em redor [...]. Do alto de um prédio alguém gritou, Lá vai obra, teve esse cuidado e atenção, e pelos ares cai um vulto grande, fez um arco, quase bateu nos cabos de energia dos eléctricos, que imprudência, capaz de um desastre, e despedaçou-se violentamente contra as pedras, era um manequim, daqueles de três pés, que tanto servem para casaco de homem como para vestido de mulher, caso é que sejam corpulentos, rompera-se-lhe o forro preto, entrara-lhe sem recurso o caruncho nas madeiras, ali esborrachado pelo choque mal consegue lembrar um corpo, falta-lhe a cabeça, não tem pernas, um rapaz que passava empurrou-o com o pé para a valeta, amanhã vem a carroça e leva tudo, vão as folhas e as cascas, os farrapos sujos, os tachos a que nem já o funileiro ou o deita-gatos poderiam valer, um assador sem fundo, uma moldura partida, flores de pano desbotadas, daqui a pouco começarão os mendigos a rabiscar neste lixo, alguma coisa hão-de eles aproveitar, o que para uns deixou de prestar é vida para outros. [...].[373:78]

XXVI

Isqueiro austríaco (da IMCO).

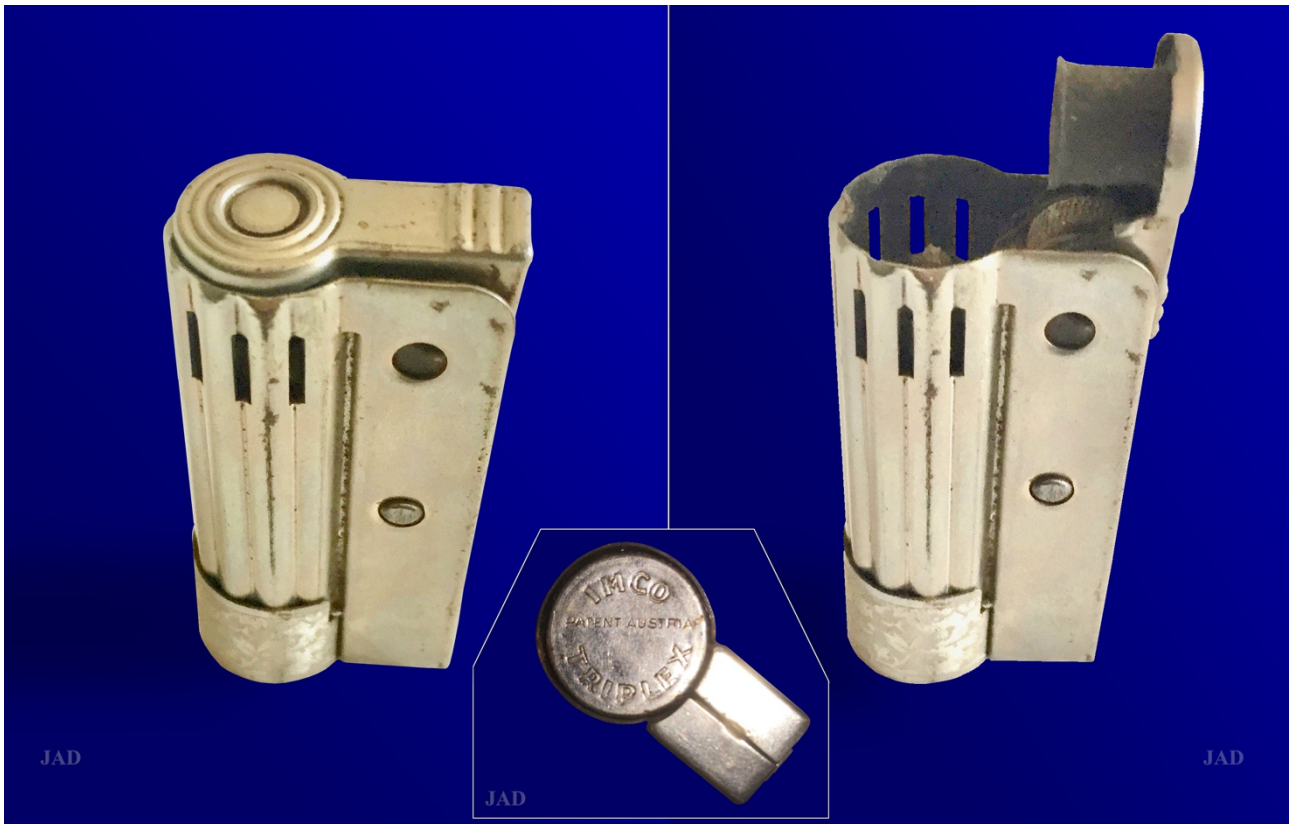


Figura 81 – Isqueiro "austríaco" (da marca IMCO) fechado, aberto e visão da face do fundo.

• Intróito.

Eram antigamente muito usados os chamados *isqueiros austríacos* (figura 81), de metal, que tinham grande fiabilidade e funcionavam a gasolina (mas que também podiam usar qualquer outro combustível líquido). Quando o combustível se acabava, bastava passar por um posto de gasolina e, desenroscando a parte inferior do acendedor, vertiam-se umas gotas no depósito, que estava preenchido com algodão, e o isqueiro ficava pronto para ser usado durante mais uma temporada. Com frequência, aproveitávamos o resto de gasolina que tinha ficado na mangueira após o abastecimento de um carro: era mais do que suficiente para o pequeno reservatório do isqueiro e tinha a vantagem de nem ser preciso pagar. Também havia à venda pequenos invólucros de borracha com combustível especial para acendedores, mas era preciso comprá-los, pelo que a grande maioria das pessoas se abastecia directamente no posto de gasolina, da forma aludida.

Esses isqueiros eram muito populares, pois que tinham preço bastante acessível, o funcionamento era bastante simples, eram muito resistentes, quase nunca se avariavam e tinham elevada fiabili-

dade. O combustível (gasolina) era, como se disse, armazenado num depósito cilíndrico preenchido com algodão, que a absorvia (figura 82). No seu interior, junto com o algodão, estava uma torcida que saía ligeiramente pelo bico (orifício na parte superior). Lateralmente, havia um compartimento prismático, em cujo interior estava uma mola de aço que pressionava a pedra (um derivado da velha pederneira) contra o rolo (pequeno rodízio estriado, também de aço). O conjunto era fechado por uma tampa que, quando se abria por pressão do polegar na sua extremidade, fazia com que o rolo friccionasse a pedra, e produzisse uma faísca que provocava a ignição do vapor de gasolina, que, por capilaridade, tinha chegado à ponta da torcida que saía do bico. Fechando a tampa, apagava-se, como é evidente, a chama do isqueiro.

Figura 82 – Componentes dos isqueiros "austríacos".

Esses icónicos isqueiros eram da marca IMCO, uma fábrica austríaca fundada em Viena de Áustria, em 1907, por Julius Franz Meister (de onde deriva o nome da empresa: IMCO – Iulius Meister Co.), que inicialmente fazia botões metálicos principalmente para o exército austro-húngaro. Terminada a Primeira Guerra Mundial, e face à drástica diminuição da procura de botões de latão pelas forças armadas, a actividade da companhia decaiu abruptamente. Era importante encontrar alternativas. Foi então que surgiu a ideia de fabricar isqueiros portáteis usando excedentes de guerra, nomeadamente cápsulas de munições. Os primeiros acendedores automáticos, da série IFA (IMCO Feuerzeuge Austria = Isqueiros IMCO Áustria), surgiram por volta de 1920. Neles é evidente o aludido aproveitamento dos invólucros metálicos das munições (figura 83). Com excepção da mola e do rodízio, que eram de aço, o restante material com que eram fabricados era o latão (dos referidos invólucros).

Perante a boa aceitação que estes artefactos tiveram no mercado, a sua linha de produção passou a ser, de longe, a principal da fábrica. Rapidamente foi incorporada, nestes isqueiros da série IFA, uma parte superior perfurada que funcionava como protecção contra o vento (que viria depois a ser mantida nas outras séries de acendedores de bolso da IMCO, bem como noutras marcas de acendedores automáticos portáteis). Estes isqueiros viriam a ser também conhecidos como *isqueiros das trincheiras*, embora, quando começaram a ser produzidos, já a guerra tivesse terminado. É muito provável que esse epíteto tivesse derivado de serem originalmente fabricados a partir de cápsulas de munições, o que, de certa forma, fazia lembrar a guerra de trincheiras que em muito caracterizou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Figura 83 – Primeiros isqueiros IMCO (série IFA), em que é evidente o aproveitamento de cápsulas de munições provenientes de excedentes de guerra.

Porém, o grande sucesso surgiu com a série IMCO TRIPLEX (figura 81), lançada em 1936. Embora com formato diferente, eram já quase inteiramente fabricados em aço, continuando a ter tecnologia bastante simples e a serem muito funcionais. Tiveram grande aceitação durante a 2.ª Guerra Mundial (1939-1945).

No entanto, logo na década de 30, começaram a ter a concorrência dos *Zippos*, isqueiros norte-americanos inspirados nos IMCO, que tiveram grande divulgação nas forças aliadas durante a 2.ª Guerra Mundial, sendo, com frequência, apelidados de *amigos do soldado*. Embora tivessem um *design* mais atraente e fossem, geralmente, de aço inoxidável e, portanto, mais resistentes, eram mais caros, pelo que, mesmo assim, os velhos *austríacos* prosseguiram a sua carreira de sucesso. Todavia, não conseguiram resistir aos isqueiros *Bic*, lançados na década de 70, que funcionavam a gás, eram feitos de plástico e eram descartáveis, pelo que a fábrica IMCO, após ter produzido e vendido mais de quinhentos milhões de unidades, acabou por fechar portas em Junho de 2012.

Porém, a sua produção não parou. Perante a procura, nomeadamente por coleccionadores, os direitos de fabricação foram adquiridos, em 2013, pela empresa japonesa *Windmill*, que continuou a produzi-los na China, exactamente com o mesmo aspecto. São de tal forma parecidos que se torna difícil distinguir os originais, austríacos, das réplicas, chinesas. Porém, há uma grande diferença: os isqueiros Triplex da IMCO eram feitos de aço de carbono niquelado, não resistente à ferrugem, pelo que a maioria dos que ainda existem têm marcas evidentes de corrosão, enquanto que os chineses são fabricados em aço inoxidável, muito resistente à ferrugem. Essa diferença nos materiais é facilmente identificável: o aço usado originalmente é facilmente atraído por um íman, ao passo que o que passou a ser utilizado no século XXI, não o é.

Como estes isqueiros eram fabricados na Áustria, passaram, em Portugal, a ser coloquialmente designados, como já referimos, por *austríacos*. Porém, embora fossem intensivamente usados, para os acender era necessário, normalmente, tomar algumas precauções. Com efeito, no nosso país, os isqueiros e acendedores eram, em geral, utilizados às escondidas. Talvez que muitas pessoas já se não lembrem disso, e por certo que as novas gerações o desconhecem, mas para usar isqueiro na via pública era necessário adquirir, numa Repartição de Finanças, uma licença anual, nominal, que não era barata (e disso falamos com mais pormenor no capítulo dedicado às *Licenças de isqueiro*). Quando se era apanhado a utilizar um acendedor sem se ter a devida licença, era-se multado. Este sistema, instituído em 1925, era uma medida para proteger a indústria fosforeira nacional (da qual o Estado era accionista). A utilização de isqueiros, na esmagadora maioria importados, representava diminuição da venda de fósforos e, portanto, redução dos impostos respectivos e da participação nos lucros que o Estado tinha nas empresas fosforeiras. Assim, como forma de compensação dessas perdas, havia as aludidas licenças. Os próprios *acendedores de pederneira*, isqueiros primitivos a que também dedicamos um capítulo, eram igualmente obrigados, pelo menos teoricamente, a ter a licença aludida.

• Um pouco da história dos isqueiros.

Se os isqueiros ditos *austríacos* eram os mais populares, havia, pelo menos desde inícios do século XIX, vários outros. Por via de regra, o sistema de funcionamento de todos esses isqueiros que funcionam com combustível líquido, tanto os antigos, como os actuais, é sempre análogo ao utilizado pelos acendedores de bolso da IMCO: têm um depósito normalmente preenchido com uma substância absorvente, em geral algodão, que é embebido no líquido combustível, e onde está imersa a mecha ou torcida, cuja ponta chega à extremidade superior; todos têm, também, um pequeno tubo onde está uma mola que comprime a pedra de isqueiro (a antiga pederneira) contra um pequeno rodízio metálico estriado. Nos isqueiros modernos apenas o depósito é diferente: este não carece de substância absorvente (algodão), nem de torcida. O que contém é gás sob pressão e, portanto, liquefeito. Ao pôr o isqueiro em funcionamento, é destapado um orifício por onde, devido à diferença de pressão, sai o gás que é incendiado pela faísca referida.

Dos isqueiros antigos funcionando com combustível líquido apresentamos apenas dois exemplos. Um deles (figura 84) é muito antigo, de início do século XIX (talvez de *circa* 1806), e funcionaria a álcool. Tem, no fundo, a indicação de ter sido fabricado por 'G. Kimpel', no Porto, com a patente 9031. O depósito é mais ou menos esférico e, como se disse, estaria mais adaptado a funcionar com álcool. Não carecia de algodão, pois que a maior parte da torcida ficava imersa no líquido combustível. Presa por uma fina corrente havia uma pequena tampa que servia para extinguir a chama, mas que não vedava por completo a parte superior, pelo que não impedia que o combustível se fosse evaporando. Era aparentemente comercializado sob a designação de *lamparina*.

O isqueiro representado na figura 85 funcionava já com gasolina e parece ser uma réplica dos da série IFA da IMCO, pelo que será, provavelmente da primeira metade do século XX. A marca não é identificável. Uma das particularidades é que a tampa, que não está presa ao equipamento com uma corrente (o que aumentava o risco de ser inadvertidamente perdida), é de enroscar. Para utilizar o isqueiro era necessário primeiro desenroscar a tampa, pô-lo a funcionar e, depois, voltar a enroscá-la, o que não era muito prático.

O desenvolvimento de isqueiros portáteis adquiriu maior viabilidade a partir da altura em que o austríaco Carl Auer von Wels (1858-1929) inventou o *ferrocério*, uma liga pirofórica sintética mais eficaz do que a pederneira, natural. Este composto é com frequência também designado por *pederneira*, embora tenha composição profundamente diferente: é uma liga de ferro e cério, enquanto que a pederneira é um sílex. Foi a produção deste material em pequenos bastonetes que muito facilitou o aparecimento dos primeiros acendedores automáticos de bolso, embora haja alguma controvérsia sobre a quem pertence a primazia. Já antes da invenção aludida se produziam acendedores, os quais não podem ser considerados como verdadeiros isqueiros automáticos.

Figura 84 – Isqueiro 'G. Kimpel', fabricado no Porto, do início do século XIX, que funcionava a álcool e era comercializado como 'lamparina'.

Figura 85 – Isqueiro de marca não identificada, das primeiras décadas do século XX, possível réplica dos da série IFA da IMCO.

Por vezes, aponta-se Louis Vincent Aronson (1869-1940) como o primeiro a desenvolver este tipo de dispositivos. Com efeito, este tinha fundado, em 1897, em Somerset (New Jersey, U.S.A) uma companhia chamada *The Art Metal Works* (especializada em objectos metálicos e que mais tarde viria a ser designada como *Ronson*), a qual, em 1910, lançou no mercado o *Pist-O-Liter*, um equipamento que pretendia parecer-se com uma pistola de cano longo (figura 86a). Não era, porém, um isqueiro automático: ao pressionar o gatilho, um componente semelhante a uma lima era friccio-

nado em ferrocério, o que produzia faíscas suficientes para incendiar substâncias inflamáveis. No entanto, o instrumento não produzia, em si, qualquer chama.

Em 1913 a empresa lançou no mercado um novo tipo de acendedor, patenteado como 'isqueiro piróforo' (*pyrophorous lighter*) mas conhecido como 'Paragon striker lighter' e 'Wonderlighter' (figura 86b). Não era, também, um isqueiro na acepção que hoje damos ao termo: era um dispositivo que tinha um depósito de combustível líquido no qual estava mergulhada uma pequena vareta metálica que, na ponta, tinha um material tipo pavio ou mecha. Desenroscando e retirando essa vareta, e friccionando a ponta na base (ou parte lateral) do equipamento, que tinha ferrocério, produzia-se uma faísca que incendiava o pavio nela contida. Não era, portanto, um verdadeiro isqueiro automático, como os de hoje, assemelhando-se mais a um fósforo. Mais tarde, em 1926, a Ronson lançou o isqueiro 'Banjo' (figura 86c), assim designado por ter forma que se assemelhava a este instrumento musical, o qual era já um verdadeiro isqueiro automático de bolso. Porém, na altura, já a IMCO tinha lançado há seis anos os seus primeiros acendedores automáticos.

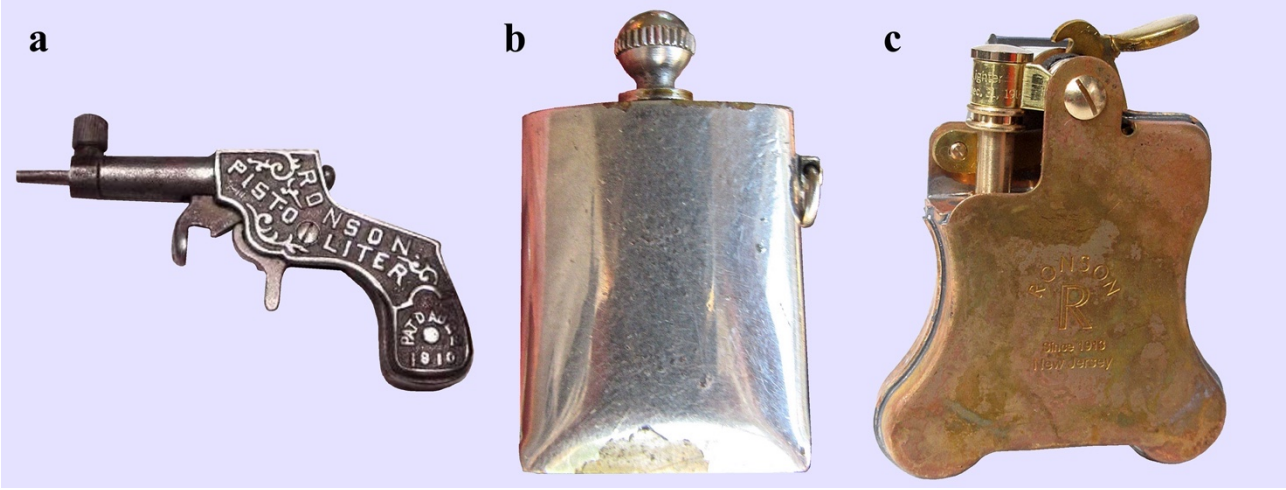


Figura 86 – Alguns dos primeiros isqueiros da *Ronson*: a) o *Pist-O-Liter*, de 1910, que apenas produzia faíscas; b) o *Paragon striker lighter* / *Wonderlighter*, de 1913, que funcionava como um palito de fósforo; e c) o *Banjo*, de 1926, que era já um isqueiro automático de bolso.

Sucederam-se outras marcas de isqueiros, sendo de relevar principalmente os *Zippo*, já acima aludidos. Foram criados em 1933 por George Grant Blaisdell (1895-1978), na empresa *Zippo Manufacturing Company*, por ele fundada na Pensilvânia, tendo como inspiração os isqueiros da IMCO. Tornaram-se muito populares, em especial a partir da 2.ª Guerra Mundial. Foram os grandes rivais dos isqueiros IMCO, até porque eram mais resistentes e tinham um aspecto mais atraente, mas eram mais caros. Por isso, como já dissemos, os chamados *austríacos* mantiveram durante muito tempo a sua popularidade. Embora tivessem desenho menos agradável, eram também muito práticos e fiáveis, e eram bastante mais baratos.

Porém, todos estes isqueiros que funcionam a gasolina, embora tenham subsistido com grande êxito durante cerca de meio século, não conseguiram, como já referimos, aguentar a concorrência dos isqueiros BIC, a gás, descartáveis, tendo sido remetidos para as brumas das velharias. Todavia, continuam a ser objectos activamente procurados por coleccionadores. E vale a pena olhar para os *austríacos*, ver como o mecanismo era simples, e com isso recordar tempos em que as coisas não eram descartáveis, em que os plásticos não inundavam todos os aspectos do quotidiano, em que o desperdício era mínimo, e em que a febre consumista não regia ainda a vida das pessoas.

XXVII

Lacre

Figura 87 – Pau de lacre e sinete.

• Intróito.

Os paus de lacre ainda se vendem nalgumas lojas, mas a sua utilização frequente, nomeadamente para tornar a correspondência inviolável, já caiu completamente em desuso. Antigamente, antes dos computadores e muito antes dos telemóveis, a forma normal de pessoas que estavam fisicamente afastadas se comunicarem era através de cartas. Todavia, o correio era moroso e, por vezes, havia violação da correspondência (para já não falar, em Portugal, da famigerada PIDE, a polícia política da ditadura, que tudo tentava espiolhar). Assim, para enviar documentação importante, escritos sigilosos e mesmo dinheiro (notas), era muito importante que se tornassem as cartas invioláveis. Utilizava-se, para tal, o lacre.

Por via de regra, as barras de lacre eram prismáticas e, em geral, de um vermelho-escuro intenso (figura 87). Depois de fechar a carta, colocava-se uma chama na ponta do pau de lacre e este, com o calor, derretia, pingando sobre um ou mais dos pontos correspondentes à zona onde a aba fechava o sobrescrito. O lacre endurecia rapidamente formando um vínculo que, se alguém tentasse abrir a carta, se partia. Mas com cuidado, tal era possível, e ninguém notaria se se voltasse a colocar mais lacre nesses locais. Para evitar que tal acontecesse, com o lacre ainda pastoso, colocava-se sobre ele um sinete. Desta forma, já ninguém poderia retirar o lacre e voltar a lacrar a carta, pois que lhe faltava a figura do sinete.

É evidente que as pessoas vulgares não tinham sinetes. Para lacrar a carta utilizavam então, normalmente, uma moeda, de preferência que não fosse comum em Portugal (moeda comemorativa ou moeda estrangeira), com a qual se pressionava o lacre ainda pastoso. Para que não houvesse pedaços de lacre que se agarrassem à moeda, com frequência humedecia-se esta com um pouco de saliva. E estava pronto: se alguém violasse essa correspondência lacrada, o receptor via logo o lacre partido e sabia que o conteúdo tinha sido lido por outrem e/ou que os eventuais valores que continha tinham sido roubados.

Actualmente, lacrar a correspondência deixou de fazer sentido. O correio normal (por vezes designado por *snail mail*, ou seja, *correio de caracol*) é mais rápido e seguro, e já pouco é utilizado para comunicação normal, pois que o *e-mail*, a transferência digital de documentos e a vulgarização das compras e das transferências bancárias *on-line* tendem a torná-lo, neste aspecto, obsoleto. Mas as cartas ou volumes em que se coloca lacre com a impressão de um selo (sinete) continuam a ser usados, especialmente em actos formais, como, por exemplo, para guardar os boletins de voto nas eleições ou para distribuir informação muito secreta em formato papel na Assembleia da República, a qual deve ser feita *em envelope externo opaco,* [...] *devidamente fechado com lacre e selo próprio da Assembleia da República*[106]. Exceptuando esses casos especiais, na actualidade, o lacre desapareceu por completo do nosso quotidiano, a não ser, por vezes, em certas situações singulares, quando se pretende dar mais *charme* e prestígio à correspondência. Ainda há pouco tempo recebi um convite de casamento enviado numa carta lacrada...

A preocupação em tornar a correspondência inviolável e/ou personalizar os documentos é muito antiga. Já na antiga Mesopotâmia se usavam *selos*, geralmente cilíndricos (esculpidos em lápis-lazúli, obsidiana, cornalina, diorito, calcário e outras litologias resistentes), que ao serem rolados na argila ainda fresca deixavam a sua impressão, assim atestando o proprietário e tornando a embalagem de mercadoria inviolável. Na Idade Média era costume selar a documentação com um lacre acastanhado, de cera de abelha ou resina, principalmente a de larício europeu (*Larix decidua*), embora esses materiais fossem bastante quebradiços. Essa cera ou a resina passou depois a ser corada com cochonilha, um corante vermelho-escuro extraído do insecto (*Dactylopius coccus*) com o mesmo nome vulgar com o mesmo nome (que é parasita de várias plantas), e posteriormente passou a ser produzido lacre de diferentes cores (recorrendo a óxidos metálicos).

• Bulas, selos e lacre.

O selo era o objecto com que, deixando a sua marca na cera ou outro material, se atestava a identidade do emissor de um documento e servia de comprovante da autenticidade desse escrito. No início do século XVIII ainda Rafael Bluteau (1638-1734), no seu *Vocabulário*, definia *Selo* como *Pedaço de metal, ovado, ou redondo, com face chata, em que estão gravadas as Armas, ou a divisa de um Rei, Príncipe, pessoa de marca, ou de um Estado, República, Religião, com o qual se selam Alvarás, Provisões, Patentes, e outros papéis de importância*[168:559]. Era, de certo modo, um sinete. Era

um objecto pessoal e intransmissível, pelo que, após o falecimento dessas personalidades (principalmente reis e papas), havia uma cerimónia formal em que se procedia à quebra desse selo.

Antes disso, os documentos oficiais importantes eram certificados com a aposição de um pedaço de cera ou de metal (em geral chumbo), que originalmente tinha forma de pequena bola (*bulla* em latim), em que estava gravado o selo do emissor. Daí, por extensão, começou a designar-se o próprio documento com o vocábulo *bula*. Tal aconteceu, por exemplo com as *bulas papais* e, mais tarde, por alargamento do significado, foi também aplicado aos medicamentos: a bula do medicamento é o conjunto de informações que obrigatoriamente é incluído na respectiva embalagem e que, de certa forma, autentica esse fármaco.

Como é evidente, há muito que a forma esférica, incómoda para o transporte de documentos, se foi achatando, transitando para uma pequena placa fina ovalada ou circular. Como é evidente, nessas *bulas* de chumbo, o selo tinha que aí ser pressionado quando o metal ainda estava quente e pastoso. Era mais fácil utilizar outros materiais. Um desses era o betume, mas tinha o forte inconveniente de se ter de esperar muito tempo até que endurecesse. Outra alternativa, era a utilização de resina. A cera de abelha era muito mais prática, embora fosse muito quebradiça (o que, por vezes, fazia desaparecer parte da impressão do selo), inconveniente que foi sendo contornado através da mistura com outros materiais que a tornavam menos rígida. Constituíram-se soluções alternativas que foram surgindo e desenvolvendo ao longo do tempo. No final do século XV e início do XVI, através das navegações marítimas para a Índia, o lacre foi introduzido na Europa, com grande sucesso, pois que substituía vantajosamente os outros materiais que então eram aqui usados. Não obstante a evolução destes marcadores da autenticidade dos documentos, que tinham obrigatoriamente a marca do selo do emitente, continuaram sempre a ser designados por *bulas* ou *selos*.

As chamadas *bulas papais* eram originalmente certificadas com uma bola de chumbo, a verdadeira *bula*, em que, quando ainda estava quente, era aposta a marca do selo do papa, o qual está no *Anulus Piscatoris*, o Anel do Pescador, de ouro, selo esse constituído por um baixo-relevo de São Pedro pescando num barco (onde está também inserido o nome do Papa em Latim), símbolo esse que deriva da interpretação de que os apóstolos e o Papa são pescadores de homens. Era com o selo desse anel que, quando o lacre se divulgou na Europa, o Papa autenticava, pelo menos até meados do século XIX, os documentos oficiais emitidos em seu nome. Após a morte do Papa, esse anel com o selo é esmagado pelo Camerlengo (o administrador dos bens materiais da Santa Sé), numa cerimónia especial, na presença de outros cardeais. Com esse ouro era fundido um novo anel com o selo no novo Papa eleito, o qual lhe era colocado no quarto dedo da mão direita pelo Decano do Colégio dos Cardeais durante a cerimónia de Tomada Papal. Refira-se, como curiosidade, que o Papa Francisco optou por quebrar a tradição, preferindo um anel de prata dourada que, no entanto, continua a ter o seu selo pessoal.

O próprio termo *Selo* também evoluiu e se expandiu em diferentes significados com acepções de certo modo convergentes. Por exemplo, apareceram os *selos brancos*, utilizados para autenticação de documentos em papel, os quais são aí gravados em relevo por um cunho e um contracunho, montados numa prensa. Substituem, assim, o velho selo que deixava a sua marca no lacre. Em meados do século XIX surgiram também os selos postais, um pequeno papel emitido pelo prestador dos serviços postais, que comprova que o valor do trabalho a ser efectuado (transporte, geralmente de uma localidade para outra) foi efectivamente pago. Em sua substituição é cada vez mais frequente haver uma máquina que imprime um carimbo com a franquia postal: é, na realidade, um derivativo do velho sistema do selo e do lacre, em que este se transformou na tinta do carimbo e o selo é o desenho que é impresso.

Sobre lacre, selos e sinetes, consideramos relevante fazer o extracto de um texto do livro *Rainhas de Portugal*, que Francisco da Fonseca Benevides (1836-1911) publicou em 1878, no qual se faz uma boa síntese da evolução verificada até ao último quartel do século XIX:

> *Era o selo que dava grande autenticidade aos documentos. Já usado pelos romanos, especialmente nos anéis, tinha, a partir do século VIII, a pouco e pouco, quase desaparecido, quando de novo muito se generalizou no século XII. Os selos eram de diferentes formas, de* anéis*, de* chapas*,* pendentes*,* feitos à mão *e de* sinetes*.*
>
> *Nos primeiros tempos da monarquia usava-se muito de selos ou sinais feitos à pena pelos notários no fim dos documentos, colocados frequentemente entre as colunas dos confirmantes e das testemunhas. Umas vezes eram sinais irregulares, outras vezes eram circulares, e por isso lhes chamavam* rodados*. Nestes selos quase sempre há o nome do rei e o da rainha, e às vezes também os dos infantes.*
>
> *Os selos pendentes eram de chumbo, de cera ou de malta, composição parecida com a cera, branca, verde, negra ou encarnada, com as armas estampadas; pendiam da parte inferior do documento por tiras de couro, pergaminho, cordão, trança, retrós ou fitas. Nestes selos a estampagem era obtida por meio de cunhos gravados, que se aplicavam por meio de forte pressão, a quente ou a frio, sobre a substância em que se queria obter a impressão. Selos deste género, porém de desenho e gravura de maior perfeição, se usam em nossos dias, fazendo-se a estampagem sobre lacre, obreia* [pasta de massa]*, papel ou sobre diversos metais. A impressão do selo também se faz sobre obreia ou massa revestida de papel colada sobre o próprio diploma ou documento.*
>
> *Os selos de anel, chapa ou sinete imprimem-se sobre papel, lacre, cera ou obreia.* [...].
>
> *Parece que os sinais ao princípio eram feitos ao arbítrio do notário e por ele próprio, pois se viam às vezes serem diversos para o mesmo rei ou rainha. Os sinais e rodados duraram até ao reinado de D. Sancho II. Parece ter sido este monarca o último que usou de semelhantes selos. A primeira rainha que consta ter usado de selos pendentes foi D. Mécia Lopes de Haro, mulher de D. Sancho II.* [...].
>
> *Parece ter sido D. Sancho I o primeiro rei de Portugal que usou de selos pendentes. De D. Afonso Henriques há alguns diplomas com selo pendente que são tidos por falsos;* [...].
>
> *De rainha, o mais antigo selo de chapa, sobre massa ou obreia revestida de papel, que encontrámos, foi o de D. Leonor de Aragão, mulher de D. Duarte.* [...].
>
> [...]. *De algumas rainhas que viveram em épocas relativamente recentes, e das quais vimos numerosos documentos e diplomas em diversos arquivos, não descobrimos um único selo, reconhecendo-se que todos esses pergaminhos que examinámos tiveram selos pendentes, os quais lhes foram subtraídos, alguns arrancados bruscamente, vendo-se rasgado o pergaminho no lugar onde passavam as fitas. Este vandalismo não é, porém, moderno; quando foi escrita a História genealógica da casa real portuguesa, no tempo de D. João V* [entre 1735 e 1749]*, já D. António Caetano de Sousa, autor daquela obra, não pode descobrir selo algum de várias rainhas.* [...].[157:7-9]

• O termo *lacre* nos dicionários.

Como referimos, antigamente o que usava para *selar* (colocar a impressão do *selo*) um documento era metal, principalmente chumbo (mais fácil de fundir), verificando-se depois tendência para substituir o metal por cera de abelhas ou por resina. No entanto, estas eram bastante quebradiças, pelo que era preciso ter os devidos cuidados para que se não partisse e/ou saltassem pedaços. Entretanto, na sequência das grandes navegações para a Ásia, surgiu na Europa um novo material, o *lacre*,

fácil de fundir e mais rígido do que a cera. Quase de imediato se tornou num dos produtos mais procurados pelo comércio marítimo com o Oriente.

Os primeiros dicionários portugueses do século XVI, geralmente bilingues, pois o que apresentavam era a correspondência dos termos entre duas línguas, incluíam já o vocábulo *Lacre*. Porém, era uma palavra nova, designativa de um produto antes desconhecido, pelo que havia dificuldade em encontrar correspondência com o latim. Em 1562, Jerónimo Cardoso expressou a equivalência seguinte:

> *Lacre. Purpurisium.*[202:f68]

Tal remete para a cor púrpura, na altura também designada por carmesim, certamente baseado na cor típica apresentada pelo lacre. Aliás, *purpurissum* era também a designação da cochonilha[342:566], que tanto designava a cor carmim, como os insectos de onde esse corante era extraído. Na edição de 1570 diz-se exactamente o mesmo[203:f57], mas inclui-se aí também, na parte latim-português, *Purpurissum. O brasil.*[203:f198v], clara alusão ao pau-brasil que era usado para tingir as roupas de vermelho.

Passado cerca de meio século, Bento Pereira não contempla o termo nas primeiras edições da sua *Prosodia*, mas no seu *Thesouro da Lingua Portuguesa*, de 1647 já inclui:

> *Lacre. Purpurissum signatorium.*[337:61v]
> *Lacrar. Purpurissum signare.*[337:82]

Refira-se, como curiosidade, que na 6.ª edição da *Prosódia*, de 1683, na parte *Frazes Portuguesas*, apresenta mesmo um dito da época sobre o vermelho, *Ficou vermelho como um lacre de vergonha*, que, porém, na correspondência latina, não tem alusão ao lacre, *Tota facie sussudit se illi* pudor[341:55].

Em 1716, Rafael Bluteau tentou esclarecer o que é realmente o lacre, embora fazendo alusão a alguns dos mitos que então existiam sobre a sua origem:

> *LACRE. Espécie de cera, ou goma, que se faz na Índia, e particularmente no Pegù* [Birmânia]. [...]. [Um autor] *diz que se faz o lacre do humor glutinoso, que continuamente destila de umas árvores, semelhantes às nossas ameixoeiras, e que umas formigas com asas, depois de o chuparem, o deixam nos ramos, como as abelhas o mel e a cera. Os donos das árvores cortam estes ramos e os põem a secar, e depois de muito secos e consumidos, fica o lacre a modo de canudos, em que às vezes se acham uns pedacinhos de pau ou asas de formiga; o que tem menos destes heterogéneos fragmentos é o melhor; o lacre cru e novamente tirado da árvore é de uma cor tirante a vermelho, e bem mesclado com outros ingredientes, toma facilmente qualquer tintura. Este lacre chama-se* lacre de formiga*. Na Relação da sua viagem, diz o P. Man. Godinho que há muito deste Lacre nos estados do Mogol* [Império Mogol, que abrangia o Afeganistão, grande parte da Índia, o Paquistão]. *Dizem outros que na Índia se faz o lacre com um grande concurso de mosquitos a umas varetas que têm visco, e que para este efeito se armam, e depois de bem cobertas destes insectos, se raspam. Chamam os Chins* [chineses] Laac *certa goma preciosa, de cor vermelha, donde parece tomaram os Portugueses e os Castelhanos o nome de* Lacre*, os Franceses de* Laque*, e os Mouros o de* Lac*. Também há lacre pegado, lacre em pasta, lacre de canudo, lacre de cores. Boticários, Tintureiros e Pintores chamam* Lacre *outras gomas artificiosas que se fazem com vários ingredientes. Palavra própria Latina não a temos, porque os antigos Romanos ignoravam este género de goma. Eu não estranharia que, para maior clareza, se dissesse* Lacca, æ*. Em alguns Vocabulários modernos se acha* Cera signatoria, æ*. Os que imaginam ter achado em Cícero termos próprios para significar este género de cera, dizem* Cera *ou* cerula miniata*, mas não reparam que estas palavras significam* Cera vermelha. *Porém, todos os dias estamos vendo que se faz cera vermelha, a qual não é Lacre, e finalmente nem todo o lacre é vermelho. Muito menos lhe convém*

ao Lacre a circumlocução com que alguns lhe chamam Purpurissum signatorium*, porque* Purpurissum *como se pode ver em Plínio, significa uma cor muito vermelha, que se faz com a escuma da púrpura.*[166:l14]

Apesar do excerto ser longo, é uma excelente síntese do que, no início do século XVIII, se sabia sobre o lacre, incluindo os mitos referentes à sua génese, bem como as falsificações que então já se faziam. Bluteau faz alusão ao lacre noutros verbetes, designadamente nos seguintes:

FORMIGA. [...]. *No Tunquim* [Tonquim, região setentrional do Vietname, na Indochina] *e na China há umas formigas que andam pelas árvores e fazem uma espécie de goma ou cera, da qual se faz o lacre.* [...].[165:f175]

VERMELHÃO, deriva-se do Latim vermis*, Bicho, porque o que hoje os Latinos chamam* Minium*, espécie de mineral, antigamente se chamava* Vermis *e* Vermiculus *em razão dos bichos que se geram na grama, que é o* Coccum*, planta, com que se faz um vermelhão tão subido como* Escarlata*.* [...]. *O Vermelhão ou Cinábrio mineral, de que antigamente usavam os Pintores, era uma cor a modo de pedra vermelha que se tirava das minas de azougue.* [...]. *Da Holanda vêm duas castas de Vermelhão, um vermelho e outro desmaiado, segundo foi mais ou menos pisado. O seu principal uso é para fazer lacre, e chama-se* Minium*.* [...].[169:443]

Passado cerca de meio século, em 1789, o dicionário que tem ainda como autor Bluteau (há muito falecido), mas *reformado e acrescentado* por António de Morais Silva, apresenta uma definição mais sucinta, que, de certo modo, traduz a evolução que, entretanto, se tinha verificado:

LACRE, composição de goma laca, terebintina e outros ingredientes, que se mistura vermelhão para os incorporar; usa-se dela para lacrar e fechar cartas, imprimindo no lacre quente e mole o sinete. § *Há* lacre oriental *de que faz menção F. Mendes* [...]. § Canudo *ou* pau de lacre*, uma barreta dele, para o uso comum.*[173:2]

Passado cerca de mais meio século, em 1849, Eduardo de Faria define assim o lacre:

LACRE, espécie de goma para fechar cartas etc. É uma composição de goma laca e outros ingredientes de que se formam pequenos paus que para o uso se derretem à chama de uma vela. — pucho*: ´o do Sião* [actual Tailândia] *e Pegú* [actual Mianmar].[249:167]

Os dicionários posteriores contêm mais ou menos o mesmo. É disso exemplo o *Tesouro da Língua Portuguesa* de Domingos Vieira, de 1873:

LACRE. Composição de goma laca, cera e outros ingredientes, misturando-se com estes corpos vermelhão para os unir.

— Canudo *ou* pau de *lacre; uma barreta dele para o uso comum.*

— *Há também lacre* oriental *e lacre* pucho*, que é o de Sião e Pegú;* [...].[423:1245]

Consideramos relevante extrair desta obra alguns outros verbetes relacionados:

SELO [grafado sello]*. (Do latim* Sigillum*). Peça ordinariamente de metal em que estão abertas as armas ou divisa de algum príncipe, estado, república, religião, senhor ou cavaleiro, particular, que se imprime em cartas ou papéis de importância, para os tornar válidos e autênticos; e algumas vezes vai enfiado e pendente de fios de seda.* [...].

— Sinete, chancela; instrumento ou peça com caracteres ou algum desenho gravado, que serve para fechar as cartas ou a capa de qualquer papel, ou para imprimir algum sinal particular em cera, lacre derretido, obreia ou outra matéria branda, ou com tinta.

— Casa ou repartição onde se estampa ou põe o selo a alguns escritos para os autorizar.

— O que fica estampado, impresso ou selado no mesmo selo. [...].

> — *Selo* em branco*; o que se imprime fortemente sobre papel, para lhe deixar marcadas as partes proeminentes.* [...].[425:458]
>
> *SINETE. Firma, chancela, selo de armas ou divisa própria de que se usa para selar ou sigilar cartas ou papéis que, conforme o estilo ou lei, devem ser selados.* [...].[425:531]

Quase no final do século XIX, em 1899, Cândido de Figueiredo dava mais ou menos a mesma definição, mas expressando também outra utilização (fechar garrafas):

> *Lacre, substância resinosa, misturava com outra substância corante, e que serve geralmente para fechar garrafas, fechar e selar cartas, etc.* [...].[257:23]

Figueiredo tem também o verbete pau-de-lacre:

> *Pau-de-lacre, árvore hipericácia de cujo tronco, e por meio de incisões, se extrai a goma lacre*.[257:275]

A definição de lacre apresentada por Cândido de Figueiredo é análoga à que consta dos acuais dicionários *on-line*, como a *Infopédia*, da Porto Editora:

> *Lacre, substância resinosa misturada com um corante, usada para garantir a inviolabilidade do fecho em correspondências, garrafas, etc.*[280:n/p]

• Como se produz o verdadeiro lacre.

Não obstante a intensiva utilização que, na sequência das navegações portuguesas, o lacre começou a ter na Europa, não se sabia bem como é que era produzido, correndo, na altura, sobre o assunto, vários mitos.

O lacre provinha, essencialmente, de Pegú (ou Bago), região da Birmânia, actual Mianmar, que tem como capital a cidade com o mesmo nome. Parece que logo em 1538 começou a funcionar uma linha marítima entre a Índia e Pegu, a qual, além de permitir o abastecimento de Malaca em diversos bens de primeira necessidade, viabilizava o acesso de mercadores portugueses a produtos raros e valiosos, entre os quais pedras preciosas e o tão ambicionado lacre. Este era objecto de intenso comércio, mas não se sabia bem como era originado. A forma de produzir lacre não é simples, e durante algum tempo esteve rodeado de mistério. Uma das hipotéticas formas de o fazer está descrita por um tal Jorge Álvaro de Sousa num interessante códice manuscrito de meados do século XVI, a que foi dado o nome de *Livro que trata das Cousas da Índia e Japão,* que acabou por ser publicado já em 1960. Com base nos conhecimentos da época, diz-se aí:

> *Em um certo tempo do ano vêm umas formigas, voando assim como agúdias, comer as folhas de umas árvores do tamanho de nogueiras, e a folha à maneira de era, as quais árvores, se lhe dão um golpe, deitam água como sangue e em saindo coalha-se logo; assim como as formigas comem, vão-se pôr em outras árvores fazer seus casulos para criarem e, antes que a criança seja para fugir, cortam os ramos e assim estão no chão até se secarem, e como* [e assim que] *estão secos anda muita gente quebrando os paus do tamanho que estão cheios de lacre.* [...].[113:73]

Esta descrição condiz com a que Garcia de Orta (1501-1568) fez em 1563 nos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*,. Concebido, como era usual na época, em forma de diálogo, este é estabelecido entre o autor (OR.) e o personagem Ruano (RUA.), um colega recém-chegado a Goa e interessado em conhecer os assuntos relacionados com a medicina na Índia. O Colóquio 29 é precisamente dedicado ao lacre, e inicia-se do seguinte modo:

> *RUA. Agora cai a vez ao lacre que tanto se gasta nesta terra em cerrar cartas e pôr outros selos, em lugar de cera.*

OR. Antes a cera se gasta por falta do lacre; porque o lacre é mau de despegar, e não se tira o selo senão quebrando. Chama-se lacre o que nos livros de botica chamamos laca. [...].

RUA. Dizei que cousa é, e como se faz, e em que se cria, [...].

OR. Muito tempo fui enganado; porque diziam que em Pegú saíam os rios da madre [do leito], *e que na lama que ficava punham paus pequenos, e que ali se criavam umas formigas muito grandes, com asas, que avoavam e punham o lacre muito nos paus, e que por isso havia muito lacre metido nos paus. E eu perguntava isto a estes homens, se o viram com seus olhos; e porque lá se ganhava mais em comprar rubis e vender roupa de Paleam e de Bengala, diziam-me que não estavam lá tão ociosos como isso; mas que ouviram aquilo, e que era a fama comua* [comum; era o que se dizia]. *Até que falou comigo um homem bem-criado que lá estivera, e era curioso, e me disse que era uma árvore grande em quantidade, com folhas que pareciam de ameixeira, e que lavravam nos ramos pequenos daquela árvore este lacre as formigas grandes, criadas na vasa e em outras partes. E que tiravam desta árvore, como de causa material, esta goma, lavrando no pau como a abelha faz no mel; e que esta era a verdade. E que depois tiravam os ramos daquela árvore em pedaços, e os punham a secar à sombra, até que despediam o pau* [desfaziam a madeira]*, e ficava em canudos, e em alguns deles ficava o pau metido dentro; e quanto menos pau tem deste se há por melhor, porque dizem logo, tem muito pau este lacre, ou tem pouco*. *E mais me dizia que algum era muito sujo, e punham-no a derreter, e que faziam pó, e que este era o somenos* [tinha menos valor], *por ser misturado com terra; e despois mandei saber a Pegú isto, e achei ser muita verdade. E andando eu no Balagate* [região da Índia]*, onde há algum, e o juntam para o trazerem a vender aos portos do mar*, [...] *me disseram o mesmo; e aqui em Goa me trouxe um moço um ramo dele tirado de uma árvore que chamamos maceira* [a jujuba, *Ziziphus jujubas*], [...] *e por meus olhos o vi; e porque este é pouco lacre não fazem conta dele, que não será a terra disposta para o gerar. E muitos me disseram que o viram nas maceiras, e que as formigas o geravam nelas; e é claro ser isto verdade, porque muitas vezes vêm as asas das formigas misturadas no lacre. E este lacre de que falamos, quando é mastigado* [triturado], *tinge de fino roxo, e assim o provam e dele fazem estes paus que vedes para cerrar* [fechar cartas], *e os tingem, e acrescentam-lhe a cor necessária de que querem os paus,* s[cilicet], *a tinta que faz a tal cor* [...].[325:f.122v-124]

Como já vimos, Bluteau, em 1716, viria a reproduzir estas ideias. Na continuação do diálogo é também referida a laca, que é diferente, bem como alude às imitações e falsificações do lacre.

Sabe-se hoje que, na realidade, o lacre não é produzido por qualquer tipo de formigas, mas sim pelo insecto *Kerria lacca*, (antes designado por *Coccus lacca*), da família *Kerriidae*. As fêmeas destes insectos colocam as larvas nos troncos de certas árvores para que se alimentem do floema, tecido vegetal complexo, do tipo vascular, que conduz substâncias orgânicas (entre as quais sacarose, lípidos, ácidos nucleicos, vitaminas e hormonas) pelo interior do corpo da árvore. À medida que as larvas vão perfurando os ramos e o tronco para alcançarem o floema, vão tapando os buracos com as suas secreções cerosas que, depois de secas, dão o lacre. Porém, não se deve confundir o lacre com a laca (como era vulgar na altura), pois que esta é produzida a partir da resina da árvore *Toxicodendron vernicifluum* (antes *Rhus verniciflua*) ou árvore da laca, originária da China. Por outras palavras, o lacre é resultante de um processo animal, enquanto que a laca é um material vegetal.

Como era apenas proveniente de uma zona asiática específica, na Europa o verdadeiro lacre era bastante caro. Por essa razão, apareceram na altura muitas falsificações, umas contendo efectivamente algum lacre, mas a maioria constituída por ceras, resinas e outros materiais. Principalmente após o aparecimento dos serviços postais organizados, houve necessidade de dispor de novos tipos

de "lacre", mais flexíveis, que permitissem o envio pelo correio sem dano ou remoção da impressão do selo (sinete). Foram surgindo, assim, novos tipos de "lacre", resultantes da mistura de resinas várias com outros materiais e, depois, incorporando também alguns produtos resultantes da destilação do petróleo.

É interessante constatar que o dicionário dito de Aulete, de 1881, define *Lacre* como *composição em que entram várias substâncias resinosas, tais como a resina-laca, a terebentina, etc., de mistura com o vermelhão ou qualquer outra matéria corante*[142:1029], a qual converge com a constante no dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1899, que o define como *substância resinosa misturada com outra substância corante, e que serve geralmente para fechar garrafas, fechar e selar cartas, etc.*[257:23]. Não há alusões ao verdadeiro lacre, o que permite depreender que na altura, na Europa, este já tinha sido substituído por imitações.

No século XX apareceram os "lacres" que têm por base polímeros termoplásticos, ou seja, completamente sintéticos. Porém, continuaram a ter, em geral, a típica cor vermelha carregada, embora seja possível obtê-los de muitas outras cores (verde, branco, preto, etc.), pois que a cor é resultante do corante que lhes é adicionado. Como já referimos, o lacre desapareceu praticamente do quotidiano do cidadão comum. Ainda subsiste como selante das rolhas e dos gargalos das garrafas de vinho, que no topo têm gravado o selo do produtor. Mas, mesmo nestes casos, é cada vez mais frequente esse lacre ser substituído por uma película de plástico, normalmente de cor castanha-avermelhada, simulando, de certo modo, o tradicional lacre que atestava que o vinho era original e não tinha sido adulterado.

• Os portugueses e o lacre asiático no século XVI.

A partir do século XVI, o lacre começou a entrar decisivamente na vida da sociedade portuguesa (e da europeia), mas foi só nos séculos XVIII e XIX que, com novas composições, se tornou acessível à população em geral, podendo dizer-se que passou a ser utilizado no quotidiano das pessoas de quase todas as condições. Assim, não surpreende que a literatura a ele se tenha referido com bastante frequência.

As primeiras alusões ao lacre incidiam em especial nos complexos e difíceis processos da importação para a Europa deste valioso produto. É disso exemplo um texto de 1552, da *Década Primeira* de *Ásia*, de João de Barros (*c.*1496-1570) :

> [...]. *E como Malaca era um centro onde concorriam todos os navegantes que andavam nesta permutação, assi os da cidade de Calecute, situada na Costa de Malabar, e os da cidade de Cambaia, situada na enseada que tomou o nome dela, e os da cidade Ormuz, posta na Ilha Geru, dentro na garganta do Mar Pérsico, como os da cidade Adem, edificada de fora das portas do Mar Roxo, todos com a riqueza deste comércio tinham feito a estas cidades mui ilustres e celebradas feiras. Porque não somente traziam a elas o que navegavam* [traziam] *de Malaca, mas ainda os rubis e lacre de Pegu, a roupa de Bengala, aljôfar* [pérolas] *de Calecaré* [no Sul da Índia]*, diamantes de Narsinga* [no planalto do Decão]*, canela e rubis*, *de Ceilão, pimenta e gengibre e outros mil géneros de espécies aromáticas, assi da Costa Malabar, como doutras partes onde a natureza depositou seus tesouros.* [...].[152:302]

Na *Década Terceira*, publicada originalmente em 1563, João de Barros faz por várias vezes alusão ao lacre, ao intenso comércio que então se fazia para o obter e a outras especiarias, e aos perigos que ali os portugueses estavam sujeitos. As seguintes passagens referem-se a uma viagem que António Correia (*c.*1487-1566) fez a Pegu:

[...] *mandou António Correa com uma nau e um navio que viesse a Malaca, onde Afonso Lopes lhe daria juncos para ir a Martabão* [Mottama, no actual Mianmar] *e Pegu carregar de mantimentos para provisão da cidade, e ele carregasse a nau e navio de lacre e outras mercadorias, e se fosse a Ormuz entregá-las aos oficiais del-Rei, por o muito proveito que se nesta viagem fazia.* [...].[154:124]

Tornando a continuar com a viagem que António Correa fez a Pegu, com bom tempo que teve, depois que partiu de Malaca, chegou ao porto da cidade chamada Martabão, que é do estado del-Rei de Pegu. E como, por um rio navegável que tem, do sertão concorrem ali quase todas as mercadorias que vão ter à cidade de Pegú, cabeça deste reino assim chamado, e na própria terra havia os mantimentos que ele ia buscar, e muita cópia de lacre, e dali por terra à cidade de Pegu, onde el-Rei estava, seriam até sessenta léguas, determinou não subir mais pela costa acima, para entrar pelo Rio de Cosmi, por onde vão ter à própria cidade Pegu. Porque, como naquele tempo toda a costa deste reino estava ainda por descobrir por nós, a qual é mui cheia de ilhas, e os mais dos rios dos principais portos têm tão grande macaréu [onda de maré que se forma no estuário de alguns rios no início da maré enchente quando a corrente de vazante encontra a corrente da maré, e que, quando esta vence aquela, forma uma muralha de água que se desloca para montante a grande velocidade]*, que perigam muitas naus,* [...].[154:128]

[...]. *Té* [até] *este tempo que António Correa chegou aqui, e depois per alguns anos, se demarcava este reino (como dissemos), em que haveria de comprimento pouco mais de noventa léguas, e no mais largo outro tanto. Porém, de poucos anos a cá, com a comunicação nossa e alguma ajuda que houve dos nossos que lá estavam fazendo suas fazendas* [comerciando]*, fez el-Rei* [de Pegu] *guerra aos povos bramás* [da Birmânia], *e tomou-lhes alguns reinos, até que a Fortuna lhe virou as costas e o rostro a um vassalo dele mesmo, Rei, que ele tinha posto por governador do reino Tangú dos bramás. O qual com esta gente bramá, que é mui belicosa, lhe tomou o reino, e ainda custou a vida a um cavaleiro por nome Fernão de Morais, português, que lá estava com um galeão fazendo carga de lacre por mandado do governador da Índia, com o qual morreram aqueles que consigo tinha no galeão.* [...].[154:129]

[...]. *Finalmente, tomando o capelão o livro na mão, e aberto para António Correa jurar, pondo os olhos na letra, começou a ler alto, segundo o auto requeria, o princípio das trovas que tinha feito Luís da Silveira, guarda-mor do Príncipe D. João,* [...]. *Acabado este auto de paz e concórdia, que causou ser logo António Correa provido de todos os mantimentos que havia mister para Malaca —lacre e outras cousas para a sua viagem de Ormuz —,* [...].[154:132]

Devido aos grandes lucros que proporcionava na Europa, o lacre era dos produtos mais cobiçados pelos portugueses na Ásia. Damião de Góis (1502-1574), na *Crónica do rei D. Manuel I*, publicada em 1566, descreve da seguinte forma o reino de Pegu:

[...]. *Neste reino de Pegu há muitos Elefantes e grande quantidade de cervos, porcos monteses, e outras alimárias bravas, cavalos bois, búfalos, gado miúdo, e aves, há minas de ouro, prata, e todos os metais, muito lacre e bom, e os melhores rubis de toda a India, e muita outra pedraria, como espinelas, e safiras, e de outras qualidades* [...].[273:f66]

Pelo *Livro dos Pesos da Índia*, que António Nunes, provedor dos contos e fazenda da Índia, escreveu em 1554, ficamos a saber do elevado preço que o lacre aí atingia:

O baar [medida de peso correspondente a aproximadamente 240 kg] *do lacre tem outro tanto peso e em tudo é igual com o da pimenta, sem haver diferença de um a outro; e o baar vale a 140 azares* [antiga moeda de Ormuz]*, uns anos por outros; abaixa daqui, quando é muito, a*

100 azares, mais não; e quando pouco, sobe a 200 azares e mais, quanto ao do canudo, que o de pau vale a terça parte menos, sendo muito bom, que é enxuto.[321:16]

Fernão Mendes Pinto (c.1512-1583), na *Peregrinação*, escrita na década de 70 do século XVI, descreve bem as atribulações e os infortúnios a que os portugueses estavam sujeitos no Oriente, na sua busca por riquezas. Das muitas vezes em que faz alusão ao lacre, uma delas é a que a seguir transcrevemos, e onde ficamos a saber que havia mesmo uma nau específica do rei português para se ir abastecer de lacre (além do que era carregado pelos mercadores:

[...] *permitiu nosso Senhor que acaso víssemos de manhã uma embarcação pequena, e parecendo-nos que era de pescadores a fomos demandar para nos informarmos deles da paragem em que estávamos e que léguas haveria dali a Tanauçarim* [no extremo sul da Birmânia]*, e passando por junto dela lhe bradámos, porém ninguém nos respondeu, pelo que foi forçado* [forçoso] *mandar lá o batel* [...]. *O nosso Batel chegou com muita pressa à embarcação que tínhamos visto, e sem nenhuma dificuldade a trouxe à toa, a qual, em chegando a nós, me meteu em assaz de confusão, porque era um batel em que vinham cinco portugueses, dois mortos e três ainda vivos, e um cofre com três sacos de tangas, larins* [antiga moeda da Índia] *e um envoltório em que vinham muitos copos e jarros de prata, e dois pratos muito grandes, o que tudo eu logo fiz pôr a bom recato, e os três portugueses meti dentro do junco, e fazendo-lhes todo agasalho que pude, os tive dois dias sem fala, e com gemas de ovos e caldos de galinha* [...]. *E prouve a nosso Senhor que em seis ou sete dias convalesceram para poderem dar razão de si* [...]. *Eles me contaram que vindo da Índia numa nau* [...], *para o porto de Chatigão, no reino de Bengala, se perderam nos baixos de Racão por má vigia que tiveram, e salvaram-se no batel dezassete pessoas somente de oitenta e três que vinham na nau, e caminharam ao longo da costa cinco dias com tenção* [intenção] *de se irem meter no Rio de Cosmim, no reino de Pegu, para daí se embarcarem para a Índia na nau do lacre del Rei ou de outro qualquer mercador que no Porto achassem* [...].[349:f179]

Outra das muitas vezes em que Fernão Mendes Pinto faz alusão ao lacre é quando esteve no reino de Pegu, o principal produtor desta especiaria:

[...]. *Saindo deste esteiro de Guampanoo, entrámos em um rio muito grande que se chamava Angegumaa* [o rio Moei, na Tailândia], *de mais de três léguas em largo, e em partes de cento e vinte braças de fundo, com revessas* [correntes contrárias] *tão impetuosas, que muitas vezes nos faziam desandar muita parte do caminho. E costeando por ele acima espaço de mais sete dias, chegámos a uma cidade pequena e bem cercada, que se dizia Gunbim, do reino do Iangomaa, rodeada da parte do sertão em distância de cinco ou seis léguas de arvoredo de beijoim* [resina de perfume agradável produzida pelo benjoeiro, que era uma das especiarias muito apreciadas na Europa] *e de campinas de lacre, o qual desta cidade se leva de veniaga* [como mercadoria] *a Martavão* [importante porto de mar do reino de Pegu, no actual Mianmar]*, onde se carregam muitas naus dele para diversas partes da Índia, para os estreito de Meca* [...].[349:f194-5]

As tropas de um rei brâmane tinham derrotado as de Pegu, e o novo rei *abalou dali do lugar daquela victória para a cidade de Pegu que estava dali pouco mais de três léguas, e não querendo entrar nela aquele mesmo dia* se alojou à vista dela, mandando pôr tropas de guarda às portas da cidade. Mas algumas das forças militares, com o atraso do esperado saque, amotinaram-se. Para resolver a situação, nomearam-se seis juízes, três da parte dos amotinados, e três da parte do rei:

[...]. *E para se escusarem diferenças, se resumiram todos em tomarem juízes neste caso; para o qual os do motim apartarão por sua parte que houvesse três juízes, e el-Rei apontou pela sua que houvesse outros três, que por todos haviam de ser seis, porém, que destes seis, os três haviam de ser religiosos, e os outros três de nações estrangeiras, porque assim ficasse o juízo mais sem sus-*

peita. Determinado isto assim entre todos, se consertaram logo que os três juízes religiosos fossem três menigrepos [sacerdotes] *de um pagode* [...], *e nos outros três juízes de nações estrangeiras, se ordenou que se lançassem sortes entre el-rei e os amotinados, sobre qual deles escolheria um ou dois por sua parte, e prouve a nosso Senhor que coube a el-Rei por sorte escolher os dois, porque ele, por permissão divina, os escolheu ambos portugueses, dos cento e oitenta que então estavam na cidade, um dos quais foi Gonçalo Pacheco, feitor do lacre de el-Rei nosso Senhor* [...], *e o outro um mercador honrado, por nome Nuno Fernandes Teixeira, que este Rei conhecia do tempo do Rei passado, e que dele era tido em muito boa conta.* [...].[349:f252]

É interessante constatar que só ali estavam quase duzentos portugueses. Para um pequeno país que, na altura, teria apenas cerca de um milhão de habitantes, é verdadeiramente impressionante a quantidade dos que tinham ido para a Ásia, para o Brasil e para África, o que justifica as medidas restritivas da emigração que então foram adoptadas, pois que faltavam braços para a agricultura. É também interessante observar que o lacre tinha tanta importância, que o rei ali tinha um *feitor do lacre.*

Tendo as especiarias em geral, nomeadamente o lacre, valor muito elevado na Europa, não surpreende que, com frequência, essas mercadorias fossem desviadas, eximindo-se, por um lado, aos impostos que deveriam pagar e, por outro, fornecendo-as directamente aos interessados, sem passarem por Portugal. A situação levou a que, no reinado de D. Sebastião, fosse promulgado o *Regimento do Trato da Pimenta, Drogas e Mercadorias da Índia*, em que foram especificadas, além da pimenta, que era a principal especiaria, outras, como o cravo, a canela, a noz-moscada, o gengibre, o anil e, obviamente, o lacre:

[...] *faço saber que, considerando eu o modo de que usam as pessoas que andam nas partes da Índia em seus tratos e comércios, especialmente no trato e compra da pimenta e mais especiarias, em que sou informado que cometem e fazem muitos desserviços a nosso Senhor* [...], *assim pelos modos e meios ilícitos de que nisso usam, como por tratarem contra a proibição e defesa das minhas ordenações* [...], *e deixam de vir e de se trazer para este Reino muitas mais especiarias das que vêm e poderiam vir se não vendessem e levassem para outras partes. Determinei* [...] *de largar o trato da pimenta e mais especiarias e mercadorias que houver nas partes da Índia a meus vassalos, para as haverem de trazer a este Reino pagando delas os direitos à minha fazenda, que neste Regimento vão declarados, para que daqui em diante, e licitamente, possam tratar e tratem nas ditas cousas sem os modos e meio ilícitos que nisso tinham, e com muito mais proveito e menos risco de suas fazendas* [...].[3:100]

Primeiramente hei por bem que toda pessoa, de qualquer qualidade e condição que seja, possa daqui em diante tratar [comerciar] *em toda a pimenta que houver na costa do Malabar e comprá-la pelos preços que lhe bem vier, nos lugares e fortalezas da Cananor, Chale, Cochim e Coulam somente, e não em outras algumas partes, nem lugares, da dita costa. E isto para haverem de carregar e trazer para este Reino* [...], *e não para a levarem para outras partes, nem isso mesmo para a revenderem* [...].[3:101]

E do Lacre pagarão de direitos quatro mil réis de cada quintal, e de frete, mil setecentos noventa e um réis.

E pagarão mais as partes, além dos ditos direitos e fretes, de cada quintal de pimenta cinquenta réis. E de todas as mais drogas e especiarias acima declaradas, e anil, e lacre, de cada quintal, cem réis. [...].[3:212]

O lacre tinha passado a ser muito utilizado na Europa em geral, e especificamente em Portugal, sendo utilizado em várias situações. Frei Luís de Sousa, que antes de professar se chamava Manuel

de Sousa Coutinho (1555-1632), em *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, publicado em 1619, descreve as perturbações ocorridas quando este morreu, em 1590. Como tinha sido Arcebispo de Braga, alguns pretendiam que fosse enterrado naquela cidade. Porém, como em 1582 tinha renunciado ao cargo (na sequência da aclamação pelas Cortes de Filipe II de Espanha como Rei de Portugal), ingressando no convento de Santa Cruz, em Viana do Castelo, onde passou os últimos anos de vida, outros queriam que fosse aí sepultado. Lê-se no texto:

> [...] *mas adiantaram-se o Corregedor da Comarca e outras pessoas principais da vila, e fizeram por suas mãos o ofício alheio, tomando em braços a pesada laje da campa e assentando-a e acertando-a sobre o moimento* [sepultura] *em toda perfeição. E por mais veneração, mandaram vir o lacre e o sinete da Câmara, e selarão as junturas com as armas da vila. Foi demonstração de zelo, mas feitio ocioso, porque os jaspes brunidos não davam lugar ao lacre fazer presa e cuspiam-no de si. Sobre esta diligência, antes de saírem da Igreja, fizeram vir uma grande companhia de soldados* [...], *os quais repartiram pela Igreja, crastas e adro* [...].[392:f276]

Entretanto, o lacre foi-se banalizando, de tal forma que, em 1613, já uma provisão determinava:

> *Por Provisão de 31 de Janeiro de 1613, foi declarado o que haviam de receber cada ano, em dinheiro, os Ministros de todos os Conselhos e Tribunais para despesa do papel, pergaminho, tinta, lacre, penas, areia e mais cousas que dantes se lhes costumavam dar* [...].[10]

• Lacre na literatura.

Além das várias referências literárias que acima fomos referindo, os romancistas fizeram muitas vezes alusões ao lacre. Apresentaremos em seguida apenas alguns desses casos:

Em *A Sobrinha do Marquês*, peça de teatro de Almeida Garrett (1799-1854) , publicada em 1848, o drama passa-se em 1777, nas horas que antecedem a morte do rei D. José I, a qual provocaria a queda o Marquês de Pombal, pois que não estava nas simpatias da futura rainha D. Maria I,. A certa altura, no início da 6.ª cena do segundo acto:

> *MARQUÊS, toca acampainha, entra o secretário.*
>
> *Sr. secretario, aquele aviso para o governador do forte da Junqueira?*
>
> *SECRETARIO. Aqui está, a selo volante.*
>
> *MARQUÊS, severo. Quem lhe disse que o fechasse a selo volante.*
>
> *SECRETARIO. A natureza da ordem; eu...*
>
> *MARQUÊS. A natureza da ordem? Pois Vm. mete-se a conhecer da natureza das ordens que eu dou? Sr. secretario, quando se escreve a segunda linha de um aviso no meu gabinete, já deve estar esquecida a primeira. Tem intendido? Lacre esse aviso já. (o secretário lacra o aviso) Bem! Dê cá. Mande chamar o padre Ignacio.* [...].[271:91-2]

Dizia-se que uma carta estava *fechada a selo volante* quando, num sobrescrito dirigido a uma pessoa estava incluído outro sobrescrito, mas aberto e dirigido a outra pessoa, para ser remetido a esta depois de lido ou assinado pela primeira[144:858].

Em *A Mocidade de D. João V*, de Rebelo da Silva (1822-1871), originalmente publicado em quatro volumes entre 1851 e 1852, um romance histórico centrado no amor impossível entre o príncipe herdeiro, futuro rei D. João V, e Cecília, a filha do capitão Filipe da Gama, no capítulo final é anunciado o noivado entre Jerónimo Guerreiro, que tinha sido nomeado para o posto de coronel dos terços de infantaria da capitania do Maranhão e Grão-Pará, com Teresa, irmã de Cecília. O padre Ventura, da Companhia de Jesus, também quer fazer uma oferta aos noivos:

> [...]. *Aproximando-se da mesa, então, virou-se para Jerónimo e disse-lhe rindo:*

— Apesar do meu voto de pobreza, também hei-de fazer um presente ao noivo: vai partir para a América brevemente; não acha, Jerónimo, que uma recomendação nossa em seu favor para os padres daqueles lugares, não seria de todo inútil? A Companhia pode alguma coisa ali.

— Vossa paternidade sabe que o respeito e venero...

— Sei. Por isso escrevi isto. Deixe pôr o selo!

Era uma ordem secreta aos prelados das missões, para ajudarem em tudo o irmão Jerónimo Guerreiro, passada em nome do geral; o que equivalia a uma fortuna rápida, pelas imensas relações do instituto naquelas partes.

Queimando o lacre lentamente, o padre Ventura tirou o anel do dedo, e com a chapa de ouro gravada nele, selou a fita pendente, e o lugar em que a uniu com o papel. [...].[387:706]

Camilo Castelo Branco (1825-1890), em *Amor de Salvação*, de 1864, escreveu que Afonso, ao contar o seu envolvimento amoroso com Teodora, diz a certa altura:

[...]. *«Fechado na minha alcova, abri a carta de Teodora. Está neste maço lacrado há quatorze anos. Quebre-se o lacre por amor da autenticidade da história ... Aqui a tens. Lê tu, enquanto eu me dou folga aos pulmões. Há muito ano que não falei tanto tempo!* [...].[179:107]

Também Eça de Queirós (1845-1900) menciona o lacre, por exemplo, em *A Relíquia*, de 1887. O leviano Teodorico Raposo está na Palestina e vai até ao Horto das Oliveiras, onde se senta *debaixo da mais velha oliveira*. Aí, imagina o momento em que D. Patrocínio, a *titi*, morreria, deixando-lhe a sua fortuna:

[...]. *De leve, sobre o muro, entre as madressilvas um pássaro cantou: e mais alegre que ele cantou uma esperança no meu coração! Era a titi na cama, com o lenço negro amarrado na cabeça,* [...]*, arquejando com terror do Diabo... Era a titi a espichar, retesando as canelas. Num dia macio de Maio metiam-na, já fria e cheirando mal, dentro de um caixão bem pregado e bem seguro. Com tipóias atrás, lá marchava D. Patrocínio para a sua cova, para os bichos.*

Depois quebrava-se o lacre do testamento na sala dos damascos, onde eu preparara para o tabelião Justino pastéis e vinho do Porto: carregado de luto, [...]*, eu afogava num lenço amarfanhado o escandaloso brilho da minha face: e de entre as folhas de papel selado sentia, rolando com um tinir de ouro, rolando com um sussurro de searas, rolando, rolando para mim os contos de G. Godinho!... Oh êxtase!* [...].[360:352-3]

Como último exemplo, recorremos a *As Naus*, de Lobo Antunes (1942-...), de 1988, em que o autor narra a história de regresso a Portugal, numa ambivalência de tempos: o dos descobrimentos e o contemporâneo. Ainda no início do romance, diz-se:

[...]. *Os que regressavam consigo*, [...] *formavam uma serpente de lamentos e miséria aeroporto adiante,* [...] *na direcção de uma secretária a que se sentava, em um escabelo, um escrivão da puridade que lhe perguntou o nome (Pedro Álvares quê?), o conferiu numa lista dactilografada cheia de emendas e de cruzes a lápis* [...]. [...] *inquiriu de repente Tendes família em Portugal?, e eu disse Senhor não, muito depressa, sem pensar, porque a minha velha se finou de icterícia há seis anos* [...]. [...] *insistiu Nenhuns parentes, nenhum cunhado, nenhuma relação distante?, à medida que preenchia formulários, multiplicava números numa calculadora de bolso, me estendia um papel para assinar, Aqui, entornava uma gota de lacre no termo da página e a oferecia ao outro para que apusesse o anel de armas na nódoa de sangue fumegante.* [...].[132]

XXVIII

Lampião a petróleo (lanterna de estábulo).

Figura 88 – Lampião a petróleo

• Intróito. xyz

Portugal, em meados do século XX, continuava a ser um país atrasado, eminentemente rural, onde, em grande parte das aldeias do interior, não tinham ainda chegado as comodidades do mundo contemporâneo, como, entre muitas outras, a água canalizada, os esgotos e a electricidade. As pessoas viviam a um ritmo ditado pelo funcionamento da Natureza, longe da ditadura imposta pelo relógio, tendo como referências principais a altura do Sol e os toques do sino da igreja. Trabalhava-se (quando havia trabalho) de Sol-a-Sol, e as pessoas deitavam-se com as galinhas, como se costumava dizer para significar que iam para a cama mal anoitecia, pois que, no dia seguinte, tinham de se levantar de madrugada, ainda antes do Sol raiar. Nessa época, a vida era essencialmente diurna; quando anoitecia, para tragarem as sopas da ceia (como então se designava o actual jantar) e prepararem as tarefas do dia seguinte, careciam de uma fonte de luz artificial. Nessa altura, o recurso ao azeite como combustível para as candeias, embora ainda fosse utilizado, já não era muito vulgar, destronado que tinha sido pelo petróleo (querosene), que produzia uma luz bastante mais viva e brilhante.

A família juntava-se, então, em redor de um candeeiro a petróleo que, por vezes, era colocado numa pequena plataforma existente para o efeito numa das paredes, a qual ficava um tanto elevada para que a luz fosse mais abrangente, evitando-se, deste modo, a utilização de mais do que uma fonte luminosa, pois que era imperioso ser muito comedido nos gastos. Com mais frequência, o candeeiro era colocado simplesmente em cima da mesa ou de qualquer outro móvel. A imagem das sombras fantasmagóricas que a luz tremeluzente projectava nas paredes ficou-me gravada de forma indelével na memória. Por vezes, a amena cavaqueira após o jantar derivava para histórias de almas do outro mundo, narradas de forma vívida, como se correspondessem a factos verídicos, vivenciados por pessoas devidamente identificadas. Ainda crianças, acompanhávamos atentamente, muito caladas, essas expressivas narrativas, olhando de soslaio, um tanto atemorizados, para as sombras que a luz do candeeiro desenhava nas paredes.

Depois, chegava a hora das crianças se irem deitar. Na Beira Baixa e noutras regiões, tal era determinado por um dos adultos com a tradicional expressão *a mijar e à cama*. Tal plebeísmo era plenamente justificado: como já referimos, não havia saneamento básico e, portanto, para se fazerem as necessidades ia-se ao quintal, submerso no manto negro da noite. Se era altura de Lua-cheia e o tempo não estava nublado, o pálido luar era suficiente para irmos fazer as *necessidades*. Porém, se era Lua-nova, ou se as nuvens encobriam a luz dos astros, era preciso, principalmente para os mais medrosos, fazerem-se acompanhar por iluminação artificial. As candeias não eram adequadas, pois que qualquer aragem as podia apagar, o mesmo acontecendo, embora em menor grau, com os candeeiros a petróleo. Tínhamos, então, um dispositivo mais adequado: o lampião a petróleo. Este propiciava iluminação mais fiável, mesmo com algum vento ou chuva, assim se quebrando a negritude da noite (embora não a dos temores infundidos pelas narrativas que envolviam figuras fantasmagóricas). Simples e eficientes, os lampiões marcaram, no mundo rural, a vida nocturna das casas particulares, mesmo depois de terem aparecido os chamados *Petromaxes*, que forneciam luz bastante mais intensa, mas eram significativamente mais caros.

Como é evidente, nesses tempos, tais lampiões constituíam utensílios imprescindíveis para executar tarefas nocturnas no exterior, principalmente quando a forte escuridão diminuía a visibilidade a apenas alguns palmos. Eram essenciais, por exemplo, no Inverno, para ir buscar mais lenha para a lareira, ou, em qualquer estação do ano, para ir ver como estava o gado. Eram também utlizados com alguma frequência para à noite ir visitar familiares ou amigos, para ir ao palheiro dar comida aos animais, e para desempenhar outros afazeres fora de casa. Todavia, em circunstâncias normais, isto é, quando não estavam em causa tarefas essenciais e se pretendia, apenas, percorrer o trajecto

entre dois pontos, como ir de casa à igreja para participar em ofícios nocturnos ou ir à taberna dar dois dedos de conversa com alguém, não se levava, em geral, o lampião. Eram tempos em que as pessoas estavam habituadas a vivenciar a noite sem luz artificial, e acostumadas a fazer sacrifícios e a poupar em tudo, e se era possível economizar no petróleo, não era apenas por maior comodidade que se ia fazer mais este gasto suplementar. Os habitantes da aldeia conheciam bem os locais por onde se movimentavam, nomeadamente as ruas. Percorriam-nas, mesmo noite cerrada, mesmo quando uma espessa mantilha de nuvens inibia qualquer chegada de luminosidade do espaço, com o mesmo à vontade com que, em casa, se levantavam na escuridão para fazer qualquer coisa.

Quando eu era jovem, a maior parte das vezes não precisávamos de recorrer a lampiões quando, à noite, transitávamos pelas ruas da aldeia. Conhecíamos bem as artérias do povoado e não precisávamos de luz para por elas transitarmos sem problemas. Mesmo em noites cerradas, os transeuntes eram detectados a certa distância, a suficiente para evitar encontrões. Detectava-se que vinha lá alguém, mas não era possível saber quem. Para isso, utilizava-se a velha fórmula tradicional da região: uma das pessoas dizia *Que Deus te guarde*, ao que a outra respondia *Vai com Deus*. Num meio pequeno, em que todos se conheciam, isso era o suficiente para que, pela voz, as pessoas se identificassem, sem necessidade de iluminação.

As ruas secundárias da aldeia eram em terra batida, mas as artérias principais estavam calcetadas com calhaus quartzíticos, irregulares, que formavam um piso heterogéneo, com altos e baixos. De noite, por entre a escuridão, sem lampião que iluminasse o caminho, a aproximação de qualquer homem era facilmente detectada pelo barulho ritmado que as botas cardadas faziam ao embater no chão, muitas vezes escorregando no arredondado dos calhaus. Por outro lado, como, em geral, eram fumadores, enxergava-se na negridão opaca envolvente a luzinha da ponta acesa do cigarro. Já as mulheres, que a essas horas nocturnas pouco andavam na rua, não eram reconhecíveis com a mesma facilidade: com calçado ligeiro, com frequência vestidas de negro, só dávamos por elas, por vezes, quando o vulto escuro estava já muito perto de nós. A utilização de lampiões estava reservada para tarefas específicas, em que era essencial ter iluminação.

Os lampiões, comercialmente designados por *lanternas de estábulo*, eram geralmente feitos de lata (folha de flandres). Como consomem querosene, a sua utilização liberta um odor característico, proveniente da combustão deste combustível, que permanece no ar circundante durante bastante tempo. Têm uma base circular, sobre a qual está o depósito de querosene, que, na parte superior, tem enroscado o queimador (figura 88). A torcida ou mecha (figura 89) está mergulhada no querosene, ficando a parte superior visível no queimador. O combustível, por capilaridade, sobe através dessa torcida, de forma que, ao dela se aproximar uma chama, se incendeia, difundindo a desejada luz. Porém, para acender o lampião, é necessário accionar uma mola que permite levantar a estrutura da chaminé. Depois de aceso, com essa mesma mola baixa-se a chaminé de vidro, ficando, assim, a chama protegida do vento. Um pequeno botão redondo no exterior, ligado de forma solidária a uma roda dentada cujos dentes mordem a torcida, permite, rodando-o, que, subindo ou descendo a mecha, se regule a intensidade da chama, obtendo-se mais ou menos luz.

A chaminé é de vidro fino transparente, sendo mantida no local apropriado por duas peças exteriores de arame grosso, ortogonais e adaptadas à curvatura da dita chaminé (figura 89). Essas peças estão soldadas na base a uma pequena plataforma circular com uma abertura com igual formato, por onde sai a parte superior do queimador. É esta plataforma que sobe e desce em função da mola acima aludida, com ela movendo, para cima ou para baixo, a chaminé. Os outros componentes do lampião são complementares: duas hastes mais grossas, soldadas ao exterior do depósito, que servem de protecção e, simultaneamente, de suporte à parte superior do equipamento a que estas hastes estão também soldadas; a peça superior é circular, nela existindo um vão que permite que o

elemento metálico que encima a chaminé suba ou desça; na parte de cima, há orifícios por onde saem os gases da combustão. Uma pega, também metálica, serve para transporte do lampião, bem como para o pendurar em qualquer suporte.

A chama da luminária deve ser cuidadosamente regulada: não pode ser muito pequena, pois que, nessas condições, não tem suficiente poder iluminante; mas também não pode ser muito grande, pois que a combustão do querosene liberta fuligem, parte da qual se deposita na parede interna da chaminé, retirando transparência ao vidro e, portanto, diminuindo a quantidade de luz emitida pelo lampião, além de que, quanto maior for a chama, maior é a quantidade de combustível gasto (o que, nesses tempos de penúria, não era despiciendo).

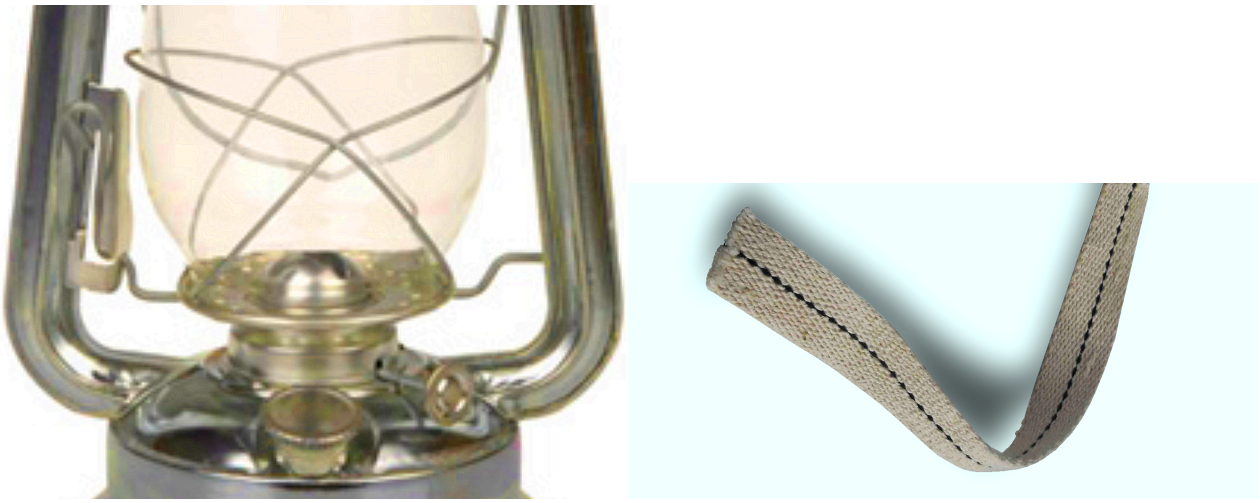


Figura 89 – Em cima: pormenor de um lampião; em baixo, torcida de lampião

A chaminé é feita de vidro bastante fino; quando fica suja (coberta por fuligem), é preciso lavá-la e limpá-la. Esta operação tem de ser efectuada cuidadosamente dada a fragilidade do material: qualquer descuido ou movimento mais brusco pode acabar por partir essa frágil peça de vidro. Para executar essa tarefa tem de se desmontar o lampião, separando a chaminé de vidro. Só depois é lavada e cuidadosamente seca, deixando-a o mais transparente possível. Finalmente, é necessário repetir a operação, por ordem inversa, para que o lampião fique, de novo, pronto a ser usado com eficácia.

Em Portugal, o principal fabricante de lampiões a petróleo era a Casa Hipólito (a mesma que fazia os fogareiros a petróleo e, depois, os *petromaxes*, a que fazemos alusão noutros capítulos), que os começou a produzir no início da década de 30, com a designação de *lanternas de estábulo*. Após a 2.ª Guerra Mundial, aproveitando o vazio deixado pela indústria alemã, lançou-se também na exportação destes equipamentos. O *Diário de Notícias* de 13 de Novembro de 1949 tinha um anúncio ilustrado da Casa Hipólito, no qual estavam representados os produtos comercializados e respectivos preços: as lanternas de estábulo (lampiões a petróleo) custavam entre 42$50 e 55$00, enquanto que os fogareiros a petróleo tinham o preço de 130$00[242:147]. Estavam, portanto, ao alcance das magras bolsas da população rural da altura, embora com sacrifício. Recordemos que o salário de um operário têxtil seria, na altura, entre 120 e 150 escudos. Tal explica, também, a razão por que estes lampiões continuaram a ser usados ainda durante muito tempo, mesmo depois de aparecerem os chamados *Petromaxes*, que dão muito mais luz, mas eram bastante mais caros e gastam mais combustível.

• Lampiões e lanternas nos dicionários.

Não sabendo se o vocábulo mais apropriado para designar estas luminárias era *lampião*, como era corrente dizer-se, ou *lanterna*, como constava dos anúncios, procurámos os dois termos nos dicionários.

No mais antigo dicionário impresso que conhecemos, o *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem,* de Jerónimo Cardoso, de 1562, está incluído *lanterna*, sob a forma:

> *Alanterna, Laterna, æ.*[202:f10]

Portanto, em português (lusitânico) da altura, a forma indicada seria *alanterna*, com o seu equivalente latino *laterna*. Porém, na *Ortographia da Lingoa Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, publicada em 1576, na parte em que se elencam *algumas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal,* está incluído *Alanterna*, forma incorrecta, sendo a correcta *Lanterna*[290:f69v]. Todavia, apesar de ser considerada errada, a forma *alanterna* perdurou ainda durante bastante tempo nalguns dicionários. Em 1647, Bento Pereira, no *Tesouro da Língua Portuguesa*, expressa basicamente o mesmo que Cardoso: *Lanterna, Laterna, æ*[337: f62]*.*

Figura 90 – Folha de catálogo da Casa Hipólito referente a lampiões (lanternas de estábulo).

Rafael Bluteau, no seu Vocabulário, no volume publicado em 1716, é mais específico:

> *LANTERNA. Transparente abrigo da luz de uma vela ou candeia contra o vento.* Laterna, æ.
>
> *Lanterna. Obra pequena de madeira ou outra matéria, com seus vãos e aberturas para dar luz a modo de lanterna no mais alto do edifício.* [...].[166:l37]

É em Bluteau que, pela primeira vez, encontrámos o vocábulo *lampião*, embora sem verbete específico, mas mencionado noutros verbetes (*sic*):

FAROL. Faról. Lampiaõ, ou especie de lanterna grande no alto da popa de hum navio, ou de huma Galé. V. Pharol.[165:f36]

PHARÓL. O lampiaõ que vay de noyte no alto da popa da [nau] *Capitania, quando navegão armadas, ou navios de conserva*. [...].[167:477]

É no Suplemento ao Vocabulário, publicado em 1727, que o termo *lampião* aparece com verbete autónomo, agora grafado como *lampeão*, enquanto que anteriormente estava como *lampião* (*sic*):

LAMPEAÕ. Vid. Lampadario.[x037:546]

É de referir o que, no volume do vocabulário publicado em 1716, se diz sobre lampadário (*sic*):

LAMPADARIO. Lampa ou castiçal grande do qual sahem muitos ramos, & no cabo de cada hum delles hũa luz, como saõ os que se vêem suspensos nos palácios ou nas Igrejas. [...].[166:l30]

É de relevar que o vocábulo *lanterna* aparece logo com verbete próprio nos primeiros dicionários, pois que deriva directamente do latim (*laterna*), enquanto que *lampião* só raramente aparece de modo autónomo, pois que este termo deriva do italiano *lampione*, aumentativo de *lampa* (lâmpada). Dada a utilização do vocábulo nos dicionários, é possível que só tenha sido introduzido no léxico português no século XVII ou início do seguinte.

Nos dicionários posteriores, do século XVIII e início do XIX, o vocábulo *lampião* está omisso ou é apresentado como sinónimo de *lampadário*. Ambos os vocábulos (*lampião* e *lanterna*) são mencionados na *Orthographia ou arte de escrever,* de Madureira Feijó, de 1734 (*sic*):

Farol. o mesmo que lampiaõ, ou lanterna grande no alto da pôpa nos navios, melhor se escréve Pharol.[251:313]

Pharol. o lampiaõ, que vay de noite na poppa da Capitânia.[251:432]

Lanterna, o abuso diz Alintérna, ou Alentérna.[251:367]

O dicionário de Bernardo Bacelar, de 1783, tem *lanterna*, mas também não contempla *lampião* com verbete autónomo, embora o mencione noutros (*sic*):

Alampe-ar, ação, ado, eiro; pôr lampeoens, *acende-los.*[146:20]

Elampea-r, ção, do [...] allumiar com lampeoens*.*[146:160]

Lantern-a, ciro *(laterna, lanthànon) c. que leva luz, e a esconde.*[146:423]

Em 1789, no dicionário de Morais Silva, que ainda tem como primeiro autor Bluteau (apesar deste ter falecido em 1734), em *lampião* continua-se a remeter para *lampadário*[173:l5], e a mencioná-lo em *farol* (*lampião de popa de navio*[172:599]), mas apresenta, pela primeira vez, o vocábulo *lanterna* mais ou menos com a acepção que nos interessa:

LANTERNA, instrumento feito de um cilindro de lata crivado [furado]*, com sua portinha, na base vai posta uma luz de vela; outras têm outra figura e leva vidraças à roda da luz. §* Lanterna de furta fogo, *aquela em que a luz se pode encobrir*. [...].[173:7]

A lanterna de furta-fogo, já incluída em dicionários anteriores, é definida como:

FURTAFOGO, lanterna de furta-fogo, *que é feita de sorte que, dando-se uma volta a um cilindro de lata, em cujo meio anda a luz; parte dele tapa a passagem dos raios pelo lume ou óculo com vidraça, da lanterna.*[172:645]

Os dicionários seguintes contêm, *grosso modo*, o mesmo. Por exemplo, em 1818, o dicionário de algibeira, de *três literatos portugueses*, tem os verbetes:

Alanterna, *(ant.) lanterna.*[397:193]

Alenterna. *V.* Alanterna.[397:207]

Farol, *lanterna grande no alto da popa de um navio; nas torres na entrada dos portos de mar;* [...].[398:15]

Furta-fogo, *fogo ou lume furtado e escondido;* [...].[398:69]

Lampião (grafado *Lampeão*). *(p. uz.* [pouco usado]*) Lampadário.*[398:241]

Lanterna, *utensílio de vidro ou de outra coisa transparente em que se mete uma vela acesa para o vento não a apagar.* [...]. — de furta-fogo*, aquela em que a luz se pode encobrir.* [...].[398:244]

Surdo, [...]. Lanterna —*, cega, de furta-fogo.* [...].[398:832]

Vista, [...]. As — da lanterna*, os buracos por onde sai a luz.* [...].[398:992]

Em meados do século, em 1856, o dicionário de José da Fonseca, *feito inteiramente de novo e consideravelmente aumentado, por J.-I. Roquette*, continua a incluir as formas *alanterna, alenterna e alinterna*, embora remetendo para *lanterna*, e tem os seguintes verbetes:

Fanal, farol, lanterna grande (do navio) .[264:515]

Farol, lampião na popa do navio; faro; [...].[264:517]

Furta-fogo, lume escondido. Lanterna de —*, que oculta a luz.*[264:548]

Lampião, lampadário; candeeiro de alumiar ruas, escadas, etc.[264:631]

Lanterna, peça de vidro, etc. com luz.[264:632]

Na transição do terceiro para o quarto quartel do século XIX, o *Tesouro da Língua Portuguesa* de Domingos Vieira incluiu os seguintes verbetes: xyz

ALANTERNA, (Do latim laterna*, de* lateo*, eu escondo; o povo ajuntou-lhe o prefixo da índole da língua, e o corrompeu nas formas Alinterna e Alenterna. Mais correctamente, Lanterna). Aparelho cilíndrico, triangular ou quadrado, com uma lâmina transparente na portinhola ou em cada uma das suas faces, dentro do qual se aguarda a luz das correntes do ar.* [...].[421:264]

ALENTERNA. O mesmo que Alanterna. Vid. esta palavra. = O povo também diz Alinterna.[421:291]

ALINTERNA (O mesmo que Alanterna; na linguagem popular o «a» e o «i» permutam-se frequentemente, como em arrincar*, arrancar). Lanterna.* [...].[421:310]

LAMPEÃO. Vaso metálico ou de vidro em que se deita azeite ou gás, tendo uma torcida, e que serve nas iluminações.
— Vaso de vidro que se suspende no meio das lâmpadas da igreja entre o fundo da alâmpada e o cocar.[423:1254]

LANTERNA. Caixa guarnecida de uma substância transparente, córnea ou vítrea, onde se introduz uma luz, para obstar a que o vento a apague. [...].
— Lanterna de furta-fogo*; espécie de lanterna feita de tal maneira que aquele que a leva vê sem ser visto.* [...]
— Farol, faro. [...].[423:1254]

LINTERNA. Vid. Lanterna.[423:1323]

VISTA, [...]. *— As* vistas *da lanterna; os buracos com vidraça por onde sai a luz.* [...].[425:972]

Como se disse, os dicionários do século XIX dizem mais ou menos o mesmo, mas o de Caldas Aulete, de 1881, é mais específico, recuperando mesmo o antigo termo *alanterna* e outros:

Alanterna, o mesmo que lanterna.[141:53]

> *Farol* [escrito *Pharol*], *torre ou qualquer outra construção elevada, ao pé do mar, em cuja parte superior há um faixo ou foco luminoso* [...]. | *Lampião da popa do navio, ou o que se coloca na gávea do mastaréu da gata, para indicar o lugar em que navega ou está fundeado.* | [...].[142:1342]
>
> *Furta-fogo, lume escondido* | *Lanterna de* furta-fogo*, lanterna surda, que tem um aparelho que posto em movimento oculta a luz |* [...].[141:837]
>
> *Lampião, espécie de lanterna grande que se leva na mão ou se suspende por qualquer meio ao tecto, esquina ou parede para alumiar.* [...].[142:1035]
>
> *Lanterna, caixa portátil ordinariamente de lata, guarnecida de vidros pelos lados e com um orifício em cima, dentro da qual se coloca um pequeno reservatório com azeite e torcida. [Serve para se alumiar de noite quem anda por caminho escuro].* [...]. | *Utensílio quase semelhante a este, que se fixa na dianteira das carruagens para o serviço da noite.* | *Caixa forrada por três ou quatro vidros, com uma vela ou pavio dentro, que se coloca na ponta de uma haste e serve para ir aos lados do pálio ou da umbela em procissão.* | *Pequeno vaso de vidro com azeite ou estearina que serve de luminária.* | [...]. | Lanterna *de furta-fogo, pequena caixa de metal ou folha que tem na frente um vidro convexo com uma espécie de portinhola corrediça e dentro a luz [Serve para mostrar quem vem sem mostrar quem a trás.* | Lanterna *de palheiro, caixa cilíndrica de lata, crivada de um grande número de pequeninos orifícios, e dentro da qual se coloca uma luz. [É quase exclusivamente usada nos palheiros, abegoarias, cavalariças, etc.]* | [...].[142:1039]
>
> *Vista,* [...]. | Vistas *da lanterna, as fendas, orifícios, vidros ou qualquer matéria transparente por onde passa a luz da lanterna; os lados desta em que se acham abertas 3 fendas ou orifícios ou colocados os vidros.* | [...].[142:1886]

Do acima exposto parece poder depreender-se que ambos os vocábulos (lanterna e lampião) são adequados para designar estas luminárias, mas que talvez o mais adequado seja o primeiro.

Com a divulgação do petróleo (querosene), verificou-se rápida adaptação ao novo combustível, de modo que os *lampiões a petróleo* ou *lanternas de estábulo* proliferaram no país para proporcionar luz em actividades fora de casa, até que começaram a ser definitivamente substituídos pelas chamadas *pilhas*, muito mais ligeiras e práticas.

• Lampiões e lanternas a petróleo na literatura.

Embora os lampiões e as lanternas sejam bastamente mencionados na literatura, na maior parte dos casos não é especificado qual o combustível que usavam, se o ancestral azeite ou estearina, ou o moderno querosene. Acresce que, com frequência, os candeeiros a petróleo também eram designados por lampiões, o que, em muitos casos, nos deixa na dúvida sobre a luminária específica a que o autor se refere.

Referimos, por exemplo, *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, de 1875, em que numa passagem se diz que, depois de uma reunião de pessoas amigas:

> [...] *todos se despediram e algumas senhoras foram a casa acompanhar a sr.ª D. Juliana. A sr.ª D. Maria da Assumpção e a S. Joanneira, embrulhadas nos seus chalés* [xailes] *também foram. A noite estava escura, cheia de vento. Um criado levava um lampião e todos caminhavam na areia, calados.* [...].[358:82]

Em 1875 ainda o petróleo não se tinha divulgado em Portugal, pelo que o combustível do lampião aludido era certamente azeite ou qualquer outro óleo. O mesmo não acontece em *A casa fechada*, de Vitorino Nemésio, publicado com mais dois contos, em 1937, num livro com esse título. O enredo gira em torno de Luís que, passados cinco anos, volta em segundas núpcias à casa das Penhas onde vivera com a primeira mulher, Margarida. Após a morte desta, José, o caseiro, construiu, à beira do

pinhal, um pequeno altar que, com sua esposa Anica, visitava todas as noites, aí acendendo uma lâmpada de azeite. Foi o que aconteceu quando Luís regressou:

> [...]. *A Anica deitou um xaile aos ombros e o José a sua jaqueta. Cinquenta passos andados, à beira do pinhal, ficava o nicho* [...]. *A Anica ajoelhou num pouco de caruma chovida da orla dos pinheiros* [...].
>
> *Recolheram a casa e deitaram-se. Ainda luziu uma talisga das portadas do postigo de verga redonda sobre a estrada como a prega de uma pálpebra descida. Depois apagou-se. Na casa das Penhas corriam o fecho às vidraças; uma luz de petróleo apareceu primeiro pela frente, depois veio amarelar um dos quartos da empena virada ao José da Anica. Parecia que se iam deitar; a casa, sem comunicação, tomava o ar de coca de capuz puxada à frente. Mas lá se abriu uma porta, e um vulto veio ao jardim passear um lampião pelos canteiros, como quem procura um brinco ou anda a catar caracóis. Passou uma aragem nos pinheiros e o vulto meteu-se para dentro.* [...].[317]

Atendendo a que, presumivelmente, a acção decorre na década de 30 do século XX, quando o querosene já estava amplamente divulgado, o aludido lampião seria, certamente, de petróleo.

Em *Os Pescadores*, de 1923, Raúl Brandão descreve uma saída para o mar em Setembro de 1921. Embora tal não seja explícito, é muito provável que a lanterna e lampião aludidos fossem de petróleo:

> [...]. *A escota range no moitão e a grande vela triangular sobe, debate-se, enche-se de vento. A catraia mete a borda. Uma hesitação na marcha e logo nos entranhamos na agitação infinita, na noite infinita. À luz da lanterna remexem sombras indecisas. São os homens que se deitam nos bancos ou no fundo do cavername, entre os baldes,* [...]. *Só o arrais continua agarrado ao leme, de olhos fixos na agulha de marear. Chego-me mais para ele...* [...]. *Escuto o negrume cheio de rumores, de vozes, de sombras movediças, que se debruçam para nós como um che... che... mais alto, mais baixo, que não cessa. Um grito parece vir de muito longe, da vida monstruosa e profunda em que me entranho. Mas já me não mete medo o mar. O lampião ilumina a cara do arrais, rude e grave, serena. E a meu lado a água escorrega no costado, chape-que-chape, sempre com o mesmo ruído monótono que adormece e embala.* [...].[185:26-7]

O assunto torna-se mais complexo quando se atenta que, com frequência, também se chamavam lampiões aos candeeiros da rua. Veja-se, por exemplo, o seguinte excerto de *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, que José Saramago publicou em 1984, mas cuja acção decorre em 1935:

> [...] *andando foram e o dia escurecendo, chegados àquela esquina era já noite cerrada. Valeu terem-se acendido os candeeiros,* [...]*, mas destes lampiões há que dizer que não foi como certamente há-de ser um dia, sem mão visível de homem, quando a fada electricidade, com sua varinha de condão, chegar ao Alto de Santa Catarina e adjacências, todos gloriosamente acendidos ao mesmo tempo, hoje temos de esperar que venham acendê-los, um a um, com a ponta da vara ateada abre o homem o postigo do candeeiro, com o gancho roda a torneira do gás, enfim este fogo-de-santelmo vai deixando pelas ruas da cidade sinais de ter passado, um homem leva consigo a luz, é o cometa Halley com seu rasto sideral,* [...]*, porém chama-se António este caga-lume. Ricardo Reis tem a testa gelada, apoiou-a na vidraça e ali se esqueceu, vendo cair a chuva,* [...]*, até que veio o acendedor dos candeeiros, então ficou cada lampião com seu fulgor e aura, sobre as costas de Adamastor cai uma já esmorecida luz, rebrilha o dorso hercúleo, será da água que vem do céu, será um suor de agonia por ter a doce Tétis sorrido de escárnio e maldizendo, Qual será o amor bastante de ninfa, que sustente o dum gigante,* [...]. *Lisboa é um grande silêncio que rumoreja, nada mais.* [...].[373]

Terminamos a exemplificação com um excerto de *Tratado das Paixões da Alma*, de Lobo Antunes, publicado originalmente em 1990, em que a alusão é específica:

> [...] *e teve que me ajudar como o dinheiro da carteira que se me escapava dos dedos, e teve que me empurrar na direcção da porta seguida pelo corvo que lhe grasnava de ciúme aos calcanhares, e teve que me fechar os taipais nas costas para que eu não voltasse, pegajoso e torto, ao odor do bagaço, a chorar as lágrimas e aradas e humildes dos bêbados, de forma que me achei de novo a caminhar aos tropeços nos passeios de Almada, adivinhando a cada esquina as ventosidades do rio, os gemidos dos botes, e as traineiras que largavam, de lanterna de petróleo à popa, acompanhadas de uma coroa de alforrecas sulfúricas.* [...].[134]

Origem das figuras

Figura 1 – Acendedor de pederneira, também designado por *isqueiros de pedra*, *isqueiros de mecha*, *isqueiros de torcida* ou, simplesmente, *espanhóis*. Fotos JAD

Figura 2 – O *Eriophorum angustifolium*, uma das plantas da isca, sendo visível à esquerda um conjunto destes vegetais inflorescentes e à direita os filamentos que, secos, constituíam a isca. Imagens adaptadas da *webpage Eriophorum angustifolium* do *website Jardim Botânico da UTAD*.

Figura 3 – Isqueiro dos luchazes, caixa de isca e fuzil. Extraído de Serpa Pinto (1881)[347].

Figura 4 – Aerograma já utilizado. Foto JAD.

Figura 5 – Aerograma antes de ser utilizado. Foto JAD.

Figura 6a – Almotolia para o azeite. Foto JAD

Figura 6b – Almotolia Singer de máquina de costura. Foto JAD

Figura 7 – Angarelas com cântaros num cavalo (eu, meu irmão e meu avô). Foto JAD

Figura 8 – Crianças pequenas (eu e meu primo) sentadas numas angarelas de madeira, em 1949. Foto JAD

Figura 9 – Angarelas de ferro, Rosmaninhal. Adaptado de Chambino (2009)[437].

Figura 10 – Angarelas de ferro com cântaros de lata. Fotografia adaptada do *facebook* do *Museu da Memória Rural* de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carrazeda de Ansiães, de 29 de Janeiro de 2014.

Figura 11 – Cabaça com, seguramente, mais de um século, que pertenceu a meu avô. Foto JAD.

Figura 12 – Cuia preparada (esquerda), árvore da erva-mate e erva triturada (ao centro) e o chimarrão pronto a beber. Imagens extraídas da internet.

Figura 13 – Berimbau, com: a) verga (vara de madeira); b) arame; c) cabaça (que funciona como caixa de ressonância); d) baqueta (vareta de madeira com que se bate no arame para produzir som); e) e f) dobrão de metal ou de pedra (que pressionada contra o arame faz variar as notas); e g) caxixi (idiofone de verga, cuja abertura é tapada por uma rodela de cabaça, com sementes ou conchas dentro, que reforça a marcação do ritmo). Imagens extraídas da internet.

Figura 14 – Caderno escolar de meados do século XX e folha de duas linhas. Imagens JAD.

Figura 15 – Caixas de palitos. Foto JAD.

Figura 16 – Paliteiros do Lorvão, dispostos para o trabalho em semi-círculo. Imagem adaptada de Colaço (1913)[438].

Figura 17 – a) Paliteira do Lorvão. Imagem adaptada de Colaço (1913)[438]. b) Palitos flor. Imagem adaptada da *webpage origem comum*.

Figura 18 – Candeeiro a petróleo. Foto JAD.

Figura 19 – Cabeça metálica fendida de candeeiro a petróleo. Imagem adaptada do *website* de *Depósito da Marinha Grande*.

Figura 20 – Mecha ou torcida para candeeiro a petróleo. Imagem adaptada do *website* de *AliExpress*

Figura 21 – Candeeiros a petróleo em cerâmica, franceses, do último quartel do século XIX. Imagem extraída do *website* de *Cabral Moncada Leilões*.

Figura 22 – Candeeiro de azeite, de três bicos. Foto JAD.

Figura 23 – Candeia de azeite (ou de garavato).

Figura 24 – Caneta de aparo. Foto JAD.

Figura 25 – Antigo conjunto de secretaria, com tinteiro de porcelana, do lado direito, papel mata-borrão, do lado esquerdo, relógio central e, à frente, concavidade para colocar a caneta. Foto JAD.

Figura 26 – Diferentes tipos de aparos, cada um para uma forma distinta de escrita. Foto JAD.

Figura 27 – a) Aparos fabricados por John Mitchell na década de 20 do século XIX. b) Alguns aparos produzidos por produzidos pela Perry & C.º a partir da década de 30. Imagens extraídas de: a) *William Mitchell Script Dip Pen Nibs*, do website *Pic UK*; b) Bore (1890)[174].

Figura 28 – Evolução das canetas de tinta permanente: a) a *pena sem fim* de Nicholas Bion, de final de século XVII; b) carta de patente do *penográfico ou Instrumento de Escrita*, de John Scheffer, de 1819; c) figura da caneta aperfeiçoada por Lewis Waterman, inclusa na carta de patente de 1884. Origem das imagens: a) adaptada de Bion (1709)[160]; b) extraída de Scheffer (1819)[375]; c) modificada de Waterman (1884)[430].

Figura 29 – a) Publicidade publicada em 1945 na Revista Argentina *Leoplán* da Argentina, em que se ressalta o termo *Birome*; b) e c) Figuras constantes da patente que László Bíró registou nos Estados Unidos da América. Origem das imagens: a) extraída de *Bolígrafo marca birome I*, da *Wikipedia*; b) e c) adaptadas de Bíró (1943/45)[161].

Figura 30 – Envelope e carta tarjadas de *luto carregado*. Foto JAD.

Figura 31 – *Audio-cassette* de 60 minutos (30 de cada lado). Foto JAD.

Figura 32 – Gravador / leitor de *audio-cassettes* com uma delas e a caixa respectiva. Foto JAD.

Figura 33 – Gravador / leitor de micro-cassettes com uma delas ao lado. A escala corresponde a 5 cm. Foto JAD.

Figura 34 – Cocho de cortiça. Foto JAD.

Figura 35 – Corna tapada e com a tampa ao lado, vendo-se o interior. Foto JAD.

Figura 36 – Duas cornas profusamente decoradas. Imagens adaptadas de *Corna azeitoneira* do *blogspot Downton Cascais Antiques*, de Louise de Cascais, e de *Duro que nem um corno*, do *blogspot Do Tempo da Outra Senhora*, de Hernâni Matos

Figura 37 – Moedas de 50 centavos, vulgarmente conhecidas por “coroas” ou “cinco tostões”, que foram sendo sucessivamente cunhadas ao longo do século XX. Fotos JAD.

Figura 38 – Moedas de 5 000 réis do sistema decimal, definidas como *coroas de ouro* por D. Maria II e *meias coroas de ouro* por D. Pedro V. Imagens adaptadas das *web pages Museu Casa da Moeda*, *Novo Banco numismática*, *Portugal moedas* e *Colnect*.

Figura 39 – Moedas de 500 réis do sistema decimal, definidas como *meias coroas de prata* por D. Maria II, mas que depois seriam designadas por *cinco tostões*. Imagens adaptadas de *Novo Banco numismática*, *Portugal moedas* e *Museu Casa da Moeda*.

Figura 40 – Exemplares das duas emissões de moedas de 2$50, vulgarmente conhecidas por *cinco coroas* e *vinte e cinco tostões*. Fotos JAD.

Figura 41 – Cortiços de abelhas. Foto JAD.

Figura 42 – a) Interior de cortiço com três cruzetas. b) Favos no interior de cortiço, com a laboração das abelhas. Imagens adaptadas do *blog Monte do Mel* [436].

Figura 43 – a) Cortiço de abelhas. b) Ampliação da parte da entrada.

Figura 44 – Janelas com escritos. Fotomontagem JAD.

Figura 45 – Evolução das moedas de escudo. Fotos JAD.

Figura 46 – Antigas moedas portuguesas designadas por “escudos”. A) o de D. Duarte I cuja cunhagem se iniciou em 1435 (de que já não existe qualquer exemplar conhecido); b) o de D. João V, emitidos a partir de 1722; c) o que começou a ser cunhado em 1784, no tempo de D. Maria I e D. Pedro III (pelo que tem as suas duas efígies); d) o de D. Maria I, de 1794 (após a morte do rei-consorte); e) o de 1807, em que o futuro D. João VI aparece como regente do reino; e f) o de 1821, em que D. João VI é identificado como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Origem das imagens: a) Sousa (1738)[439]; b a f: *Museu Casada Moeda*.

Figura 47 – Primeiras moedas cunhadas pela república. Fotos JAD.

Figura 48 – Moedas correntes da 1.a República. Fotos JAD.

Figura 49 – Moedas correntes na sequência do decreto de estabilização do valor do escudo (1931). Todas as moedas de prata emitidas anteriormente foram recolhidas. As moedas de baixo valor (10 e 20 centavos), com a efígie da república virada para a esquerda, cunhadas principalmente na década de 20 continuaram em circulação. Prosseguiu a emissão de moedas de alpaca (50 centavos e 1 escudo), com a efígie da república virada para a direita, que tinham surgido em 1927. Introduziram-se as novas moedas de 10, 5 e 2,5 escudos, em prata. Fotos JAD.

Figura 50 – Moedas correntes em circulação na década de 60 do século XX. Relativamente ao sistema monetário instituído em 1931, foram introduzidas, no início da década de 40, as moedas de bronze de 10 e de 20 centavos, as de 2$50 e de 5$00, de cupro-níquel, no início da década de 60, continuando a ser cunhadas as moedas de $50 e de 1$00, de alpaca, que tinham começado a ser emitidas em 1927. De prata (de baixo toque) subsistia apenas a de 10$00, que foi cunhada apenas dois anos. Fotos JAD.

Figura 52 – Moedas correntes cunhadas após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e antes da reforma monetária de 1986. Fotos JAD.

Figura 53 – Moedas correntes estipuladas pela reforma monetária de 1986, que estiveram em vigor até à entrada em circulação do euro. Fotos JAD.

Figura 54 – Fogareiro de barro, a carvão. Foto JAD.

Figura 55 – Dois abanos circulares, um mais rústico, à direita, e outro mais perfeito e trabalhado, à esquerda. Fotos JAD.

Figura 56 – À esquerda, página com as primeiras letras do alfabeto, associadas a palavras e desenhos de objectos representativos, extraída da ‘Cartinha’ de João de Barros, publicada em 1539. À direita ampliação da parte referente à letra ‘f’, que tem como palavra representativa ‘fogareiro’ e um desenho que a ilustra, de modelo muito semelhante aos que eram ainda utilizados na 2.ª metade do século XX. Imagens extraídas de Barros (1539).

Figura 57 – Fogareiro a petróleo da marca “Fama”. Foto JAD.

Figura 58 – “Agulha” de fogareiro. Foto JAD.

Figura 59 – Anúncios da revista ABC aos fogões (e caloríferos) da *Vacuum*, publicados na segunda metade dos anos 20 do século XX. Imagens extraídas de *"Ser atado" ou como levar as expressões à letra*, e de *O fogão da Vacuum Oil Company*, do *blogspot Garfadas on-line*, de Ana Marques Pereira (2010 e 2017),

Figura 60 – Publicidade aos fogareiros *Vacuum*, publicada na revista *Ilustração* respectivamente em 16 de Março e 1 de Maio de 1936.

Figura 61 – Publicidade aos fogões (fogareiros) Hipólito, sob forma de banda desenhada, publicado em Dezembro de 1949 no Diário do Alentejo

Figura 62 – Publicidade aos fogões (fogareiros) Hipólito no mercado nacional. Adaptado de Duarte (2017)[242]

Figura 63 – Imagem de catálogos das cabeças ou bocais (queimadores) Hipólito. Adaptado de Duarte (2017)[242]

Figura 64 – a) Folha de catálogo referente aos fogões a petróleo da marca Hipólito, em português, francês e inglês. b) Anúncio em português, francês, inglês e árabe, que tinha como alvo principal os países do terceiro mundo. Imagens adaptadas de Duarte (2017)[242].

Figura 65 – *Frasco* feito de corno de boi. Foto JAD.

Figura 66 – Postal antigo em que são visíveis, pendurados da parte da frente da albarda, *frascos de corno* ou *cornas azeiteiras*. Imagem extraída de *Duro que nem um corno*, publicado por Hernâni Matos em 15 de Março de 2010 no blogue *Do Tempo da Outra Senhora*

Figura 67 – Frasco ou corna azeiteira decorada. Imagem adaptada de *Arte Pastoril – Memórias de um Colec-cionador*, publicado por Hernâni Matos em 7 de Maio de 2012 no blogue *Do Tempo da Outra Senhora*.

Figura 68 – Polvorinhos de corno, sem ornamentação e ornamentados. Imagens adaptadas dos websites *Personalite Leilões*, *OXL* e *best net Leilões.*

Figura 69 – O presidente norte-americano Calvin Coolidge que ascendeu à presidência após a repentina morte, em 1923, do presidente Warren Harding. Tem também o fumo no braço como sinal de luto. Fotografia extraída do *website* da *Biblioteca do Congresso*.

Figura 70 – Jovem, em 1955, usando gravata preta e fumo na lapela (o fumo da manga do casaco não é visí-vel). O fumo na lapela era usado especialmente como sinal de luto de familiares próximos. Foto JAD.

Figura 71 – Embora a fotografia (de 1959) esteja tremida, é visível, pelo fumo no braço esquerdo e pela gra-vata preta, que os jovens estavam de luto. Foto JAD.

Figura 72 – Gasómetros de acetileno. Imagens extraídas de *Outras épocas outros utensílios*, do *blogspot fritocosidoeassado*, de Paulo Duarte Homem.

Figura 73 – Página do catálogo de 1927 de Claudino Tavares de Azevedo com anúncio a gasómetros para parede e para mesa. Imagem adaptada de *Fabrica dos Claudinos – Catálogo*, do blog *Freguesia de César* (14 de Novembro de 2010).

Figura 74 – António Hipólito junto do primeiro gasómetro de acetileno que fabricou em 1904 e anúncio que publicou no semanário *Folha de Torres Vedras* entre Agosto e Novembro de 1902. Imagens adaptadas de Duarte (2017)[242].

Figura 75 – Anúncios do princípio do século XX que incluem instalações de acetileno. Esquerda: publicado na revista *Serões* de Abril de 1901. Direita: publicado no jornal *Resistência* n.º 1 334, de 6 de Agosto de 1908. Imagens extraídas dos periódicos referidos.

Figura 76 – Tacho de barro *gatado*, isto é, com uma fractura reparada com *gatos*. Fotos JAD.

Figura 77 – Desenho de um caldeireiro, publicado em 1860, que, no século XIX, era quem nas ruas fazia de *deita*-gatos. Imagem adaptada de *Archivo Pittoresco,* Volume III, n.º 31[53].

Figura 78 – Fotografia de um *deita-gatos* de Lisboa, sem data, possivelmente do início do século XX. Adaptada de *Olisipo* n.º 81, Janeiro de 1958[435].

Figura 79 – O *deita-gatos* num postal circulado no início do século XX. Adaptado de um postal da série "Typos das ruas" nº4, Edição A. Martins, circulado em 1904

Figura 80 – O *amolador que,* século XX, assumiu as funções do *deita-gatos.* Fotografia adaptada do post O "deita-gatos", de 12 de Maio de 2017, do Facebook 'Conta-me Histórias, Lisboa', de Helena Aguiar.

Figura 81 – Isqueiro *austríaco* (da marca IMCO) fechado, aberto e visão da face do fundo. Fotos JAD.

Figura 82 – Componentes dos isqueiros "austríacos".

Figura 83 – Primeiros isqueiros IMCO (série IFA), em que é evidente o aproveitamento de cápsulas de muni-ções provenientes de excedentes de guerra. Imagens adaptadas da *webpage Julius Master Vienna*.

Figura 84 – Isqueiro ‘G. Kimpel’, fabricado no Porto, do início do século XIX, que funcionaria a álcool e seria comercializado como ‘lamparina’. Foto JAD.

Figura 85 – Isqueiro de marca não identificada, das primeiras décadas do século XX, possível réplica dos da série IFA da IMC. Foto JAD.

Figura 86 – Alguns dos primeiros isqueiros da *Ronson*: a) o *Pist-O-Liter*, de 1910, que apenas produzia faíscas; b) o *Paragon striker lighter* / *Wonderlighter*, de 1913, que funcionava como um palito de fósforo; e c) o *Banjo*, de 1926, que era já um isqueiro automático de bolso. Imagens adaptadas dos *websites*: *Pist-o-liter – Pintrest*; *wonderliter – Antiques Navigator*; *Banjo – WorthPoint*.

Figura 87 – Pau de lacre e sinete. Foto JAD.

Figura 88 – Lampião a petróleo. Foto JAD.

Figura 89 – Em cima: pormenor de um lampião; em baixo, torcida de lampião. Fotos JAD.

Figura 90 – Folha de catálogo da Casa Hipólito referente a lampiões (lanternas de estábulo). Extraído de Duarte (2017)[242].

Página intencionalmente em branco

Índice dos principais autores e obras referidas

Adalberto Alves (1939-...)
Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa (2013) 173
Adolfo Coelho (1847-1919)
Contos Populares Portugueses (1879)..... 52, 202
Adolfo Portela (1866-1923)
As andorinhas (1893) 59
Agostinho Barbosa (1589-1649)
Dictionarium Lusitanico Latinum (1611) ..... ---
Agostinho de Mendonça Falcão (1783-1854)
Diccionário da Lingua Portugueza (1858) ..... ---
Agustina Bessa-Luís (1922-2019)
O Chapéu de Fitas a Voar (2008)..... 134, 158
Alberto Pimentel (1849-1925)
A Estremadura Portugueza (1908)..... 313
Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900)
Como eu atravessei África do Atlantico ao mar Indico [...]. (1881)..... 34, 267
Alexandre Herculano (1810-1877)
As freiras do Lorvão (1853) 86
Portugaliæ Monumenta Historica (1856-1917) 88
História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal (1859) 84
Alfredo de Mesquita (1871-1931)
Alfacinhas (1910) 214
Portugal Pittoresco e Illustrado (1903) 211
Almada Negreiros (1893-1970)
A Engomadeira (1917) 157
Almeida Garrett (1799-1854)
A Sobrinha do Marquês (1848)..... 343
Camões (1825) 301
Versos do V. de Almeida-Garrett. I. Lyrica (1853) 155
Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913)
O Cortiço (1890) 248
Álvaro Cunhal
Até Amanhã, Camaradas! (1974)..... 157, 249, 256
Álvaro de Campos (pseud.)
Os Poemas Completos de Álvaro de Campos (2015)..... 321

Anonymus
Apocalipse do Lorvão (1189) 88
Crónica do Condestável (*c.*1440) 67
Constitvições Synodaes do Bispado de Miranda (1565) *279*
Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia [...]. (*c.*1578) 266
Constitvições Synodaes do Bispado do Porto (1585) 280
Constitvições Synodaes do Bispado de Coimbra (1591) 280
Vocabulario da Lingoa de Iapam com a declaração em Portugues [...] (1603) 126, 244
Constitvições Synodaes do Bispado da Guarda (1621) 281
Cerimonial Monástico da Congregação de S. Bento (1820) 98

António de Morais Silva (1755-1824)
Diccionario da Língua Portugueza (1789) ..... ---

António Delicado (1610-???)
Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs (1651) 129

António Duarte Ferrão (pseud.)
Palito Métrico (1746) 98

António Ferreira (1616-1679)
Luz Verdadeyra (1670) 50

António Joaquim de Macedo Soares (1838-1905)
Diccionario Brazileiro da Lingua Portugueza (1889) ..... ---

António José da Silva Coutinho (1705-1739)
Guerras do Alecrim e da Manjerona (1737) 98

António José da Silva Pinto (1848-1911)
O Coliseu (1904) 317

António José de Carvalho (18??-18??)
Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil (1877) ..... ---

António Lobo Antunes (1942- ...)
Cús de Judas (1979) 41
Memória de Elefante (1979) 158
Explicação dos Pássaros (1981) 249
Auto dos Danados (1985) 195
As Naus (1988) 345
Tratado das Paixões da Alma (1990) 355
Manual dos Inquisidores (1996) 257

António Maria do Couto (1778-1843)
Diccionário da maior parte dos termos homónymos, e equívocos da lingua portugueza (1842) ..... ---

António Nobre (1867-1900)
Só (1892) 163, 203

António Nunes (15??-15??)
Lyvro dos pesos, da Yndia, e assy medidas, e mohedas (1554 [1868]) 341

António Peixoto de Guimarães
Pegureiro do Parnaso (1728) 174

António Serrão de Castro (c.1610-c.1684)
Acudi com água ao fogo (1668) 59

António Sousa Henriques Seco (1822-1892)
Memoria Historico-Chorogr. dos diversos concelhos do Districto administrativo de Coimbra (1853) .. 88

Aquilino Ribeiro (1885-1963)
Voluptuoso Milagre (1911) 53
Arnaldo Gama (1828-1869)
A Última Dona de S. Nicolau (1864) 193
Honra ou Loucura (1858) 118
El-Rei Dinheiro (1876) 35
Bento Moreno (pseud.)
Novos Contos de Bento Moreno (1887) 100
Bento Pereira (1605-1681)
Prosodia in Vocabularium Bilinguæ Latinum et Lusitanicum (1634) ..... ---
Prosodia in Vocabularium Trilingue Latinum, Lusitanicum, et Castellanicum Digesta (1634) ..... ---
Thesouro da Lingoa Portuguesa (1647) ..... ---
Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingoa portvgvesa (1655) ..... ---
Regras geraes, breves, e comprehensivas da melhor ortografia […] (1666) 140, 244
Bernardino de Souza (1834-?)
Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas (1873) 34
Bernardo de Lima e Melo Bacelar (c.1736-1787)
Diccionario da Lingua Portugueza (1783) ..... ---
Bruno Cordovil da Silva Cordeiro
A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas (2006) 309
Caldas Aulete (1823-1878)
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881) ..... ---
Camilo Castelo Branco (1825-1890)
O que fazem as mulheres (1858)..... 214
Amor de Salvação (1864) 344
A Sereia (1865) 99
O Comendador (1876) 35, 52
Cândido de Figueiredo (1846-1925)
Nôvo Diccionário da Língua Portuguesa (1899) ..... ---
Falar e Escrevêr. Novos estudos práticos da língua portuguêsa (1906) 212
Cândido Mendes de Almeida
Codigo Philippino (1603) (org.) (1870) 198
Cardoso Pires (1925-1998)
O Delfim (1968) 36
Carl Israel Ruders (1761-1837)
Viagem em Portugal (1805 [2002]) 210
Carlos Folqman (1704-17??)
Diccionario Portuguez e Latino (1755) ..... ---
Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925)
Cancioneiro da Ajuda. Edição Critica e Commentada (1904) 280
Cecília Schmidt Branco (1854-1898)
Contos Populares Portugueses (1911)..... 59
Damião de Góis (1502-1574)
Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel (1566)..... 201, 340
Domingos Vieira (1775-1857)
Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza (1871-1874) ..... ---
Duarte Madeira Arraiz (c.1600-1652)
Methodo de conhecer e curar o morbo gallico (1647) 130

Duarte Nunes de Leão (1530-1608)
Leis Extravagantes (coligidas por) (1569)..... 198
Orthographia da Lingoa Portuguesa (1576)..... 139, 243, 350
Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal (1600)..... 272

Eça de Queirós (1845-1900)
As Farpas (1871)..... 99
O Crime do Padre Amaro (1875) 52, 100, 112, 133, 353
O Primo Basílio (1878)..... 112
A Relíquia (1887) 163, 193, 248, 344
A Ilustre Casa de Ramires (1900)..... 70, 155
A Cidade e as Serras (1901)..... 119

Eduardo de Faria (1823-c.1860)
Novo Diccionario da Lingua Portugueza (1849) ..... ---

Érico Veríssimo (1905-1975)
Clarissa (1933)..... 156

Etienne Bourdet (1722-1789)
Cuidados Faceis para o Aceio da Boca (1819) 82

F.R.I.L.E.L (pseud.) (c.1743-c1824)
Adagios, Proverbios, Rifãos, e Anexins da Lingua Portugueza (1780)..... 66

Fernandes Bahia
Indústrias Portuguesas. I — Palitos (1915) 91

Fernando Assis Pacheco (1937-1995)
A Musa Irregular (1991) 42

Fernando Pessoa (1888-1935)
Poemas de Fernando Pessoa 1931-1933 (2004) 156
Os Poemas Completos de Álvaro de Campos (2015)..... 321

Fernão de Oliveira (1507-1581)
Gramática da Linguagem Portuguesa (1536) 105

Fernão Lopes (c.1380-1460)
Crónica de D. João I (*c.*1450) 131, 192, 273

Fernão Mendes Pinto (c.1512-1583)
Peregrinação (*c.*1570) 341

Fialho de Almeida (1857-1911)
Contos (1881) 193

Francisco da Fonseca Benevides (1836-1911)
Rainhas de Portugal (1878) 334

Francisco de Faria Aragão (1726-1806)
Tratado Histórico, e Fyzico das Abelhas (1800)..... 197

Francisco J. Teixeira de Queiroz (1848-1919)
Novos Contos de Bento Moreno (1887) 100

Francisco José da Rocha Martins (1879-1952)
Lisboa de Ontem e de Hoje. As Colinas da Cidade (1946) 322

Francisco Luís Pereira de Sousa (1870-1931)
O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demogr. Volume III (1928) 209

Francisco Manuel de Melo (1608-1666)
Feira dos Anexins (1875) 69, 202, 247

Francisco Matta Zeferino (pseud.)
Anatómico Jocoso (1755) 111
Francisco Moita Flores (1953- ...)
O Mensageiro do Rei (2017)..... 42
Francisco Rolland (c.1743-c1824)
Adagios, Proverbios, Rifãos, e Anexins da Lingua Portugueza (1780)..... 66
Francisco Solano Constâncio (1777-1846)
Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza (1836) ..... ---
Frei Luís de Sousa (1555-1632)
Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires (1619)..... 111, 343
Galopim de Carvalho (1931-...)
Fora de Portas (2008)..... 250
Garcia de Orta (1501-1568)
Colóquio dos Simples e drogas he cousas mediçinais da India (1563) 69, 97, 132, 337
Garcia de Resende (1470-1536)
Cancioneiro Geral (1516)..... 68
Vida e Feitos del-rei D. João II (1545) 192, 276
Gil Vicente (c.1465-c.1536)
Auto da Exortação da Guerra (1514) 68, 132
Auto da Barca do Inferno (1517) 201
Comédia de Rubena (1521) 50
Pranto de Maria Parda (1522) 110, 132
Auto da Lusitânia (1531) 132
Auto de Mofina Mendes (1534) 131
Gomes Eanes de Zurara (1410-1474)
Crónica do Conde D. Pedro (1463) 192
Gonçalo Rodrigues de Cabreira (15??-16??)
Compendio de muitos, e varios remedios de Cirurgia, & outras cousas curiosas (1611) 50, 62
Gonçalves Viana (1840-1914)
Apostilas aos dicionários portugueses (1906) ..... ---
Guilhermino de Barros (1828-1900)
O Castelo de Monsanto (1879)..... 175
Henrique Brunswick (1846-1919
Novo Diccionario Illustrado da Lingua Portugueza (*c.*1899) ..... ---
Hugh Owen (1825-1891)
Here and There in Portugal (1856) 81
Jerónimo Cardoso (c.1508-1569)
Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem (1562) ..... ---
Dictionarium Latino Lusitanicum & vice versa (1570) ..... ---
João da Porta Siqueira (c.1730-1797)
Tratado Prático da Civilidade Portuguesa (1786)..... 82
João da Silva Rebelo (1710-1790)
Palito Métrico (1746) 98
João de Barros (*c.*1496-1570)
Ásia - Década Primeira (1552)..... 68, 339
Ásia - Década Segunda (1553) 171, 201
Ásia - Década Terceira (1563) 340
Ásia - Década Quarta (1615)..... 266

João de Brito de Lemos
Abecedario Militar do que o soldado deve fazer [...]. (1631) 250
João de Deus (1830-1896
Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil (1877) ..... ---
João de N. Senhora da Porta Siqueira (?-1797)
Escola de Politica ou Tratado Prático da Civilidade Portugueza (1791) 303
João Diogo Correia
Apontamentos para a Monografia de Malpica do Tejo (1953)..... 117, 265
João Madureira Feijó (1688-1741)
Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza [...] (1734) ..... ---
João Teodoro de Neras (17??-17??)
Methodo Pratico com que as Senhoras Mulheres assistem nos Templos [...] (1760) 247
Joaquim de Santa Rita (17??-1770)
Academia dos Humildes, e Ignorantes [...] (1765) 248
Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822)
Elucidário das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antiguamente se usaram (1798) ..... ---
Joaquim J. Ventura da Silva (1777-1849)
Regras Methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras (1819) 138
Joaquim Pereira e Sousa (1756-1819)
Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, [...] (1827) 285
Jorge Álvaro de Sousa (15??-15??)
O livro que trata das Cousas da Índia e Japão (*c.*1550 [1960]) 337
Jorge Cardoso (1606-1669)
Agiológico Lusitano (1666)..... 111
Jorge Cardoso (1606-1699)
Agiologio Lvsitano dos Sanctos e Varoens Illvstres [...], Tomo III (1666)..... 274
Jorge Ferreira de Vasconcelos (c.1515-1585)
Aulegrafia (c.1550)..... 97
Comédia Eufrósina (1555) 51
José António Pombinho Júnior (1898-1983)
Vocabulário Alentejano (Subsídios para o léxico português) (1925-1938)..... 268, 320
José Cardoso Pires (1925-1998)
Balada da Praia dos Cães (1982)..... 256
Lisboa. Livro de Bordo (1997) 249
José Inácio Roquete (1801-1870)
Diccionario da Lingua Portugueza (1856) ..... ---
José Maria de Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda (1802-1877)
Novo Diccionario da Lingua Portugueza para uso dos portugueses e brazileiros (1860) ..... ---
Diccionario Encyclopedico ou Novo Dic. da Ling. Portugueza para uso dos portugueses e brazileiros (1874) . ---
Novo Diccionario de Synonymos (1874) ..... ---
José Mariano Veloso (1742-1811)
Tratado Histórico, e Fyzico das Abelhas (1800)..... 197
José Mattoso (1933-2023)
Pressupostos Mentais do Culto dos Mortos (1997)..... 272
José Ribeiro Guimarães (1818-1877)
Summario de varia historia. Narrativas, lendas, biographias (1872-73)..... 274
José Saramago (1922-2010)

O Ano da Morte de Ricardo Reis (1984) 101, 157, 215, 322, 354
Ensaio sobre a cegueira (1995) 113

Joseph de La Porte (1714-1779)
O Viajante Universal, ou Notícia do Mundo Antigo e Moderno. Tomo XIX (1808)..... 267

Joseph-Barthélémy-François Carrère (1740-1803)
Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne (1797) 242

Júlio Dantas (1876-1962)
A Severa (1901) 119

Júlio de Castilho (1840-1919)
Lisboa Antiga. O Bairro Alto de Lisboa (1879)..... 311
Lisboa Antiga. Segunda Parte – Bairros Orientaes (1889) 321

Júlio Dinis (1839-1871)
Justiça de Sua Majestade (1858)..... 162
As Pupilas do Sr. Reitor (1866) 133
Serões da Província (1870) 69

Leite de Vasconcelos (1858-1941)
Tradições Populares de Portugal (1882) 305
Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos (2017) ..... ---

Lídia Jorge (1946-...)
Combateremos a Sombra (2007) 159

Luandino Vieira (1935- ...)
Os amores de Silva Chalado (1961) 75

Lucas de Santa Catarina
Anatómico Jocoso (1755) 111

Luís de Camões (*c.*1524-*c.*1580)
Comédia de El-Rei Seleuco (1545) 98
Rhythmas de Lvis de Camoes (1595) 154

Luís do Monte Carmelo (1715-1785)
Compêndio de Ortografia [...] (1767) 140

Luís dos Anjos (*c.*1570-1625)
Jardim de Portugal (1626) 51

Luís Mendes de Vasconcelos (1542-1623)
Arte militar diuidida em tres partes [...] (1612)..... 266

Luke Herbert
The Engineer's and Mechanic's Encyclopædia (1836) 144

Machado de Assis (1839-1908)
Histórias sem data (1884) 134, 162
Missa do Galo (1893) 112

Manuel Alegre (1936- ...)
Praça da Canção (1965) 134
Alma (1995)..... 76, 157, 164
O Quadrado e outros contos (2005) 41
O Miúdo que Pregava Pregos numa Tábua (2010) 76

Manuel de Brito Camacho (1862-1934)
Gente Rústica (1921) 180, 203, 268, 321
Quadros Alemtejanos (1925) 52, 175, 204

Manuel de Sousa Coutinho (1555-1632)
Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires (1619) 343

Manuel Maria Calvet de Magalhães (1913-1975)
Economia Doméstica (1946) 313
Manuel Tiago (pseud.)
Até Amanhã, Camaradas! (1974)..... 157, 256
Marcos de Lisboa (1510-1591)
Crónicas da Ordem dos Frades Menores (1557) 111
Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921)
Contos e Phantasias (1880)..... 119
Maria Judite de Carvalho (1921-1998)
Varanda com Flores (1979) 215
Mário de Andrade (1893-1945)
Macunaíma (1928)..... 36
Mário Zambujal (1936-...)
Crónica dos Bons Malandros (1980)..... 158
Mia Couto (1955-...)
A Princesa Russa (2005) 249
Jesusalém (2009) 43
Miguel José Teixeira Mascarenhas (1831-1876)
Um conto portuguez. Episodio da guerra civil: a Maria da Fonte (1873)..... 162
Miguel Sousa Tavares (1952- ...)
Rio das Flores (2007) 258
Nicholas Bion (1652-1733)
Traité de la construction et des principaux usages des instruments de mathematique (1709) 149
Nicolau de Oliveira (1566-1634)
Livro das Grandezas de Lisboa (1620) 247
Oliveira Marques (1933-2007)
A Sociedade Medieval Portuguesa (1964)..... 272
Pedro Belchior da Cruz
Explorações da Sociedade Archeologica da Figueira (1901) 311
Pedro Hispano (1215-1277)
Thesaurum Pauperum (12??) 50
Pedro José da Fonseca (*c.*1737-1816)
Diccionario da Lingua Portugueza (1856) ..... ---
Perestrelo da Câmara (1810-1854)
Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins, […] *e Idiotismos da Lingoa Portugueza* (1848) ... 264
Pêro Vaz de Caminha (1450-1500)
Carta do Achamento do Brasil (1500) 62
Pinheiro Chagas (1842-1895)
Tristezas à Beira-Mar (1866)..... 248
Pinho Leal (1814-1884)
Portugal Antigo e Moderno (1874-1890) 89
Pinto Brandão (1664-1743)
O Pinto Renascido Empenado e Desempenado - Primeiro Voo (1732)..... 155
Rafael Bluteau (1638-1734)
Vocabulario Portuguez & Latino (1712-1728) ..... ---
Ramalho Ortigão (1836-1915)
As Farpas (1871)..... 99

As Farpas. Tomo IX – O Movimento Litterario e Artistico (1889) 155

Raúl Brandão (1867-1930)
Memórias (vol. 1) (1919) 163
Os Pescadores (1923) 354
As Ilhas Desconhecidas (1927) 70
Vale de Josafat (1933) 194

Rebelo da Silva (1822-1871)
A Mocidade de D. João (1851/2) 344

Rui de Pina (1440-1522)
Chronica d'El-Rei D. Duarte (*c.*1480) 275

Samora Machel (1933-1986)
Defender a Pátria, Eliminar a Fome - tarefa de todos os moçambicanos (1983) 113

Sebastián de Covarrubias (1539-1613)
Tesoro de la Lengua Castellana (1611) 57, 263

Sebastião da Fonseca e Paiva (1625-1705)
O Rocio à terça-feira (1668) 51, 247

Simão Antonio de Santa Catharina (c.1676-1733)
Rimas Sonoras (1731) 202

Teixeira de Pascoais (1877-1952)
A Velhice do Poeta (1973) 36

Teófilo Braga (1843-1924)
O povo português nos seus costumes, crenças e tradições (1885)..... 67, 89, 274, 281, 305

Tomás Lino de Assunção (1844-1902)
As Freiras de Lorvão (1899) 90

Três literatos nacionais
Diccionario Geral da Lingoa Portugueza de Algibeira (1818) ..... ---

Trindade Coelho (1861-1908)
Os Meus Amores (1891) 194
In Illo Tempore (1902) 100, 120

Vergílio Ferreira (1916-1996)
Manhã Submersa (1954) 100, 313
Aparição (1959)..... 175

Vitorino Nemésio (1901-1978)
A casa fechada (1937) 354
Mau Tempo no Canal (1944)..... 194

William Morgan Kinsey (1788-1851)
Portugal Ilustrado (1828) 81

Zita Seabra (1949-...)
Foi assim (2007) 257

Página intencionalmente em branco

Índice remissivo

Abano (do fogareiro)..... 214
Abat-jour (do candeeiro) 81
Acedente (reza)..... 96
Acendedor 5
Acendedor de pederneira 1, 300
Acetileno..... 279
Aerograma 13
Afiar (a pena) 110
Afuzilar..... 3
Águia de ouro (moeda) 157
Agulha (do fogareiro)..... 225
Alanterna 323
Alecrim das paredes..... 6
Alfacinhas..... 184
Alimpador de dentes 66
Almáfega (tecido de lã)..... 244, 267
Almeirim (iluminação a acetileno)..... 281
Almocavar (cemitério) 264
Almodôvar (iluminação a acetileno)..... 282
Almotolia..... 19
Alpaca 197
Amolador (profissão) 289
Amola-tesouras (profissão)..... 289
Andas (liteira)..... 246
Angarelas 28
Anojamento (luto) 272
Anulus Piscatoris (anel do papa)..... 306
Apagador (do candeeiro) 89
Aparar (a pena) 110
Aparo (de caneta) 109
Arbim (tecido)..... 267
Arcabuz 239
Arcabuzeiro..... 239
Argão (roupa)..... 267
Áudio-cassette 138
Autogasógeno..... 82
Aveiro (iluminação a acetileno) 281
Avidas (tipo padiola) 252
Azagaia..... 240
Azambuja (iluminação a acetileno) 281
Azar (moeda de Ormuz)..... 314
Azeite de oliva 21
Azeitona..... 21
Balagate (região da Índia)..... 311
Balde (do candeeiro) 89
Balona (tipo de colarinho) 256
Bandeira (do candeeiro) 78
Bastarda (letra)..... 111
Bate-estradas (aerograma)..... 14
Beijoim (resina odorífica) 315
Benjoeiro (árvore) 315
Berimbau 44
Bic (isqueiros) 300
Bic Cristal 126
Bico (do candeeiro)..... 78
Bico (do fogareiro)..... 225
Bico (do isqueiro)..... 298
Bienos (povo do Bié)..... 240
Bisnaga (planta)..... 67
Bodivo (aos pobres)..... 252
Bodo (aos pobres)..... 252
Bomba (do chimarrão)..... 44
Brilhante não circulada (numismática)..... 206
Brincos cabaçudos 36
Bucelas (iluminação a acetileno) 281
Bula..... 306
Burel (tecido de lã) 244, 267
Cabaça 34
Cabaço (hímen)..... 38
Cabeça (do fogareiro) 225
Caçoleta (da espingarda) 5
Caderno de duas linhas 47
Caixa de palitos..... 52
Caldeireiro (profissão) 290
Calígrafo..... 111
Camerlengo 306

Candeeiro 77
Candeeiro (profissão) 98
Candeeiro a petróleo 76, 320
Candeeiro de três bicos 89
Candeeiro dos mortos 89
Candeia 95
Candelabro 78, 82
Caneta de aparo 109
Caneta de tinta permanente 121
Cangalhas 29
Cântaro 28
Cão (da espingarda) 5
Capa de luto 266
Capelinho (capuz) 267
Capelo (capuz) 244, 267
Capoeira (dança) 44
Capuz 267
Cara ou coroa (jogo) 163, 192
carbureto (carboneto de cálcio) 280
Cardo bastardo 2
Cardo cabeludo 5
Cardo isqueiro 2
Carpideira 245, 269
Carrazeda de Anciães (iluminação a acetileno) 281
Cartridges 138
Cartucho áudio 138
Cassete pirata 139
CD (Compact Disc) 141
Cenotáfio (túmulo honorífico) 269
Cera signatoria 308
Chaminé (do candeeiro) 76, 82
Chaminé (do lampião) 321
Chancela (sinete) 310
Chave do azeite 241
Chimarrão 37
Cifrão ($) 194
Cinábrio (mineral) 309
Cinco coroas (moeda) 161
Coccum (planta) 309
Coccus lacca (insecto) 311
Cocharro 143
Cocho 143
Cochonilha 305
Cogula (roupa monacal) 267
Colmeia 169
Compact Disc (CD) 141
Concílio de Toledo (589) 254
Coníza (planta) 6
Conto (dinheiro) 194
Conto de réis (dinheiro) 195
Corna 150
Cornipo 6
Cornos (do altar) 235
Cornucópia 235
Coroa (moeda) 154
Coroa (tonsura eclesiástica) 164
Corporal (cemitério) 264
Cortiço (de abelhas) 169
Cortiço (favela) 173
Crepe (tecido de seda) 267
Crescentia cujete (planta) 44
Cucula (roupa monacal) 268
Cucurbitaceae (planta) 34
Cuia 37
Cursiva (letra) 111
Dactylopius coccus (insecto) 305
Deita-gatos (profissão) 289
Depenar (luto) 245
Desencalhar (a pena) 114
Diamante (mineral) 119
Dízimo Pessoal 265
Dó (luto) 266, 268
Dobra (moeda) 155
Dobra de quatro escudos (moeda) 191
Doze palavras ditas e tornadas (reza) 90
Endecha (canção fúnebre) 254, 269
Engatar (deitar gatos) 292
Eriophoro (planta) 3
Erva da isca 6
Erva-mate 44
Escritos (nas janelas) 179
Escrivaninha 114
Escudo (moeda) 154, 191
Escumilha (tecido fino e transparente) 268
Esferográfica 124
Esgravatador de dentes 67
Espanhol (isqueiro) 1
Espevitador (do candeeiro) 89
Espevitar (os dentes) 71
Espevitar a chama 98
Espinela (mineral) 314
Espingarda 5
Espingardeiro 239
Estação de Saúde do Bom Sucesso 285
Estamenha (tecido de lã) 244
Exéquias (honras funerárias) 269
Fama (fogareiros) 227
Feridor (do fuzil) 3
Ferrocério 301
Figueiró dos Vinhos (iluminação a acetileno) .. 281
Flauta de Pã 289
Flor de cunho (numismática) 206
Fogão 214
Fogareiro a carvão 214

Fogareiro a petróleo 224
Fogo (habitação) 214
Franco (moeda) 159
Frasco (de corno) 234
Frasco de pólvora (polvorinho) 237
Fumo (luto) 242, 268, 275
Fuzil 2
Fuzil de percussão 5
Fuzilar 3
Fuzilar (matar) 5
Gaiola pombalina 181
Galego 54, 184, 289, 291
Galhipo 6
Garavato (gancho da candeia) 100
Gasómetro de acetileno 280
Gatear (colocar gatos metálicos) 289
Gateiro (profissão) 289
Gato (grampo metálico) 288
Gazcidla (fogões a gás) 227
Gigantes (palitos) 65
Golilha (tipo de colarinho) 256
Gorra (espécie de chapéu de luto) 268
Gótica (letra) 111
Grândola (iluminação a acetileno) 281, 282
Grelha (do fogareiro) 225
Grosso (moeda) 166
Guarda-vista (do candeeiro) 81
Hipólito (fogareiros a petróleo) 226
Hipólito (gasómetros de acetileno) 282
Hipólito (lampiões a petróleo) 322
IMCO (isqueiros) 298
Indústria paliteira 64
Isco 2
Isqueiro austríaco 297
Isqueiro de torcida 1
Jeitar (enterrarar defunto) 264
*K7*138
Kerria lacca (insecto) 311
Laca 311
Lacre 304
Lacre de formiga 308
Lagenaria (planta) 34
Lâmpada de azeite 327
Lâmpada de carbureto 283
Lamparina (isqueiro) 301
Lampianista (profissão) 5
Lampião a petróleo 320
Lança-gatos (profissão) 290
Lanterna de estábulo 321
Lanterna de furta fogo 324
larício europeu (árvore) 305
Larim (moeda da Índia) 314
Larix decidua (árvore) 305
Lazareto de Porto Brandão 285
Lazareto Novo de Lisboa 285
Leiria (iluminação a acetileno) 286
Lemiste (tecido fino de lã, preto) 276
Licença de isqueiro 300
Lisboa (iluminação a acetileno) 284
Loba (roupa de luto) 251, 268
Loitosa (pensão por luto) 264
Lombardo (roupa) 246
Luchazes (povo de Angola) 7
Luctuosa (pensão por luto) 264
Lúgubre (roupa de luto) 273
Luínas (povo da Rodésia) 240
Luso (iluminação a acetileno) 281
Luto aliviado 135, 243
Luto carregado 134, 243
Macaréu (onda) 313
Madrinhas de guerra 13
Maganos (palitos) 65
Maracá 40
Maracas 40
Marcelinho (moeda) 204
Marquesinho (palito) 53
Matula (torcida) 79
Mecha (de candeeiro) 79
Meia-coroa (moeda) 155
Meios gigantes (palitos) 65
Meio-tostão (moeda) 156
Micro-cassette 141
Minium (lacre artificial) 309
Mocidade Portuguesa 48
Moimento (sepultura) 264, 316
Monchique (iluminação a acetileno) 282
Mondadentes (palito) 67
Mondador (palito) 66
Morranzeiro (do candeeiro) 89
Morrão (da Candeia) 79
Morrião (capacete) 239
Mortalha (lençol que envolve o defunto) 268
Mortália (pensão por luto) 265
Mortulha (parte dos bens do defunto) 264
Mosteiro do Lorvão 56
Mungil (roupa de luto de mulher) 268
N'golo (instrumento musical) 44
Nafta 80
Navia aut caput (jogo) 163
Nazaré (iluminação a acetileno) 286
Nojo (luto) 270
Olea europaea 21
Óleo de oliva 21
Oliva 21

Oliveira 21
Onça de ouro (moeda) 157
Ouvido (da espingarda) 5
palito de flor 53, 65
Palito de pena 56
palito frisado 53
Pantalha (do candeeiro) 83
Pára-luz (do candeeiro) 83
Parinary (árvore) 7
Pataca (moeda) 157
Pau-de-lacre 310
Peça de ouro (moeda) 157, 191
Pederneira 3, 301
Pegu (actual Mianmar) 308
Pena (de escrever) 109
Penafiel (iluminação a acetileno) 281
Peniche (iluminação a petróleo) 286
Penográfico (caneta) 122
Peso duro espanhol (moeda) 155
Petisco 3
Petrolina 83
Petromax 320
Pevide (da candeia) 79, 98
Pilhas (lanterna) 326
Plume Sans Fin 121
Polvorinho 236
Porção Canónica (parte dos bens do defunto) 264
Porongo 43
Porta-aparo (da caneta) 110
Português (moeda) 191
Posto Marítimo de Desinfecção em Alcântara 285
Pranteadeira (carpideira) 270
Prantear (chorar com gritos) 247, 270
Primus (fogareiros) 226
Proof (numismática) 206
Propina (subvenção) 260
Purpurissum (Brasil) 308
Purpurissum (cochonilha) 308
Purpurissum (lacre) 308
Quarentena 285
Quarta Funeral (parte dos bens do defunto) ... 264
Queimador (do fogareiro) 225
Queimar as pestanas 77
Querosene 80
Ramo (da porta da taberna) 83
Real (moeda) 159
Redonda (letra) 111
Rhus verniciflua (árvore) 312
Rio Maior (iluminação a acetileno) 281
Rocha do Conde de Óbidos (gare marítima) 285
Rodado (selo) 307
Ronson (isqueiros) 302
rubi (mineral) 119, 313
Saco (roupa de luto de pano grosso) 269
Safira (mineral) 314
Saimento (funeral) 246, 263, 270
Salix alba (árvore) 63
Santos Óleos 21, 89, 97
Selo (sinete) 305
Selo branco 306
Selo postal 306
Selo volante 317
Sepulcrário (cemitério) 274
Sepulcro (sepultura) 270
Sevilhana (moeda) 157
Silves (iluminação a acetileno) 281
Sinete 307
Soberano inglês (moeda) 155
Sombreira (do candeeiro) 83
Soterração (enterramento) 264
Sudário (pano que cobre a cara do defunto) ... 269
Sunflower (petróleo) 226
Tabardo (roupa de luto) 251
Taracuá 7
Tenebrário 81
Tereré 44
Tinteiro 111
Torcida (do candeeiro) 78, 79
Tosquiar (rapar cabelos) 263
tostão (moeda) 156
Toxicodendron vernicifluum (árvore) 312
Trusquiar (rapar cabelos) 263
Tunquim (região do Vietname) 309
Vacuum (fogareiros) 226
Vaso (luto) 243
Véspera (hora canónica) 246
Vinho de ramo 83
Vinte e cinco tostões (moeda) 161
Vintém (moeda) 156
Zippo (isqueiros) 326
Ziziphus jujubas (árvore) 338

Índice onomástico

Afonso (infante) (1475-1491) 259
Afonso de Paço (1895-1968)..... 47
Afonso V (1432-1482) r. 1438/77 ..... 46, 104, 205
António Correia Baharem (c.1487-1566)..... 318
António de Serpa Pimentel (1825-1900) 81
António Hipólito (1882-1954)..... 238, 290
António Teixeira de Sousa (1857-1917)..... 293
Carl Auer von Wels (1858-1929)..... 308
Carlos I (1863-1908) r. 1889/98..... 269
Cecília M. Supico Pinto (1921-2011)..... 39
Claudino Tavares de Azevedo (1882-*c.*1970 289
Conde Andeiro (*c.*1320-1383)..... 256
Diogo Alves (1810-1841)..... 201
Duarte I (1391-1438) r. 1433/38..... 313
Edmund Davy (1785-1857) 289
Fernando (infante) (1402-1443) 257
Fernando I (1345-1383) r. 1367-1383..... 255
Filipa de Lencastre (1360-1415) r. cons. .. 105, 257
Filipe II (1578-1621) r. 1598-1621..... 263
Frans Wilhelm Lindqvist (1862-1931) 237
Fritz Krüger (1889-1974) [filólogo]..... 163
George Grant Blaisdell (1895-1978) 309
Henry Moisson (1852-1907) 289
Herman José (1954-...)..... 157
Hiram Nichols Wadsworth (1819-1896) 91
Infante Santo 257
Infante Santo (1402-1443)..... 257
Isabel de Aragão (1470-1498)..... 259
James Perry (1791-1846) 138
João Fernandes Andeiro (*c.*1320-1383) 255
João I (1357-1433) r. 1385-1433..... 105, 257
João II (1455-1495) rein. 1481-1495..... 259
João IV (1604-1656) r.1640-1656 ..... 264, 285
João V (1689-1750) r.1706-1750 . 205, 266, 271, 322
João VI (1767-1826) r. 1822/26 ..... 205, 286
Joaquim António de Aguiar (1792-1874)..... 79
Joaquim Guilh. Gomes Coelho (1839-1871) 153
Johan Viktor Svenson (1863-1938) 237
John Isaac Hawkins (1772-1855)..... 137
John Jacob Parker (1885-1958..... 141
John Mitchell (1798-?) 138
John Scheffer (1753-*c.*1840)..... 141
José I (1714-1777) r. 1750-1777 ..... 195, 266, 322
José Régio (1901-1969) 145
José Relvas (1858-1929) 206
Joseph Bramah (1748-1814)..... 137
Josiah Mason (1795-1881)..... 139
Julius Franz Meister (1884-1968) 305
László J. Bíró (1899-1985) [esferográfica]..... 143
Lazarac Marym (14??-14??) 257
Leite de Vasconcelos 56
Leite de Vasconcelos (1858-1941)..... 56
Leonor de Aragão (1402-1445) r. cons. 1433/38 . 313
Leonor de Viseu (1458-1525) r. cons. 259
Lewis Edson Waterman (1836-1901)..... 141
Louis Vincent Aronson (1869-1940) 308
Luís Filipe (príncipe) (1887-1908) 269
Luís I (1838-1889) r. 1861/89 268
Luísa de Gusmão (1613/66) r. cons. 264, 285
Manoel Fernandes Pinto (*c.*1870-???)..... 290
Manuel de Arriaga (1840-1917) 206
Manuel Dias Baptista..... 83
Manuel I (1469-1521) r. 1495-1521) 260
Marcel L. M. Antoine Bich (1914-1994)..... 145
Marcellin Berthelot (1827-1907) 289
Marcelo Caetano (1906-1980)..... 217
Maria I (1734-1816) r.1777-1815 .....
.....121, 205, 267, 285, 322
Maria II (1819-1853) r. 1826/28+1834/53.....
..... 79, 171, 205, 268
Marquês de Pombal(1699-1782)..... 322
Marquês de Pombal(1699-1782)..... 196, 266
Mécia Lopes (1215-1271) r. cons. 1239/46 313
Mestre Pastinha (1889-1981)..... 68
Nicholas Bion (1652-1733) 140
Oliveira Salazar 71, 177, 270
Oliveiro Merson..... 77
Óscar Fragoso Carmona (1869-1951)..... 211, 269
Pedro II (1648-1706) r. 1683-1706 265
Rocha Peixoto (1866-1909) 33
Rodrigues Monteiro (1879-1952)..... 75
Sampson Mordan (1790-1843)..... 137

Samuel Pepys (1633-1703) 140
Sebastião (1554-1578) r. 1557-1578..... 261
Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ...
..... 196, 266
Sidónio Pais (1872-1918 175
Smithson Tennant (1761–1815) 138
Teixeira de Pascoaes (1877-1952) 145
Teodósio (príncipe) (1634-1653) 264
Thomas Leopold Wilson (1860-1915)..... 289
Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981)..... 68
William Hyde Wollaston (1766-1828)..... 138
William Mitchell (1806-?) 138
William P. Doughty (1803-1869)..... 138

Referências bibliográficas

1 - ----- (1565) – *Constitvições Synodaes do Bispado de Miranda*. [7f.] +136f., em casa de Francisco Correa, Lixboa.

2 - ----- (1566 [1569]) – Alvará de 22 de Novembro de 1566. *Leis Extravagantes* collegidas e relatadas pelo licenciado Dvarte Nvnez do Liam f116-117v, per Antonio Gonçaluez, Lisboa.

3 - ----- (1570) - Regimento do Trato da Pimenta, Drogas, & mercadorias da India. *In: Leys, e Provisoes, que elRei dom Sebastiã nosso senhor fez depois que começou à gouernar*, pp. 199-223, impressas per Frãcisco Correa, Lixboa.

4 - ----- (1585) – *Constitvições Synodaes do Bispado do Porto.* [12f.] + 146f., impressas por Antonio Mariz a custa de Giraldo Mendez, Coimbra.

5 - ----- (1591) – *Constitvições Synodaes do Bispado do Coimbra.* [11f.] + 221f. + [2f.], Antonio de Mariz, Coimbra.

6 - ----- (1603 [1870) – *Codigo Philippino, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I*. Livros Quinto. Decima-quarta edição. Org.: Candido Mendes de Almeida, pp. 779-1487, Typographia do Instituto Philomathico, Rio de Janeiro.

7 - ----- (1604 [1835]) – Alvará de Regimento dos Partidos dos Medicos e Boticarios pela Universidade de Coimbra. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1603-1612. pp. 42-46, Imprensa de J. J. A. Silva, Lisboa.

8 - ----- (1604 [1835]) – Assento — propina aos Desembargadores para óculos, 30 de Janeiro de 1604. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1603-1612. p.41, Imprensa de J. J. A. Silva, Lisboa.

9 - ----- 1611 [1835]) – Alvará — propina aos Conselheiros Letrados do Conselho da Fazenda, de 26 de Novembro de 1611. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1603-1612. p.316, Imprensa de J. J. A. Silva, Lisboa.

10 - ----- (1613 [1855]) – Provisão — propinas aos Ministros para papel, tinta etc., de 31 de Janeiro de 1613. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1613-1619. p.3, Imprensa de J. J. A. Silva, Lisboa.

11 - ----- (1621) – *Constitvições Synodaes do Bispado da Guarda.* [2f.] + 297f. + [28f.] + 116p., Pedro Crasbeeck, Lisboa.

12 - ----- (1653 [1856]) – Aviso de 15 de Maio de 1653 — participa a morte do Principe D. Theodozio, e determina que haja luto etc. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1648-1656, p. 113, Imprensa de F. X. de Souza, Lisboa.

13 - ----- (1653 [1856]) – Carta Regia à Camara de Santarem, de 16 de Maio de 1653, sobre a morte do Principe D. Theodozio. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1648-1656, p. 114, Imprensa de F. X. de Souza, Lisboa.

14 - ----- (1666 [1856]) – Aviso de 28 de Fevereiro de 1666 sobre o luto pela morte da Rainha. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva*.* 1657-1674. p.109, Imprensa de F. X. de Souza, Lisboa.

15 - ----- (1673 [1856]) – Decreto — propina para creação de expostos, de 16 de Novembro de 1673. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza,* compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva. 1657-1674. p.230, Imprensa de F. X. de Souza, Lisboa.

16 - ----- (1686 [1859]) – Pragmática de 9 de Agosto de 1686. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva (1683-1700)*. pp. 64-65, Imprensa Nacional, Lisboa.

17 - ----- (1698 [1859]) – Pragmática de 14 de Novembro de 1698. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva (1683-1700)*. Pp. 419-421, Imprensa Nacional, Lisboa.

18 - ----- (1749 [1797]) – Pragmática de 24 de Maio de 1749. *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado DelRei Fidelissimo D. José I. Tomo I. Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rei D. Joaõ o V do anno de 1749.* Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa.

19 - ----- (1750 [1830]) – Assento sobre as propinas aos Desembargadores do Porto por occasião do luto, de 21 de Agosto de 1750. *Collecção da Legislação Portugueza,* [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. p.15, Typografia Maigrense, Lisboa.

20 - ----- (1750 [1830]) – Aviso para se tomar luto por dous annos pela morte do Senhor Rei D. João V. *Collecção da Legislação Portugueza*, [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762, p.13, Typografia Maigrense, Lisboa.

21 - ----- (1751 [1830]) – Alvará regulando os Ordenados, e Ordinarias da Junta dos Tres Estados, de 13 de Julho de 1751. *Collecção da Legislação Portugueza*, [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. pp.90-95, Typografia Maigrense, Lisboa

22 - ----- (1753 [1830]) – Alvará de Regulamento dos Ordenados dos Vedores, Conselheiros, e Officiaes da Fazenda, de 29 de Dezembro de 1753. *Collecção da Legislação Portugueza*, [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. pp. 176-236, Typografia Maigrense, Lisboa.

23 - ----- (1754 [1830]) – Alvará de Regimento dos Ordenados do Senado da Camara de Lisboa, de 23 de Março de 1754. *Collecção da Legislação Portugueza*, [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. pp. 242-256, Typografia Maigrense, Lisboa.

24 - ----- (1754 [1830]) – Alvará de Regimento dos Ordenados dos Secretarios de Estado, e seus Officiaes, de 4 de Janeiro de 1754. *Collecção da Legislação Portugueza*, [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. pp.237-240, Typografia Maigrense, Lisboa.

25 - ----- (1755 [1830]) – Decreto prohibindo o alterar o preço do aluguer das Casas em Lisboa, de 3 de Dezembro de 1755. *Collecção da Legislação Portugueza* [...] *redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*, pp. 402-404, Typografia Maigrense, Lisboa.

26 - ----- (1758 [1830]) – Alvará regulando a reedificação da Cidade de Lisboa, de 12 de Maio de 1758. *Collecção da Legislação Portugueza* [...] *redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*, pp. 605-608, Typografia Maigrense, Lisboa.

27 - ----- (1761 [1830]) – Alvará de 17 de Agosto de 1761 occurrendo aos abusos de despezas nos Casamentos de Pessoas da primeira Grandeza, e luto das Viuvas. *Collecção da Legislação Portugueza*, [...] regida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. pp. 807-808, Typografia Maigrense, Lisboa.

28 - ----- (1771 [1785]) – Alvará de 22 de Maio de 1771, em que Sua Magestade manda que todas as pessoas de qualquer estado, grau ou condição que sejam, que houverem posto escritos nas casas alheias em que habitarem por arrendamento, fiquem delas excluídas. *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes* [...].

Dado à luz por Joze Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa. Tomo Quarto, pp. 202-204, Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa.

29 - ----- (1785) – *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes. Contém os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real: agora novamente reimpressos* [...]. Dado à luz por Joze Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa. Tomo Quarto. Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa.

30 - ----- (1802) – *Gazeta de Lisboa,* Núm. 47, Sábado, 27 de Novembro de 1802. [4p.], Régia Officina Typografica, Lisboa.

31 - ----- (1808) – *O Viajante Universal, ou Notícia do Mundo Antigo e Moderno. Obra recopilada dos melhores viajantes.* Tomo XIX. 354p., Typografia Rollandiana, Lisboa.

32 - ----- (1815) – Lei de 15 de Fevereiro de 1815. As coroas e meias coroas de ouro nacionaes, mandadas cunhar pela Lei de 24 de Abri de 1835, foram reduzidas no pezo [...]. *Collecção Official de Legislação Portugueza - Ano de 1851*, p. 84, Imprensa Nacional (1852), Lisboa.

33 - ----- 1816) – Bando pela morte da Rainha. *Collecção de Leis, Decretos, e Alvarás, Ordens Régias, e Editais que se publicarão desde o anno de 1815 até 1816*, [p.233], Imprensa Régia, Lisboa.

34 - ----- (1816) – Edital do Senaso de Lisboa, de 13 de Junho de 1816. *Collecção de Leis, Decretos, e Alvarás, Ordens Régias, e Editais que se publicarão desde o anno de 1815 até 1816*, f233v, Imprensa Régia, Lisboa.

35 - ----- (1816) – *Gazeta de Lisboa,* Núm. 166, Segunda feira, 15 de Julho. [8p.], Impressão Régia, Lisboa.

36 - ----- (1816) – *Gazeta de Lisboa,* Núm. 171, Sabbado, 20 de Julho. [4p.], Impressão Régia, Lisboa.

37 - ----- (1816) – *Gazeta de Lisboa,* Núm. 172, Segunda feira, 22 de Julho. [4p.], Impressão Régia, Lisboa.

38 - ----- (1816) – *Gazeta de Lisboa,* Núm. 265, Quinta feira, 7 de Novembro. [4p.], Impressão Régia, Lisboa.

39 - ----- (1819) - *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 32 de 21 de Abril de 1819, Imprensa Regia, Rio de Janeiro.

40 - ----- (1819) – *A Bíblia Sagrada, contendo o Novo e o Velho Testamento*. Traduzida em portuguez pelo padre João Ferreira d'Almeida, 884p., Officina de R. E. A. Taylor, Londres.

41 - ----- (1825) – *Gazeta de Lisboa,* Núm. 248, Sexta-feira, 21 de Outubro de 1825.pp. 1025-1028, Impressão Régia, Lisboa.

42 - ----- (1833 [1835]) – Decreto de 9 de Agosto de 1833. Annula a instituição dos Prelados maiores das Ordens Militares, Monachaes, e de outras quaesquer Corporações, que vivem congregados em communidade; a qual será substituída por Prelados locaes. *Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Câmaras Legislativas*, p. 12-13, Imprensa Nacional, Lisboa.

43 - ----- (1834 [1835]) – Decreto de 28 de Maio de 1834. Dá por extintos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Dominios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Hospicios, e quaesquer Casas de Religiosas de todas as Ordens Regulares, seja qual fôr a sua denominação, instituto, ou regra: ordenando que os bens pertencentes aos ditos extinctos Conventos etc., sejam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional. *Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Câmaras Legislativas*, Apêndice à terceira parte, pp. 70-71, Imprensa Nacional, Lisboa.

44 - ----- (1834) – Decreto de 23 de Julho de 1834. Extingue o Papel-moeda, e ordena que de um de Agosto deste anno em diante, todos os pagamentos serão feitos em moeda metálica neste Reino. *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camara Legislativas*, pp. 271-272, Imprensa Nacional, Lisboa.

45 - ----- (1835) – Decreto de 16 de Junho de 1835. Soberanos Inglezes, e Pesos duros Hespanhoes, continuarem a correr. *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais publicados desde15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*. pp. 175-176, Imprensa Nacional (1837), Lisboa.

46 - ----- (1835) – Decreto de 24 de Abril de 1835. Forma, peso, e denominação das moedas decimaes de ouro e prata. *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais publicados desde15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*. pp. 128-129, Imprensa Nacional (1837), Lisboa.

47 - ----- (1843) – *Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios* [...], redigido por António Feliciano de Castilho. Tomo II, n.º 37, pp.453-480, Imprensa Nacional, Lisboa.

48 - ----- (1569) – *Leis Extravagantes*, collegidas e relatadas pelo licenciado Dvarte Nvnez de Liam per mandado do [...] Rei Dom Sebastiam. [4f.] + 218f. + [16f.], Antonio Gonçaluez, Lisboa.

49 - ----- 1844) – *Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios* [...], redigido por António Feliciano de Castilho. Tomo III, n.º 47, pp. 561-572, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, Lisboa.

50 - ----- (1851) – Lei de 30 de Janeiro de 1851. Retira da circulação as moedas estrangeiras, á excepção dos soberanos e meios soberanos; e elevando os direitos pela sahida da prata. *Collecção Official de Legislação Portugueza - Ano de 1851*, p. 72, Imprensa Nacional (1852), Lisboa.

51 - ----- (1853 [1854]) – Portaria do Ministério do Reino (Diario do Governo n.º 270) ordenando que pelo fallecimento da Senhora D. Maria II se tomasse luto por seis mezes, e se fizessem as mais demonstrações do costume, em occasiões similhantes. *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1853*, p.714, Imprensa Nacional

52 - ----- (1854) – Lei de 29 de Julho de 1854. Regula o valor das moedas de ouro e prata. *Collecção Official de Legislação Portugueza - Ano de 1854*, p. 207-209, Imprensa Nacional (1855), Lisboa.

53 - ----- (1860) – O Caldeireiro. *Archivo Pittoresco. Semanario Illustrado.* Volume III, n.º 31, pp.245-246. Typographia de Castro & Irmão, Lisboa.

54 - ----- (1861 [1862]) – Decreto (Ministério das Obras Publicas — Diario de Lisboa n.° 31) approvando os novos estatutos da associação dos empregados do estado, de 26 de Janeiro de 1861. *Collecção Official da Legislação Portugueza*, redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Anno 1861. pp.24-32, Imprensa Nacional, Lisboa.

55 - ----- (1861 [1862]) – Decreto (Ministerio do reino — Diario de Lisboa n.° 243) regulando a duração dos lutos pelas pessoas reaes [...]. *Collecção Official da Legislação Portugueza*, redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos. Anno 1861. P.320, Imprensa Nacional, Lisboa.

56 - ----- (1867) – Codigo Civil Portuguez, anotado por José Dias Ferreira. Volume I, XVp. + 442p., Imprensa Nacional, Lisboa.

57 - ----- (1889) – Portaria (Ministério do Reino – Diario do Governo n.º 238), de 19 de Outubro de 1889, dispondo acêrca do luto geral e cessação de despacho nos tribunaes e repartições publicas em demonstração de sentimento pelo fallecimento de El-Rei D. Luiz I. *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1889*, p. 442, Imprensa Nacional, Lisboa.

58 - ----- (1891) – Decreto de 30 de Julho de 1891, determinando que a moeda franceza de prata denominada - franco - tenha pelo valor de 200 rés, e prohibindo a exportação das moedas francezas de prata e as portuguezas da mesma espécie. *Collecção Official de Legislação Portugueza - Ano de 1891*, pp.419, Imprensa Nacional (1892), Lisboa.

59 - ----- (1893 [1894]) – Decreto determinando o plano de uniformes para os empregados telegrapho-postaes e postaes. *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1895*, pp.47-50, Imprensa Nacional, Lisboa.

60 - ----- (1899) – Lei de 21 de Julho de 1899, auctorisando o governo a crear até 2.000:000$000 réis em moeda de nickel para substituir as cédulas de 100 e 50 réis [...]. *Collecção Official de Legislação Portugueza - Ano de 1899*, pp.166-167, Imprensa Nacional (1900), Lisboa.

61 - ----- (1901 [1902]) – Decreto (Ministerio do Reino - Diario do Governo, n.º 292) approvando o regulamento geral dos serviços de saude e beneficencia publica. *Colecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*. pp. 1031-1069, Imprensa Nacional (1902), Lisboa.

62 - ----- (1901 [1902]) – Decreto (Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Diario do Governo n.º 63), de 4 de Março de 1901, modificando as prescripções do decreto de 25 do Outubro de 1862, que regula o luto por falecimento de Pessoas Reaes de Portugal [...]. *Colecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*. p.55, Imprensa Nacional (1902), Lisboa.

63 - ----- (1902 [1903]) – Decreto (Ministerio do Reino — Diario do Governo, n.° 156, de 16 de julho) approvando a deliberação da Camara Municipal de Carrazeda de Anciães acêrca do contrato de 28 de fevereiro ultimo sobre o fornecimento de gaz acetylene para iluminação d'quella villa. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa - Anno de 1902*, pp. 581-583, Imprensa Nacional, Lisboa.

64 - ----- (1904) – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. 4.ª Sessão, em 8 de Janeiro de 1904. 121p., Impressão Régia, Lisboa.

65 - ----- (1906) – *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Sessão N.º 40, em 10 de Dezembro de 1906, pp. 497-508, Impressão Régia, Lisboa.

66 - ----- (1908 [1909]) – Portaria (Ministério do Reino – Diario do Governo n.o 26), de 1 de Fevereiro de 1908, determinando que haja luto geral por quatro meses e outras manifestações de sentimento pela morte de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luis Filipe. *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1908*, p.168, Imprensa Nacional, Lisboa.

67 - ----- (1908) – Lei de 9 de Setembro de 1908, autorizando o Governo a proceder á cunhagem de moeda de prata, nikel e bronze, e a transformar em moeda de 500 réis a actual moeda de prata de 200 réis. *Collecção Official de Legislação Portugueza - Ano de 1908*, pp.551-552, Imprensa Nacional (1909), Lisboa.

68 - ----- (1910) – Decreto (Ministerio das Obras Públicas, Comércio e Indústria), de 16 de Junho de 1910, designando os immoveis que devem ser considerados monumentos nacionaes. *Diário do Govêrno* n.º 136, de 23 de Junho de 1910, pp. 2163-2166, Imprensa Nacional, Lisboa.

69 - ----- (1911) – Decreto com força de lei de 22 de Maio, remodelando o systema monetario. *Diário do Govêrno*, n.º 122/1911, Série I, pp. 2135 – 2136, Imprensa Nacional, Lisboa.

70 - ----- (1911) – Portaria do Ministro das Finanças de 29 de Novembro, mandando proceder à amoedação, em moedas de 50 centavos, até 20 toneladas de prata. *Diário do Govêrno* n.º 280/1911, Série I, Série I, de 30 de Novembro de 1911, p. 4478, Imprensa Nacional, Lisboa.

71 - ----- (1913) – Lei de 21 de Junho, remodelando o sistema monetário. *Diário do Govêrno* n.º 144/1913, Série I, pp. 2301-2302, Imprensa Nacional, Lisboa.

72 - ----- (1914) – Lei 220, de 30 de Junho. Autoriza a cobrança das receitas do Estado, fixando a respectiva despesa e estabelecendo o orçamento do Ministério das Finanças para 1914-1915. *Diário do Govêrno* n.º 107/1914, 1.º Suplemento, Série I, pp.11-14, Imprensa Nacional, Lisboa.

73 - ----- (1923) – Decreto n.º 8 940, de 21 de Junho. Determina que a Casa da Moeda e Valores Selados proceda à cunhagem de moedas subsidiárias [...] dos valores legais de $50 e 1$00. *Diário do Govêrno* n.º 132/1914, Série I, de 31 de Junho de 1923, pp.691-692, Imprensa Nacional, Lisboa.

74 - ----- (1923) – Lei 1424, de 15 de Maio. Autoriza o Governo a emitir um empréstimo interno. *Diário do Govêrno,* n.º 101/1923, Série I, pp.525-526, Imprensa Nacional, Lisboa.

75 - ----- (1924) – Decreto n.º 9:718, de 23 de Maio de 1924. Determina que na Casa da Moeda e Valores Selados se proceda à cunhagem e emissão de moedas divisionárias de bronze de $20, $10 e $05, [...] destinadas a substituir as cédulas de iguais valores emitidas pelo mesmo estabelecimento. *Diário do Govêrno* n.º 114/1924, Série I, pp. 715-717, Imprensa Nacional, Lisboa.

76 - ----- (1924) – Decreto n.º 9:719, de 23 de Maio de 1924. Determina que a cunhagem e emissão de moedas subsidiárias de $50 e 1$00, criada pelo artigo 9.º da lei n.º 1424, seja feita pela Casa da Moeda e Valores Selados [...]. *Diário do Govêrno* n.º 114/1924, Série I, pp. 717-718, Imprensa Nacional, Lisboa.

77 - ----- (1927) – *Bíblia Sagrada. Antigo Testamento. Josué – Juizes – Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livro dos Reis – Primeiro e Segundo Livro dos Paralipómenos – Esdras – Neemias – Tobias – Judit – Ester - Job*. Traduzido da Vulgata e comentado pelo P.e Matos Soares. 618p., Tipografia Porto Médico, Porto.

78 - ----- (1927) – *Bíblia Sagrada. Antigo Testamento. Pentateuco*. Traduzida e commentada pelo P.e Mattos Soares e revista pelo P.e Luiz Gonzaga da Fonseca. 373p., Arte no Templo e no Lar, Porto.

79 - ----- (1927) – Decreto n.º 13:797, de 21 de Junho. Determina a cunhagem e a emissão [...] de maior número de moedas de $50 e 1$00, com características diferentes das actualmente em circulação. *Diário do Govêrno* n.º 128/1927, Série I, pp.1026-1027, Imprensa Nacional, Lisboa.

80 - ----- (1931) – Decreto n.º 19:869, de 9 de Junho de 1931. Estabiliza o valor da moeda. *Diário do Govêrno* n.º 133/1931, Série I, 1.º Suplemento, pp. 1083-1094, Imprensa Nacional, Lisboa.

81 - ----- (1931) – Decreto n.º 19:871, de 9 de Junho de 1931. Manda cunhar e emitir nova moeda de ouro e prata [...]. *Diário do Govêrno* n.º 133/1931, Série I, 1.º Suplemento, pp. 1096-1099, Imprensa Nacional, Lisboa.

82 - ----- (1943) – Decreto n.º 32:648 (Ministério das Finanças), de 29 de Janeiro de 1943. Cria novos tipos de moeda metálica de $10 e $20. *Diário do Govêrno* n.º 23/1943, Série I, pp. 69-70, Imprensa Nacional, Lisboa.

83 - ----- (1946) – *Bíblia Sagrada*. *Antigo Testamento (Salmos; Provérbios; Eclesiastes; Cântico dos Cânticos; Sabedoria; Eclesiástico; Isaías; Jeremias; Trenos ou Lamentações de Jeremias; Baruch; Ezequiel; Daniel; Oseias; Joel; Amos; Abdias; Jonas; Miqueias; Naum; Habacuch; Sofonias; Ageu; Zacarias; Malaquias; Primeiro e Segundo Livro dos Macabeus).* Traduzido da Vulgata e comentado pelo P.e Mattos Soares. 992p., Tipografia Alberto de Oliveira, Porto.

84 - ----- (1951) – Decreto-Lei n.º 38:228. Luto pelo falecimento do Presidente da República. *Diário do Governo* n.º 77/1951, 1.º Suplemento, Série I de 18 de Abril de 1951, p.267, Imprensa Nacional, Lisboa.

85 - ----- (1954) – Decreto-Lei n.º 39 508 (Ministério das Finanças), de 2 de Janeiro de 1954. Autoriza a cunhagem de moedas de prata de 20$00 e cria um novo tipo de moeda de prata de 10$00. *Diário do Governo* n.º 1/1954, Série I, p. 2, Imprensa Nacional, Lisboa.

86 - ----- (1960) – Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura). *Diário do Governo* n.º 156/1960, Série I de 7 de Julho de 1960, pp. 1673-1677, Imprensa Nacional, Lisboa.

87 - ----- (1961) – Portaria n.º 18 545, dos Ministérios do Ultramar e das Comunicações. Estabelece as condições em que são isentos temporariamente do pagamento de porte e de sobretaxa aérea as cartas e bilhetes-postais [...]. *Diário do Governo* n.º 144/1961, Série I, de 23 de Junho de 1961, p. 745.

88 - ----- (1963) – Decreto-Lei n.º 45 129, de 12 de Julho de 1963. Cria tipos de moedas de 2$50 e 5$00 em liga de cupro-níquel e fixa as respectivas características. *Diário do Governo* n.º 163/1963, Série I, de 12 de Julho de 1963, Série I, pp. 941, Imprensa Nacional, Lisboa.

89 - ----- (1969) – Decreto-Lei n.º 49 167 (Ministério das Finanças), de 4 de Agosto de 1969. Cria um novo sistema de moeda metálica. *Diário do Governo,* n.º 181/1969, Série I, pp. 951-952, Imprensa Nacional, Lisboa.

90 - ----- (1970) – Decreto-Lei 353/70, de 27 de Julho de 1970. Toma várias decisões por ocasião do falecimento do antigo Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, ocorrido nesta data. *Diário do Governo* n.º 173/1970, 2º Suplemento, Série I de 1970-07-27. Imprensa Nacional, Lisboa.

91 - ----- (1975) – Decreto-Lei n.º 766/75 (Ministério das Finanças), de 31 de Dezembro de 1975. Cria um novo tipo de moeda metálica de 10$00. *Diário da República,* n.º 300/1975, 4.º Suplemento, Série I, pp. 2160(54)-2160(55), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

92 - ----- (1976) – Decreto-Lei n.º 847/76 (Ministério das Finanças), de 15 de Dezembro de 1976. Cria um novo tipo de moeda metálica com o valor facial de 25$00. *Diário da República,* n.º 291/1976, Série I, pp. 2737-2738, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

93 - ----- (1977) – Decreto-Lei n.º 534/77 (Ministério das Finanças), de 30 de Dezembro de 1977. Fixa o peso da moeda de 25$00 criada pelo Decreto n.º 847/76. *Diário da República,* n.º 301/1977, Série I, pp. 3115, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

94 - ----- (1979) – Decreto-Lei n.º 519-R/79 (Ministério das Finanças) de 28 de Dezembro de 1979. Estabelece algumas características da moeda de 25$00, aprovada pelo Decreto n.º 847/76, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 534/77, de 30 de Dezembro. *Diário da República,* n.º 298/1979, 3º Suplemento, Série I, pp. 3414(34)-3414(35), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

95 - ----- (1980) – Decreto-Lei n.º 545/80 (Ministério das Finanças e do Plano), de 17 de Novembro de 1980. Cria um novo tipo de moeda de 1$00. *Diário da República,* n.º 266/1980, Série I, p. 3890, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

96 - ----- (1981) – Decreto-Lei n.º 267/81 (Ministério das Finanças e do Plano), de 15 de Setembro de 1981. Retira de circulação as espécies metálicas de $10, $20 e 10$00 e também as de alpaca de $50 e 1$00. *Diário da República,* n.º 212/1981, Série I, p. 2438, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

97 - ----- (1983) – Decreto-Lei n.º 176/83 (Ministério das Finanças e do Plano), de 3 de Maio de 1983. Regula a comercialização de moedas metálicas e outros espécimes numismáticos. *Diário da República,* n.º 101/1983, Série I, pp. 1546-1548, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

98 - ----- (1986) – Decreto-Lei n.º 293/86 (Ministério das Finanças), de 12 de Setembro de 1986. Revê o sistema de moeda metálica. *Diário da República,* n.º 210/1986, 1.º Suplemento, Série I, pp. 2546(1)-2546(3), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

99 - ----- (1987) – Decreto-Lei n.º 236/87 (Ministério das Finanças), de 12 de Junho de 1987. Cria novos tipos de moedas metálicas de $50 e 2$50. *Diário da República,* n.º 234/1987, Série I, pp. 2300-2301, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

100 - ----- (1987) – Decreto-Lei n.º 282/87 (Ministério das Finanças), de 24 de Julho de 1987, autorizando a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma série de quatro moedas comemorativas alusivas às navegações e descobrimentos portugueses ao longo da costa ocidental africana. *Diário da República* n.º 168/1987, Série I, pp. 1894-2895, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

101 - ----- (1989) – Decreto-Lei n.º 439/89. (Ministério das Finanças), de 20 de Dezembro de 1989. Cria um novo tipo de moeda metálica corrente de 100$00. *Diário da República,* n.º 291/1989, 1.º Suplemento, Série I, pp. 5498(2), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

102 - ----- (1991) – Decreto-Lei n.º 156/91 (Ministério das Finanças), de 23 de Abril de 1991. Cria um novo tipo de moeda metálica corrente de 200$00. *Diário da República,* n.º 94/1991, Série I-A, pp. 2325-2326, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

103 - ----- (2000) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2000 de 7 de Dezembro de 2000. Aprova as orientações nacionais para a introdução física do euro. *Diário da República* n.º 282/2000, Série I-B ,pp. 6997-6998, Imprensa Nacional, Lisboa.

104 - ----- (2006) – *O Alcorão Sagrado*. Tradução de Samir El Hayek, n/p, LCC Publicações Eletrônicas, eBooks-Brasil.org.

105 - ----- (2016) – *Bíblia Hebraico Português online – Tanah - Antigo Testamento*. No web site Cafetorah. Rede Israel.

106 - ----- (2018) – Despacho n.º 89/XIII - Regulamento sobre Política de Classificação e Manuseamento da Informação na Assembleia da República. *Diário da Assembleia da República*, II Série - E, Número 21 (13 de Julho de 2018), pp.11-28, Lisboa.

107 – Aguiar, Joaquim António de (1834 [1835]) – Relatorio sobre as Ordens Religiosas. *Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Câmaras Legislativas*, Apêndice à terceira parte, pp. 66-70, Imprensa Nacional, Lisboa.

108 – Alegre, Manuel (1965) – *A Praça da Canção*. 143p., Cancioneiro Vértice, Centelha, Coimbra.

109 – Alegre, Manuel (1996) – *Alma*. 2.ª edição, 225p., Dom Quixote, Lisboa.

110 – Alegre, Manuel (2005) – A Carta. *In: O Quadrado e outros contos*, pp. 15-20, Publicações Don Quixote, Lisboa.

111 – Alegre, Manuel (2010) – *O Miúdo que Pregava Pregos numa Tábua*. 112p., Dom Quixote, Lisboa.

112 – Almeida, Fialho de (1881) – A Idéa da Comadre Mónica. *Contos*, pp. 175-187, Ernesto Chardron, Porto e Braga.

113 – Álvares, Jorge (*c.*1550 [1960]) – *O livro que trata das Cousas da Índia e Japão,* com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Edição crítica do códice quinhentista da Biblioteca Municipal de Elvas. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, XXIV: 1-138, Coimbra.

114 – Alves, Adalberto (2013) - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 961p., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa. ISBN: 9789722721790.

115 – Andrade, Mário de (1928) – *Macunaíma, o herói sem nenhum carácter*. 283p., Oficinas Gráficas de Eugênio Cupolo, São Paulo.

116 – Anjos, Frei Luís dos (1626) – *Jardim de Portugal: em que se da noticia de algũas Sanctas, & outras molheres illustres em virtude, as quais nascerão, ou viuerão, ou estão sepultadas neste Reino, & suas cõquistas*. [16p.] + 624p. + [8p] em casa de Nicolao Carualho, Coimbra.

117 – Anonymus (1440? [1623]) – *Chronica do Cõdestabre de Portugal Dom Nvnalvrez Pereyra principiador da Casa de Bragança*. [3f] + 73f, Antonio Alvarez, Lisboa.

118 – Anonymus (1592) – *Dictionarivm Latino Lvsitanicvm, ac Iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum*. Vol. 1, 304p., in Amakusa in Collegio iaponico Societatis Iesu, Japão.

119 – Anonymus (1603) – *Vocabulario da Lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por algvns padres e irmaõs da Companhia de Iesv*. [1f.] + 330f., Collegio de Iapam da Companhia de Iejvs, Nangasaqui.

120 – Anonymus (1630) – *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia* [...]. [7f.] + 133f. + 58f. + [4f], Jorge Rodrigues, Lisboa.

121 – Anonymus (1806) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza, composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, e Accrescentado de vários Vocabulos extrahidos dos Classicos Antigos, e dos Modernos de melhor nota* [...]. n/p [861p], Typografia Rollandiana, Lisboa.

122 – Anonymus (1818) – Plantas com o nome vulgar, e o seu correspondente pelo systema de Lineo. *Jornal de Coimbra*. Volume 11, n.º LVIII, Parte I, pp.209-280, Impressão Régia, Lisboa. 265

123 – Anonymus (1819) – The use of quill, patent and steel pens by the Bank of England during the nineteenth century. *Bank of England Quarterly Bulletin*, 12(2):208-212, London.

124 – Anonymus (1820) – *Ceremonial Monastico reformado da Congregaçäo de S. Bento de Portugal*. XIIp. + 541p. + VIIp., Impressão Régia, Lisboa.

125 – Anonymus (1837) – Higiene Pública. Conservação dos dentes — precauções relativas aos meninos. *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo*, Volume Primeiro, Setembro 9, 1837, pp. 150-152, Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa.

126 – Anonymus (1873) – Decomposição do bisulfureto de carboneo. *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo IV, N.º 39, pp.128-129, Imprensa Nacional, Lisboa.

127 – Anonymus (1901) – Vida na sciencia e na industria. *Serões*, N.º 6, Dezembro de 1901, pp. 561-562, Pereira & Oliveira L.da, Lisboa.

128 – Anonymus [Jorge Ferreira de Vasconcelos] (1555) – *Comédia Eufrosina*. [160f], por Ioã de Barreyra, Coimbra.

130 – Antunes, António Lobo (1976) – *Os Cús de Judas*. 196p., Editora Veja, Lisboa.

131 – Antunes, António Lobo (1981) – *Explicação dos Pássaros*. 246p., Publicações Dom Quixote, Lisboa.

132 – Antunes, António Lobo (1988) – *As Naus*. 247p., Dom Quixote, Lisboa.

133 – Antunes, António Lobo (1996) – *O Manual dos Inquisidores*. 416p., Dom Quixote, Lisboa.

134 – Antunes, António Lobo (1996) – *Tratado das Paixões da Alma.* 359p., Dom Quixote, Lisboa.

135 – Aragão, A. C. Teixeira de (1877) – *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Tomo II. XVp. + 476p. + 32 estampas, Imprensa Nacional, Lisboa.

136 – Arraiz, Duarte Madeira (1683) – *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico*. Primeira parte [...]. [44p.] + 523p. [i.é 511] + [25p.], officina de Lourenço de Anueres, Lisboa.

137 – Assis, Machado de (1884) – A Segunda Vida. *Histórias sem data*, pp.191-204., B. L. Garnier, Rio de Janeiro.

138 – Assis, Machado de (1884) – O Lapso. *Historias sem data*, pp.17-32, B. L. Garnier, Rio de Janeiro.

139 – Assis, Machado de (1899) – Missa do Gallo. *Páginas Recolhidas*, pp. 77-88, H. Garnier, Livreiro-Editor, Rio de Janeiro / Paris.

140 – Assumpção, T. Lino de (1899) – *As Freiras de Lorvão (ensaio de monografia monástica).* 287p., França Amado Editor, Coimbra.

141 – Aulete, Francisco Júlio de Caldas; e colaboradores (1881) - *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Volume 1, XXXp. + 1009p., Imprensa Nacional, Lisboa.

142 – Aulete, Francisco Júlio de Caldas; e colaboradores (1881) - *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Volume 2, pp. 1009-1913, Imprensa Nacional, Lisboa.

143 – Aulete, Francisco Júlio de Caldas; e colaboradores (1925) – *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete. 2.ª edição actualisada. 1.º Volume, [12p.] + 1221p., Parceria António Maria Pereira, Lisboa.

144 – Aulete, Francisco Júlio de Caldas; e colaboradores (1925) – *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete. 2.ª edição actualisada. 2.º Volume, 1214p., Parceria António Maria Pereira, Lisboa.

145 – Azevedo, Aluízio (1890) – *O Cortiço*. B. L. Garnier, 354p., Rio de Janeiro.

146 – Bacelar, Bernardo de Lima e Melo (1783) – *Diccionario da Lingua Portugueza* (...). Xp. + 565p., Offic. de Jozé de Aquino Bulhoens, Lisboa.

147 – Bahia, Fernandes (1915) – Indústrias Portuguesas. I — Palitos. *Brotéria. Vulgarização scientifica*, Vol. XIII, fasc. VI, pp. 304-310, Braga.

148 – Baptista, Manuel Dias (1789) – Ensaio de huma descripçao, fizica, e economica de Coimbra, e seus arredores. *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agri-*

cultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas, Tomo I, pp. 254-298, Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa.

149 – Barbosa, Agostinho (1611) – *Dictionarium lusitanico latinum: juxta seriem alphabeticam optimis* [...]. Per Augustinum Barbosam Lusitanum. [20f.] + 1208c + [1f.] + 15f., typis, & expensis Fructuosi Laurentij de Basto, Bracharæ.

150 – Barreiros, Fernando Braga (1916) – Tradições Populares de Barroso (Concelho de Montalegre). *Revista Lusitana - Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, pp76-133, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

151 – Barros, Guilhermino de (1879) – *O Castello de Monsanto. Século XV*. Volume I. 248p., Lallemant Frères, Lisboa.

152 – Barros, João de (1552 [1945]) - *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*. 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, Xp. + 443p., Agência Geral das Colónias, Lisboa.

153 – Barros, João de (1553 [1945]) - *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Segunda Década*. 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, 471p., Agência Geral das colónias, Lisboa.

154 – Barros, João de (1563 [1946]) - *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Terceira Década*. 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, 547p., Agência Geral das colónias, Lisboa.

155 – Barros, João de (1615 [1946]) - *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Quarta Década*. 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, 651p., Agência Geral das Colónias, Lisboa.

156 – Baudry, Hervé (2019) – As problemáticas do livro médico em Portugal nos séculos XVI e XVII: com a bibliografia das obras médicas impressas em Portugal (1496-1598). *In:* António M. L. Andrade & Maria C. Carrington (Coord.), *Do Manuscrito ao Livro Impresso I*, UA Editora – Universidade de Aveiro / Imprensa da Universidade de Coimbra. doi: 10.14195/978-989-26-1711-4_7.

157 – Benevides, Francisco da Fonseca (1878) – *Rainhas de Portugal. Estudo Histórico*. Tomo I, XIIIp. + 365p. + [6p.], Typographia Castro Irmão, Lisboa.

158 – Berthelot (1860) – Sur une nouvelle série de composés organiques, le quadricarbure d'hydrogène et ses dérivés. *Comptes Rendus Hebdomadaires des séances de l'Académie des Sciences*. Tome 50, pp. 805-808, Mallet-Bachelier, Paris.

159 – Bessa-Luís, Agustina (2008) – *O Chapéu das Fitas a Voar*. 238p., Guimarães Editores, Lisboa.

160 – Bion, Nicholas (1709) – *Traité de la construction et des principaux usages des instruments de mathematique*. [8p.] + 347p. + [5p.], 28pl., Veuve de Jean Boudot / Jacques Collombat / Jean Boudot, Paris.

161 – Bíró, László József (1943/45) – *Writing Instrument*. Application June 17, 1943, Serial Nº. 491,208. In Argentina April 17, 1943. Patented Dec. 11, 1945.

162 – Bluteau, Rafael (1712) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Tomo 1 (A). 698p., Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra.

163 – Bluteau, Rafael (1712) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 2 [B-C]. 216p. + 654p., Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra.

164 – Bluteau, Rafael (1712) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 3 [D-E]. 319p. + 407p, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra.

165 – Bluteau, Rafael (1713) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 4. 243p. + 164p. + 91p. + 237p., Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra.

166 – Bluteau, Rafael (1716) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 5 [K-N]. 778p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

167 – Bluteau, Rafael (1720) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 6 [O-P]. 839p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

168 – Bluteau, Rafael (1720) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 7 [Q-S]. 824p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

169 – Bluteau, Rafael (1721) – *Vocabulario Portuguez e Latino* (…). Tomo 8, 652p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa Occidental.

170 – Bluteau, Rafael (1727) – *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino, que acabou de sahir a luz, anno de 1721* (…). Parte I. 568p., Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, Lisboa Occidental.

171 – Bluteau, Rafael (1728) – *Suplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino, que acabou de sahir a luz, anno de 1721* (…). Parte II (M-Z). 325p. + 592p., Patriarcal Officina da Musica, Lisboa Occidental.

172 – Bluteau, Raphael; Silva, Antonio de Morais (1789) – *Diccionario da Língua Portugueza, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo I (A-K). XXIIp. + 749p., Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.

173 – Bluteau, Raphael; Silva, Antonio de Morais (1789) – *Diccionario da Língua Portugueza, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo II (L-Z). 541p., Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.

174 – Bore, Henry (1890) – *The Story of the Invention of Steel Pens*. Ivison, Blakeman & Co., New York.

175 – Bourdet, Etienne (1819) – *Cuidados Faceis para o Aceio da Boca e conservação dos dentes, escritos em francez por Bourdet, cirurgiaõ dentista, e novamente vertidos na lingua portugueza*. Segunda edição. 122p. Typographia Rollandiana, Lisboa.

176 – Braga, Teófilo (1885) – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. I, VIIIP. + 416p., Livraria Ferreira, Lisboa.

177 – Braga, Teófilo (1885) – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. II, 546p., Livraria Ferreira, Lisboa.

178 – Branco, Camilo Castelo (1863) – *O que fazem as mulheres*. 2.ª edição, 209p., Casa de Cruz Coutinho, Editor, Porto.

179 – Branco, Camilo Castelo (1864) – *Amor de Salvação*. 252p., Casa da Viúva Moré Editora, Coimbra / Paris.

180 – Branco, Camilo Castelo (1865) – *A Sereia*. 269p., Casa da viúva Moré, Editora, Porto.

181 – Branco, Camilo Castelo (1876) – Eusébio Macário. História Natural e Social d'uma Família no Tempo dos Cabraes. *In: História e Sentimentalismo. P. António Prior do Crato, / Eusébio Macário*, pp. 153-302

182 – Branco, Camilo Castelo (1876) – *O Comendador*. Novelas do Minho II, 84p., Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª, Lisboa.

183 – Branco, Cecília Schmidt (1911) – Contos Populares Portugueses (colligidos da tradição oral). I. O Príncipe-Pombo. *Revista Lusitana - Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 3: 1-18, Livraria Portuense, Porto.

184 – Brandão, Raúl (1919) – *Memórias*. 1.º volume. 328p., Edição da Renascença Portuguesa, Porto.

185 – Brandão, Raúl (1923) – *Os Pescadores*. 326p., Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa / Livraria Chardron, Porto / Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.

186 – Brandão, Raúl (1927?) – *As Ilhas Desconhecidas. Notas e paisagens.* 2.ª edição, 278p., Livraria Aillaud e Bertrand, Lisboa.

187 – Brandão, Raúl (1933) – *Vale de Josafat. III volume de memórias*. 286p., Seara Nova, Lisboa.

188 – Brandão, Tomás Pinto (1732) – *Pinto Renascido, Empenado e Desempenado: Primeiro Voo.* [24p.] + 568p., Officina da Musica, Lisboa Occidental.

189 – Brunswick, Henrique (*c.*1899) – Novo Diccionario Illustrado da Lingua Portugueza […]. Santos & Vieira, Lisboa.

190 – Cabete, Susana Margarida Carvalheiro (2010) – *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional*. Thèse de Doctorat, 735p., Université de la Sorbonne nouvelle, Paris III.

191 – Cabreira, Gonçalo Rodrigues de (1671?) – *Compendio de muitos, e varios remedios de Cirurgia, & outras cousas curiosas. Recopiladas do Thesouro de Pobres, & outros authores*. Nesta quinta impressam emendado & acrecentado [...], [6p.] + 219p. + [5p.], Officina de Francisco Villela, Lisboa.

192 – Cabreira, Gonçalo Rodrigues de (1711) – *Compendio de muitos, e varios remedios de Cirurgia, & outras cousas curiosas. Recopiladas do Thesouro de pobres, & outros authores*. [8p.] + 219p. + 5p., na officina de Francisco Villela, Lisboa.

193 – Camacho, Manuel de Brito (1921) – O Compadre João Catarino. *In: Gente Rústica*, pp.103-116, Livraria Editora Guimarães & C.ª, Lisboa.

194 – Camacho, Manuel de Brito (1921) – O Figueiras. *In: Gente Rústica*, pp. 5-21, Livraria Editora Guimarães & C.ª, Lisboa.

195 – Camacho, Manuel de Brito (1921) – O Tio Rosa. *In: Gente Rústica*, pp.129-154, Livraria Editora Guimarães & C.ª, Lisboa.

196 – Camacho, Manuel de Brito (1925) – A comadre Antónia. *In: Quadros Alemtejanos*, pp.5-103, Livraria Editora Guimarães & C.ª, Lisboa.

197 – Camacho, Manuel de Brito (1925) – A Verruga. *In: Quadros Alemtejanos*, pp. 191-277, Livraria Editora Guimarães & C.ª, Lisboa.

198 – Câmara, Perestrelo da (1848) – *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos Anexins Sentenças Moraes e Idiotismos da Lingoa Portugueza*. [VIp.] + 288p., Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro.

199 – Caminha, Pêro Vaz de (1500 [1900]) – *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei escripta da ilha de Vera-Cruz em 1.º de Maio de 1500*. XXVIIp. + XXVp. + XIIp., Instituto Geographico e Historico da Bahia, Editores Reis & Comp., Bahia (Brazil).

200 – Camões, Luís de (1595) – *Rhythmas de Lvis de Camoes*. [7f.] + 166f. + [4f.], por Manuel de Lyra, a custa de Esteuão Lopez mercador de Livros, Lisboa.

201 – Camões, Luís de (1645) – Comedia delrey Seleuco. *Rimas de Luis de Camões. Primeira Parte. Agora nouamente emendadas nesta ultima impressaõ, & acrecentada hũa Comedia nunca atègora impressa*, f. 185-203. officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa.

202 – Cardoso, Jerónimo (1562) – *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*. 105f., ex officina Ioannis Aluari, Ulissypone.

203 – Cardoso, Jerónimo (1570) – *Dictionarium Latino Lusitanicum & vice versa* [...]. [4] + 272 + 84 + [12] + [54] f., Escussit Ioan Barrerius, Conimbricæ.

204 – Cardoso, João Luís; Arruda, Ana Margarida (2016) - Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal (Idade do Ferro). *In:* Raquel Vilaça & Miguel Serra (eds.), *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades*, Instituto de Arqueologia / Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta / Palimpsesto, Coimbra.

205 – Cardoso, Jorge (1666) – *Agiologio Lvsitano dos Sanctos e Varoens Illvstres em Virtude do Reino de Portugal* [...]. Tomo III, [12p.] + 905p. [i.e. 901p.], Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, Lisboa.

206 – Carmelo, Luís do Monte (1767) – *Compêndio de Ortografia* [...]. [28p.] + 772p. + [8p.] Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa.

207 – Carrère, Joseph-Barthélémy-François (1797) – *Tableau de Lisbonne, en 1796 ; suivi de Lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume*. 442p. + [6p.], chez H.J. Jansen, Paris.

208 – Carvalho, A. M. Galopim (2008) – *Fora de Portas, Memórias e Reflexões*. 494p., Ancora Editora, Lisboa.

209 – Carvalho, António José de; Deus, João de (1877) – *Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil*. Quarta edição revista e muito augmentada. XVp. + 722p., Pacheco & Barbosa, Lisboa / A. A. Lopes do Couto, Rio de Janeiro.

210 – Carvalho, Maria Amália Vaz de (1905 [1880]) – O Melhor Somno do Millionario. *Contos e Phantasias*, 2.ª edição, pp. 185-202, Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa.

211 – Carvalho, Maria Judite de (1979) – Uma varanda com flores. *In:* Jacinto do Prado Coelho (org.), *Antologia da Ficção Portuguesa Contemporânea*, pp. 184-188, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

212 – Castilho, Júlio de (1889) – *Lisboa Antiga. Segunda Parte – Bairros Orientaes. Tomo VI*. 404p., Livraria Ferreira, Lisboa.

213 – Castilho, Júlio de (1904) – *Lisboa Antiga. O Bairro Alto de Lisboa*. Volume V. 2.ª edição. 433p., Antiga Casa Bertrand-José Bastos, Lisboa.

214 – Castro, António Serrão de (1668) – Acudi com agoa ao fogo [...]. *Academia dos Singulares de Lisboa*. Tomo Segundo. pp.343, na Impressão de António Craesbeeck de Mello, Lisboa.

215 – Castro, Cláudia Raquel Ferreira de (2012) – *Phósphoros. Rótulos com História*. 75p., Mestrado em Design de Comunicação, ESAD - Escola Superior de Artes e Design, Matosinhos.

216 – Chagas, M. Pinheiro (1866) – *Tristezas à Beira-Mar*. 252p., Typographia do Commercio, Porto.

217 – Cobarrubias Orozco, Sebastian (1611) – *Tesoro de la lengua castellana, o española*. 602f. + 79f., Luis Sanchez, impressor del Rey N. S., Madrid.

218 – Coelho, Adolfo (1879) – A raposa e o lobo. *In: Contos Populares Portugueses*, colligidos por F. Adolpho Coelho, pp.13-15, P. Plantier, Editor, Lisboa.

219 – Coelho, Adolfo (1879) – Patranha. *In: Contos Populares Portugueses*, colligidos por F. Adolpho Coelho, pp. 129-130, P. Plantier, Editor, Lisboa.

220 – Coelho, Trindade (1901) – Tipos da terra. *Os Meus Amores (Contos e Balladas)*, 3.ª edição, muito augmentada, pp. 95-121, Livraria Aillaud & Cia, Paris-Lisboa.

221 – Coelho, Trindade (1902) – O «Lusitano» e o «Anda a Roda». *In Illo Tempore. Estudantes, lentes e futricas*. pp. 147-166, Livraria Aillaud & C^{ia}, Paris-Lisboa.

222 – Coelho, Trindade (1902) – O Grande Damásio. *In Illo Tempore. Estudantes, lentes e futricas*. pp. 389-393, Livraria Aillaud & C^{ia}, Paris-Lisboa.

223 – Coimbra, Álvaro da Veiga (1958) – Noções de numismática ibérica (IV). *Revista de História*, 17(36): 515-591, Universidade de São Paulo.

224 – Constâncio, Francisco Solano (1836) – *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*, LIIp. + 976p., editor Angelo Francisco Carneiro, na Officina Typographica de Casimir, Paris.

225 – Cordeiro, Bruno Cordovil da Silva (2006) – *A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas*. 222p., Tese de Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

226 – Correia, J. Diogo (1953) – *Apontamentos para a Monografia de Malpica do Tejo*. 128p., Edição do Autor, Lisboa.

227 – Costa, J. Almeida; Melo, A. Sampaio e (1981) – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5.ª edição, 1556p., Porto Editora, Porto.

228 – Costa, Mário (1954) – O Sítio de Santo Amaro. *Olisipo*, n.º 78 (Abril de 1957), pp. 59-89, Grupo «Amigos de Lisboa», Lisboa.

229 – Couto, António Maria do (1842) - *Diccionário da maior parte dos termos homónymos, e equívocos da lingua portugueza*. IVp. + 432p.+ IVp., Typographia de Antonio Joze da Rocha, Lisboa.

230 – Couto, Mia (1990) – *Cada homem é uma raça*. 181p., Editorial Caminho, Lisboa.

231 – Couto, Mia (2009) – *Jesusalém*. 296p., Editorial Caminho, Lisboa.

232 – Cruz, Pedro Belchior da (1901) - Explorações da Sociedade Archeologica da Figueira. *O Archeologo Português*, vol. VI, n.os 1 e 2, pp. 99-103, Imprensa Nacional, Lisboa.

233 – Cunha, Alfredo da (1931) – *Ditames e Ditérios. Glosas em verso de ditados ou dizeres comuns*. Tomo 3, 100p. + XLp., Oficinas da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.

234 – D. Afonso V (1435 [1918]) - Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V. *In:* Francisco Maria Esteves Pereira, *Livro da Montaria feito por D. João I, rei de Portugal*, pp.439-452, publicado por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra.

235 – Dantas, Júlio (1901) – *A Severa*. 397p., Francisco Pastor, Lisboa.

236 – Davy, Edmund (1837) – Notice of a new Gaseous Bicarburet of Hydrogen. *Report of Sixth Meeting of the British Association for the Advancement Of Science* - Sixth Meeting. Vol. V, Abstracts of Communications, pp. 62-63, John Murray, London.

237 – Delgado, D. G. (1894) – *Classificação botânica das plantas e drogas descritas nos "Colóquios da India" de Garcia d'Orta*. 35p., Nicol's Printing Works, Bombaim.

238 – Delicado, António (1651) – *Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs*. [12p.]+ 190p. [i.é 187], Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa.

239 – Dias, J. Alveirinho (2020) – *Repositório do Conhecimento Inútil*. [2p.] + 153p., CIMA, Universidade do Algarve, Faro.

240 – Dinis, Júlio (1867) – *As Pupilas do Snr. Reitor. Chronica da aldeia*. 282p., Typ. do Jornal do Porto, Porto.

241 – Dinis, Júlio (1870) – Justiça de Sua Majestade. *Serões da Província*, terceira edição, pp. 9-82, Lelo & Irmão, Editores, Porto.

242 – Duarte, Joaquim Manuel Jorge Moedas (2017) - *Casa Hipólito – história, memórias e património de uma fábrica torriense*. 342p., Dissertação de mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa.

243 – Escadas, Débora Duarte Val (2017) – *A vida impossível: o movimento operário em Braga durante a I República*. XIIIp. + 310p., Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga.

244 – Estatística de Portugal (1881) – *População no 1.º de Janeiro 1878*. 40p., Imprensa Nacional, Lisboa.

245 – Estrela, Rui (2004) – *A Publicidade no Estado Novo. Volume I (1932-1959)*. 218p., Simplesmente Comunicando, Lisboa.

246 – F.R.I.L.E.L. [acrónimo de Francisco Rolland, Impressor e Livreiro em Lisboa] (1780) – *Adagios, Proverbios, Rifãos, e Anexins da Lingua Portugueza,* [...]. 341p., Typografia Rollandiana, Lisboa.

247 – Faria, Eduardo de (1849) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Volume 1. 315p., Typographia Lisbonense, Lisboa.

248 – Faria, Eduardo de (1849) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Volume 2. 439p., Typographia Lisbonense, Lisboa.

249 – Faria, Eduardo de (1849) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Volume 3. 463p., Typographia Lisbonense, Lisboa.

250 – Faria, Eduardo de (1849) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Volume 4. 478p., Typographia Lisbonense, Lisboa.

251 – Feijó, João de Morais Madureira (1734) – *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* [...]. [10p.] + 553p. + [3p.], Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental.

252 – Ferrão, António Duarte [Francisco Luís Ameno] (1765 [1912]) – *Palito Métrico lavrado no Lorvão da Pachorra com a ferramenta da cachimonia embrulhado no titulo de calouriada* [...]. XVIp. + 352p., Livraria Neves, Coimbra.

253 – Ferreira, António (1683) – *Luz verdadeyra, e recopilado exame de toda a cirurgia* [...]. [2.ª edição], [12p.] + 440p. + [22p], Officina de Miguel Deslandes, Lisboa.

254 – Ferreira, Vergílio (1954 [1968]) – *Manhã Submersa*. 3.ª edição, 209p., Portugália Editora, Lisboa.

255 – Ferreira, Vergílio (1959 [1998]) – *Aparição*. 43.ª edição. 272p., Bertrand, Lisboa.

256 – Figueiredo, Cândido de (1899) – *Nôvo Diccionário da Língua Portuguesa*. Volume I, 1ª edição, 781p., Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa.

257 – Figueiredo, Cândido de (1899) – *Nôvo Diccionário da Língua Portuguesa*. Volume II, 1ª edição, 892p., Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa.

258 – Figueiredo, Cândido de (1906) – *Falar e Escrevêr. Novos estudos práticos da língua portuguêsa, ou Consultório Popular de Enfermidades da Linguagem*. 2.ª Série, 335p., Livraria Clássica Editora, Lisboa.

259 – Figueiredo, Cândido de (1913) – *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*. Nova edição, essencialmente refundida, corrigida e copiosamente ampliada. Volume I, 945p., Livraria Clássica Editora, Lisboa.

260 – Figueiredo, José Anastácio de (1790) – *Synopsis Chronologica de subsídios ainda os mais raros para a história e estudo critico da legislação portugueza*. Tomo I deste 1143 até 1549. XIp. + 412p., Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa.

261 – Figueiredo, José Anastácio de (1790) – *Synopsis Chronologica de subsídios ainda os mais raros para a história e estudo critico da legislação portugueza*. Tomo II deste 1550 até 1603. 371p., Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa.

262 – Flores, Francisco Moita (2017) – *O Mensageiro do Rei*. 332p., Casa das Letras, Lisboa.

263 – Folqman, Carlos (1755) – Diccionario Portuguez e Latino. [8p.] + 391p., na officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa.

264 – Fonseca, José da; Roquette, J.-I. (1856) – *Diccionario da Lingua Portugueza de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado, por J.-I. Roquette*. XXXVp. + 977p., Em Casa de Vª J.-P. Aillaud, Monion e Cª, Pariz.

265 – Freire, Simeam Antunes [Simão Antonio de Santa Catharina] (1731) – *Rimas Sonoras. Segunda Parte*. 400p., Officina Augustiniana, Lisboa Oriental.

266 – Galm, Eric A. (2010) - *The Berimbau: Soul of Brazilian Music*. 224p., University Press of Mississippi, Jackson, MS, U.S.A.

267 – Gama, Arnaldo (1858) – *Honra ou Loucura*. 296p., casa de Cruz Coutinho, Porto.

268 – Gama, Arnaldo (1864) – *A Última Dona de S. Nicolau (Episodio da historia do Porto no seculo XV)*. 506p., Typographia do Commercio, Porto.

269 – Gama, Arnaldo (1876) – *El-Rei Dinheiro*. 385p., Livraria de Jacinto A. Pinto da Silva, Editor, Porto.

270 – Garrett, João Baptista de Almeida (1825) – *Camões*. 216p., Livraria Nacional e Estrangeira, Paris.

271 – Garrett, João Baptista de Almeida (1848) – *A Sobrinha do Marquez*. 176p., Imprensa Nacional, Lisboa.

272 – Garrett, João Baptista de Almeida (1848) – *Versos do V. de Almeida-Garrett. I. Lyrica, Nova Edição*. VIp. + 287p., Em Casa da Viuva Bertrand e Filhos, Lisboa.

273 – Góis, Damião de (1566) – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* [...]. [3f.] + 114f., em casa de Francisco Correa, Lisboa.

274 – Guimarães, António Peixoto de (1728) – Pegureyro do Parnaso. *In:* Mathias Pereyra da Sylva (ed.), *A Fenis Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portuguezes*. Tomo V, pp. 38-53, Officina de Antonio Pedrozo Galraõ, Lisboa Occidental.

275 – Guimarães, J. G. de Oliveira (1907) – Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães (continuação). *O Archeologo Português*, vol. XII, pp. 79-91, Imprensa Nacional, Lisboa.

276 – Guimarães, José Ribeiro (1873) - *Summario de varia historia. Narrativas, lendas, biographias* [...]. Tomo III. 241p., Rolland & Semiond, Lisboa.

277 – Hebert, Luke (1836) – *The Engineer's and Mechanic's Encyclopædia*. Vol. 2, 928p., Thomas Kelly, London.

278 – Herculano, Alexandre (1853 [19--]) – As freiras do Lorvão. *In: Opusculos*, Tomo I, Casa da Viuva Bertrand & C.ª, Lisboa.

279 – Herculano, Alexandre (1859 [19--]) – *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Vol. III. Nona edição definitiva, 425p., Livraria Bertrand, Lisboa / Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.

280 – Infopédia (s/d) – Dicionário de Português Infopédia. On-line. Porto Editora. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa

281 – Instituto Nacional de Estatística (1950) – *IX Recenseamento Geral da População* [...]. *Anexo: Inquérito às Condições de Habitação da Família*. 233p., Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

282 – Kinsey, William Morgan (1828) – *Portugal Illustrated; in a series of letters*. XVIIIp. + 500p., Treuttel, Würtz and Richter, London.

283 – Kistler, Logan; Montenegro, Álvaro; Smith, Bruce D. *et al.* (22014) – Transoceanic drift and the domestication of African bottle gourds in the Americas. *PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111(8): 2937-2941. doi: 10.1073/pnas.1318678111

284 – Krüger, Fritz (1936) – Notas etnográfico-lingüísticas da Póvoa de Varzim. *Boletim de Filologia*, Tomo IV, Fascículos 1-2, pp.109-182, Centro de Estudos Filológicos, Imprensa Nacional, Lisboa.

285 – Lacerda, José Maria de Almeida e Araújo Correia de (1860) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza para uso dos portugueses e brazileiros* [...]. Parte II, 397p., Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, Lisboa.

286 – Lacerda, José Maria de Almeida e Araújo Correia de (1874) – *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza para uso dos portugueses e brazileiros* [...]. Volume 1, 4.ª edição, XXXVp. + [4p.] + 1209p., Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, Lisboa.

287 – Lacerda, José Maria de Almeida e Araújo Correia de (1874) – *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza para uso dos portugueses e brazileiros* [...]. Volume 2, 4.ª edição, 1102p. + 63p., Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, Lisboa.

288 – Lacerda, José Maria de Almeida e Araújo Correia de (1874) – Novo Diccionario de Synonymos. *In: Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza para uso dos portugueses e brazileiros* [...]. Volume 2, 4.ª edição, 63p., Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, Lisboa.

289 – Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1874) – *Portugal Antigo e Moderno* [...]. Volume 4, 507p., Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa.

290 – Leão, Duarte Nunes de (1576) – *Orthographia da Lingoa Portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa hespanhol como a latina & quaesquer outras que da latina teem origem*. [4f.] + [78f.], Ioão de Barreira, Lisboa.

291 – Leão, Duarte Nunes de (1600) – *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal* [...]. [1f.] + 239f. + [8f.], impresso por Pedro Crasbeeck, Lisboa.

292 – Lemos, João de Brito de (1631) – *Abecedario Militar do que o soldado deve fazer te chegar a ser capitaõ, & sargento* [...]. *Diuidido em dous volumes*. 4f. + [4f.] + 138f. + 86f., Pedro Craesbeeck, Lisboa.

293 – Lisboa, Balthazar da Silva (1835) – *Annaes do Rio de Janeiro: contendo a descoberta e conquista deste paiz* (...). Tomo III. 388p., Seignot-Plancher e Cª, Rio de Janeiro.

294 – Lisboa, Marcos de (1557/1562) – *Chronicas da Ordem dos Frades Menores* [...] *nouamente copilada & ordenada dos antigos liuros & Hystoriadores* [...]. 286f., em casa de Ioannes Blauio, Lisboa.

295 – Lobato, Gervásio (ed.) (1892) – *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*. Volume XV, N.º 501, 21 de Novembro de 1892, pp. 257-264, Lisboa.

296 – Lopes, Ana Mafalda Pereira (2016) - *Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (séculos XV-XVI)*. 147p., Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.

297 – Lopes, Ana Mafalda Pereira (2017) – O Luto em Portugal: da Corte à Gente Comum (séculos XV-XVI). *Medievalista online*, 22: 35p., Lisboa

298 – Lopes, Fernão (*c.*1450 [1897]) – *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol. I. 195p., Escriptorio, Lisboa.

299 – Lopes, Miranda (1933) – Da minha terra. Subsídio para a Etnografia de Tráz-os-Montes. *Revista Lusitana - Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, pp.138-163, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

300 – Loureiro, Adolfo (1907) – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Volume III, Parte II, 564p., Imprensa Nacional, Lisboa.

301 – Lúcio, José; Marques, Filomena (2010) – *A Pobreza em Lisboa na I República*. 19p., *e-GEO* - Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.

302 – Machel, Samora (1983) – *Defender a Pátria, Eliminar a Fome: tarefa de todos os moçambicanos*. 80p., Partido Frelimo, Maputo.

303 – Madureira, Nuno Luís (1998) – O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957), *Análise Social*, 33(148): 777-822. Instituto Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa.

304 – Magalhães, Manuel Maria Calvet de (1946) – *Economia Doméstica*. 171p., S.N.I. (Secretariado Nacional de Informação), Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, Lisboa.

305 – Marques, A. H. de Oliveira (1974) - *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 3a edição, 296p., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.

306 – Martins, Rocha (1946) – *Lisboa de Ontem e de Hoje. As Colinas da Cidade*. 270p., Emprêsa Nacional de Publicidade, Lisboa.

307 – Mascarenhas, Miguel J. T. (1873) - *Um conto portuguez. Episodio da guerra civil: a Maria da Fonte*. 302p., Typographia Lusitana, Lisboa.

308 – Mattoso, José (1997) - Pressupostos Mentais do Culto dos Mortos. *Arqueologia Medieval*, 5:5-11.

309 – Melo, Francisco Manuel de (1666 [1875]) – *Feira dos Anexins* (obra posthuma de D. Francisco Manuel de Melo, agora dada á luz pela primeira vez). Lp. + 222p., Livraria de A. M. Pereira, Lisboa.

310 – Merson, M. Oliveiro (1862) – Viagem nas províncias do Norte de Portugal em Abril e Maio de 1857 (continuado). *O Civilisador, jornal de litteratura, sciencias e bellas-artes*, 2.º volume, pp. 42-45, Typ. Antonio José da Silva Teixeira, Porto.

311 – Mesquita, Alfredo de (1903) – *Portugal Pittoresco e Illustrado. I – Lisboa*. XIp. + 636p., Empreza da História de Portugal, Lisboa.

312 – Mesquita, Alfredo de (1910) – *Alfacinhas*. 200p., Parceria António Maria Pereira, Lisboa.

313 – Moita, Luiz (1939) – Crónica. *Olisipo. Boletim do grupo «Amigos de Lisboa»*. Ano II, n.º 5, Janeiro de 1939, pp. 56-58, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa.

314 – Monteiro, Rodrigues (1899-1903) – Os palitos. *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo portuguez*, Tomo I, pp. 625-628.

315 – Moreno, Bento [Francisco Joaquim Teixeira de Queiroz] (1887) – Rende-te Centurião. *Novos Contos de Bento Moreno*, pp. 129-163, Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa.

316 – Negreiros, Almada (1917) – *A Engomadeira. Novela vulgar lisboeta*. 30p., Edição do autor, Tipografia Monteiro e Cardoso, Lisboa.

317 – Nemésio, Vitorino (1937) – *A Casa Fechada. Novelas*. [12p.] + 298p., Arménio Amado Editor, Coimbra.

318 – Nemésio, Vitorino (1944) – *Mau tempo no Canal*. 478p., Livraria Bertrand, Lisboa.

319 – Neras, João Teodoro de (1760) – *Methodo Pratico com que as Senhoras Mulheres assistem nos Templos, principalmente no tempo dos Sermoens, o qual jocoseriamente se expõem para correcção de taõ estranhos abuzos &c.* 14p. + [2p.], Offic[ina] de Francisco Borges de Sousa, Lisboa.

320 – Nobre, António (1892) – *Só*. 157p., Léon Vanier, éditeur, Paris.

321 – Nunes, António (1554 [1868]) – Lyvro dos pesos, da Yndia, e assy medidas, e mohedas. *In:* Rodrigo José de Lima Felner (dir.), *Subsídios para a História da Índia Portugueza*, pp. 1-64, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Typographia da Academia, Lisboa.

322 – Oliveira, Eduardo Freire de (1899) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. 1.ª Parte. Tomo X. XIIp. + 594p., Typographia Universal, Lisboa.

323 – Oliveira, Fernão de (1536) – *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. [38f.], e[m] casa d'Germão Galharde, [Lisboa].

324 – Oliveira, Nicolau de (1620) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. [18f.] + 138f., Jorge Rodrigues, Lisboa.

325 – Orta, Garcia de (1563) – *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes amediçina* [...]. [7f.] + 217f [i. é 257f.], Impresso em Goa, por Ioannes de endem.

326 – Ortigão, Ramalho (1889) – *As Farpas. Tomo IX – O Movimento Litterario e Artistico*. 316p., Companhia Nacional Editora, Lisboa.

327 – Ortigão, Ramalho; Queirós, Eça de (1871) – *As Farpas, chronica mensal da politica, das letras, e dos costumes*. Agosto de 1871. 79p., Typographia Universal, Lisboa.

328 – Owen, Hugh (1856) – *Here and There in Portugal. Notes of the Present and the Past*. 8p. + 216p., Bell & Daldy, London.

329 – Pacheco, Fernando Assis (1996), *A Musa Irregular*. 2.ª edição, 210p., Edições Asa, Porto.

330 – Paço, Afonso do (1930) – Usos & costumes, contos, crenças e medicina popular. *Revista Lusitana - Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 28(1-4): 245-261.

331 – Paiva, Sebastião da Fonseca e (1668) – O Rocio à terça-feira. *Academia dos Singulares de Lisboa*. Tomo Segundo. pp.400-412, na Impressão de António Craesbeeck de Mello, Lisboa.

332 – Pascoais, Teixeira de (1973) – A Velhice do Poeta (Inédito). *Revista Portuguesa de Filosofia*, 29(2): 123-136.

333 – Patents Office (1869) – *Abridgments of Specifications relating to Writing Instruments and Materials. A.D. 1635-1866*. XXIVp. + 404p. + 10p., printed by George E. Eyre and William Spottiswoode, London.

334 – Peixoto, Rocha (1905) – *Etnografia portuguesa: Iluminação Popular*. Separata do Tomo II, fascículo I, de Portugália. 16p., Imprensa Portugueza, Porto.

335 – Pepys, Samuel (1897) – *The Diary of Samuel Pepys*, [...]. Transcribed from the Shorthand Manuscript in the Pepysian Library [...] by the Rev. Mynors Bright [...]. Vol. III, 397p., George Bell & Sons, London.

336 – Pereira, A. Gomes (1912) – Vocabularios de varios concelhos do districto de Vila Real. *Revista Lusitana - Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 18 (3-4): 334-351.

337 – Pereira, Bento (1647) – *Thesouro da Lingoa Portuguesa*. [2f] + 97f + [3f], officina de Paulo Craesbeeck, & à sua custa, Lisboa.

338 – Pereira, Bento (1653) – *Prosodia in Vocabularium Trilingue Latinum, Lusitanicum, et Castellanicum Digesta* [...]. Secunda Editione. [4f.] + 284f, Ex oficina & sumptibus Pauli Craesbeeck, Ulissypone.

339 – Pereira, Bento (1655) – *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingoa portvgvesa* (...). 124p., Paulo Craesbeeck, Lisboa.

340 – Pereira, Bento (1666) – *Regras geraes, breves, e comprehensivas da melhor ortografia* […]. [6p.] + 80p. + [26p.], Domingos Carneiro, Lisboa.

341 – Pereira, Bento (1683) – Primeira parte das frases portuguesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas. 56p. *In: Prosodia in Vocabularium Trilingue Latinum, Lusitanicum, et Castellanicum Digesta* (...). Sexta Editione. Antonij Craesbeeck â Mello, Ulyssipone.

342 – Pereira, Bento (1683) – *Prosodia in Vocabularium Trilingue Latinum, Lusitanicum, et Castellanicum Digesta* (...). Sexta Editione. 736f. [i.é 596f.] + 136f. + 114p., Ex Pœlo, & sumptibus Antonij Craesbeeck â Mello, Serinissimi PrincipisTypographi, Ulyssipone.

343 – Pereira, Bento (1697) – *Prosodia in Vocabularium Bilingue Latinum et Lusitanicum* [...]. Septima Editio. [8p.] + 736p. + 124p + 89p. [i.é. 98], Typographia Acadamiæ, Eboræ.

344 – Pereira, Esteves; Rodrigues, Guilherme (1906) – *Portugal. Diccionario historico, chorographico, heraldico, biográfico, chorographico, numismatico e artistico* [...]. Vol. II (B-C). 1280p., João Romano Torres & C.ª Editores, Lisboa.

345 – Pessoa, Fernando (2004) - *Poemas de Fernando Pessoa 1931-1933*. 398p., edição de Ivo Castro, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

345 – Pessoa, Fernando [Álvaro de Campos] (2015) - *Os Poemas Completos de Álvaro de Campos*. (n/p), Luso-livros.net

346 – Pina, Rui de (*c.*1480 [1914]) – *Chronica d'El-Rei D. Duarte, de Ruy de Pina, com um estudo crítico, notas e glossário*. 237p., Edição da Renascença Portuguesa, Porto.

347 – Pinto, Alexandre de Serpa (1881) – *Como eu atravessei Àfrica do Atlantico ao mar Indico, viagem de Benguella á contra-costa. a-través regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*. Volume 1.º – A Carabina d'El-Rei. XXIXp. + 336p., Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington, Londres.

348 – Pinto, Alexandre de Serpa (1881) – *Como eu atravessei Àfrica do Atlantico ao mar Indico, viagem de Benguella á contra-costa. a-través regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*. Volume 2.º – A Familia Coillard. VIp. + 340p., Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington, Londres.

349 – Pinto, Fernão Mendes (1614) – *Peregrinaçam* [...]. [2p.] + 303p. + [5p.], Pedro Crasbeeck, Lisboa.

350 – Pinto, Silva (1904) – *No Coliseu. 1903-1904*. 365p., Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa.

351 – Pires, José Cardoso (1968) – *O Delfim*. 363p., Moraes Editores, Lisboa.

352 – Pires, José Cardoso (1982) – *Balada da Praia dos Cães*. 256p., Edições «O Jornal», Lisboa.

353 – Pires, José Cardoso (1997) – *Lisboa. Livro de Bordo. Vozes, olhares, memorações*. 123p., Publicações Dom Quixote / Parque Expo 98, Lisboa.

354 – Pombinho Júnior, J.A. (1935) – Vocabulário Alentejano (Subsídios para o léxico português). C-D. *Revista Lusitana - Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, XXXIII(1-4): pp.94-176, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

355 – Pombinho Júnior, J.A. (1939) – Retalhos de um Vocabulário (Subsídios para o léxico português). *Revista Lusitana - Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, XXXVII (1-4): pp. 153-270, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

356 – Portela, Adolfo (1893) – As andorinhas. *O Campeão das Províncias*, n.º 4254 (Sabbado 15 de Abril de 1893), anno XLIII, Typographia Aveirense, Aveiro.

357 – Priberam (s/d) – Dicionário Priberam Online de Português. On-line. https://dicionario.priberam.org

358 – Queiroz, Eça de (1876) – *O Crime do Padre Amaro*. Edição Definitiva. 362p., Typographia Castro Irmão, Lisboa.

359 – Queiroz, Eça de (1878) – *O Primo Bazilio. Episodio domestico.* 2.ª edição, revista. 608p., Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto / Eugenio Chardron, Braga.

360 – Queiroz, Eça de (1887) – *A Relíquia*. [20p.] + 441p., Typ. de A. J. da Silva Teixeira, Porto.

361 – Queiroz, Eça de (1900) – *A Illustre Casa de Ramires*. 543p., Livraria Chardron, Porto.

362 – Queiroz, Eça de (1901) – *As Cidades e as Serras*. 380p., Livraria Chadron, de Lello & Irmão, editores, Porto.

363 – Real Academia Española (1852) – *Diccionario de la Lengua Castellana*. Décima edición. [6p.] + 730p., Imprenta Nacional, Madrid.

364 – Resende, Garcia de (1516) – *Cancioneiro Geral*. [4f.] + 228f., Hermã de Cãpos, Lisboa.

365 – Resende, Garcia de (1545) – *Lyuro das obras de Garcia de Resẽde que trata da vida & grãdissimas virtudes & bõdades, magnanimo esforço, excelẽtes costumes & manhas & muy craros feitos do christianissimo* [...] *el Rey dõ João o segundo deste nome* [...], *cõ outras obras que adiante se seguem*. [4f] + CLXf. [i.é CLXII], em casa de Luys Rodriguez, Lisboa.

366 – Ribeiro, António Maria do Amaral (1861) – Camponezes Riograndenses. *In: Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1862*, pp. 302-3, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, Lisboa.

367 – Ribeiro, Aquilino (1911) – Voluptuoso Milagre. *Serões, Magazine Mensal Illustrado*, n.º 76 (Outubro 1911), proprietaria e editora: Livraria Ferreira; composto e impresso na Typographia do Annuario Commercial, Lisboa

368 – Ribeiro, João (1908) – *Frazes Feitas. Estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios*. 302p., Livraia Francisco Alves & C.ª, Rio de Janeiro.

369 – Ribeiro, Margarida Calafate (2004) – África no feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68: 7-29.

370 – Rita, Joaquim de Santa (1765) – *Academia dos Humildes, e Ignorantes* [...]. *Dialogo entre hum Theologo, hum Letrado, hum Filosofo, hum Ermitão, hum Estudante, e hum Soldado* [...]. Tomo VII. [2p.] + 488p., Miguel Manescal da Costa, Lisboa.

371 – Robalo, Hélder (2006) - Fosforeira dá lugar à Chama Vermelha. *Diário de Notícias on-line*, 2 de Outubro de 2006.

372 – Ruders, Carl Israel (1805 [2002]) – *Viagem em Portugal, 1798-1802*. Vol. I. 406p., Reimpressão. Tradução de António Feijó, Biblioteca Nacional, Lisboa.

373 – Saramago, José (1984) – *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. 5.ª reimpressão, 415p., Editorial Caminho, Lisboa.

374 – Saramago, José (1995) – *Ensaio sobre a cegueira*. 310p., Caminho, Lisboa.

375 – Scheffer, John (1819) – *Scheffer's Patent Penographic or Writing Instrument*. 1p., W. Robson & Co. London:

376 – Seabra, Zita (2007) – *Foi Assim*. 448p., Alêtheia Editores, Lisboa.

377 – Seco, António Luiz de Sousa Henriques (1853) – *Memoria Historico-Chorographica dos diversos concelhos do Districto administrativo de Coimbra*. XVp. + 143p., Imprensa da Universidade, Coimbra.

378 – Sequeira, João de Nossa Senhora da Porta (1786 [1791]) – *Escola de política, ou tractado pratico da civilidade portugueza* [...]. 2.ª edição, [8p.] + 252p. + [4p.], Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, Porto.

379 – Silva, Antonio de Morais (1813) – *Diccionario da Língua Portuguesa* (...). Tomo 1.º: A-E. 806p., Typographia Lacerdina, Lisboa.

380 – Silva, António de Morais (1813) – *Diccionario da Língua Portugueza*. Tomo 2º: F-Z. 872p., Typographia Lacerdina, Lisboa.

381 – Silva, António de Morais (1823) – *Diccionario da Língua Portugueza* [...]. Terceira edição, mais correcta e acrescentada [...]. Tomo Segundo: G-Z. 872p., Typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa.

382 – Silva, Antonio de Morais; Falcão, Agostinho de Mendonça (1858) – *Diccionário da Lingua Portugueza*. Sexta Edição, melhorada e muito accrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão. Tomo I A-E. XIVp. + XLp. + 930p., Typographia de António José de Rocha, Lisboa.

383 – Silva, Antonio de Morais; Falcão, Agostinho de Mendonça (1858) – *Diccionário da Lingua Portugueza*. Sexta Edição, melhorada e muito accrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão. Tomo II F-Z. 1016p., Typographia de António José de Rocha, Lisboa.

384 – Silva, António José da (1744) – Guerras do Alecrim, e Mangerona. *Theatro Comico Portuguez, ou collecção das operas portuguezas, que se representaraõ na Casa do Theatro Publico do Bairro Alto de Lisboa*, Tomo Segundo, pp. 199-345, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, Lisboa.

385 – Silva, António Martins da (2000) – Extinção das Ordens Religiosas. *In:* Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, pp. 232-236, Círculo de Leitores, Lisboa.

386 – Silva, Joaquim José Ventura da (1819) – *Regras Methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras Ingleza, Portugueza, Aldina, Romana, Gotica-Italica e Gotica-Germanica* [...]. Segunda Edição acrescentada [...]. 370p., Na Impressão Regia, Lisboa.

387 – Silva, L. A. Rebelo da (1851-2 [2020]) – *A Mocidade de D. João V*. 714p., Imprensa Nacional, Lisboa

388 – Siqueira, João de N. S.ra da Porta (1786 [1791]) – *Escola de Politica ou Tractado Prático da Civilidade Portugueza*. [...]. Accrescentado novamente [...]. [5p.] + 252p., Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, Porto.

389 – Soares, António Joaquim de Macedo (1889) – *Diccionario Brazileiro da Lingua Portugueza*. Vol. 1, 147p., publicação da Bibliotheca Nacional, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro.

390 – Sousa, Francisco Luís Pereira de (1928) – *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico*. Volume III – Distrito de Lisboa. pp. 479-949p., Tipografia do Comércio, Lisboa.

391 – Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e (1827) – *Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*. Tomo Segundo. F-Q. n/p., Typographia Rollandiana, Lisboa.

392 – Sousa, Luís de (1619) – *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres da Ordẽ dos Pregadores* [...]. [4f.] + 280f. [i.é 282] + [5f.], Impressa na notauel Villa de Viana a custa da mesma Villa por Niculao Carualho.

393 – Souza, Francisco Bernardino de (1873) – *Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas*. 328p., Typ. do-Futuro, Pará.

394 – Tavares, Miguel Sousa (2007) – *Rio das Flores*. 628p., Oficina do Livro, Lisboa.

395 – Tiago, Manuel [Álvaro Cunhal] (1974) – *Até Amanhã, Camaradas!* 334p., Edições Avante!, Lisboa.

396 – Tomás, Ana; Valério, Nuno (2020) – *Meios de pagamento emitidos pelo Estado português*. 70p., GHES Documento de Trabalho / Working Paper nº 67-2020, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa

397 – Três literatos nacionais (1818) – *Diccionario Geral da Lingoa Portugueza de Algibeira*. Volume I. 1036p., Impressão Régia, Lisboa.

398 – Três literatos nacionais (1819) – *Diccionario Geral da Lingoa Portugueza de Algibeira*. Volume II. 1013p., Impressão Régia, Lisboa.

399 – Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1904) – *Cancioneiro da Ajuda. Edição Critica e Commentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Volume II. 1001p., Max Niemeyer, Halle.

400 – Vasconcelos, Jorge Ferreira de (1550 [1619]) – *Comedia Aulegrafia* [agora novamente impressa]. [4f.] + 186f., Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa.

401 – Vasconcelos, José Leite de (1882) – *Tradições Populares de Portugal*. XVIp. + 316p., Livraria Portuense de Clavel & C.ª, Porto.

402 – Vasconcelos, José Leite de (1911) – Etymologias. *Revista Lusitana - Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 14 (1-4): 302-303, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

403 – Vasconcelos, José Leite de (1928) – *Opúsculos*. *Volume I – Filologia (parte I)*. XXIIp. + 579p. + XIp., Imprensa da Universidade, Coimbra

404 – Vasconcelos, José Leite de (1928) – *Opúsculos*. *Volume II – Dialectologia* (parte I). 532p., Imprensa da Universidade, Coimbra

405 – Vasconcelos, José Leite de (1938) – *Opúsculos*. *Volume V – Etnologia* (parte I). 620p., Imprensa Nacional de Lisboa.

406 – Vasconcelos, José Leite de (1985) – *Opúsculos*. *Volume VI – Dialectologia* (parte II). XXIVp. + 455p., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

407 – Vasconcelos, José Leite de (2017) – *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*. Transcrição de verbetes, preenchidos e coligidos por J. Leite de Vasconcelos. Edição de Ivo Castro e João Paulo Silvestre. Publicado postumamente em versão digital. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Grupo de Filologia, Lisboa.

408 – Vasconcelos, Luís Mendes de (1612) – *Arte militar diuidida em tres partes. A primeira ensina a peleijar em campanha aberta, a segunda nos alojamentos, & a terceira nas fortificações* [...]. [3f.] + 263f. + [4f.], Impressa no termo D'Alenquer na Quinta do Mascotte por Vicente Alvarez.

410 – Velloso, Joze Mariano; Aragaõ, Francisco de Faria e (1800) – Tratado histórico, e fyzico das Abelhas. VIIIp. + 238p., Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, Lisboa.

411 – Ventura, António (1994) – As ideias políticas e a intervenção cívica de José Régio. *Revista de História das Ideias*, 16: 235-238, Instituto de História e Teoria das Odeias, Faculdade de Letras, Coimbra. DOI: 10.14195/2183-8925_16_8

412 – Veríssimo, Érico (1933) – *Clarissa*. 173p., Editora Globo, Porto Alegre, RS, Brasil.

413 – Viana, A. R. Gonçalves (1906) – *Apostilas aos dicionários portugueses*. Tomo I (A-H). XIIIp. + 559p., Livraria Clássica Editora, Lisboa.

414 – Viana, A. R. Gonçalves (1906) – *Apostilas aos dicionários portugueses*. Tomo II (I-Z), 599p., Livraria Clássica Editora, Lisboa.

415 – Vicente, Gil (1513 [1562]) – Exortação da Guerra. *Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente* [...], f.156-160, [em casa de Ioam Aluarez], [Lixboa].

416 – Vicente, Gil (1517 [1562]) – Auto da Barca do Inferno. *Copilacam de todalas obras de Gil Vicente* [...]. Começam as obras de deuaçam. Livro Primeiro: Obra de Devaçam. f.43v-f.49v, [em casa de Ioam Aluarez], [Lixboa].

417 – Vicente, Gil (1521 [1562]) – Comédia de Rubena. *Copilacam de todalas obras de Gil Vicente* [...]. Começam as obras de deuaçam. Livro Segundo qve he das comedias. f.87-f.99, [em casa de Ioam Aluarez], [Lixboa].

418 – Vicente, Gil (1522 [1665]) – *Pranto de Maria Parda, porque vio as Ruas de Lisboa com tam poucos ramos nas Tavernas, & o vinho caro*. [6p.], Domingos Carneyro, Lisboa.

419 – Vicente, Gil (1531 [1562]) – Farsa chamada Auto da Lusitania. *Copilacam de todalas obras de Gil Vicente* [...]. Livro Quarto, em que se contem as farsas, f.238-f.241, [em casa de Ioam Aluarez], [Lixboa].

420 – Vicente, Gil (1534 [1562]) – Auto de Mofina Mendes. *Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente* [...], Livro Primeiro, Começam as obras de deuaçam, f.20v-f.25v, em casa de Ioam Aluarez, Lixboa.

421 – Vieira, Domingos (1871) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Volume 1, 836p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Morais, Porto.

422 – Vieira, Domingos (1873) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Volume 2, LXXXp. + 1159p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Morais, Porto.

423 – Vieira, Domingos (1873) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Volume 3, 1360p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Morais, Porto.

424 – Vieira, Domingos (1873) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Volume 4, 1037p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Morais, Porto.

425 – Vieira, Domingos (1874) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*. Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Volume 5, 1038p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Morais, Porto.

426 – Vieira, José Luandino (1961 [2014]) – Os amores de Silva Chalado. *In:* Francisco Topa (ed.), *Luandino por reconhecer: uma entrevista, estórias dispersas, bibliografia*, pp. 49-56, Sombra pela cintura, Porto.

427 – Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1798) – *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antiguamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão* [...]. Tomo Primeiro A=F. 484p. Officina de Simão Thadeu Ferreira, Lisboa.

428 – Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1799) – *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antiguamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão* [...]. Tomo Segundo G=Z. 416p. + 62p. +[10p.], Typographia Regia Silviana, Lisboa.

428b – Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1799) – Supplemento, Addicçoens, e Correcçoens ao I.º e II.º Tomo do Elucidario [...]. 62p., *In: Elucidario das Palavras* [...]. Tomo Segundo. Typographia Regia Silviana, Lisboa.

429 – Wadsworth, H. N. (1853) – Tooth-Brush. 2p., United States Patent Office, Washington.

430 – Waterman, Lewis E. (1884) – Specification forming part of Letters Patent Nº 293,545, dated February 12, 1884. 2p., United States Patent Office, Washington, D.C., U.S.A.

431 – Zambujal, Mário (1980) – *Crónica dos Bons Malandros.* 144p., Livraria Bertrand, Lisboa.

432 – Zeferino, Francisco Rey de Abreu Matta (1755) – *Anatomico Jocoso, que em diversas operaçoens manifesta a ruindade do corpo humano, para emenda do vicioso* [...]. Tomo Segundo. [48p.] + 480p., na officina do Doutor Manoel Alvarez Solano, Lisboa.

433 – Zilhão, João (1995) – The age of the Côa valley (Portugal) rock-art: validation of archaeological dating to the Palaeolithic and refutation of 'scientific' dating to historic or proto-historic times. *Antiquity*, 69(266): 883-901.

434 – Zurara, Gomes Eanes de (1463 [1792]) – Chronica do Conde D. Pedro de Menezes. *Collecçaõ de Livros Ineditos da Historia Portugueza* [...], pp. 205-635, Tomo II, Academia Real das Sciencias, Lisboa.

435 – ----- (1958) – Tipos e Costumes de Lisboa. *Olisipo - Boletim trimestral dos Amigos de Lisboa*, n.º 58, Janeiro 1958, pp.45-47, Lisboa.

436 – Alien (2012) – O Misterioso Mundo dos Cortiços. *In: blog Monte do Mel*, 27 de Agosto de 2012.

437 – Chambino, Eddy Nelson de Barros (2009) – *Objectos de pastor: do objecto património ao paradoxo da sua insignificância*. 348p., Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

438 – Colaço, Magalhães (1913) – Palitos do Lorvão. *Illustração Portugueza*, n.º 364, 10 de Fevereiro de 1913, pp. 169-173, Lisboa.

439 – Sousa, António Caetano de (1738) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* (...). Tomo IV. [10p.] + 493p., Officina de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa Occidental.

440 – Pimentel, Alberto (1908) – *A Extremadura Portugueza*. Segunda Parte. 530p., Empreza da História de Portugal, Lisboa.

Página intencionalmente em branco

Página intencionalmente em branco

Verso da contra-capa

Algumas notas sobre o autor:

Nasceu em Malpica do Tejo, Castelo Branco

Licenciado em Geologia pela Universidade de Lisboa

Doutorado em Geologia / Geodinâmica Externa pela Universidade de Lisboa

Iniciou a actividade profissional na Universidade de Luanda, Angola

Trabalhou na Direcção-Geral de Minas / Serviço Geológicos de Portugal (Núcleo de Geologia Marinha) e no Instituto Hidrográfico

Em 1994 foi contratado como professor da Universidade do Algarve

Foi professor convidado das universidades de Évora, de Aveiro e de Lisboa

Orientou ou co-orientou mais de três dezenas de teses de mestrado e cerca de duas dúzias de teses de doutoramento

Publicou mais de três centenas de artigos científicos em revistas credenciadas

Foi professor convidado / visitante em várias universidades europeias (Cadiz, Bordeaux I, Nantes, Nápoles, Southampton, ...), norte-americanas (NCSU - North Carolina State Univ., Duke Univ., Grand Valley State Univ., SUNY - State Univ. New York), africanas (Univ.Agostinho Neto,Luanda, Univ.Cabo Verde), e sul-americanas (Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Univ. de la Republica, Montevideo)

Desenvolveu projectos científicos financiades por instituições portuguesas e europeias nas áreas do mar, das zonas costeiras, da paleo-climatologia e das interacções Homem-Meio

QUAL PREFERE?
FOGÃO e CALORÍFERO a VACUUM?
O FOGÃO proporciona aos clientes um sorriso de duas horas por dia
O CALORÍFERO proporciona aos clientes um sorriso de duas horas por dia
Fogarciro
CADERNO ESCOLAR
LICENÇA ANUAL
ACENDEDORES E ISQUEIROS
ENSINO RAPIDO E APRASIVEL
GRAMMATICA DA
O LIVRO DA PRIMEIRA CLASSE
Hipólito
A PETROLEO
Kores
FOGÃO VACUUM
Vacuum Oil Company
LIVRO DE LEITURA DA 3ª CLASSE